

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP**

Emilio Gonzalez

**MEMÓRIA, IDENTIDADE E FRONTEIRA:
Narrativas musicais sobre a tríplice fronteira Brasil / Paraguai /
Argentina (1960-2017)**

Doutorado em História

São Paulo
2018

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP**

Emilio Gonzalez

**MEMÓRIA, IDENTIDADE E FRONTEIRA:
Narrativas musicais sobre a tríplice fronteira Brasil / Paraguai /
Argentina (1960-2017)**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História Social, sob a orientação da Profa. Dra. Estefânia Knotz Canguçu Fraga.

São Paulo
2018

BANCA EXAMINADORA

(In Memoriam)

Ao velho *Emilio Demétrio Gonzalez*,
que há 30 anos nos deixou, mas que teria muito orgulho
daquilo que semeou e fez frutificar.

Ao querido Raul Garnica,
el Santiagueño, que com seu violão,
foi cantar em outros pagos.

Bolsa CAPES/PROSUC, Modalidade II

Número do Processo:

8888 7.149 677/2017-00

AGRADECIMENTOS

Finalizado o trabalho, gostaria de expressar minha gratidão a algumas pessoas sem as quais esta tarefa provavelmente jamais teria sido possível.

À Capes, pela bolsa.

Também às minhas duas companheirinhas de vida, Bruna e Memeg, que tem cada dia mais me ensinado sobre o amor e a dedicação.

A professora Geni, que tanto contribuiu com suas reflexões, leituras e sugestões. De maneira semelhante, também agradeço ao professor Alberto Schneider, pelos valiosos encaminhamentos e diálogos na banca de Qualificação.

Agradeço ainda a professora Estefânia, que acreditou neste trabalho desde o começo.

Gostaria ainda de mencionar o apoio recebido em minha instituição, especialmente na pessoa do professor Heron Lima, cuja visão acadêmica profundamente comprometida com a pós-graduação, permitiu que este estudo fosse concluído sem maiores sobressaltos.

Gostaria ainda de deixar registrados os meus agradecimentos as muitas pessoas que me receberam neste trânsito entre São Paulo/Curitiba/Foz/Minas Gerais e outros roteiros – improvisados ou não – pelos quais transitei durante a realização deste trabalho.

Um particular agradecimento a minha irmã, Melinha, ao Sergio e aos seus “minos”, que para acompanhar o tio, muitas vezes chegaram a se passar por “estudantes”.

Aos amigos German Sterling e Francisco Atanásio, que mesmo distantes fisicamente, sempre serviram de inspirações para mim.

Também ao amigo e companheiro Robson Laverdi, meu primeiro orientador de iniciação científica na UNIOESTE, que me iniciou no universo da pesquisa acadêmica.

Também um afetivo à minha mãe, Maria Alice, que sempre me apoiou nos estudos, e hoje colhemos juntos estes frutos “latino-americanos” de nossa tríplice fronteira que ela tanto me ensinou a amar. E a minha avó Amélia, que viveu um pouquinho mais para ver este sonho realizado.

Enfim, registro meus fraternos agradecimentos aos músicos e pessoas que contribuíram com seus depoimentos e documentos, bibliografias e diálogos para que este trabalho se tornasse realidade. Especialmente, ao grande mestre de vida e que tanto me ensinou sobre a boa arte, Negendre Arbo, onde, de certo modo, tudo isto começou.

Também aos meus novos colegas que fiz no curso de Doutorado da PUC/SP, especialmente ao Danilo, menino sábio e dedicado, e sempre pronto a nos livrar de enrascadas.

A todos, o meu fraterno carinho.

RESUMO

MEMÓRIA, IDENTIDADE E FRONTEIRA: Narrativas musicais sobre a tríplice fronteira Brasil / Paraguai / Argentina (1960-2017)

A presente pesquisa analisa práticas sociais, memórias e narrativas produzidas por músicos que vivem (ou viveram) na região da tríplice fronteira entre Brasil/Paraguai/Argentina, desde a década de 1960 aos dias atuais. A hipótese que buscamos desenvolver sugere que estes sujeitos produziram memórias e identidades musicais a partir de seus deslocamentos realizados no interior dessas fronteiras, construindo formas próprias de elaborar essas experiências, e que tiveram na música o elemento onde expressar essas novas identidades e memórias. Para empreender este trabalho, dialogamos com depoimento orais (entrevistas) de alguns músicos que passaram pela tríplice fronteira nas últimas décadas, além de outras fontes que também consultamos, tais como: músicas e composições destes autores, matérias e entrevistas publicadas em jornais da fronteira e região, sites, blog e revistas, além de outros materiais obtidos das mãos dos próprios músicos, (discos, cartilhas, fotografias, materiais de divulgação, etc). Dialogamos também com alguns autores (historiadores, antropólogos, memorialistas, jornalistas, etc) que buscaram produzir e analisar imagens e discurso acerca da tríplice fronteira e dos processos históricos e sociais que a conformaram desde o final do séculos XIX. Atuando de maneira autônoma, a partir de suas próprias questões, interesses e necessidades, músicos e artistas se deslocaram no interior dessa fronteira, ora propondo (e realizando) hibridizações e experimentações estéticas e estilísticas transnacionais, ora reafirmando elementos identitários “nacionais”, ora propondo sínteses identitárias. Assim, mesmo sem pretender, acabaram se inserindo nestes debates que ressignificaram a fronteira, operando como fatores de *invenção*, tendo na música popular regional um importante interlocutor e vetor.

PALAVRAS-CHAVE: Música popular; Memória; Identidade; Nação; Fronteira; Tríplice Fronteira

ABSTRACT

MEMORY, IDENTITY AND FRONTIER: Musical Narratives on the Triple Border Brazil / Paraguay / Argentina (1960-2017)

This research analyzes social practices, memories and narratives produced by musicians that are living (or have lived) in the triple border region between Brazil / Paraguay / Argentina, since the 60s to the present. The hypothesis that we seek to develop suggests that these people are producing memories and musical identities from their movements within those frontiers, constructing own ways of elaborating their experiences. These ways have found in music the means to express their new identities and memories. In order to undertake this work, we have dialogued with oral testimonies (interviews) of some musicians who have crossed the border in the last decades, as well as consulted other materials such as songs and compositions of those authors, articles and interviews, all published in newspapers of the frontier region, as well as other materials obtained from the musicians themselves (records, booklets, photographs, publicity materials, etc.) We also have dialogued with some authors (historians, anthropologists, memorialists, journalists, etc.) who sought to produce and analyze images and discourses about the triple frontier and the historical and social processes that shaped it since the end of the 19th century. Acting autonomously, the musicians and artists, within that frontier, have moved from their own issues, interests and needs, sometimes proposing and achieving transnational aesthetic and stylistic hybridizations and experimentations, sometimes reaffirming "national" identity elements, or proposing identity syntheses. Thus, even with no intention, they ended up being part of the debates that reaffirmed the frontier, operating as factors of invention and having the regional popular music as an important interlocutor and vector.

KEY WORDS: Popular music; Memory; Identity; Nation; Frontier; Triple Border.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Capítulo 1. UMA CIDADE DE COSTAS PARA O RIO.....	52
1.1 A fronteira platina revisitada.....	52
1.2. Das alamedas e laranjais nas ruas de terra, às frenéticas turbinas de Itaipu.....	59
1.3. Ruy Wachowicz, Itaipu e a construção historiográfica de memórias oficiais sobre o Oeste do Paraná	65
1.4. Fronteira brasileira, sociedade castelhana	70
1.5. Das barrancas do Paraná aos conflitos fronteiriços: as obras	81
1.6. A construção da memória Sulista sobre a fronteira	89
1.7. À guisa de conclusão: Uma fronteira multiétnica	102
Capítulo 2. NAÇÃO, TERRITÓRIO E IDENTIDADE NO PRATA:.....	109
A problemática territorial nos confins da tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina.....	109
2.1. Introdução ao problema: a problemática das fronteiras no Prata	111
2.1.1. O fim do Vice-Reino do Rio da Prata e a construção do Estado Nacional argentino	121
2.1.2. <i>Imperialismo brasileiro e a formação de Estados periféricos no Prata: os casos de Paraguai e Uruguai</i>	<i>136</i>
2.1.3.. <i>Brasil: de colônia portuguesa a potência imperialista no Prata</i>	<i>143</i>
2.1.4. <i>Nas entrelinhas da geopolítica platina</i>	<i>159</i>
2.2. À guisa de conclusão: a problemática das fronteiras nas barrancas do rio Paraná	164
Capítulo 3. LAS TRES FRONTERAS	178
3.1. A passagem da Coluna Prestes	178
3.2. Memórias do contrabando	190
3.3.. Os paraguaios da tríplice fronteira	196
3.4. Marcha al Leste: a integração como hegemonia	202
3.5. Deslocamentos musicais na tríplice fronteira	215
3.6. À guisa de conclusão: a cidade invisível	225
Capítulo 4. “A GENTE TINHA QUE CANTAR	235
OUTRO TIPO DE MÚSICA”	235
4.1. Remodelando a tríplice fronteira	235
4.2. O mercado da música na tríplice fronteira.....	248
4.3. Tornar-se músico na tríplice fronteira.....	270

4.4. Entre estereótipos e “traduções”	289
Capítulo 5 . CONSTRUINDO IDENTIDADES MUSICAIS	305
PARA A TRÍPLICE FRONTEIRA	305
5.1. Puerto Iguazu, uma cidade musical	307
5.2. Identidades musicais de Misiones	319
5.3. Ramón Ayala e a memória musical do mensu	336
5.4. Produzindo a identidade musical na trílice fronteira	345
CONSIDERAÇÕES FINAIS	371
BIBLIOGRAFIA	374

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1. Vapores atracando nas margens do rio Paraná (acima) e chegada de passageiros e turistas em Foz do Iguaçu através do rio Paraná (abaixo).....	57
FIGURA 2. Corpo aparece boiando sob o leito do rio Paraná, na margem brasileira (Foz do Iguaçu)	58
FIGURA 3. Barco com contrabando apreendido no rio Paraná, pela Polícia Federal, em Foz do Iguaçu.....	58
FIGURA 4 . Patrulhamento das forças de segurança brasileiras sobre o leito do rio Paraná.....	59
FIGURA 5. Toras de madeira preparadas para seguir viagem através do rio Paraná.....	84
FIGURA 6. Mensus carregando o <i>raído</i> , bolsas onde eram transportadas a erva-mate recém colhida.....	86
FIGURA 7. Automóvel (Ford Bigode) de Harry Schinke atolado na estrada que dava acesso à cidade de Foz do Iguaçu.....	187
FIGURA 8. Ponte Internacional da Amizade, ligando Brasil (Foz do Iguaçu) e Ciudad del Este (Paraguai).	236
FIGURA 9. Shows artísticos realizados na churrascaria Rafain nos dias atuais.....	267
FIGURA 10. Capa do disco (vinil) do conjunto boliviano <i>Puma Punku</i>	268
FIGURA 11 – Grupo <i>CantAmérica</i> , integrado por Raul Garnica em São Paulo, nos anos 1980.....	279
FIGURA 12. Metamorfoses artísticas de Raul Garnica I	282
FIGURA 13. Metamorfoses artísticas de Raul Garnica II.....	285
FIGURA 14. Mural grafitado na Avenida Iguazu (<i>costanera</i>), de Puerto Iguazu.....	308
FIGURA 15 – Puerto Iguazu à noite: Avenida Victoria Aguirre, foto do interior do bar <i>Cuba Libre</i> ; a <i>feirinha</i>	312
FIGURA 16. Restaurante <i>Las Cañitas Peña Folklórica</i>	316

FIGURA 17. Contracapa do disco “La Vuelta del Mensu”, de Ramón Ayala, de 1976.....	339
FIGURA 18. Mano Zeu anuncia sua agenda de shows, e divulga seus experimentalismos com musica negra e ritmos latino-americanos.....	349
FIGURA 19. Acción Poética Tres Fronteras.....	350
FIGURA 20. <i>Estación del Arte</i> (Ciudad del Este, Paraguai).....	352
FIGURA 21. Apresentação de Thiago Rossato e seu conjunto musical na <i>Estación del Arte</i> , de Ciudad del Este (novembro / 2017).....	352
FIGURA 22 . CTG Charrua, em Foz do Iguaçu.....	355
FIGURA 23. Tiago Rossato, Cristovão Guedes, Estevão Guedes e Raul Garnica cantam e tocam em momento de descontração no galpão “Fogo de Chão”, do CTG Charrua, Foz do Iguaçu.....	356
FIGURA 24. Musicos da traíplice fronteira usam as Cataratas do Iguaçu para projetar ima identidade artística.....	359
FIGURA 25. Capa do disco “3º. Encontro das Águas”, organizado por músicos ligados ao CTG Charrúa (Foz do Iguaçu).....	360
FIGURA 26. Raul Garnica se apresenta como um “índio guarani” na capa de seu disco autoral.....	363

ÍNDICE DE MAPAS

MAPA 1. Vice-Reinos espanhóis na América Colonial.....	114
MAPA 2. Vice-Reino do rio da Prata (1776-1810)	116
MAPA 3. Tratado de <i>Tordesilhas</i> (linha), <i>Madri</i> (1750) e <i>Santo Idelfonso</i> (1777).....	117
MAPA 4. Território das Missões Jesuíticas, pertencentes originalmente à Espanha.....	123
MAPA 5. Territórios indígenas incorporados pela <i>Conquista del Desierto</i> e Mapa político do atual território argentino.	129
MAPA 6. Territórios disputados entre Paraná e Santa Catarina através da Guerra do Contestado.....	167
MAPA 7 Mapas políticos do Estado do Paraná de 1944 e dos dias atuais.....	180
MAPA 08. Trajeto Asunción /Coronel Oviedo /Ciudad del Este através da Ruta VII	210

“Ciertos hombres para distinguirse
fabricaron sus escudos y blasones
cual si fuera un loco signo de la vida
numerarse tras un trapo de colores
numerarse tras un trapo de colores

Yo camino por las calles de este mundo
soy uno solo entre otros cientos de millones
que en sus frentes solo llevan corazones
por escudo solo tienen la paciencia
y la pura claridad de sus conciencias

Amo el sol, amo la mar, amo la vida
y no conozco otra bandera mas hermosa
que dormirse lentamente entre la bella
mansedumbre de la noche y sus estrellas

Hay banderas que son símbolos de muerte
desplegadas contra un cielo de inocentes
como águilas de pronto alzan su vuelo
sobre el tierno corazón de nuestras gente

Ya no quiero mas banderas en mi mundo
que se enfrenten como gallos en la arena
quiero un solo corazón como una hoguera
que ilumine una bellísima bandera
que unifique para siempre nuestra casa

(Ciegas Banderas, Victor Heredia, 1984)

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho foi analisar algumas práticas sociais, memórias e narrativas produzidas por músicos argentinos, paraguaios e brasileiros que vivem (ou viveram) na região da tríplice fronteira Brasil/Paraguai/Argentina, desde a década de 1960 aos dias atuais.¹ A hipótese que buscamos desenvolver ao longo dessas linhas sugere que estes sujeitos, a partir de seus deslocamentos realizados no interior das fronteiras desses três países, acabaram por produzir novas narrativas, memórias e identidades musicais, sociabilidades e propostas estéticas as quais, constituindo-se como uma forma própria de expressão, terão na música popular regional (folklore²) o seu principal interlocutor.

Assim, ao longo deste trabalho, buscamos demonstrar a forma como essa tríplice fronteira, surgida no entroncamento dos rios Paraná e Iguaçu, foi sendo historicamente estruturada e narrada, e também tornada palco de ações e conflitos entre Estados Nacionais (Brasil, Paraguai e Argentina) que, em diferentes momentos e por motivos igualmente variados, buscaram construir seus próprios espaços de influência e controle sobre essas barrancas;³ e, junto com isto, também suas próprias identidades nacionais. O processo que analisaremos teve como foco a produção de narrativas e memórias feitas por músicos que desde a década de 1960 passaram a chegar a essa região para trabalhar, fugir de perseguições políticas (exílio), se estabelecer a partir do mercado que se abria

¹ A tríplice fronteira entre Brasil/Argentina/Paraguai a qual estaremos tratando neste estudo, é constituída pelas seguintes cidades da atualidade: Foz do Iguaçu (Brasil) e Puerto Iguazu (Argentina), ligadas através da ponte internacional Tancredo Neves, construída sobre o rio Iguaçu; e as cidades paraguaias de Hernandárias (ligada a Foz do Iguaçu através da Itaipu Binacional), Ciudad del Este (ligada a Foz do Iguaçu através da ponte internacional da Amizade), e Puerto Presidente Franco (divisa fluvial com Foz do Iguaçu e Puerto Iguazu, através do rio Paraná).

² O termo *folklore*, conforme aceção que utilizaremos ao longo deste trabalho, aparecerá grafado dessa maneira, com a letra “k”. Essa é forma usualmente utilizada nos países hispano-americanos, de onde virá a maioria do repertório musical postulado pelos músicos com os quais dialogaremos na pesquisa. No caso, o termo abrange não apenas cantigas anônimas e/ou ligadas a tradições populares (como a aceção clássica geralmente empregada ao termo *folclore* no Brasil), mas principalmente, música popular de matriz rural e caráter regional.

³ A região geográfica em estudo é constituída pelos rios Paraná e Iguaçu, cujas margens neste trecho apresentam aspectos topográficos bastante íngremes, os quais, na literatura local, se convencionou a denominar como “barranca”.

para os músicos com a emergência do turismo (notadamente a partir dos anos 1980), ou simplesmente passar pelo interior dessas linhas por de fronteira enquanto realizavam processos de deslocamentos a partir de / para outros centros, tais como Asunción (Paraguai), Buenos Aires, Posadas (Argentina), Curitiba, Porto Alegre e São Paulo, entre outros. Muitos deles “tornando-se” músicos apenas após chegarem à região. Outros, passando a redefinir completamente as identidades musicais que haviam trazido na bagagem.

Em primeiro lugar torna-se necessário qualificar o que estamos entendendo quando tratamos dessa peculiar *fronteira*, e as muitas acepções possíveis que foram produzidas em diferentes épocas, e a partir de objetivos distintos, por um número bastante significativo de historiadores, narradores, memorialistas, antropólogos, geógrafos, etnógrafos, jornalistas, entre outros. Em minha Dissertação de Mestrado (GONZALEZ, 2005) interessou-me discutir a produção de memórias existentes sobre a cidade de Foz do Iguaçu do lado brasileiro da tríplice fronteira. Tendo como interlocutores narrativas (sobretudo depoimentos orais) de moradores que viviam em áreas de periferia consideradas “invasões” (ocupações urbanas) existentes em grande número naquela cidade,⁴ percebi que as memórias construídas por eles se chocavam com os discursos elaborados pelos grupos hegemônicos locais (poder público, empresarial, meios de imprensa, etc), os quais há algum tempo já vinham marcando terreno na historiografia oficial do município.

Porém - e este era, ao nosso ver, a grande questão a ser problematizada – as memórias e narrativas com as quais lidávamos tampouco se faziam representar pelas críticas produzidas a partir dos estudos acadêmicos, numa historiografia que recém começava a se estruturar. O trabalho com a História Oral permitiu acessarmos um conjunto importante de narrativas, saberes e experiências praticamente ausentes nas páginas desses estudos acadêmicos, e nos próprio editoriais produzidos por meios de comunicação, como o extinto jornal *Nosso Tempo*.⁵ Nessa condição, foram bastante válidas as reflexões produzidas por autores como Alessandro Portelli (1996), a respeito

⁴ À época da pesquisa, estimava-se que quase 20% da população dessa cidade vivia em áreas de periferia consideradas “ocupações urbanas” (invasões, favelas, loteamentos irregulares, etc). Neste dado (20%), não estavam incluídos bairros populares (igualmente de periferia) originados a partir de processos de ocupação urbana (invasão), mas que já haviam sido legalizados. Na ocasião, Foz do Iguaçu contava com uma população oficial de cerca de 250 mil habitantes.

⁵ Esse veículo de imprensa circulou entre 1980 a 1993. Quando foi fundado, tornou-se a voz mais combativa a surgir nos meios de imprensa locais, a enfrentar o autoritarismo da ditadura militar brasileira, bastante presente nessa fronteira em razão da construção da Usina de Itaipu. O jornal foi fundado pelos jornalistas e militantes políticos Adelino de Oliveira, Aluizio Palmar e Juvêncio Mazzarollo.

das possibilidades, potencialidades e armadilhas do trabalho com História Oral; Maria Célia Paoli (1987) a respeito dos perigos de uma “História sem sujeito”; e também, outras reflexões de Marc Ferro (1989) sobre a construção de saberes institucionalizados (inclusive entre as próprias esquerdas) e Marcos A. Silva (1995), sobre a necessidade de narrativas providas de experiência humana.

Com base nos diálogos que empreendemos naquela ocasião, em linhas gerais, identificamos a existência de disputas memorialísticas nas quais determinados agentes - representantes do poder político e empresarial da cidade - interpretavam as transformações ocorridas no tecido urbano e social dessa fronteira ao longo de sua história moderna (1889 em diante) a partir de imagens positivas, coloridas e idílicas sobre Foz do Iguaçu. Ali eram destacados os chamados *Marcos do Progresso*,⁶ associados à grandes obras de infraestrutura executadas na cidade, especialmente aquelas ocorridas a partir da década de 1960, e que tiveram como consequência uma reconfiguração total do papel de Foz do Iguaçu no contexto fronteiriço, e até mesmo no contexto platino. Entre essas grandes obras de infraestrutura, podemos destacar a construção das duas pontes internacionais - Ponte da Amizade (1965); e Ponte Tancredo Neves (1985) -, a ligação viária com o Curitiba a partir da extensão da BR-277 até essa cidade (concluída em 1969), a construção da mega Usina hidrelétrica de Itaipu Binacional (1974/1991), entre outras transformações. Nestes discursos, a cidade, que tinha características rurais bem acentuadas até o final dos anos 1960, teria se integrado de forma privilegiada ao processo de desenvolvimento econômico nacional ao ser escolhida para sediar um dos maiores símbolos da tecnologia e da construção civil brasileira (Itaipu). Além disso, neste tipo de discurso, exaltava-se também a posição geográfica e estratégica da cidade no contexto de integração continental e especialmente no MERCOSUL. Por fim, o retorno constante à uma ideia de “vocação turística” e “comercial”, sempre presentes nessas narrativas.⁷

⁶ Este, aliás, é o nome de uma das subseções do mais conhecido e referendado livro de memórias produzido pelo poder público local. Ver: ALENCAR, CAMPANA, 1997, p.15.

⁷ Não   fácil quantificar o volume de produções oficiais (ou simplesmente propagandísticas, que assumiram acriticamente este tipo de discurso oficial numa cidade turística como Foz do Iguaçu, dado o imenso número de cartilhas, folders, revistas e outros materiais impressos voltados à divulgação turística, e que reforçam tais memórias. Na ocasião do nosso trabalho de Mestrado, fizemos uma análise por amostragem de apenas uma ínfima parte deste material disponível, selecionando-o a partir de cartilhas entregues a escolas públicas municipais, alguns folders e revistas propagandísticas existentes sobre Foz do Iguaçu, entregues a turistas, além do principal livro de história oficial existente sobre a cidade (CAMPANA, ALENCAR, 1997). A historiadora Aparecida Darc de Souza (SOUZA, 2009a) se debruçou sobre algumas publicações realizadas na cidade sob essa perspectiva, e identificou que este discurso começou a ser estruturado desde pelo menos os anos 1970. Essa autora conclui que este tipo de discurso exaltando a suposta “vocação turística” da cidade ganhou particular ênfase a partir daquele período em razão do início da construção da usina de Itaipu, quando a cidade começou a sofrer transformações bruscas, e as elites locais começavam a perder influência

Na contrapartida dessa abordagem, foram realizados alguns trabalhos (vindos do interior da academia (monografias, Teses e Dissertações de Mestrado, artigos, etc) que, a partir de outros referenciais, buscaram desconstruir tais ideias, problematizando e mostrando a fragilidade destes discursos que associavam automaticamente a emergência dos novos ciclos econômicos e urbanos vividos na cidade a partir de meado do século XX (como a construção de Itaipu, o desenvolvimento do turismo e do comércio de eletrônicos com o Paraguai) ao progresso e à modernidade. Como contra-argumento, estes autores levantaram dados muito consistentes que apontavam para o ineludível fato de que essas transformações não promoveram apenas um tipo específico de progresso econômico, dado que essas transformações também produziram o caos e a pobreza, levando a formação de áreas de periferia (legais) e movimentos de ocupações de lotes urbanos (favelas), ao aumento dos índices de criminalidade, a destruição de recursos naturais (rios, áreas de reserva, flora e fauna da cidade, mananciais), a altos índices de desemprego e ao aumento da informalidade, entre outros aspectos.

O discurso sobre o “progresso” e a “integração” harmoniosa pinçado através das memórias oficiais desaparecia para dar lugar à destruição, exclusão e segregação como características indeléveis dessa cidade fronteiriça. Nessa linha, poderíamos situar os trabalhos de CATTA (2003), SOUZA (2009b) e RIBEIRO (2002). Estes textos se basearam sobretudo nos editoriais e matérias produzidas pelo jornal *Nosso Tempo*, que, na década de 1980, acompanhou e registrou *in loco* os desastrosos efeitos sociais e urbanos desses megaempreendimentos realizados na fronteira a partir da década de 1970.⁸

Estávamos evidentemente diante de duas versões conflitantes sobre o desenvolvimento histórico do município de Foz do Iguaçu, e da própria tríplice fronteira,

frete as novas elites tecnocráticas, ligadas ao poder público federal, que estava se formando na cidade a partir de Itaipu.

⁸ Desde sua fundação, e no decorrer dos anos 1980, esse jornal fez ferrenha oposição à Itaipu, denunciando os desmandos da burocracia militar sobre a fronteira e a precarização das condições de vida e trabalho da população de migrantes que chegou em massa na cidade após 1974. O objetivo dos editores era mostrar as mazelas e efeitos sociais de um projeto megalômano mal planejado, executado de forma autoritária e sem transparência, imerso na corrupção, e sem demonstrar qualquer preocupação com os danos sociais e ambientais que causaria. Esse jornal marcou um contraponto fundamental aos projetos de poder executados na cidade no período, e também subsidiou a própria crítica historiográfica que começaria a se constituir de maneira mais consistente a partir da década de 1990. Com efeito, quando os primeiros trabalhos acadêmicos produzidos no período sobre a cidade começaram a problematizar noções como “progresso”, “desenvolvimento econômico” e outras noções positivas até então atribuídas a obras como a Itaipu, estes acabariam por se utilizar quase que exclusivamente das fartas matérias, editoriais, depoimentos, números e estatísticas produzidas pelo jornal *Nosso Tempo* ao longo os anos 1980, tornando-se uma das principais referências para trabalhos que buscaram analisar as transformações econômicas e urbanas da fronteira sob a perspectiva social. Na atualidade, todo o acervo do jornal foi digitalizado e disponibilizado para consulta na internet, podendo ser acessado através do link: <http://www.nossotempodigital.com.br/>

com uma, de cunho oficial, propondo a construção de uma *identidade e memória coletiva* para a tríplice fronteira a partir de elementos como as Cataratas do Iguaçu, as pontes internacionais e a própria usina de Itaipu, entre outros possíveis. Neste discurso, mesmo as memórias dos trabalhadores da cidade e região, quando interrogadas, deveriam aparecer articuladas a estes sujeitos coletivos que subsidiavam o discurso da vocação turística dessa fronteira.⁹

Por sua parte, os trabalhos feitos sobretudo a partir da academia, e que se propuseram a realizar uma crítica que desconstruísse essa memória produzida pelas elites de Foz do Iguaçu, acabaram por descartar elementos importantes da dinâmica histórica social, cultural e identitária que se constituiu nessa fronteira ao longo de seu processo de formação e constituição urbana. Ao transformá-la em território do caos, da infelicidade humana, da segregação e da exclusão absoluta, estes autores acabariam por “atirar fora a água do banho junto com a criança”, como reza o famoso ditado popular: ou, em outras palavras, ao denunciar a fragilidade dos discursos oficiais que só enxergavam maravilhas e imagens bucólicas sobre a fronteira, esses críticos acabariam também deixando escapar dimensões e processos identitários importantes que foram sendo tecidos naquele meio, onde trabalhadores subvertiam a lógica do capital e implodiam projetos ambiciosos das elites, demarcando para si seus próprios espaços de autonomia e memória.

Na época, analisamos essas resistências e construções identitárias a partir da luta pela moradia na cidade de Foz do Iguaçu, culminando com o surgimento de incontáveis áreas de ocupações irregular de lotes urbanos (chamadas pelos próprios moradores de *invasões*), e que se somavam a outras estratégias de resistência e sobrevivência nessa cidade, que em seu conjunto, acabavam por subverter a ordem disciplinar de uma cidade aparentemente moldada “de cabo a rabo” pela onipresença da ditadura militar (e seu maior símbolo, a Itaipu); e, em épocas recentes, também o capital imobiliário e o turismo. Dentre essas práticas, podia-se pensar o contrabando (como uma antiga forma de

⁹ Aparecida Darc de Souza analisou a própria estruturação das entrevistas de antigos moradores de Foz do Iguaçu, publicadas na parte final do principal livro de memórias sobre a cidade (ALENCAR, CAMPANA, 1997). De acordo com essa análise: “Foram publicadas 80 entrevistas, entre as quais 18 foram feitas com trabalhadores considerados pioneiros: o morador mais antigo, a primeira professora, o primeiro marceneiro, o primeiro empreiteiro. Mas as entrevistas apresentam a história de vida dos trabalhadores como um conjunto de fatos pitorescos ou curiosos, como a pergunta feita, recorrentemente, sobre a existência de animais selvagens nos quintais das casas. *As dimensões conflituosas das relações sociais locais não foram exploradas. Todos os trabalhadores entrevistados foram tratados como colaboradores, no longo caminho percorrido por Foz do Iguaçu em busca do progresso.* Neste sentido, o trabalho de produção da memória, realizado a partir dos anos de 1980, continuou ocultando a memória dos trabalhadores, contudo de um modo diverso do realizado por Otília Schimmelpfeng, pois o fez integrando-a à memória dominante, como se fosse uma só.” (SOUZA, 2009a: 116, grifos meus)

sobrevivência na cidade, desde pelo menos os anos 1950), o *câmbio negro* de moedas estrangeiras, e um sem-número de expedientes informais tais como *laranja* (passador de mercadorias do Paraguai ao Brasil),¹⁰ ambulantes e outros ilícitos, e práticas que permaneceriam à margem da legalidade, entre as quais, também a “indústria da invasão” (ocupação de lotes urbanos) - conforme definição empregada pelos setores empresariais e políticos da cidade para definir a prática de comércio de lotes urbanos adquiridos de forma irregular. (GONZALEZ, 2005, p. 127-128, rodapé). Tratavam, em seu conjunto, de práticas e formas de sobrevivência decorrentes da precarização do setor social, sem dúvidas; mas, também, tais práticas constituem modos peculiares de viver e sobreviver na fronteira.

O motivo da retomada deste raciocínio sobre nossas preocupações já em 2005 se justifica porque, passada mais de uma década da conclusão da dissertação, algumas questões ainda permanecem em aberto. Este presente estudo buscará ampliar as maneiras possíveis de se compreender essa fronteira para além daquela polarização entre o *idílico* (discurso oficial) e o *caos do inferno urbano* (discurso da academia). Ambas as visões, pelas razões que apresentem, não deixam de ser idealizações, nas quais desaparecem os sujeitos reais, “de carne e osso”, reduzidos a esquemas analíticos mecânicos e desumanizados. Se por um lado concordamos que essa cidade não se constitui como um *paraíso turístico* natural e comercial, conforme aparece nos discursos de suas elites, tampouco podemos deixar de visualizar a riqueza das práticas sociais, culturais e identitárias que são elaboradas cotidianamente por aqueles que dialogam com as condições presentes nessa *fronteira* - e tudo aquilo que ela representa e possibilita - para se reinventar, sobreviver e se afirmar.

Assim, torna-se necessário recuperar faces dessa fronteira que, sob alguns aspectos, se apresentava como pré-moderna, rústica, rural e ainda não totalmente

¹⁰ Transformada praticamente em uma “profissão” provisória-permanente na tríplice fronteira, o trabalho de *laranja* há décadas emprega uma parte importante da população com baixo grau de qualificação profissional que vive em cidades como Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, e em sua região metropolitana. Autora de um estudo (Dissertação de Mestrado) a respeito deste tema, Ellen Patrícia Davi propõe a seguinte definição: “Os sacoleiros são pessoas que trabalham em Ciudad Del Este, revendendo e distribuindo as mercadorias adquiridas no país vizinho nas mais variadas regiões do Brasil. Portanto, esses sujeitos ainda podem atuar de forma individual ou com ajuda de outros trabalhadores, como atravessadores e distribuidores no Brasil, para distribuir os inúmeros produtos adquiridos no Paraguai. Os laranjas são trabalhadores contratados para transportar as mercadorias importadas, previamente estabelecidas, em troca de uma determinada quantia em dinheiro. Sua função revela-se de suma importância no comércio inter-fronteira, no auxílio aos sacoleiros ou designados ‘patrão’ na travessia dos produtos adquiridos e passados pela Ponte Internacional da Amizade e pelos postos de fiscalização da Polícia e Receita Federal.” (DAVI, 2008:, p.15).

“nacionalizada”; e sob outros, moderna e dinâmica, integrada a sistemas comerciais continentais (MERCOSUL) e mundial (dolarizada). Curiosamente, essas duas imagens não se eliminam, e nem se complementam. Elas apenas dialogam e possibilitam outras formas de pensar o real, onde não podem caber definições rígidas e estanques, como *nação*, *identidade* e *fronteira*, quando tratados enquanto conceitos definidores e delimitadores. Apropriando-se de uma pertinente definição feita por Nestor Canclíni sobre as sociedades latino-americanas, seria mais adequado definir essa tríplice fronteira também como “a pátria do pastiche e do *bricolage*, onde se encontram muitas épocas e estéticas”. (CANCLÍNI, 2011: p.24).

Dito de outra forma, podemos pensar essa fronteira a partir das vivências e experiências de seus moradores, de temporalidades distintas, o que nos permitirá perceber formas de sociabilidades, estranhamentos e alteridade que não cabem em conceitos pré-determinados, como *nação* e *identidade*. No caso, propomos dialogar com essa fronteira a partir das vivências de um tipo específico de sujeito: os músicos, alguns dos quais chegando a essa região já a partir dos anos 1960, participando ativamente de suas transformações sociais e urbanas, e construindo memórias e estruturas de interpretação para significá-las.

Além disso, não se trata de uma tríplice fronteira qualquer, embora não seja a única a qual o conceito *tríplice fronteira* possa ser aplicado.¹¹ Trata-se de um espaço específico onde, conforme veremos ao longo deste trabalho, o Estado brasileiro buscou construir uma hegemonia sub-regional (no âmbito do Cone Sul), empreendendo ostensivas ações de ocupação física (colonização) e “nacionalização” forçada, a partir da década de 1940 em diante. A remodelação estratégica do espaço urbano da cidade de Foz do Iguaçu, epicentro dessas ações estatais, gerou efeitos bastante visíveis já a partir da década de 1960, sendo acelerado sobremaneira a partir do início da construção da Usina de Itaipu, na década seguinte. Em todas essas situações, essa fronteira sofrerá *reinvenções* e ressignificações.

¹¹ De acordo com Carlos Águedo Paiva, além dessa tríplice fronteira entre Brasil/Paraguai/Argentina a partir de Foz do Iguaçu, existem ainda 9 localidades brasileiras que fazem fronteira simultaneamente com dois países. São elas: Atalaia do Norte, no Amazonas (fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru); Barra do Quaraí, no Rio Grande do Sul (fronteira com o Uruguai e Argentina); Brasiléia, no Acre (Bolívia e Peru); Corumbá, no Mato Grosso do Sul (Paraguai e Bolívia); Laranjal do Jari, no Amapá (Suriname e Guiana Francesa); Oriximiná, no Pará (Guiana e Suriname); São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas (Colômbia e Venezuela); Uiramutã, em Roraima (Venezuela e a Guiana) e Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, que faz fronteira com o Uruguai e a Argentina. (PAIVA, 2014, p. 07)

A primeira “invenção” ocorreu no próprio âmbito discursivo, que tornou o conceito *tríplice fronteira*, quando aplicado a essa região geográfica específica do Cone Sul, carregado de significados, imagens e estereótipos negativos. Dessa “invenção”, tomaram parte a diplomacia conjunta de Brasil, Paraguai e Argentina nos anos 1990, respondendo ainda a pressões vindas do serviço secreto dos EUA. Para os governantes dos três países fronteiriços, essa zona de confluência de seus limites territoriais, no final da década de 1980, representava o perigo à ordem e à segurança internacional, sendo necessário empreender ações de controle, espionagem e repressão conjuntas. Assim, mais do que promover a *integração* diplomática – no sentido positivo e idealizado da palavra – o vocábulo *tríplice fronteira* surgiu para possibilitar a repressão e o controle, trazendo como pressuposto ainda a desconfiança mútua de parte a parte, já que o governo do Brasil sempre pareceu desconfiar da frouxidão com a qual o governo paraguaio tratava as questões de segurança interna e o combate a criminalidade; e a Argentina (especialmente após os atentados de 1992 e 1994, como veremos a seguir) desconfiava da comunidade árabe estabelecida nas duas cidades fronteiriças de Brasil e Paraguai – Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, respectivamente. O antropólogo Fernando Rabossi, autor de um estudo sobre camelôs (*mesiteros*) de Ciudad del Este, retoma esta questão ao apresentar os processos ajudaram a construir o conceito *tríplice fronteira* com o sentido indicado acima. Para o autor:

A região onde confluem os limites internacionais do Brasil, da Argentina e do Paraguai nem sempre foi conhecida como a Tríplice Fronteira. Antes dos anos 90, quando aparecia uma referência para denominar a região em seu conjunto, se falava de zona, região ou área das três fronteiras. Às vezes aparece a fórmula “tríplice fronteira” para nomear aquela região (por exemplo, nos jornais locais ao final dos anos 80), também é utilizada como substantivo genérico, nunca como substantivo próprio. (...) A transformação no substantivo próprio “Tríplice Fronteira” aparece a partir da suspeita da presença de terroristas islâmicos na região depois dos atentados na embaixada de Israel em Buenos Aires em 1992¹² e, particularmente, depois do atentado à Asociación de Mutuales Israelitas Argentinas em 1994.¹³ Em março de 1996, essa denominação será incorporada oficialmente pelos governos dos respectivos países no “acordo dos Ministros do Interior da República Argentina, da República do Paraguai e de Justiça da República Federativa do Brasil” firmado na cidade de Buenos Aires. No mesmo, partindo do interesse de “convenir medidas comunes, en la

¹² Atentado contra o prédio da Embaixada de Israel em Buenos Aires, em março de 1992, que deixou como saldo 29 mortos e 242 pessoas feridas.

¹³ AMIA - Asociación Mutual Israelita Argentina – também em Buenos Aires. O atentado ocorreu em julho de 1994, e deixou como saldo 85 pessoas mortas. Com um total de cerca de 230 mil pessoas, a Argentina abriga a maior comunidade judaica da América Latina.

zona de la triple frontera, que une los países participantes en las Ciudades de Puerto Iguazú, Foz de Iguazú y Ciudad del Este”. Finalmente, em janeiro de 1998, se firma o “Plano de Segurança para a Tríplice Fronteira” o qual estabelece a criação de uma série de comissões e ações específicas a serem implementadas na área. Desta maneira, o substantivo próprio Tríplice Fronteira começa a ser utilizado para referir-se à confluência desses limites internacionais da mão de uma certa forma de retratar a área caracterizada pela falta de controle do movimento pelos limites internacionais que teria favorecido o desenvolvimento de todas as atividades ilícitas mencionadas. Essa denominação pressupõe a existência de uma área singular e participa de sua criação a partir de uma prática de nomenclatura que possibilita a emergência conceitual de um lugar ali onde estão relacionadas três cidades inseridas em tramas políticas, culturais, econômicas e demográficas relacionadas mas diferentes. (RABOSSA, 2004, p. 24)

Como se depreende das observações deste autor, longe de significar *integração* e *hermandad*,¹⁴ o conceito *tríplice fronteira* surgiu carregado de um simbolismo negativo, que plasmava algumas imagens difíceis de serem desconstruídas nas duas décadas que se seguiram àquele protocolo de 1996, e os dias atuais. Ainda hoje, falar em “tríplice fronteira” ainda implica neste acionar de um conjunto de imaginários e acepções negativas, que, associados a estereótipos constantemente reforçados pela grande mídia e outros agentes brasileiros argentinos e estadunidenses, acabam engessando um tipo de discurso que muitas vezes acaba afetando negativamente as próprias relações cotidianas estabelecidas entre os moradores das três margens deste espaço geográfico.¹⁵

¹⁴ Irmandade, em tradução literal do idioma espanhol – usado aqui no sentido de “irmão-se”.

¹⁵ Sendo o objeto de seu estudo, Fernando Rabossi identifica que Ciudad del Este geralmente está no epicentro do “problema” da insegurança associado a essa fronteira: “A possibilidade de usar força militar na Tríplice Fronteira foi sugerida em várias ocasiões por Francis Taylor, coordenador da luta antiterrorista do Departamento de Estado de Estados Unidos (AMBITOWEB, 2001; AJB, 2001; JORNAL DO BRASIL, 2001). A sugestão de mandar pelos ares a ponte foi feita em 1996 pelo deputado brasileiro Pauderney Avelino (PFL) como forma de acabar com o contrabando (PARANÁ-ONLINE, 2001). A necessidade de o Brasil considerar uma intervenção armada no Paraguai para acabar com a pirataria, o tráfico de armas e outros delitos foi colocada pelo deputado Josias Quintal (PMDB) em dezembro de 2003 em uma entrevista coletiva com outros membros da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Pirataria de Produtos Industrializados (IPS, 2003).” (RABOSSA, 2004, p. 25). Por outro lado, Foz do Iguaçu, cidade do lado brasileiro, também é constantemente acusada de ser um ninho de terroristas e radicais islâmicos, em razão, entre outros, da numerosa comunidade árabe instalada na cidade e seus prósperos empreendimentos comerciais. Como exemplo, no auge da luta dos EUA contra a *Al Qaeda* após os atentados de 11 de setembro de 2001 (World Trade Center), a *Revista Veja*, em edição de 19 de abril de 2003, publicou uma reportagem especial assinada por Policarpo Jr, na qual estabelecia ilações típicas do tipo de investigação sensacionalista que tal revista costuma produzir. De acordo com essa publicação, o próprio Osama Bin Laden havia estado pessoalmente em Foz do Iguaçu em 1995, visando angariar apoio político, religioso e financeiro para suas ações extremistas. Ali, teria sido saudado como um “festejado líder islâmico”. De acordo com a matéria, “Vindo da Argentina, [Osama Bin Laden] entrou clandestinamente no país, passou três dias agradáveis em Foz do Iguaçu e reuniu-se com alguns membros da comunidade árabe na mesquita sunita da cidade, um imponente prédio erguido há vinte anos. Na mesquita, Bin Laden contou a seus companheiros de fé as agruras que enfrentou no Afeganistão quando lutava contra a ocupação soviética, conflito que durou dez anos e se encerrou no fim da década de 80. Na época de sua passagem pelo Brasil, Bin Laden ainda não era a estrela mundial do terrorismo, mas recebia as honras de um festejado

Por outro lado, nestes 20 anos passados desde que o conceito *tríplice fronteira* foi oficialmente criado (1996) com o sentido discutido acima, outras imagens e discursos foram se sobrepondo a ele, criando novos e múltiplos sentidos que, de alguma maneira, também se acoplaram as muitas visões e interpretações possíveis sobre tal conceito. Hoje, falar em *tríplice fronteira* Brasil/Paraguai/Argentina, aciona sentidos múltiplos e contraditórios, que vão do discurso policial sensacionalista, às imagens coloridas propaladas pela indústria do turismo e pelas memórias oficiais; dos apelos dos agentes locais sobre a necessidade de criar condições para a efetiva integração cultural e econômica do três países, à imagem do contrabando e da ilegalidade como fator de instabilidade e a estruturar mecanismos de controle e repressão; das possibilidades de exploração econômica alardeadas pelo discurso empresarial, aos riscos oferecidos pela indústria da pirataria, contrabando e descaminho; dos altos índices de visitação turística aos altos índices de criminalidade; do discurso da *hermandad* entre os diferentes grupos étnicos e nacionais ali estabelecidos, à paranoica campanha de perseguição ao suposto terrorismo islâmico e ao tráfico de drogas paraguaio. Tratam-se de imagens e discursos produzidos e legitimados a partir de determinados contextos, e por determinados segmentos sociais, e que tem ampla repercussão nos próprios agentes locais ali existentes, tais como meios de imprensa, forças policiais, turistas, trabalhadores, imigrantes, empresários, academia, artistas e intelectuais, etc.

Hoje, pensar a *tríplice fronteira* significa remeter a algum – ou mais de um - destes estereótipos, solidamente estabelecidos a partir de recursos retóricos e imagéticos. Durval Muniz de Albuquerque produziu um interessante e revelador trabalho sobre a estereotipia acerca do Nordeste brasileiro. Neste texto, o autor recupera parte do processo que “construiu” imaginários acerca dessa região geográfica específica do Brasil, e que hoje, também é enunciada sempre a partir de imagens solidamente estabelecidas pela literatura,

líder islâmico.”. A matéria cita como fonte, “um alto funcionário da Agência Brasileira de Inteligência (Abin)”, além de “Outras duas fontes – um superintendente da Polícia Federal e um delegado aposentado da PF, que trabalhou em Foz do Iguaçu”, e ainda, um egípcio que vivia clandestinamente na fronteira com documentos falsos, por ser procurado no Egito após se envolver com grupos terroristas que cometeram atentados no país africano. Este último, para não ser deportado e provavelmente executado no Egito, teria pedido clemência e acabou fazendo um acordo com a ABIN e CIA para se tornar informante. Nenhuma dessas fontes é identificada, apesar das acusações graves que a revista faz contra a comunidade islâmica local. No final, a própria revista admite que a história (de que Osama Bin Laden estivera no Brasil) poderia se tratar de mera paranoia sensacionalista da CIA e do serviço secreto argentino, mas deixa no ar a ideia de que a comunidade árabe local seria bastante receptiva a ideias extremistas, e inclusive estaria disposta a apoiar grupos terroristas islâmicos pelo mundo, e que ainda, escondia em seu seio lideranças de tendências extremistas e terroristas foragidos. Vide: http://origin.veja.abril.com.br/190303/p_058.html , acessado em 21/10/2017.

pintura, música, filmografia e, inclusive, historiografia, entre outros discursos. Este autor problematiza a estereotipia como fator a intermediar a forma como nos apropriamos e/ou conhecemos *a priori* um determinado local/povo/região, na maioria das vezes, ignorando as próprias relações sociais e cotidianas nele existentes. De acordo com Durval Albuquerque:

O discurso da estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo. (ALBUQUERQUE Jr., 2011, p. 30)

Em épocas recentes, nestas muitas “invenções” sofridas pela tríplice fronteira Brasil/Paraguai/Argentina, alguns temas tem ganhado centralidade ao tornarem-se os principais intermediadores a pautarem imaginários construídos e difundidos acerca dessa região. Baseados em aspectos verdadeiros ou não, estes estereótipos acabam por empobrecer um arco bastante amplo de outras possibilidades de se pensar essa fronteira em suas múltiplas facetas. A violência urbana é um destes temas, e ajudaram a matizar nacional e internacionalmente a ideia de que a *tríplice fronteira* constitui um território onde atividades criminosas acontecem à luz do dia, sem controle ou regras, tornando-se essa sua característica permanente.¹⁶ Nara Oliveira, antropóloga sul riograndense radicada em Foz do Iguaçu desde 1996,¹⁷ em seus estudos sobre a multiculturalidade e alteridade, observou essa característica tão peculiar presente nessa fronteira brasileira. De acordo com essa autora:

Associada à face deslumbrante da paisagem natural e da paisagem tecnológica, corporificada nos atrativos Cataratas do Iguaçu e Itaipu Binacional, está a contrastante face estarrecedora do crime, ilegalidade e impunidade que constituem a imagem contundente pela qual a Fronteira do Iguaçu é conhecida local, nacional e internacionalmente. Contrabando de mercadorias, tráfico de drogas, armas, pessoas (menores e adultas) e animais silvestres, sequestros, violência, roubo de veículos, estelionato e extorsão são algumas das ocorrências criminosas registradas na fronteira. Alinhadas a esse estado de imoralidade, corrupção e licenciosidade, vivem nas cidades da fronteira, políticos, magistrados, policiais, empresários e opinólogos dentre outros pseudoprofissionais que ganham a vida promovendo a sustentação do

¹⁶ A própria Nara Oliveira, destaca este tipo de imagem como algo continuamente enfatizado e alimentado como uma imagem indissociável da tríplice fronteira: “

¹⁷ De acordo com entrevista concedida pela autora à revista acadêmica SURES, da Universidade Federal da Integração Latino Americana (Foz do Iguaçu) Ver: MARCELO, 2013: 160

crime.” (OLIVEIRA, 2012, p.32).

Alguns dados parecem corroborar essa imagem de fronteira da *tríplice fronteira* como local por excelência da violência urbana. Entre os anos de 2007 a 2010, Foz do Iguaçu esteve no topo do ranking nacional de homicídios contra jovens e adolescentes (15 a 24 anos de idade), chegando a ser registrado mais de 300 por ano no período.¹⁸ O assunto teve bastante repercussão na imprensa nacional e internacional, e ajudou a colocar em evidência uma cidade que já era mundialmente conhecida por conta das Cataratas do Iguaçu – agora, transformada também em símbolo de insegurança. Graças a estatísticas como essa, prospera na fronteira um tipo de imprensa marrom que faz da exploração midiática sensacionalista da violência o seu carro chefe.¹⁹ Estes veículos reforçam continuamente imagens negativas sobre a tríplice fronteira, tratando-a como uma espécie de “terra sem lei”, “paraíso do contrabando” e outras qualificações negativas. Retomando o estudo do antropólogo Fernando Rabossi, poderíamos problematizar este tipo de imagem. Descrevendo um retrato típico bastante difundido no imaginário das pessoas comuns, Rabossi sintetiza algumas referências e conceitos negativos geralmente associados à tríplice fronteira, com especial destaque para o lado paraguaio dessa fronteira, Ciudad del Este:

Seguindo os meios de comunicação regionais e internacionais, a zona de confluência dos limites entre Brasil, Paraguai e Argentina parece ter-se transformado em um dos espaços que condensa todos os problemas

¹⁸ A Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu disponibilizou os seguintes dados sobre mortes violentas ocorridas na cidade entre os anos de 2005 a 2010 (sem especificar idade ou as circunstâncias em que se produziu o óbito: 2005 (279 mortos); 2006 (327 mortos); 2007 (398 mortos); 2008 (304 mortos); 2009 (307 mortos); 2010 (335 mortos). Dados extraídos de: <http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=62501>, p.08. Consultado em 22/11/2017. As mortes violentas incluem, além de homicídios (causados por arma de fogo ou arma branca), atropelamentos e acidentes de trânsito, acidentes domésticos e em locais de trabalho (quedas de altura, eletrocussão, etc.), afogamentos, entre outros tipos de óbitos causados por motivos que não podem ser considerados como “causa natural”. Em 27/02/2007, analisando dados relativos ao ano de 2006, o jornal *Gazeta do Povo*, de Curitiba, divulgou um dado concreto para entendermos este índice. De acordo com essa publicação, Foz do Iguaçu era a 5ª colocada no ranking nacional onde mais ocorriam homicídios por arma de fogo. (Ver: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/foz-do-iguacu-se-destaca-negativamente-no-mapa-da-violencia-no-brasil-adukccnwppf9bgtcbd3fsegjv>, consultado em 23/11/2017). Nos anos seguintes, a cidade continuou liderando este desonroso ranking, tornando-se a 1ª colocada em número de homicídios de jovens e adolescentes per capita no Brasil. (Vide: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/12/foz-do-iguacu-lidera-ranking-de-homicidios-entre-adolescentes.html>, acessado em 23/11/2017).

¹⁹ Em Foz do Iguaçu, poderíamos exemplificar o famoso site *Tribuna Popular*. Característico por seu estilo “sem censura”, este veículo acompanha inúmeras cenas de crime e tragédias, incluindo homicídios, espancamentos, afogamentos, atropelamentos e outras formas violentas de se morrer. No site, são disponibilizadas para visualização fotografias de cenas de crime, sem qualquer censura ou filtro, com corpos ensanguentados e/ou membros decepados. Também o tipo de “jornalismo policial” feito por emissoras de TV local que transmitem seus noticiários em pleno horário de almoço, com destaque para o noticiário *Tribuna da Massa*, produzido pela Rede Massa, afiliada do grupo SBT (Sistema Brasileiro de Televisão); e o noticiário *Tempo Quente*, produzido pela TV Tarobá, afiliada da Rede Bandeirantes.

de segurança contemporâneos. Terrorismo islâmico e máfias transnacionais. Pirataria, contrabando, lavagem de dinheiro e de artigos roubados. Narcotráfico e tráfico de armas. Se esta visão sobre a Tríplice Fronteira foi afiançando-se durante a década de 90, depois dos atentados do 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, a mesma passou a ser um dos espaços privilegiados de pesquisa e reflexão no campo de segurança, os estudos estratégicos e as relações internacionais pela suposta vinculação entre formas ilegais de geração de recursos e o terrorismo internacional. Na cartografia da criminalidade que aparece delineada nesses retratos, as três cidades localizadas a cada lado dos limites internacionais são incorporadas dentro da totalidade que constitui a Tríplice Fronteira, mas é Ciudad del Este a que aparece como seu centro. O “ninho da serpente”. O “santuário da impunidade e da delinquência internacional”. (RABOSSI, 2004, p. 22-23)

Para elaborar parte dessa crítica, o autor se baseia em produções que circularam bem longe da tríplice fronteira, especificamente nos EUA. Contudo, não é difícil encontrar na própria imprensa brasileira (e mesmo regional) textos que corroborem ao menos em partes o “retrato” traçado por Rabossi. Este autor ainda observa, com ironia, o paradoxo de uma fronteira frequentemente associada à ideia de uma “terra sem lei”, que, no entanto, constitui provavelmente o território do MERCOSUL mais policiado, monitorado, controlado e equipado pelas forças de repressão dos três países envolvidos (Argentina, Paraguai e Brasil). Assim, aponta o autor:

Ausência de controle governamental, perda de controle estatal, corrupção e falta de recursos: os diagnósticos sobre a Tríplice Fronteira caracterizam um espaço definido pela ilegalidade. Se o problema é a ausência da lei, então a solução é torná-la presente. Levá-la. Reforçá-la. Efetivá-la. Mas aqui começam os problemas, porque o postulado da ausência de legalidade se enfrenta com a presença numerosa de instituições e funcionários encarregados de efetivá-la. Dezesete instituições paraguaias estão localizadas na saída da Ponte da Amizade. A Delegacia da Receita Federal de Foz do Iguaçu é uma das mais importantes do Brasil. O controle, entrando na Argentina pela Ponte Tancredo Neves, é um dos mais rigorosos do país. Junto às instituições e funcionários que tomam conta das passagens também estão presentes nas três cidades as forças armadas de cada país, suas várias polícias, um comando tripartite de segurança, assim como agências de inteligência estrangeiras e locais. Inclusive, a ‘colaboração’ internacional em aspectos de segurança não é nova, como demonstram as operações da agência norte-americana antidrogas e de sua central de inteligência que se tornaram públicas e que remontam à década de 80. (RABOSSI, 2004, p. 26)

Este autor observa serem esses discursos geralmente fruto de análises de pessoas que não vivem nessa fronteira, mas que, sem conhecer seu cotidiano, mas que para qualificá-la acabam se amparando em noções de legalidade que só existem no papel. Essa legalidade é

tornada letra morta nas práticas cotidianas, não porque exista nessa fronteira uma *índole* criminosa que leve sua população a enveredar pelas relações de ilegalidade, mas por conta do papel essencial desempenhado pelo trabalho e economia informal (objeto de seu estudo), realizada à margem da lei e, conseqüentemente, do próprio controle estatal. Neste caso, como sublinha o autor, conceitos tais como legal/ilegal são bastante tênues e flexíveis, e que precisam ser avaliados à luz de cada circunstância histórica, pois foram forjados a partir de correlações de forças possíveis em um determinado momento histórico. Logo, o que é “legal” e até “cultural” em uma determinada coletividade, pode ser considerada “ilegal” e/ou imoral quando se atravessa a linha de uma fronteira internacional. Neste caso,

Há uma inadequação entre o retrato da insegurança e ilegalidade e aquilo que se faz e incentiva naquele espaço fronteiriço. Não estou dizendo com isto que o que aparece como objeto das denúncias não ocorra ou que seja invenção dos meios de comunicação ou de funcionários interessados. O ponto que quero assinalar é outro. Que, antes que nada, as denúncias que informam o retrato da Tríplice Fronteira operam em função de modelos de ordem e de lei que talvez não sirvam para pensar o funcionamento efetivo da lei nem as atividades que se desenvolvem na fronteira. As inconsistências e contradições entre as agendas políticas e as agendas econômicas que emergem nesses retratos derivam de modelos contraditórios sobre o que é o mercado e o estado, a legalidade e o desenvolvimento econômico. Por isso é necessária uma abordagem que não assuma como ponto de partida as definições que informam esses retratos, mas sim que as incorpore como parte do universo a ser analisado. (RABOSSO, 2004, p.24)

O que Fernando Rabossi aponta acima é bastante revelador sobre a tríplice fronteira na qual estamos prestes a adentrar. Neste lugar, historicamente falando, inúmeras práticas cotidianas, comuns no dia-a-dia de sua população, muitas vezes se fazem à margem da própria lei dos países ali presentes, e são vividas como necessidade ou como *costume*, no dizer de E. P. Thompson.²⁰ Tais práticas, não raro, acabam sendo criminalizadas por agentes da lei, meios de imprensa e instituições que, baseados em decisões e resoluções tomadas em gabinetes e escritórios geralmente situados a centenas de quilômetros de distância dali, desconhecem a

²⁰ Discutindo o conceito de *costume* a partir da sociedade plebeia inglesa do século XVIII, Thompson percebe, no *costume*, não apenas a repetição mecânica de gestos e falas, hábitos e ações, mas todo um conjunto de “direitos” não oficiais (na lei escrita), mas moralmente aceitos e respeitados por uma coletividade: “Em um certo sentido, a cultura plebeia é do povo: uma defesa contra as intrusões da *gentry*, e do clero; consolida aqueles costumes que servem aos interesses do povo; as tavernas são suas, as feiras são suas, a *rough music* está entre seus meios de auto-regulação. Não estamos diante de *qualquer* cultura tradicional, mas de uma cultura bastante peculiar. Por exemplo, ela não é fatalista, oferecendo consolo e defesas ao longo e uma vida completamente determinada e restrita. É, sim, picaresca, e não só no sentido mais óbvio de que um número maior de pessoas se movimenta, vão ao mar, são levadas para as guerras, experimentam os azares e as aventuras da estrada” (THOMPSON, 1998, p. 21).

importância de muitas dessas práticas *ilegais* no próprio funcionamento dessa fronteira,²¹ incluindo as formas alternativas de produção da *economia moral* dessa multidão – para tomarmos de empréstimo outro termo também construído pelo historiador inglês (THOMPSON, 1998).

A tríplice fronteira é muito mais do que simplesmente aquilo que a propaganda sensacionalista permite apreender sobre ela. Autor de uma série de estudos a este respeito, o sociólogo José Lindomar C. Albuquerque chama a atenção para as múltiplas possibilidades de se perceber e pensar a noção de *fronteira* nessa região, para além dos estereótipos negativos construídos sobre ela. Na avaliação deste autor:

As fronteiras costumam ser reduzidas a uma ideia de problema social a ser combatido e controlado. Uma fronteira específica só se torna notícia relevante, publicada e veiculada pela grande imprensa, quando esta é transformada em problema social e em espetáculo mediático. Em nosso contexto contemporâneo, a grande imprensa, organismos internacionais e programas de segurança dos Estados nacionais, entre outros, reduziram as fronteiras a “lugares perigosos”, “muros de retenção”, pontos de migração clandestina e tráfico de pessoas, passagens de drogas e de armas e algumas em lugares de “células terroristas”. Muitas dessas imagens foram associadas intensamente à região da “Tríplice Fronteira” nas duas últimas décadas. Mas esta região urbana entre Paraguai, Brasil e Argentina é muito mais do que esses alarmes mediáticos e os informes do departamento de segurança dos Estados Unidos. Trata-se de um território específico que tem passado por inúmeras transformações econômicas e sociais nas cinco últimas décadas, especialmente no que se referem à construção de grandes obras (como a Hidrelétrica Binacional de Itaipu), às transformações do espaço

²¹ Ellen Patricia Davi, em seu estudo sobre os *laranjas* – trabalhadores que vivem de atravessar mercadorias de contrabando, do Paraguai até o Brasil – lembra que até mesmo essa prática, responsável pelo emprego de milhares de trabalhadores na região das três fronteiras, é comumente tratada como *crime* pelos órgãos de repressão estatal. Citando um relatório produzido em 2004 por membros da Receita Federal que atuam em Foz do Iguaçu, a autora concluiu: “Com base nesse relatório foi possível apreender como esses trabalhadores são tratados pelos órgãos oficiais, não só enquanto medidas repressivas, mas enquanto argumentos forjados na sociedade, numa tentativa de enquadrar esses sujeitos em ‘ações ilícitas e criminosas’” (DAVI, 2008, p. 21, grifos no original). O relatório a qual a autora se refere tinha o sugestivo título “Considerações sobre o combate ao ‘contrabando’ em Foz do Iguaçu. A abordagem integral de combate e o desenvolvimento socioeconômico com medida necessária”, e foi produzido pelo SINDIRECEITA (Sindicato Nacional dos Técnicos da Receita Federal) em 2004. Num dos destaques que a autora faz sobre este relatório, aparecem números impressionantes que indicavam o tamanho da dependência da sociedade local em relação a atividades relacionadas à prática do contrabando. Citando um trecho do relatório reproduzido pela autora, podia-se ler: “Sobre a realidade do contrabando, sua influência local e regional, o quantitativo e o perfil socioeconômico da população envolvida, há estudos escassos e grande parte dos números apresentados, inclusive números oficiais, têm sua obtenção desprovida de embasamento científico e metodológico, o que permite variações ao sabor do desejo do impacto ou de amenização do problema, mas é possível que apenas em Foz do Iguaçu em torno de 40 mil pessoas estejam atuando diretamente na atividade ilegal de intermediação de mercadorias provenientes do Paraguai” (FILHO, SANTOS, 2004, Apud DAVI, 2008, p.31, grifos meus). Ao que tudo indica, o relatório produzido por este sindicato de servidores públicos federais parecia igualmente preocupado com o “problema social” que estava na origem do contrabando, tratado aqui mais como um problema social, do que como crime – viés preferido pela autora do estudo em questão.

urbano, aos circuitos comerciais, aos trânsitos turísticos, às migrações de curta e longa distância e às mobilidades atuais de estudantes e professores com a criação de novas universidades, como a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). (ALBUQUERQUE, 2016, p. 33-34)

Corroborando a linha sugerida pelo autor, tem-se observado nos últimos anos um conjunto significativo de trabalhos que, sob os mais diferentes ângulos e perspectivas, vem buscando entender e avaliar o tipo de sociedade se formou na confluência dos rios Paraná e Iguaçu, para além daquelas polarizações e idealizações entre o discurso da abjeta criminalidade, e o discurso idílico do turismo. Aqui, começam a ganhar visibilidade temas como as relações de alteridade e estranhamentos entre moradores destes três países, as ações de *integração* (seja a integração “real”, vivida e construída por sua própria população no cotidiano da fronteira; seja a integração “planejada”, buscada artificialmente a partir de projetos e discursos oficiais entre governos), a problemática das imigrações e deslocamentos, os problemas agrários (com especial ênfase sobre a questão dos *brasiguaios*²²), o contrabando e a criminalidade, os conflitos sociais, as relações de trabalho, o estabelecimento de grupos étnicos tais como a comunidade árabe e paraguaia, entre outros. Nestes estudos, oi se construindo a importante noção de que tratamos de uma fronteira multicultural e multifacetada, que precisa ser vista para além dessas idealizações e estereótipos traçados acima.

Por outro lado, apesar de já haver certo consenso entre muitos autores sobre o caráter multifacetado e multicultural dessa fronteira, esses conceitos tampouco escapam de idealizações. Tais idealizações, em determinados contextos, tomam a diversidade cultural como um jargão tratado inclusive de maneira empobrecedora e esvaziada de sentidos concretos para a compreensão do próprio cotidiano dessa fronteira. No dizer de Nara Oliveira:

A diversidade cultural é indiscutivelmente um importante traço identitário da cidade. Presentes nos discursos locais artísticos, culturais, midiáticos, políticos e acadêmicos, essa característica de Foz do Iguaçu tornou-se um jargão. Transformado em algo trivial, ponto de vista elementar, parcial e superficial, a multiculturalidade de Foz não escapou às simplificações e tendências banalizantes.

A sentença – *inúmeras culturas vivendo em paz* – é recorrente nos discursos veiculados na mídia local oferecendo à população a ideia de que se trata de um fato consolidado, dificultando a percepção de que

²² Agricultores de origem brasileira que se estabeleceram no leste do Paraguai, nessa zona de fronteira, a partir dos anos 1960/70.

este é um cenário em permanente construção. (...)

Sem dúvida, a condição de civilidade e cordialidade é um importante atributo distintivo desta região comparada a outros territórios que vivem conflitos armados decorrentes da intolerância, do nacionalismo agressivo, do terrorismo e da violência contra minorias étnicas. Entretanto, observa-se que este ambiente pacífico interétnico muitas vezes limita-se ao uso partilhado do território geográfico, pouco estimulando contatos interculturais. (OLIVEIRA, 2012, p. 54, grifos no original)

Com efeito, assiste-se a produção de discursos oficiais que idealizam uma “integração” muitas vezes irreal, porque tratada entre governos a partir de grandes projetos de cooperação bilateral, mas que não necessariamente produzem “integração” na prática – apesar da forte propaganda a este respeito. O historiador German Ocampo Sterling, autor de um estudo de mestrado sobre os museus mantidos pela empresa Itaipu Binacional no Brasil (*Ecomuseu de Itaipu*, em Foz do Iguaçu) e Paraguai (*Museo de la Tierra Guaraní*, em Hernandárias), observou essa contradição. A Itaipu Binacional, como veremos ao longo do trabalho, constitui um dos maiores símbolos de “integração” entre duas nações – Brasil e Paraguai - construídos nessa tríplice fronteira. Apesar disso, como observou o autor, a forte propaganda a respeito “integração” supostamente promovida pela empresa Binacional nos dois lados da fronteira, contrasta com a praticamente ausência absoluta de ações práticas neste sentido. Para Sterling:

Entretanto, a integração ambiental (...) não ocorre como indicado neste informe, como tampouco, *a posteriori*, aconteceu a integração cultural ou das memórias, como notaremos, nos centros culturais que constituem os museus. A empresa é binacional no nome e na gestão técnico-administrativa e financeira, mas nas questões ambientais e culturais a gestão é notadamente nacional, como percebemos nos museus, a não ser, escassos e insignificantes momentos de diálogo ao longo de suas trajetórias, se comparados com o marketing institucional feito em cima da integração, e contrastados com os diversos meios de comunicação que a empresa utiliza na região para divulgar suas políticas de responsabilidade, como outdoors espalhados nos principais acessos à região, em jornais e outras mídias de comunicação. (STERLING, 2011, p.32).

Apesar da problemática desta limitada “integração de outdoor”, as características presentes nessa fronteira favorece encontros, sociabilidades e hibridações, mas também tensões e estranhamentos. Sobre estes últimos aspectos, são conhecidas as constantes escaramuças envolvendo a próspera comunidade de agricultores brasileiros radicados no leste do Paraguai (chamados de brasiguaios), em razão de algumas atitudes consideradas por muitos

paraguaios como segregacionistas, realizadas contra cidadãos nativos daquele país. Muitos paraguaios acusam os brasileiros de serem preconceituosos e de discriminarem os paraguaios em seu próprio país. Como resposta, alguns paraguaios acabam evocando memórias e ressentimentos históricos como aqueles relacionados à guerra do Paraguai. Neste discurso, o problema deixa de ser visto como algo restrito a um grupo específico de agro capitalistas brasileiros fixados naquele país, para se tornar uma disputa entre dois entes coletivos nacionais. Foi o que concluiu o estudo de Jayme Benvenuto, professor da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), de Foz do Iguaçu, e coordenador de um livro recente que reuniu pesquisadores preocupados com as questões de integração, relações de amizade e tensões vividas na tríplice fronteira (BENVENUTO, 2016). Em seu estudo publicado neste livro, o autor – que trabalhou com depoimentos orais tomados de moradores das três fronteiras – identificou a insistência dos paraguaios em retomar o tema da Guerra do Paraguai em suas falas. Neste caso:

A pesar del discurso de hermandad en la región de la frontera, los entrevistados paraguayos hablan en casi todas las entrevistas realizadas en el país del resentimiento nacional-paraguayo relacionado las marcas del pasado: la Guerra de la Triple Alianza o Guerra del Paraguay, ocurrida hace cerca de 150 años, apareció en las entrevistas con los paraguayos como una herida abierta, con repercusiones en las relaciones con los vecinos y en el dimensionamiento del sentimiento de aislamiento en la relación con los otros tres países. (BENVENUTO, 2016, p.22)

A referida guerra, como veremos nos capítulos 2 e 3, sequer ocorreu nessa região de fronteira, mas a construção de uma potente memória a este respeito, em âmbito nacional, transpassou as mais diferentes correntes do nacionalismo paraguaio durante o século XX, quer seja de esquerda, quer seja de direita.²³ Tais memórias, estruturadas de modo a transformar o

²³ A este respeito, ver o texto de: QUEIRÓZ, 2016. Também as anotações do sociólogo paraguaio Rodrigo Villalba Rojas, quando, em suas análises acerca da construção de uma identidade nacional forjada a partir da ideia de uma “estirpe guarani” para a população paraguaia, observava que: “(...) los textos líricos en guaraní asumieron, a través de la elaboración de formas estéticas propias, una funcionalidad político-pragmática que contribuyó a la cohesión y reproducción de un programa político nacionalista de corte totalitarista. Esta poesía, al lograr mayor velocidad de difusión mediante su realización en canciones (*purahéi*), contribuyó al fortalecimiento de los símbolos nacionalistas sustentados por el ‘natalicismo’, que instituyó un modelo de tradición donde se oficializaban mitos como el del ‘agricultor soldado’ heroico, la valentía de la ‘raza guaraní’, la edad dorada del Paraguay como ‘potencia americana’, la esperanza en un ‘mesías militar’ y la ‘epopeya nacional’, que se reprodujeron pedagógicamente a través del discurso político, periodístico y literario” (ROJAS, 2016, p.07). O “natalicismo” ao qual se refere o autor está relacionado ao legado do escritor Natalicio Gonzalez (1897-1966), um dos autores associados à chamada “Generación del 900”, e continuador da obra de Juan O’Leary (1879-1969), que produziram uma literatura voltada à exaltação de feitos patrióticos a partir da guerra da Tríplice Aliança, iniciando a construção do *lopismo* – ideologia que legitimava as ações do presidente paraguaio, Marechal Francisco Solano López, durante seu governo, e, inclusive, ao longo da guerra do Paraguai.

Paraguai em *vítima* de uma conspiração imperialista por parte da Grã-Bretanha, foram sobejamente utilizadas durante a ditadura de Alfredo Stroessner, que se utilizava de imagens nacionalistas e patrióticas para legitimar as ações de seu regime; mas tiveram ampla aceitação também entre as esquerdas latino-americanas, conforme veremos no capítulo 2.

De qualquer modo, tendo ocorrido ou não nessa tríplice fronteira, o fato é que a memória da guerra contra o Paraguai opera como fator a potencializar as tensões vividas nessa região. A ela, somam-se outras, originadas no dia a dia da fronteira, conforme identificou José Lindomar Albuquerque, quando este autor entrevistou o paraguaio Angel Ibarra, chefe regional do setor de Migrações de Alto Paraná (Paraguai). Nesse depoimento, vemos aflorar uma queixa comum quanto à formulação de menções depreciativas por parte dos brasileiros no trato aos cidadãos de origem paraguaia, no caso vistos como “inferiores” e “não adaptados ao trabalho”. Ibarra identifica esse tipo de tratamento comum nas regiões agrícolas onde vivem a maior parte dos brasileiros estabelecidos no Paraguai;²⁴ mas, de qualquer modo, o problema que persiste é entre “brasileiros” e “paraguaios”, coletividades nacionais geralmente distantes e abstratas, mas que ganham rosto e forma no cotidiano da fronteira. De acordo com este depoimento recolhido por Albuquerque:

Hay otros que tienen desprecio hacia lo que es el paraguay, piensan que el paraguay es su empleado o alguien que tiene que servirle y viene de ciertos sectores, no podemos generalizar tampoco, pero si, vemos diariamente que existe un maltrato. Hay pobladores colonos²⁵ de Brasil que despectivamente le llama “Chi rú” al paraguay, no de un modo amigable sino ya con una connotación despectiva hacia el paraguay en sí. Y son conceptos que cierto sector maneja, no podemos generalizar pero podemos hablar de que el sector agropecuario, los colonos que se dedican a la plantación de soja y todo ese sector si tiene un concepto de menospreciar al paraguay (Angel Ibarra, Jefe Regional de

²⁴ Em um artigo publicado em 2009, José Lindomar de Albuquerque oferece alguns dados que demonstram o peso da presença maciça de brasileiros em cidades paraguaias da região da tríplice fronteira, no leste do Paraguai: “A dinâmica das fronteiras brasileiros no país vizinho é impreciso. As estimativas indicam que se trata da maior migração de brasileiros para uma nação fronteiriça e a segunda maior ‘comunidade de brasileiros’ no exterior. Segundo os dados do Ministério das Relações Exteriores, em 2002, dos 545.886 brasileiros que se encontravam nos países da América do Sul, 459.147 estavam no Paraguai. Esse país concentra de longe a maior quantidade, ou seja, mais de 4/5 de todos os imigrantes brasileiros que vivem nos países vizinhos.” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 139)

²⁵ “Colono” é um termo muito utilizado no sul do Brasil (inclusive na historiografia) para definir agricultores e proprietários agrícolas de origem europeia (no caso dos que imigraram ao Paraguai, de descendência ítalo-germânica), dado que estes contingentes foram bastante utilizados pelas frentes de expansão agrícola levadas a cabo no sul do Brasil no decorrer dos séculos XIX e XX. (Sobre este conceito, ver o capítulo 1 de GREGORY, 2002). Os grupos que imigraram para o leste paraguaio a partir dos anos 1960 eram, na maioria, agricultores ou descendentes de agricultores ítalo-germânicos estudados por Valdir Gregory neste livro, e que haviam chegado ao Oeste do Paraná nas frentes de colonização abertas a partir da década de 1940. Daí a ressignificação do termo *colono* para referir-se aos *brasiguaios*.

Migraciones de Alto Paraná, 17/07/2014). (in ALBUQUERQUE, 2016, p. 43).

A existência desses enclaves brasileiros em território paraguaio tem alimentado conflitos e ressentimentos no presente. Muitos *brasiguaios* instalados no Paraguai justificam a condição de relativa prosperidade econômica alcançada por seus empreendimentos monocultores argumentando que os paraguaios “não gostam de trabalhar”, como vimos no excerto da entrevista de Angel Ibarra a. Albuquerque (2016). Por seu turno, a população paraguaia passou a ver a presença maciça destes imigrantes brasileiros como um novo tipo de imperialismo. O historiador German Ocampo Sterling, em sua pesquisa de Mestrado (2011), constata a força dessa concepção que trata o reforço da presença brasileira na região, a partir de Itaipu, como uma nova versão do mesmo imperialismo histórico que o Império brasileiro havia desempenhado frente ao Paraguai no decorrer do século XIX, e que culminou com a Guerra do Paraguai em 1864. Analisando os discursos feitos por intelectuais paraguaio frente a ocupação do leste do tríplice fronteira, Sterling constatou que:

Muitos dos [agricultores brasileiros desapropriados por Itaipu] indenizados do lado brasileiro compraram terra no lado paraguaio e há autores que afirmam que esta migração foi incentivada pelo regime militar brasileiro no intuito de formar um cordão sanitário de brasileiros em torno da Itaipu. Em função disso havia uma preocupação destes intelectuais com o abrasileiramento da região oriental do Paraguai, algo que já acontecia e que inegavelmente acabou se constatando. Em função desse processo de ocupação das terras fronteiriças por brasileiros, a noção dessa ‘integração’ de algum modo também passou a ser lida por alguns paraguaios como dominação ou sub-imperialismo” (STERLING, 2011, p. 35).

A imigração em massa de agricultores brasileiros para o leste do Paraguai inseriu-se num contexto de cooperação entre as ditaduras de Brasil e Paraguai, entre o final dos anos 1960 e ao longo da década de 1970, acentuando-se a partir da construção de Itaipu (BALLER, 2014, p.19-20). A imigração brasileira ao Paraguai, além de responder as ações bilaterais de cooperação e ajuda mútua entre os governos ditatoriais, teve como consequência a expansão do agronegócio brasileiro nessa região. Vetores dessa expansão agrícola, os colonos brasileiros – doravante chamados de *brasiguaios* - implementariam naquele país a mecanização agrícola em larga escala, a utilização sistemática da monocultura e o uso de defensivos agrícolas, aumentando sobremaneira os índices de produtividade agrícola (especialmente soja), e formando ainda núcleos urbanos bastante

prósperos e pujantes, especialmente se comparados às outras áreas rurais de agricultura tradicional do restante do país. Os brasileiros instalados no vizinho país passaram a estruturar cidades e comunidades quase que exclusivas, constituindo grupos relativamente homogêneos - no sentido de não haver quase mistura com a população nativa paraguaia.²⁶

Estes fatores acumularam, ao longo dos anos, elementos de diferenciação social e identitária entre *brasiguaios* e paraguaios nativos, sendo desde então motivo de diversas tensões.²⁷ Após a abertura política operada no Paraguai com a queda do ditador Alfredo Stroessner (1989), muitos trabalhadores rurais sem terra do Paraguai (*campesinos*) passaram a questionar a grande concentração de terras nas mãos destes imigrantes brasileiros, o que gerou inúmeros conflitos nessa região de fronteira. O auge destes conflitos ocorreram durante o governo de Fernando Lugo, entre 2008 a 2012²⁸ (BALLER, 2014, p.206). Nestas ocasiões, antigas feridas sobre a guerra do Paraguai são frequentemente reabertas, utilizadas como arma de mobilização dos paraguaios contra os “invasores” brasileiros, acusados de *imperialistas*. De acordo com Albuquerque:

Os paraguaios se sentem mais próximos e amigos dos brasileiros, ainda que seja uma relação de amizade geralmente não horizontal, pois os paraguaios fronteiriços geralmente admiram o Brasil, os brasileiros e à língua portuguesa, enquanto os brasileiros da fronteira veem os paraguaios como inferiores, dificilmente se interessam pelas línguas paraguaias (espanhol e guarani) e atribuem aos paraguaios à condição de “chirú ou xirú”²⁹ e não adaptados à “cultura do trabalho”. (ALBUQUERQUE, 2016, p. 42)

²⁶ Dados apresentados pelo geógrafo Mauro Ferreira Cury (2010) indicam o tamanho da presença brasileira no Departamento paraguaio de Alto Paraná (que faz fronteira com o Brasil a partir de Ciudad del Este, sua capital). Essa presença é sentida sobretudo em cidades *sojeras* deste departamento, tais como San Alberto, Naranjal, Mbaracayú e Santa Rita. Baseando-se em dados fornecidos pelo Consulado Geral do Paraguai em Foz do Iguaçu, estima-se um população total de aproximadamente 843.000 habitantes em Alto Paraná dos quais cerca de 30% - ou seja, 253.000 - são agricultores brasileiros e descendentes (*brasiguaios*). O mesmo Consulado calcula que, dentre eles, 100.000 pessoas utilizam o SUS de Foz do Iguaçu.” (CURY, 2010, p. 186).

²⁷ Leandro Baller alude que: “Os brasileiros e descendentes no Paraguai são responsabilizados, há várias décadas, por parte de autoridades, em seus discursos políticos, pela decadência da questão agrária, do campesino paraguaio. São julgados como culpados pelo cultivo de grandes extensões de terras, pelo desmatamento, pelas pulverizações, pela contaminação de rios; e, em consequência, pela situação atual dos campesinos”. (BALLER, 2014, p.224)

²⁸ Fernando Lugo, ex-bispo católico ligado ao movimento de Teologia da Libertação, foi eleito presidente a partir de uma coalizão de partidos e organizações de centro-esquerda, incluindo movimentos sociais agrários, e setores progressistas da própria Igreja. O mandato presidencial de Lugo deveria ter sido encerrado apenas em 2013, mas o ex-bispo sofreu um processo de *impeachment* após o desgaste político de seu governo gerado pelas tensões envolvendo movimentos sociais agrários e fazendeiros paraguaios e brasileiros no leste do país, e que teve como auge o enfrentamento entre camponeses e policiais na localidade de Curuguaty, departamento de Canindeyú, em junho de 2012.

²⁹ De acordo com José Albuquerque, “A palavra deriva de ‘Che iru’ na língua guarani, que significa ‘meu amigo, meu companheiro’. Mas os brasileiros (especialmente do sul do Brasil) usam com um sentido

A questão específica dos *brasiguaios* está longe de constituir o nosso objeto de investigação. Contudo, trouxe um pouco dessa discussão aqui para entender como algumas tensões presentes na construção de imaginários acerca do “outro” estão presentes nessa tríplice fronteira. Como veremos no capítulo 3, a expansão do agronegócio brasileiro em solo paraguaio foi apenas um desdobramento da efetiva ocupação brasileira de suas fronteiras platinas e a construção de sua hegemonia sub-regional, que teria em Itaipu o seu maior símbolo. Era o momento em que o Estado brasileiro finalmente firmava sua posição geográfica, ocupando de maneira incisiva um espaço geográfico que sempre reclamou. Ainda do estudo de German Sterling, quando o autor buscava interpretar o sentido político da construção de Itaipu como iniciativa do Estado brasileiro:

Nesse sentido podemos evidenciar que, assim como a Usina, os museus atrelados a ela são também instrumento de resposta – diferenciada- às comunidades pelos impactos. As representações neles contidas passam a se constituir em instrumento de legitimação cultural mais do que apenas da Usina, também do Estado Nacional, que chegava como portador simbólico do progresso e da ordem nesta fronteira. Portanto, não se trata de apenas de um, mas de dois estados nacionais, que na segunda metade do século XX, começam a se fazer presentes com complexos militares e infraestruturas de grande porte num território que, desde sua invenção como estados nacionais, no início do século XIX, permaneciam quase ausentes. Nesta “chegada” simultânea dos estados nacionais aflora o problema da identidade cultural nacional, para uns mais ameaçada do que para outros. (STERLING, 2011, p. 43)

A retrospectiva que fizemos até aqui contempla apenas uma parte de alguns estudos acadêmicos, que nos últimos anos tem se voltado a compreender e qualificar os processos sociais e as dinâmicas históricas que tiveram lugar nessa tríplice fronteira. Como vimos, o próprio conceito *tríplice fronteira* constitui uma aceção recente, construída a partir de um contexto específico que implicava em definir uma zona de vigilância e controle internacional – o que não quer dizer, evidentemente, que este conceito não tenha sofrido outras reapropriações ao longo das duas últimas décadas. O que importa pensar, por ora, é que, mais do que objeto das preocupações de atores estatais e políticos, a tríplice fronteira é também alvo de apropriações de memorialistas, acadêmicos, artistas, trabalhadores, empresários etc, que, por motivos e objetivos distintos, produzem seu próprios discursos para demarcar sua presença

negativo, geralmente associado à condição indígena ou mestiça dos paraguaios, que ainda falam uma língua de herança indígena e gostam de alimentos bastante associados à tradição dos índios, como a mandioca. Há inclusive a expressão ‘xirú mandioqueiro’ ao se referir ao paraguaio de uma maneira depreciativa no contexto dos conflitos agrários no Paraguai.” (ALBUQUERQUE, 2016, p. 42)

neste mosaico multicultural e multifacetado. Um mosaico que não se produziu apenas como o espaço idílico da *integração*, mas também como palco de disputas entre Estados nacionais, grupos sociais e econômicos, e paisagem de memórias e práticas sociais de trabalhadores e imigrantes. Assim, a invés de reduzir e aprisionar os múltiplos sentidos e usos dessa fronteira a apenas este ou aquele conjunto de elementos selecionados de sua realidade cotidiana – como por exemplo, os conflitos sociais e luta por moradia, como fizéramos em nosso estudo de 2005 - torna-se necessário estar atento ao leque de possibilidades que ela oferece. Como chama a atenção Albuquerque (2016), para quem a tríplice fronteira é também lugar de sociabilidades e contatos diários, de reconstruções identitárias constantes, território onde se opera um privilegiado laboratório de práticas sociais e experiências interfronteiriças múltiplas, que reconfiguram identidades sociais e imaginários:

Esta região de fronteiras é um laboratório privilegiado de experiências sociais e de imaginação intelectual. Espaço de encontros, mesclas, disputas, conflitos, assimetrias e diferenciações entre povos e nacionalidades distintas que foram se concentrando aqui durante estas décadas e foram produzindo outras tantas fronteiras. (ALBUQUERQUE, 2016, p. 34)

Ou seja, compreender essa fronteira significa ir muito além dos conflitos vividos e gerados em âmbito macro-estrutural (governos, forças de repressão, imprensa, fazendeiros). A fronteira constitui um espaço aberto à dialética do encontro, da alteridade, do conflito e de novas construções identitárias, algo que Nara Oliveira denomina como “sistemas inter e transnacionais permeáveis”. Logo:

A região Brasil-Paraguai-Argentina corresponde a sistemas inter e transnacionais permeáveis, cuja plasticidade social se faz nas relações entre pessoas e culturas em constantes e descontínuas deslocções no interior e no cruzamento de três estados nacionais demarcados por fronteiras voláteis, difusas e intrigantes, literalmente *liquidas* e *fluidas*, difíceis de serem percebidas como sólidas, fortes, firmes e inabaláveis. Aqui, os “estranhos” se encontram e inventam formas de ritualizar-se enquanto tais, ocupando espaços e representando identidades nas trocas interculturais. (OLIVEIRA, 2012: 37)

Nessa mesma linha, Eva Morales Raya, para quem o constante vai-e-vem no interior das fronteiras nestes três países permite concluir que as práticas cotidianas desfazem a noção de fronteira como uma linha rígida e intransponível, criando novos territórios imaginários, e novas identidades sociais:

Los constantes intercambios en la zona de la Triple Frontera, el constante trajinar de personas entre los territorios de uno y otro Estado, las íntimas relaciones tejidas por los diversos sectores sociales asentados en la región, desmienten la representación de uma línea fronteriza, rígida y simplista, poniéndonos en disposición de comprobar históricamente su evolución, así como la viabilidad de algunas líneas de pensamiento sobre el peso de las fronteras en América Latina, teórica y metodológicamente hablando. (RAYA, 2012, p. 17)

Nos textos discutidos anteriormente, percebemos que diferentes autores apontam uma diversidade de acepções possíveis de serem trabalhadas a partir da fronteira. Ela é, ao mesmo tempo, local de novas reelaborações identitárias, ponto de chegada e ponto de partida, lugar de contato, irmandade e estranhamentos; enfim, espaço de construção da “integração”, e ao mesmo tempo, de reforço de estereótipos e até mesmo discursos e práticas xenófobas e nacionalistas. Essas possibilidades irão ganhar também vitalidade entre os músicos com os quais estamos dialogando aqui; cada qual, construindo sentidos diferentes para narrar o que a fronteira representa para eles, e de que maneira experimentam e interpretam seus próprios deslocamentos neste território.

Ao longo deste trabalho, veremos que a tríplice fronteira Brasil/Paraguai/Argentina foi sendo conformada histórica, territorial e identitariamente em meio a processos de disputa entre três estados nacionais platinos “inventados” ao longo do século XIX no Cone Sul e que, nessa condição, também precisaram definir (ou expandir) seus próprios limites territoriais. Tratadas a partir dos grandes centros decisórios como Buenos Aires, Rio de Janeiro, Curitiba e Asunción, as fronteiras mais avançadas no interior do rio da Prata foram, desde o século XIX e até meados do século XX, foco de instabilidade e desconfiança de parte a parte, levando a intermináveis disputas jurídicas e diplomáticas (como quando da “Questão das Missões” entre Brasil e Argentina³⁰) e conflitos militares (como quando da Guerra do Paraguai, entre os países da Tríplice Aliança e o Paraguai³¹). Alguns destes conflitos somente seriam encerrados de forma definitiva já no decorrer do século XX.³²

³⁰ Disputa travada entre Brasil e Argentina até 1895 pela posse de parte do atual Estado de Santa Catarina e sudoeste do Paraná. Trataremos parcialmente deste assunto no capítulo 2.

³¹ A disputa territorial entre Brasil e Paraguai, e entre este e a Argentina, levaria ao conflito bélico entre 1864 a 1870. Após o conflito, no decorrer da década de 1870, acordos territoriais foram assinados unilateralmente entre os países vencedores (Brasil e Argentina) com o Paraguai, estabelecendo as fronteiras entre estes três países, que permanecem até os dias atuais. Trataremos deste tema também no capítulo 2.

³² Entre estes conflitos que ainda permaneciam, estava a questão da posse dos saltos de Sete Quedas, que o Paraguai reivindicava parcialmente, enquanto o Brasil entendia possuí-los em sua integridade. Essa querela seria encerrada de forma definitiva com o *Tratado do Iguaçu* (1966), que também acabaria dando origem à construção de Itaipu, em 1966. Este assunto será melhor aprofundado no capítulo 3 deste trabalho.

Enquanto as fronteiras situadas na confluência dos rios Paraná e Iguaçu eram “inventadas” a partir de grandes centros decisórios (Buenos Aires, Asunción, Rio de Janeiro, e no nosso caso, também Curitiba), em seu interior, desenvolvia-se toda um conjunto de práticas sociais e identitárias que, ao seu modo, fugia de tais elaborações vindas de cima, razão pela qual, não raro, os inúmeros viajantes brasileiros que por ali chegavam descreviam aquela sociedade como uma “sociedade platina”. Sociedade que, ignorando aquilo que se pensava a seu respeito, e a despeito daquilo que se acordava nas mesas de negociações diplomáticas, desenvolvia suas próprias dinâmicas e sociabilidades, temporalidades e relações bilaterais.

Essa fronteira já foi ora indígena, ora paraguaia e argentina, ora brasileira, dependendo das circunstâncias históricas que emergiram num dado momento, e de quem se propunha a narrá-la. Esta peculiar sociedade começou a surgir desde pelo menos meados do século XIX, na foz do rio Iguaçu. Se é verdade que a exata linha de fronteira a limitar estes três Estados nacionais jamais foi colocada em questão - dado ter sido definida a partir de acidentes geográficos fixos (os rios Paraná e Iguaçu), sua “posse efetiva” sempre foi tratada como um problema a ser resolvido pelas autoridades dos respectivos países, especialmente por parte do Brasil.

Projetada, imaginada e discutida por elites que viviam a centenas ou milhares de quilômetros longe dali, essa fronteira ia se desfazendo no próprio dia-a-dia, nas micro relações que dissolviam as rígidas fronteiras nacionais que se pretendia estabelecer - e por que não dizer? – colocando em segundo plano até mesmo históricas rivalidades e ressentimentos nacionalistas que marcaram a sempre tensa e vacilante relação entre Brasil, Argentina e Paraguai em âmbito diplomático. Se, como discutimos no capítulo 3, tais desconfiças e vacilações acabariam perdurando pelo menos até o alvorecer da década de 1950 no que tange ao cotidiano local dessa fronteira, esses ressentimentos e relações tensas há muito já haviam se diluído. E foi essa inserção específica dessa fronteira nos respectivos Estados nacionais aos quais correspondiam, que permitiram a construção de novas redes de sociabilidades, possibilidades ímpares de elaborações identitárias complexas, novas temporalidades e outras relações de pertencimento.

Dialogando com as trajetórias de músicos que migraram para essa fronteira a partir dos anos 1960, interrogaremos este constante “vai e vem” no interior destas linhas compreendendo-os como fatores que ajudaram a estruturar estes *sistemas inter e transnacionais permeáveis*, constituindo novos territórios, imaginários e identidades

sociais, e deslocando suas linhas de acordo com apropriações, usos e práticas sociais e culturais.

Assim, para empreender essa discussão, dividimos o trabalho em 5 capítulos. O primeiro, intitulado “Uma Cidade de Costas para o Rio”, irá tratar do processo historiográfico de apagamento do passado platino dessa tríplice fronteira por parte da historiografia brasileira (nosso principal interlocutor), em favor da construção de uma memória histórica que irá transformar o Oeste do Paraná em território *sulino* à priori, integrado desde sempre à nação brasileira. Apesar dessa afirmação – pertencer ao mapa do Brasil – ser uma verdade do ponto de vista geográfico, do ponto de vista das práticas sociais, essa fronteira se constituiria como um território platino desde meados do século XIX, permanecendo assim até a década de 1940. Esse capítulo discute como diferentes narradores – historiadores, memorialistas, jornalistas, políticos, etc. – irão construir narrativas para descrever e justificar a posse brasileira sobre este território, ainda que de fato não o fosse; assim, uma vez pensado como território nacional, esses discursos acabarão por negar as dinâmicas sociais e históricas constituídas naquele espaço até a década de 1940, quando o Estado brasileiro começa efetivamente a ocupar e nacionalizar o oeste paranaense, integrando-o à lógica do capital e do sistema agrário brasileiro. É como se fosse apenas a partir de então que este território passasse a ter história. Os processos sociais e históricos anteriores, bem como seus sujeitos – *obrages*, argentinos, paraguaios – serão tratados apenas como a “pré-História” dessa região, que precisava ser apagada. Este apagamento, operado primeiro no campo político e econômico, acabará sendo consolidado a partir da década de 1980, quando começa a se estruturar um tipo de historiografia que fará emergir aquilo que chamaremos de *memória sulista* da tríplice fronteira.

No segundo capítulo, intitulado “Nação, Território e Identidade no Prata: a problemática territorial nos confins da tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina”, analisamos, no âmbito macro, a maneira como se discutiu a problemática territorial no interior do rio da Prata, desde os processos de emancipação política do início do século XIX, até os embates em torno da construção da Nação em países como Argentina, Paraguai e Brasil. Este processo trouxe no seu bojo a definição das fronteiras nacionais, sendo esse o grande fator de instabilidade na região platina. As disputas territoriais levariam os países em processo de formação a rivalizarem no campo jurídico e diplomático, evoluindo, em alguns casos – como na questão entre Brasil e Paraguai – também para conflitos armados. Essa região, contudo, sempre foi marcado pela fluidez e

se tratava de uma importante rota de passagem e de contrabando desde o período colonial. Embora, geograficamente falando, a posse brasileira sobre a atual região da Foz do Iguaçu jamais tivesse sido colocada em xeque por parte do Paraguai e, principalmente, da Argentina³³ - que era quem efetivamente podia ameaçar a soberania territorial brasileira sobre o Prata -, é preciso salientar que essa fronteira era apenas um entre os demais territórios no interior do Prata que o Estado brasileiro demonstrava enormes dificuldades em ocupar e povoar.

Deste modo, enquanto a ocupação oficial da tríplice fronteira por parte do Estado brasileiro não era efetivada – algo que só irá começar a ocorrer *de fato* a partir da década de 1930 -, essa região viria emergir uma sociedade totalmente *castelhana*, moldada a partir da dinâmica do sistema extrativista ervateiro e madeireiro explorado por argentinos e paraguaios (obrages), que era quem de fato tinha acesso ao território através do sistema fluvial proporcionado pelo rio da Prata.³⁴ Aqui, notaremos um esforço de reinvenção e nacionalização dessa fronteira – primeiro, operada no âmbito discursivo, por parte de agentes estatais brasileiros, além de políticos, viajantes, empresários, militares, etc.

Depois, a partir dos anos 1930 (mas com reflexos efetivos apenas na segunda metade da década de 1940) outras ações de nacionalização empreendidas a partir da passagem da Coluna Prestes, e da ascensão do regime de Getúlio Vargas (1930-45). Este será o tema do capítulo 3, intitulado “Las Tres Fronteras”. Além de tratar deste processo de reinvenção dessa fronteira sob a perspectiva do Estado brasileiro desde a década de 1930, também irá analisar a ocupação do leste paraguaio (onde atualmente se situa a região de Ciudad del Este) a partir dos objetivos geopolíticos e econômicos do Brasil – que pretendia construir um sistema sub-regional de hegemonia no Prata por conta de sua relação com o Paraguai -, e da própria ditadura paraguaia de Alfredo Stroessner (1954-1989). O ditador aproveitou o intento brasileiro para também dinamizar a ocupação

³³ Conforme discutimos no capítulo 2, a posse brasileira dessa região estava assegurada desde a independência de 1822, pois fazia parte do espólio português herdado dos tratados assinados ao longo do século XVIII entre Portugal e Espanha. Ao contrário, Paraguai e Argentina rivalizaram até meados do século XIX sobre o direito de posse do território da atual província de Misiones, resolvido parcialmente apenas após assinatura de acordos entre o Paraguai e a Confederação Argentina em 1852.

³⁴ O rio Paraná nasce do encontro entre os rios Grande e Paranaíba, na região de divisa entre os estados brasileiros de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e São Paulo, percorrendo cerca de 4 880 quilômetros até desaguar no Oceano Atlântico, no estuário do rio da Prata. O rio nasce no interior do Brasil, e percorre sempre em direção ao sul do continente. Daí, a expressão “rio abaixo” que utilizamos no texto. Em seu curso, recebe importantes afluentes tais como os rios Tietê, Paranapanema e Iguaçu (Brasil), além dos rios Paraguai e Uruguai, até desaguar no oceano atlântico, na altura da província de Buenos Aires (Argentina), onde passa a se chamar rio de la Plata (rio da Prata). Por essa razão, convencionou-se nomear as sociedades surgidas ao longo do seu curso na América hispânica, como *platinas*.

populacional e econômica das fronteiras nacionais do Paraguai ao leste, construindo ali uma nova área de colonização e instalando posteriormente também uma zona franca de comércio, que daria na atualidade origem ao comércio de eletrônicos de Ciudad del Este.

Nesse capítulo, discutimos as ações bilaterais de aproximação entre Brasil e Paraguai em âmbito *macro*, que a partir da década de 1950 terão reflexos importantes sobre a estrutura urbana e econômica da tríplice fronteira que surgia, tendo como efeito um acelerado desenvolvimento urbano e comercial em Foz do Iguaçu e em Ciudad del Este. Este processo custou o protagonismo que a Argentina até então exercia sobre essa sociedade local, descolando-se da dinâmica urbana que passaria a afetar os dois lados da ponte da Amizade (Brasil e Paraguai). Esse processo abriria as portas não apenas para Paraguai e Brasil construírem o mega empreendimento de Itaipu na década seguinte (1974), como ainda criaria as condições para o surgimento de um mercado turístico e comercial pujante nessa tríplice fronteira. Isso acabaria sendo fundamental para a chegada de músicos e outros trabalhadores que se deslocavam entre essas fronteiras, muitos dos quais buscando ocupação e/ou profissionalização a partir do mercado que iria se abrir para a música e para outras atividades relacionadas ao turismo e entretenimento.

No capítulo 4, sob o título “A gente tinha que cantar outro tipo de música”, acompanhamos a trajetória de músicos que passam a chegar à tríplice fronteira após realizarem percursos musicais e migratórios bastante variados. Com a consolidação das atividades turísticas na tríplice fronteira, estes músicos – muitos dos quais já em trânsito pelo eixo Buenos Aires/Posadas/Asunción/Curitiba/São Paulo – passaram a ver a perspectiva de se fixar e se profissionalizar na tríplice fronteira, tratando de criar novas estratégias de sobrevivência e novas identidades musicais, dialogando constantemente com as possibilidades e abertura ali situadas, aliando sua bagagem, suas identidades artísticas e necessidades para criar novas sonoridades, ora refazer identidades musicais, ou mesmo assumindo determinados estereótipos.

Finalmente, no capítulo 5, escrito sob o título “Construindo Identidades Musicais para a Tríplice Fronteira”, analisaremos processos identitários tornados possíveis a partir das condições oferecidas por esse espaço. No caso, acompanhamos alguns embates identitários que tomaram a música regional de matriz rural (o *folklore*) como seu principal interlocutor, seja para reafirmar padrões identitários regionais, seja para dialogar com eles - a fim de obter novas sonoridades -, seja para buscar supostas e alegadas raízes musicais puras e/ou inéditas para caracterizar e qualificar determinados sujeitos, territórios e/ou identidades coletivas. Neste capítulo percorremos um pouco daquilo que se tem

observado nesse espaço, e que trata de evidenciar como alguns músicos ou espaços tem buscado se colocar como construtores dessa identidade musical para representar a sociedade local/regional, e dar sentido a uma (ou várias) identidade(s) musical(is) da *tríplice fronteira*.

Para empreendermos essa pesquisa, além de outras fontes citadas (jornais, blogs, discos, fotografias, letras de músicas e composições, etc), nosso trabalho entrevistou músicos que vivem (ou viveram) nessa região da *tríplice fronteira* desde pelo menos a década de 1960. Todos eles, de origem brasileira, argentina ou paraguaia, e que em algum momento de suas trajetórias travaram contato com a tríplice fronteira. No geral, estaremos utilizando um total de 11 entrevistas com músicos que realizamos entre os anos de 2006 a 2017. Os entrevistados músicos foram os seguintes:

Bráulio Ramón Caraícho Toledo, cantor, pesquisador, poeta, radialista, compositor e apresentador. Nascido em Corrientes, Argentina, viveu toda sua vida entre Corrientes e Misiones, onde viria a falecer, quando residia na cidade de Comandante Andresito (Misiones), no ano de 2015. Apesar de ser conhecido e prestigiado no meio artístico local, Caraícho Toledo (como era conhecido) jamais viveu profissionalmente da música, tendo desempenhado outras funções para sobreviver (radialista, bancário). Era uma espécie de “militante cultural”, pois se dedicava a divulgar, debater e promover temas da música regional do *litoral* argentino.³⁵ A partir de 2010, começou a produzir e gravar um disco autoral, lançado em 2013, dois anos antes de sua morte por causas naturais (vítima de um câncer).³⁶ O músico foi entrevistado (depoimento gravado) no estúdio de Negendre Arbo em março de 2008, na cidade de Foz do Iguaçu, durante os trabalhos de gravação do referido disco.

Carlos Acuña, violonista (músico) argentino. Natural de Eldorado, Misiones, tornou-se nacionalmente conhecido na década de 1970 após ganhar, junto com seu irmão César Acuña, o principal festival de música popular (folklore) do país (Cosquín), como revelação. Após este feito, viajou pela Argentina, América e Europa, onde seu irmão decidiu fixar residência desde o final dos anos 1970, na Suíça, Carlos Acuña (conhecido como *Carlitos* no contexto regional) viveu um tempo também naquele país europeu, retornando tempos depois para o Brasil. Posteriormente, no início dos anos 1990, fixou-

³⁵ O *litoral* não se refere ao mar (que, na Argentina, aparecerá referenciado como *costa*). Neste caso, se refere às províncias do interior argentino situadas no cordão formado pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. São elas: Misiones, Corrientes e Entre Rios.

³⁶ Disponível para audição em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fjltizq6O6Y&t=57s>

se na cidade de Foz do Iguaçu, onde passou a tocar em hotéis e restaurantes, além de participar de espetáculos musicais. Acompanhou grandes nomes da música popular argentina, e viajou pelo Brasil apresentando-se, além de participar de inúmeras gravações em estúdios. Apesar de seu irmão continuar a viver na Europa, estruturaram e mantiveram em atividade o conjunto musical *Los Acuña*, que realizou inúmeras apresentações pela Europa e pela Argentina, e que ainda hoje, oficialmente, segue em atividade. Em meados dos anos 2000, decidiu regressar à sua terra natal (Eldorado), onde foi homenageado e declarado “embaixador cultural” da cidade. Em agosto de 2015, o legislativo municipal aprovou por unanimidade a mudança do nome do Anfiteatro da cidade para Carlos Acuña,³⁷ em homenagem ao músico, que conta na atualidade com 69 anos de idade. Entrevista (depoimento gravado) concedida ao autor na residência do músico, na cidade de Eldorado/Misiones, em julho de 2010.

Casemiro Pinto, harpista de origem paraguaia. Nascido em 1944 no Paraguai, chegou à tríplice fronteira ainda no início da década de 1960, estabelecendo-se ali definitivamente em 1968. Na cidade, com o aumento da atividade turística, passou a atuar como músico contratado em diversas casas de shows, hotéis e restaurantes. Seu filho também é músico, e acompanha Casemiro em várias atuações. Em sua casa, na cidade de Foz do Iguaçu, montou um pequeno estúdio caseiro, onde realiza algumas gravações autorais, as quais não costuma executar em suas apresentações. Entrevista (depoimento gravado) concedida ao autor na casa do músico, em Foz do Iguaçu, em abril de 2009.

Javier Estigarribia, músico, arranjador, ativista político e pesquisador. Nascido na Argentina, veio ao Brasil no início dos anos 1980 fugindo da perseguição da ditadura argentina a artistas populares e ativistas políticos. Instalou-se em São Paulo e, posteriormente, em Curitiba, onde, durante vários anos, integrou o conjunto musical latino-americano *Vientosur*, famoso no meio musical, e com o qual realizou inúmeros trabalhos, discos e apresentações artísticas. Dentre os entrevistados, este músico nunca viveu na região da tríplice fronteira propriamente dita, mas seu depoimento foi importante no sentido de esclarecer um pouco do ambiente artístico encontrado por artistas latino-americanos exilados em grandes centros urbanos (como São Paulo), elementos que aparecerão na trajetória de outros músicos com os quais a pesquisa irá dialogar diretamente. Entrevista (depoimento gravado) concedida ao autor em fevereiro de 2015, na residência do músico, na cidade de Curitiba.

³⁷ Ver: <http://debatediariodigital.com/?p=7275>

Julio Rolón, violonista argentino, natural da província do Chaco (Argentina). Rolón, que na atualidade conta com 53 anos de idade, iniciou-se muito cedo na música, tocando em locais públicos já aos 15 anos de idade. Além do Chaco, o músico viveu também na província de Santa Fé, em Buenos Aires e na cidade de Posadas, antes de fixar residência em Puerto Iguazu. Atuou em orquestras e acompanhando músicos em bares e casas de show. Desde 1998 se fixou em Puerto Iguazu, com um pequeno intervalo de tempo onde precisou regressar a Santa Fé. No total, o artista vive há 15 anos na fronteira, trabalhando em um único lugar (restaurante “El Quincho del Tio Querido”), onde realiza um show musical mesclando temas do folklóre argentino, latino-americano (Paraguai, México, etc.) e da música popular brasileira. Entrevista (depoimento gravado) concedida ao autor na residência do músico, em Puerto Iguazu, em abril de 2017.

Lorenzo Bottscher, violonista e cantor, nascido em 1961 em Oberá, província de Misiones. Durante parte de sua vida, o músico, que tem descendência germânica (Oberá é um dos centros de imigração germânica do interior argentino) viveu também na cidade de San Pedro, Misiones, na fronteira entre Brasil (Rio Grande do Sul) e Argentina. Ali iniciou seus primeiros trabalhos profissionais na música, gravando um trabalho coletivo com os músicos da cidade, mas sem fins lucrativos. Sempre desempenhou outras funções profissionais (funcionário dos Correios, empregado em uma loja de materiais elétricos, etc.), passando a “ganhar dinheiro” com a música apenas após sua chegada a Puerto Iguazu, para onde migrou atraído pelas possibilidades de ganhos com o turismo. Desde então, o músico aprimorou suas técnicas e ampliou seu repertório, tocando desde temas do folklóre argentino, passando por música pop mundialmente conhecidas, e temas do folklóre mexicano, entre outros. Acompanhou e integrou conjuntos musicais de músicos consagrados no contexto regional, incluindo uma participação por três anos no conjunto musical *Los Acuña*, com o qual viajou pela Argentina e pela Europa. Também participou da gravação de alguns discos (não autorais) onde divulgava seu trabalho enquanto músico; e ainda, acompanhando outros artistas em gravações de estúdios. Na atualidade, toca em restaurantes, bares e cassinos de Puerto Iguazu, onde vive com sua família. Entrevista (depoimento gravado) concedida ao autor em sua residência, em Puerto Iguazu, em abril de 2010.

Luis Fagiolini, músico, violonista e cantor argentino. Na ocasião da entrevista, fazia dueto com Lorenzo Bottscher. Dados pessoais não informados. Entrevista (depoimento gravado) realizada em Foz do Iguaçu, no estúdio de Negendre Arbo, em março/2010.

Negendre Arbo, músico, compositor, escritor, produtor musical e poeta. Nascido em 1960 em Palmeira das Missões, estado do Rio Grande do Sul, estudou música erudita e violão na Universidade Federal de Santa Maria. Junto com seu irmão, Dimitri Arbo, fundou no início dos anos 1980 o grupo Quintal de Clorofila, considerado um dos percussores do rock e da psicodelia no estado gaúcho. Em 1983, gravou um disco independente (“O Mistério dos Quintais”) e viajou várias cidades do país, tocando e gravando com artistas consagrados da MPB. No início dos anos 1990 transferiu-se para Foz do Iguaçu, animado com as possibilidades experimentalistas da fronteira (especialmente do diálogo com o *folklore argentino*, lendas indígenas e as propostas ambientalista presentes na elaboração de diversos aspectos da cidade, como as Cataratas) e ainda com as oportunidades de aquisição de equipamentos tecnológicos de ponta através de Ciudad del Este (Paraguai). Além disso, Arbo via na fronteira a possibilidade de viver de sua música autoral, atuando em casas de shows, e realizando trabalhos de estúdio, gravação e mixagem de artistas locais em um estúdio que montou em sua própria residência. Na década 2000, com o retorno de seu irmão Dimitri ao Rio Grande do Sul, passou a realizar pesquisas sobre ritmos ancestrais indígenas, e a desenvolver novas técnicas de execução musical, aproximando-se ainda de músicos argentinos e produzindo músicas experimentais a partir destas parcerias. O músico foi entrevistado (depoimento gravado) em maio de 2008, em sua residência, na cidade de Foz do Iguaçu. Também com ele tivemos vários contatos posteriores.

Raul Garnica, músico, cantor, empresário do ramo de gastronomia e entretenimento. De origem argentina (província de Santiago del Estero), veio ao Brasil no final dos anos 1970 após descobrir que poderia figurar numa lista de perseguidos pelo regime militar (ditadura) instaurada naquele país em março de 1976. Apesar de não exercer qualquer militância política, sua predileção, enquanto músico popular, ao *folklore* o tornou alvo da perseguição empreendida sistematicamente pela ditadura contra os artistas. Viveu em São Paulo e participou de vários conjuntos de música latino-americana que surgiam no cenário artístico brasileiro naqueles idos. Desde meados da década de 1990, transferiu-se para Foz do Iguaçu, onde passou a viver primeiro da música (tocando em bares, restaurantes e casas de espetáculos), e depois, fundou seu próprio restaurante na cidade de Puerto Iguazu (Argentina), onde atuava artisticamente em conjunto com sua família (todos artistas) e amigos. Faleceu em janeiro de 2015 aos 56 anos. A entrevista (depoimento gravado) foi realizada quando o músico ainda morava em Foz do Iguaçu, em julho de 2006. Posteriormente, tivemos vários contatos com ele.

Sergio Riquelme, músico, cantor, produtor e apresentador de TV. Riquelme já foi radialista, e na atualidade reside na cidade de Puerto Iguazu, onde produz e dirige um programa televisivo (TV a cabo) chamado *Herencia Gaucha* (Herança Gaúcha). Neste programa recebe e entrevista músicos e produtores locais da região de Puerto Iguazu, abrindo espaço para divulgação destes trabalhos, e também para que o público conheça um pouco mais da vida deles. Algumas entrevistas realizadas neste programa serão utilizadas na pesquisa. Entrevista (depoimento gravado) concedida ao autor em março de 2017 em Puerto Iguazu.

Tiago Rossato, bandoneonista, 33 anos. Nascido em Sidrolândia (Mato Grosso do Sul), veio para Foz do Iguaçu com apenas 2 meses de idade. Desde os 8 anos pratica o bandoneón, também chamado de “gaita ponto”. Realizou inúmeros trabalhos com grandes nomes da música popular regional (folklore), entre os quais, Carlos Acuña e o grupo Jorge Guedes & Familia. Na atualidade, vive em Foz do Iguaçu, onde se apresenta em concertos no Paraguai Argentina. Entrevista (depoimento via redes sociais) concedido ao autor em dezembro de 2017.

Além destes, também utilizaremos excertos de entrevistas concedidos por pelo músico e compositor Ramón Ayala (Ramón Vicente Cidade, natural de Garupá, Misiones, Argentina, 1927) a outros meios de comunicação (programas radiofônicos, revistas, jornais, etc.). Com exceção das entrevistas de Sérgio Riquelme, Tiago Rossato e Luis Fagiolini, todas as outras entrevistas aqui mencionadas foram realizadas no formato “história de vida”, durando cerca de uma hora e meia cada. Para isso, nos apoiamos nas reflexões e em algumas metodologias produzidas a partir da chamada História Oral, especialmente nas reflexões feitas por autores como Alessandro Portelli e Raphael Samuel. Portelli chama a atenção para o fato paradoxal de que, em se tratando de história oral e do trabalho com memórias vivas, onde fontes são pessoas (e não documentos inertes em um arquivo), produzir uma versão da história vai muito além de estabelecer uma relação de cumplicidade entre o entrevistador e sua fonte: trata-se do próprio empoderamento dessas vozes, agora, chamadas a narrar suas próprias versões da história, sem correr o risco de ver sua vida transformada em um mero “objeto” da filosofia. Ou, dito de outra maneira, ter sua subjetividade cristalizada e engessada em esquemas pré-concebidos de análise, trazidos pelo pesquisador. Analisando o caso das memórias de grupos abolicionistas nos EUA no século XIX, onde um negro, Frederick Douglass, exigia, perante os abolicionistas (que viam Douglass despreparado para interpretar o momento histórico), o direito à fala, onde pudesse narrar sua própria versão da história:

O principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, que as fontes são pessoas, não documentos, e que nenhuma pessoa, quer decida escrever sua própria auto-biografia (como é o caso de Frederick Douglass), quer concorde em responder a uma entrevista, aceita reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos que possam estar à disposição da filosofia de outros (nem seria capaz de fazê-lo, mesmo que o quisesse). Pois, não só a filosofia vai implícita nos fatos, mas a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é *interpretar*. (PORTELLI, 1996, p. 60)

Lidar com a oralidade implica estar atento para duas *armadilhas* – por assim dizer – que esta nos reserva: a primeira é a temporalidade da memória, ou seja, seu caráter *camaleônico*, em constante mudança, reconfigurando-se a partir das forças do presente, das possibilidades (e necessidades) de alguém narrar algo, ao mesmo tempo que escamoteia ou intencionalmente “esquece” de outras coisas. A segunda *armadilha* implica constatar que as experiências *vividas* irão ganhar contornos diferentes (e temporais) quando se transformam em *documento oral*; ou, dito de outra forma, as *experiências vividas* são transformadas quando se tornam *experiências narradas*. Embora uma dependa da outra para subsistir, a oralidade incorpora, em seu formato final, novas elaborações e argumentos que dependem do momento histórico (daí seu caráter profundamente temporal), e que podem inclusive modificar seu significado inicial, de acordo com a circunstância na qual irá emergir. Raphael Samuel dedica especial atenção a esse aspecto *camaleônico* da memória. Para ele:

(...) a memória é historicamente condicionada mudando de cor e forma de acordo com o que emerge no momento; de modo que, longe de ser transmitida pelo modo intemporal da “tradição”, ela é progressivamente alterada de geração em geração. Ela porta a marca da experiência, por maiores mediações que esta tenha sofrido. Tem, estampadas, as paixões dominantes em seu tempo. Como a história, a memória é inerentemente revisionista, e nunca é tão camaleônica como quando parece permanecer igual. (SAMUEL, 1997, p. 44)

Tal como Raphael Samuel, Janice Theodoro Silva também nos lembra da historicidade da memória e da narrativa oral; ou, em outras palavras, daquilo que queremos ou podemos lembrar num determinado momento, e aquilo que desejamos esquecer. Trabalhando com a memória a partir da fotografia e de objetos pessoais, essa autora lembrou que:

Por eu vou guardar uma bacia furada que está jogada num canto da sala, se ela apenas me lembra a pobreza de minha avó? Por que eu vou guardar na minha lembrança histórias que colocavam meus ancestrais na base da pirâmide social? Por que eu vou lembrar (e não esquecer) que eu também estou na base dessa pirâmide?

Mas às vezes é bom lembrar, quando?

Se eu posso enriquecer, sair do interior, chegar em São Paulo, conseguir sucesso, eu vou querer me lembrar durante o período em que eu estiver lutando pelo progresso profissional, eu vou esquecer o meu passado. Mas, quando eu tiver minha casa bem montada, vou correr atrás do meu passado. Vou olhar e frente a fotografia onde vejo minha pobreza. Estou sem sapato sentado à porta de minha casa. E, até sentirei saudade, uma certa nostalgia. Se melhorei posso lembrar. É mais fácil. SILVA, 1990, p. 64)

Além dos depoimentos orais citados acima, o trabalho também se apoiou na pesquisa discográfica, em materiais obtidos das mãos dos próprios músicos (fotografias, discos, gravações, materiais de divulgação, etc), onde foi possível recolher um material precioso dificilmente disponível na internet. Também pesquisamos em blogs especializados em biografias e obras musicais de músicos, com especial destaque para o site paraguaio *Portal Guarani*, e o acervo digital de alguns jornais que circulam na região da tríplice fronteira, com destaque para o periódico argentino *El Territorio*, produzido em Posadas (Misiones), mas de abrangência e toda a província. Nestes blogs e jornais, foi possível obter algumas entrevistas e informações sobre alguns músicos que não havíamos conseguido entrevistar, por razões diversas (falecimento, indisponibilidade de agenda, distância geográfica – dado que muitos vivem em outras províncias, e inclusive na Europa). Também aparecem nesse material complementar algumas informações sobre festivais e outros eventos eventualmente mencionados por estes músicos quando de seus depoimentos. Por fim, também nos apoiamos em vídeos postados em portais como o Youtube, um universo riquíssimos de gravações inéditas e raras de músicas, filmes e entrevistas dificilmente disponíveis por outros meios. Esse material permitiu subsidiar algumas questões e esclarecer alguma informação que não tínhamos quando realizamos as entrevistas, ou que a ocasião não permitiu aprofundar.

Sob nossa perspectiva, o *músico* coloca-se não apenas como um mero coadjuvante a “refletir” embates e estruturas de memória e identidades pré-concebidas sobre aquele meio social; ela se torna o próprio sujeito central dessa disputa, colocando-se como intérprete a elaborar, legitimar, questionar e/ou reforçar estruturas identitárias, campos memorialísticos, sujeitos e personagens da história local, além de mitos e outras referências que são apropriados pelo conjunto da população para explicar e dar sentido a

processos históricos e disputas identitárias.

Não se trata, porém, de apenas “reabilitar” novos sujeitos para incorporá-los aos processos narrativos pré-concebidos. Acompanhando a reflexão de Homi Bhabha, pensamos que é necessário a própria mudança de foco, que permita buscarmos novos interlocutores. Não se trata simplesmente de adotar um novo estilo narrativo, ou de produzir simples e novos inocentes recorte temático ou teórico: trata-se de uma mudança da própria perspectiva. Para este autor:

Reconstituir o discurso da diferença cultural exige não apenas uma mudança de conteúdos e símbolos culturais; uma substituição dentro da mesma moldura temporal de representação nunca é adequada. Isto demanda uma revisão radical da temporalidade social na qual história emergentes possam ser escritas; demanda também a rearticulação do “signo” no qual se possam inscrever identidades culturais. (BHABHA, 2007, p. 240)

A questão passa por reconhecer que a História que vem se produzindo nessa fronteira, pelo menos até o presente, especializou-se em relegar um lugar marginal e secundário – por vezes, de total invisibilidade - a determinados grupos e sujeitos. A operação a qual nos propomos passará justamente, conforme sugere Bhabha, por deslocar os antigos centros para as suas periferias. Não se trata de “incluir” e “somar” novos sujeitos, mas tornar visíveis aqueles a quem a memória coletiva elaborada sobre o conceito de *tríplice fronteira* – fundamentado a partir de outros, como a *Nação* - tornou invisíveis neste processo:

É um tempo do signo cultural que desestabiliza a ética liberal da tolerância e a moldura pluralista do multiculturalismo. Cada vez mais, o tema da diferença cultural emerge em momentos de crise social, e a questões de identidade que ele traz à tona são agonísticas; a identidade reivindicada a partir de uma posição de marginalidade ou em uma tentativa de ganhar o centro: em ambos os sentidos, ex-cêntrica. (BHABHA, 2007, p. 247).

Para finalizar essas palavras iniciais, resta indicar ainda algumas das razões pelas quais este tema de pesquisa tornou-se também parte de minhas preocupações pessoais e acadêmicas. De certo modo, produzir essa pesquisa consistiu em escrever um pouco da minha própria história pessoal, movendo-me através das linhas invisíveis da fronteira cultural dessa região tri-nacional. Iguaçuense (brasileiro) no registro, filho de argentino com brasileira, e nascido no lado paraguaio da ponte da Amizade, carreguei em minha

própria trajetória familiar e em minha identidade multifacetada, a marca da tríplice fronteira.

Meus interesses pela música latino-americana se iniciam relativamente tarde. Meu pai faleceu quando eu tinha apenas oito anos de idade, Alguns anos depois, aos quinze, decidi aprender o idioma espanhol, e me vali de um significativo acervo de fitas K-7 e discos de música argentina e latino-americana em geral (*folklore*), que minha mãe guardava afetivamente. Essas gravações me auxiliavam no aprendizado da língua e me ajudavam a recordar meu pai.

Por essa época, conheci o violonista Negendre Arbo, que recém decidira se estabelecer de forma definitiva na tríplice fronteira. Da amizade, nascida em 1995, eu tomaria contato com uma imensa comunidade de músicos que viviam e trabalhavam com ele, dentre os quais, Carlos Acuña, e através deste, Raul Garnica, Lorenzo Bottcher, Luis Fagiolini e Tiago Rossato. Por essa época, ouvia e colecionava também gravações em fitas K-7 de programas de *folklore* de rádios argentinas, dentre os quais, *Folklore Celeste y Blanco*, de Ricardo Brizuela; e *La Tranquera de Mi Tierra*, d'El Gaucho Oscar Sosa, que tive o privilégio de conhecer posteriormente. Desde 1998, quando ingressei como estudante do curso de História da UNIOESTE/Marechal Cândido Rondon, estes temas pulsavam. Pesquisar, escrever sobre estes músicos, caracterizar o rico ambiente musical latino-americano que eu conheci na tríplice fronteira tornou-se uma obsessão, mas outros caminhos e outras circunstâncias acabaram me levando a outras temáticas de pesquisa. No Mestrado este tema ainda não se encontrava totalmente amadurecido a ponto de se tornar objeto de uma pesquisa de fôlego.

A partir de 2006 integrei-me a um grupo de pesquisadores preocupados com questões históricas a partir do trabalho acadêmico com música latino-americana e com História Oral. Passamos, entre outras atividades, a realizar uma série de contatos e entrevistas orais com músicos, colecionando um material significativo que desde então vem subsidiando algumas reflexões nessa área.³⁸ O trabalho que ora apresento é fruto desses encontros, que fez entrecruzar minha própria trajetória pessoal, minhas possibilidades acadêmicas e os diálogos teóricos que vimos empreendendo desde há pelo menos uma década.

³⁸ Entre os principais pesquisadores parceiros destas pesquisas, podemos citar: Alexandre Fiúza, Geni Rosa Duarte e German Sterling.

Capítulo 1. UMA CIDADE DE COSTAS PARA O RIO

(...) A expedição chegou a foz do [rio] Iguaçu, a 22 de novembro de 1889. (...) Nesta oportunidade, a penetração estrangeira na margem esquerda do rio Paraná já atingia o rio Ocoí e era composta por um percentual irrisório de brasileiros. A população levantada estava assim constituída: paraguaios, 212; argentinos, 95; brasileiros, 9; franceses, 5; espanhóis, 2; inglês, 1; perfazendo um total de 324 habitantes. (WACHOWICZ, 1987, p. 23)

A região não é uma unidade que contém uma diversidade, mas é produto de uma operação de homogeneização (...). Suas fronteiras são móveis e o Estado pode ser chamado ou não a colaborar na sua sedimentação. O Estado é, na verdade, um campo de luta privilegiado para as disputas regionais. Ele não demarca os limites político-institucionais das regiões, mas pode vir a legitimar ou não estas demarcações que emergem nas lutas sociais. (ALBUQUERQUE JR: 2011, p. 37)

1.1 A fronteira platina revisitada

Em 1996, o compositor sul-rio-grandense³⁹ radicado em Foz do Iguaçu, Negendre Arbo, observava com certa apreensão e tristeza, uma característica identitária inscrita na dinâmica histórica e cultural recente da história dessa cidade, na tríplice fronteira entre Brasil / Paraguai / Argentina. Para Arbo, Foz do Iguaçu havia se transformado em uma cidade de costas para a história que veio através do rio Paraná. Uma cidade de costas para o rio:

³⁹ Por razões que explicitaremos ao longo deste trabalho, optaremos por usar a terminologia *sul rio-grandense*, ao invés de *gaúcho*, para referir-se a pessoas oriundas do estado brasileiro do Rio Grande do Sul.

Como esquecer o tempo?
O tempo que já passou,
Correndo descalço na grama
que o tempo já desbotou

Como esquecer a vida?
a vida que se gastou
um turbilhão de lembranças,
um manancial que secou.

Uma cidade de costas pr'o rio,
uma paisagem que poucos vêem,
um sol que explode o calor no verão:
“Ah, como o céu é azul!”

Dialogando com outros compositores e cronistas⁴⁰ que buscaram produzir sentidos para a história dessa sociedade surgida nas barrancas dos rios Paraná e Iguaçu, no interior do rio da Prata, na região do Alto Paraná, Arbo emprestou seu olhar atento e sensível de poeta e compositor para chamar a atenção para algo que, hoje, tornou-se quase imperceptível para a maioria dos moradores que vivem do lado brasileiro desta tríplice fronteira: Foz do Iguaçu é, hoje, uma cidade de costas para a sua própria história. Uma cidade de costas para um passado e identidade *platina*.

Recentemente, o historiador e professor da UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana, de Foz do Iguaçu), Micael Alvino da Silva, publicou um livro sucinto sobre a história da cidade de Foz do Iguaçu (2014). Por ocasião do lançamento, o autor concedeu uma série de entrevistas a vários meios de imprensa da cidade de Foz do Iguaçu e região. A publicação desse livro coincidiu com a comemoração do centenário da emancipação política do município de Foz do Iguaçu (1914-2014). Numa destas entrevistas, Silva identifica a permanência muito forte de uma construção memorialística - que ele prefere tratar como “boato” – entre a população de Foz do Iguaçu. O autor problematiza a existência desse tipo de memória que, de acordo com suas pesquisas, não se sustenta em qualquer documento ou evidência, exceto na própria oralidade:

Um boato que existe, que é um boato forte, que eu encontrei até em livros didáticos, que as pessoas na rua dizem isso, que é o fato de que Foz do Iguaçu até Cascavel pertencia ao Paraguai até a guerra contra o

⁴⁰ Posteriormente, a partir do capítulo 4, voltaremos a analisar a obra deste músico e suas influências e diálogos para produzir sua música. Negendre Arbo foi entrevistado pelo autor da pesquisa no ano de 2008, em Foz do Iguaçu/PR, onde reside.

Paraguai. Bom, esse boato é forte, ele existe, mas eu nunca encontrei nenhuma referência histórica a esse fato. E eu fui pesquisar um pouquinho mais a fundo, porque isso estava me incomodando um pouco. Eu precisava escrever um parágrafo sobre isso, e eu precisava... e aí eu fui nos Tratados. Então, a gente encontra... tem universidades em Portugal que disponibilizam um acervo digitais bastante expressivo e importante. Na biblioteca pública do Paraná também, em Curitiba existem uma série de instrumentos nesse sentido... E eu fui pesquisar: nenhum tratado dá conta de que essa região em algum momento pertenceu ao Estado paraguaio. Em nenhum momento. Inclusive a guerra contra o Paraguai não se passou neste espaço; passou num outro espaço, que hoje é Mato Grosso do Sul, por exemplo. Então, isso não é verdade: nunca pertenceu, até Cascavel nunca pertenceu ao Paraguai. Agora, uma outra coisa que incomoda o historiador também é por que que isso não é verdade, porque que é uma coisa que persiste há tanto tempo? A minha hipótese é de que isso deve-se ao fato da herança espanhola que tem essa região. De fato, pelo tratado de Tordesilhas até o Tratado de Madri de 1750, toda essa região pertencia à Espanha. E aí, em 1750, a gente já vê o delineamento do que hoje é a tríplice fronteira; e esse delineamento está claro, e não há litígio! Ele é este espaço desde 1750 por decreto, vamos dizer assim; por tratado. Então, eu imagino que seja por isso, em função desta presença espanhola na região de uma espécie de “legado”, talvez, neste sentido! Então, essa, que eu acho que é uma curiosidade interessante, porque a gente encontra nos livros didáticos essa informação. As crianças em Foz do Iguaçu aprendem isso! E isso é grave, porque eles aprendem uma mentira!⁴¹

Embora o autor não incorra em nenhum erro de imprecisão histórica – a região de Foz do Iguaçu, de fato (e desde a emancipação política do Brasil, em 1822) sempre esteve formalmente ligada ao Estado Brasileiro -, parece ousar pouco quando tenta interpretar as razões desse “boato”. Ao atribuir vagamente esse tipo de memória popular e discursos a uma distante *herança hispânica*, o autor coloca a questão em termos demasiadamente acadêmicos e formais (os *Tratados* que desmentiriam os tais “boatos”) para responder a um problema que, em nosso compreender, possui natureza identitária e memorialística, inscrita na memória social local cultivada e vivida como uma “verdade” para uma parte da população da cidade. Pelo próprio relato feito por esse autor, esse tipo de memória

⁴¹ Micael Alvino da Silva, entrevista concedida à *Revista 100 Fronteiras*, de Foz do Iguaçu (PR) (vídeo), em outubro de 2014. Nessa mesma entrevista, o autor esclarece que a iniciativa em produzir seu livro partiu da necessidade que ele sentia em organizar materiais e informações a respeito da história de Foz do Iguaçu, tendo objetivos mais didáticos do que propriamente acadêmicos. O autor trabalha desde 2010 em universidades da cidade, primeiro atuando no curso de História de uma instituição de ensino privado (UNIAMÉRICA); e depois, como professor na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Nessa condição, dizia ressentir a falta de materiais didáticos ou para-didáticos organizados para o trabalho com alunos de graduação sobre a história da Tríplice Fronteira Brasil/Paraguai/Argentina. Daí, a ideia de produzir dito livro. Entrevista disponível para visualização em: <https://www.youtube.com/watch?v=9pswc9Hh2uU> sob o título: “Papo Sério com Micael Alvino da Silva, autor do livro: Breve História de Foz do Iguaçu”, acessado em 02/08/2016. O trecho que transcrevemos situa-se entre os minutos 05'25s até 07'55s.

social vem perpassando gerações de moradores dessa fronteira, e encontra sua origem nas próprias vivências experimentadas no seu cotidiano. Como veremos ao longo deste texto, até pelo menos a década de 1930, a cidade de Foz do Iguaçu era *brasileira* apenas no papel, pois em sua dinâmica social e cultural, se apresentava muito mais como *paraguaia* e *argentina*.

Hoje, e desde pelo menos a década de 1960, a intensificação da presença do Estado brasileiro levou a cidade a sofrer um “abrasileiramento” forçado, com reflexos profundos sobre a estrutura urbana, social e as dinâmicas culturais dessa fronteira. Esse reforço da presença do Estado brasileiro nessa região deu-se a partir da mudança no polo hegemônico do Brasil em relação ao CONESUL, sobretudo em sua relação com o Paraguai. Foi a partir dessa mudança que essa fronteira passou a sofrer uma nova “reinvenção”, surgindo as bases da sociedade atualmente estabelecida, baseado na ideia (artificial) da integração e cooperação entre os países, ao mesmo tempo de reafirmação da integridade e defesa das fronteiras nacionais e, no caso brasileiro, também de sua hegemonia. É desta complexa e contraditória fórmula que nasce o que, hoje, se convencionou chamar *tríplice fronteira*.

Tentativas de construção de memórias sociais, nacionais e homogêneas, constituem processos problemáticos, arriscados e sempre muito questionáveis. Michel Pollak observou, em uma pertinente e conhecida reflexão acerca do tema, que toda memória que se propõe como “coletiva” - incluindo as identidades, mitos e heróis -, ainda mais em se tratando de iniciativas de caráter oficiais, e/ou com vistas à construção da nação ou da identidade de um determinado grupo social, só se realiza com base no silenciamentos de outras “memórias” e vozes discordantes. Nessa perspectiva, a identidade coletiva da nação será sempre um projeto de poder, mas jamais se construirá como um fato acabado, aceito por todos e harmonioso. Sublinha Pollak que:

[A existência de memórias marginalizadas] acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. (...) Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória. (POLLAK, 1989, p. 4-5.)

Numa linha semelhante, Benedict Anderson aponta que a construção de discursos sobre a nação e sua unidade – a qual ele chama de *comunidades imaginadas* – passa não apenas por enfatizar aquilo que um grupo de pessoas tenham em comum, mas, justamente, na capacidade de se produzir esquecimentos coletivos: “É imaginada porque até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão, nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão”, para concluir, citando Renan: “*Ora, a essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido bastante coisas*” (ANDERSON, 2008, p. 32).

Desse modo, vislumbramos que o processo de desconstrução e posterior apagamento daquela “sociedade platina”, surgida no entroncamento dos rios Paraná e Iguaçu, começou a ocorrer ainda na década de 1930, a partir de um conjunto de ações levadas a cabo pelo Estado brasileiro ainda durante o governo Vargas (1930-45). Contudo, o processo mais importante de “desconstrução” no âmbito historiográfico ocorrerá quatro décadas depois. Foi quando um conjunto de narrativas produzidas dentro e fora da academia acabaram por suplantar, no âmbito da memória social, o passado *platino* da tríplice fronteira brasileira. De lá pra cá, num espaço de apenas 30 ou 40 anos, a relação da cidade de Foz do Iguaçu com seu rio fundante (Paraná) irá se inverter radicalmente.

No passado, o velho “Paranazão”⁴² era símbolo de sobrevivência e vida. Era a partir dele que Foz do Iguaçu se comunicava com o mundo exterior, ~~que vinha~~ dele que provinha o ~~pouco~~ incipiente progresso econômico e social que a cidade experimentava, e por ele chegavam as mercadorias e víveres tão fundamentais para a sobrevivência e desenvolvimento da região. Eram por suas águas que vinham também as revistas e jornais do mundo exterior, as guloseimas e enlatados, os trabalhadores e turistas que quebravam um pouco da enfadonha rotina da cidade. E era do “Paranazão” que várias famílias tiravam seu sustento, através de atividades como a pesca e o comércio de madeira e erva-mate (ver Figura 1).

⁴² Um dos nomes populares pelo qual é carinhosamente conhecido o rio Paraná, no trecho brasileiro.

Figura 1. Vapores atracando nas margens do rio Paraná (acima) e chegada de passageiros e turistas em Foz do Iguaçu através do rio Paraná (abaixo)



Fonte: FAGNANI, MACHADO, 2014, p. 98 e 85.

Hoje, para a sociedade estabelecida em Foz do Iguaçu, o rio Paraná representa o oposto. É dele que vem o “perigo”. É dele que vem a *barbárie*. O medo dos tiroteios noturnos entre policiais, traficantes e contrabandistas. Canal por onde descem os corpos putrefatos de pessoas assassinadas na calada da noite na fronteira. Dos portos clandestinos por onde entram armas e drogas. Do contrabando de cigarros e mercadorias vindas do Paraguai. Das ocupações clandestinas (favelas) que se formaram ao longo de suas margens desde os anos 1970.⁴³ “Obstáculo natural” à expansão urbana da cidade de Foz do Iguaçu. Enfim, o rio Paraná, que já foi símbolo de civilização, progresso e sustento, é hoje encarado (por parte de uma mídia sensacionalista e discursos elaborados por agentes de repressão estatal) como a porta de entrada dos problemas de segurança pública que tanto afligem o país. (ver Figuras 2, 3 e 4). Quanto mais renega seu rio, mais Foz do Iguaçu se afasta de seu passado e de sua identidade platina.

Figura 2. Corpo aparece boiando sob o leito do rio Paraná, na margem brasileira (Foz do Iguaçu)



FONTE: Jornal *Tribuna Popular*.⁴⁴

Figura 3. Barco com contrabando apreendido no rio Paraná, pela Polícia Federal, em Foz do Iguaçu.



FONTE: Blog *Fronteira Urgente*.⁴⁵

⁴³ Favelas tais como: Jupira, Monsenhor Guilherme, Marinha, Cemitério e Favela do Queijo.

⁴⁴ Jornal editado em Foz do Iguaçu. Matéria publicada no sítio eletrônico no dia 21/04/2016. Consultada em 02/10/2017. Ver: <http://www.jtribunapopular.com.br/artigo/iml-recolher-corpo-em-adiantado-estado-de-putrefacao-as-margens-do-rio-parana#>.

⁴⁵ Jornal editado em Foz do Iguaçu. Matéria publicada no sítio eletrônico no dia 21/04/2016. Consultada em 02/10/2017. Ver: <http://fronteiraurgente.com.br/policia-federal-apreende-embarcacoes-na-barranca-do-rio-parana/>.

Figura 4 . Patrulhamento das forças de segurança brasileiras sobre o leito do rio Paraná. Ao fundo, avista-se a Ponte da Amizade, um dos símbolos da tríplice fronteira. Do lado esquerdo, no alto, está Ciudad del Este, no Paraguai.



FONTE: jornal *Gazeta do Povo*.⁴⁶

1.2. Das alamedas e laranjais nas ruas de terra, às frenéticas turbinas de Itaipu

Em 2005, a editora curitibana “Travessa dos Editores” lançou a versão comercial de um dos mais famosos e referenciados escritos sobre as origens da cidade de Foz do Iguaçu. Trata-se do texto produzido provavelmente a partir de 1936 e lançado em 1939 sob o título *Descoberta da Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar*, escrito por José Maria de Brito, militar (sargento) que participou da expedição militar que construiu a picada (estrada) de cerca de 70 léguas entre Guarapuava e Foz do Iguaçu, entre novembro de 1888 a junho de 1889. (MYSKIW, 2009, p. 41), Essa estrada permitiu a instalação de

⁴⁶ Editado em Curitiba, edição do dia 23/04/2014. A matéria que acompanha a fotografia intitula-se “Império das Cinzas: O cigarro mata”, e trata do problema do contrabando de cigarros, das disputas violentas entre quadrilhas, dos enfrentamentos entre policiais e contrabandistas, e da corrupção policial na fronteira. Consultado em 02/10/2017. Ver: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/imperio-das-cinzas/o-cigarro-mata-20cgpw1o2xklppct8j1wke4pa>

um destacamento militar na foz do rio Iguaçu em 1889, e posteriormente, daria origem à Colônia Militar do Iguaçu (fundada oficialmente em 1892) Na memória local, a expedição da qual participou Brito, assim como a fundação da Colônia Militar do Iguaçu, são considerados marcos fundamentais do desenvolvimento urbano que daria origem ao município de Foz do Iguaçu.⁴⁷

Após a fundação da Colônia Militar do Iguaçu e o posterior povoamento da região, José Maria de Brito acabou por ser estabelecer na cidade, vindo a falecer ali na década de 1940.⁴⁸ Pouco antes de falecer, por razões provavelmente de necessidade econômica, publicou esse manuscrito, amparando-se em suas vivências e em alguns dados que colecionou a partir de relatórios da expedição que participou.⁴⁹ A publicação ocorreu no contexto comemorativo dos 50 anos da expedição militar, e o manuscrito de José Maria de Brito passaria à história local como uma espécie de “Certidão de Nascimento” de Foz do Iguaçu.⁵⁰

Apesar de sua importância, o manuscrito de José Maria de Brito permaneceu durante muitos anos quase como um documento inédito ao grande público, tendo apenas alguns trechos “citados” por pesquisadores e especialistas. Algumas cópias desse manuscritos apareceriam aqui e acolá, mas sempre em arquivos privados ou de difícil acesso ao público em geral. É dele, por exemplo, o conhecido relato acerca do primeiro

⁴⁷ Foz do Iguaçu foi fundada como município apenas em 1914. Entre 1892 a 1914, operou como Distrito da cidade de Guarapuava, então o município mais próximo da foz do rio Iguaçu (330 kms)

⁴⁸ O historiador Antônio Myskiw aponta existir divergências acerca da data exata da morte de José Maria de Brito, podendo ter ocorrido em 1942 ou 1946 (MYSKIW, 2009, p. 42-43).

⁴⁹ O relato desse ex-militar, conforme informa o próprio autor no prefácio, foi escrito originalmente em 1938, por necessidade do autor de prover sua sobrevivência material. Professor desempregado, Brito encontrava-se em sérias dificuldades financeiras quando decidiu produzir seu livro. Ao que tudo indica, tratou-se ainda de um trabalho encomendado pela prefeitura de Foz do Iguaçu, por ocasião dos 50 anos da “descoberta” da foz do rio Iguaçu (1888) pela expedição militar da qual ele havia participado. O livro saiu sob o título “Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar.” Em seu detalhado estudo (Tese de Doutorado em História), Antônio Marcos Myskiw, que também consultou vários arquivos e documentos originais da época em que ocorreu a expedição militar (1889) e a fundação da Colônia Militar (a partir de 1892) demonstrou que o relato de José Maria de Brito possui algumas imprecisões e inconsistências, quando comparado aos relatórios oficiais escritos pela Comissão que abriu a picada e fundou a Colônia Militar (da qual o próprio Brito participou). Porém, como pondera Myskiw, é necessário frisar que José Maria de Brito escreveu suas memórias sobre a descoberta de Foz do Iguaçu e a fundação da Colônia Militar muito tempo depois dos eventos que narrou. Com idade avançada e saúde frágil, lembrar fatos e acontecimentos ocorridos 50 anos antes não era uma tarefa fácil e poderia estar sujeito a erros e releituras das experiências vividas (MYSKIW, 2009, p.41).

⁵⁰ O mesmo Antônio Myskiw informa que: “Em 1938, a prefeitura municipal de Foz do Iguaçu promoveu um evento comemorativo em alusão aos 50 anos da “descoberta” da foz do rio Iguaçu em fins de 1888. A publicação das memórias de José Maria de Brito girava em torno desse evento comemorativo. Além de reforçar uma memória oficial das origens de Foz do Iguaçu, os relatos do sargento José Maria de Brito procuraram silenciar os conflitos em torno da posse e uso da terra e dos embates identitários. Celebrizava os feitos de alguns homens e ocultava os esforços de dezenas de colonos brasileiros e estrangeiros para sobreviver na fronteira.” (MYSKIW, 2009, p. 42)

censo realizado pelos militares da expedição que chegaram à região em 1889, e que já davam conta de uma surpreendente diversidade étnica e nacional, com destaque para a predominância de paraguaios e argentinos. Esse trecho, recorrente em trabalhos sobre a cidade, é o mesmo citado na epígrafe deste capítulo, conforme reproduzido pelo historiador paranaense Ruy Christóvam Wachowicz.

Assim, a publicação desse manuscrito em 2005 pela editora Travessa dos Editores, e que o tornou acessível ao grande público em geral, foi saudado com muito entusiasmo e otimismo por ser um dos grandes feitos editoriais da história recente da cidade. Na ocasião, ao manuscrito de José Maria de Brito foi agregado e publicado um relatório produzido pelo Exército em novembro de 1907, cujo intuito era apurar denúncias sobre abusos e desmandos na área da Colônia Militar do Iguaçu, conforme relatos de colonos ali assentados. O documento, republicado em 2005, apresenta algumas imprecisões ou omissões decorrentes da própria transcrição, alguns dos quais devidamente corrigidos ou decifrados pelo trabalho de pesquisa do historiador Antônio Marcos Myskiw, em 2009, para a redação de sua tese de doutoramento em História.

Conforme ressaltamos, a publicação do manuscrito de José Maria de Brito foi saudado com muito entusiasmo pelo mercado editorial local. A edição de 2005 ganhou dois prefácios, um deles assinado por um reconhecido jornalista no âmbito local, Beto Maciel, e por Fábio Campana, conhecido em âmbito estadual, sendo e um dos fundadores da editora *Travessa dos Editores*.⁵¹ Fábio Campana, num texto rico em analogias e metáforas, descreve a sociedade surgida nas barrancas dos rios Paraná e Iguaçu como um território fruto de inúmeras reinvenções e ressignificações ao longo de história, desde tempos imemoriais, desde os tempos coloniais, passando pelo império e chegando ao século XX. Em um desses trechos, referindo-se as constantes interferências humanas e políticas que ajudaram a reinventar essa sociedade, narrou:

Passado o furor pombalino contra os jesuítas, a foz do rio Iguaçu voltou a ser habitada pelos índios e alguns europeus. A povoação cresceu no século XIX quando se abriram, afinal, os mercados do sul para erva-mate e a madeira, que desciam pelo rio Paraná até o Prata.
Foi então que o Império, em seu ocaso, decidiu fundar nova Foz do

⁵¹ Fabio Campana é um conhecido blogueiro, jornalista e editor iguaçuense. Atualmente, reside em Curitiba. Nos anos 1960, integrou a luta armada na tríplice fronteira, onde cooperou com a resistência de grupos que lutavam contra a ditadura stronista, tais como o Movimiento Popular Colorado (MOPOCO). Na atualidade, é considerado um jornalista de perfil polêmico, por ter se associado durante algum tempo à defesa do grupo político do governador Beto Richa (PSDB), e ainda por suas contumazes críticas a partidos e organizações de esquerda e seus métodos de organização e luta, incluindo o Partido dos Trabalhadores (PT), o Sindicato dos professores da rede pública estadual do Paraná (APP Sindicato) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Iguaçu com a instalação da Colônia Militar que aqui chegou em 1888 para por ordem e mostrar quem era o dono deste lado do rio. Aqui já existia a Foz do Iguaçu e seus portos em toda a costa do rio Paraná, por onde exportavam erva-mate e madeira. Esta gente não deu grande importância aos militares. Seguiu sua faina. Conviveu com os militares da Colônia. Enfrentou a chegada de outra tropa, a de Luis Carlos Prestes, em 1924. Viu revoluções no outro lado dos rios. Viu os pequenos impérios exportadores até o fim do mate e da madeira. Sua última fundação é a do advento da usina de Itaipu. Sob o tacão dos militares, construiu-se essa hidrelétrica que mudou o regime dos rios, sepultou Sete Quedas, e provou do quanto o homem é capaz quando se põe a construir algo dessa magnitude. Sob Itaipu afogou-se a antiga cidade de Foz do Iguaçu, a de alamedas e laranjais nas poucas ruas de terra batida, de lambaris de rabo-vermelho nos rios que cruzavam toda a cidade. Sou desse tempo. A minha Foz do Iguaçu é mais próxima de José Maria de Brito que a de hoje, irreconhecível. (CAMPANA, prefácio. In: BRITO, 2005, p.16-17)

Atentemos para o marco histórico-temporal que esse autor constrói e/ou assume: o período que vai de 1889 (Expedição Militar e fundação da Colônia Militar do Iguaçu) a 1974 (início da construção da usina de Itaipu). Nesse relato entre o “antes” e o “depois”, a Foz do Iguaçu rural, platina e tranquila das “alamedas e laranjais” e dos “lambaris de rabo-vermelho nos rios que cruzavam toda a cidade” desaparece, para dar lugar a uma urbe assustadora, infernal e frenética. Este marco, associado ao início de Itaipu, é considerada a última etapa de um longo processo de reinvenção dessa cidade, e que acabou lhe conferindo sua feição atual.

Esse marco, embora narrado neste texto de forma poética, aparecerá corroborado por uma vasta produção acadêmica e memorialística, conforme veremos adiante. A cidade pós-Itaipu se transformou em algo muito diferente daquela sociedade rural, acanhada e tranquila narrada por Fábio Campana a partir de suas vivências de infância e juventude.

Um dos principais autores a corroborar essa noção entre o “antes” e o “depois” de Itaipu como fator a desagregar aquela sociedade rural e pacata, será o professor Luiz Eduardo Pena Catta, historiador que vive em Foz do Iguaçu desde 1987. Diferentemente de Fábio Campana - que descreve Foz do Iguaçu a partir de sua vivência de infância e juventude - Catta irá produzir uma análise completamente inserido no universo da academia.⁵² Nesse caso, usando referenciais teóricos para tecer críticas à noção de “modernidade” que estaria associada à construção da usina de Itaipu, ideia que o autor irá

⁵² O autor é professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; e seu estudo em questão foi desenvolvido como Dissertação de Mestrado em História, defendida em 1994 na Universidade Federal de Santa Catarina, e publicado em forma de livro pela Edunioeste (Editora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com sede em Cascavel, PR) em 2003. A versão que utilizaremos aqui é a do livro.

rejeitar. Primeiro, referindo-se a Foz do Iguaçu antes de Itaipu, o autor irá pinçar cores e tons idílicos de uma cidade descrita como quase igualitária e inocente, onde a população não teria maiores problemas do que preocupar-se com a trivialidade do clima e da poeira, e eventualmente, de alguma caçada nas matas que margeavam a cidade:

Com apenas uma rua asfaltada, o que em si não constituía um problema para aquela população habituada com os referenciais de cidade do interior distante dos grandes centros urbanos e que sempre viveu isolada dos empreendimentos traçados na capital, e sem ter experimentado uma interferência mais incisiva em sua configuração espacial e cultural, as preocupações daquela gente voltavam-se para coisas que, na ótica do povo das urbes “civilizadas”, representavam problemas demasiadamente modestos: a terra vermelha, das mais férteis do mundo, que deixava seus traços nas roupas, nas unhas, nas paredes, em todos os lugares; os extremos da temperatura, ora muito frio ora demasiadamente quente e que tomavam-se motivo bastante justo para longas conversas nos armazéns, nas reuniões familiares, nos encontros fortuitos pela cidade; os dias de chuva, que naquela região ocorria, nos períodos devidos, em grande abundância, levando a população ao isolamento temporário; o contrabando de madeiras pelo Rio Paraná; as caçadas pretéritas e futuras nas matas virgens da região. (CATTA, 2003, p. 40-41)

Mais adiante, o autor recorre a uma série de depoimentos dos quais ele extrai o retrato de uma cidade bucólica, tranquila, relativamente igualitária, típica de interior, onde as pessoas dividiam as suas dificuldades. Sempre enfatizando o “antes” de Itaipu:

Também as muitas pessoas que se mudaram para a cidade no início da década de setenta, em função, principalmente de serviços na área militar (para servir no Batalhão de Fronteira) ou órgãos públicos (como a Receita Federal ou a Polícia Federal), encontraram uma Foz do Iguaçu longínqua (“aquilo é o fim do mundo” costumavam dizer), pacata e, até certo ponto, receptiva a esse novo contingente.

Para esses, a necessidade premente de se relacionar com outras pessoas, de se aproximar de outros novos moradores que enfrentavam as mesmas dificuldades de adaptação àquela realidade, terminam por moldar novas formas de sociabilidade que perduraram por anos, até quedar-se à nova realidade imposta por Itaipu.

Uma moradora da cidade (...) ressalta as condições em que vivia a comunidade, onde a proximidade e a união eram normas para se integrar e enfrentar a nova realidade, além da despreocupação com a violência que era comum em outras cidades. (CATTA, 2003, p.44)

Contudo, esse quadro irá ser alterado radicalmente a partir de 1974, quando tem início as obras da usina de Itaipu:

As principais consequências dessas transformações foram: uma massa heterogênea vinda de todas as partes do Brasil e dos países vizinhos que passou a sobreviver, quando não absorvido pela economia local, de trabalhos informais ou de subempregos, sem a perspectiva de ver concretizado o sonho de enriquecimento ou independência financeira que os levou para aquelas paragens; a criminalização da atuação desse segmento da população pelas elites, com a anuência do Poder Público e com o devido controle e repressão pelas polícias que ali atuavam; um favelamento acelerado nas áreas periféricas da cidade e um vertiginoso aumento da especulação imobiliária; desorganização das áreas centrais com um trânsito caótico, acidentes constantes, formação de comércio paralelo de produtos diversificados nas principais ruas da cidade; alto índice de criminalidade (assaltos, arrombamentos, homicídios, furto de automóveis que eram levados para desmanche ou comercializados no Paraguai) e narcotráfico. (CATTA, 2003, p. 37)

Ou seja, sai de cena a cidade pacata, rural, bucólica e igualitária que o autor descreve, para emergir o caos, o inferno urbano e a violenta urbe moldada a partir de Itaipu:

Há que se ressaltar que essa massa disforme que atuava naquela sociedade, que vivenciava aquela realidade, composta por brasileiros, paraguaios, argentinos, índios guaranis, cidadãos “civilizados”, trabalhadores rurais, profissionais liberais, assaltantes, políticos profissionais, traficantes, fazendeiros, comerciantes, contrabandistas, desocupados, polícias subempregados, militares, artistas, prostitutas, “sem-terra”, grandes empresários, jogadores profissionais e amadores, marginais de toda ordem, tinham que se organizar, ou se modelar a esse espaço que rapidamente se ampliava e se concentrava, formando uma área tensa, desequilibrada, ou fragilmente equilibrada sobre uma ordem estabelecida segundo as conveniências do momento, ou inventadas ao sabor das necessidades que se apresentavam.

Tal fenômeno, como queremos mostrar, foi resultado da chegada de um enorme contingente de pessoas para trabalhar na Usina Hidrelétrica de Itaipu, ou para usufruir indiretamente dela, através do comércio ou prestação de serviços, acarretando um “inchamento” da cidade e sua descaracterização tanto ao nível espacial como em sua cultura. (CATTA, 2003, p. 37-38)

Retomaremos essa discussão mais adiante, para demonstrar as implicações desse tipo de narrativa da construção da memória social sobre Foz do Iguaçu e essa fronteira. Por ora, cumpre apenas observar a maneira como o autor demarca claramente uma linha entre o “antes” e o “depois” de Itaipu. Evidentemente, seu objetivo é o de confrontar a ideia que veio associada à construção da usina como símbolo incontestado do progresso e do desenvolvimento. Para o autor, ao contrário, a ocorrência desta obra irá apenas semear o caos, a desordem e a criminalidade. É essa fronteira caótica que acabaria por sepultar e engolir a cidade rural dos lambaris e das alamedas com seus laranjais, descritas por Fabio

Campana. O campo e a cidade, nesse caso, não se complementam, mas ao contrário, se digladiam, se anulam, se devoram.

1.3. Ruy Wachowicz, Itaipu e a construção historiográfica de memórias oficiais sobre o Oeste do Paraná

Em 1982, o renomado historiador paranaense Ruy Christóvam Wachowicz, publicou seu livro *Obrageros, Mensus e Colonos: História do Oeste Paranaense*, e que logo se tornaria um clássico da historiografia regional sobre o Oeste do Paraná.⁵³ Esse livro, conforme explica o autor nas páginas iniciais, foi um estudo encomendado pela empresa Itaipu Binacional, à época de sua construção e instalação na região.⁵⁴ Ao ser idealizada e construída dentro do contexto autoritário que marcou a ditadura militar brasileira (1964-85), a Itaipu acabou se transformando em mais um triste exemplo da megalomania irresponsável e destruidora que caracterizaram alguns dos megaempreendimentos levados à cabo pela ditadura brasileira (MAZZAROLLO, 2003, p. 25). A construção desse colosso hidrelétrico sobre o leito do rio Paraná causou danos ambientais irreversíveis para a biodiversidade regional (SOUZA, 2009b, p.48-49), bem como o alagamento de extensões imensas de terras agricultáveis, submergindo vilarejos inteiros, forçando processos migratórios para outras regiões do país (Rondônia, Pará, Tocantins e Mato Grosso) (TARGANSKI: 2005, p.54), e também para o Paraguai.⁵⁵ Em

⁵³ *Obrageros, Mensus e Colonos: História do Oeste Paranaense*. 1ª Edição. Curitiba: Vicentina, 1982. Ruy Wachowicz (1939-2000) era natural de Itaiópolis, SC, mas fez praticamente toda sua carreira como docente, pesquisador e historiador vivendo no Estado do Paraná. Professor da Universidade Federal do Paraná – UFPR, de Curitiba, durante sua trajetória profissional, produziu inúmeros estudos sobre a constituição histórica do Estado do Paraná, deixando um importante trabalho de coleta documental a partir de pesquisas em arquivos públicos e fontes oficiais (a maioria delas de difícil acesso ao público em geral), jornais do início do século XX, anais de História demográfica, dados cartográficos e fontes orais, entre outros. Sua bibliografia sobre o Paraná é extensa. Publicou, entre outros trabalhos: *História do Paraná* (1968); *Paraná sudoeste: ocupação e colonização* (1985), *Norte Velho, Norte Pioneiro* (1987), além do livro já citado, *Obrageros, Mensus e Colonos* (1982). A edição que estaremos utilizando aqui nessa pesquisa corresponde à 2ª edição, lançada em 1987.

⁵⁴ A usina hidrelétrica de Itaipu Binacional começou a ser construída em 1974, com a instalação do canteiro de obras, sendo oficialmente iniciada em maio de 1975. Em 1978, foi concluído o canal de desvio, e em outubro de 1982, formou-se o reservatório do lago de Itaipu. O primeiro gerador (turbina) entrou em operação em maio de 1984, e o último (18º) em maio de 1991 (MAZZAROLLO, 2003, p. 25).

⁵⁵ Em comum acordo entre as ditaduras brasileira (1964-85) e paraguaia (Alfredo Stroessner, 1954-89) para expandir o agronegócio no vizinho país incorporando terras consideradas “devolutas” pelo governo ditatorial paraguaio na região de fronteira com o Brasil (na verdade, terras pertencentes a grupos indígenas e/ou posseiros paraguaios), e também aliviar os conflitos agrários que surgiam no Brasil em razão de Itaipu, muitos agricultores que estavam sendo expulsos de suas terras na região onde posteriormente surgiria o lago de Itaipu, acabaram sendo incentivados a emigrar para o Paraguai, acentuando um processo de ocupação e expansão das fronteiras agrícolas a leste do país, iniciado pela ditadura paraguaia ainda na década anterior (1960). Alguns números dão uma pequena amostra do drama humanitário e agrário envolvendo a construção de Itaipu: para viabilizar a obra, foram desapropriadas 8.272 propriedades de solo

seus estudos sobre os impactos de Itaipu sobre o meio ambiente regional, o geógrafo Edson Belo Clemente de Souza avaliou:

Foram inundados 140 mil hectares de terras férteis, importantes para a agricultura, provocando desapropriações de terras de pequenos produtores rurais. A formação do lago desalojou aproximadamente 60 mil pessoas no Brasil e no Paraguai, ocasionou imensurável impacto ambiental, tal como a dizimação de várias espécies de animais e de vegetais, e produziu alteração no comportamento da água subterrânea na região próxima ao lago. (SOUZA, 2009b, p. 123)

Ainda, de acordo com esse mesmo autor,

A região oeste do Paraná perdeu 14% do território dos oito municípios. Estes municípios deixaram de produzir, juntos, mais de 100 mil toneladas de soja, 31 mil toneladas de milho e 1500 toneladas de feijão, segundo dados fornecidos pela Secretaria de Indústria e Comércio de Foz do Iguaçu. Já para Itaipu, a perda dessas produções foi considerada desprezível, afirmando que a inundação das terras da área do reservatório não representaria uma grande perda econômica. (SOUZA, 2009b, p. 123)

No quesito histórico e cultural, o alagamento de terras destruiu ainda uma região de sítios arqueológicos que apenas haviam sido começados a ser estudados (STERLING, 2011, p. 41). Itaipu alterou características geográficas e climáticas da região, deslocando grupos autóctones e desestruturando seu *modus vivendi*, ao afetar o ecossistema e as formas de vida que dele dependiam (VENCATTO, 2010). Ao alagar partes de cidades e até vilarejos inteiros pelo seu caminho, a formação do gigantesco lago de Itaipu, com 1350 km² de extensão, gerou muitos protestos e comoção à época. Entre outros, ocasionou também a extinção dos fabulosos saltos de Sete Quedas, na cidade de Guaíra. Este tema – a morte de Sete Quedas – é um assunto bastante enfatizado pela historiografia regional

rural e urbano no Brasil, e cerca de 1.200 propriedades no lado paraguaio. Na margem brasileira, foram removidas cerca de 40.000 pessoas, e na margem paraguaia, cerca de 20.000 pessoas (MAZZAROLLO, 2003, p. 26). Os brasileiros emigrados ao Paraguai, assim como seus filhos, acabariam conhecidos como *brasiguaios*, pois já não eram nem brasileiros (desassistidos que estavam por parte do Estado brasileiro), nem tampouco podiam se considerar paraguaios. Em pouco tempo, inúmeros conflitos agrários surgiram envolvendo brasiguaios, fazendeiros paraguaios, grileiros, pequenos posseiros, indígenas e grupos de sem-terra paraguaios (estes dois últimos, denominados genericamente como *campesinos*). A maioria dos brasileiros possuíam precários títulos de propriedade emitidos pelo governo e colonizadoras paraguaias. Ainda no início dos anos 1980, muitos brasileiros que haviam sido expulsos por Itaipu imigraram ao Paraguai, foram novamente expulsos, agora por posseiros, campesinos sem terra e poderosos fazendeiros (incluindo alguns latifundiários brasileiros), e se viram obrigados a retornar ao Brasil. Alguns voltaram a reemigrar para as frentes de colonização que a ditadura estava abrindo no norte do país (Rondônia, Pará, Mato Grosso), enquanto outros, sem opção, acabariam engrossando os enormes contingentes de trabalhadores despossuídos (sem terra) a vagar pelas regiões agrárias do Brasil. Sobre o tema, consultar: ALBUQUERQUE, 2010; BALLER, 2014; FIORENTIN, 2010 e 2017; SILVA, 2010; SONDA, 2003.

quando se trata de avaliar os impactos e os crimes ambientais promovidos pela megalomania que esteve por trás do projeto de construção de Itaipu.⁵⁶ Autora de um desses estudos, a historiadora guaireense Ana Paula dos Santos, em sua dissertação de mestrado, descreveu:

A formação do reservatório de Itaipu no Extremo Oeste paranaense, em outubro de 1982, fez desaparecer inúmeras paisagens, lugares onde estavam depositados anos de história, cuja destruição significou para seus moradores a ameaça a seus referenciais, ou até mesmo a ruptura desses referenciais. Para os guaireenses, o significado do projeto Itaipu é forte. Itaipu não representa apenas o moderno ou o progresso, ao contrário, sua construção é ainda hoje questionada por esses sujeitos que perderam espaços e paisagens, e por certo, vivenciaram transformações. Para os homens e mulheres que conviveram com esse tempo, presenciar a construção de Itaipu e a formação do seu reservatório significou, de certa forma, tornar-se um ser “subjugado” aos “caprichos” trazidos pela modernidade denominada Itaipu. Integrar esse contexto resultava deixar sob as águas momentos íntimos de experiências de vida”. (SANTOS, 2006, p. 13).

Outra consequência nefasta geralmente associada à construção de Itaipu e à formação do lago refere-se ao deslocamento de enormes contingentes de trabalhadores rurais que, sem terem para onde ir, acabariam por se organizar e fundar movimentos de luta agrária na própria região Oeste do Paraná. Esse tema foi trabalhado, entre outros, pelos estudos de Mestrado dos historiadores Schmitt (2008) e Moraes Jr. (2011) além do

⁵⁶ Mais do que a megalomania delirante dos governos militares que se sucederam ao golpe de Estado de 1964, a construção de Itaipu realizou-se num contexto de fracasso do regime econômico sustentado nos primeiros anos de ditadura, e que ficaria conhecido sob a alcunha “Milagre Brasileiro”. Ostentando altas taxas de crescimento econômico geralmente concentrado em setores oligopolistas da economia transnacional, o “Milagre”, que vigorou de maneira mais específica entre 1968 a 1973, sofreu um forte impacto de uma crise internacional que se seguiu à crise do petróleo de 1973 (OPEP). Nesta época, minguaram as fontes de (empréstimos) que davam sustentação ao “Milagre”. Esses empréstimos eram tomados pelo governo militar no exterior, e repassados ao setor industrial brasileiro a juros próximos de zero. Este modelo, embora gerando crescimento econômico em patamares elevadíssimos, se fez com base na elevação da dívida pública em níveis estratosféricos. Cessadas as fontes de financiamento externos, e tendo em vista uma crise energética que se avistava no horizonte em escala mundial, o governo militar decidiu ampliar o parque energético e reforçar o papel das indústrias de base (hidrelétrica, siderurgia, química) para dar prosseguimento ao modelo industrial adotado, baseado na grande indústria. Para tanto, a partir de 1974, passou a elaborar e executar o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Na prática, de acordo com Sônia Mendonça e Virgínia Fontes: “O II PND, iniciado com a gestão Geisel, estabeleceu como meta para a economia a substituição do que fora, até então, o ‘carro chefe’ da acumulação brasileira. O setor de bens de consumo duráveis deveria ser ‘desbancado’ pelo de bens de produção, enquanto prioridade da política econômica do governo. Os agentes de tal transformação seriam, evidentemente, as empresas produtivas estatais.” (FONTES; MENDONÇA, 2000, p.57). Com efeito, “(...) o governo tentou desestimular o setor de duráveis de diversas maneiras. Por um lado, procurou desviar dele os recursos financeiros disponíveis, atraindo-os – mediante compensações variadas – para as áreas de siderurgia, hidrelétrica, química básica e mineração, apresentadas como ‘prioridade nacional’ ” (MENDONÇA, 2000, p. 58-59)

próprio escrito do jornalista Juvêncio Mazzarollo (2003), publicado originalmente como manuscrito (cartilha) em 1980 pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e posteriormente ampliado e republicado em formato de livro pela editora Loyola.

Como forma de tentar compensar uma ínfima parte desses estragos, e também para cumprir alguns requisitos de natureza técnica (laudos antropológicos, ambientais, socioculturais, etnográficos, geográficos, etc), Itaipu passou a financiar uma série de estudos históricos, etnográficos, ambientais e antropológicos sobre a região onde estava sendo instalada. Na ocasião, além de obras bibliográficas, a empresa financiou e também construiu acervos e museus com material arqueológico e restos de material indígena resgatados durante sua construção. Além disso, formou áreas de reserva e de preservação ambiental com parte daquilo que foi salvo ou capturado do alagamento de 1982 (“Operação *Mymba Kuera*”),⁵⁷ e reflorestou algumas áreas.⁵⁸ O livro encomendado a Ruy Wachowicz insere-se nesse contexto, e tratou-se de um estudo realizado a pedido da própria Itaipu para documentar parte de uma história em processo de desaparecimento, em uma região que passava por profundas e irreversíveis alterações em sua paisagem, história, perfil populacional e ecossistema.⁵⁹

Assim, a rigor o livro de Wachowicz pode ser inserido num contexto de “História Oficial” escrita a pedido de Itaipu. Contudo, apesar do caráter oficialismo desse estudo, este escrito possui um valor documental inestimável sobre a formação histórica e social

⁵⁷ De acordo com German Sterling, o termo *Mymba Kuera* deriva do idioma guarani, e significa “pega bicho”. Esse autor informa que foram resgatados algo próximo de 20.000 animais nas duas margens do rio Paraná, numa operação muito noticiada na época pela mídia nacional. (STERLING, 2011, p. 90)

⁵⁸ Entre essas iniciativas, podemos mencionar ainda a fundação do Ecomuseu de Itaipu (1987), realizado com restos de material arqueológico (indígena) e espécies animais recolhidas e empalhadas (taxidermizadas) da área atingida pelo lago. Da operação *Mymba Kuera* resultou o refúgio biológico, área de preservação ambiental mantida pela Itaipu até os dias atuais.

⁵⁹ A semelhança do Ecomuseu de Itaipu (lado brasileiro), podemos mencionar ainda a existência do “Museo de la Tierra Guaraní”, do lado paraguaio, na cidade de Hernandárias. Nele, estão uma série de materiais recolhidos, catalogados e sistematizados sobre a presença indígena na região no período anterior à construção da usina. Embora também seja gerenciado pela mesma empresa (Itaipu), o museu paraguaio é bem melhor estruturado, organizado, gerenciado e concebido, se comparado com seu correspondente brasileiro. Este local tem servido de subsídio para pesquisadores das áreas de meio ambiente, antropologia, história, etnografia, linguística, entre outras, reunindo pesquisadores interessados na conformação física e humana da região onde se assenta Itaipu. Sterling (2011) produziu um interessante estudo em sua dissertação de Mestrado em História, analisando o processo de constituição desses dois museus por parte da gestão paraguaia e brasileira de Itaipu. Para ele, os gestores paraguaios aproveitaram a estruturação do museu (*Museo de la Tierra Guaraní*) para construir uma narrativa que ligasse a sociedade paraguaia a um passado indígena guarani; e, a partir disso, poder reafirmar seus direitos sobre o território onde Itaipu foi construída, e o discurso de que o país foi usurpado e mutilado territorialmente ao longo de sua história. Do lado brasileiro, a gestão preocupou-se em construir uma narrativa onde Itaipu aparecia como resultado natural da evolução do Estado brasileiro sobre a fronteira, bem como a apropriação capitalista como parte dessa “evolução”, construindo uma história linear e evolutiva, que se iniciava no passado indígena-nacional (“indígenas do Paraná”), passando pelas *obrages*, colonizações, e por fim, Itaipu.

da região oeste do Estado do Paraná, e que vai muito além da(s) própria(s) História(s) oficial(is) que esse livro acabou por impulsionar nos anos seguintes à sua publicação.

Ainda que Wachowicz tenha sido um dos grandes responsáveis por lançar (ou reforçar) pilares fundamentais de um tipo de narrativa histórica evolucionista, que chamaremos aqui de “memória sulista” sobre o Oeste do Paraná, cumpre destacar que seu livro também trouxe pistas importantes e essenciais para compreendermos a conformação de um território de fronteira bastante híbrido e multicultural, pluriétnico e transfronteiriço, e que sob certo sentido se apresentava muito mais *platina* do que *brasileira* propriamente dita. Apesar de negligenciados pelos escritos de história oficial que se seguiram ao livro (e que nele se basearam), devemos destacar que é Wachowicz quem irá dar alguma visibilidade a um tipo de sociedade platina que, durante décadas, se formou, se desenvolveu, se reproduziu e marcou uma era histórica fundamental na região das barrancas da foz do rio Iguaçu.

Em suma, o estudo de Wachowicz irá permitir o acesso a testemunhos raros e/ou de difícil acesso para os pesquisadores em geral, incluindo aqui os valiosos depoimentos orais que o autor coletou entre 1979 a 1981.⁶⁰ Além desses, o autor consultou jornais de Curitiba das primeiras décadas do século XX, arquivos e documentos oficiais de acesso muito restrito (incluindo informações de cunho diplomático, relatórios aduaneiros e fiscais, correspondências entre agentes estatais e homens públicos, etc), livros e relatórios raríssimos, entre outros documentos que, no seu conjunto, dão conta de colocar o

⁶⁰ Para produzir seu livro, Ruy Wachowicz entrevistou, entre outros, as seguintes pessoas: Antônio Ayres Aguirra, ex-cartorário de Foz do Iguaçu e residente na cidade desde 1929 (entrevistado em abril de 1980); Waldomiro Belotto, ex-funcionário da empresa colonizadora Maripá, uma das responsáveis pelo planejamento e execução da ocupação da região após 1946 (entrevistado em dezembro de 1979); Miguel Ribeiro Camargo, ex-professor em Guaíra, nomeado pelo governo do Paraná em 1936 (entrevistado em novembro de 1979); Ernesto Daloglio, que chegou à região em 1950 e foi o primeiro médico a atuar na área colonizada pela empresa Maripá, tornando-se político, empresário e primeiro prefeito empossado na cidade de Toledo após sua emancipação política de Foz do Iguaçu em 1952 (entrevistado em outubro de 1979); Carlos Engel, filho de funcionário e funcionário da extinta Cia Mate Laranjeira, de Guaíra (entrevistado em novembro de 1980); Julião Patrocínio Lopes e Victor Amado Lopes, ex-empregados da *obra* de Julio Thomas Allica e ex-funcionários da Cia Mate Laranjeira (entrevistados em fevereiro de 1981); Brasil Pinheiro Machado, historiador e ex-interventor federal no Paraná após a queda do Estado Novo (entrevistado em outubro de 1979); Mario Melez, ex-gerente da Cia Mate Laranjeira (entrevistado em dezembro de 1979); Antônio Patuí, primeiro vigário católico de Toledo após a colonização empreendida pela empresa Maripá a partir de 1946 (entrevistado em outubro de 1979); Alfredo Paschoal Ruaro, sócio-proprietário da empresa Maripá a partir de 1946 e responsável por outros empreendimentos colonizatórios semelhantes nos Estados do Paraná e Santa Catarina (entrevistado em outubro de 1979); Joel Pelegrini Samway, ex-funcionário do Estado do Paraná no Oeste nas primeiras décadas do século XX (entrevistado em novembro de 1979); Otilia Schimmelpfeng, ex-professora e funcionária pública em Foz do Iguaçu, e filha do primeiro prefeito da cidade, Jorge Schimmelpfeng (1914-24), entrevistada em maio de 1980. Ver: Wachowicz, 1987, p.185-186. Também à página 48 aparece uma referência ao significativo depoimento de Clemente Silva, ex-mensu recrutado pela Cia Mate Laranjeira, e que foi entrevistado pelo autor em outubro de 1980. O nome deste trabalhador, porém, não aparece na relação de depoentes listados no final do livro.

problema da difícil integração do Oeste paranaense ao Estado do Paraná, e consequentemente ao Estado brasileiro, além de revelar as dinâmicas históricas próprias vividas neste território, descritas *in loco* por cronistas, agentes estatais, militares e viajantes, além dos próprios moradores que estiveram nessas barrancas do rio Paraná e Iguaçu entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX.⁶¹

Num panorama ainda provisório, podemos aferir que os relatos recolhidos por Wachowicz darão conta de uma fronteira mais “paraguaia” e “argentina” do que “brasileira” propriamente dita. Tratam-se de processos e memórias que não necessariamente se coadunavam com os discursos “nacionalizantes” que se tentou imprimir à região Oeste a partir dos anos 1940. Essas memórias sobre uma fronteira “platina” serão totalmente apagadas da historiografia regional produzida no Oeste do Paraná a partir dos anos 1980, sendo substituída por marcos nacionalizantes “sulistas”. Esforço de apagamento que, paradoxalmente, terá no livro de Ruy Wachowicz um de seus grandes propulsores.

1.4. Fronteira brasileira, sociedade castelhana

A sede da Colônia Militar que daria origem ao núcleo urbano de Foz do Iguaçu começou a ser construída já em 1889, embora sua fundação de fato tenha se dado oficialmente apenas em 1892. Inicialmente, e durante toda sua existência (até 1912), a Colônia Militar foi administrada diretamente pelo governo federal, através do Ministério da Guerra.⁶² Em 1912, a Colônia Militar foi dissolvida, e em seu lugar, criou-se a Vila Iguassú, vinculada ao município de Guarapuava. Em 1914, pela Lei Nº 1.383, foi elevada a categoria de município, sob a denominação de *Iguaçu*. Pela Lei Nº 1.783 de 05 de abril de 1918 foi mudado o nome de município e comarca de Iguaçu, para o de Foz do Iguaçu. (MENESES, 2014p. 21). Inicialmente, e durante toda sua existência, a Colônia Militar

⁶¹ Entre eles, relatos de viagem como aquele produzido pelo sargento José Maria de Brito, integrante da expedição militar chefiada pelo capitão Belarmino de Mendonça, que abriu a picada (estrada) entre Guarapuava e Foz do Iguaçu em 1888, e assim permitiu a fundação da Colônia Militar do Iguaçu (1892). É a este relato que pertence o trecho, citado por Wachowicz, do qual retiramos a epígrafe que abriu este capítulo.

⁶² “Após a descoberta da foz do rio Iguaçu e o início dos trabalhos relativos à formação da Colônia Militar na fronteira, as atividades da “Comissão de Estradas Estratégicas do Paraná” se voltaram à manutenção e alargamento da picada, além de fornecer, periodicamente, gêneros alimentícios, roupas, ferramentas, armas, munições, medicamentos e dinheiro à Colônia Militar. Em 20 de outubro de 1892, a Colônia Militar foi oficialmente fundada, cabendo ao Ministério da Guerra zelar pelo sucesso da referida Colônia Militar.” (MYSKIW, 2009, p. 45)

foi administrada diretamente pelo governo federal, através do Ministério da Guerra.⁶³ Em 1912 a Colônia Militar foi dissolvida e sua administração direta entregue à administração do Estado do Paraná, a quem caberia dar continuidade ao processo de colonização e povoamento (LIMA, 2001, p. 30). Antes, em 1910, havia sido criada a Vila Iguassú, distrito do município de Guarapuava. Em 1914, pela Lei Nº 1.383, o distrito foi elevado à categoria de município, sob a denominação de *Vila do Iguassú*. Pela Lei Nº 1.783 de 05 de abril de 1918 foi mudado o nome de município e comarca de Iguazu para o de Foz do Iguazu (MENESES, 2014, p. 21).

Durante todo este primeiro período de operação da Colônia Militar (1889-1912) nas margens brasileiras dos rios Iguazu e Paraná, longe de cessarem o contrabando e a exploração predatória das riquezas naturais por parte de empresários argentinos (*obrageros*), a existência da Colônia acabou subsidiando e até legitimando esse comércio, através de acordos de fornecimento de víveres, cessão de licenças e direitos e inclusive a concessão de monopólios de exploração – muitos dos quais contrariando direitos e garantias adquiridos pelos próprios colonos assentados, conforme relatos fornecidos à comissão do Exército em 1907.⁶⁴ A profunda dependência dos moradores locais em relação ao comércio que se fazia exclusivamente pelo rio transformava a colônia em mero entreposto comercial, onde os comerciantes argentinos, aliados aos militares brasileiros, mandavam e desmandavam.⁶⁵

⁶³ “Após a descoberta da foz do rio Iguazu e o início dos trabalhos relativos à formação da Colônia Militar na fronteira, as atividades da “Comissão de Estradas Estratégicas do Paraná” se voltaram à manutenção e alargamento da picada, além de fornecer, periodicamente, gêneros alimentícios, roupas, ferramentas, armas, munições, medicamentos e dinheiro à Colônia Militar. Em 20 de outubro de 1892, a Colônia Militar foi oficialmente fundada, cabendo ao Ministério da Guerra zelar pelo sucesso da referida Colônia Militar” (MYSKIW, 2009, p. 45)

⁶⁴ Relatos organizados e publicados como anexo à edição comercial do livro de José Maria de Brito (2005).

⁶⁵ Antônio Myskiw, que realizou um detalhado estudo sobre o cotidiano da Colônia Militar, demonstra que, com o passar dos anos, a condição de isolamento geográfico em relação a Curitiba e Guarapuava e as variações cambiais (o dinheiro brasileiro praticamente não ser aceito nas transações comerciais na fronteira) gerou uma crise de abastecimento na Colônia, tornando seus habitantes (inclusive os próprios militares) profundamente dependentes das atividades como contrabando e extração ilegal de erva-mate e madeira que era realizada por argentinos e paraguaios. Na avaliação deste autor: “Para os comerciantes argentinos e paraguaios, a Colônia Militar de Foz do Iguazu havia se tornado um alvo certo para se obter lucros, a começar pela diferença cambial. O isolamento da Colônia Militar, atrelado à demora no envio de dinheiro, alimentos e outros produtos oriundos de Curitiba e Guarapuava, abriu caminho para que se estabelecesse um vínculo comercial com mercadores argentinos. Esse vínculo, como informa José Muricy, em pouco tempo se transformou em dependência, na medida em que os comerciantes passaram a fornecer mercadorias a colonos e militares para que fossem pagas futuramente, ou ainda, mediante a troca de mercadorias por erva-mate. Esse vínculo e dependência comercial, no entanto, fornecia condições para que a Colônia Militar continuasse a existir” (MYSKIW, 2009, p. 147-48). Mais adiante, continua o autor: “A extração de erva-mate e de madeira por colonos e militares se tornou moeda de troca junto aos comerciantes argentinos, por alimentos e outros produtos. As atividades agrícolas e pecuárias deixaram de ser prioridade na administração do tenente Edmundo de Barros. Tal prática atraiu a atenção dos empresários ervateiros e madeiros de Posadas e Corrientes, a ponto de incentivarem a atividade extrativista selando contratos com

Nestes relatos, destaca-se ainda a figura de Jorge Schimmelpfeng, primeiro prefeito de Foz do Iguaçu (de 1914 a 1924), descrito como um verdadeiro “coronel” a atuar na fronteira, além de outras práticas de abusos envolvendo ervateiros e chefes militares locais. Schimmelpfeng havia chegado à região como fiscal da Agência de Rendas que o governo paranaense tentou instalar ali. Fazendo uso de seu cargo público, logo tornou-se rico proprietário de terras e madeiras, aumentando ano a ano seu capital pessoal, poder político e influência junto aos militares da Colônia. De acordo com Myskiw,

A chefia da Agência Fiscal do Paraná facultou a Jorge Schimmelpfeng status social e algum sucesso financeiro. Sebastião Paraná não mencionou, no entanto, que parte dos bens e fortuna adquirida por Jorge deveu-se à intermediação na compra de uma vasta área de terras devolutas junto ao governo do Estado do Paraná em nome de um grupo de capitalistas ingleses. Para explorar as riquezas naturais existentes nos 274.750 hectares de terras situadas no extremo-oeste do Paraná, os ingleses fundaram em Buenos Aires a *Compañia de Maderas del Alto Paraná S/A.*, que passou a funcionar em 1907. Fazenda Britânia (ou Britânica) foi o nome dado às terras pertencentes aos ingleses, administrada por Jorge Schimmelpfeng por algum tempo. (MYSKIW, 2009, p. 204)

Schimmelpfeng passou a nomear ele próprio os fiscais dos ervais e das madeiras, além de conceder (ou cassar direitos sobre) terras e monopólios, e controlando ainda, com mãos de ferro, toda a atividade comercial e política no lado brasileiro da tríplice fronteira:

Jorge Schimmelpfeng mostrava aos habitantes da Colônia Militar de Foz do Iguaçu que possuía forte influência junto aos militares, a ponto de sugerir a nomeação de seus protegidos e irmão para a função de fiscal dos ervais. Ao dar proteção, Jorge tornava os irmãos Charon dependentes de seu poder e cumpridores de suas ordens. Ao assumirem os postos de fiscal e de Inspetor de Distrito, Gregório, Estevão e o irmão de Jorge (cujo nome não foi citado) resguardavam e faziam valer os interesses de Jorge Schimmelpfeng como proprietário de terras, comerciante, empresário e político local. Desenhava-se, assim, a silhueta de um “coronel” na fronteira (MYSKIW, 2009, p. 208).

Esse autor ainda cita um episódio narrado na documentação que ele analisou, no qual uma chacina de trabalhadores ervateiros ocorreu na margem brasileira em 1903, fora do perímetro da Colônia Militar. Tal evento se deu nas terras do famoso e poderoso

colonos. Aos poucos, diz Domingos Nascimento, a extração de erva-mate e madeira se tornou “garantia única de vida dos habitantes” residentes na Colônia Militar.” (Idem, 2009, p.153).

ervateiro argentino Domingos Barthe, que tinha concessão para explorar ervais do lado brasileiro. Na ocasião, o oficial que recebeu a denúncia solicitava ao seu superior que providências fossem tomadas, tendo em vista a gravidade dos fatos que estavam a repercutir “no ânimo daqueles que desejam ali a sua Patria engrandecida e respeitada e não como um Paiz selvagem, uma verdadeira Anarquia encravada no coração da livre América”. Conclui Myskiw:

Essas informações são importantes, pois evidenciam que fora dos limites territoriais da Colônia Militar, atrocidades, desmandos e maus tratos estavam a acontecer em meio às densas florestas. A fronteira, desde sua abertura, apresentava-se aos colonos, aos militares que ali chegavam e aos peões ervateiros como um lugar em que a intolerância, a ambição, a violência e a morte faziam parte do cotidiano, resultado das disputas pelas terras e suas riquezas por diferentes grupos humanos. (MYSKIW, 2009, p.174).

Situações como estas narradas acima mostram a praticamente inexistência das garantias e controle por parte do Estado brasileiro na região que hoje constitui a tríplice fronteira, a despeito da existência da colônia militar naquelas margens desde pelo menos 1889. Com isto, não estamos querendo dizer que, caso a presença do Estado brasileira fosse mais efetiva, a violência e a exploração representadas pelo sistema *obragero* (do qual trataremos no tópico seguinte) seriam banidas ou diminuídas. Pelo contrário: é importante lembrar que até o início da década de 1940, inexistiam no Brasil quaisquer garantias trabalhistas; estas surgiriam apenas com a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), editada por Getúlio Vargas em 1943. Além disso, mesmo quando sancionadas, elas praticamente deixaram intocadas a relações de trabalho no meio rural – onde ainda predominavam ranços autoritários do coronelismo.

Micael Alvino da Silva também chama a atenção para a necessidade de se situar o sistema de *obrage* em seu devido contexto temporal. Para esse autor:

Embora apontamos anteriormente alguns aspectos próprios de uma *obrage*, não podemos esquecer que ela é um produto de seu tempo. Se hoje há um arcabouço legal que protege o trabalhador de ser um semiescravo, na época não havia. Na mesma época, a situação o trabalhador pobre, branco ou negro, na América do Sul, na Europa ou nos Estados Unidos, ou seja, de modo geral era precaríssima. (...) Considerando, ainda, que formalmente a escravidão foi abolida no Brasil somente em 1888, a denúncia de que as autoridades brasileiras não faziam nada para proteger os trabalhadores no oeste do Paraná soa um tanto anacrônica (SILVA, 2014, p. 29).

A questão para o Estado brasileiro, neste caso, não era de natureza humanitária, mas apenas de soberania. Como veremos adiante, até os anos 1940, o acesso à região permanecerá praticamente inacessível ao Estado brasileiro e seus agentes. A única forma de se chegar à fronteira era através de um longo e custoso caminho fluvial, que se iniciava em Buenos Aires ou Montevideú, passando quase todo pelo interior do território argentino compreendido pelo Prata, incluindo Corrientes e Posadas (atual Misiones). De acordo com o memorialista iguaçuense Perci Lima, apenas o trecho entre Buenos Aires e Foz do Iguaçu correspondia a uma distância total de cerca de 2415 quilômetros (LIMA, 2001, p. 45-46). Na prática, tratava-se de uma região completamente isolada em relação a cidades como Asunción (Paraguai), Curitiba e Rio de Janeiro, e na qual o processo de *argentinização* tornava-se um fato social implícito. Tudo o que ali existia ou chegava, ou vinha da Argentina, ou era trazido por mãos argentinas – que era quem verdadeiramente detinha a chave de acesso a este território. Acordos de navegação firmados entre os governos brasileiro e argentino ainda antes mesmo da guerra contra o Paraguai, praticamente condicionaram todo o acesso ao território do Alto Paraná às empresas de navegação e exploração argentinas. Na análise de Ruy Wachowicz:

A presença de uma embarcação brasileira na região das barrancas do rio Paraná, só foi possível mediante os acordos de navegabilidade, assinados pelos países da bacia do Prata. Segundo esses acordos, assinados no início da década de 1850, o Brasil teria acesso à navegabilidade do Baixo Paraná e no rio Paraguai, a fim de assegurar sua comunicação com a província de Mato Grosso. Dessa forma, o Brasil passou a praticar o serviço de cabotagem nos rios Paraná e Paraguai, como uma espécie de tolerância, sobretudo por parte da Argentina. Em contra partida, a Argentina exigiu e obteve do Brasil, a concessão de navegar livremente na costa brasileira desde a foz do rio Iguaçu, até as Sete Quedas. Por este acordo, a região das barrancas do rio Paraná foi praticamente aberta à navegação e ao comércio argentino. (WACHOWICZ, 1987, p. 15-16)

O testemunho de uma moradora que viveu na cidade de Foz do Iguaçu nas primeiras décadas do século XX é bastante esclarecedor neste sentido. Trata-se de Otília Schimmelpfeng, filha de Jorge Schimmelpfeng, prefeito da cidade. O depoimento de Otília foi gravado pelo historiador paranaense Ruy Wachowicz, em 1980.⁶⁶ Nele, Otília

⁶⁶ Embora Ruy Wachowicz não disponibilize o depoimento na íntegra, alguns dados biográficos sobre Otília Schimmelpfeng se fazem necessários. Considerada uma das “pioneiras” de Foz do Iguaçu (termo bastante problemático e excludente, como discutiremos adiante), Otília Schimmelpfeng era filha de Jorge Schimmelpfeng, primeiro prefeito de Foz do Iguaçu (1914-1928). Portanto, fazia parte de uma pequena elite que estava se formando na cidade. Otília nasceu em Foz do Iguaçu no ano de 1907, e se tornou professora, integrando o corpo docente da primeira turma de professores do primeiro colégio fundado em

descreve uma cidade cujo ritmo, padrões de consumo, hábitos e até mesmo leituras, vinham através do rio, pela Argentina. Descrevendo a chegada de um navio mercante argentino e sua escala na cidade de Foz do Iguaçu, no início do século XX, lembrou que:

Tudo, tudo vinha da Argentina. Nós não tínhamos contacto nenhum com o Brasil. (...) A gente ia a bordo para servir-se de bebidas geladas, refrescos, cerveja, comprar guloseimas, caixas de bolachas, vidros e frascos de balas (caramelos como a gente dizia), revistas. A gente só tinha possibilidades de ver revistas argentinas, compradas lá nos navios. Quando chegava o navio, todo mundo ia buscar as revistas, balas, guloseimas. (...) Quando chega o navio, era uma festa. Quando o vapor apitava a gente sentia alegria, porque ele nos ligava com o mundo civilizado. (WACHOWICZ, 1987, p. 38).

Em 1904, em viagem ao território do Iguaçu e Alto Paraná, o geógrafo e engenheiro brasileiro Arthur Martins Franco, na condição de Comissário de Terras do Estado do Paraná, constatava, com certa estranheza, que os argentinos dessa fronteira mantivessem hábitos muito particulares, falassem *guarani* (idioma de origem indígena) e, sobretudo, se identificassem prioritariamente como *correntinos*,⁶⁷ e não como *argentinos*. Nessa época, havia o temor de que os argentinos (sobretudo os *correntinos*) estivessem penetrando o território brasileiro, promovendo sua exploração econômica irregular e, principalmente, ocupando-o para depois requerer sua posse. Martins Franco havia sido designado para medir os extensos latifúndios arrendados ou vendidos a ervateiros argentinos, destacando-se as companhias Nuñez y Gibaja, e Domingos Barthe. (WACHOWICZ, 1987, p 27). Dessa viagem e seu respectivo relatório, chama a atenção a forma como o então Comissário de Terras do Estado do Paraná irá se referir ao idioma falado pelos argentinos que viviam nesta região:

(...) chegando porém a Corrientes, logo que o “Saturno” atracou, o pessoal encarregado da carga e da descarga dos navios, no porto, falava o guarani, que eu jamais havia ouvido. Percebia-se apenas um sussurro, sem distinguir sílaba alguma, e ignorando que língua era aquela que a “peonada” falava, indaguei do comissário de bordo que se achava ao

Foz do Iguaçu. Tratava-se do Grupo Escolar Caetano Munhoz da Rocha (atual Colégio Estadual Bartolomeu Mitre), fundado em 1928. (Ver: <http://gdia.com.br/06-76/10635>, acessado em 12/07/2017). Além de professora, foi filiada ao PSD até 1964 (ALENCAR; CAMPANA, 1997, p. 167). Posteriormente, também se tornou escritora, e nos anos 1970 passou a colaborar com a recém fundada *Revista Painel*. Hoje, o teatro Municipal (Teatro Barracão) leva seu nome (o nome oficial do edifício é “Teatro Municipal Otília Schimmelpfeng”), e vários de seus textos e impressões acerca de atividades como turismo e hotelaria nas primeiras décadas do século XX são bastante utilizados por pesquisadores e cronistas da cidade.

⁶⁷ Naturais de Corrientes, província argentina situada no encontro dos rios Paraguai e Paraná, epicentro do litoral argentino.

meu lado: respondeu-me - “el guarani”. (FRANCO, Apud WACHOWICZ, 1987, p. 16).

Ainda, em outra parte deste mesmo relato, algo chamou a atenção do viajante:

Os correntinos distinguiram-se do restante dos argentinos. Consideravam-se os mais valentes da Confederação Argentina. Quando se lhes perguntava onde nasceram, respondiam sem titubear: *soy correntino*, em vez de dizer que eram argentinos.

Arthur Martins Franco, agora em 1919, constatava que no verão, eles começavam a trabalhar às 6:30 da manhã até às 11:30 horas. O restante do dia os correntinos consagravam-se à *siesta*! (WACHOWICZ, 1987, p. 17, grifos no original)

As observações acima destacadas podem parecer fruto da curiosidade de um viajante da capital paranaense, desacostumado ao modo de ser das populações rurais do interior da América Latina. Não deixa de surpreender, porém, que Arthur Martins Franco, sendo alguém instruído e pertencente a elite paranaense, ignorasse por completo a existência de populações que ainda falassem o idioma *guarani*. Mais certo é pensar que, como parte dessa elite, e vivendo num grande centro urbano da época, sua visão sobre o Brasil e sobre os *sertões* do Paraná simplesmente o impedisse de conceber que um idioma de origem indígena ainda fosse língua corrente entre populações rurais no interior do Prata – e, inclusive, dos confins do Brasil, como seus próprios relatos atestaram. O *guarani*, ainda hoje é falado correntemente em todo o Paraguai. É falado também em algumas províncias argentinas da região fronteiriça, assim como na Bolívia.

O Estado do Paraná que a elite curitibana conhecia, geralmente estava praticamente restrito ao litoral (Paranaguá, Antonina, Morretes), à capital e sua região metropolitana, além de alguns povoados e cidades só acessíveis pelas vias fluviais (como aquelas situadas às margens do rio Iguaçu, cuja navegação vinha sendo praticada desde 1882) e postos avançados no interior (incluindo colônias militares), além de cidades como Ponta Grossa e Guarapuava. O *sertão* do paraná, como eram chamados o norte e o oeste do estado, serão tratado pela intelectualidade curitibana como territórios ainda por serem “descobertos” (leia-se: desbravados) e integrados. Essa “integração” só ocorreria sistematicamente a partir dos anos 1940, quando são iniciadas as colonizações planejadas incentivadas pelos governos estadual (caso do norte do Paraná) e federal (caso do oeste), e que acabariam por expandir as fronteiras agrícolas do Estado, dando origem a cidades como Londrina e Maringá no norte; e Toledo e Cascavel, a oeste.

Nesse caso, como ficou claro no próprio título escolhido por José Maria de Brito para batizar seu manuscrito sobre a expedição militar que chegou à foz do rio Iguaçu de

1889, “descoberta” passará a significar “reinvenção”. Em se tratando da tríplice fronteira, essa reinvenção será produzida também a partir do apagamento daquela sociedade platina ali estruturada, umbilicalmente ligada à Argentina e Paraguai.

Apesar destas ações de nacionalização só terem saído do papel a partir da emergência do regime de Getúlio Vargas (1930-45), em Curitiba, desde os primeiros anos do século XX, autoridades governamentais e intelectuais (como aqueles que acabariam por constituir o *Movimento Paranista*) já demonstravam preocupações neste sentido. No caso dos *paranistas*, por exemplo, “inventar” uma identidade para o território paranaense significava inseri-lo no conjunto da nação brasileira. Assim, tornava-se fundamental mapear e conhecer o *sertão* do Estado, para traçar perfis e estratégias discursivas que dessem conta de criar memórias e imagens coletivas sobre o Estado do Paraná, de modo a integrá-lo ao restante do Brasil.⁶⁸ Assim,

Os paranistas construirão uma história regional, lendas de primitivismo e até mesmo uma natureza característica para a região. Esta será a tarefa deste Movimento com base na ciência, na tecnologia e na fé no progresso. Por isso os paranistas terão que inventar um Estado que era tão incaracterístico e que mal tinha suas fronteiras geográficas bem delimitadas, irão lançar as bases de uma identidade que passe a fazer com que seus habitantes nutram um mesmo sentimento de pertencimento à terra paranaense. (PEREIRA, 1996, p. 70-71)

O relato de Martins Franco (1904) destacado antes é uma prova do tamanho da empreitada que os intelectuais curitibanos precisariam enfrentar. Daí a insistência em noções como “abandono” e “invasão estrangeira”, sempre presente nos relatos dos

⁶⁸ O historiador Luis Fernando Lopes Pereira, em seu estudo (Dissertação de Mestrado em História) acerca do *movimento paranista*, anotou que: “Uma das primeiras preocupações de tal movimento se dará em relação ao verdadeiro xadrez étnico presentes no estado pelo incentivo à imigração. O Paraná não era formado somente por paranaenses, mas era preciso abarcar toda a heterogeneidade presente no estado para a construção desta identidade cultural. Por isso o movimento se chamou Paranista pois desta forma seria capaz de abarcar todas as culturas presentes em seu território para a construção deste novo Paraná e não se apegaria ao termo nativista na medida em que poucos dos seus componentes eram nascidos no estado.” (PEREIRA, 1996, p. 78-79). Entre os principais nomes destacados a participarem ativamente deste movimento, poderíamos destacar: Bento Munhoz da Rocha Neto (mais tarde, eleito governador do Estado do Paraná), Romário Martins, Ermelino de Leão, Silveira Netto, Emiliano Pernetta, João Baptista Groff, além de nomes de projeção nacional como David Carneiro, Rocha Pombo e Brasil Pinheiro Machado, para quem o estado do Paraná era “típico desses que não têm um traço que faça dele alguma coisa notável nem geograficamente como a Amazônia, nem pitorescamente como a Bahia”. (Jornal *Gazeta do Povo*, Curitiba, edição 21/06/2013. Essa mesma reportagem informa que o termo *paranista* surgiu após uma viagem que Domingos Nascimento empreendeu ao Norte do Paraná em 1906, e os paulistas que lá moravam referiram-se a ele como *paranista* (por ele ser de Curitiba, o lado “paranaense” do Estado), neologismo que agradou Nascimento, e o qual passou a divulgar entre seus pares após retornar à capital paranaense. Ver: ANTONELLI, Diego. “Um movimento pelo Paraná”. Ver: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/um-movimento-pelo-parana-0d4rwsdgm1cgpsve4gxbzc5q>, acessado em 03/11/2017.

viajantes que desde o final do século XIX e início do XX vinham à fronteira. A elite curitibana não reconhecia aquela sociedade existente na tríplice fronteira como sendo parte do Estado do Paraná (que ainda estava sendo “construído”), e nem mesmo da própria nação brasileira. Tal foi o caso do capitão Domingos Nascimento, então Secretário do 5º Distrito Militar. Recém chegado em Curitiba após voltar de uma expedição militar onde realizara inspeções nas Colônias militares do Iguaçu, Chopim e Chapecó, decidiu participar de um concurso que estava sendo organizado pela Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná em 1903, sob direção do escritor e historiador *paranista* Romário Martins.⁶⁹ O evento comemorava os 50 anos de emancipação política do Estado, e iria premiar escritos que pudessem “moldar e apresentar à população paranaense (e de outros Estados) um passado recheada de sentimentos de pertencimento ao Paraná, de identificação com território paranaense e sua história.” (MYSKIW, 2009, p. 55). Domingos Nascimento então adaptou suas anotações e relatórios produzidos em uma viagem de 103 dias pelo interior do Estado, por ocasião do serviço militar. Essas anotações originaram seu livro *Pela Fronteira* (Curitiba: s/ed, 1903), e acabou vencedor do certame. Distribuído a políticos, empresários e jornalistas que vieram prestigiar o evento, tratava-se de “(...) uma forma de divulgar as potencialidades, as belezas naturais e os problemas existentes nos longínquos sertões a Sul e Oeste do Paraná.” (MYSKIW, 2009, p. 57). Um *sertão* praticamente desconhecido pelas autoridades da longínqua capital paranaense, e que só ganhava alguma forma no imaginário paranista, e numa identidade forjada a partir da literatura histórica que recém nascia no Estado - e que incluía relatos de viagem de militares e autoridades ao interior do Estado, como aqueles realizados pelo próprio Domingos Nascimento. Neste escrito, além de exaltar as

⁶⁹ Romário Martins (1874-1948) foi um dos mais destacados intelectuais paranaenses a participar do *Movimento Paranista*. De acordo com o antropólogo Luis Afonso Salturi, estudioso da estética deste movimento: “Romário Martins influenciou vários intelectuais e artistas de sua época. Ao longo de sua trajetória, empenhou-se na divulgação da história e do folclore do Paraná, sendo um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, criado em 1900, e principal fundador do Centro Paranista, criado em 1927. Dedicou-se à pesquisa documental sobre a questão dos limites entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina e elaborou algumas leis, dentre elas, a da criação da Bandeira e do Brasão do Estado do Paraná e a da proposta da data de 29 de março para o aniversário da cidade de Curitiba, capital do referido Estado. Romário construiu símbolos representativos da memória coletiva que identificavam e diferenciavam o Paraná do resto do Brasil. Essa construção simbólica não só diz respeito à representação do ideal de progresso da civilização do Estado, como ganha sentido quando relacionado com alguns dos seus escritos históricos e literários, nos quais o autor tenta resgatar o ponto inicial da história paranaense.” (SALTURI, 2009, p. 3-4). Luis Fernando Pereira também destaca a militância de Romário Martins neste sentido: “Guiado pela necessidade de forjar uma história regional, por sua iniciativa é criado em 1900 o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, onde a sua principal preocupação em um período de grande imigração era exatamente o de aglutinar todo este xadrez étnico presente no Estado na construção de uma identidade regional para os paranaenses.” (PEREIRA, 1996, p. 71)

potencialidades do Estado, Nascimento, referindo-se às paisagens, planaltos, vales, rios, saltos e quedas d'águas, destacava a

...grandiosidade das nossas riquezas, que como jóias intactas permanecem ocultas para os lados oeste de nossa terra”,[que] contrastavam com o desinteresse dos órgãos governamentais brasileiros em relação à Fronteira explorada por empresários argentinos e paraguaios. (NASCIMENTO, apud MISKEYW, 2009, p. 57).

A predominância de *correntinos* na região, conforme descrita por Arthur Martins Franco em 1904, porém, não necessariamente indicava uma hegemonia “argentina”, como muitos relatos de viajantes a serviço do Estado brasileiro farão parecer (ou irão erroneamente interpretar). O problema identitário vinha de larga data, e iremos aprofundar essa discussão no capítulo 2. Por enquanto, basta adiantar que a presença *correntina* neste território constituía parte de uma complexa problemática identitária que havia atravessado o século XIX argentino, quando o país platino ainda se debatia para superar fortes rasgos de regionalismos. Essa questão quase havia levado ao estilhaçamento, não muito tempo atrás, do mapa da nação que se pretendia construir, quando mesmo o projeto de construção de uma federação independente (e até mesmo, de um Estado separado, se retrocedermos à época de José Artigas) esteve presente no *litoral* argentino.⁷⁰ Na verdade, como trabalharemos no capítulo seguinte, até 1861 coexistiram dois entes federativos naquilo que hoje se conhece por República Argentina: de um lado, a *Confederação Argentina*, constituída por províncias independentes entre si, que não aceitavam a autoridade pretendida por Buenos Aires – que consideravam apenas mais uma província entre elas; e de outro, as *Províncias Unidas do Rio da Prata*, capitaneada por Buenos Aires, e que pretendia submeter as demais províncias ao seu comando.⁷¹

O senso de autonomia e rebeldia dos *correntinos* que havia chamado a atenção de Arthur Martins Franco em 1904, em mais de uma ocasião, também tinha se mostrado

⁷⁰ Na literatura regional argentina, o termo *litoral* geralmente se refere às províncias do interior (nordeste) argentino banhados pelo entroncamento dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, sendo elas: Misiones, Corrientes e Entre Rios. Em alguns casos, inclui-se também as províncias do Chaco, Formosa e Santa Fé. Aqui, estaremos nos referindo apenas às três primeiras províncias citadas.

⁷¹ A *Confederação Argentina*, como o nome sugere, reunia uma confederação de províncias independentes que haviam pactuado entre si princípios federativos de autonomia e não-intervenção. Fundada ainda durante a década de 1820, a *Confederação* só foi extinta após a derrota militar sofrida para Buenos Aires, em 1862. De acordo com Suellen Péres de Oliveira, “O nome oficial da atual República Argentina foi convencionado no governo de Bartolomé Mitre em 1862 com o fim da guerra civil, quando a capital do estado retornou para a cidade de Buenos Aires. Durante a gestão de Juan Manuel de Rosas, o nome oficial era Confederação Argentina e representava todas as províncias da região do Prata que aderiram ao Pacto Federal em 1831.” (OLIVEIRA, 2011, p. 01).

como um problema para os próprios artífices do Estado-Nação argentino; e as tentativas de enquadramento identitário vindas “de cima” (no caso, Buenos Aires) quase colocou abaixo pretensões geopolíticas da Argentina sobre o Prata. Isso ocorreu, por exemplo, por ocasião da guerra contra o Paraguai (1865), conforme observado pelo historiador argentino León Pomer. Na ocasião, a população de Corrientes parecia mais inclinada a aderir à causa do lado paraguaio, do que lutar a favor da Argentina (leia-se: Buenos Aires). Na avaliação de Pomer:

Nos primeiros anos da década de [18]60, a Argentina era apenas um nome que designava um extenso espaço geográfico, e não uma identidade aceita pela maioria de seus habitantes. Com essa matéria básica, iniciou-se uma tarefa considerada imprescindível pelos mais importantes estadistas (Mitre, Sarmiento, Alberdi, Avellaneda, etc.), já que a única forma de ingressar no conjunto das nações consideradas civilizadas era constituir um Estado e, a partir dele, desenvolver uma nação.” (POMER, 1995, p. 116).

Nessa circunstância, uma guerra realizada pelo Estado argentino contra o Paraguai em 1865 só poderia ser considerada impopular entre os habitantes das províncias do *litoral*, na fronteira com o país guarani. Segue a análise de Pomer:

Para a Argentina, a guerra durou cinco anos (1865-1870), e o custo em vidas e recursos foi extraordinariamente elevado. Não só porque na frente da batalha as coisas não funcionaram da melhor maneira, mas também porque a frente interna se transformou em uma verdadeira guerra civil. A Guerra contra o Paraguai era impopular por várias razões. Em primeiro lugar, muitos argentinos ignoravam a existência de qualquer motivo para lutar contra o país vizinho. Em segundo, faltava a constituição de um imaginário nacional que agisse como fator de coesão e vontades e como formação de uma imagem de totalidade que precisava ser defendida contra as ameaças de um ditador, apresentado como a própria encarnação da barbárie. Em terceiro, porque nas províncias vizinhas ou próximas do Paraguai existia uma população, de origem guarani ou não, fortemente ligada ao Paraguai por vínculos de idioma, de cultura, etc., que não aceitava lutar contra aquele país e a favor de um governo (o de Buenos Aires) no qual não via precisamente um amigo. (POMER, 1995, p. 118)

O relato feito por Arthur Martins Franco em 1904, destacado linhas atrás, produziu-se quarenta anos depois dos correntinos resistirem à entrada na guerra contra o Paraguai. E, a julgar pelo relato feito pelo cronista curitibano, ainda na virada do século XIX para o XX, os nativos do *litoral* ainda preferiam serem chamados de *correntinos* – ou seja, tratados por sua identidade territorial de origem (Corrientes) – ao invés de

argentinos propriamente dito. Tratava-se de um fato social e identitário da maior importância, ainda mais nesse contexto, no qual o termo *correntino* poderia se aplicar a qualquer morador de qualquer uma das províncias do *litoral* argentino, fizessem ou não fronteira com o Brasil. Isto porque, desde aquela época (e até meados do século XX), Corrientes foi o grande epicentro a irradiar correntes migratórias que ajudaram a constituir identitariamente o *litoral* argentino. Eram de Corrientes que partiram os numerosos contingentes de trabalhadores e migrantes para desbravar e povoar regiões das províncias de Misiones, Chaco, Formosa e Entre Rios, nas primeiras décadas do século XX. Esse fenômeno trouxe a reboque a própria difusão do ritmo musical *chamamé*, surgido na província de Corrientes no início do século XX, e hoje totalmente difundido pelo *litoral* argentino.⁷²

Em suma, no decorrer do século XX, o *modo de ser* correntino já havia se expandido ao longo de todo o litoral argentino, chegando inclusive à tríplice fronteira. Assim, ao tomar contato com a “identidade correntina”, o engenheiro e geógrafo curitibano Arthur Martins Franco acabou se deparando com a existência de uma fronteira com temporalidades e dinâmicas históricas, sociais e culturais próprias, que confrontavam o projeto de *nação* pretendido pelas elites curitibanas e brasileiras da qual ele próprio era um representante típico. A resposta dada a essa descoberta – previsível, se consideramos a concepção evolucionista, integracionista e até certo ponto, também xenófoba presente nesses movimentos – resumiu-se em tratar essas temporalidades e dinâmicas da fronteira sob o signo da *barbárie* e do *atraso*, da *violência* e de outras aberrações - das quais as *obrages*, como veremos, serão seu símbolo maior – e que precisavam urgentemente ser desconstruídas, para serem reconstruídas sob o signo da “civilização brasileira”.

1.5. Das barrancas do Paraná aos conflitos fronteiriços: as obras

Apesar dos temores alardeados pelos viajantes, autoridades brasileiras e outros

⁷² O músico, compositor e estudioso argentino Caraicho Toledo, entrevistado nesta pesquisa, e do qual voltaremos a falar adiante, ao analisar a expansão do *chamamé* através das províncias do *litoral* argentino, observou a força deste processo social migratório *correntino* através do litoral argentino, em sua relação direta com as frentes de trabalho nas atividades agrícolas e extrativistas da região: “(...) ahí están los correntinos. Ellos llevan, y allá hay todas familias de ascendência correntina! Vos preguntá a un chaqueño, y te puedo asegurar que si no son... no me refiero a los gringos [imigrantes alemães que vivem na região], que vinieran de otra zona. Los gringos, los polacos, los colonizadores... Pero a los provincianos, si vos le preguntá, seguro que tienen vínculo con algun correntino. ‘Si, mi abuelo fué correntino’, ‘Mi tío vino de Corrientes!’, siempre hay un vínculo! Y por eso la música... y pasó lo mismo en la zona de Misiones. Por eso este *chamamé* le gusta mucho a esta zona de Misiones.” (TOLEDO, 2010, informação oral)

sujeitos que visitaram a região entre o final do século XIX e início do XX, relativo à penetração indiscriminada de argentinos e paraguaios no interior da fronteira brasileira na região oeste do Paraná, a questão fronteiriça ali estava relativamente resolvida, se comparado com o que ocorria em outras regiões limítrofes com a Argentina, como veremos adiante. Na verdade, os apelos eram tanto no sentido de fazer o Estado brasileiro intensificar sua presença naquele território, como estancar o processo de depredação de riquezas naturais abundantes na região (especialmente madeira e erva-mate). Todavia, não obstante essas ações interessarem também às elites econômicas curitibanas (que realizavam a exploração desses recursos em outras regiões do Estado do Paraná), não geravam qualquer imposto para os cofres nacionais e estaduais. O “problema” neste caso, relacionava-se apenas ao acesso à região, feito quase que exclusivamente através de companhias de navegação argentinas.

Durante o período colonial, as enormes dificuldades de acesso à região haviam diminuído sensivelmente o interesse da administração portuguesa de se fazer presente nesse território, e depois de 1822, também por parte do Império do Brasil. Mesmo ausente, não se discutiam os direitos efetivos do Brasil sobre a região, garantidos ainda durante o período colonial, quando Portugal e Espanha celebraram os tratados de *Madrid* (1750) e Santo Idelfonso (1777), e do quais falaremos no capítulo seguinte. O que importa observar por enquanto é que, face a esse “vazio” de ocupação oficial e desinteresse por parte do Estado brasileiro, em meados do século XIX, a região acabou se tornando alvo de empreendimentos argentinos, com utilização de mão de obra paraguaia, chamados de *obrages*.⁷³ Daí que, quando do primeiro recenseamento oficial feito pela expedição militar liderada pelo tenente José Joaquim Firmino à foz do rio Iguaçu em 1889, constatava que entre os 324 moradores encontrados na margem brasileira da fronteira, 212 eram paraguaios, 95 argentinos, e apenas 9 brasileiros, entre outras nacionalidades descritas. Uma sociedade que falava castelhano e guarani, e não o português.

As *obrages* marcariam uma longa fase na história da tríplice fronteira. Esses empreendimentos (alguns operando com capital inglês) dedicavam-se à exploração de

⁷³ O termo *obrage* (ou *obraje*) surgiu ainda no período colonial, e era utilizado para definir empreendimentos manufatureiros que empregavam mão-de-obra indígena na forma de assalariamento (e não nas formas de *mitas* ou *repartimientos*, tradicionalmente empregadas nos dois séculos seguintes à conquista espanhola). Estes empreendimentos existiram nas principais regiões indígenas da América do Sul, e era utilizado sobretudo na produção de tecidos. Os índios empregados nestas *obrages* eram foragidos das *mitas*, ou das comunidades indígenas tradicionais - os chamados *forasteiros* -, e chegaram a representar cerca de 40% da mão de obra adulta masculina no Alto Peru. (GUAZELLI, WASSERMAN, 1996, p. 90-91)

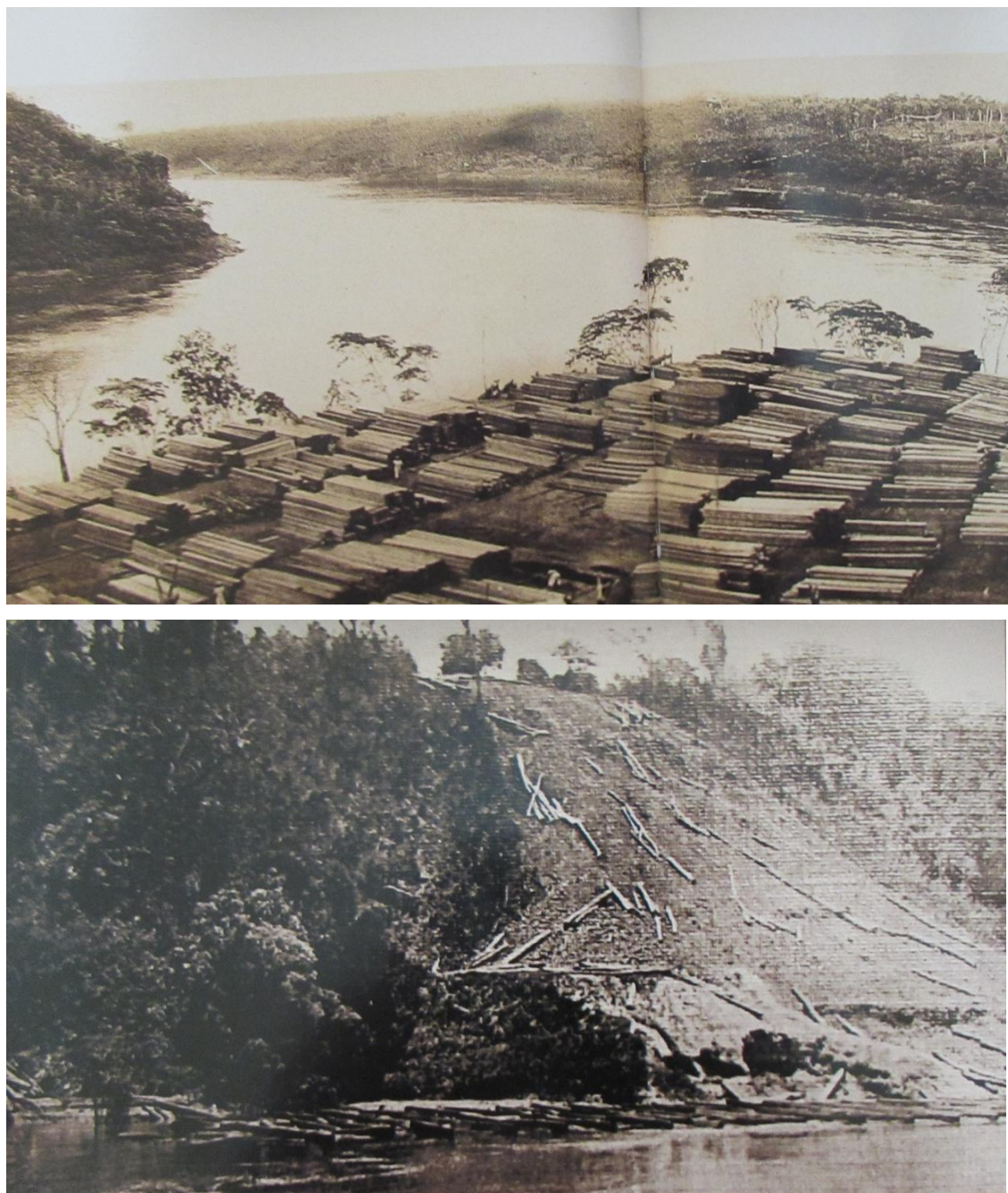
erva-mate e madeira. De acordo com o historiador Valdir Gregory:

No caso do Oeste Paranaense, houve concessões de terras, empreendimentos “multinacionais” e uma sistemática exploração das riquezas naturais. O mesmo ocorria no território argentino e no território paraguaio. Os empreendimentos e suas ações exploratórias, produtivas e comerciais não obedeciam limites de fronteiras nacionais. (...) (GREGORY, 2002, p. 88).

O sistema utilizado pelas *obrages* era basicamente o de extrativismo predatório. Voltadas a extração de madeira e erva mate para abastecer o mercado platino e europeu, empresários argentinos se valiam, por um lado, da completa ausência de fiscalização (antes de 1889) e/ou corrupção por parte de funcionários do Estado brasileiro (após 1889); e do baixíssimo custo da mão de obra, utilizada em regime quase servil, de peões agenciados em Posadas (Argentina) ou no Paraguai, chamados de *mensus*. O sistema de trabalho e coleta empregado era mais ou menos igual em todas as *obrages*: os *mensus* entravam na selva e montavam um improvisado acampamento perto do local da extração (madeira e erva-mate), permanecendo ali até completarem o labor. Depois de concluída a tarefa, abandonavam o acampamento e seguiam para outro local, a fim de repetirem a mesma operação predatória. A madeira era rolada até as margens, através de suas íngremes barrancas, onde, amarradas umas às outras, formavam grandes jangadas que desciam rio abaixo, rumo a Posadas, na margem argentina do rio Paraná, a 350 quilômetros abaixo da foz do rio Iguaçu (ver Figura 5). Já a erva-mate era estocada em sacos e embarcada em vapores que desciam rumo ao mesmo destino. A partir de Posadas, esses produtos ganhavam o mercado platino e europeu.

Como no Brasil, também na Argentina inexistia uma regulamentação ou controle para o trabalho, incluindo aquele desenvolvido pelos *mensus*. Sabe-se que a maioria dos peões, ao serem recrutados, recebiam um pagamento adiantado (*anticipo*), que geralmente era gasto nos dias que antecediam o embarque nas próprias cidades onde esses trabalhadores eram agenciados (Posadas e Corrientes, na Argentina). Após embarcados, chegavam ao seu destino nas frentes de trabalho nas matas intransponíveis do Oeste paranaense. Ali, esses peões passavam a ser, não raro, objeto de abuso e exploração por parte do dono das *obrages* e seus capatazes. Como haviam recebido adiantado (o *anticipo*), e não tendo onde comprar seus víveres a não ser nos próprios comércios e armazéns controlados pelo dono da *obrage*, eles acabavam aumentando sua dívida, tornando-a praticamente impagável.

Figura 5. Toras de madeira preparadas para seguir viagem através do rio Paraná.



Fonte: FAGNANI, MACHADO, 2014, pp.38-39 (acima) e p.84 (abaixo).

Os relatos de violência, coação física e assassinatos contra peões no interior das *obrages* também eram abundantes. De acordo com Wachowicz:

O *obragero*, apesar de dispender com o *antecipo* somas avultadas, apreciava-o e não abria mão do mesmo costume. Ele era o início da corrente de ferro que tornava os *mensus*, senão escravos, verdadeiros

servos presos ao patrão por uma *conta corriente* praticamente interminável. Cada *mensu*, ao chegar numa *obrage*, tinha aberta uma *conta corriente*. Assim como o caucheiro e o seringueiro na Amazônia, o *mensu* passava a depender inteiramente do patrão. Ele era obrigado a suprir-se de gêneros alimentícios, roupas e tudo o mais no armazém ou no *barracón* da *obrage*. Dessa forma o patrão ganhava duplamente: pagando salário ínfimo e obrigando o *mensu* a abastecer-se no armazém da empresa. O *mensu* dificilmente conseguia pagar o que recebeu e se não tentasse fugir, provavelmente morreria devendo.” (WACHOWICZ, 1987, p. 49, grifos no original).⁷⁴

As condições em que viviam os *mensus* eram precaríssimas, conforme se depreende de uma série de textos produzidos no início do século XX a este respeito (como a série de artigos publicados em 1910 na imprensa de Asunción por Rafael Barret, sob o título “Lo que son los yerbales”), e em 1914 um informe produzido por um funcionário do Departamento Nacional del Trabajo, da Argentina, José Elías Niklison, dava um panorama da situação social vivida entre os trabalhadores dos ervais nas barrancas do rio Paraná. Neste relato, dizia: “se trataba de una fatigosa e interminable sucesión de construcciones de madera, mezquinas y sucias que sirven de asiento a tabernas y burdeles”. (POENITZ, 2015, reportagem) – ver Figura 6.

⁷⁴ O tema da violência nas *obrages* foi também tratado em inúmeras produzidas por escritores e artistas argentinos e paraguaios ao longo do século XX. Entre estes trabalhos, destacamos uma série de crônicas publicadas no mês de julho de 1908 pelo precocemente falecido escritor espanhol Rafael Barret (1876-1910). Tendo emigrado à América como jornalista, Barret viveu em Buenos Aires antes de se radicar em Asunción, a partir de 1904. Só retornou à Europa poucos meses antes de falecer, vítima de tuberculose, em dezembro de 1910. Em 1908, Rafael Barret precisou partir ao exílio por se opor ao golpe de Estado perpetrado pelo major paraguaio Albino Jara. Após fazer um longo roteiro que incluiu Corumbá (Mato Grosso, Brasil), Buenos Aires, Montevideu e Corrientes, Barret finalmente acabou se fixando na localidade de Laguna Porã, na cidade de Yabebyry, departamento de Misiones, Paraguai, às margens do rio Paraná. Ali, durante alguns meses, tomou contato e observou de perto a realidade vivida pelos trabalhadores das *obrages*, experiência que daria origem a uma série de crônicas publicadas após seu retorno à Asunción. Estes textos foram posteriormente reunidos e publicados na obra *Lo que son los yerbales* (1910), e hoje são fundamentais para entender a exploração que ocorria no interior destas obras. Também merece destaque a monumental obra *Hijo del Hombre*, do também escritor paraguaio Augusto Roa Bastos (1917-2005), quem dialogou diretamente com Rafael Barret. Na Argentina, destacamos ainda a obra do compositor, escritor, artista plástico e músico de Misiones, Ramon Ayala (1927), que, compondo desde os anos 1950, irá dedicar vários temas de sua obra musical e literária aos personagens das *obrages*, como o *mensu* (trabalhador braçal dos ervais) e o *jangadero* (trabalhador que levava as toras de madeira em forma de jangada, através do rio Paraná). Ainda, merece destaque o filme “Las Águas Bajan Turbias” (1952), do cineasta, ator e cantor argentino Hugo del Carril (1912-1989), que se baseou na novela “El Río Oscuro” (1943), do também argentino Alfredo Varela (1914-1984).

Figura 6. Mensus carregando o *raído*, bolsas onde eram transportadas a erva-mate recém colhida.



O transporte dessa mercadoria era feito por trilhas através das matas (picadas) até os pontos de embarque ou galpões de beneficiamento da erva (barbacuá)

FONTE: Jornal *El Territorio Digital* (Posadas, Misiones, Argentina), ed. 06/12/2015.⁷⁵

Entre as empresas que operavam no sistema extrativista de *obrage* em território brasileiro, destaque para a Cia Matte Larangeira, fundada em 1877, que operou no Oeste do Paraná e Mato Grosso do Sul até a década de 1940, quando as políticas nacionalistas do Governo Vargas inviabilizaram suas operações. No Oeste do Paraná, destacaram-se ainda as *obrage* dos argentinos Domingos Barthe e Julio Thomás Allica, esta última conhecida por seu rigor e violência contra seus peões. No total, Wachowicz identificou pelo menos seis grandes empreendimentos *obrageros* instalados oficialmente na área do município de Foz do Iguaçu entre 1901 e 1916. Além das empresas já mencionadas (Júlio Allica, Mate Laranjeira e Domingos Barthe), também operavam as *obrages* Nuñez & Gibaja, *Compañia de Maderas Del Alto Paraná* e *Petry, Meyer e Azambuja*. (WACHOWICZ, 1987, p. 64)

⁷⁵ Essa fotografia acompanha a matéria intitulada “El Mensú Según un informe oficial de 1914”, assinada pelo historiador e memorialista argentino Alfredo Poenitz. Acessada em 21/06/2016. Disponível em <http://www.eltterritorio.com.ar/nota4.aspx?c=5530367554222352>

Como a maioria dessas empresas detinham monopólios de exploração de erva-mate e madeira, logo tratavam de também desenvolver outros ramos de serviços para subsidiar suas próprias atividades, como transporte e comércio. Assim, com o tempo, surgiriam também empresas de navegação e comércio para atender a essa demanda de transporte de trabalhadores, escoamento da produção e abastecimento das *obrages*. Como dissemos anteriormente, acontecimentos como a fundação da Colônia Militar do Iguaçu (1892) e a instalação do município de Foz do Iguaçu (1914) não alteraram praticamente nada a situação de isolamento dessa região em relação ao restante do Brasil, e a profunda dependência com relação ao mundo, que vinha exclusivamente pelas mãos argentinas e paraguaias através do rio Paraná, se manteve. É importante ressaltar que tanto a fundação da Colônia Militar do Iguaçu em 1892 como a instalação do município de Foz do Iguaçu em 1914, ocorreu de forma bastante precária. Mesmo após a fundação da Colônia Militar do Iguaçu, e durante muito tempo, o “mundo” mais próximo de quem vivia em Foz do Iguaçu ainda era a Argentina e o Paraguai.

A picada aberta pela expedição militar tinha 3 metros de largura, mas permanecia intransitável a maior parte do ano, sobretudo nos períodos chuvosos, quando a mata se regenerava, ao mesmo tempo que o barro tornava impossível seu trânsito.⁷⁶ Nessa circunstância, só era possível alcançar a foz do rio Iguaçu através da navegação fluvial. Apesar do Estado do Paraná possuir grandes rios navegáveis capazes de comunicar quase todo o seu território (tais como os rios Piquiri, Ivaí, Tibagi, Paraná, Paranapanema e o próprio rio Iguaçu), os rios Iguaçu e Paraná não alcançavam a Foz do rio Iguaçu, conforme discutimos linhas atrás.

Desse modo, na prática, conforme Ruy Wachowicz, a única forma de se chegar ao território era mesmo através da navegação pelo rio Paraná, devendo para isto o viajante realizar uma longa, dispendiosa e paciente peregrinação, que consistia em combinar rotas internacionais, outros idiomas e a disponibilidade de transporte para se chegar até a foz do rio Iguaçu.⁷⁷ Para piorar esse quadro, nem todos os navios que chegavam da Argentina

⁷⁶ Antônio Myskiw reproduz o seguinte relato de um militar que percorreu essa estrada apenas 3 anos após ela ser aberta: “Com a missão de fiscalizar o serviço de uma turma de 15 homens que havia partido de Guarapuava em outubro de 1892, o tenente José Cândido da Silva Muricy relata que, contra a sua vontade, empreendeu ‘penosíssima viagem à colonia militar da Foz do Iguassú, através do asperíssimo sertão, o maior e o mais bruto do nosso Estado’.(...) Ao percorrer a picada, José Muricy pontuou em seus escritos o quão difícil era mantê-la em condições de tráfego devido ao rápido crescimento da vegetação e às constantes chuvas, ‘que tornavam os caminhos, que já não são bons, horrorosos.’ ”. (MYSKIW, 2009, p. 146)

⁷⁷ “Nas primeiras décadas após sua fundação (1914), Foz do Iguaçu estava como que de costas para o restante do Brasil. A não ser a péssima picada para Guarapuava, toda a comunicação estava voltada ao rio Paraná e conseqüentemente para o Prata. Para o norte, os saltos de Sete Quedas impediam a navegação com o Estado de São Paulo. Para Curitiba, existia apenas uma difícil comunicação via Guarapuava, que em

atracavam em Foz do Iguaçu, preferindo fazê-lo na margem argentina de Puerto Aguirre (atual Puerto Iguazu), dada a existência de um porto “de fato” nessa localidade, e a inexistência de portos para embarcações de porte médio na margem brasileira (LIMA: 2001, p. 45-46).⁷⁸ Nesse contexto de isolamento, Foz do Iguaçu era uma cidade brasileira que falava *castelhano*⁷⁹. De acordo com o mesmo depoimento de Otília Schimmelpfeng, recolhido por Wachowicz:

A gente conhecia muita coisa só na palavra espanhola porque nem no português a gente sabia. Se esquecia até do português de tanto que falava o castelhano. Basta dizer que as pessoas que vinham de fora, tinham que aprender o castelhano e falar, porque precisava se entender melhor. (WACHOWICZ, 1987, p. 39)

Em 1903, o capitão Domingos Nascimento, então Secretário do 5º Distrito Militar, realizou uma visita as colônias Militares existentes no Paraná, e se assustou com aquilo que encontrou em Foz do Iguaçu. Em seu relatório, posteriormente publicado em forma de livro no ano de 1903, descreve sua passagem pela Colônia Militar do Iguassu nos seguintes termos:

(...) parecia estar residindo num paiz estrangeiro, pois a população brasileira consta apenas do pessoal da administração militar, [...] da agencia fiscal com o seu também reduzido destacamento de polícia e de poucos colonos; o mais são paraguayos, argentinos e meia duzia de europeus. (...) Elles ali cantam em verdadeira alvorada de victoria decisiva, pelo seu commercio e pelas suas industrias, enquanto que nós, brasileiros, senhores apenas do solo, estamos ali escravizados aos seus capitaes, dependentes dos seus caprichos. (NASCIMENTO, apud MYSKIW, 2009, p. 173).

tempos de chuvas ficava intransitável. Foz do Iguaçu comunicava-se com o mundo a jusante, pelo rio Paraná. Quando dos primeiros anos de sua fundação, o melhor meio para se chegar à região, era via Buenos Aires. Da capital platina até Foz do Iguaçu, o trajeto era feito via fluvial, pelo rio Paraná, em três seções: Buenos Aires-Corrientes, Corrientes-Posadas, Posadas-Foz do Iguaçu, sendo que mais tarde surgiu mais uma seção, que era Foz do Iguaçu-Porto Mendes, para quem ia a Guaíra, ver as Sete Quedas. Temos pois, só no rio Paraná, entre Buenos Aires e Foz do Iguaçu, a distância de 2419 quilômetros, que tinham que ser feito por vapores, que singravam o rio.” (WACHOWICZ, 1987, p. 28-30). O trajeto entre Foz do Iguaçu a Guaíra (Sete Quedas) referido pelo autor era realizado exclusivamente por via fluvial, devendo o viajante atracar em Porto Mendes (cerca de 100 km acima da foz do rio Iguaçu), e de seguir até Guaíra por uma estrada de ferro construída pela companhia Mate Laranjeira. Essa empresa, cuja sede havia sido originalmente instalada em Mato Grosso, transferiu seus escritórios para a cidade de Guaíra, e em 1911, construiu essa ferrovia - que tinha cerca de 60 km de extensão – para escoar sua produção de erva-mate rio abaixo.

⁷⁸ A este respeito, o mesmo Perci Lima observa que: “Os vapores das companhias argentinas, nem sempre atracavam em Foz do Iguaçu, e sim no porto argentino de Aguirre, localizado na margem esquerda do Rio Iguaçu, cuja cidade portuária tinha o nome de Puerto Aguirre. Foz do Iguaçu não tinha um atracadouro, o porto na realidade era a barranca do Rio Paraná, com seu grande areal, denominado Porto Oficial, ao lado do atual, Iate Clube Cataratas, logo acima da desembocadura do Rio Boicy.” (LIMA, 2001, p. 47-47).

⁷⁹ Nome dado às variações do idioma espanhol falado entre os habitantes dos países da região do rio da Prata.

Em 1924, poucos meses antes da chegada dos militares revoltosos da Coluna Prestes na região, o Secretário de Estado do Paraná, Cezar Prieto Martinez, também visitou a região Oeste. O relato de parte dessa viagem foi publicado em matéria jornalística veiculada na cidade de Curitiba, e expunha essa face “castelhana” de uma tríplice fronteira que se consolidava cada vez mais platina. De acordo com o texto reproduzido por Ruy Wachowicz:

... o Secretário de Estado do Paraná, Cezar Prieto Martinez constatava em 1924, pouco antes da revolução [Movimento Tenentista], a existência de grande influência argentina e paraguaia. (...) Calendários de parede, propagandas de casas comerciais, avisos de companhias de navegação, reclames de produtos industriais estavam fixados nas paredes das bodegas e casas comerciais, em castelhano. Os que trabalhavam na construção e conservação da estrada de rodagem, eram paraguaios. Esta influência acentuava-se, a partir da localidade de Catanduvas. “Entro em casa de negócio para tomar informação. O caixeiro responde-me em espanhol.”

(...) Atravessando o rio Tormentas, a comitiva de Cesar Prieto Martinez penetrou no município de Foz do Iguaçu. Encontraram ali um povoado chamado Salto, “bairro de paraguaios.” (...)

Pelo caminho, a partir do Depósito Central [da companhia Barthe, obra situada na altura de Cascavel], encontramos turmas de paraguaios, sempre de faixa vermelha e fãção sem bainha que cuidavam de reparos (...) Dentre os informantes encontramos uma mulher a cavalo, com um pequeno de 8 anos. O animal espantou-se e a cavalleira [sic] salta, com agilidade, segurando as rédeas. É um tipo perfeito de cabocla brasileira, que nos responde em espanhol. Duvidamos de sua origem e inquiremo-la: sorri, mostrando uma fileira de dentes alvos e nos diz com visível satisfação – Soy brasileña, senhor, gracias a Diós, pero como me crié entre paraguayos...” (WACHOWICZ, 1987, p. 129-130)⁸⁰

Como se depreende até aqui, desde sua origem, os processos históricos formadores dessa tríplice fronteira e sua dinâmica cultural sempre estiveram enraizados e imersos no universo platino, cuja dinâmica social e histórica estava integralmente ligada ao *rio*. Neste caso, o rio Paraná.

1.6. A construção da memória Sulista sobre a fronteira

Não deixa de chamar a atenção o fato de que o processo de incorporação do

⁸⁰ A referência jornalística citada neste trecho é: MARTINEZ, Cesar Prieto: “Sertões do Iguassu”. *O Dia*. 31 out.1924.

território do Oeste paranaense às frentes agrícolas sulistas (colonizações dos anos 1940 em diante) provocará mudanças radicais nessa relação da fronteira (brasileira) em relação ao universo platino. O discurso nacionalizante que acompanhou as colonizações ocorridas a partir dos anos 1940 irá tentar construir e imprimir uma identidade regional fundada em algo que essa fronteira jamais foi: parte integrante do Sul brasileiro, europeizado, loiro, colono e agrícola. Consolidada essa imagem “sulina”, ao menos em termos historiográficos, começarão a desaparecer importantes referências anteriores que estiveram fortemente presentes na região, e que no fundo jamais deixaram de existir, tornando-se apenas “invisíveis” do ponto de vista de uma certa historiografia. De resto, a cidade “platina” dos registros recolhidos por Wachowicz continua fortemente arraigada e viva nas práticas sociais, nas memórias e nas identidades culturais construídas e mantidas por parte da população que vive nessa fronteira.

Conforme já dissemos, por paradoxal que seja, o próprio relato de Wachowicz é pioneiro em mostrar a face *platina* do Oeste do Paraná, ao mesmo tempo que virá desse autor o caminho metodológico que contribuirá para o apagamento desse mesmo passado. Se seu livro recupera fragmentos de uma fronteira platina, obragera e castelhana, por outro lado, esse mesmo livro inaugura um tipo de narrativa que trata a história do Oeste entre “antes” e “depois” das ações de colonização ocorridas a partir da década de 1940. Nessa divisão, passa-se a se desconsiderar como válido para a compreensão da dinâmica histórica do Oeste paranaense quase tudo o que ali ocorreu até os anos 1940. O que passa a valer para essa historiografia são as ocupações (colonizações) realizadas por agentes “nacionais” (brasileiros), a partir de contingentes de trabalhadores sulistas oriundos dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e cujos empreendimentos colonizatórios operaram dentro de uma lógica racional, planejada e disciplinada. Os processos históricos anteriores aos anos 1940 - e que haviam ocorrido à revelia do Estado brasileiro -, serão tratados como uma espécie de “pré-história” do Oeste do Paraná, sem valor identitário ou memorialístico para a região, a não ser para se demarcar um passado (anterior às colonizações e outras ações de nacionalização da fronteira) marcado pelo terror das obrages, com seus capatazes, mensus, chicotes, assassinatos e crueldade.

O discurso consolidado a partir do livro de Wachowicz, nos anos seguintes passou a subsidiar ideias como o suposto “abandono” da região por parte do Estado brasileiro, o que teria favorecido a presença de “invasores” paraguaios e argentinos (como se essa história e essa região também não lhes pertencesse); a categorização de um passado visto como vergonhoso e lamentável, por conta das violentas *obrages*; a mata intransponível e

improdutiva (do ponto de vista do agronegócio); os sertões intocados e perigosos, com suas onças, jacarés, mosquitos e serpentes venenosas; enfim, uma gama de elementos relacionados aos processos e vivências históricas anteriores à década de 1940, e que serão descartados por representarem uma antítese ao discurso do progresso que teria sido trazido pelo capital privado e pelo Estado Brasileiro após a década de 1940. É o que discutiremos na sequência deste texto.

Evidentemente, seria injusto e até fora de propósito atribuir apenas ao livro de Ruy Wachowicz toda a responsabilidade pelo surgimento, nos anos seguintes à sua publicação (1982), de uma relativamente numerosa bibliografia feita por historiadores e memorialistas oficiais, vinculados em sua maioria aos poderes públicos locais (sobretudo, prefeituras da região) ou até mesmo à academia. Essas prefeituras estavam interessados em construir suas próprias “História(s) Oficial(is)”, para alimentar o mito do “pioneiro”.

O livro de Wachowicz estabelece alguns pilares fundamentais que serão amplamente utilizados por esses historiadores e memorialistas para demarcar pontos de ruptura entre o período que vai do final do século XIX (quando ocorreram os primeiros e frustrados intentos nacionalizantes da região por parte do governo brasileiro) aos anos 1940 (quando o governo Vargas inicia, de forma forçada e sistemática, o processo de nacionalização das fronteiras, posteriormente completado por iniciativas do próprio Estado paranaense a partir de 1946). Dessa forma, o período demarcado entre meados do século XIX a 1940 é tratado como a era da barbárie, da violência (representada pelas *obrages*), do abandono (por parte do Estado brasileiro) e das ações predatórias das riquezas nacionais por parte de estrangeiros (notadamente, paraguaios e argentinos). Já o período posterior a 1940 passará a ser tratado sempre de forma positiva, dentro de um discurso evolucionista, modernizante e civilizatório. É quando tem início o processo de colonização planejada, feita com o uso de elementos humanos provenientes dos Estados do Sul do Brasil (descendentes de ítalo-germânicos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul), e que passarão a ser tratados na historiografia regional como “pioneiros”. Essas colonizações terão como consequência a expansão das fronteiras agrícolas do Estado do Paraná, e a predação acelerada dos recursos naturais da região por empresas colonizadoras privadas.

A história da região Oeste do Estado do Paraná, assim dividida entre o “antes” e o “depois” das colonizações dos anos 1940, terá, nas *obrages* e em toda a estrutura social gerada a partir dela, o seu maior símbolo daquilo que se deveria combater: as ações predatórias dos recursos naturais brasileiros, o domínio estrangeiro (sobretudo argentino)

que colocavam em risco a integridade e soberania do território, e a violência e as relações servis e rústicas de força e de trabalho. Esse período de “barbárie” teria sido interrompido apenas quando chegaram os primeiros colonos vindo de núcleos superpovoados de colonização ítalo-germânica existentes nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e que, auxiliados por companhias colonizadoras privadas, teriam planejado e executado uma ocupação humana racional, igualitária e exemplar da região Oeste do Estado do Paraná, impulsionando a modernização e humanização da propriedade rural e das relações de trabalho.

Os conceitos assim forjados acabaram incorporados e reforçados também num certo tipo de literatura histórica produzida dentro e fora da academia, assumida integralmente por memorialistas e historiadores no âmbito regional. Isso ocorreu também com a criação da FACIMAR - Faculdade de Ciências Humanas e Letras de Marechal Cândido Rondon em 1983. Durante muitos anos, esta instituição foi a única, em todo o Oeste do Paraná, a ofertar um curso de graduação (licenciatura) em História.⁸¹ Algumas de suas produções monográficas dariam amplo respaldo acadêmico e institucional a uma tradição que se firmaria em termos historiográficos no âmbito regional, e que incorporaria à memória regional uma visão acrítica e profundamente elogiosa à obra colonizatória empreendida no Oeste do Paraná a partir de meados dos anos 1940. Destacamos aqui, entre outros escritos, o livro da então professora da FACIMAR, Venilda Saatkamp, intitulado *Desafios Lutas e Conquistas: História de Marechal Cândido Rondon* (1985), além de uma série de inúmeros escritos monográficos realizados nesta instituição a partir da década de 1990.⁸²

⁸¹ Entre a criação da FACIMAR, em 1983, e até a criação da UNIAMERICA (Faculdade União das Américas, instituição de ensino privado, fundada em 2001), a FACIMAR era a única instituição de ensino superior a oferecer um curso de graduação em História em toda a região Oeste do Estado do Paraná. Surgida inicialmente como autarquia municipal, passou a integrar a UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), criada por decreto pelo governador Álvaro Dias (1988-92). A UNIOESTE integrou faculdades municipais e autarquias semelhantes nas cidades de Toledo, Cascavel, Francisco Beltrão e Foz do Iguaçu, tornando-se, durante muitos anos, a única universidade pública a operar em toda a região Oeste do Paraná.

⁸² A partir de 1993, estabeleceu-se no curso de História da UNIOESTE a produção de um trabalho monográfico (Trabalho de Conclusão de Curso, TCC) como requisito obrigatório para os alunos do curso de graduação e especialização. Desde então, inúmeros trabalhos monográficos passaram a tematizar a ocupação da região Oeste do Paraná descrevendo-a a partir dos “marcos sulistas” quais sejam: a presença de companhias colonizadoras a partir de 1946 (com especial destaque para a empresa colonizadora MARIPÁ) que organizaram a ocupação deste território utilizando essencialmente imigrantes (colonos) vindos das áreas de colonização ítalo-germânicas dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Uma pequena amostra de alguns títulos de trabalhos produzidos ao longo dos anos 1990 indicam os marcos históricos e memorialísticos adotados por estes autores: a problemática noção do *pioneiro* associada única e exclusivamente ao colono sulista; a ideia do triunfo de uma colonização racional, igualitária e bem sucedida, por ter empregado colonos sulistas; e a noção de que a partir dos anos 1940, o Oeste do Paraná se “europeiza”, resultante do processo de formação de uma sociedade ítalo-germânica como um fator absoluto. Aqui, o apagamento de outras memórias, outros sujeitos e outros marcos historiográficos e

É bem verdade que o livro de Wachowicz se situa num contexto anterior – o do alagamento de Itaipu, de 1982 – e, ainda, que o próprio autor seja vinculado a uma outra instituição de ensino e pesquisa – a Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba. Também, o próprio recorte temporal que o autor utiliza em sua pesquisa documental (meados do século XIX até os anos 1940) não permite que afirmemos que Wachowicz tenha se prestado a exaltar tais empreendimentos colonizatórios, como farão os autores ligados à historiografia do Oeste paranaense, sobretudo aqueles que estiveram então vinculados à UNIOESTE.

Não se pode negar, contudo, que é Wachowicz um dos principais autores a lançar a perspectiva histórica que dividirá a história do Oeste do Paraná entre o “antes” e o “depois” das colonizações dos anos 1940. Entre os escritos oficiais e memorialísticos que irão utilizar as conclusões presentes no livro de Ruy Wachowicz, como o suposto abandono do território por parte do Estado brasileiro e a presença predatória das obras – donde, subjetivamente, irá se justificar e tornar extremamente necessário e urgente sua colonização por empresas e trabalhadores nacionais – estão o próprio livro de Venilda Saatkamp, além de outros como Toledo e sua História, de Oscar Silva, Rubens Bragagnollo e Clori F.. Maciel (1988), e *Santa Helena na História do oeste do Paraná*, de José Augusto Colodel (1988). Além das dezenas de monografias de graduação e outros manuscritos produzidos na FACIMAR/UNIOESTE, encontraremos ainda inúmeras Teses e Dissertações de Mestrado produzidas em outras instituições do país, e que acabarão se deslocando no mesmo sentido. Dentre esses últimos, destacamos a conhecida Tese de Doutorado produzida pelo também professor do curso de História da UNIOESTE, Valdir Gregory (UNIOESTE), e que foi defendida em 1997 na UFPR sob o título: “Os Eurobrasileiros e o espaço colonial: Migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)”, posteriormente transformada em livro e lançado pela EDUNIOESTE (Editora da UNIOESTE), em 2002.⁸³ Num dos trechos desse livro, é possível perceber claramente como o autor reforça essa noção que divide a história do

identitários fica evidente. Entre estes trabalhos produzidos apenas no curso de História da UNIOESTE-Marechal Cândido Rondon, destacamos: IURKIV, José Erondy. *Oktoberfest: Criação e Implicâncias na Construção da Identidade Cultural Rondonense*. (Monografia de Graduação, 1993); FISCHER, Dalva Franciosi. *A Festa Oktoberfest de Marechal Cândido Rondon: Dimensão de Lazer – Trabalho*. Marechal Cândido Rondon/Pr: (Monografia de Especialização, 1994); MACCARI, Neiva Salete Kern. *Migração e Memória: Um Estudo sobre Depoimentos de Pioneiros da Região Oeste do Paraná*. (Monografia de Graduação, 1994); PHILIPPSEN, Márcia Maria. *A Oktoberfest em Marechal Cândido Rondon (1987 – 1994)*. (Monografia de Graduação, 1994); LIMBERGER, Lucinéia R. *A Construção de uma Identidade Germânica em Marechal Cândido Rondon (1950 – 1995)*. (Monografia de Graduação, 1995); EIDT, Ivan Luiz. *Colonização, Agricultura e Diversificação Econômica: O Projeto Social da MARIPÁ para o Oeste Paranaense*. Marechal Cândido Rondon/Pr: (Monografia de Graduação, 1997); SCHNEIDER, Clárcio Ivan. *Empresas Colonizadoras e a (Re)ocupação do Oeste Paranaense: Uma Análise Documental*. (Monografia de Graduação, 1998); FOLLMANN, Carlos André. *Inquietações sobre a arquitetura rondonense*. Marechal Cândido Rondon/Pr: (Monografia de Graduação, 1999); PICKLER, Elói. *Representação no Campo Religioso na Colonização de Marechal Cândido Rondon: Católicos e Protestantes*. (Monografia de Especialização, 1999).

⁸³ Para este trabalho, utilizaremos a versão editorial (livro) desse estudo.

oeste do estado do Paraná entre “antes” e “depois” das colonizações planejadas do final da década de 1940, como marco civilizatório para a história desta região de fronteira:

A história recente do Oeste do Paraná, no que concerne à ocupação brasileira, se iniciara, ainda no século passado, quando, por motivos estratégicos e de segurança das fronteiras, foi fundada em 1889, a Colônia Militar, que deu origem ao atual centro urbano de Foz do Iguaçu, a mais antiga cidade da região. Nesta época, foi muito pequena a presença de brasileiros, sendo um período de intensa presença estrangeira e de companhias de exploração de erva-mate e madeira. (...) A economia se baseava na exploração de produtos nativos por meio de empreendimentos econômicos baseados no latifúndio extrativista e nas relações de trabalho de 'servidão'. Essas empresas eram denominadas de *obrages*, que contratavam trabalhadores da região. (...) Os trabalhadores, *mensus*, deviam obediência irrestrita aos obrageiros, proprietários das explorações, e aos capatazes, homens de confiança e representantes imediatos e responsáveis pela produção e pela disciplina. No dizer de José Augusto Colodel (1988, pp.60-61), 'agindo sob as ordens dos capatazes, em praticamente todas as *obrages* do Oeste Paranaense, existiam polícias particulares que faziam da violência desenfreada sobre os peões o seu cartão de visitas' (...) Esta situação de exploração e de vínculos com o Prata se evidenciou mais claramente para as autoridades brasileiras na década de 20 deste século, por ocasião da passagem dos revoltosos da Coluna Prestes na região. Após 1922 e, especialmente após 1924, com a presença dos militares que combateram os revoltosos, entre eles o General Cândido Rondon, se explicitou a precária situação nacional desta vasta região de fronteiras (...) Uma das bandeiras do Tenentismo era o nacionalismo que encontrou elementos que o justificassem quando de sua marcha pelo interior do Brasil. Por isso, essa região deveria receber a devida atenção das autoridades para garantir sua integração à nação brasileira, tendo sido desencadeadas diversas ações. (GREGORY, 2002p. 89-90).

Em outro trecho, o autor comenta, quase que em tom de exaltação, a maneira como algumas empresas colonizadoras que atuaram no Oeste do Paraná (como a empresa MARIPÁ) organizaram, planejaram e executaram, de forma racional e humana, a ocupação desta fronteira. O autor ainda utiliza e forma acrítica o termo *pioneiro* – conceito atribuído exclusivamente ao colono de origem “euro-brasileira”: sulista, de origem europeia, foco de sua Tese. Associado ao pioneiro “eurobrasileiro” da descrição feita por Gregory, aparecem atributos como coragem, bravura e determinação:

É preciso, no entanto, ter presente que, no que tange ao espaço urbano que foi se constituindo, via de regra, as cidades e as vilas, da área a que se refere esta parte do texto, estão geometricamente planejadas com ruas, quadras e praças colocadas como num tabuleiro de xadrez. Esta é, pois, uma característica da urbanização de Marechal Cândido Rondon, de Quatro Pontes, de Novo Três Passos e assim por diante, enfim da área abrangida pela MARIPÁ. No espaço inicial, foram providenciadas

instalações e infraestrutura mínima para a recepção dos imigrantes. A colonizadora construiu “Casas de Imigrantes” de madeira de pinho, repartidas em quartos para diversas famílias se acomodarem em Toledo, em Quatro Pontes, no Anjico (hoje Dez de Maio), no Quati (hoje Nova Concórdia), em General Rondon (hoje Marechal Cândido Rondon). Estas providências eram comuns no sistema de imigração e colonização no Brasil, como era o caso das hospedarias. “Havia poço, banheiros e instalações sanitárias. Isto tudo numa clareira de mato recém derrubado, na beira da estrada” (Niederauer, 1992, p. 120). Percebe-se, nos textos de Niederauer, a recorrência à expressão “clareira de mato”. Isto denota o fato de ele ter acompanhado os primeiros movimentos de fronteira, fazendo com que tais detalhes sejam, reiteradamente, salientados em seus relatos e textos. Encontrar isto, nestas fontes, quer dizer que estes fatos calavam fundo nos aventureiros e nos empreendedores que tiveram que enfrentar as dificuldades dos anos iniciais. É evidenciar que onde, rapidamente, as terras começaram a produzir cereais e leguminosas nos lugares da vegetação nativa; onde casas, galpões, estradas, poteiros substituíram o abrigo natural e os trilhos dos animais silvestres, os colonos euro-brasileiros construíram, como pioneiros, um novo espaço colonial. O fato de construir um novo espaço no lugar da vegetação nativa e visto com conquista resultante da coragem, da bravura, da determinação por aqueles que recordam os tempos do desbravamento. (Idem, 2002, p. 117-118)

O trecho que destacaremos logo a seguir, escrito por um memorialista, apresenta elementos bastante parecidos ao encontrado na Tese de Doutorado de Valdir Gregory, mencionado acima. Porém, diferentemente do texto de Gregory, produzido no interior da academia, o trecho abaixo se constitui numa destas muitas obras de “História Oficial” que surgiram no Oeste paranaense a partir dos anos 1980. Nele, a descrição minuciosa do território selvático e inóspito “antes” das colonizações dos anos 1940, pode parecer, num primeiro momento, um simples capricho narrativo; porém, tais conceitos se articulam a uma das principais preocupações demonstradas nos discursos destes memorialistas, que era demarcar o passado anterior às colonizações planejadas, de forma a demarcar a obra civilizatória e humana realizada pelos “pioneiros” (imigrantes sulistas trazidos pelas empresas colonizadoras), que precisaram superar os obstáculos quase intransponíveis da selvagem, perigosa e desumana região Oeste, que precisava ser “desbravada” e “civilizada” o quanto antes. No livro “Toledo e Sua História”, que Oscar Silva escreveu com outros autores (1988), aparece um capítulo intitulado *Sertão Inóspito*. Nele, a noção “Oeste primitivo” é entendida como o período anterior à chegada de agentes governamentais e de empresas colonizadoras nos anos 1940, os e o “pioneiro” o agente a desbravá-lo. Atributos como *valentia* e *superação* aparecem assciados a esse personagem:

... o Extremo-Oeste chegou ao meado do século XX como o sertão de todos os sertões paranaenses. Um sertão que se tornara inóspito não só em virtude de sua posição geográfica, mas também em consequência de uma floresta intransponível, uma fauna agressiva, um mundo de atoleiros e uma insalubridade constante. (...) Só podia ser agressiva a fauna que povoasse tão bravia floresta. Onças esfaimadas, pintadas ou pretas, canguçus, leões, baios ou brasinos, a grande anta de até 200 quilos de peso ou a cambucica bem menor, o porco do mato (queixada) ou o cateto com suas afiadas presas e até um tipo de lobo que deu nome a Guarapuava (lobo feroz), eram estes, entre outros, os maiores da fauna e os principais donos da mata. (...) Enquanto na selva as onças perseguiram índios, nos córregos e lagos esses mesmos índios teriam de enfrentar o bote traiçoeiro dos jacarés. E de cada moita rasteira, de cada toco podre, de cada buraco de lagarto ou de tatu poderia surgir outro traiçoeiro bote, agora venenoso, de cascavel, da valente urutu cruzeiro ou de outros répteis que costumavam também aquecer-se nos leitos das picadas e caminhos e atacar o animal e o homem. Como se toda essa agressividade não bastasse, ainda restava para atazanar o intruso um infundável enxame de mosquito borrachudos, pernilongos e carrapatos capazes de, em poucos minutos, deixar rendados os pés, o tronco, os braços, a face, as orelhas, o nariz e a testa de qualquer indivíduo. (SILVA, BRAGANOLLO e MACIEL, 1988, p. 19-20)

A descrição acima deixa transparecer a idéia da urgência e necessidade de colonizar e povoar esta região com “homens brancos” - dado que o próprio indígena nativo é desconsiderado como protagonista histórico, por estar ele próprio aprisionado, absorvido e anulado pelo meio natural. Daí a louvação à obra colonizatória sulista, etnicamente branca e alegadamente racional, a partir de 1946: “E foi, sem dúvida, essa cobiça, transmitida de gerações em gerações, desde a mais remota das eras, o que trouxe ao sertão do Oeste uma leva de desbravadores para, num racional processo de colonização, fazer brotar e desenvolver-se Toledo⁸⁴ e outros núcleos populacionais da microrregião.” (SILVA, BRAGANOLLO e MACIEL, 1988, p. 22). Desta forma, nestes discursos, os empreendimentos colonizatórios realizados nesse contexto foram tratados de forma fatalista, positiva e necessária, tendo como ponta-de-lança o seu maior símbolo: o *pioneiro* sulista, *euro-brasileiro*, oriundo dos estados do Sul do Brasil (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), e inserido no processo histórico de formação do Oeste do Paraná através da ação de companhias colonizadoras privadas, como a MARIPÁ. Nestas narrativas, outros grupos humanos - tais como os indígenas, quilombolas, e as frentes extrativistas de trabalhadores paraguaios e argentinos, etc. - são completamente

⁸⁴ Os autores se referem à cidade de Toledo, que, quando de sua colonização, pertencia à cidade de Foz do Iguaçu, sendo emancipado apenas em 1951.

desconsiderados.⁸⁵

Esse tipo de narrativa sobre a formação da região oeste (em particular) e da fronteira (em geral) irá se realizar a partir da fusão entre a produção de histórias oficiais, memorialistas e escritos acadêmicos, tornando-se uma tendência hegemônica na historiografia regional. Esse assunto já foi tema de um trabalho que realizamos anteriormente (GONZALEZ, 2004), e não cabe retomar todos esses aspectos aqui. A grande questão aqui é que, além de tornar invisíveis as populações nativas (indígenas) que sempre estiveram presentes nesta região, essa perspectiva de análise faz também desaparecer a tríplice fronteira *castelhana*, plural e híbrida culturalmente que observávamos linhas atrás. Uma fronteira que durante muitas décadas se construiu a partir do cosmo que vinha através do rio Paraná, e que, por isso, se tratava de uma fronteira *platina*, e também território indígena, antes de ser “conquistado” pelo Estado *brasileiro* propriamente dito.

Considerar os processos históricos anteriores aos anos 1940 como sendo apenas uma “pré-história” da região nacional, significa descartar para o lixo da história todo um conjunto de vivências, memórias e experiências que ajudaram a moldar a sociedade, as identidades e a cultura da tríplice fronteira. Em lugar de uma sociedade platina, híbrida e culturalmente diversificada, essa linha historiográfica fez emergir uma fronteira essencialmente sulista, nacional, homogênea etnicamente (italo-germânica), e que seria resultante quase que exclusivamente do *ethos*⁸⁶ sulista - associado aqui a qualificativos

⁸⁵ A insistência deste tipo de discurso sobre o suposto “vazio demográfico” dos sertões paranaenses se enraizou de tal forma, que hoje é comum de ser encontrada entre os meios de imprensa, discursos de agentes estatais e, inclusive, historiadores. Estes últimos ajudaram a consolidar um tipo de narrativa histórica que nega aos povos indígenas, bem como a outras frentes de ocupação anteriores, o status de primeiros habitantes – os *pioneiros* propriamente ditos. Em troca, tratam os elementos humanos trazidos pelas empresas colonizadoras a partir dos anos 1940 (descendentes de europeus, vindos do sul do Brasil e de outras regiões do Estado do Paraná) como “pioneiros”. Em seus trabalhos, os historiadores Lucio Tadeu Mota e Francisco Silva Noelli tem problematizado este tipo de discurso, apontando se tratarem não de territórios vazios, mas de territórios indígenas: “Construiu-se a ideologia de que esses territórios indígenas estavam vazios, desabitados e prontos para serem ocupados. Tal construção ocorreu dentro dos marcos da expansão capitalista que incorporou essas novas áreas ao seu sistema de produção. Os agentes desta construção são muitos: desde a história oficial das companhias colonizadoras; os discursos governamentais; os escritos que fazem apologia da colonização; os geógrafos que escreveram sob a ocupação nas décadas de 30 a 50 no século XX; a historiografia paranaense produzida na universidade, por fim, os livros didáticos que, se utilizando dessas fontes, repetem para milhares de estudantes do Estado a ideia de que as terras indígenas do terceiro planalto do Paraná constituíam um imenso 'vazio demográfico', pronto a ser ocupado pelos pioneiros. Com isso, retiraram-se, eliminando-se propositadamente da história regional as populações indígenas que aqui viviam e resistiram à conquistas de suas terras e à destruição de seu modo de vida.” (MOTA, NOELLI, 1999, p. 21-22).

⁸⁶ Este termo é utilizado por Valdir Gregory, para se referir a características que fariam parte da identidade italo-germânica, seja em relação aos primeiros imigrantes que chegaram ao país no final do século XIX, seja em relação aos seus descendentes que vieram para o Oeste do Paraná a partir do final da década de 1940: “Se a vida do homem do oeste paranaense se constitui no meu objeto de pesquisa, eu estou me

como labor, racionalidade e bravura, características supostamente congênicas aos *pioneiros* gaúchos e catarinenses que vieram desbravar as matas do Oeste do Paraná a partir do final dos anos 1940, e que a médio prazo (anos 1960 em diante) transformariam a região numa das principais produtoras e irradiadoras do agronegócio em âmbito nacional e até internacional.⁸⁷ Nesse sentido, a palavra *pioneiro*, em suas diferentes associações e apropriações realizadas a partir da historiografia do Oeste do Paraná, será sempre um conceito excludente, por abarcar apenas tipos sociais e étnicos específicos, únicos “autorizados” a serem considerados *pioneiros*.

Outros historiadores também procuraram problematizar essas questões. Em sua tese de doutorado, o historiador Jiani Langaro (2012) problematizou as memórias públicas constituídas em Toledo a partir de 1950, quando movimentos se voltaram para a instituição de versões enfatizando a “racionalidade” e a “eficiência” da Maripá no seu projeto de colonização, e consequentemente valorizando a figura do pioneiro na perspectiva de que esse teria sido o agente do “progresso” e da “civilização”. Analisando obras memorialísticas ao lado de comemorações, formação de museu histórico e nomeação de praças e outros logradouros públicos, o autor acompanha esse movimento nas décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980, quando a cidade conhece transformações frente ao recebimento de novos contingentes populacionais, o que afeta a composição dos estratos sociais privilegiados do município. Langaro percebe que essas memórias assumem outros significados, estabelecendo lugares sociais para os novos grupos e reformulando as relações intra e entre as classes sociais.

E este não é um problema metodológico apenas relacionado à historiografia sobre o oeste do Paraná. Também entre produções realizadas sobre o norte do Estado (cuja colonização e ocupação demográfica por empresas privadas ocorreu mais ou menos à mesma época em que se realizou a colonização do extremo-oeste paranaense) abundam

referindo à vida de um ser humano característico, ou seja, euro-brasileiro. Mas, o que caracteriza o euro-brasileiro como tal em 1885 em Cândido Godói no interior do Rio Grande do Sul (...) e em 1970 no oeste do Paraná? Ele é EURO, portador de um '*modus entis e vivendi*', de cultura característica. Ele estabelece o 'cerco civilizatório' ao nativo. Ele é o construtor do novo, do moderno aqui, uma vez que foi gestado no seio das transformações da sociedade moderna, tendo reagido, resistido e se adaptado de maneiras as mais diversas. As reiteradas migrações simbolizam tais contradições.” (GREGORY, 1998, p. 29).

⁸⁷ Conforme trataremos um pouco mais no capítulo 3, do oeste paranaense partiriam vários fluxos de agricultores integrados à lógica do agronegócio, e que fariam expandir as atividades monocultoras sobre as novas frentes de colonização abertas pela ditadura militar na Amazônia e em outras regiões do norte do Brasil, tais como Pará, Tocantins, Mato Grosso (norte e sul) e Rondônia. (Ver: TARGANSKI, 2005). Também desta região paranaense partiriam a maioria dos agricultores que expandiriam o agronegócio sobre as férteis terras do leste do Paraguai, a partir dos anos 1960, intensificando-se após a construção de Itaipu e os processos de desapropriação territorial em razão da formação do lago de Itaipu. Ver: BALLER, 2014.

exaltações à figura do “pioneiro”, tomado no mesmo sentido ao que vimos apontando antes, em relação ao colono de origem *sulista*. Devemos reconhecer, contudo, que esse conceito – pioneiro - bastante em voga nas produções historiográficas realizadas dentro e fora da academia nos anos 1980 e 90, é hoje utilizado de forma mais discreta, e praticamente desapareceu dos escritos acadêmicos, permanecendo mais como moeda corrente entre memorialistas e escritores amadores. Isso se deve aos constantes processos de crítica e desconstrução historiográfica que esse conceito sofreu nas duas últimas décadas. Entre outros, esses estudos tiveram como foco demonstrar a inadequação do termo “pioneiro” para narrar situações históricas complexas, dado que esse conceito estabelece privilégios e protagonismos baseados quase que exclusivamente em critérios como raça (etnia) e origem geográfica. No caso do oeste do Paraná, como vimos, aplicou-se exclusivamente a colonos *sulistas* dos estados do Sul do Brasil (Rio Grande do Sul e Santa Catarina). No caso de Londrina e Maringá, referia-se aos imigrantes de origem japonesa.

O problema é que, tanto em um, como em outro caso, desaparecem outros contingentes populacionais tão importantes quanto estes – sendo, em muitos casos, até mais numerosos - para a compreensão sobre os processos históricos que constituíram essas regiões, tais como mineiros, baianos e paulistas. Além disso, esse discurso tornou invisíveis populações indígenas nativas que existiam nesses territórios, e que foram totalmente desconsiderados como grupo humano válido; e, portanto, desprovidos do status de *pioneiros*.

Nesta linha de crítica historiográfica, podemos destacar o importante trabalho realizado pelo professor José Henrique Rollo Gonçalves, professor do Departamento de História da UEM (Universidade Estadual de Maringá) onde analisou a memória produzida a partir das colonizações realizadas no Norte do Estado do Paraná, e que dariam origem a cidades como Londrina e Maringá. Nessa análise, o autor identificou que:

(...) a figura idealizada dos pioneiros contrasta com todo um conjunto de categorizações sociais negativas, voltadas contra as figurações de *grileiros, aventureiros de todos os matizes, vagabundos, tecnoburocratas estatais, caboclos, indígenas* e, muitas vezes, *militantes de esquerda*. Todos esses categoremas aparecem, via de regra, como negatividades absolutas, expressões bem acabadas das diversas taras que atrapalhariam o livre curso da história do mundo agrário brasileiro. (GONÇALVES, 1995, p. 7, grifos no original).

Em um texto escrito posteriormente, esse mesmo autor avalia que os atributos

positivos e de exaltação aos processos colonizatórios realizados naquela região, acabou entronizando a obra agrária e seu principal personagem, o *pioneiro*, sobre o qual se produziu o próprio status de “identidade coletiva”:

A entronização política do Norte do Paraná significou, por outro lado, o manuseio tático de uma forma regional de categorização coletiva, a *identidade pioneira*, que, conduzida ao estatuto de *tipo humano*, veio reforçar a ideia de que uma colonização liberal seria o melhor antídoto contra as propostas de reforma agrária advindas dos socialistas e comunistas. (GONÇALVES, 1997, 147).

Aparecida Darc de Souza (2009a), também professora da UNIOESTE, identificou uma mudança de estratégia no uso desse conceito pelas elites locais da tríplice fronteira em épocas recentes, a partir da década de 1990. Para esta autora, dadas as características multiétnicas da cidade e as tensões gerada a partir disto, a categoria *pioneiro* acabou sendo “flexibilizada” para abarcar também alguns trabalhadores de outras origens geográficas e étnicas que não apenas os colonos sulistas e de origem europeia. Deste modo, cidadãos de origem paraguaia, árabes, argentinos e brasileiros de outras regiões do país (norte, nordeste, sudeste) também acabaram sendo inseridos no rol dos pioneiros da cidade, embora essa inserção tenha se dado de maneira quase secundária, dos quais se extraíram apenas participações fortuitas, narrativas sobre fatos “pitorescos” e memórias condicionadas aos marcos oficiais do município.⁸⁸

Essa “flexibilização” no âmbito local (no caso de Foz do Iguaçu) não anula o fato de que a “invenção” deste conceito na historiografia regional do oeste do Paraná foi produzida em meio a embates memorialísticos que buscavam demarcar espaços de poder por parte de uma elite agrária e empresarial que se constituiu na região, e que uma vez controlando os meios de produção da memória oficial, buscaram enquadrar as narrativas a seu favor sob uma ótica profundamente conservadora e excludente.

A historiadora Sarah Iurkiv G. T. Ribeiro realizou uma importante desconstrução desse conceito, a partir de seu diálogo com a etno-história. Dialogando a partir da pesquisa sobre comunidades indígenas ainda hoje existentes na região oeste do Paraná, a autora problematizou a pouca atenção dada pelos historiadores regionais em relação à presença de grupos indígenas que viviam nesta região desde antes da própria colonização europeia ter sido iniciada (século XVI). Analisando de que forma esse discurso historiográfico construído sobre o oeste paranaense a partir dos processos de colonização *sulistas* (década de 1940) é apresentado, produziu a seguinte reflexão:

Esta história terá no papel de bravos heróis desbravadores os pioneiros, e no porta-vozes do progresso as Companhias Colonizadoras que, com

⁸⁸ Vide a seção dedicada aos depoimentos de “pioneiros”. In: ALENCAR, CAMPANA, 1997, p.33 a 189.

suas ações, tornam viável a ocupação da região por segmentos da sociedade nacional. Os discursos historiográficos constituídos nestes moldes, traduzem toda a complexidade de um processo dinâmico e permeado de conflitos, que é o da colonização, de maneira simplista e pouco reflexiva, excluindo a possibilidade de que outros sujeitos participassem de sua constituição. (RIBEIRO, 2000, p. 94)

Essa autora ainda chama a atenção para os perigos decorrentes da anulação e negação da presença de grupos indígenas nesta região, já que, em seu entender, as colonizações planejadas ocorridas após a década de 1940 serviram para completar um ciclo de expropriação territorial e avanço do “homem branco” sobre territórios indígenas, bem como para a imposição de visões de mundo baseadas na lógica do capital (como o regime de propriedade e a noção de “progresso” associada às colonizações agrícolas) e nos princípios da superioridade étnica e cristã. Para a autora:

... pontifica-se que uma concepção possível sobre as faces do processo de colonização do oeste neste abordadas, é concebê-las enquanto situações de contato, nas quais segmentos da sociedade colonial e/ou nacional avançam sobre os territórios indígenas que consideram como seus de direito, vendo no índio uma ameaça e um entrave ao desenvolvimento e ao progresso. O direito a que estes elementos engajados na frente de expansão se arvoram, está ligado a uma pretensa superioridade de uma sociedade que domina tecnologias, professa o cristianismo, e está vinculada a uma economia de mercado, sobre outras, de ritmos lentos, não cristã e de economia de subsistência. A situação de contato, no entanto, não deve ser tomada enquanto encontro de culturas desiguais, em que pese uma relação de superioridade / inferioridade, mas sim enquanto oposição de duas sociedades diferentes entre si, lutando cada qual em primeiro lugar, pela posse da terra e por conseguinte, pela imposição de sua visão de mundo sobre àquela com a qual está em confronto. (RIBEIRO, 2000, p. 101)

Nessa perspectiva, as colonizações realizadas a partir daquele período não significaram a incorporação de territórios “ociosos”, conforme a justificativa governamental, ou os discursos historiográficos que ajudaram construir a memória acerca do *pioneiro sulista*. Ao contrário, significaram a consolidação de um violento processo de expropriação territorial e de destruição cultural que já vinha sendo colocado em prática desde a chegada dos primeiros colonizadores europeus a região, ainda no século XVI. Assim, o período que seguiu à conquista espanhola e portuguesa da região acabaria marcado por diversos conflitos entre os grupos colonizadores (padres jesuítas, encomendeiros, bandeirantes paulistas, etc.) - que rivalizavam entre si para obter o controle sobre as nações indígenas da região – e grupos indígenas aqui encontrados,

registrando-se ainda conflitos entre as próprias nações indígenas aqui assentadas. (SCHALLEMBERGER, 1993, p. 19-21)

Ribeiro irá demonstrar que o avanço das *obrages*, já a partir de meados do século XIX, expulsou parte deste contingente indígena para regiões mais isoladas no âmbito regional, dado que esse tipo de empreendimento, na medida do possível, também capturava índios para empregá-los no pesado trabalho semi-servil dessas atividades extrativistas. A este respeito, essa autora constata que:

O trabalho pesado da coleta da erva e do corte de e transporte de madeiras eram realizados pelos Guarani da região. em virtude do esforço e dos maus tratos a que eram submetidos pelo sistema “obragero”, sem contar o fato de que a forma de trabalho que eram obrigados a realizar não era adequada aos seus padrões culturais, os índios resistem, e tal resistência dar-se-á basicamente no sentido de se eximirem do trabalho, refugiando-se em áreas que ficassem fora do alcance dos brancos. A migração dos Mbýá Guarani os trouxe da região de Itakyry, cruzando os territórios Ñandeva, em pleno período de exploração ervateira, até uma área próxima ao local que hoje é a cidade de Toledo - PR, o que teria se dado em torno de 1920.

A fixação do Mbýá Guarani⁸⁹ em Toledo, todavia, não lhes garante ficar definitivamente livres do contato com mais uma frente de expansão, manifesta na “limpeza” da região oeste do Paraná por obra das Companhias Colonizadoras, de modo a viabilizar a vinda de agricultores sulinos. (RIBEIRO, 2000, p. 110)

Note-se que o termo “limpeza” (étnica) é empregado por esta autora para se referir às colonizações sulistas das décadas de 1940/50. Nessa análise, essas colonizações apenas completaram o processo de expropriação territorial indígena iniciado já no final do século XIX pelas *obrages*. Assim, antes de significar o “rompimento” com algumas formas de violência anteriores à década de 1940 na região, as colonizações, sob alguns aspectos, representaram uma continuidade delas.

Em resumo, o violento processo de expropriação indígena ocorrido no oeste paranaense acabaria romantizado e transformado em saga épica a partir da figura do *pioneiro sulista*, sujeito *italo-germânico* consagrado em termos historiográficos e memorialísticos. No fundo, esse “pioneiro” apenas representava o próprio projeto colonizatório sulista que incorporou, mediante expropriação indígena e limpeza étnica, a região oeste paranaense ao Estado brasileiro.

1.7. À guisa de conclusão: Uma fronteira multiétnica

⁸⁹ Grupo indígena predominante nas matas da região Oeste do Paraná, Alto Paraguai e Misiones, e que foram objeto de estudo dessa autora.

Historicamente, a fronteira onde se situa Foz do Iguaçu se constituiu como uma região multicultural e multiétnica, difícil de se apreender sob qualquer ângulo que a observemos. Tentativas de estabelecer primazias narrativas e memorialísticas feitas sobre ela podem acabar acabando no completo vazio, como demonstrou e Souza (2009a), ao problematizar a memória construída pelas elites locais a partir dos anos 1970 para reafirmarem seu papel dominante na cidade, mas cujas narrativas jamais chegaram a se enraizar entre as memórias dos trabalhadores. Incontáveis grupos das mais diferentes origens sociais, geográficas e étnicas, se estabeleceram nessa fronteira entre o final do século XIX e início do XX.

O primeiro recenseamento populacional (que utilizamos como epígrafe deste capítulo) demonstra essa diversidade presente ainda quando sequer se cogitava construir um centro urbano nessa região. Ao longo de sua história, além de grupos indígenas - como os Mbyá Guarani, estudados por Sara Ribeiro (2000)⁹⁰ e Rudy Nick Vencatto (2010) -, registram-se também uma imigração constante de paraguaios e argentinos (sobretudo correntinos) para essa fronteira. Após a fundação da cidade de Foz do Iguaçu, chegaram também colonos alemães, poloneses e ucranianos;⁹¹ e depois da década de 1940, sul-rio-grandenses e catarinenses provenientes de áreas de colonização *italo-germânica* daqueles estados sulistas. Com o advento de Itaipu (1974), passarão a chegar à região trabalhadores das mais diversas regiões do Brasil e do Paraguai, como nordestinos, mineiros, paulistas, sul-mato-grossenses e paranaenses das mais diversas regiões do Estado. A eles, devemos somar ainda a numerosa comunidade libanesa, além de sírios, palestinos, marroquinos e outros imigrantes de origem árabe, chineses, coreanos e diversos outros grupos étnicos e nacionais, que começaram a se instalar nessa fronteira pelo menos a partir da década de 1940, e que hoje respondem por uma parte importante da economia, cultura e sociedade

⁹⁰ Na verdade, o artigo que utilizamos é apenas parte de um estudo mais amplo que essa autora desenvolveu em sua Tese de Doutora. Ver: RIBEIRO, Sarah Iurkiv G. T. . *O horizonte é a terra: manipulação da identidade e construção do ser entre os Guarani no Oeste do Paraná (1977-1997)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002 (tese de doutorado).

⁹¹ Em tom entusiasta, o memorialista Perci Lima fornece um panorama destes fluxos migratórios que constituíram a fronteira nas primeiras décadas do século XX: “Naquele mesmo período, também começou a chegada dos irmãos paraguaios e argentinos que aqui vieram se estabelecer e trabalhar, foram as famílias Saucedo, Vera, Benitez, Villordo, Rolón, Rios, Ortega, Moleda, Anzoategui, mais tarde os Inzaualde e tantas outras, cujo suor regou esta terra e contribuiu para nosso desenvolvimento. Ainda hoje muitos descendentes destes pioneiros vivem em nossa cidade. Nesta fase, inicia-se de fato a colonização por imigrantes alemães, italianos e polacos quando começam aparecer os primeiros nomes estrangeiros das famílias que fizeram e continuam fazendo parte do desenvolvimento da nossa cidade, os Höller, Rothenback, Engles, Fuchs, Welter, Ghillard, Mertig, Bernardi, Urnau, Roth, Lacki, Weirich, Collombeli, Peters, Barthel, Rorato, Otremba, Ramaiher, Werner, Friedrich, Rodinski, Kapfemberg, Smaha e tantos outros que aqui deixaram suas sementes, e cujas memórias e perdem na vastidão dos tempos.” (LIMA, 2001, p. 32).

local.⁹²

Portanto, nestes termos, seria difícil falar de uma sociedade *sulista*, como uma parte da historiografia regional (e das próprias elites locais) buscaram fazer. Embora sem grandes pretensões em relação ao debate historiográfico, poderíamos citar o registro feito pelo memorialista iguaçuense Perci Lima. Este autor observou que, ao final da década de 1950, a economia local de Foz do Iguaçu havia se tornado totalmente dependente das atividades praticadas pelas empresas madeireiras e colonizadoras (loteadoras) que haviam se instalado ao longo das margens do rio Paraná, e no interior da periferia rural de Foz do Iguaçu.⁹³ À época, essa cidade apenas começava a sofrer os primeiros desmembramentos territoriais que caracterizariam o período pós-colonizações (1940), em razão da formação de novos núcleos urbanos em localidades muito distantes da sua sede municipal. Mesmo distantes, o crescimento da influência e o protagonismo político dessa nova elite agrária

⁹² Mauro José Ferreira (2010) Cury estima que a comunidade árabe estabelecida na tríplice fronteira, incluindo descendentes nascidos no Brasil, situe-se na faixa de 20 mil pessoas. (CURY, 2010, p. 143). Sobre o tema, ver ainda os seguintes trabalhos: CARDOZO, Poliana F. *O Líbano Ausente e o Líbano Presente: espaço de identidades de imigrantes libaneses em Foz do Iguaçu*. Universidade Federal do Paraná, UFPR: Tese (Doutorado em Geografia), 2012. De acordo com essa autora, a imigração libanesa para a região de Foz do Iguaçu se iniciou ainda na década de 1940, sendo já bastante notada a presença de instituições (clubes, associações, etc) árabes no início da década de 1960. Especificamente sobre a migração de libaneses – o grupo mais numeroso entre a comunidade árabe local – essa autora registra que este fluxo se intensificou após 1975, devido a guerra Sírio-Libanesa; e também após a implantação do plano Real no Brasil, em 1994 (CARDOZO, 2012, p. 17). Também o estudo realizado por DOMINGUES, André Ricardo. *Gastronomia Árabe: Patrimônio Cultural de Foz do Iguaçu*. Ponta Grossa, UEPG: Dissertação (Mestrado em Gestão do Território: Sociedade e Natureza), 2015. Citando dados da Delegacia de Polícia Federal de Foz do Iguaçu (Setor de Imigração e Registro de Estrangeiros - 2014), este autor constata que “existem em Foz do Iguaçu, cidadãos provenientes de 80 diferentes nacionalidades, número que comprova a multiculturalidade da cidade. (...) o Setor de Registro de Estrangeiros e Imigração (2014), confirma a presença de cidadãos oriundos dos seguintes países árabes: Argélia, Iraque, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Palestina, Egito e Síria. Estes, documentados com residência fixa e endereço comprovado na cidade.” (DOMINGUES, 2015, p. 30-31). Ainda, de acordo com este estudo, “(...) os libaneses e seus descendentes compõem cerca de 90% da comunidade árabe da cidade, seguidos por sírios, palestinos, jordanianos, egípcios e outros de outras nacionalidades. Ainda é relevante salientar que 97% destes professam a fé islâmica e que a comunidade em questão possui estrutura social composta por entidades representativas, espaços religiosos, patrimônio arquitetônico e espaços gastronômicos.” (Idem, p.31).

⁹³ Em tom saudosista e completamente idealizado, este autor identifica a predominância das atividades madeireiras e colonizadoras que atuaram no município até os anos 1950 como uma espécie de “Idade de Ouro” do desenvolvimento urbano e econômico da fronteira: “Foram bons tempos da economia para nossa cidade antes do advento da era moderna. Durou aproximadamente até 1965, quando as madeireiras mudaram a sede de suas empresas para Cascavel, que gerou o desenvolvimento de Cascavel e o declínio de Foz do Iguaçu.” (LIMA, 2001, p. 69). Apesar de associar essas atividades agrícolas com o progresso econômico, o autor admitia, linhas antes, os estragos produzidos pelo extrativismo madeireiro sobre o meio ambiente regional: “Com a chegada dos colonos vieram também os madeireiros e com suas serrarias praticamente destruíram toda nossa reserva florestal chegando ao ponto de colocarem em risco de extinção a árvore símbolo do Paraná, o *Pinus Araucária*.” (LIMA, 2001, p. 62-62). Sobre a inversão do polo econômico em relação a Cascavel comentado pelo autor, como já foi anotado anteriormente, o município de Cascavel pertenceu a Foz do Iguaçu até 1951, quando foi emancipado. Na atualidade, essa cidade constitui o epicentro econômico e político do Oeste do Paraná. Chamada constantemente de “capital do Oeste” (do Paraná), tais qualificativos se devem ao fato desta cidade sediar grandes empreendimentos e grupos empresariais do agronegócio paranaense, nesta que é uma das principais regiões produtoras do país.

e madeireira era de tal modo que, já na virada dos anos 1950 para os 60, conseguiam eleger seus próprios vereadores, e até mesmo o prefeito de Foz do Iguaçu.⁹⁴ Não é menos importante observar que o empresário gaúcho Willy Barth, um dos sócios-diretores da companhia colonizadora MARIPÁ, ao falecer de infarto em 1962 (quando exercia o mandato de prefeito de Toledo), encontrava-se em plena campanha eleitoral para o Senado Federal pelo Paraná. Os novos núcleos sulistas surgidos na região oeste paranaense a partir da década de 1950 já começavam a projetar sua própria hegemonia política, que posteriormente também influenciaria decisivamente na produção de uma memória histórica centrada na figura do *pioneiro* sulista e branco (italo-germânico).

Porém, circunstâncias bastante específicas, relacionadas exclusivamente à dinâmica história do município de Foz do Iguaçu, abortaram, no âmbito local, esse processo de crescimento da influência política daquele grupo de *pioneiros sulistas* ao alvorecer a década de 1960. Desde então, a influência dessas novas oligarquias cada vez mais crescente na política estadual e nacional, não terá maiores repercussões na fronteira, à medida em que Foz do Iguaçu se isolava da dinâmica histórica em relação aos demais municípios da região Oeste do Estado do Paraná. Tal isolamento pode ser atribuído a dois fatores principais: 1) as emancipações políticas que ocorreram sistematicamente periferia rural de Foz do Iguaçu, que “isolou” geograficamente a cidade em relação as novas oligarquias locais que surgiram do processo de colonizações planejadas; 2) o início da ditadura militar (1964), que marca a interferência direta do governo federal na vida social, política e econômica de Foz do Iguaçu.

Sobre o primeiro aspecto, cumpre observar que as emancipações políticas acabaram “isolando” Foz do Iguaçu não apenas da influência dessas novas oligarquias *sulistas* que surgiam no Oeste do Paraná, como também em relação ao próprio perfil econômico (agrícola) que se desenvolveria a partir de então como característica dominante nas cidades recentemente emancipadas, e que posteriormente daria origem ao agronegócio.

Sobre o segundo aspecto, a interferência direta na vida política da cidade por parte do governo federal ocorria em razão do município de Foz do Iguaçu ser considerado pela

⁹⁴ De acordo com Perci Lima, “Os anos 50 terminam e iniciando a década de 60, o prefeito é o Sr. Emilio Henrique Gomes, morador de Céu Azul, na época distrito de Foz do Iguaçu, eleito pelo poder dos madeireiros e dos grandes latifundiários.” (LIMA, 2001, p. 74). Emilio Henrique Gomes, citado pelo autor, exerceu mandato de prefeito entre 1959 a 1963. Gomes foi o último prefeito eleito da cidade até 1985. Isso porque após o golpe de 1964, Foz do Iguaçu foi declarada área de segurança nacional, e os prefeitos passaram a ser deixaram de ser eleitos.

ditadura como “área de segurança nacional”, permanecendo sob administração direta (prefeitos indicados pelo governo federal) entre 1964 a 1985.⁹⁵ Esta condição, somada ao interesse repentino que a cidade irá exercer em razão de sediar o empreendimento binacional de Itaipu, deixava poucos espaços para o surgimento de poderes políticos locais independentes. Nesse contexto, o comando da cidade acabará sob a batuta de burocratas e tecnocratas, nomeados diretamente pela ditadura, muitos dos quais militares e engenheiros sem qualquer relação afetiva ou laços de pertencimento com Foz do Iguaçu.⁹⁶ Isso não significa que inexistiram grupos locais dispostos a se aliar com a ditadura. Pelo contrário.⁹⁷ Porém, nesse caso, ao contrário do que ocorria nas demais cidades vinculadas ao agronegócio, em Foz do Iguaçu os interesses giravam muito mais em torno de elementos como a condição estratégica exercida pelo município em âmbito macro (a questão das fronteiras; Itaipu; a gestão de recursos hídricos, a existência do Parque Nacional do Iguaçu, a vigilância sobre a área de segurança nacional, etc.).

Porém, mesmo tendo trilhado um caminho diferente em relação aos demais municípios da região oeste, onde o mito do *pioneiro* sulista se afirmou e ganhou primazia histórica, em Foz do Iguaçu é possível observar algumas reminiscências desse debate, quando grupos locais de poder buscaram construir representações e memórias para reforçarem sua presença e protagonismo na história local. Uma destas tentativas foi objeto de estudo de Aparecida Darc de Souza, que percebeu tentativas semelhantes encampadas por parte daquilo que ela denomina “grupos tradicionalmente dominantes da cidade” (SOUZA, 2009a, p. 80) – referindo-se a famílias tradicionais e grupos empresariais que já estavam na cidade antes do início de Itaipu, na década de 1970, e que buscavam

⁹⁵ Historicizando a trajetória política do município de Foz do Iguaçu, o ex-vereador (PT) e médico José Aiex Neto, publicou em co-autoria com Marcelino Freitas, um livro independente em 2008, e que é prefaciado pelo jornalista Aluizio Palmar. Neste livro, os autores lembram que, de acordo com a Lei nº. 5449, de 04 de junho de 1968, eram consideradas “Áreas de Interesse da Segurança Nacional” os seguintes municípios paranaenses: Barracão, Capanema, Foz do Iguaçu, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Planalto, Pérola d’Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, e São Miguel do Iguaçu, todos localizados nas regiões Oeste e Sudoeste do estado, notadamente próximos às fronteiras com o Paraguai e a Argentina. (AIEX NETO, FREITAS, 2008, p.24).

⁹⁶ No texto mencionado acima, de Aiex Neto e Marcelino Freitas, os autores lembram que: “As nomeações dos prefeitos das ‘Áreas de Segurança Nacional’ eram de responsabilidade do Presidente da República. Mas esse, por não ter condições de fazê-lo devido à falta de conhecimento prévio da situação política de cada município, delegava a escolha aos governadores dos estados, que indicavam um nome ao presidente, que, por sua vez, fazia a nomeação. Essa regra, entretanto, não era aplicada a Foz do Iguaçu. Os prefeitos que vinham pra cá eram militares indicados pelo Conselho de Segurança Nacional.” (Idem, ibidem).

⁹⁷ Os autores acima citados lembram ainda que, em razão dessa conjuntura de predomínio absoluto da ingerência do governo federal sobre a política local iguaçuense, cresceu sobremaneira a influência de políticos associados ao partido que apoiava a ditadura, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), situação que perfurou no legislativo municipal até 1985, e obstaculizou o surgimento de movimentos democráticos e independentes na fronteira. (Idem, ibidem).

reafirmar sua primazia na elaboração de uma memória histórica local a fim de fazer frente ao crescimento da influência política da elite tecnocrata que surgia com a usina.⁹⁸ Assim na década de 1990, um conhecido vereador representante da elite empresarial da cidade (setor de transportes), o *gaúcho* Hermes Vetorello, propôs – e conseguiu – transformar em lei municipal a *pilcha*⁹⁹ como traje típico de Foz do Iguaçu.¹⁰⁰ Embora a ideia aparentemente não tenha conseguido fixar raízes entre a população local,¹⁰¹ o simbolismo e violência desse ato é bastante claro: a pilcha é parte fundamental da indumentária reivindicada pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) como um elemento básico de identificação para um setor bem específico da população local.¹⁰² Aqui, a escolha da pilcha como elemento identitário da cidade ocorreu pela capacidade de setores empresariais específicos se fazer representarem no legislativo municipal.

Ainda que sem qualquer respaldo social, esse ato demarcou, no campo das representações e da memória social, um mecanismo simbólico de poder e de privilégio. Isto numa cidade onde as primeiras “picadas” de acesso foram abertas na floresta por indígenas nativos e *mensus* paraguaios e argentinos; numa região onde, desde tempos remotos, já se registram assentamentos de grupos indígenas, e onde a expedição que viera fundar a colônia militar em 1889 já se deparou com franceses, ingleses, uruguaios, paraguaios, argentinos e espanhóis plenamente estabelecidos na fronteira; numa cidade onde colonos alemães, ucranianos, poloneses e trabalhadores de outras regiões da Europa já haviam se estabelecido muito antes que as primeiras colonizadoras gaúchas tivessem

⁹⁸ (Aparecida Darc de Souza) “Num contexto marcado por tais características, é possível compreender as iniciativas dos setores dominantes tradicionais da cidade de Foz do Iguaçu, na direção de produzir uma memória capaz de assegurar a importância dos grupos locais, diante dos novos grupos que surgiam a partir do início da construção da hidrelétrica de Itaipu. Os esforços dos grupos tradicionalmente hegemônicos dirigiram-se à produção de uma memória cujo conteúdo fosse capaz de moldar uma visão histórica de Foz do Iguaçu como uma cidade que, desde sua fundação, estava destinada a ser um centro de atração turística, para legitimar-se e, assim, consolidar seus projetos e interesses econômicos, no tempo presente, por meio do passado, mais especificamente, de um passado que articulasse a história dessas elites com a história da própria cidade.” (SOUZA, 2009 a, p. 80)

⁹⁹ Vestimenta (indumentária) gaúcha, bastante utilizada por frequentadores de Centros de Tradição Gaúcha (CTGs).

¹⁰⁰ Hermes Vetorello (1943-2013) era oriundo do Rio Grande do Sul. Na cidade de Foz do Iguaçu, foi um dos fundadores do CTG Charrúa, em 1985. Na vida política, foi presidente do Legislativo Municipal (1997/98), e ainda, presidente municipal do PFL (Partido da Frente Liberal, atual DEM), de extrema direita.

¹⁰¹ A pesquisadora e professora Sonia Inês Vendrame, que trabalhava como jornalista na época em que o projeto foi apresentado e aprovado, menciona este insólito episódio em sua Tese de Doutorado (Comunicação e Semiótica): “[Hermes] Vetorello marcou sua passagem pelo executivo ao apresentar e fazer ser aprovado como traje típico de Foz e da Câmara a pilcha. A vestimenta gaúcha tornou-se mais uma piada do que a intenção do autor. Lembro-me de que era repórter na época e de ter acompanhado todo o processo.” (VENDRAME, 2014, p. 207).

¹⁰² Não é demais lembrar que nem todos os moradores da cidade que possuem origem do Estado do Rio Grande do Sul, se identificam com o CTG e as “tradições” e “costumes” que ele propõe.

começado a pregar as riquezas naturais das matas paranaenses; numa fronteira onde hoje convivem cerca de 80 nacionalidades distintas e grupos étnicos variados, incluindo chineses, coreanos, taiwaneses, libaneses, palestinos, bolivianos, peruanos e haitianos, além dos já mencionados paraguaios e argentinos. Nesse contexto, adotar a *pilcha* como traje típico - que embora tornada lei oficial, jamais se tornou “prática” de fato - indica que, ao menos no terreno das representações, a construção de uma memória hegemônica *sulista* sobre a cidade e sobre a região, ainda luta por se estabelecer.

É bem verdade que essa fronteira hoje guarda muito pouco – ou nada - daquela sociedade platina e *obragera* encontrada pela expedição militar de José Maria de Brito, em 1889. É também verdade que há muito, Foz do Iguaçu tenha deixado de ser aquela cidade rural e acanhada das “alamedas e laranjais” e seus “lambaris de rabo-vermelho nos rios que cruzavam toda a cidade”, descrita nas memórias de Fábio Campana. Porém, mesmo a urbe assustadora e caótica pinçada por Luiz Eduardo Pena Catta e outros autores que chegaram após o evento de Itaipu (1974), e que testemunharam e documentaram as transformações radicais operadas em sua feição urbana, também devem ser entendidos como retratos parciais e provisórios dessa fronteira. Isso porque ela foi, ao longo dos tempos, objeto de constantes reinvenções, reapropriações e ressignificações que lhe atribuíram significados variados e sentidos múltiplos. Não surpreende que ainda hoje, exista espaço para que frutifiquem iniciativas como a do vereador Hermes Vetorello ou mesmo aquilo que fizeram os agentes e burocratas a serviço da ditadura militar, que buscaram capturar as múltiplas dimensões dessa fronteira, uniformizando-as a partir dos interesses estratégicos da ditadura militar, transformando-a em “área e segurança nacional”. Iniciativas desse tipo sempre se fizeram presentes nessa fronteira, com agentes de poder e burocratas tentando, sem sucesso, uniformizar memórias, vivências e práticas sociais compartilhadas e vividas como experiência e contradição por parte de sua população. Assim, se interrogada a partir de outros matizes e de outras práticas sociais e outros interlocutores – como buscaremos fazer aqui - perceberemos que os embates pela memória dessa fronteira ainda hoje estão em aberto; e que sua elaboração *identitária*, está longe de ser concluída.

Capítulo 2. NAÇÃO, TERRITÓRIO E IDENTIDADE NO PRATA: A problemática territorial nos confins da tríplice fronteira Brasil-Paraguai- Argentina

“Há, senhores, um pacto, um direito,
uma lei anterior e superior a toda
constituição, a esta constituição, assim
como a qualquer outra que nos demos
mais adiante. Há, senhores, uma nação
preexistente, e essa nação é nossa pátria,
a pátria dos argentinos.”

(Bartolomeu Mitre, Assembleia
Nacional Constituinte, Buenos Aires,
1854)

Geralmente associada às chamadas “revoluções burguesas” da Europa final do século XVIII e início do XIX, os processos de independência ocorridos na América Latina nas primeiras décadas do século XIX tiveram por efeito varrer os impérios coloniais ibéricos de Portugal e Espanha, e colocar na ordem do dia a construção dos Estados Nacionais como o grande desafio para suas novas elites *criollas*.¹⁰³ Particularmente, no caso dos países hispânicos situados na região do Cone Sul,¹⁰⁴ os principais movimentos

¹⁰³ As elites *criollas* surgiram ao longo do processo colonial espanhol. Tratava-se de grandes proprietários rurais ou comerciantes geralmente nativos (nascidos em território americano), mas que por razões administrativas, e também em razão da mentalidade racial e nobiliárquica que vigorava na Europa absolutista, eram mantidos fora das grandes decisões políticas e burocráticas envolvendo o dia-a-dia da administração colonial. De acordo com o historiador argentino Carlos María Birocco: “Los territorios americanos de la monarquía hispánica no contaban con la presencia física del soberano, que residía a enormes distancias. Esa falta de contacto con el monarca, suplida en el plano simbólico por el aparato ceremonial, obligó a éste a hacerse representar por un conjunto de funcionarios de alto rango, a quienes delegó la principal función del ‘oficio’ regio, que era la de garantizar la continuidad del ordenamiento jurídico y el respeto a los privilegios de oligarquías y corporaciones. Pero en mayor grado que en sus posesiones europeas, España se mostró en el Nuevo Mundo como una monarquía administrativa, que privilegiaba las necesidades financieras y militares de sus soberanos y excluía a las oligarquías locales de las decisiones políticas trascendentales.” (BIROCCO, 2015, p. 11). Essas oligarquias locais, também chamadas de *Los de Abajo* (GUAZELLI, WASSERMAN, 1996, p. 90), serão essenciais quando irromperem os processos de emancipação política das possessões espanholas na América Latina, no início do século XIX.

¹⁰⁴ Cone Sul (ou *Cono Sur*; em espanhol) é um conceito geralmente utilizado para tratar dos países que formam o “cone” geográfico no sul da América do Sul, ao sul do trópico de Capricórnio. São eles:

ocorreram entre a década de 1810 a 1830, em meio a longas e sangrentas batalhas entre os exércitos independentistas locais (liderados pelos *criollos*), e tropas leais a monarquia espanhola (chamados de *realistas*).¹⁰⁵ Finda a etapa das lutas entre os exércitos americanos e espanhóis, com a vitória dos primeiros, restava aos novos grupos dirigentes consolidar a emancipação política, articulando, tecendo, estruturando e condensando elementos que pudessem convencer seus pares - intelectuais, religiosos, caudilhos, comerciantes e outros agentes políticos - de que agora todos pertenciam a uma mesma Nação, essa imensa *comunidad imaginada* surgida a partir a ruptura com a metrópole (ANDERSON, 2008, p. 32).¹⁰⁶

Argentina, Uruguai e Chile. Em algumas acepções, também considera-se Bolívia, Paraguai e parte do sul do Brasil. Na acepção que trataremos aqui, iremos nos referir especificamente a Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

¹⁰⁵ Na verdade, a questão se apresentava de forma um pouco mais complexa do que essa mera oposição entre as tropas *realistas* x *criollos* (ou *patriotas*, como foram também chamados os exércitos independentistas na região do Prata). Há um certo consenso na historiografia que o fato desencadeador das lutas por emancipação política na América Latina como um todo, nesta fase, teria sido a invasão da Espanha por parte de Napoleão Bonaparte, no início de 1808, no contexto das guerras napoleônicas que ocorriam no velho continente. A esse ato, se seguiu-se a prisão do rei espanhol, D. Fernando II, que foi forçado a abdicar do trono, em favor do irmão mais velho de Napoleão, José Napoleão Bonaparte (1768-1844), coroado sob o título de *José I* (1808-1813). Nas colônias espanholas da América Latina, a reação adotada pelos *criollos* foi o de não reconhecimento do novo monarca espanhol, visto como um “usurpador” do trono. Isso foi possível graças a condição de quase isolamento de Napoleão em relação ao continente americano – o conflito com a Inglaterra impedia seu poderoso e numeroso exército de cruzar os mares para dobrar seus novos súditos americanos. As novas lideranças políticas locais, os *criollos*, aproveitaram esse “vazio de poder” para iniciar processos de emancipação política. O argumento utilizado era o da legitimidade do rompimento dos laços que ligavam a América Latina à metrópole espanhola, em virtude do trono ter sido usurpado. Assim, romper com Espanha era tratado pelos *criollos* não como um ato de rebeldia, mas ao contrário, de lealdade com relação ao rei espanhol cativo. Isso criou uma complexa situação nos combates que se seguiram entre os exércitos *realistas* e os *criollos*, na qual, em cada um dos lados oponentes, dizia-se combater em nome do “rei” e em nome da “Espanha”. (Ver: PIMENTA, 2002, p. 76-77). O historiador argentino José Luis Romero (1996) resumiu esse processo, analisando a complexa engrenagem política vivida pelo vice-rei espanhol do Rio da Prata, almirante Baltasar Hidalgo de Cisneros de la Torre (1755-1829). Cisneros havia sido nomeado em julho de 1809, mas acabou deposto pela Junta de governo que assumiu o poder em Buenos Aires em maio de 1810, após o rompimento com a Espanha bonapartista. De acordo com Romero: “Las tensiones aumentaron cuando, en mayo de 1810, se supo en Buenos Aires que las tropas napoleónicas triunfaban en España y que por todas partes se reconocía la autoridad real de José Bonaparte. Con el apoyo de los cuerpos militares nativos, los criollos exigieron de Cisneros la convocatoria de un cabildo abierto para discutir la situación. La reunión fue el 22 de mayo, y las autoridades procuraron invitar el menor número posible de personas, eligiéndolas entre las más seguras. Pero abundaban los espíritus inquietos entre los criollos que poseían fortuna o descollaban por su prestigio o por sus cargos, a quienes no se pudo dejar de invitar; así, la asamblea fue agitada y los puntos de vista categóricamente contrapuestos. Mientras los españoles, (...) opinaron que no debía alterarse la situación, los criollos (...) sostuvieron que debía tenerse por caduca la autoridad del virrey, a quien debía reemplazarse por una junta emanada del pueblo. La tesis se ajustaba a la actitud que el pueblo había asumido en España, pero resultaba más revolucionaria en la colonia puesto que abría las puertas del poder a los nativos y condenaba la preeminencia de los españoles.” (ROMERO, 1996:, p. 49-50). A “tese” que se ajustava a “atitude que o povo havia assumido na Espanha” referida pelo autor, alude ao fato de que, após a coroação de José Napoleão, inúmeros setores sociais na Espanha (inclusive setores populares) não reconheceram sua autoridade, e constituíram juntas de governos independentes em diversas cidades e vilas, para se auto-gestionarem, em nome do rei cativo (Fernando VII).

¹⁰⁶ “Estado e nação, eis as duas ideias-chave e os dois fenômenos distintos que nortearam sua elaboração, e que foram tomados no interior de discursos e projetos políticos coexistentes, muitas vezes contrários, de

Porém, construir a nação não se demonstraria tarefa das mais simples, pois implicaria, por um lado, em repactuar as novas relações de poder de modo que nela pudessem ser acomodadas os novos grupos sociais emergidos da luta contra Espanha. Também implicava reinterpretar ou dar novos sentidos ao passado, de modo a condensar elementos que pudessem servir de base e coesão à unidade que tanto se buscava.¹⁰⁷ E, por fim – e não menos importante – restava resolver também a problemática dos territórios (fronteiras) nacionais, num problema que se arrastava desde o período colonial. No decorrer deste capítulo, analisaremos como estes processos de formação dos Estados nacionais na região platina iriam afetar a geopolítica e as dinâmicas fronteiriças dos países que hoje compõem o chamado Cone Sul, especificamente Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, desde o período colonial (século XV ao XVIII), até o conturbado processo de emancipação política e, especialmente, a formação dos Estados Nacionais que ocorreria ao longo do século XIX.

2.1. Introdução ao problema: a problemática das fronteiras no Prata

Analisar as tensões presente na formação do território do Vice-Reino do Rio da Prata é essencial para analisarmos muitas das questões que irão aparecer posteriormente em seu interior, inclusive na região da chamada “Tríplice Fronteira” entre Brasil, Paraguai e Argentina, tema do nosso estudo. Apesar de ter sido o último Vice-Reino estabelecido pela administração colonial espanhola nas Américas (1776), os problemas geopolíticos no Prata já haviam surgido muito precocemente nesta região.

Como enunciado acima, o Vice Reino do Rio da Prata só foi oficialmente estabelecido em 1776, tendo como capital a cidade de Buenos Aires – na embocadura do

cujo embate resulta a própria mecânica do processo geral. Ao lutarem pela manutenção da ordem vigente, pela sua reforma ou pela sua superação, os homens empenhados no jogo político da época invariavelmente atrelavam projetos de *Estados* e de *nações* a uma necessária redefinição de espaços de jurisdição de poder, em função dos quais seriam construídos novos territórios.” (PIMENTA: 2002, p. 18, grifos no original)

¹⁰⁷ Ao se referir a tradição europeia do século XIX de matriz durkheimiana, e que esteve na base da formulação dos modelos de Estado-Nação do período, Michel Pollak identifica essa pretensão homogeneizadora de utilizar o passado como chão comum a esquadrihar uma igualmente pretensa “memória coletiva”, e a partir dela, construir a nação. Referindo-se a uma formulação produzida por Maurice Halbwachs, ponderou: “Em vários momentos; Maurice Halbwachs insinua não apenas a seletividade de toda memória, mas também um processo de ‘negociação’ para conciliar memória coletiva e memórias individuais: [Halbwachs] ‘Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum.’ ” (POLLAK, 1989, p. 3-4).

sistema de navegação do Rio da Prata.¹⁰⁸ (ver Mapas 1 e 2). De acordo com Herbert S. Klein, a criação do Vice-Reino do Rio da Prata ocorreu num contexto em que o comércio da prata que vinha do Alto Peru já declinava. Se no século XVI os preciosos minérios produzidos em Potosí fizeram a opulência do sistema colonial espanhol e rivalizavam diretamente com os metais produzidos no México, ao romper o século XVIII, as exportações de prata mal conseguiam pagar a burocracia estatal colonial existente.

Nesse contexto, o grande centro dinâmico a economia regional espanhola passou a se deslocar do Alto Peru para o Prata, tendo Buenos Aires como seu novo epicentro econômico. (KLEIN, 1991, p. 50). Com efeito:

Em 1776 a Coroa decidiu o conflito entre Lima e Buenos Aires em favor da última. A *Audiência de Charcas* passou para o controle direto de Buenos Aires, que se tornou então capital de um vice-reinado novo e independente. Em 1778 esse controle foi reforçado com a remoção da maior parte das restrições de comércio. A concessão de autonomia e a suspensão de barreiras comerciais foram determinantes para alterar a direção do comércio de Potosí, deslocando-a do rumo norte, para o de Buenos Aires. (KLEIN, 1991, p.51, grifos no original)

À época, os portugueses controlavam a chamada “banda Oriental” (atual Uruguai), através da Colônia de Sacramento. Também existiam no interior do território as chamadas *Reduções Jesuíticas*, sob jurisdição de padres espanhóis da Companhia de Jesus. Esses locais estavam dentro das fronteiras espanholas, mas eram constantemente atacados por bandeiras paulistas (portugueses), que vinham ao território em busca de índios para serem apresados e levados para trabalhos forçados nas suas colônias. Isso tornava esse território palco de constantes dilatações e escaramuças fronteiriças, o que obrigava Portugal e Espanha a repactuarem constantemente suas fronteiras, com Portugal sempre obtendo territórios muito além daquilo que havia sido inicialmente estabelecido

¹⁰⁸ De acordo com João Paulo Pimenta, o Vice-Reino do Rio da Prata, criado em 1776, englobava 4 *governaciones*, sendo elas: Rio de la Plata, Tucumán, Paraguai (ou Guayrá) e Cuyo, essa última ligada à Capitania do Chile. Estava dividido ainda em 8 *intendências*, sendo elas: 1) intendência de *Buenos Aires*, cuja capital era em Buenos Aires, englobando Santa Fé, Corrientes, Montevideu, Maldonado, Rio Negro (costa patagônica), San Miguel, Yapeyú e Concepción; 2) intendência de *Cordoba del Tucumán* (capital em Córdoba), englobando Mendoza, San Juan, San Luis e La Rioja; 3) intendência de *Salta del Tucumán* (capital em Salta), englobando San Miguel del Tucumán, Santiago del Estero, Catamarca, Jujuy, Nueva Orán e Puno; 4) intendência do *Paraguai* (capital em Asunción), englobando Candelaria, Santiago, Villarica, Curuguaty e Villa Real; 5) intendência de *Potosí* (capital em Potosí), englobando Parco, Chayanta, Chicas, Tarija, Lipes e Atacama; 6) intendência de *La Paz* (capital em La Paz), englobando Sicasica, Pacages, Omasuyos, Larecaja, Cholumani e Apolobamba; 7) intendência de *Cochabamba* (capital em Cochabamba), englobando Santa Cruz de la Sierra, Valle Grande, Mizque, Clisa, Arque, Tapacarí Hayopaya e Sacaba; 8) intendência de *Charcas* (capital em La Plata), englobando Yamparaes, Tomina, Pilaya e Oruro. (PIMENTA, 2002, p. 51). Esse autor informa ainda que “De todas essas regiões, apenas as três primeiras formam a atual República Argentina, e parte da antiga intendência de Buenos Aires é jurisdição da República do Uruguai, inclusive a capital Montevideu.” (2002, p. 52-52)

pelo *Tratado de Tordesilhas* (1494). (ver Mapa 3)

Por fim, uma preocupação não menos importante estava relacionada ao constante tráfico de metais preciosos e o contrabando de produtos, escravos e víveres pelas incontáveis rotas, caminhos indígenas e de navegações fluviais existentes a partir da costa sul brasileira. Também nesses casos assaltava uma preocupação, por parte das autoridades espanholas, quanto à constante penetração portuguesa e o possível desvio de carregamentos de metais preciosos, além da ameaça das linhas de fronteira, que estavam em constante dilatação.

Mapa 1. Vice-Reino do rio da Prata (1776-1810)



FONTE: <https://docs.ufpr.br/~lgeraldo/brasil2imagensF.html>

Basicamente, os Vice-Reinos existiram como parte da cadeia de comando e da burocracia estatal montada pelo Império Espanhol para administrar seus amplos territórios nas Américas. Operavam como estruturas descentralizadas em relação à Espanha, com plenos poderes para atuar e decidir questões práticas do dia-a-dia no

continente americano, ainda que controlados, na medida do possível, por mãos de ferro por parte de Madri, que era quem escolhia pessoalmente os vice-reis, através dos quais se mantinha informada sobre tudo o que ocorria no Novo Mundo.¹⁰⁹ Os Vice-Reinos possuíam uma função econômica e administrativa estratégica: fiscalizar a produção e escoamento de bens e mercadorias, salvaguardar as fronteiras das pretensões expansionistas de outras potências europeias (Portugal, França, Holanda, Grã-Bretanha) e traçar estratégias de exploração econômica e povoamento do longo território colonial espanhol.¹¹⁰

O primeiro vice-reino erigido foi o de Nova Espanha (1535). De forma emblemática, tinha sua sede na antiga capital do Império Asteca, Tenochtitlán (atual

¹⁰⁹ Conforme J. H. Elliot: “Nos primeiros anos os monarcas que desejavam orientações sobre os negócios das Índias recorriam (...) a um punhado de membros do conselho de Castela – o conselho das índias. Dada a estrutura específica da monarquia espanhola, tratava-se de um desdobramento lógico. Uma organização conciliar, onde conselhos distintos eram responsáveis por diferentes Estados e províncias da monarquia distintos, era o melhor meio de combinar interesses plurais com o controle central unificado. Ocupando seu lugar ao lado dos conselhos de Castela e de Aragão, o conselhos das Índias forneceu o mecanismo formal para garantir que os negócios das Índias fossem trazidos regularmente à atenção do monarca e que a vontade do monarca, corporificada em leis, decretos e instituições, fossem devidamente transmitida as suas possessões americanas. (...) Os conselhos eram nominalmente representantes da pessoa do rei, e somente em 1561 encontraram um local permanente e no palácio real de Madri, que a partir desse ano se tornou a sede da corte e a capital da Monarquia. (...) Os funcionários da coroa nas Índias, dispondo teoricamente de plena liberdade nos grandes espaços abertos de um grande Novo Mundo, viram-se na prática acorrentados por cadeias de papel ao governo central da Espanha. Pena, tinta e papel eram os instrumentos com que a coroa espanhola respondia aos inéditos desafios da distância implícitos na posse de um império de amplitude mundial. Esse estilo de governo por meio de papel produziu inevitavelmente sua própria casta de burocratas.” (ELLIOT, 1997, p. 286-287). Mais adiante, o mesmo autor lembra que: “Nos primeiros anos da conquista os principais representantes da coroa nas índias foram os *gobernadores*. O título de governador, usualmente combinado com o de capitão-mor, foi dado a vários dos primeiros conquistadores (...) Ao *gobernador*, tanto quanto ao donatário nos territórios portugueses, de além-mar, foi dado o direito de dispor dos índios e da terra – claramente um importante estímulo à realização de outras expedições de conquista. A governadoria era, portanto, uma instituição ideal para estender o domínio espanhol através das índias, particularmente a regiões remotas e pobres como o Chile, onde as compensações da conquista eram de outro modo exíguas. No entanto, uma vez que a coroa se colocara firmemente contra a criação de uma casta de senhores feudais nas Índias, os dias da governadoria pareciam estar contados. As nomeações eram feitas para pouco tempo – de três a oito anos – e acabaram sendo não-hereditárias. (...) como outras instituições que conseguiram sobreviver ao período da conquista, foram sendo aos poucos burocratizadas. A nova casta de governadores do período posterior à conquista eram administradores, e não *conquistadores*, e tinham funções tanto judiciais quanto administrativas e militares.” (Idem, 1997, p.288-289)

¹¹⁰ (J. H. Elliot): “O vice-rei, portanto, era o alter *ego* do rei, mantendo sua corte no palácio vice-real e trazendo consigo algo da aura cerimonial da realeza. Unia em sua pessoa os atributos de governador e capitão-mor, e era também, em seu papel de presidente da *audiencia* considerado o principal representante judicial da coroa. É natural que o enorme prestígio do cargo e as possibilidades de lucro que ele parecia oferecer tornaram o vice-reinado altamente atraente para as famílias nobres de Castela.” (Idem p.290). Contudo, “Os vice-reinos americanos, apesar de toda sua aparente atratividade, muito frequentemente se revelaram uma fonte de desapontamento para seus ocupantes, arruinando sua saúde, ou sua reputação, ou ambas. (...) Juan de Solórzano Pereira, um renomado jurista do conselho das Índias, elaborou uma obra básica na década de 1630, mas somente em 1681 foi impressa em quatro volumes a grande *Recopilación de las leyes de Índias*. As leis impressas nesses volumes eram mais seguramente um guia das intenções da coroa em Madri do que uma indicação do que realmente ocorria na América (...).” (Idem, p. 291-292, grifos meus).

cidade do México), dado que a conquista espanhola havia se iniciado por ali, com a derrota do poderoso Império Asteca (1517). Após a conquista do Alto Peru, com a vitória de Francisco Pizarro sobre o Império Inca no decorrer da década de 1530, os espanhóis descobririam ricas jazidas de minérios (especialmente prata) em Potosí, e decidiram estabelecer ali um novo vice-reino, para cuidar especificamente das riquezas descobertas no altiplano andino. Formou-se assim o Vice-Reino do Peru, em 1542, com capital em Lima. Inicialmente, este vice-Reino incluía outros territórios que foram posteriormente desmembrados, sempre por razões de geopolítica, para formar mais dois novos vice-reinos: Nova Granada (1717); e do Rio da Prata (1776) (ver MAPA 1).

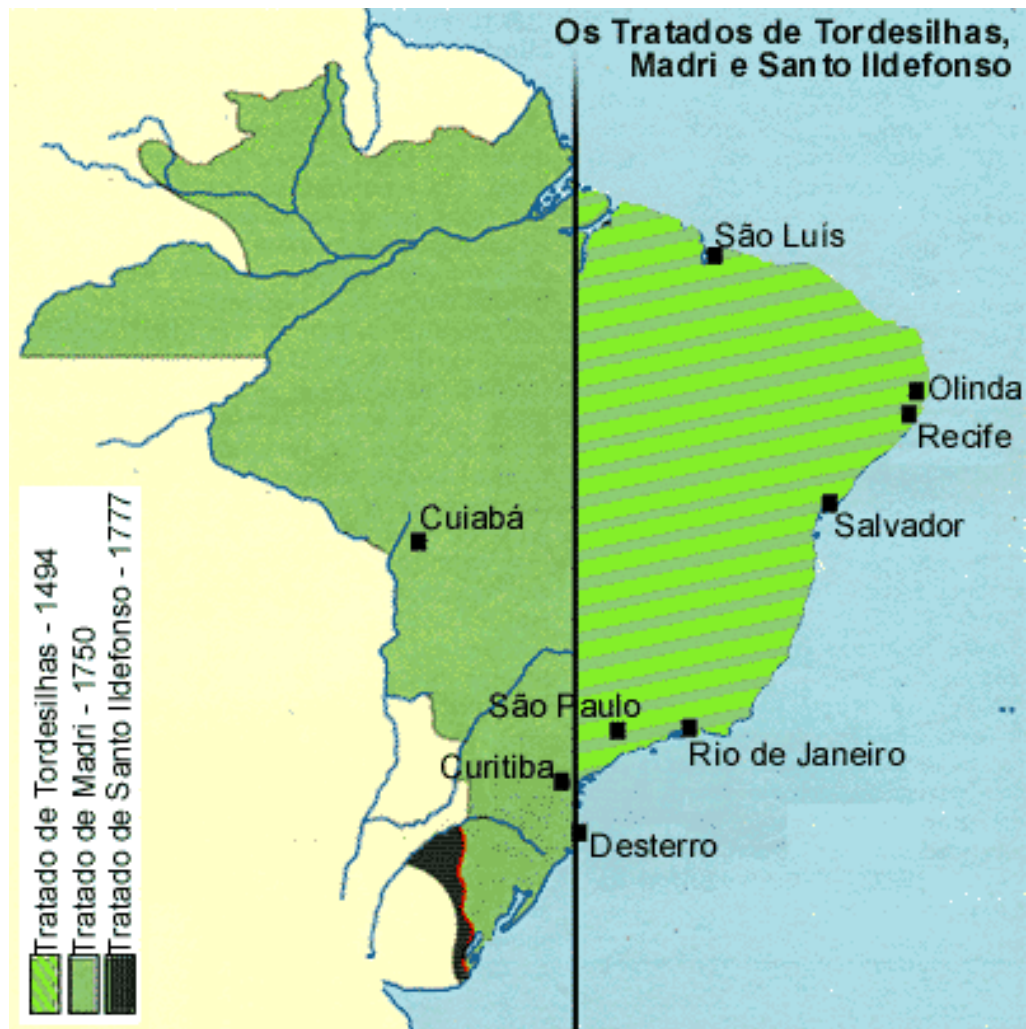
Mapa 2. Vice-Reinos espanhóis na América Colonial.



Fonte: DUBY, Georges. *Atlas historique*. Paris: Larousse, 1987. p. 282.

FONTE: <http://www.megatimes.com.br/2016/07/administracao-colonial-espanhola.html>

Mapa 3.Tratado de Tordesilhas (linha), Madri (1750) e Santo Idelfonso (1777)



FONTE: <http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/tema94.html>

Diferentemente dos vice-reinos que o antecederam, o Vice-Reino do Rio da Prata foi criado dentro de um contexto específico de conflitos territoriais e econômicos enfrentado pela Espanha com relação aos portugueses, e que envolvia ainda territórios de indígenas reduzidos por jesuítas espanhóis da Companhia de Jesus. Era longo e preocupante o histórico de presença portuguesa (bandeirantes) no interior das fronteiras dos territórios espanhóis, que agiam sob a cumplicidade das autoridades de Lisboa por inúmeras razões: dilatar as linhas estabelecidas por tratados entre as duas potências ibéricas, prear índios reduzidos nas Missões jesuíticas, e eventualmente, descobrir novas jazidas de metais preciosos no interior da América do Sul. De acordo

com Luiz A. Moniz Bandeira;

O Paraguai, cuja jurisdição se estendia sobre os atuais estados brasileiros do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, antiga Província do Itatim, sofreu todas as consequências da ação predatória dos bandeirantes. Por onde trilharam, os luso-brasileiros, os mamelucos não deixaram mais que ruínas, algumas delas somente identificadas 100 anos depois. E dos 300 mil nativos, capturados nas Missões, para escravizar, não mais que 20 mil chegaram à São Paulo, porquanto os demais pereceram no curso de 300 a 400 léguas que precisavam caminhar, acorrentados, coleiras no pescoço, transportando madeiras e outras cargas silvestres. (MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 23)

Ainda, de acordo com este mesmo autor:

Os assaltos às Missões, redobrando-se a violência, não tiveram apenas o objetivo de aprisionar os indígenas. O estabelecimento daquelas comunidades obstaculizava a expansão do comércio português, quebrando-lhe a articulação, que se assentava na aliança entre os bandeirantes e os *mus* e, desde 1550, já se estendia à cidade de Assunção. Assim, segundo Jaime Cortesão, “feridos os portugueses e os luso-brasileiros nos seus interesses de exploração comercial, primeira, embora precária, forma de exercício de soberania, a reação não se fez esperar”. E os jesuítas, no mais das vezes, tiveram que arrostá-la sozinhos.¹¹¹ (MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 23)

O contrabando tornou-se umas das principais preocupações por parte das autoridades espanholas sediadas em Asunción, então responsável pelo controle interno do território do Prata. Ao intenso e lucrativo contrabando correspondia uma evasão de divisas significativas para a Coroa, e além disso, atraía comerciantes portugueses para o interior das fronteiras espanholas. Tudo isto ocorria graças a um complexo conjunto de rios e caminhos indígenas existentes nessa região. Moacyr Flores aponta as dificuldades então colocadas para Asunción:

A região do Guairá, situada no limite do sistema colonial espanhol, tornou-se uma área de trânsito intenso pelas antigas trilhas indígenas, percorridas por portugueses e espanhóis, procurando fugir das contribuições para Real Fazenda como o *almojarifazgo*, imposto de aduanas; a *sis*a, imposto de origem medieval sobre as transações comerciais, a *alcabala*, percentagem de imposto também sobre as vendas; os *dízimos eclesiásticos*, entre eles a bula da Santa Cruzada e outros tributos especiais. Outra dificuldade de livre trânsito eram as portagens, costumagens e direitos de passagens em cada município com

¹¹¹ A obra mencionada na citação, de Jaime Cortesão, é: *Jesuítas e bandeirantes no Tape – 1615-1641*. Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações e Divulgação, 1969, vol.III, p.6.

taxas sobre tecidos, couros, alimentos, cera, mel, e sal. A cada passagem, o comerciante estava sujeito a inspeção e a pagamentos arbitrários de taxas. O contrabando tornou-se uma profissão que permitia o fluxo livre do comércio entre as fronteiras. (FLORES, 1998, p. 151)

Ainda, referindo-se às muitas rotas existentes na região e às dificuldades das autoridades espanholas de normatizar esse intenso comércio e contrabando:

Os espanhóis de Assunção e soldados do Peru iniciaram um intenso comércio com os portugueses de São Vicente e Santos através de antigos caminhos indígenas. Os portugueses ao se unirem com as índias, adotaram parte de seus costumes e passaram a percorrer os sertões, seguindo as trilhas ou caminhos indígenas do litoral para o interior. A própria topografia, com planaltos e rios inclinados para o rio Paraná, facilitava esta penetração. O padre Antônio Ruiz de Montoya referiu-se ao Piabiru, caminho usado por São Tomé, que começava no litoral do Atlântico, subindo a serra do Cubatão e depois descia o vale do rio Tietê, até atingir o rio Paraná, seguindo para o interior do Paraguai.” (FLORES, 1998, p. 152)

Outro estudioso do tema, Pedro Calil Padiz, apresenta alguns números que nos permite analisar a problemática situação das fronteiras do Prata, e a dinâmica de sua dilatação:

Na verdade, apenas no começo da segunda metade desse século teve início, por parte dos espanhóis, a ocupação do território paranaense. Essa ocupação, pela própria circunstância, vinha do interior para o mar. Com efeito, o governador do Paraguai, por volta de 1554 resolveu fundar várias vilas no território, hoje paranaense, com tripla finalidade: a de subordinar cerca de 200.000 índios que habitavam a região de Guairá; a de deter a penetração portuguesa que se processava além da linha demarcatória do Tratado de Tordesilhas e, finalmente, a de estabelecer uma saída marítima para o Atlântico, através da baía de Paranaguá.

De fato, “quando nenhum núcleo de população branca, ou por brancos dirigida, existia ainda em nenhum outro ponto do território paranaense – e Paranaguá, o primeiro formado por portugueses, somente cerca de quarenta anos mais tarde havia de ser fundado – já os missionários da Companhia de Jesus mantinham... e recantos dos vales do Paranapanema, do Tibagi, do Ivaí, do Piqueri e do Iguaçu, treze povoações... com uma população de mais de 100.000 habitantes.” No entanto, essa ocupação espanhola do território paranaense será completamente destruída por volta de 1628/32 pelos bandeirantes paulistas. Isto ocorreu fundamentalmente porque, além de temerosos da penetração espanhola para leste e desejosos de atingir as minas de prata do Potosí, nos Andes, os paulistas estavam voltando à caça do índio para utilizá-lo como escravo nas atividades de lavoura. (PADIZ, 1981, p. 15-16)

Desde o século XVI, para os espanhóis, a navegação através do sistema da Prata mostrou-se o caminho mais rápido e seguro para se alcançar o Alto Peru e, dali, o oceano atlântico. Assim, mesmo antes da criação oficial do Vice-Reino do Rio da Prata, a comunicação com a Europa através do sistema fluvial platino tornou-se progressivamente uma das rotas mais habituais e seguras para o comércio mercantil espanhol do Alto Peru. Como consequência, inúmeros entrepostos e fortalezas foram surgindo ao longo dos milhares de quilômetros que conectam os rios Paraguai, Paraná, Uruguai e seus afluentes, até desembocarem no rio da Prata, e dali, desagüarem no oceano atlântico. Nesta dinâmica, surgiria a cidade de Asunción, inicialmente erigida como uma fortaleza em 1537 pelos espanhóis, às margens do rio Paraguai, em um ponto estratégico pouco acima do ponto onde este desagua no rio Paraná.¹¹² Em 1541, o forte foi elevado à categoria de cidade (cabildo).¹¹³ Este fato tornou a cidade responsável por administrar a navegação que subia e descia o Prata na rota do Alto Peru, transformando formalmente Asunción na mais importante cidade daquilo que posteriormente viria a ser o vice-Reino do Rio da Prata. Por essa época, Buenos Aires era apenas um pequeno e miserável vilarejo na embocadura do rio da Prata, que lutava para não desaparecer, tendo sido inclusive emitidas ordens expressas de Espanha para que fosse a vila fosse completamente abandonada.¹¹⁴

Ao longo do século XVII e XVIII, porém, Buenos Aires passou a ganhar importância estratégica por ser o principal entre-porto para espanhóis que faziam a rota do Alto Peru, mas fortaleceu-se também pelo intenso comércio português e holandês que abasteciam a região com víveres, escravos e outros gêneros, já que “Sua localização, à margem do Rio da Prata facilitava, no entanto, o acesso ao Alto Peru, através da rota de Córdoba, Santiago del Estero, Tucumán, Salta e Jujuy, deslocando o eixo de articulação entre as colônias de Espanha (...) E Buenos Aires logo adquiriu maior importância, devido, sobretudo, às atividades de contrabando realizadas pelos portugueses, que foram, a princípio, os grandes responsáveis pelo seu desenvolvimento, acarretando, em consequência, a estagnação econômica e o declínio político de Assunção (MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 26).

O estabelecimento definitivo e o fortalecimento do porto de Buenos Aires também

¹¹² A foz do rio Paraguai ocorre na localidade argentina de Paso de La Pátria, na província de Corrientes, onde esta realiza a divisa internacional com o Paraguai, através do departamento de Ñeembucú (distrito de Paso de Pátria).

¹¹³ O verdadeiro nome da cidade de Asunción é: *La Muy Noble y Leal Ciudad de Nuestra Señora Santa María de la Asunción*.

¹¹⁴ Cédula Real de 28 de janeiro de 1594. Citado por MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 26.

atenderá, futuramente, a outro objetivo geopolítico dos espanhóis, que era o de fazer frente aos portugueses, que haviam se instalado na banda Oriental do rio Uruguai, demarcando sua posse a partir de 1680, com a fundação da Colônia do Sacramento.¹¹⁵ Um século depois, a criação do Vice-Reino do Rio da Prata oficializaria Buenos Aires como epicentro espanhol da região, sendo então a cidade mais desenvolvida do Prata. Porém, o porto ainda dependia profundamente das tarifas alfandegárias do comércio com o Alto Peru e dos contatos comerciais com os portugueses, que haviam se escasseado após a mudança do eixo gravitacional do interesse de exploração comercial portuguesa no Prata, após o início da mineração em Minas Gerais.

Antecedendo a fundação do Vice Reino do Rio da Prata, em 1750, Portugal e Espanha assinaram novos acordos territoriais que anularam o Tratado de Tordesilhas, e estabeleceram novas fronteiras no Prata.¹¹⁶ Em 1754, os lusitanos partiram para demarcar o território obtido pelo acordo de Madri.¹¹⁷ Porém, encontraram forte resistência por parte dos indígenas, que, armados e instruídos pelos mesmos padres espanhóis que os evangelizaram, se recusavam a aceitar os termos pactuados em 1750 pelas monarquias europeias, que implicava entregar as Missões erigidas no Rio Grande do Sul ao domínio português. Este conflito daria início às chamadas *guerras guaraníticas* (1754-56), e, no contexto regional do sul do Brasil, também ajudou a construir o mito de Sepé Tiarajú, líder indígena morto na guerra empreendida entre índios guaranis e padres jesuítas, contra

¹¹⁵ (MONIZ BANDEIRA) “A fundação da Colônia do Sacramento, como projeto do Estado português longamente estudado e amadurecido, constituiu o desdobramento, em nível oficial, dos esforços que os luso-brasileiros, por meio das bandeiras, empreenderam, desde pelo menos 1636 e intensificaram sobretudo a partir da rebelião contra a Espanha, para efetivarem sua presença na Bacia do Prata e prosseguirem o avanço sobre o resto da região. A necessidade de manter a conexão com Potosí e, reativando o comércio de contrabando com a América espanhola, fomentar o fluxo de prata, que a economia de Portugal, em crise, demandava, determinou, naturalmente, o desencadeamento da operação miliar, comandada por Manoel Lobo com o duplo objetivo de assegurar o domínio de uma das margens do grande rio e, ao mesmo tempo, criar as condições para ulterior conquista de Buenos Aires”. (Idem, 1998, p.32)

¹¹⁶ Entre outras coisas, o tratado de 1750 determinava que “Do norte da colônia, ocupa-se o artigo terceiro do Tratado: [...] *pertencerá à Coroa de Portugal tudo o que tem ocupado pelo rio das Amazonas, ou Maranhão.* Ao sul a linha demarcatória subirá (...) *desde a boca do Ibicuí, pelo álveo do Uruguai, até encontrar o do rio Pequirí, que deságua na margem Ocidental do (rio) Uruguai.* (atual território rio grandense). Em particular, o artigo décimo-quinto determinou que a Colônia do Sacramento (limite sul do atual Uruguai e vizinha da capital Montevidéo) seria devolvida à Espanha pelos Portugueses. Com tal procedimento desfazia-se, à luz das relações de disputa do comércio no Rio da Prata, um duradouro processo de desentendimentos entre as coroas ibéricas que as levou por mais de uma vez a conflitos armados.” (VIEIRA, 2005, p. 17). (Os trechos em itálico foram empregadas pelo autor, e correspondem a citações do texto original do Tratado).

¹¹⁷ Os portugueses agiram usando a prerrogativa do artigo vigésimo-terceiro, no qual “exigia que as ditas reduções da banda oriental do Uruguai, que então passariam a ser patrimônio de Portugal, deveriam ser entregues pela Espanha no prazo de um ano. Isso significava que nesse período cerca de vinte e nove mil pessoas teriam de se deslocar para outras regiões da colônia, espanhola ou portuguesa, como quisessem, mas que em definitivo teriam que deixar suas terras levando apenas seus pertences mais preciosos e demais semoventes” (Idem, p.17-18).

os portugueses.¹¹⁸

Turbulências na política europeia e no Prata levaram as duas monarquias, em 1761, a anularem momentaneamente o Tratado de 1750,¹¹⁹ mas em 1777 estes acordos foram novamente ratificados, através do *Tratado de Santo Idelfonso*, já então intermediado pela Inglaterra. Com base nestes acordos, os portugueses consolidavam a entrega da Colônia de Sacramento (atual Uruguai) à Espanha, ao passo que teriam o reconhecimento formal de sua possessão sobre o atual Rio Grande do Sul, além de obter as zonas orientais do Alto Paraná até a foz do rio Iguaçu (ver MAPA 4). Para Portugal e Espanha, o problema estava definitivamente encerrado, e a questão só será retomada no século XIX, quando Argentina e Brasil passaram a buscar reinterpretar esses acordos a partir de seus interesses e objetivos estratégicos sobre o Prata, conforme veremos adiante.

2.1.1. O fim do Vice-Reino do Rio da Prata e a construção do Estado Nacional argentino

Como vimos no início deste capítulo, as guerras napoleônicas na Europa levaram ao colapso do sistema colonial espanhol, com efeitos imediatos sobre o Vice-Reino do Rio da Prata, levando à chamada *Revolução de Maio*, quando lideranças *criollas* de Buenos Aires declararam caduca a autoridade do Vice-Rei espanhol, almirante Baltasar Hidalgo de Cisneros de la Torre, e em seu lugar constituíram uma junta de governo.¹²⁰ Passado a euforia das lutas iniciais dos exércitos *patriotas* (americanos) contra os exércitos *realistas*, já nos primeiros meses que se seguiram à declaração de Independência, as lideranças caudilhas das províncias do interior logo passaram a suspeitar dos interesses de Buenos Aires em querer usar o processo de independência para apenas “trocar” de papéis com a Espanha, assumindo o comando político e tributário

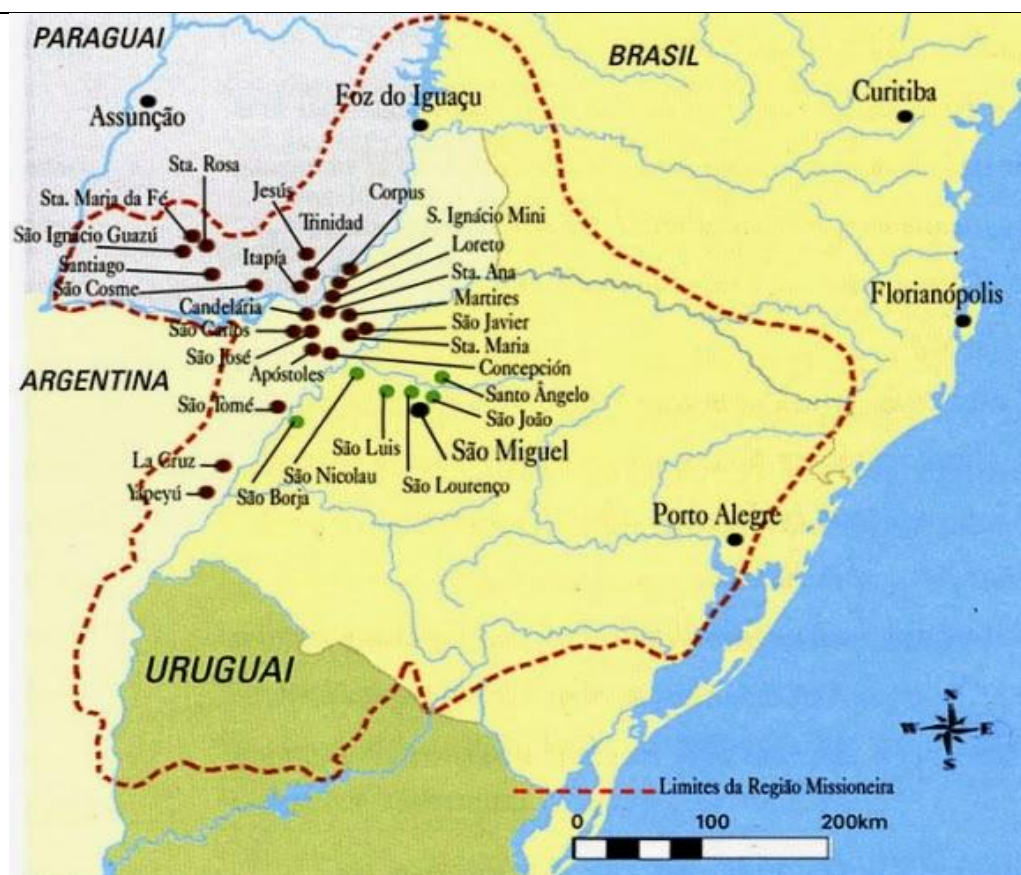
¹¹⁸ Sobre esses temas, sugerimos as leituras de: GOLIN, Tau. “Cartografia da Guerra Guaranítica”. In: Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Faculdade de Artes e Comunicação - Universidade de Passo Fundo, 2011, 16.p.; SEVERAL, Rejane da Silveira. “Jesuítas e Guaranis face aos impérios coloniais ibéricos no Rio da Prata”. IN: *Revista de História Regional* 3(1), do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1998, p.117-134; e: VIEIRA, Alexandre. *Pensamento político na guerra guaranítica: Justificação e resistência ao Absolutismo Ibérico no século dezoito*. Tese (Doutorado em Sociologia). Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2005.

¹¹⁹ Refiro-me ao Tratado de *El Pardo*, que revogou o *Tratado de Madri*, retomando o traçado original do Tratado de Tordesilhas (1494).

¹²⁰ A junta de governo era presidida por Cornelio Saavedra, e integrada por Juan José Castelli, Manuel Belgrano, Miguel de Azcuénaga, Manuel Alberti, tendo Domingo Matheu e Juan Larrea como porta-vozes, e Juan José Paso e Mariano Moreno como secretários (ROMERO, 1996, p. 49).

outrora exercido por Madri (POMER, 1990p. 17).

Mapa 4. Território das Missões Jesuíticas, pertencentes originalmente à Espanha. Após a assinatura do Tratado de Madri (1750), a Espanha entregou a Portugal as reduções existentes na margem esquerda do rio Uruguai (atual norte do estado do Rio Grande do Sul), e em troca, obteve de Portugal a Colônia de Sacramento (atual oeste da costa do Uruguai)



FONTE: <http://pousadamissoes.blogspot.com.br/2014/02/os-30-povos-das-missoes-parte-ii.html>

Para José Luis Romero:

los porteños y las gentes del interior se enfrentaban por sus opostos intereses. Buenos Aires aspiraba a mantener la hegemonía política heredada del virreinato; y en ese designio comenzaron los hombres del interior a ver el propósito de ciertos sectores de asegurarse el poder y las ventajas económicas que proporcionaba el control de la aduana porteña. Interés y ideologías se confundían en el delineamiento de las posiciones políticas, cuya irreductibilidad conduciría luego a la guerra civil. (ROMERO, 1996, p.51)

Esse impasse, como veremos, perduraria até a década de 1870, e foi o grande

óbice à formação do Estado-Nacional enfrentado pelos argentinos desde então. Desde 1810 até o término do conflito com o Paraguai (1870), a Argentina viveu um intenso período de guerras civis entre as facções *unitárias* de Buenos Aires – que desejavam uma nação unificada, sob o domínio de Buenos Aires - e os *federalistas* do interior do país – que desejavam apenas associar-se em um pacto federativo, descentralizado e autônomo, dentre as quais Buenos Aires figuraria como apenas uma província a mais. Eduardo Galeano, em *As Veias Abertas da América Latina*, observou com certa ironia esse conflito que ocorria ao sul do Prata:

Buenos Aires, que en el siglo XVII no había sido más que una gran aldea de cuatrocientas casas, se apoderó de la nación entera a partir de la revolucion de mayo [de 1810] y la independencia. Era el puerto único, y por sus horcas caudinas debían pasar todos los productos que entraban y salían del país. (...) En aquella época, detentaba el monopolio de la renta aduanera, de los bancos y de la emisión de moneda, y prosperaba vertiginosamente a costa de las provincias interiores. La casi totalidad de los ingresos de Buenos Aires provenían de la aduana nacional, que el puerto usurpaba em provecho próprio, y más de la mitad se destinaba a los gastos de guerra contra las provincias, que de este modo *pagaban para ser aniquiladas*. (GALEANO, 1975, p. 284, grifos no original)

Os meses seguintes à declaração da independência da Províncias Unidas do Rio da Prata foram marcados por polarizações complexas, colocando em campos opostos demandas e propostas de grupos locais sediados em Buenos Aires (liberais, jacobinos, conservadores); e estes, contra as lideranças regionais rurais do interior do Prata (caudilhos) que haviam surgido no processo de independência.¹²¹ José Luis Romero analisou alguns destes embates travados dentro do grupo que tomou o poder após 1810. Um dos mais destacados neste sentido foi Mariano Moreno (1778-1811), secretário da Primeira Junta de Governo, que passou a publicar artigos na imprensa *porteña* através dos quais buscava dar um direcionamento social à chamada “Revolução de Maio” (25 de

¹²¹ Entre os chefes caudilhos – também chamados de *federalistas* - que fizeram frente a Buenos Aires desde a década de 1810 até 1870, destacam-se: Martín Miguel de Güemes (1785-1821), José Gervásio de Artigas (1764-1850), Felipe Varela (1821-1870), Chacho Peñaloza (1798-1863) e Justo José Urquiza (1801-1870). Juan Manuel de Rosas (1793-1877) é considerado igualmente um *caudilho* – para muitos, o maior de todos os caudilhos surgidos no Prata. Mas ao contrário dos demais citados aqui, Rosas não lutou contra o centralismo político de Buenos Aires, pertencente ele próprio às oligarquias portenhas. Após assumir o governo em Buenos Aires, entre 1835 a 1852, acabou por reforçar os laços “nacionais”, mantendo unidas as províncias do interior, e eliminando as tensões entre estas e Buenos Aires. Seu longo governo, exercido na forma ditatorial, foi caracterizado pelo fortalecimento da corrente *federalista* – que se opunha aos anseios *unitários* de Buenos Aires, por defenderem maior autonomia política e econômica para as províncias do interior. Rosas promoveu uma série de medidas protecionistas e concedeu tal autonomia, fortalecendo as indústrias e manufatura regionais.

maio de 1810). Nas palavras de Romero:

Moreno procuró salir al paso de todas las dificultades con um criterio radical: propuso enérgicas medidas de gobierno, mientras redactaba diariamente los artículos de la *Gazeta de Buenos Aires*, que fundó la Junta [de governo] para difundir sus ideas y sus actos, inequívocamente orientados hacia una política liberal.

El periódico debía contribuir a crear una conciencia popular favorable al gobierno. Moreno veía la revolución como un movimiento criollo, de modo que los que antes se sentían humillados comenzaron a considerarse protagonistas de la vida del país. El poeta Bartolomé Hidalgo comenzaba a exaltar al hijo del país, al gaucho, en el que veía al espontáneo sostenedor de la independencia. Pero Moreno pensaba que el movimiento de los criollos debía canalizarse hacia un orden democrático a través de la educación popular, que permitiría la difusión de las nuevas ideas. Frente a él, comenzaron a organizarse las fuerzas conservadoras, para las que el gobierno propio no significaba sino la transferencia de los privilegios de que gozaban los funcionarios y los comerciantes españoles a los funcionarios y hacendados criollos que se enriquecían con la exportación de los productos ganaderos. Los intereses y los problemas se entrecruzaban. Los liberales y los conservadores se enfrentaban por sus opiniones; pero los porteños y las gentes del interior se enfrentaban por sus opuestos intereses. Buenos Aires aspiraba a mantener la hegemonía política heredada del virreinato; y en ese designio comenzaron los hombres del interior a ver el propósito de ciertos sectores de asegurarse el poder y las ventajas económicas que proporcionaba el control de la aduana porteña. Intereses e ideologías se confundían en el delineamiento de las posiciones políticas, cuya irreductibilidad conduciría luego a la guerra civil. (ROMERO, 1996, p. 51)

Na avaliação de Wasserman e Guazelli (1996), “A face mais aguda do Programa de Maio seria mostrada pelo secretário da *primera junta*, Mariano Moreno, através de um documento seu chamado *Plan Revolucionário de Operaciones*, que pelo seu radicalismo mereceu o pejorativo de ‘jacobino’”. (GUAZELLI, WASSERMAN, 1996, p. 110). No entanto, propostas como as de Moreno foram logo tratadas como “radicais” por aprofundarem o sentido social da luta por emancipação política. Para as novas elites bonaerenses, assim como para a classe dirigente *criolla* que tomava o poder nos mais diferentes rincões da América hispânica, a luta contra o domínio espanhol não se traduzia necessariamente numa luta social nos moldes da revolução francesa, ou seja, de caráter social e antibsolutista. Pelo contrário: havia um sentido profundamente conservador nessas propostas, incluindo aquelas encampadas pelos grupos auto-indentificados como *liberais* ou *republicanos*. Conforme analisou Maria Elisa Sá Mäder:

É importante dizer que, obviamente, o republicanismo na América hispânica não foi um movimento homogêneo, tendo tido características muito diversas que originaram diferentes concepções de república, ao longo do processo de construção dos novos Estados. Na região do Prata, que mais nos interessa, o republicanismo é anterior aos movimentos de independência, tendo sido usado pelos *criollos* integrantes dos cabildos, ainda no final do período colonial. Estes consideravam os cabildos como “repúblicas”, entendidas como pequenos estados controlados pelos cidadãos. José Carlos Chiaramonte mostra-nos como, durante a primeira fase da Independência, no movimento de maio de 1810, com a prática do *cabildo aberto* em Buenos Aires, esta concepção republicana foi mantida. Interessante notar que estas idéias de república não se contrapunham à monarquia. Tanto a “república” dos *criollos* quanto o cabildo de Buenos Aires não estavam separados do Império espanhol, e sabemos que a proclamação de independência em 1810 foi feita em nome do rei Fernando VII, deposto por Napoleão. Provavelmente, estavam influenciados por Rousseau, para quem uma “república” não era uma forma de governo, mas sim todo o governo considerado legítimo de acordo com a vontade geral e com as leis, expressas pela soberania do povo. Somente com o rompimento definitivo com a Espanha, em 1816, no Congresso de Tucumán, durante os calorosos debates sobre a forma de governo que deveria ser adotada, é que a república passa a ser contraposta ao regime monárquico. Daí em diante, a discussão sobre a natureza da república e sua forma federal ou unitária vai predominar nos debates sobre a nova nação que estava se formando e nas tentativas de elaboração das Constituições de 1819 e 1826. (MÄDER, 2006, p. 53-54)

Outra das razões geralmente apontada para explicar o conservadorismo presente entre as elites *criollas* que passaram a dirigir os processos de emancipação política nas Américas, refere-se ao histórico de rebeliões indígenas e negras que ocorreram nas décadas que antecederam o contexto independentista do início do século XIX. Os sangrentos acontecimentos que tiveram lugar no Haiti a partir da rebelião de escravos liderada por Toussaint Louverture,¹²² e a rebeliões indígenas no Alto Peru, de Tupac Amaru¹²³ - as chamadas *clases peligrosas* - ainda assombravam as novas classes dirigentes *criollas* da América Latina.¹²⁴ Assim, ainda que as lutas emancipatórias de

¹²² François-Dominique Toussaint Louverture (1743-1803), líder negro que conduziu as lutas pela abolição da escravidão e emancipação política do Haiti a partir de 1791.

¹²³ José Gabriel Condorcanqui Noguera (1741-1781), conhecido como *Tupac Amaru II* ou simplesmente *Tupac Amaru*, foi um líder indígena que comandou a maior rebelião indígena da história do período colonial, no Alto Peru.

¹²⁴ “As marcas da rebelião de Tupac Amaru foram profundas: não por acaso foi o Peru o último reduto dos espanhóis no subcontinente, tampouco o foi a tendência extremamente conservadora que assumiram os grupos dominantes locais após a Independência, perdurando por muito tempo as formas compulsórias de trabalho e o temor à organização dos índios *comuneros*. Mais do que um caráter precursor da Independência, a guerra de Tupac Amaru foi uma advertência concreta aos anseios autonomistas dos *criollos*: a mobilização das *clases peligrosas* poderia trazer mais danos do que a exploração exercida pela metrópole espanhola, que ao menos garantia a continuidade das atividades produtivas, das propriedades e vidas, do que dos que faziam parte dos grupos dominantes.” (GUAZELLI, WASSERMAN, 1996, p. 92-93)

1810 tivessem permitido a emergência de *Los de Abajo*, havia, mesmo entre os *criollos*, um temor em relação a qualquer tipo de luta política que precisasse mobilizar massas indígenas e de negros. Neste sentido, as propostas que surgiram na sequência – inclusive aquelas do grupo identificado com as ideias *liberais* – acabariam se restringindo a uma mera modernização do Estado, da produção e das formas de gestão do comércio, permanecendo quase inalteradas as relações de trabalho e as próprias hierarquias sociais.¹²⁵

Voltando ao Prata, observamos que, para as novas elites *criollas* sediadas em Buenos Aires, independentemente da linha que iriam seguir – conservadora ou liberal, monarquista ou republicana, católica ou laica, – construir a Nação significava sobretudo manter a centralidade política e econômica de Buenos Aires sobre o conjunto das províncias a ela associadas, assim como preservar intacto, o mais próximo possível, o traçado original das linhas de fronteira do recém extinto Vice-Reino do rio da Prata, conforme definido em sua fundação, em 1776.

Porém, apesar da expectativa das elites portenhas¹²⁶ em construir um Estado sob as bases territoriais do antigo vice-reino platino, importantes e significativas rebeliões ocorreram desde as primeiras horas no interior do território, ameaçando o sucesso desse projeto. Entre elas, podemos destacar a resistência dos caudilhos do interior argentino, que até aceitavam integrar as “Províncias Unidas”¹²⁷ – conforme declaração do Congresso de Tucumán (09 de julho de 1816) –, mas se recusavam terminantemente a jurar

¹²⁵ “A mais concreta influência da Ilustração na América Latina seria o impacto das reformas borbônicas, tributárias daquela racionalidade dirigida para o aumento da produção e maior eficiência do Estado. A ampliação do comércio trouxe a diversificação das atividades econômicas coloniais, promovendo a ascensão de novos produtores mercantis, ao mesmo tempo em que conscientizava frações significativas do setor *criollo* das vantagens do livre-comércio com a Inglaterra e da incapacidade da Espanha em cumprir seus objetivos.” (GUAZELLI, WASSERMAN, 1996, p.97-98) Referindo-se ao caso brasileiro, Alfredo Bosi, em um conhecido ensaio publicado em 1988, analisa a aparente “contradição” vivida pelos grandes fazendeiros e comerciantes do Império do Brasil, que por um lado se declaravam *liberais*, mas que por outro, defendiam a manutenção do trabalho escravo (em oposição ao trabalho livre, adotado na Europa a partir da revolução industrial), por ser a escravidão negra a base de sua riqueza e poder: “Comércio livre, primeira e principal bandeira dos colonos patriotas, não significava, necessariamente, e não foi, efetivamente, sinônimo de trabalho livre. O liberalismo econômico não produz *sponte sua*, a liberdade social e política. O comércio franqueado às nações amigas, que o término do *exclusivo* acarretou, não surtiu mudanças na composição da força de trabalho: essa continuava escrava (não por inércia, mas pela dinâmica mesma da economia agroexportadora), ao passo que a nova prática mercantil pós-colonial se honrava com o nome de liberal. Daí resulta a conjunção peculiar ao sistema econômico-político brasileiro, e não só brasileiro, durante a primeira metade do século XIX: liberalismo mais escravismo. A boa consciência dos promotores do nosso *laissez-faire* se bastava com as franquezas do mercado.” (BOSI, 1988, p. 4, termos grifados no texto original).

¹²⁶ O termo se refere aos habitantes da cidade de Buenos Aires, e se origina de sua condição geográfica como cidade portuária.

¹²⁷ O nome adotado na ocasião foi *Provincias Unidas del Río de la Plata* e *Provincias Unidas de Sudamérica*.

obediência a Buenos Aires, a qual consideravam apenas mais uma entre as Províncias Unidas. Também, e não menos importante, outras correntes independentistas surgiam no interior do Prata, com destaque para a secessão encampada após 1811 pela Junta de governo em Asunción: e outro, que se desenvolvia através de uma guerrilha rural liderada por José Gervásio de Artigas na região situada entre o *litoral* argentino e a banda oriental do rio Uruguai.¹²⁸ A médio prazo, estes movimentos acabariam dando origem a dois novos estados-nacionais, a saber: Paraguai e Uruguai. Analisaremos estes dois últimos casos mais adiante.

Além das rebeliões *caudilhas* que impediam a consolidação do projeto *unitário* de construção do Estado nacional argentino, até o início da década de 1870, outro fator também operava como obstáculo a essa expansão: tratava-se dos territórios indígenas autônomos, situados ao sul e norte do país, e que só seriam incorporados de forma definitiva a partir do final da década de 1870 e ao longo da década de 1880, graças a uma intensa campanha militar levada à cabo por Buenos Aires, e que passaria à história sob o epíteto de *Conquista del Desierto*. Mais do que “pacificar” os territórios indígenas, essa expansão cumpriria objetivos de dilatação das fronteiras agrícolas da Argentina, ocasionando a formação de grandes latifúndios, destruição e predação de recursos ambientais, além do massacre sistemático da população nativa dos mais diferentes grupos étnicos que viviam nos territórios em questão.¹²⁹ Os territórios incorporados ao mapa da República Argentina correspondem, na atualidade, às atuais províncias do Chaco¹³⁰ e La

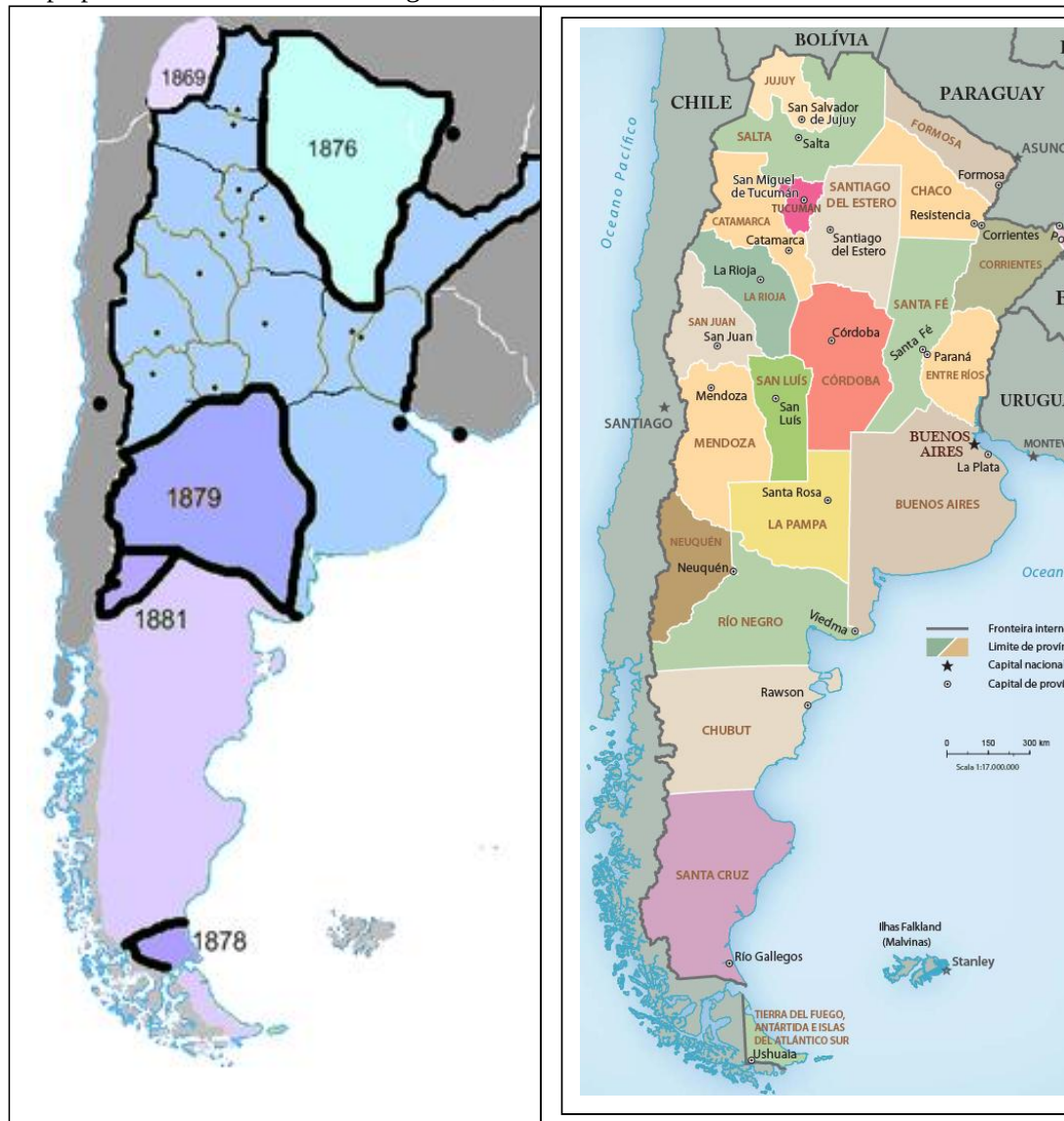
¹²⁸ A *Banda Oriental* era o nome utilizado, ainda durante o período colonial espanhol, para definir o território situado a leste rio Uruguai, englobando desde a costa dos atuais estados brasileiros do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, até o percurso final do rio Uruguai, quando esse desemboca no Rio da Prata, já na fronteira entre Uruguai e Argentina, onde banha a região chamada de *litoral* (províncias de Misiones, Corrientes e Entre Ríos). Atualmente, é bastante comum referir-se ao Uruguai apenas como “Banda Oriental”.

¹²⁹ Entre os principais grupos indígenas vitimados, estavam: *araucanos, tehuelches, ranqueles* e *mapuches*. Além de cumprir o objetivo imediato de dilatar as fronteiras agrícolas de um Estado ainda em processo de formação, a *Conquista del Desierto* também colocou em prática os conceitos raciais e evolucionistas vigentes no século XIX, era propugnava o processo de branqueamento racial da população. Neste caso, as terras “pacificadas” pelo lado argentino, foram repassadas a colonos e imigrantes recém chegados da Europa. Estudioso do tema, Miguel Alberto Bartolomé buscou estabelecer alguns números que indicam o tamanho da tragédia humanitária que perpassou esse processo: “Resulta prácticamente imposible valorar con exactitud el impacto demográfico que produjo la invasión militar, aunque el registro de enfrentamientos militares en el siglo XIX consigna las cifras de 10,656 nativos muertos en Pampa y Patagonia y 1, 679 en el Chaco. Sin embargo, nadie registró a los muchos miles de muertos de hambre, de sed, de frío, extenuados en las huidas o víctimas de las enfermedades deliberadamente transmitidas. El muy poco confiable censo de 1895 estimó que habrían sobrevivido unas 180 000 personas, aunque se tratan sólo de estimaciones.” IN: “Los pobladores del 'desierto' Genocidio, etnocidio y etnogénesis en la Argentina. (BARTOLOMÉ, 2014, p. 8)

¹³⁰ No caso, uma parte do Chaco argentino. A outra parte (Chaco Austral) havia sido tomada do Paraguai após o final da Guerra da Tríplice Aliança (1864-70).

Pampa, além de vastos territórios ao sul, incluindo as atuais províncias de Neuquén, Chubut, Rio Negro e Tierra del Fuego. (ver: MAPA 5).

Mapa 5. Territórios indígenas incorporados pela *Conquista del Desierto* (à esquerda) e Mapa político do atual território argentino, à direita.



Durante o governo de Juan Manuel Rosas (1835-1852), houve uma primeira tentativa de se expandir o Estado argentino sobre estes territórios indígenas, com poucos resultados práticos. O próprio Rosas, pessoalmente, liderou uma dessas campanhas militares (1833-34), ao sul da província de Buenos Aires, na região de La Pampa, através do qual se gabaria ao governo nacional, como veremos adiante. Rosas, como outros mandatários argentinos, tratavam a questão indígena sob a ótica militar. Mas o auge dessa política sistemática de extermínio indígena em massa ocorreria mesmo apenas meio

século depois, já sob a liderança do general Júlio Argentino Roca, a partir de 1878.¹³¹ Foi apenas a partir de então que o território nacional argentino passou a assumir sua feição atual.

Voltando ao contexto de formação do Estado nacional argentino nas décadas que se seguiram ao processo de independência iniciado em 1810, a difícil “conciliação” entre Buenos Aires e os caudilhos do interior que tanta tensão gerava, acabará encontrando alguma trégua durante o longo período político dominado pela figura do caudilho bonaerense Juan Manuel de Rosas, entre o final da década de 1820, até 1852. Os conflitos constantes entre o centralismo unitário portenho e as demandas dos caudilhos do interior argentino eram vividos já nos primeiros meses após a *revolução de Maio*, e via-de-regra, levaram ao fracasso de todas as tentativas de conciliação anteriores. Ao irromper a década de 1820, o *federalismo* como doutrina dominante parecia triunfar.¹³² Nesta circunstância, a dissolução do *Directório*¹³³ (poder central, instalado em Buenos Aires), ocorrida em 1821; e a renúncia precoce do primeiro presidente constitucional argentino, Bernardino Rivadavia em 1828 – pouco mais de um ano após ser instituído no cargo -, mostra a força das correntes federalistas neste período. É aqui que começa a ganhar destaque a figura de Juan Manuel de Rosas.

¹³¹ Júlio Argentino Roca (1843-1914) foi eleito presidente da República em duas ocasiões: de 1880 a 1886; e depois, em 1898 a 1904. A *Conquista del Desierto* que ele liderou teve início em 1878, estendendo-se até 1885 (portanto, já sob sua presidência).

¹³² Para Jose Luis Romero, o longo desgaste ocorrido entre ambas correntes políticas – unitários e federalista - no final da década de 1810 deveu-se a incapacidade demonstrada por Buenos Aires em impor, em âmbito geral, sua constituição centralista e unitária, como pretendia; e, paralelamente, também o surgimento de cartas constitucionais autônomas nas províncias, o que acabou levando a dissolução do *Directorio*, poder central exercido a partir em Buenos Aires que operava como Congresso Nacional. De acordo com Romero: “[o caudilho de Santa Fé] Estanislao López se propuso organizar institucionalmente la provincia de Santa Fe y promovió en 1819 la sanción de una constitución provincial, decididamente democrática y federal. Ese mismo año, el congreso nacional, que ahora sesionaba en Buenos Aires, había sancionado una carta constitucional para las Provincias Unidas, inspirada por principios aristocráticos y centralistas. Los dos documentos contemporáneos revelaban la irreductible oposición de los bandos en pugna y, en general, la reacción provinciana contra la constitución nacional de 1819 fue categórica. La crisis no se hizo esperar. Las tropas entrerrianas y santafecinas se dirigieron hacia Buenos Aires en octubre de 1819 y el Directorio no vaciló en solicitar la ayuda del general Lecor, jefe de las tropas portuguesas que ocupaban Montevideo. El imperdonable recurso no hizo sino agravar la discordia. El ejército del norte, que era el único con que contaba el Directorio, recibió orden de bajar apresuradamente hacia el sur, pero al llegar a la posta de Arequito [localidade na Província de Santa Fé] se sublevó a instancias del general Bustos, que se preparaba para apartar a la provincia de Córdoba de la obediencia de Buenos Aires. El director [Jose] Rondeau recurrió a la movilización de las milicias y se enfrentó en la cañada de Cepeda con las tropas del litoral el 1º de febrero de 1820: su derrota fue definitiva. *La crisis había alcanzado una decisión. Los vencedores exigieron la desaparición del poder central, la disolución del Congreso y la plena autonomía de las provincias*” (ROMERO, 1996, p. 60, grifos meus.)

¹³³ Nome pelo qual ficaria comumente conhecido a instituição *Director Supremo de las Provincias Unidas del Río de la Plata*, criada em 1814 para governar as Províncias Unidas do Rio da Prata.

No início da década de 1820, Rosas era um dos mais poderosos saladeiristas¹³⁴ da província de Buenos Aires. Na condição de oligarca bem sucedido, Rosas pôde galgar influência e prestígio entre os governos que se sucederiam no poder, primeiro colocando seu exército particular de *gauchos* (conhecidos como “Colorados del Monte”) à serviço das lutas oligárquicas; e depois, assumindo posições políticas que contemplavam os próprios anseios de sua classe social (a oligarquia ganadeira) e política (os *federalistas*).

Em fevereiro de 1826, Bernardino Rivadavia foi nomeado presidente das Províncias Unidas, uma última tentativa de conciliação entre as beligerantes correntes unitárias e federalistas.¹³⁵ Os unitários tentavam aproveitar a existência de um “inimigo comum” (o Império do Brasil, então em guerra contra a Argentina pela posse do Uruguai) para construir a unidade nacional fortalecendo o papel de Buenos Aires como grande centro decisório nacional.¹³⁶ A Argentina conseguia algumas vitórias no campo militar sobre o Império do Brasil. Essas vitórias foram possibilitadas sobretudo pela ação da Marinha inglesa em favor dos argentinos, dado que os britânicos haviam sido os maiores prejudicados pelo bloqueio marítimo feito pelo Império do Brasil à navegação no rio da Prata. Porém, internamente, o governo de Rivadavia enfrentava uma aguda crise política

¹³⁴ De acordo com definição de Moniz Bandeira, “Saladeiristas eram os estancieiros que produziam carne seca, o charque, chamado *tasajo* no Uruguai e na Argentina”. (Idem, p.169)

¹³⁵ Bernardino de la Trinidad González de Rivadavia y Rodríguez de Rivadavia (1780-1845) foi o primeiro chefe de Estado a exercer o cargo de Presidente das Províncias Unidas del Rio de la Plata – na prática, o primeiro presidente constitucional da Argentina. Seu governo foi bastante curto: empossado em fevereiro de 1826, renunciou ao cargo a 07 de julho de 1827.

¹³⁶ No final de 1825, o Império do Brasil empreendia uma longa guerra com os uruguaios, pela posse da Banda Oriental. A ação militar brasileira era impopular na Argentina tanto entre as correntes federalistas (dado que o domínio brasileiro fortalecia os pecuaristas do Rio Grande do Sul, ao colocar à sua disposição os estoques de gado existentes no Uruguai), quanto entre os *unitários* – estes últimos, ainda esperançosos em anexar o Uruguai às Províncias Unidas. Aproveitando o clamor popular na Argentina contra o Império do Brasil – o consulado brasileiro chegou a ser atacado em Buenos Aires – o Congresso argentino reunido em Buenos Aires aceitou a decisão tomada pelos rebeldes uruguaios que lutava contra a ocupação brasileira, e ratificou a anexação do Uruguai pelas Províncias Unidas, conforme decisão do Congresso de La Florida (Uruguai) de 25 de agosto de 1825 (ROMERO, 1996, p. 63-64). O Império reagiu declarando guerra às Províncias Unidas em dezembro de 1825, e em janeiro, os argentinos responderam também declarando guerra ao Império. (MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 48). Ato contínuo, em 06 de fevereiro de 1826, o Congresso argentino criou o cargo de *presidente* das Províncias Unidas, e empossou Bernardino Rivadavia. Seu governo se dividiu entre a tentativa, no campo externo, de tentar triunfar no campo de batalha contra o Império do Brasil (no que obteve alguns resultados); e, internamente, de tentar fazer aprovar uma constituição *unitária* para as Províncias Unidas, no que seu governo fracassava. Exaurido financeiramente pela guerra (apesar de vitórias pontuais, os argentinos jamais conseguiam conquistar as principais cidades uruguaias, como Colônia e Montevideu), e vendo desmoronar as Províncias Unidas em razão da resistência dos caudilhos à nova constituição *unitária*, Rivadavia decidiu encerrar a guerra contra o Brasil, assinando um tratado de paz pelo qual entre outras coisas, “As Províncias Unidas entregavam ao Brasil a Banda Oriental, concordavam em desarmar a Ilha de Martín García e liberavam a navegação nos rios da Prata, Paraná e Uruguai.” (Idem, p.54). Sua decisão foi bastante criticada, e sem mais recursos políticos ou apoio militar, Rivadavia decidiu renunciar ao cargo de presidente em 07 de julho de 1827, dando início a uma nova crise política em Buenos Aires. (Ver: MONIZ BANDEIRA, 1998: p.53-55; e ROMERO, 1996, p.71-74)

e econômica, que ameaçava implodir a já delicada unidade das Províncias Unidas. A condução dos assuntos externos da guerra contra o Brasil – considerada desastrosa –, associado a uma crise de legitimidade interna, levou Rivadavia a renunciar ao cargo, em julho de 1827. (MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 53-54).

Com a renúncia de Rivadavia e a crise política e institucional que se seguiu, o recém criado cargo de *presidente* das Províncias Unidas acabou extinto.¹³⁷ Em seu lugar, foram reestabelecidas prerrogativas federalistas em prol dos governos provinciais. Em agosto de 1827, um dos líderes da corrente federalista em Buenos Aires, o coronel Manuel Dorrego, assume o comando político da província.¹³⁸ Porém, em dezembro de 1828, sofre um golpe de Estado encabeçado pelo general Juan Lavalle, em conluio com o próprio Bernardino Rivadavia e outros líderes unitários. Lavalle (1797-1841) recém retornava dos campos de batalha no Uruguai. Após o golpe, ordenou a dissolução da Assembleia Provincial, assumiu o governo de Buenos Aires e mandou executar sumariamente Manuel Dorrego. Juan Manuel de Rosas, então chefe da Milícia Rural do governo de Dorrego,¹³⁹ reagiu ao golpe de Estado, e já em abril de 1829 derrotou militarmente o grupo de Lavalle, que acabaria fugindo ao Uruguai (MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 55). Em dezembro desse mesmo ano, com a Assembleia Provincial restaurada, Rosas foi nomeado governador e capitão-general da Província de Buenos Aires (Idem, ibidem), iniciando seu ciclo político que atravessaria quase um quarto de século da história argentina e do Prata. A ascensão de Rosas marcava também o fim da era das Províncias Unidas, “(...) durante la cual pareció que la unión era compatible con la subsistencia de la estructura del antiguo virreinato”. (ROMERO, 1996, p. 61). Em seu lugar, iniciava-se a época da “desunião”¹⁴⁰ das províncias, adotando-se oficialmente o *federalismo*, fórmula política:

(...) según quién fuera y qué intereses representara, cada provincia adoptó un modo de vida que definiría con el tiempo sus características y su papel en el conjunto de la nación: porque en 1820 había desaparecido el gobierno de las Provincias Unidas, pero no la indestructible convicción de la unidad nacional (ROMERO, 1996, p. 63).

¹³⁷ Na verdade, oficialmente, o mandato de Bernardino Rivadavia passou a seu vice-presidente, Vicente López y Planes (1785-1856), que assumiu interinamente o cargo, renunciando após Manuel Dorrego assumir o governo da Província de Buenos Aires. O cargo de *presidente* só voltaria a existir após 1853, com a Assembleia Constituinte que se formou após a queda do regime de Juan Manuel de Rosas (1852). O primeiro presidente empossado nessa ocasião foi Justo José de Urquiza (1854-1860).

¹³⁸ Manuel Crispulo Bernabé Dorrego (1787-1828) já havia presidido a província de Buenos Aires por alguns meses em 1820. Voltou ao comando político provincial em agosto de 1827, permanecendo no cargo até 1º de dezembro de 1828, quando foi deposto por Juan Lavalle.

¹³⁹ Rosas havia recebido de Dorrego a patente de general-comandante das milícias rurais da província de Buenos Aires, em julho de 1827.

¹⁴⁰ Termo usado por José Luis Romero.

Rosas não era o único *caudilho* pronto a assumir o comando da Confederação Argentina, mas acabou se projetando politicamente graças a um conjunto de alianças que realizou com outros caudilhos, e a algumas ações militares que comandou e empreendeu, com dinheiro e milícia própria, contra grupos indígenas rebeldes que atacavam as estâncias *ganadeiras* no sul da província de Buenos Aires.¹⁴¹ No início da década de 1830, já havia se tornado o mais respeitado caudilho argentino, dando início ao seu longo ciclo de poder, que só terminaria com sua derrota militar frente ao Império do Brasil, em 1852.

O governo de Rosas se caracterizou por uma conciliação entre os interesses federativos das província do interior, e Buenos Aires. A fórmula que ele empregou permitiu manter as rendas alfandegárias para Buenos Aires, ao mesmo tempo que promoveu o desenvolvimento de uma economia interna nas províncias, aliviando as tensões políticas e permitindo a proeminência dos líderes *caudilhos* locais. O protecionismo adotado nos anos iniciais impulsionou uma pequena industrialização e a formação de um mercado interno na Confederação Argentina, o que levou o próprio escritor Eduardo Galeano a identificar traços de uma política nacionalista de tipo protecionista, e que, nesse caso, também se opunha a muitos interesses das potências estrangeiras desejosas em dominar os mercados do Prata:

Dando um importante passo para a reconstrução da unidade nacional perdida pela guerra, o governo de Juan Manuel Rosas ditou em 1835 uma lei alfandegária de marca acentuadamente protecionista. A lei proibia a importação de manufaturas de ferro e de estanho, selas de cavalo, ponchos, cintos, faixas de lã ou algodão, colchões, produtos de granja, rodas de carruagem, velas de sebo e pentes, e cobrava altos impostos sobre a introdução de carros, sapatos, cordões, roupas, montarias, frutas secas e bebidas alcoólicas. Não se cobrava impostos à carne transportada em barcos de bandeira argentina, e se impulsionava a selaria nacional e o cultivo do tabaco. Os efeitos se fizeram notar sem demora. Até a batalha de Caseros, que derrubou Rosas em 1852, navegavam pelos rios as escunas e os barcos construídos nos estaleiros de Corrientes e Santa Fé; havia em Buenos Aires mais de 100 fábricas

¹⁴¹ “Entre todos los caudillos, el gobernador de la provincia de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas, se distinguía su personalidad peculiar. Su fuerte ascendiente sobre los hombres de la campaña le proporcionaba una base para sus ambiciones; pero su claro conocimiento de los intereses de los propietarios de estancias y saladeros le permitía encabezar a los grupos más influyentes de la provincia y expresar con claridad la política que les convenía. (...) Entre tanto, en combinación con otros estancieros amigos con dinero propio y tropas levantadas por ellos en la campaña, Rosas organizó en 1833 una expedición al sur para reducir a los indios pampas que asolaban las estancias y las poblaciones en busca de ganado. Desde su campamento de Monte se dirigió hacia el sur, cruzó la región de los pampas y tomó contacto con las tribus araucanas deteniéndose sus tropas en las márgenes del río Negro. Las poblaciones indígenas fueron acorraladas, destruidas o sometidas. Las tierras reconquistadas, que sumaban miles de leguas, fueron generosamente distribuidas entre los vencedores, sus amigos y partidarios, con lo que se consolidó considerablemente la posición económica y la influencia política de los estancieros del sur.” (ROMERO, 1996, p. 76-77)

prósperas e todos os viajantes coincidiam em assinalar a excelência dos tecidos e sapatos elaborados em Córdoba e Tucumán, os cigarros e os artesanatos de Salta, os vinhos e aguardentes de Mendoza e San Juan. A marcenaria tucumana exportava para o Chile, Bolívia e Peru.” (GALEANO, 1975, p. 201-202)

Contudo, aponta este mesmo autor, as contradições de classe que Rosas não conseguiu anular levaram ao seu declínio político, já que ele foi incapaz de invalidar as pretensões dominantes e centralistas de Buenos Aires sobre o restante das províncias. Ao ser derrocado do poder após ser batido militarmente pelo Império do Brasil em uma guerra relativamente curta (1851-1852), caiu desmoralizado, e o *rosismo*, dominante nas duas décadas anteriores praticamente desapareceu:

Em realidade, desde 1841 o protecionismo vinha esvanecendo, ao invés de acentuar-se; Rosas expressava como ninguém os interesses dos fazendeiros charqueadores da província de Buenos Aires, e não existia – nem existe – uma burguesia industrial capaz de impulsionar o desenvolvimento de um capitalismo nacional e pujante: a grande estância ocupava o centro da vida econômica do país, e nenhuma política industrial podia ser empreendida com independência e vigor sem abater a onipotência do latifúndio exportador. Rosas permaneceu sempre, no fundo, fiel à sua classe. “O homem mais a cavalo de toda a província”, violeiro e bailarino, grande domador, que se orientava, nas noites de tormenta e sem estrelas, mastigando umas ervas de pasto para identificar o rumo, era um grande estancieiro e produtor de carne seca e couros, e os fazendeiros converteram-no em chefe. Sua lenda negra, urdida para difamá-lo, não pôde ocultar o caráter nacional e popular de muitas de suas medidas de governo, mas a contradição de classes explica a ausência de uma política industrial dinâmica e sustentada, além da cirurgia aduaneira, no governo do caudilho dos pecuaristas. (...) Rosas não proibiu os estrangeiros de exercer o comércio no mercado interno, nem devolveu ao país as rendas da alfândega que Buenos Aires continuou usurpando, nem acabou com a ditadura do porto único. (...) Rosas também permaneceu fiel, no fundo, a sua província privilegiada. A despeito de todas essas limitações, o nacionalismo e o populismo do “gaúcho de olhos azuis” continuam gerando ódio nas classes dominantes argentinas. Rosas continua sendo “réu de lesa-pátria”, de acordo com uma lei de 1857 ainda vigente, e o país se nega ainda a abrir uma sepultura nacional para seus ossos enterrados na Europa. Sua imagem oficial é a imagem de um assassino.¹⁴² (GALEANO, 1975, p. 202-203)

¹⁴² Essa observação de Eduardo Galeano sobre ao fato do Estado argentino se negar a receber os restos mortais de Rosas se refere a 1971, quando seu livro foi escrito. Em 1974, durante a presidência de Isabelita Perón, foi promulgada uma lei solicitando sua repatriação. Porém, ela só seria cumprida 15 anos depois, em 1989, durante o mandato do presidente Carlos Saul Menen (1989-1999), como parte de um grande pacto de “reconciliação nacional” que ele propôs – e que incluía também a anistia a torturadores, assassinos e chefes militares da ditadura argentina. Na ocasião, os restos mortais de Rosas foram transladados a Argentina, e hoje descansam em um jazigo no cemitério de La Recoleta, em Buenos Aires.

No âmbito da política externa, Rosas manteve uma relação sempre tensa e cercada de muita desconfiança com relação ao Império do Brasil. Apoiou as correntes federalistas do Uruguai (com os quais mantinha, além de tudo, poderosos interesses e laços classistas). Ambiguamente, manteve o Paraguai – cujos governos de Francia e Carlos Lopez, também eram considerados *caudilhos* - quase que isolado no contexto platino, o que levou o Império do Brasil a sair em auxílio desse país para fazer frente a hegemonia pretendida por Rosas no interior do Prata.¹⁴³ O longo regime de Rosas – descrito ainda pela violência e crueldade com o qual tratava seus inimigos e opositores – cumpriu uma importante tarefa de construir, pela primeira vez, um “sentimento” de pertencimento a uma nação. Cumprido sua razão histórica de criar o embrião da unidade nacional argentina, o *federalismo* centralista de Rosas caiu para dar lugar a um outro tipo de solução federalista, encabeçada por Justo José de Urquiza, entre 1852 a 1861.

Para a queda de Rosas em 1852, concorreram menos os fatores exógenos, tais como a guerra contra o Império do Brasil, que citamos antes; e mais as medidas protecionistas de seu governo, que o colocaram em choque contra as potências europeias e dos EUA, conforme raciocínio de Eduardo Galeano acima. Analisar os fatores endógenos que levaram à derrocada do regime de Rosas fugiria aos objetivos desta pesquisa, e neste sentido, deixamos como sugestão a leitura o livro de L. A. Moniz Bandeira (1998) para a compreensão do intrincado jogo diplomático e político que se desenvolvia no Prata entre o final da década de 1840 e início da década de 1850 – quando se produziu a guerra entre o Império do Brasil e a Confederação Argentina, entre 1851 a 1852. Mesmo assim, vale a pena trazer a síntese que Moniz Bandeira oferece a este respeito:

Rosas criara, porém, as condições para sua própria derrocada. Como governador de Buenos Aires, abandonara progressivamente os princípios federalistas que ao começo o nortearam, traduzidos, sobretudo, na Lei das Aduanas, e passara a agir como *unitário* em suas relações com as províncias do interior e do litoral platense. E essa tendência para moldar o Estado nacional com base nos privilégios portuários de Buenos Aires e nos interesses do comércio internacional, à qual também ele se abateu, constituiu vigoroso fator de desintegração do Antigo Vice-Reino do Rio da Prata, quer se apresentasse como Províncias Unidas ou Confederação Argentina. Buenos Aires, com o *unitário* Bernardino Rivadavia ou o *federal* Juan Manuel de Rosas, jamais resignou às rendas que auferia com o monopólio da aduana. Contra ele, Artigas se insurgira. Igualmente o Paraguai, que se

¹⁴³ A aproximação brasileira junto ao Paraguai, como veremos, ocorrerá sobretudo após a ascensão do governo de Carlos Antônio Lopes, em 1842.

segregou. E não foi outra a razão da revolta de Corrientes e Entre Rios contra Rosas. O problema para todos se resumia na localização da aduana, ou, em outras palavras, na necessidade de autodeterminação das economias locais, expressada, contraditoriamente, pelas reivindicações protecionistas e pelos anseios de abertura do Rio da Prata e seus afluentes à navegação. Ninguém queria pagar peagem a Buenos Aires. E aí, neste ponto, os interesses do Paraguai e das províncias argentinas confluíram e se somaram aos do Império brasileiro. A aliança entre este e o *federal* Justo José de Urquiza, governador de Entre Rios, estava na lógica natural da política argentina. Urquiza servir-lhe-ia como ariete para a derrubada de Rosas. (MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 70-71)

Por paradoxal que seja, e como se depreende das conclusões acima, a derrota de Rosas não foi para as correntes *unitárias* que tanto obstaculizaram o projeto federalista (que ele representava, quando de sua ascensão ao poder) nas primeiras décadas após a independência. Rosas foi vítima de sua própria contradição, de sua própria incapacidade em seguir reproduzindo as fórmulas federalistas sob as quais seu governo precisou existir, nos anos 1830.

Esgotada sua função histórica nessa transição, Rosas daria lugar a outro governo também de perfil federalista, de Justo José de Urquiza (1853-1860).¹⁴⁴ Neste período, a província de Buenos Aires se retirou da Confederação Argentina, formando um ente federativo em separado – embora mantendo o nome de *Provincias Unidas do Rio da Prata*. A Confederação reconheceu a independência do Paraguai mediante tratados de navegação com o país guarani, e em troca obteve a posse da atual província de Misiones (reivindicada pelo Paraguai), o que descontentou o Brasil.¹⁴⁵ Apesar desses acordos, os conflitos fronteiriços seguiriam ocorrendo entre ambos países, resolvendo-se apenas após a guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança.¹⁴⁶

¹⁴⁴ Justo José de Urquiza (1801-1870), caudilho de Entre Rios (província do litoral argentino), derrotou o exército de Rosas na batalha de Pavón (Santa Fé) em 1852, pondo fim ao seu regime. A dissolução do regime de Rosas teve como efeito a secessão de Buenos Aires, que se separou da *Confederação Argentina*, permanecendo assim até 1861. Na sequência, Urquiza assumiu o cargo de *Director Provisional de la Confederación Argentina* - eufemismo para *presidente provisório*. Quando a nova constituição (de cunho federalista) foi aprovada, Urquiza tornou-se presidente da Confederação Argentina, governando entre 1854 a 1860.

¹⁴⁵ De acordo com Eduardo Alcázar e Guido Alcalá: “El 3 de febrero de 1852, el ejército de brasileiros y argentinos dirigido por Urquiza venció al de Buenos Aires en Caseros. Así desapareció la principal dificultad para el reconocimiento internacional del Paraguay, que había sido la oposición de Rosas, aceptada por Inglaterra y por Francia al término de su bloqueo naval, levantado también con el acuerdo de que la navegación del Paraná era una cuestión interna de la Confederación Argentina. Por el tratado de 15 de julio de 1852, la Confederación reconoció formalmente a la República [do Paraguai]. Ese tratado, conocido como Derqui-Varela por sus negociadores, provocó una protesta del Brasil al ceder a la Confederación [Argentina] el territorio de las Misiones al este del río Paraná.” (ALCALÁ, ALCÁZAR, 2007: xiii).

¹⁴⁶ De acordo com a historiadora paraguaia Paola Dalles, em artigo publicado no jornal *ABC Color*, edição de 24 de junho de 2014: “En 1852, se firmó entre Argentina y Paraguay un tratado de navegación, comercio

Sem Buenos Aires, o exercício da presidência da Confederação Argentina passou a ser realizado na cidade de Paraná, província de Entre Rios, que também era sede do poderio militar, econômico e político de Urquiza. Para tanto, Paraná foi declarada *Território Federal*, e Urquiza pôde acumular, simultaneamente, o cargo de Presidente da Confederação Argentina, e o de Governador da Província de Entre Rios. Buenos Aires só voltaria a ser a capital do país após os *unitários*, sob o comando de Bartolomé Mitre, derrotarem os exércitos de Urquiza em 1861, na Batalha de Pavón,¹⁴⁷ e assim promoverem novamente a reunificação de todas as províncias argentinas. Esses acontecimentos terão efeitos políticos sobre a fronteira platina mais avançada, o Paraguai, e, sob vários aspectos, também será um fator determinante a amadurecer as forças e tensões que acabariam desembocando na guerra do Paraguai.

2.1.2. Imperialismo brasileiro e a formação de Estados periféricos no Prata: os casos de Paraguai e Uruguai

Distante do epicentro dos conflitos entre os exércitos *patriotas* (americanos) e as tropas *realistas*, os paraguaios declararam sua independência em 1811, emancipando-se tanto em relação à Espanha, como em relação a Buenos Aires (GUAZELLI, WASSERMAN, 1996, p. 111). O longo regime ditatorial instaurado na sequência por José Gaspar Rodríguez de Francia (1776-1840) terminou por isolar precocemente o país guarani no contexto do Prata, de forma a preservar intacta sua independência. Na compreensão de Francia, mesmo após derrotada a Espanha em seu intento de recolonização, o afã de Buenos Aires em reincorporar as províncias do interior do Prata sob seus domínios poderia custar a independência do Paraguai.¹⁴⁸ Assim, Francia

y límites, denominado el Tratado de Derqui-Varela, donde se abrió la navegación de los ríos y fueron fijados los límites del Río Paraná como la frontera del sur del país. El Paraguay renunciaba a las Misiones pero se reconocía su soberanía sobre el territorio del Chaco. El presidente López cedió las ricas Misiones Orientales, el corredor natural del Paraguay hacia el Brasil. Pero estos límites no fueron aceptados por el Congreso argentino, por lo que las tierras misioneras siguieron siendo objeto de litigios entre ambos países.”. In: <http://www.abc.com.py/edicionimpresa/suplementos/escolar/politica-externa-de-carlos-a-lopez-2-1258712.html>, artigo acessado em 15/08/2017.

¹⁴⁷ A batalha de Pavón, por assim dizer, marca o nascimento da República Argentina tal como a conhecemos hoje. Ocorrida na localidade de Pavón, província de Santa Fé, Argentina, em 17 de setembro de 1861, esse episódio marcou o fim da divisão existente entre a *Confederação Argentina* e as *Províncias Unidas*, que, juntas, passariam a formar uma única entidade federativa: a *República Argentina*.

¹⁴⁸ Desde o primeiro momento, as lideranças políticas de Asunción já receavam as intenções centralistas e dominantes dos portenhos, manifesta desde a fracassada ação militar ordenada por Buenos Aires no Paraguai, no início de 1811, conduzida pelo general Manuel Belgrano (GUAZELLI, WASSERMAN, 1996, p. 111-112). Belgrano (1770-1820), militar portenho, considerado um dos próceres da independência argentina, atuava em favor dos interesses de Buenos Aires. Quando empreendeu a ação militar, Asunción ainda integrava o vice-reino do Rio da Prata. Em virtude do assédio de Buenos Aires ao Paraguai, o então

mergulhou o país num isolamento quase que absoluto, que vigoraria durante todo o seu governo entre (1814-1840). A abertura das fronteiras paraguaias seria operada apenas após o início do governo de Carlos Antônio Lopez (1842-1862). De acordo com Luiz Antônio Moniz Bandeira:

Localizado na mesopotâmia da Bacia do Prata, à margem das correntes internacionais do comércio, [o Paraguai] contraíra-se, qual molusco dentro da concha, ao deparar-se com os óbices que Buenos Aires lhe antepôs às exportações de erva-mate, madeira e tabaco, a partir de 1810. Não lhe restara como alternativa senão enclausurar-se e, na medida do possível, tornar-se auto-suficiente, a fim de manter-se politicamente autônomo. Neste particular, a geografia favoreceu-o, por também dificultar o acesso ao seu território. E Francia, enquanto viveu, conservou-o imune aos contatos com o exterior, somente permitindo algum intercâmbio com a Província de Corrientes e o Império do Brasil, nas localidades de Pilar e Itapua, onde trocava, sobretudo, erva-mate por armas e munições. (MONIZ BANDEIRA, 1998, p.78-97).

Nessa mesma linha, Francisco Fernando Doratioto avalia que:

Quanto ao Paraguai, desde a década de 1810 e até o ano de 1840, foi governado por José Gaspar de Francia, que isolou o país como forma de manter sua independência ante as ambições expansionistas de Buenos Aires. Esta, por sua posição estratégica, controlava a navegação do rio da Prata e podia, portanto, criar obstáculos às passagens que se originassem ou se dirigissem ao Paraguai, dificultando o acesso deste país às rotas do comércio internacional. (DORATIOTO, 1996, p. 12)

Para David Bushnell, o isolamento do Paraguai foi, de fato, uma opção política de Gaspar Francia, mas ele só se concretizou em razão de Buenos Aires estar ocupado com

governador espanhol, Bernardo de Velasco (1742-1821) solicitou auxílio a D. João V para defender essa província. No final, a ajuda acabou se demonstrando desnecessária, em razão das derrotas sofridas pelo exército de Belgrano em Paraguari e Tacuari, antes que pudessem alcançar Asunción. (ROMERO, 1996: 52). Ainda que não tenha se concretizado, o pedido de intervenção portuguesa no Paraguai feita por Velasco teria sido motivo da mobilização de lideranças políticas, proprietários rurais e intelectuais locais, que realizaram um incruento golpe em maio de 1811 e derrubaram o governo de Velasco, declarando a independência do Paraguai. As relações entre paraguaios e portenhos continuariam a se desgastar. No final de 1811, com a intermediação de Gaspar Francia, pelo Paraguai, e Manuel Belgrano, por Buenos Aires, foram assinados acordos de navegação que concediam isenção de taxas alfandegárias para Asunción, além do reconhecimento de sua autonomia em relação a Buenos Aires (GUAZELLI, WASSERMAN, 1996, p.112). Porém, já no início do ano seguinte, esses acordos passaram a ser sistematicamente ignorados pelos portenhos, que voltaram a cobrar impostos dos paraguaios. Em 1813, a crise diplomática se agravava, e formou-se um novo Congresso, sob a influência de Gaspar Rodriguez de Francia. Em 21 de outubro foi novamente declarada a independência paraguaia, com o estabelecimento de uma constituição republicana. O Congresso nomeou Francia como cônsul, que, por sua parte, se recusou a enviar representantes para a Assembléia do Ano XIII, “na qual Buenos Aires procurava um ordenamento que incluísse todas as províncias do antigo vice-reinado”. (Idem, ibidem). A partir de então, Francia iniciou seu governo de forma ditatorial, rompendo totalmente relações com a Argentina, situação mantida até a morte do ditador.

problemas “maiores”. Neste caso, a secessão que Artigas promovia no Uruguai:

De forma intermitente – e certamente no final de 1813 – o país sucumbiu à firme ditadura pessoal de José Gaspar Rodríguez de Francia, um intelectual *criollo* que preferiu governar com o apoio das massas de *mestizos* de língua guarani. Francia não confiava em Buenos Aires e se dispôs a isolar o Paraguai, não tanto dos contatos comerciais quanto do contágio dos distúrbios políticos da Argentina. ele o conseguiu, entre outras razões, porque Buenos Aires estava preocupada com problemas maiores e mais urgentes do que a insubordinação do Paraguai. Um dos problemas que protegeram o Paraguai dos *porteños* foi a situação de Montevideu e de seu interior, o atual Uruguai. (BUSHNELL, 2004, p. 151)

Note como este autor associa a geopolítica paraguaia aos conflitos que ocorriam no Uruguai. Esta será a tese que acompanharemos aqui, conforme raciocínio que buscaremos desenvolver ao longo deste capítulo. Por hora, cumpre notar que o Paraguai, uma vez enclausurado no interior do Prata, só iria retomar as relações externas a partir de 1842, quando tem início o governo de Carlos Antônio Lopez (1842-1862).¹⁴⁹ E o primeiro passo de López foi aproximar-se justamente do Império do Brasil, com o qual, não obstante, possuía algumas pendências territoriais.¹⁵⁰ Isto entretanto não impediu que fossem realizados acordos diplomáticos, de navegação e de comércio entre ambos os países. Em 1843 o Império do Brasil já atuava diplomaticamente frente às potências europeias para fazer reconhecer o Paraguai como Estado soberano, sendo ainda a primeira nação do mundo a fazê-lo, em 1844. As relações entre os dois países se ampliava à medida que ao Brasil interessava também manter um canal de navegação através do rio Paraguai, pelo qual o Império poderia ter acesso às longínquas províncias situadas no norte do Brasil.¹⁵¹

¹⁴⁹ Carlos Antônio Lopez (1790-1862) era um grande proprietário rural, e presidiu o Paraguai ininterruptamente até sua morte, em 1862. Foi sucedido na presidência da República pelo seu filho, Francisco Solano Lopez.

¹⁵⁰ Paraguai e Brasil disputavam um território situado entre os rios Branco e Apa, no atual território do Mato Grosso do Sul. Na interpretação do Paraguai, baseado nas linhas definidas em tratados firmados ainda no período colonial entre Portugal e Espanha, o território lhe pertencia, devendo a divisa ser estabelecida a partir do rio Branco. Para o Império do Brasil, a linha deveria ser recuada até o rio Apa. Os tratados de Madri (1750) e Santo Idelfonso (1777) embasavam a reivindicação do Paraguai, mas a região já vinha sofrendo uma penetração de pecuaristas brasileiros, motivo pelo qual o Império reivindicava a doutrina do *uti possidetis* (direito de posse). Voltaremos ao tema adiante.

¹⁵¹ “Sem tributários, o [rio] Paraná e Paraguai formavam juntos não apenas o caminho mais curto como também a única via de comunicação que existia entre o Rio de Janeiro e as províncias de Mato Grosso e Goiás. Enquanto aqueles rios permanecessem fechados à navegação, povoados como Cuiabá só poderiam vincular-se com o Rio de Janeiro, por meio de caravanas, que cortavam montanhas inóspitas e selvas onde indígenas aguerridos habitavam, necessitando levar até mesmo o alimento das mulas para a viagem, cuja duração muitas vezes chegava a 14 e 15 meses.” (MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 40)

Na prática, porém, por trás desta boa vontade do Império brasileiro em patrocinar politicamente a independência e soberania paraguaia, estavam objetivos geopolíticos que o Brasil buscava alcançar. Apostando no temor (justificado, diga-se de passagem) que os paraguaios nutriam em relação aos argentinos pelas tendências manifestamente anexacionistas de Buenos Aires, o Império usava da fragilidade e vulnerabilidade geográfica do Paraguai para manter abertos para si os canais de navegação no Prata, sem que para isto precisasse aceitar negociar os limites fronteiriços como esse país insistia. A ação diplomática dos brasileiros no Paraguai – aliado às constantes intervenções realizadas pelo Império também no Uruguai, como veremos a seguir – era eficaz na medida que impedia a consolidação da Confederação Argentina. A esta altura, Buenos Aires, então sob o governo de Rosas e de sua *política americana*, já configurava a Argentina como a principal rival dos brasileiros no contexto regional platino. Nas palavras de Moniz Bandeira:

Em 1843, porém, o reconhecimento da independência do Paraguai urgia. A queda de Montevidéu em mãos de Oribe, segundo ao governo imperial se afigurava, era iminente, o que consolidaria o fechamento do Rio da Prata, dominadas as duas margens pela Confederação Argentina. O Paraguai, vulnerável em sua posição geográfica, não teria como escapar ao xeque-mate que o Governo de Buenos Aires lhe preparava. Sem acesso ao mar, encravado no interior da América do Sul, sua independência dependia da independência ao Uruguai. E a independência desses dois Estados, impedindo a nacionalização da Bacia do Prata pela Confederação Argentina, era a chave para a defesa de Mato Grosso, onde se imagina a existência de ricas jazidas de ouro, e de parte de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Também a Bolívia estaria no alvo de Rosas, cuja *política americana*, visando à reconstituição do Vice-Reino do Rio da Prata, conjugava os interesses dos charqueadores, famintos de terra e de gado, aos anseios da burguesia comercial, empenhada em preservar e estender o monopólio portuário de Buenos Aires (MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 64-65)

Ainda que entrando em entendimento diplomático e assinando acordos de navegação e comércio, Brasil e Paraguai mantiveram ruidosos atritos sobre o problema das fronteiras territoriais na região do Mato Grosso do Sul. Já na segunda metade da década de 1840, Paraguai e Brasil começaram a militarizar a região de litígio, o que quase levou a um conflito armado entre ambos países já naquela ocasião. Contudo, a guerra só não foi deflagrada em razão da iminência de outra guerra, entre o Império do Brasil e a Confederação Argentina - esta última sob o comando de Juan Manuel de Rosas, inimigo

comum de brasileiros e paraguaios.¹⁵²

No início da década de 1860, Rosas já havia caído na Argentina, e no Paraguai morria Carlos Antônio Lopez, subindo ao poder seu filho, Francisco Solano Lopez (1827-1870). Ao mesmo tempo, os acordos de navegação e comércio começam a expirar, e o Paraguai de Solano Lopez decidiu endurecer a postura em relação ao Império do Brasil. A situação, como veremos adiante, acabará levando ao trágico conflito da Guerra do Paraguai (ou Guerra da Tríplice Aliança), iniciada em dezembro de 1864, e que terminou por arrasar o Paraguai por completo. Voltaremos a este tema.

No tocante ao Uruguai, diferentemente daquilo que ocorria com relação ao Paraguai, o Império do Brasil mantinha uma postura violenta e abertamente imperialista, sem quaisquer aspas diplomáticas, o que o colocava constantemente em rota de atrito com a Argentina e com algumas potências europeias (notadamente a Inglaterra). O Uruguai havia sido o último bastião espanhol no Prata, e nessa condição, Montevideú foi, desde as primeiras horas da alvorada independentista, uma praça constantemente disputada e atacada por todas as forças que concorreram ao processo de formação dos estados-nacionais na região do Prata. Entre 1810 a 1864, governos e facções políticas foram colocadas e tiradas do poder ao sabor dos diferentes agentes que disputavam a hegemonia sobre a região platina.¹⁵³ De certo modo, serão as disputas travadas nos campos uruguaios que determinarão a conformação física e territorial, bem como a balança política dos nascentes Estados nacionais na região platina.

¹⁵² Narra Moniz Bandeira: “(...) era inevitável que Lopez se voltasse para a questão dos limites não só com a Confederação Argentina mas, principalmente, com o Império do Brasil, cuja dilatação territorial, comprimindo o espaço do Paraguai, prosseguia, sobretudo na região entre o Rio Branco e o Rio Apa. Os conflitos ali se renovavam frequentemente, desde os primórdios da época de Francia, pelo menos. Os indígenas – guaicuru e m’bayá – efetuavam constantes incursões a propriedades paraguaias, embriagados, armados e instigados pelos estancieiros e pelas próprias autoridades militares de Mato Grosso, com o objetivo de roubar gado, especialmente mulas e cavalos. Eram incursões sob muitos aspectos semelhantes às *arriadas* ou *califôrnias*, ocorridas na fronteira do Uruguai, e serviam para afastar os paraguaios da zona litigiosa, enquanto os brasileiros, a partir de suas bases no antigo Presídio de Miranda, a adentravam, insidiosamente, estabelecendo ranchos, construindo fortes e mapeando-a. A fim de enfrentar esse avanço, tropas do Exército paraguaio ergueram, em 1846, uma rede de fortificações ao longo do rio Apa. Não obstante, um destacamento do Exército brasileiro ocupou, quatro anos depois, a localidade conhecida como Fecho dos Morros, na colina do Pão de Açúcar, à margem oriental do Alto Paraguai. Lopez ordenou que seus soldados o desalojassem, o que resultou numa refrega, com oito brasileiros mortos. Em revidé, os indígenas, incitados, pessoalmente, pelo capitão José Joaquim de Carvalho, comandante do Batalhão da Fronteira, acometeram o território do Paraguai, através de Miranda, e, no, Apa, saquearam as propriedades, das quais roubaram vacas e cavalos.” (MONIZ BANDEIRA, 1998, p.82-83).

¹⁵³ De acordo com “Ao contrário do isolamento que caracterizaria o Paraguai, a Banda Oriental viveu em permanente tensão entre os diversos grupos sociais da província e agentes externos: comerciantes de Montevideú, rivais daqueles de Buenos Aires, proprietários de terras e a plebe do campo, as tropas realistas sitiadas na capital, *porteños* que procuravam comandar o processo de Independência oriental e portugueses e brasileiros que temiam as influências platinas, e desejavam ampliar a fronteira até as margens do Prata fizeram da província oriental seu teatro de lutas.” (p. GUAZELLI, WASSERMAN, 1996, p.113)

A difícil independência uruguaia só será construída após um longo e doloroso parto geopolítico, porque gestada em meio à encarniçada disputa hegemônica travada sobretudo entre Buenos Aires e o Império do Brasil: enquanto os portenhos reivindicavam seu direito sobre a posse do Uruguai evocando as fronteiras do Vice-Reino do Rio da Prata, o Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves, então governado por D. João VI, reivindicava a posse daquilo que entendia se tratar de sua Província Cisplatina. Entre 1816 a 1820, o Império luso-brasileiro já havia dirigido uma campanha militar no Uruguai contra o exército de José Gervásio de Artigas (1764-1850).¹⁵⁴ Após derrotar Artigas em 1820, já no ano seguinte, em 1821 – portanto, antes mesmo da independência do Brasil (1822) - D. João VI decidiu oficializar, através de decreto, a anexação da Banda Oriental ao território Imperial, denominando-a oficialmente *Província Cisplatina*, e ocupou Montevideú. (MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 46-47).

O motivo da pretensão luso-brasileira explicava-se em razão da aliança matrimonial entre o rei D. João VI, herdeiro do trono português, e Carlota Joaquina, da linha de sucessão do trono espanhol. A Banda Oriental do rio Uruguai faria parte do espólio recebido por Carlota Joaquina como “herança”, e nessa condição, seria integrada aos domínios portugueses através do casamento real, e ainda através dos descendentes

¹⁵⁴ José Gervásio de Artigas (1764-1850) é considerado o grande responsável pela independência do Uruguai. Depois de combater os espanhóis ao lado de Buenos Aires, acabou rompendo politicamente com os portenhos por discordar das pretensões centralistas dos *unitários* que assumiram o poder após a independência: “[Artigas] A princípio, reconheceu a supremacia da junta de Buenos Aires. Mas não foi um adepto incondicional, pois tinha em mente a instauração de uma confederação frouxa de províncias do Rio de la Plata, ao passo que os governos que estiveram sucessivamente no controle de Buenos Aires concordavam pelo menos em rejeitar quaisquer arranjos desse tipo. Artigas também se sentia melindrado com o que considerava falta de verdadeiro empenho da parte de Buenos Aires em libertar sua província (BUSHNELL, 2004, p. 151). Nessa condição, a partir de 1813, passou a dirigir um exército popular e maltrapilho, mas muito determinado, e começou um processo de secessão de importantes territórios platinos ao noroeste da Argentina, no chamado *litoral*, notadamente as províncias de Misiones, Corrientes e Entre Rios, além do próprio Uruguai. Declarado “Traidor a la Pátria” através de decreto assinado pelo então *Director Supremo de Las Provincias Unidas del Rio de la Plata*, Gervasio Antonio Posadas, em decreto datado de 11 de fevereiro de 1814 (que entre outras coisas, oferecia uma recompensa pela morte do caudilho uruguaio), um proscrito Artigas fundaria a “Liga de los Pueblos Libres” (ou, como também é conhecida, “La Federación”), através da qual promoveria, entre outras coisas, a reforma agrária, o reconhecimento da cidadania indígena e a abolição da escravidão negra. Observa David Bushnell que: “Particularmente, em política agrária, [Artigas] introduziu uma das medidas mais interessantes e originais do período da independência. O seu problema era a destruição dos rebanhos e o abandono de vastas extensões de terra por parte de seus proprietários. Sua solução foi confiscar sem indenizações as terras pertencentes aos ‘maus europeus e piores americanos’ que haviam emigrado (em pouquíssimos casos para Buenos Aires) e redistribuí-las, dando prioridade aos ‘negros livres, aos *zambos* da mesma classe, aos índios e aos *criollos* pobres’. Com base nessa medida, Artigas foi aclamado o primeiro grande ‘reformador agrário’ da América do Sul (...)” (Idem, p.151-152). Apesar de inimigas na geopolítica sulamericana, Buenos Aires e o Império do Brasil decidiram se unir tacitamente para combater e derrotar Artigas, já que a *Federación* colocava em risco não apenas o projeto *unitário* bonaerense, como também a própria integridade do território luso-brasileiro, já que a secessão ameaçava atravessar a e contagiar os estancieros do Rio Grande do Sul (MONIZ BANDEIRA, 1998, p.43-44). Em 1820, Artigas é finalmente derrotado e parte para o longo exílio no Paraguai, onde morreria, em 1850.

desse matrimônio (no caso, o príncipe regente D. Pedro).

A decisão de D. João VI enfrentou sérias resistências, tanto no campo militar, como diplomático. A decisão de anexar o Uruguai foi rechaçada tanto pela Argentina (por suas pretensões e reclames quanto ao Uruguai), como pela Inglaterra, a quem não interessava ver se fortalecer o Império do Brasil, e ainda, garantir a autonomia do porto de Montevideú, uma importante porta de entrada em direção ao comércio no interior do Prata. Internamente, os uruguaios, com apoio dos *federalistas* argentinos, e sob o comando dos *caudilhos* Juan Antônio Lavalleja (1784-1853) e Manuel Oribe (1792-1857), reorganizaram suas milícias rurais e ingressaram no Uruguai através do território argentino, passando a enfrentar o exército luso-brasileiro com uma longa, desgastante e custosa guerra de guerrilhas, e este último, apesar disso, guardava posição no sítio a Montevideú. Sem muitos recursos financeiros ou militares, o exército uruaio era constituído por maltrapilhos camponeses, indígenas, negros fugidos e *gauchos* pobres, que lutavam por autonomia e – no caso dos negros escravizados – pela sua própria liberdade, contra uma monarquia imperialista e escravocrata. Embora desestruturados militarmente, eram profundos conhecedores das técnicas *gaúchas* de combate em campo aberto, e acabariam infligindo desmoralizantes derrotas ao exército luso-brasileiro.

A longa guerra de guerrilhas desgastava a moral das tropas brasileiras, além de tornar a guerra cara e pouco efetiva para o Império do Brasil. Logo a campanha militar brasileira no Uruguai se demonstrou um completo fracasso militar e econômico, agravada ainda pela captura do território das Missões por parte dos uruguaios. Este ato representou o golpe final nas pretensões brasileiras, pelo risco da secessão se alastrar sobre o território do Rio Grande do Sul. De acordo com Moniz Bandeira,

Àquela altura, a situação já e tornara bastante difícil para o Brasil. Os corsários argentinos causavam enormes prejuízos ao seu comércio. O bloqueio do Rio da Prata perdera a eficácia, rompido repetidas vezes por navios dos Estados Unidos. A sorte nos campos de batalha não melhorara. Rivera apossara-se do território das Missões. E, como o Império do Brasil já perdera oito mil homens e gastara com a guerra o equivalente a 48 mil contos-ouro, d. Pedro I anuiu às bases da mediação propostas por lorde Ponsonby e autorizou a assinatura, em 27 de agosto de 1828, da Convenção Preliminar de Paz, pela qual recuperava o território das Missões e outorgava a independência à Banda Oriental, transformando-a na República do Uruguai”. (MONIZ BANDEIRA, 1998, p.54-55)

Em 1828, o Brasil – que já havia negociado a paz em separado com os argentinos

- aceitou também negociar a paz com os uruguaios, num acordo intermediado pela diplomacia britânica. Por este acordo, o Brasil desistia de incorporar a Província Cisplatina aos seus domínios, e reconhecia a independência do Uruguai, “O Estado-tampão, que a Grã-Bretanha colimara”. (MONIZ BANDEIRA, 1998, p.55).¹⁵⁵ Essa condição de “país independente”, porém, nem de perto significou o reestabelecimento da paz no novo país, e a guerra civil seguiria ocorrendo, ora financiada e incentivada pelos brasileiros, ora pelos argentinos, ora por conta das próprias facções em luta nos campos do país (*blancos x colorados*). A situação de beligerância constante nos campos uruguaios seguiu corroendo as bases sociais, políticas, econômicas e institucionais do país, e terminaria por arrastá-lo também ao conflito contra o Paraguai em 1865.

2.1.3.. *Brasil: de colônia portuguesa a potência imperialista no Prata*

Já enunciamos aqui – embora sem aprofundar até o momento – o papel crucial que o conflito com o Paraguai (Guerra da Tríplice Aliança, 1864-1870) desempenhou na consolidação dos estados nacionais envolvidos no conflito (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai). Durante algum tempo, a guerra do Paraguai foi explicada através de linhas historiográficas influenciadas por noções ultranacionalistas e ufanistas, e em boa parte amparadas em memórias e relatos de militares aliados que participaram da campanha militar no Paraguai. Estes textos em geral trataram essa guerra como resultante da política delirante e bonapartista do presidente paraguaio, Francisco Solano Lopez, que teria iniciado o conflito porque desejava derrotar o Império brasileiro, assim como conseguir uma saída para o mar.¹⁵⁶ A guerra era sempre explicada mais como resultante da *barbárie* paraguaia, do que da própria postura imperialista desempenhada pelo Brasil. Nesta linha, se tornou célebre o texto de Alfredo d’Escragno Taunay (1843-1899), *A Retirada de Laguna* (1874). Também as *Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai* (1870), do cônsul inglês Sir Richard F. Burton, para quem “(...) a Guerra do Paraguai não é outra coisa senão a condenação de uma raça [paraguaia] que procura livrar-se de uma tirania, por ela mesma escolhida, tornando-se chair à canon mediante um processo de aniquilamento”. (BURTON, 1997, Apud BARROSO, 2005: p. 2). Temos ainda os livros

¹⁵⁵ Na verdade, com esse acordo, o Império do Brasil apenas “reconheceu” a independência uruguaia, que para os uruguaios, já havia sido declarada oficialmente em agosto de 1825.

¹⁵⁶ Este texto foi publicado originalmente em idioma francês, mas teve uma primeira versão em português impressa no Rio de Janeiro em 1874. Uma fotocópia do texto original da edição impressa em 1874 encontra-se disponível para visualização e download no sítio eletrônico da Biblioteca do Senado Federal brasileiro, através do link: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221688>

História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai, de Tasso Fragoso (1934) (Idem, ibidem); e *Solano López, o Napoleão do Prata*, escrito pelos autores italianos Manilio Cangogni e Ivan Boris, e traduzido para o português em 1975.¹⁵⁷

A partir do final dos anos 1960, autores vinculados a vertentes marxistas começaram a produzir outras interpretações que logo se tornariam igualmente populares no *senso comum*. Nesta nova linha, a guerra do Paraguai teria sido uma estratégia pensada, projetada e executada pelo imperialismo inglês e seus agentes adeptos do liberalismo deste lado do continente. Em suma, o Paraguai dos Lopez era descrito como uma grande potência americana que conseguira sua emancipação econômica e militar sem depender do *livre mercado*, razão pela qual havia se tornado – sob a ótica do capitalismo inglês, então dominante na América do Sul – um péssimo exemplo a ser seguido. Assim, precisava ser destruído. A guerra contra o Paraguai teria sido assim uma articulação imperialista patrocinada pela Inglaterra com o único objetivo de reforçar as relações de submissão e dependência das novas nações latino americanas aos seus domínios. Chamados de *revisionistas*, estes autores tiveram o mérito de superar aquelas narrativas ufanistas da fase anterior, consagrados pela historiografia oficial e militar brasileira e argentina, para quem, ademais, a guerra havia se tornado uma luta entre a *civilização* e liberdade (representada por Brasil e Argentina) contra a tirania e a *barbárie* (representada pelo ditador paraguaio Francisco Solano Lopez).¹⁵⁸

¹⁵⁷ BORIS, Ivan; CANGOGNI, Manilio. *Solano López, o Napoleão do Prata*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Entre outras coisas, esses autores enfatizaram o perfil autoritário de Francisco Solano Lopez, bem como suas pretensões em ser reconhecido como grande estrategista e chefe militar. Por exemplo, quando de sua nomeação para Presidente da República do Paraguai, realizada logo após a morte de seu pai, Carlos Antônio Lopez, em 1862: “Apenas um deputado - José Maria Varela - teve a coragem de fazer algumas objeções, citando o artigo número dois da Constituição (‘o governo da república jamais será patrimônio de uma pessoa ou de uma família’) e propondo uma emenda que fixasse os limites do poder executivo. Ninguém o apoiou e ele próprio não parecia muito convicto de suas palavras. López foi investido oficialmente e logo no dia seguinte mandou prender seu tímido opositor, que acabou morrendo no cárcere” (p.43).

¹⁵⁸ Alguns dos principais expoentes dessa vertente revisionista são: o argentino León Pomer, autor de *Guerra del Paraguay: Gran Negócio!* (Buenos Aires: Caldén, 1968); o uruguaio Eduardo Galeano, autor de *As Veias Abertas da América Latina*, publicado pela primeira vez em 1971, no Uruguai (a edição que utilizamos aqui corresponde à 10ª. Edição em espanhol, 6ª. edição argentina - Buenos Aires: Siglo XXI Argentina Editores S.A, 1975); e o autor brasileiro Júlio José Chiavenato, autor de livros como *Genocídio americano: a guerra do Paraguai* (São Paulo: Brasiliense, 1979) e *O negro no Brasil. Da senzala à Guerra do Paraguai*. (São Paulo: Brasiliense, 1980). Chiavenato, aliás, seria o maior responsável por difundir a versão *revisionista* entre o público brasileiro. Em seus escritos, chegava a comparar o Paraguai de época dos Lopez a uma sociedade socialista. Para ele, os paraguaios eram: “(...) o único povo livre da América do Sul. O Paraguai era uma república autônoma desde 1811, que não tinha dívida externa, que não tomava empréstimos e não precisava importar nada para o seu consumo. Quebrava assim o modelo de exploração imposto pelo imperialismo inglês. Com uma situação geográfica incômoda, espremido entre o Brasil, a Bolívia e a Argentina – tendo como único aliado em 1864 o Uruguai, um país fraco cujas fronteiras eram frequentemente invadidas pelas tropas regulares do Rio Grande do Sul, para roubo de gado a pretexto de defender os proprietários brasileiros ali estabelecidos. Vítima da cobiça do Império e da Argentina,

A historiografia mais recente, produzida a partir da década de 1990, tem concordado em apontar o papel imperialista desempenhado pelo Brasil ao longo do século XIX, postura que teve início mesmo antes de seu surgimento enquanto Estado-Nação independente – ou seja, quando ainda era apenas sede da Monarquia portuguesa (a partir de 1808). Neste sentido, desde o início do século XIX, estes autores apontam que o Brasil vinha desempenhando um papel essencialmente imperialista visando construir, de forma precoce, sua hegemonia em relação aos vizinhos que recém surgiam no Cone Sul. Embora fuja dos objetivos deste trabalho analisar a dimensão geopolítica desse imperialismo desempenhado pelo Brasil, essas observações se fazem necessárias à medida que percebemos o quanto a correlação de forças existentes no Prata durante o século XIX, acabarão por determinar não apenas a consolidação (ou mesmo expansão) das linhas de fronteiras nacionais do Império do Brasil (depois de 1889, República do Brasil), como também ajudarão a compreender o quanto essa postura imperialista irá acelerar ou obstaculizar a formação e consolidação dos outros Estados nacionais que se estruturavam na região platina.

Por hora, vale dizer que a estratégia de expansão imperialista brasileira sobre o Prata neste período combinou uma incessante postura beligerante contra as Províncias Unidas (Argentina), aliada a ações abertamente imperialistas no Uruguai e veladas com relação ao Paraguai. Ao mesmo tempo, o Império tentava defender, seja no campo militar, seja diplomático, o território herdado a partir da colonização portuguesa, conforme tratados assinados nas últimas décadas do século XVIII entre Portugal e Espanha. Nestes, estavam incluídos a defesa do território das Missões e, principalmente, o Rio Grande do Sul (que fora, por inúmeras ocasiões, ameaçado por estar situado exatamente nas zonas de conflito do Prata) e os territórios ao norte, como o Mato Grosso e Goiás, em favor dos quais o Império precisava garantir caminho livre no sistema fluvial do rio da Prata, e que fazia chocar suas pretensões com a postura dúbia mantida frente ao Paraguai.

Assim, ao longo do século XIX, as fronteiras do Prata seguiriam a dinâmica de expandir-se ou encolher ao sabor dos acontecimentos no campo bélico e diplomático, sendo este um dos principais fatores a ocasionar a guerra da Tríplice Aliança. Neste sentido, acompanhamos integralmente os apontamentos feitos pelo estudo magistral de Luiz A. Moniz Bandeira, *O Expansionismo Brasileiro e a formação dos Estados Na Bacia*

ameaçado durante toda a sua história pelos grandes países do continente, pela estruturação da sua economia e recolhimento político, que se aliaram a uma equilibrada divisão entre trabalho e renda – uma solução quase socialista e perfeita para as condições e a própria época (...). (CHIAVENATO, 1980, p. 195)

do Prata, publicado em 1985, e que deu suporte a uma série de novas pesquisas e interpretações sobre a relação entre o Império do Brasil e os demais países do Prata, e dos próprios fatores que levaram à guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai.¹⁵⁹ De acordo com esse autor, o Império Brasileiro desempenhou um papel decisivo na definição das fronteiras e dos Estados Nacionais na região do Prata, influiu direta ou indiretamente nos conflitos que ali ocorriam. A tese que ele desenvolve indica que o Império operou como um fator de instabilidade no Prata, onde outros fatores externos (como o pretense e onipresente imperialismo britânico, conforme tese defendida pelos autores da linha *revisionista*) concorreram apenas eventualmente – e, na maioria das vezes, de forma secundária. Dito de outra maneira, longe de ser um *fantoche* do imperialismo britânico, o Império do Brasil era, ele próprio, o grande imperialista do Cone Sul, fomentando conflitos incessantes dentro e fora das fronteiras argentinas e uruguaia, de modo a manter constantemente desunidos estes países, e assim, tirar proveito da situação.

A guerra contra o Paraguai teria sido uma consequência indireta – e, ao que tudo indica, indesejada pelo Brasil, ao menos naquele momento - dessa postura imperialista brasileira. Para o Paraguai, a guerra foi uma escolha política, motivada pela necessidade de expansão de seus mercados, e pela pretensão militar do presidente paraguaio Francisco Solano Lopez (ou falta de clareza sobre o real potencial militar do Império), e de sua avaliação equivocada sobre o momento histórico ideal sob o qual construiria uma hegemonia *caudilha* sobre o Prata. Passaremos a analisar alguns desses elementos a partir de agora.

2.1.3.1. O Império do Brasil e a formação do Estado-nacional (1808-1864)

A trajetória histórica percorrida pelo Império do Brasil seguiu um caminho um pouco diferente daquele trilhado pelos demais países que surgiram no Prata após 1810. Por um lado, a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, em 1808, atrasou em partes o processo de independência - se comparado ao *ciclo* independentista vivido pelos demais países do Cone Sul¹⁶⁰ - e por outro esse fator político amadureceu de forma precoce as

¹⁵⁹ Entre os estudos influenciados diretamente pelas teses desse autor, e com os quais também estamos dialogando aqui, podemos destacar os livros de Francisco F. Doratioto, *A Guerra do Paraguai* (1991) e *Maldita Guerra* (2002). Também *O Corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*, de Demétrio Magnoli (1997); e *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata – 1808-1828*, de João Paulo Pimenta (2002).

¹⁶⁰ A Argentina declarou sua independência em 1810, e o Paraguai, em 1811. Apesar do Uruguai ter se tornado “independente” oficialmente apenas em 1828 (quando o Império do Brasil reconheceu essa condição), já em 1813 Artigas declarara a autodeterminação da Banda Oriental.

bases sociais e políticas do novo Estado Nação que surgiria a partir de 1822. Por essa razão, quando a independência brasileira em relação a Portugal foi oficialmente declarada, já estavam dadas as bases conservadoras, expansionistas e imperialistas com as quais passaria a operar a nova nação surgida do desmonte do império colonial lusitano. Em outras palavras, além de monarquista, oligárquico e escravista, o Brasil já nasce com um perfil profundamente expansionista e imperialista.

As vantagens advindas dessa condição logo viriam a aparecer: quando os movimentos de emancipação política começaram a ruir o império colonial espanhol no Prata, o Brasil já gozava da condição de sede da Corte portuguesa, um dos mais importantes impérios ultramarinos então existentes. Ainda que a condição de reino (“Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves”) só tenha sido alcançada oficialmente em 1815 (graças ao decreto da rainha D. Maria I, de Portugal), a transferência da família real portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 já havia produzido o efeito político e psicológico necessário para unificar as províncias do norte e sul do Brasil, e apaziguar e arrefecer os ânimos independentistas. Isso, apesar de que a pretensa “unidade” ainda tenha demorado mais algumas décadas para ser alcançada de fato, e inúmeros conflitos regionais e movimentos separatistas tenham se dado no período.¹⁶¹

A transferência da Corte para o Rio de Janeiro em 1808 demandou a construção de uma organização e estrutura política, burocrática e institucional inédita nas colônias ibéricas, o que transformaria o Brasil gradativamente na sede do importante e tradicional reino ultramar europeu. Os efeitos políticos, econômicos e psicológicos desses fatos

¹⁶¹ Maria Elisa Sá Mäder, na Introdução de sua Tese de Doutorado em História, discute a problemática dessa noção que toma como fato natural uma suposta *anterioridade* do Estado nacional brasileiro antes mesmo de 1822. Identificando a origem dessa noção a uma tradição historiográfica a qual a autora denomina “tradição Saquarema”, Mäder dialoga com uma historiografia recente para demonstrar o quanto é inadequada e anacrônica tratar da suposta “unidade nacional” como um fato anterior aos processos de formação do Brasil ocorridos no século XIX, especialmente tendo em vista a ocorrência de inúmeros movimentos emancipatórios no interior do país, dentro e, principalmente, fora do eixo Rio-São Paulo-Minas Gerais. Para ela: “No caso da análise do processo de construção do Estado nacional no Brasil, por exemplo, é preciso ter cautela para não cair na armadilha do anacronismo e tomar o momento da independência política como o do nascimento, após uma longa gestação, de uma “nação brasileira” já existente previamente. Segundo tal perspectiva, o Estado nacional centralizado em torno do Rio de Janeiro, o qual prevaleceu como projeto vencedor, seria um produto histórico natural e necessário, derivado de uma única e prévia idéia de nacionalidade. Em oposição a essa idéia, vários autores têm apontado para a multiplicidade de projetos, caminhos e possibilidades existentes na época da transição da ordem colonial para uma nova ordem política independente.” MÄDER, 2006: 14) A *tradição Saquarema*, conforme referida pela autora, apoia-se nas definições de Evaldo Cabral de Mello, para quem “Nesta perspectiva apologética, a unidade do Brasil foi concebida e realizada por alguns indivíduos dotados de grande descortínio político, que tiveram a felicidade de nascer no triângulo Rio – São Paulo – Minas e a quem a pátria ficou devendo o haverem-na salvo da voracidade dos interesses provinciais (...)”. (MELLO, Apud MÄDER, 2006, p.14-15). Em outro trecho, a autora define *Saquarema* como sinônimo da hegemonia conservadora na vida política do Império, entre o final da década de 1830 até 1860. (MÄDER, 2006, p.22-23)

aliaram-se à capacidade militar da Corte portuguesa instalada no Rio de Janeiro em manter relativamente íntegro o território colonial português, em que pese a ocorrência de rebeliões regionais que quase forçavam processos de secessão, levando quase ao surgimento de novos Estados nacionais no interior do Império.¹⁶² Estes movimentos de secessão, geralmente situados no ciclo que vai de 1831 a 1840 (Período Regencial), são comumente chamados de *revoltas regenciais*.¹⁶³ Ao irromper a década de 1840 (quando se inicia o Segundo Reinado), a manutenção da unidade territorial brasileira era um fato praticamente consumado, restando ao império cuidar de consolidar suas fronteiras mais extremas, ou expandi-las, quando fosse o caso.

Chama a atenção a maneira como o processo de independência foi construído e conduzido, primeiro pelas elites portuguesas, e depois, por latifundiários e escravocratas conservadores e liberais. A total ausência de participação popular nas principais decisões tomadas pelo grupo que conduziu a transição política, aliado a outras circunstâncias históricas, acabaram favorecendo processos de centralização política. Além disso, desde 1808, a interiorização da metrópole permitiu o rearranjo das forças políticas no interior da colônia, muito antes do edifício colonial começar a desmoronar.

Ao se instalar no Rio de Janeiro, a Monarquia ajudou a repactuar e redistribuir precocemente o poder político na Colônia, diminuindo sensivelmente um dos principais argumentos que serviriam de base para os reclames emancipatórios nas demais colônias ibéricas. Essa tese é defendida, entre outros, por Caio Prado Jr., Maria Odila da Silva Dias, Nelson Werneck Sodré e Sergio Buarque de Hollanda. Para estes autores, a transferência da família Real para o Brasil em 1808 antecipou o processo de

¹⁶² Geralmente tratados genericamente como revoltas regenciais, esses movimentos responderam também a contextos locais específicos – disputas entre grupos rivais no âmbito local -, assim como expôs demandas surgidas no âmbito local (bandeiras federalistas) que foram ignorados e silenciados com as medidas autoritárias que marcaram o início do governo de D. Pedro I, entre as quais a dissolução da Assembleia Constituinte (1823) e a Constituição “outorgada” por D. Pedro I em 1824. Assim, esses movimentos – muitos dos quais eclodindo após a abdicação de D. Pedro I em 1831, com a consequente crise de legitimidade do poder central que se seguiu a esse fato - apresentarão propostas contraditórias, acomodando desde reivindicações libertárias e populares, até bandeiras liberais, aristocráticas e conservadoras, ideais republicanas e autonomistas e até monarquistas, pregações abolicionistas a reivindicações escravistas. Para a discussão desse tema, deixamos como sugestão a leitura do artigo de Ariel Feldman e Luiz Geraldo Santos da Silva (2010), publicado sob o título Revisitando o passado em tempos de crise: federalismo e memória no período regencial (1831-1840). Também o estudo (Dissertação de Mestrado em História) de Wilverson R. Melo (2015), onde o autor analisa aspectos do movimento conhecido como *Cabanagem*, ocorrido na província do Grão-Pará, entre os anos de 1835 a 1840. Numa outra perspectiva, a tese de doutorado de Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, *Nos subterrâneos da revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem* (1998)

¹⁶³ “Vale salientar que o Período Regencial do Império Brasileiro foi um dos mais conturbados do século XIX, foram inúmeras as revoltas e agitações populares (Balaçada, Sabinada, Cabanagem, Revolta dos Malês, Farroupilha e a própria Cabanagem) devido à menoridade do herdeiro da Coroa dos Bragança Pedro de Alcântara, a quem na mente das lideranças revoltosas detinha de fato o direito ao Governo e Poder político no Brasil.” (MELO, 2015, p. 26).

Independência do Brasil e, conseqüentemente, todo o desgaste político e militar que poderia advir. Após 1808, restaria apenas uma ruptura formal com Portugal, que viria de forma praticamente protocolar a partir de meados de 1822. Maria Odila Dias, por exemplo, em seu conhecido artigo *A Interiorização da Metrópole (1808-1853)*, alude que:

Durante muito tempo, ressentiu-se o estudo da nossa emancipação política do erro advindo da suposta consciência nacional a que muitos procuravam atribuí-la. O modelo de independência dos Estados Unidos fascinava os contemporâneos e continua de certa forma a iludir a perspectiva dos historiadores atuais. Sergio Buarque de Hollanda refere-se mais objetivamente às lutas de “independência” como uma guerra civil desencadeada aqui pela Revolução do Porto, e não por um processo autônomo de arregimentação dos nativos visando reivindicações comuns contra a metrópole. O fato em si da separação do reino [do Brasil] em 1822 não teria tanta importância na evolução da colônia para império. Já era fato consumado desde 1808 com a vinda da Corte e a abertura dos portos e por motivos alheios à vontade da colônia ou da metrópole. (DIAS, 1972, p. 165).

Para Caio Prado Jr. a transferência da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro em 1808, já foi em si um marco definitivo para a emancipação política do Brasil, o que daria às próprias elites portuguesas aqui instaladas – e não a uma suposta “consciência nacional” – a primazia pelo processo de independência. Assim, diferentemente do que seria observado nas demais nações hispano-americanas, o processo de independência do Brasil prescindiu de movimentos de massa e guerras civis fratricidas, ao menos em comparação àquilo que ocorreria nos demais países do Cone Sul. Nesta análise:

A transferência da Corte constituiu praticamente a realização de nossa independência. Não resta a menor dúvida que ela viria mais cedo ou mais tarde, mesmo sem a presença do Regente, depois Rei de Portugal. Mas também é certo que nossa condição de sede provisória da monarquia foi a causa última e imediata da independência, substituindo talvez, sem vantagem alguma, o processo final da luta armada que foi o das demais colônias americanas. (...) a independência brasileira seria antedatada de quatorze anos, e se contaria justamente da transferência da Corte em 1808. Estabelecendo no Brasil a sede da monarquia, o Regente aboliu *ipso facto* o regime de colônia em que o país até então vivera. (PRADO JR, 1982, p. 48-49).

Acompanhando as teses de Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré enfatiza a abertura dos portos brasileiros em 1808 como fator último de desagregação do sistema mercantil português e, conseqüentemente, o início da emancipação política brasileira, ainda que este ato tenha sido mais por necessidade de sobrevivência econômica da

colônia, do que por benevolência da Corte recém instalada no Rio de Janeiro. Para ele:

Não merece maior consideração, certamente, a versão de benemerência, a de que a colônia deveria ser grata, quanto ao ato [abertura dos portos de 1808]. A decisão surgiu de impositiva realidade. Era impossível fugir-lhe. Nem se identificou com a intenção de beneficiar o Brasil, mas com a necessidade de dar continuidade às relações comerciais com o exterior, dele recebendo as mercadorias indispensáveis e destinando-lhes aquelas da produção local, além de proporcionar ao erário os tributos sem os quais ele não poderia se manter. (...) Benefício trouxe o ato, sem dúvida, mas à Inglaterra, que pelas circunstâncias, ficava com o monopólio do comércio exterior brasileiro.” (SODRÉ, 1986, p. 137-138).

De acordo com essa análise, vemos que o efeito do bloqueio continental e da abertura dos portos levou a uma queda vertiginosa do comércio português, em benefício da Inglaterra. Desse modo, também provocou um afrouxamento dos laços comerciais que ainda ligavam o Brasil a Portugal. Assim, ainda de acordo com este autor:

Os índices eram expressivos: em 1805, haviam entrado no porto do Rio de Janeiro, sob regime de monopólio, 810 navios portugueses; o número caíra para 642 no ano seguinte; voltara a ascender, em 1808, chegando a 765. Pois em 1810 entrariam 1214, sem discriminação de bandeira. Essa discriminação mostra, por outro lado o declínio do comércio português metropolitano: em 1820, chegavam ao Rio de Janeiro apenas 57 barcos lusos; Portugal estava praticamente alijado do comércio brasileiro. (SODRÉ, 1986, , p.138).

Adotando uma abordagem menos focada nos aspectos econômicos e políticos, e mais centrada nos fatores psicológicos e culturais, Sérgio Buarque de Hollanda também considera a vinda da família Real e da administração colonial portuguesa para o Rio de Janeiro o momento privilegiado da nossa emancipação política. Para este autor, esse acontecimento acabou por diluir certos traços de submissão até então inquestionáveis e absolutos, por parte dos habitantes do Brasil, e que à distância, sempre haviam idealizado a Corte no além-mar. A médio prazo, desmitificar a Corte de Portugal acabou se tornando combustível para as reivindicações emancipatórias que se viveriam a partir da década de 1810. Logo, “(...) a presença, agora, e naturalmente, o convívio e o trato forçado, de numerosos estrangeiros nos ramos mais diversos de ocupação há de ajudar os naturais, mesmo quando procedam das classes mais ínfimas, a julgar os seus dominadores com melhor senso da realidade”. (HOLLANDA, 1976, p. 11).

Assim, a nova situação de “sede da metrópole” teria dado aos brasileiros nativos

um estatuto nunca outrora gozado, o qual ficaria difícil reverter. Neste caso, as revoluções liberais e antiabsolutistas que ocorriam na Europa (como a revolução do Porto, em Lisboa), se é bem verdade que expressavam ideais libertários e iluministas no velho continente, por aqui, foram interpretados como retrógrados, à medida que preconizava a volta do Brasil ao estatuto de colônia portuguesa. Para Sérgio Buarque de Hollanda:

Acontece que, representando abertamente um movimento antiabsolutista, a revolução portuguesa de 1820 também é, em certo sentido, e desde os primeiros passos, um movimento antibrasileiro. Neste sentido, forçando o deslocamento da Casa Real para Lisboa, tende a despojar o Brasil de sua posição de centro o Reino Unido, em que se achara colocado, e em que se conservou mesmo depois de liberta a mãe-pátria dos invasores. (...) Uma vez que a nova praxe política pede, em Portugal, que se suprimam no Brasil regalias já alcançadas e irrevogáveis, é fatal que daí por diante os dois reinos devam tomar rumos distinto. (HOLLANDA, 1976, p.13-14).

Por não ser este o objetivo no nosso trabalho, não iremos alongar mais essa discussão sobre as razões da emancipação política do Brasil. Aqui, apenas trouxemos este pequeno debate para demonstrarmos como a historiografia clássica produzida no Brasil compreende a dinâmica do processo emancipatório brasileiro, apontando como esse processo se diferenciou dos demais países que estavam surgindo no Cone Sul. De acordo com estes autores, ao contrário daquilo que seria observado nas possessões espanholas, a transferência do reino para o Rio de Janeiro (1808) deu ao Brasil um *status quo* praticamente inexistente nas possessões coloniais latino-americanas, não apenas criando, reforçando ou consolidando instituições políticas e estatais, como ainda preservando um importante fator de unidade – a Família Real –, e ainda permitindo um afrouxamento gradativo dos laços que até então ligavam a colônia à metrópole.

Por fim, a transferência da burocracia estatal de Lisboa para o Rio de Janeiro em 1808 permitiu um novo loteamento de poder, tornando possível uma conciliação prévia (anterior à independência) entre facções rivais que, de outro modo, provavelmente o teriam disputado pelas armas. Na avaliação de João Paulo Pimenta:

Da mesma forma que na América hispânica o fim dos antigos laços antecede a organização definitiva dos novos Estados, na portuguesa a ruptura com a metrópole, declarada oficialmente em 1822, não significou a consolidação de um novo Estado, tampouco a fundação de uma nova nação. Mas ela representa sem dúvida importante mudança, uma revolução que alterou de imediato as formas de exercício do poder político de maneira que fizesse avançar a diferenciação da América

portuguesa no Reino Unido não mais como simples percepção de sua operacionalidade como corpo político autônomo, mas sim à sua própria concretização com tal. (...)

As medidas antiabsolutistas das Cortes de Lisboa, ao se voltarem contra a legitimidade do príncipe regente, colidiam com aspirações políticas dos defensores da manutenção do estatuto de Brasil-reino, para os quais a permanência de D. Pedro no Brasil significava a preservação de seus interesses. Desse modo, as posições dos deputados de Portugal ecoavam nas províncias luso-americanas como defensoras da restauração de uma condição colonial cada vez mais presente no imaginário político da época, contra a qual supostamente lutariam os deputados do Brasil. Esse antagonismo, embora não possa caracterizar uma polarização de fato, parece ter criado um certo sentimento corporativista entre esses deputados de modo que passaram em algumas ocasiões, a agir em conjunto, numa prática que, longe de expressar uma “brasilidade”, traduzia uma tomada de consciência da possibilidade concreta de auto-sustentação política das províncias do Brasil independentemente de um poder sediado na Europa. Afinal, a transferência da corte em 1808 já mostrara que era facultada à porção americana do império português a condição de sede de poder, criando seus próprios fluxos de “peregrinação”. (PIMENTA, 2002, p.186-187)

Não se trata, porém, de pensar que essas “garantias” (a “preservação de seus interesses” representados pela permanência de D. Pedro I no Brasil) impediriam o surgimento de conflitos políticos e lutas entre facções no interior do Império, como ocorreria nos demais países do Prata. Nestes, a solução temerosa (sob o ponto de vista das elites *criollas*) passou pela arriscada opção em armar parte da população civil, dado a necessidade de constituir exércitos regulares que pudessem fazer frente ao avanço das tropas *realistas*. Essa solução mostrou-se militarmente eficaz num primeiro momento, mas politicamente nociva para essas elites *criollas*, justamente por permitir o surgimento de novas lideranças militares que, uma vez encerradas as lutas contra o “inimigo comum” (Espanha), passariam a se voltar contra os novos donos do poder. Foi este o contexto que deu origem, entre outros, a *caudillos* tais como Martín Miguel de Güemes¹⁶⁴ e José Gervásio de Artigas. Como analisou o historiador argentino Túlío Halperín Donghi:

¹⁶⁴ Martín Miguel de Güemes (1785-1821) foi um jovem militar que teve participação decisiva nas campanhas de independência da Argentina no início do século XIX. Se notabilizou por dirigir as maltrapilhas tropas de *gauchos* no extremo norte da Argentina (Salta), frente às investidas das tropas *realistas* vindas do Alto Peru. A atuação do exército de Güemes foi extremamente decisiva, uma vez que o norte do território, mais próximo à acidentada fronteira andina, era considerado um dos seus pontos mais vulneráveis. Güemes organizou uma espécie de “cordão de isolamento” nessa região, dando o suporte necessário para que outros comandantes militares (como José de San Martín) pudessem desenvolver sua estratégia política e militar na defesa do antigo Vice-Reino do Rio da Prata, liberado do domínio espanhol. Após a emancipação política do Prata, Güemes passou a discordar das pretensões centralistas de Buenos Aires, e acabou proscrito pelos *unitários*. Güemes passou então a combater seus antigos aliados. Hemofílico, acabou ferido num combate contra as tropas *unitárias* e morreu, poucos dias depois, em 17 de junho de 1821, quando tinha apenas 36 anos de idade, em Salta, Argentina. Hoje, é considerado um herói local nessa província, ao lado de outros “Libertadores da América”.

A revolução não tinha provocado, nas zonas monárquicas, menos modificações que naquelas revolucionárias. Por toda parte, os resultados eram análogos, e, em primeiro lugar, os resultados políticos e militares. Tão-somente na Venezuela e em algumas zonas periféricas do Rio da Prata tinha havido, na verdade, uma mobilização popular em ampla escala, que envolvera as estruturas institucionais preexistentes. As consequências desse processo eram muito evidentes e alarmantes para os dirigentes políticos dos dois agrupamentos: onde pontos extremos haviam sido alcançados, a disciplina social estava em perigo de desagregação e as perseguições contra os legitimistas, ou contra os patriotas, contra os espanhóis ou contra os nativos, apresentavam o permanente risco de se transformar, de um momento para outro, numa guerra confusa e caótica dos pobres contra os ricos. Mesmo se prescindirmos desses casos limites, os mais prudentes líderes dos legitimistas e dos patriotas viam-se obrigados a embrenhar-se por um caminho cujo posterior percurso, com razão, os alarmava. Tinham de constituir exércitos cada vez mais numerosos, cujos quadros eram fornecidos apenas pelas classes elevadas. Ou seja: tinham de armar massas importantes de soldados recrutados entre a plebe e as castas inferiores, mantê-los em condições satisfatórias, e isso implicava uma certa tolerância para com as promoções. Passara-se o tempo em que, no exército, podiam fazer carreira apenas os espanhóis; nas primeiras filas, estavam agora oficiais nativos, e alguns mestiços – futuros generais da América espanhola independente – já haviam obtido postos nas fileiras reais (...). (DONGHI, 1975:, p.86-87)

Excluídos alguns distúrbios ou conflitos separatistas eu ocorriam em uma ou outra parte do imenso Império do Brasil, a manutenção da ordem e do território operou-se em meio a um tipo de centralismo aristocrático, latifundista e escravista, e muitas das lutas regionais observadas neste interim eram muito mais formas de acomodação das oligarquias locais no aparelho do Estado, do que movimentos que pretendiam promover *de fato* processos de secessão territoriais.

Como herdeiro direto de um império expansionista que havia se transferido momentaneamente para esta margem do Oceano, o Brasil passou a adotar uma postura abertamente imperialista e expansionista em relação aos seus novos vizinhos emancipados. De imediato, isso garantiu a onipresença do Império em todos os subsistemas sul-americanos, seja naqueles territórios ainda fragilmente conquistados – tais como o Norte (região amazônica) e Centro Oeste (Mato Grosso e Goiás) –, mas principalmente, no Prata, onde os constantes conflitos ali existentes ameaçavam não apenas a integridade territorial do Império, como suas próprias pretensões hegemônicas. Assim, o Império passou a se voltar de forma mais enfática para o Cone Sul, deixando as aparentemente desguarnecidas fronteiras da região amazônica relegadas a um segundo

plano.¹⁶⁵ Na avaliação de Demétrio Magnoli:

O sistema do Cone Sul exibia relações bilaterais do tipo equilíbrio de poder entre Brasil e Argentina, que disputavam o controle da área platina, e entre o Chile e a Argentina, em razão das orientações conflitantes de projeção das influências nacionais. A posição do Uruguai e do Paraguai sobre o eixo da rivalidade platina, transformou-os em focos de instabilidade sub-regional. (...) O espaço de relações da América do Sul ainda não adquirira os contornos de um subsistema mas, mesmo assim, o Brasil – que participava do sistema sub-regional do Cone Sul e mantinha uma vasta faixa de fronteiras com os Estados andino-amazônicos – passava a funcionar como dínamo integrador, forjando aos poucos interdependências em escala subcontinental. As relações brasileiras com os dois sistemas sul americanos organizavam-se sobre os eixos das bacias hidrográficas platina e amazônica. A política exterior bifronte do Império definiu-se, de maneira geral, pelas situações opostas que se apresentavam nas grandes bacias: na área platina, a foz oceânica encontrava-se sob controle do rival argentino e as faixas fronteiriças constituíam espaços de intenso contato demográfico; na área amazônica, a foz oceânica encontrava-se sob controle nacional e as faixas fronteiriças constituíam desertos demográficos. *Essas condições desiguais condicionaram a prioridade para a área platina da qual emanavam as percepções de insegurança e a tradição de rivalidade da época colonial.* (MAGNOLI, 1997, p. 135-136, grifos meus)

Assim, entre as décadas de 1820 a 1840, o governo Imperial instalado no Rio de Janeiro precisou envidar incontáveis esforços políticos, diplomáticos, econômicos e militares para sufocar rebeliões no sul farroupilha. Estando inserida numa região de secessão que envolvia pelo menos três países platinos (Uruguai, Argentina e Brasil), pode-se dizer que a Revolução Farroupilha (1835-38) foi quem provavelmente mais colocou em xeque a capacidade do Império Brasileiro em operar a complexa engrenagem política e diplomática, mais até do que a militar, para evitar que a secessão se consolidasse. Conforme análise de Francisco Doratioto:

Das revoltas provinciais, a que se apresentou talvez como o maior desafio ao Rio de Janeiro foi a da Farroupilha, no Rio Grande do Sul.

¹⁶⁵ Evidentemente, isso não significa que a preocupação militar do Império fosse menor em relação a essa região. Inclusive, a “adesão” das províncias do Grão-Pará ao processo de independência do Brasil de 1822 não foi tão tranquila e consensual assim, sendo necessário, em alguns casos, o uso da força militar e constantes intervenções políticas. De acordo com Wilverson R. Melo: “As medidas adotadas pela Revolução Liberal do Porto (1820) intervieram diretamente na estrutura de Governo da Coroa Portuguesa no Brasil, levando a um desgaste político que culminou com o episódio simbólico do ‘Grito do Ipiranga’ (1822) por D. Pedro IV, que em dezembro do mesmo ano foi coroado D. Pedro I. A partir daí, D. Pedro inicia um processo de unificação das Províncias do Estado do Brasil e posteriormente das Províncias do Estado do Norte (Grão-Pará e Maranhão), para isso contrata mercenários europeus, principalmente ingleses, para garantir a adesão das províncias à Independência do Brasil.” (MELO, 2015, p. 49)

Iniciada em 1835, em 1838 proclamou a República Rio Grandense, seguida da República Juliana, em Santa Catarina. A Farroupilha promoveu uma articulação com o exterior pela qual os rebeldes, fugindo ao bloqueio naval da costa gaúcha pela Marinha Imperial, utilizaram-se de Montevideu para suas exportações e para o recebimento de munições. Essa articulação foi possível porque no Prata existia uma polarização de forças em luta entre si. (DORATIOTO, 1991, p. 19)

Em outras palavras, a delicada situação que se vivia no sul do Brasil, dentro e fora das fronteiras brasileiras, deixava claro para as autoridades imperiais assentadas no Rio de Janeiro que as lutas que ali ocorriam eram bastante complexas e delicadas, dado o grau de polarização e o nível autonomista das disputas que ali ocorriam. A situação era de tal modo delicada que, já em 1813, a sublevação de José Gervásio de Artigas no Uruguai deu início a um tímido processo de secessão no Rio Grande do Sul.¹⁶⁶ Na ocasião, os uruguaios, aliados aos caudilhos das províncias do litoral argentino (Misiones, Corrientes e Entre Rios) quase chegaram a formar um terceiro Estado nacional entre Brasil e Argentina, e que fatalmente englobaria boa parte do território das Missões, sob domínio brasileiro. Embora a rebelião de Artigas tenha sido debelada numa ação conjunta entre o Império do Brasil e Buenos Aires (a quem tampouco interessava a secessão do Uruguai), este movimento acabaria dando origem ao Uruguai, na década seguinte.

Destas disputas travadas ao sul do Império, dentro e fora das fronteiras brasileiras, dependeu o avanço ou recuo das fronteiras nacionais, sejam as fronteiras externas (do Brasil em relação aos demais países platinos), sejam as fronteiras internas (disputas entre os Estados da federação). Tratou-se de um processo que, como analisaremos a seguir, se arrastou por todo o século XIX, adentrando o século XX em muitos casos.

2.1.3.2. Imperialismo brasileiro no Uruguai e a Guerra do Paraguai

Observamos anteriormente que desde 1828 o Império do Brasil desistira oficialmente de anexar o Uruguai ao seu território por razões políticas e militares. Apesar desse recuo no campo diplomático, o Império do Brasil continuaria a intervir militar, política e economicamente sobre a Banda Oriental, para assegurar os interesses cada vez mais crescentes de seus súditos, principalmente dos proprietários rurais (ganadeiros) do

¹⁶⁶ Referindo-se as lutas dirigidas pelo caudilho José Artigas na ex-província Cisplatina (atual Uruguai), L. A. Moniz Bandeira observa que: “A certa altura, ele incitou os gaúchos do Rio Grande de São Pedro e os escravos negros à revolta contra Portugal, numa tentativa de atraí-los para o seu lado, como já o fizera anteriormente com os indígenas, particularmente os guaranis das Missões, que formavam uma força especial do seu exército.” (MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 43).

Rio Grande do Sul. Mesmo o Império tendo sido derrotado no campo militar e diplomático no Uruguai, a presença maciça de brasileiros na banda oriental nas décadas seguintes operou como fator de óbice à consolidação da independência financeira e do próprio Estado naquele país. Isto porque, entre outras coisas, os súditos do Império representavam cerca 1/5 da população total do Uruguai (cerca de 40 mil brasileiros), e nessa condição, haviam criado praticamente um estado “à parte”, onde as leis vigentes no país eram solenemente ignoradas. Entre elas, as leis que proibiam a escravidão e o contrabando de gado. Conforme L. A. Moniz Bandeira,

Cerca de 40 mil brasileiros viviam, àquele tempo, no Uruguai, de cujo total da população, da ordem de 221 mil habitantes por volta de 1860, representavam quase 20%. Isto constituía, sem dúvida fator político e militar de considerável importância, sobretudo num país onde o Estado ainda não tinha o monopólio da violência e onde qualquer estancieiro, se reunisse algumas centenas de homens e os armasse com sabres, lanças e cavalos, estava em condições de pelo menos desafiar o governo. (MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 109)

Os estancieiros brasileiros possuíam as melhores terras de pastagens e a maior parte do gado do país. Criados e engordados no Uruguai, ou capturados nas famosas *arriadas* – incursões em campo aberto para o apresamento de bovinos em estado selvagem - o gado uruguaio era sistematicamente trazido de “contrabando” para serem abatidos, retalhados e salgados nas charqueadas do lado brasileiro. Uma vez preparados as peças de carne salgada, seguiam para as regiões escravistas do sudeste e norte do país, então as maiores consumidoras de carne salgada da América do Sul. Graças A esta operação, os pecuaristas sul rio-grandenses conseguiam colocar seu produto no mercado brasileiro com bem menos impostos do que a carne salgada que vinha da Argentina e, inclusive, do Uruguai (a carne que saía pelo porto de Montevidéu). Descrevendo o cenário agrário encontrado na faixa de fronteira entre o Uruguai e o Brasil no final da década de 1850, Moniz Bandeira dá a real dimensão do *imperialismo* brasileiro em relação ao Uruguai:

Eles [os brasileiros] ocupavam uma faixa extensa e fértil do Uruguai, ao longo da fronteira com o Brasil, onde mantinham campos de criação e engorda de gado. Desde o Chuy ao Cuareím, os departamentos pertenciam-lhes quase por inteiros e seus domínios, a estenderem-se por todo o norte do Rio Negro, alcançavam Salto, Tacuarembó e Durazno. Cerca de 428 estâncias, pertencentes a brasileiros, abrangiam a superfície de 1.782 léguas quadradas, o equivalente a 30% do território do Uruguai. (MONIZ BANDEIRA, 1998, p.75)

Em 1860, assume o poder em Montevidéu o partido *blanco*, na figura de Bernardo Berro (1803-1868). Os *blancos* representavam a vertente *federalista* na luta política interna que ocorria no Uruguai, e rivalizavam com os *colorados* – estes, de tendências liberais, e ainda apoiados pelos *unitários* de Buenos Aires. Os *blancos* possuíam uma tradição nacionalista e protecionista, assentado na tradição caudilha. O governo de Berro iniciou uma série de medidas em prol da reestruturação da economia de exportação e da indústria saladeiril¹⁶⁷ uruguaia. Tais medidas afetaram diretamente os interesses dos grandes estancieiros brasileiros assentados no país, e levou a um desgaste progressivo entre Montevidéu e o Rio de Janeiro. Essa situação culminaria com uma nova intervenção militar brasileira em Montevidéu, produzida em agosto de 1864, quando recém tomava posse o segundo mandatário *blanco*, Atanásio Aguirre (1801-1875). Este havia sucedido Bernardo Berro, e tentava dar continuidade as suas medidas protecionistas. De acordo com Moniz Bandeira:

Bernardo Berro (...) tomou uma série de medidas, visando abater a hegemonia do Brasil. Determinou que todos os peões, ao chegarem ao Uruguai, comparecessem perante as autoridades, com suas cartas de alforria, a fim de se informarem que lá não existia escravidão, e estabeleceu que seus contratos de trabalho não podiam exceder de seis anos. Além do mais, negou-se a renovar com o Brasil o Tratado de Comércio e Navegação que expirou em 12 de outubro de 1861 e, ao desembaraçarem-se-lhe as mãos, instituiu o imposto sobre as exportações de gado em pé para o Rio Grande do Sul. Tais disposições, *inter alia*, feriram os interesses dos estancieiros gaúchos, que utilizavam escravos como peões em suas propriedades, dos dois lados da fronteira, e cujas charqueadas consumiam 75% de reses criadas no Uruguai, contra apenas 25% no Brasil. (MONIZ BANDEIRA, 1998, p.109)

Estes episódio – a intervenção militar brasileira no Uruguai, ocorrida a partir de agosto de 1864 – é apontado como o estopim que levou o Paraguai a deflagrar a guerra contra o Brasil.¹⁶⁸ A ação militar seria finalmente iniciada em 27 de dezembro de 1864, quando os paraguaios atacaram a posição brasileira do *forte Coimbra*, situado na zona de

¹⁶⁷ Termo utilizado para referir-se à indústria (manufatura) de charque ou carne salgada.

¹⁶⁸ Na verdade, o início das hostilidades já haviam sido iniciadas ainda no mês de novembro de 1864, quando o governo paraguaio ordenou o aprisionamento do vapor brasileiro “Marques de Olinda”, bem como toda sua tripulação, incluindo o recém nomeado presidente da província de Mato Grosso, coronel Frederico Carneiro de Campos (1800-1867). Campos acabou morrendo na prisão, vítima da fome e maus tratos, meses antes das tropas brasileiras, sob o comando de Duque de Caxias, romperem o cerco à fortaleza de Humaitá, onde ele se encontrava preso.

litígio, às margens do rio Paraguai, no atual município de Corumbá, Mato Grosso do Sul.¹⁶⁹ Pouco antes do início das ações militares paraguaias, o presidente uruguaio Atanásio Aguirre havia solicitado a ajuda do presidente paraguaio Francisco Solano Lopez face a iminência da invasão brasileira em Montevideu. Essa invasão contou com a anuência da Argentina, então sob o comando de Bartolomé Mitre, *unitário*, que recém havia derrotado a *Confederação Argentina*¹⁷⁰ de Justo José de Urquiza, em 1861, e assim unificado o país em torno de Buenos Aires. Mitre ensaiava uma aproximação com o Império, e a intervenção no Uruguai com a consequente queda do governo *blanco*, além de tudo, poderia realizar (como realizou) o enfraquecimento das tendências *federalistas* que tanto incomodava aos *unitários* argentinos, por ser este um “foco perpétuo de resistência federalista para Buenos Aires e, portanto, como uma ameaça constante ao processo de tornar a Argentina uma verdadeira nação”. (BETHEL, 1995, p. 16).

Acossado pelo Império de um lado, e por outro vendo a Argentina apoiar, armar e incentivar a oposição armada do *colorado* Venâncio Flores,¹⁷¹ sobrava pouca esperança para Atanásio Aguirre. Seu pedido desesperado de auxílio foi bem recebido pelo governo de Asunción, que via nele a possibilidade de se credenciar como uma liderança política regional. Ainda em agosto de 1864, Lopez decidiu enviar um ultimato ao Império do Brasil, alertando que qualquer ação militar brasileira no Uruguai traria consequências

¹⁶⁹ A guarnição do forte Coimbra estava composta por cerca de 200 combatente. Na ocasião, as forças paraguaias de ataque contavam com um efetivo de cerca de 3.200 soldados, além de 11 navios de guerra. Entre eles, o próprio *Vapor Olinda*, apresado no mês anterior em Asunción, e a esta altura já adaptado e equipado para servir como arma de guerra à marinha paraguaia.

¹⁷⁰ Como trabalhado anteriormente, até o ano de 1861, coexistiram na Argentina dois entes federativos. De um lado, a *Confederação Argentina*, constituída por províncias independentes entre si, que não aceitavam a autoridade pretendida por Buenos Aires, a qual consideravam apenas mais uma província entre elas. De outro, as *Províncias Unidas do Rio da Prata*, sob direção dos portenhos, com a capital em Buenos Aires. Essa divisão refletia as disputas travadas desde as primeiras décadas do século XIX, mas durante o regime de Rosas, as províncias foram reunidas sob a perspectiva federativa, voltando a se separar após 1852, e assim permanecendo até 1861. Deste ano em diante, e já sob o comando de Bartolomé Mitre (1821-1906), Buenos Aires consegue derrotar o caudilho e presidente da *Confederação Argentina*, Justo José Urquiza, unificando o país. Este fato, por assim dizer, marca o nascimento da *República Argentina* tal como conhecemos hoje. (OLIVEIRA, 2011, p.01).

¹⁷¹ Venâncio Flores (1808-1868) liderava uma guerrilha que tentava derrubar o governo *blanco* do poder em Montevideu. Era líder da facção *colorada*, de inspiração liberal, e, nessa condição, tinha apoio dos unitários de Buenos Aires. Flores havia sido presidente provisório entre 1853-1855, mas renunciou ao cargo em razão dos conflitos políticos vividos no Uruguai no período, e acabou se exilando na Argentina. Retornou ao Uruguai em abril de 1863 para lutar contra os *blancos*, apoiado e armado por Buenos Aires. Conseguindo alcançar seu intento no início de 1865, foi novamente empossado no cargo presidencial, realizando um governo pró-Brasil e pró-Buenos Aires. Flores assinou com esses dois o Tratado secreto da *Tríplice Aliança* em maio de 1865, levando o seu país à guerra contra o Paraguai. Acabou assassinado em Montevideu em 19 de fevereiro de 1868, apenas 4 dias após ter completado seu mandato presidencial, e antes de ver concluída a guerra contra o Paraguai.

graves.¹⁷² Ao que tudo indica, o governo brasileiro não levou à sério a ameaça paraguaia, interpretando “como mera bravata, as declarações de Solano López, de apoio ao governo blanco” (DORATIOTO, 2012, p. 23). A ação militar brasileira no Uruguai teve início em setembro de 1864, culminando com a queda de Atanásio Aguirre meses depois. Em dezembro desse mesmo ano, o Paraguai declarava oficialmente guerra ao Brasil.

2.1.4. Nas entrelinhas da geopolítica platina

Como se depreende do processo descrito acima, ao que tudo indica, o presidente paraguaio Francisco Solano Lopez desejou estabelecer uma aliança política e militar com as facções federalistas do Uruguai e Argentina. Procurado para realizar tal intento ainda em 1862, vacilara na avaliação de entrar em acordo com Urquiza, por temer possíveis retaliações de Buenos Aires. Contudo, ao perceber a aproximação entre Rio de Janeiro e Buenos Aires no tocante a questão uruguaia, Lopez pareceu temer se tornar a próxima vítima do expansionismo brasileiro e/ou argentino, e optou pela guerra.

Essa explicação – a invasão do Uruguai como fator de alerta sobre o expansionismo brasileiro e argentino – durante muito tempo foi utilizado como argumento para aqueles que tentaram justificar ação militar empreendida pelo Paraguai simultaneamente contra Brasil e Argentina,¹⁷³ e que o tempo mostraria ter sido desastrosa. Porém, mais do que qualquer rasgo de grandiloquência ou prepotência pessoal de Francisco Solano Lopez (conforme apontado por BORIS, CANGOGNI, 1975; e DORATIOTO, 1991), ou ocasionado pelo desespero do mandatário paraguaio receoso em ver seu país ser “engolido” pelo imperialismo do Brasil e/ou da Argentina (MONIZ BANDEIRA, 1998); ou ainda como vítima dos lacaios a serviço do capital inglês (POMER, 1968; GALEANO, 1975; e CHIAVENATO, 1979), o fato é que a guerra, iniciada pelo Paraguai também foi vista por Solano Lopez como uma oportunidade desse caudilho em se constituir como uma nova liderança no interior do Prata. Isto, após

¹⁷² Informa Moniz Bandeira que “José Berges [Ministro das relações exteriores do Paraguai] passou então a nota de 30 de agosto a Viana de Lima [diplomata brasileiro], advertindo de que o Paraguai consideraria a ocupação de qualquer parte do território do Uruguai atentatória ao equilíbrio dos Estados do Rio da Prata (...)” (MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 122)

¹⁷³ No início de março de 1865, o presidente paraguaio Francisco Solano Lopes pediu permissão ao presidente argentino, Bartolomé Mitre, para atravessar o território argentino, através da província de Corrientes, de onde pretendia alcançar e atacar o território do Rio Grande do Sul (Brasil), e dali, chegar também ao Uruguai. Mitre, negou o pedido, e em 18 de março, Solano Lopez, ignorando a proibição, entrou em Corrientes e declarou guerra também a Argentina. Pouco mais de um mês depois, em 1º de maio de 1865, Brasil e Argentina, além do Uruguai, assinariam o Tratado da *Triplíce Aliança*, no qual, entre outras coisas, condicionavam o final da guerra à destituição de Solano Lopez.

Urquiza ter desistido de seguir enfrentando Buenos Aires, e os *blancos* uruguaios clamarem por sua sobrevivência política. Assim, nos anos que antecederam a guerra, Lopez trabalhou nos bastidores para se aproximar de outros líderes caudilhos regionais, ao passo que também parecia superestimar seu poderio militar – que, sob alguns aspectos, era de fato bem superior aos seus vizinhos, com exceção da Marinha, cuja hegemonia do Império do Brasil era inquestionável, dadas as próprias características litorâneas da sociedade brasileira.

O presidente paraguaio também jogava com as forças e circunstâncias políticas historicamente colocadas à mesa no tabuleiro da geopolítica platina. Ao declarar guerra à Argentina (na verdade, Buenos Aires) e invadir o território argentino através de Corrientes, Lopez provavelmente apostava na irreconciliável luta historicamente travada entre os caudilhos *federalistas* e os *unitários* de Buenos Aires. Para ele, a adesão de Urquiza - o poderoso caudilho da província de Entre Rios - à sua guerra contra Buenos Aires, seria um fato natural. Ao sair em socorro dos *blancos* no Uruguai, conseguiria franquear para si o porto de Montevideú, a tal “saída para o mar” que os paraguaios tanto ansiavam. Por fim, ao invadir o território do Rio Grande do Sul (por onde pretendia chegar até o Uruguai) Lopez parece ter apostado na histórica tradição separatista do sul do Brasil, sempre sensível aos conflitos que historicamente tiveram lugar nessa região. Como se depreende, sua leitura não era de todo errada, mas esbarrava em sua própria pretensão em se credenciar como o grande articulador político e militar dos chefes *caudilhos* platinos, sem que tivesse experiência ou lastro político (e mesmo militar) necessário para se credenciar a tal tarefa. Na avaliação de Moniz Bandeira,

Lopez preparava-se, obviamente, para intervir na questão do Uruguai e instalar o confronto com o Brasil. Apenas buscava o pretexto e o modo pelo qual poderia inserir-se nos acontecimentos. Já pleiteara, em 1863, que o Uruguai lhe desse, “nas questões internacionais, a parte mais honrosa e respeitável em relação aos demais governos” e escrevera a Mitre, admoestando-o por causa do apoio de Buenos Aires à sublevação de Flores. E como a indicação de seu nome para a arbitragem das pendências entre o Uruguai e a Argentina malograra, Lopez, onze dias depois de manifestar a [Felix] Egusquiza¹⁷⁴ seu intuito de “tirar o véu da política sombria e encapotada do Brasil”, ofereceu seus bons ofícios ao governo imperial. Comprometido, como estava, com o governo *blanco*, nenhum país, de certo, aceitaria sua mediação e o Brasil, cujo objetivo, além do mais, era realmente intervir na guerra civil, não a admitiu. (...) Lopez estava turvado pela ideia de fazer-se ouvir e cria que somente pelo feito das armas (...) o Paraguai poderia obter “o respeito e a atenção”, que (ele julgava) o mundo lhe devia. E compelir

¹⁷⁴ Encarregado de negócios do Paraguai, em Buenos Aires.

os outros países a trata-lo com “mais consideração”. O Paraguai, efetivamente, não possuía o potencial de pressão diplomática que pudesse influir sobre a ação dos demais Estados da Bacia do Prata e alcançar parte dos resultados de uma guerra vitoriosa, sem a necessidade de combater. (MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 122-123)

Somado a isto, a leitura equivocada do mandatário paraguaio sobre a mudança na correlação de forças no Prata, cuja desistência de Urquiza em enfrentar Buenos Aires na batalha de Pavón (1861) já era um claro indicativo da vitória do projeto *unitário* sobre o *federalismo* que Lopez pretendia oxigenar desde Asunción. No final, o apoio natural de Urquiza, “o mais poderoso questionador das características centralizadoras assumidas pelo Estado argentino” (DORATIOTO, 2012, p. 22), não veio. Pior do que isto: o caudilho entrerriano fez jogo duplo, assinalando apoio aos paraguaios num primeiro momento, negociando a venda de equipamentos e auxílio estratégico (soldados, cavalos, tropas, mantimentos) que jamais chegariam ao exército paraguaio. Paralelamente, Urquiza acabaria se aliando a Buenos Aires e ao Império do Brasil, esperando lucrar com os dois lados contenciosos. De acordo com Moniz Bandeira:

Como se infere das instruções que passara a José Lopez [Solano Lopez] se aprestava, igualmente, para arrostar a Argentina, ao mesmo tempo em que o Império do Brasil, e já em outubro de 1864, oferecera apoio militar a Urquiza, em quaisquer circunstâncias em que ele se insurgisse contra o governo de Buenos Aires, fosse apenas com Entre Rio e Corrientes, ou fosse com todas as outras províncias, que antes integraram a confederação. López, entretanto, não tinha meios sequer para mandar quatro mil homens a Montevideu, não possuía recursos financeiros para emprestar ao aliado, não contava com força naval capaz de desobstruir o Rio da Prata, artéria vital, que o Império do Brasil infalivelmente bloquearia de maneira a sufocar o Paraguai na mesopotâmia, não recebera ainda todo o material bélico encomendado à Europa e, mesmo assim, ia arrojá-lo à guerra, cujo fim não podia prever e para cujo êxito o governo [uruguaio] *blanco*, esbarrondando-se, não podia contribuir. Confiou, naturalmente, na dissidência de Urquiza e imaginou que somente lhe bastaria um exército numeroso, da ordem de 65 mil homens, com 600 peças de artilharia e 17 navios de guerra, para desdobrar e modificar, por meio da guerra, as relações políticas entre o Paraguai e o Império do Brasil, numa tentativa de preservar ou estabelecer um equilíbrio, que, em verdade, não existia nem poderia existir, àquela época, entre os Estados da Bacia do Prata. (MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 124).

Por fim, como se pode aferir do lúcido balanço feito por Francisco Doratioto:

A Guerra do Paraguai foi fruto das contradições platinas tendo como

razão última a consolidação dos Estados nacionais na região. Essas contradições se cristalizaram em torno da Guerra Civil uruguaia, iniciada com o apoio do governo argentino aos sublevados, na qual o Brasil interveio e o Paraguai também. Contudo, isso não significa que o conflito fosse a única saída para o difícil quadro regional. A guerra era umas das opções possíveis, que acabou por se concretizar, uma vez que interessava a todos os Estados envolvidos. Seus governantes, tendo por bases informações parciais ou falsas do contexto platino e do inimigo em potencial, anteviram um conflito rápido, no qual seus objetivos seriam alcançados com o menor custo possível. Aqui não há ‘bandidos’ ou ‘mocinhos’, como quer o revisionismo infantil, mas sim interesses. A guerra era vista por diferentes ópticas: para Solano López era a oportunidade de colocar seu país como potência regional e ter acesso ao mar pelo porto de Montevideu, graças a aliança com os blancos uruguaios e os federalistas argentinos, representados por Urquiza; para Bartolomeu Mitre era a forma de consolidar o Estado centralizado argentino, eliminando os apoios externos aos federalistas, proporcionado pelos blancos e por Solano López; para os blancos, o apoio militar paraguaio contra argentinos e brasileiros viabilizaria impedir que seus dois vizinhos continuassem a intervir no Uruguai; para o Império, a guerra contra o Paraguai não era esperada, nem desejada, mas, iniciada, pensou-se que a vitória brasileira seria rápida e poria fim ao litígio fronteiriço entre os dois países e às ameaças à livre navegação, e permitira depor Solano López. (...) Dos erros de análise dos homens de Estado envolvidos nesses acontecimentos, o que maior consequência teve foi o de Solano López, pois seu país viu-se arrasado materialmente no final da guerra. (DORATIOTO, 2002, p. 95-96).

No final – e deste ponto partiremos para empreender nossa análise -, a guerra do Paraguai teve ainda o efeito de redefinir o equilíbrio de poder no Prata, fazendo emergir Brasil e Argentina como duas potências sub-regionais, e reduzindo o Paraguai a um mero joguete da política imperialista do Rio de Janeiro e Buenos Aires. Com efeito, uma situação no mínimo curiosa, para não dizer aberrante, ocorria em Asunción apenas dois anos depois de silenciarem os últimos fuzis e baionetas no front de batalha:

... ao contrário do que estabelecia o Tratado da Tríplice Aliança [especificamente no tocante entre Brasil e Argentina], isto é, que os Aliados negociassem junto a paz com o governo guarani, esta foi assinada em separado, em 1872, pelos governos brasileiro e paraguaio, apesar dos protestos de Buenos Aires. Entre este ano e 1875 o vencedor [Brasil] aliou-se com o vencido, contra o antigo aliado [Argentina], tendo o Rio de Janeiro estimulado e apoiado o Paraguai a resistir às pretensões argentinas sobre o Chaco.¹⁷⁵ (DORATIOTO, 2012, p. 24)

¹⁷⁵ A Argentina disputava com o Paraguai parte do Chaco Austral. Após o final da guerra, os argentinos pretendiam se apoderar de todo o território do Chaco, além do território reivindicado. Em 1878, o presidente dos EUA, Rutherford Birchard Hayes (1877-1881), chamado a arbitrar o novo litígio, deu ganho de causa ao Paraguai.

Nas palavras do historiador Carlos Guilherme Mota:

Importa pois situar a guerra em seu quadro próprio e num longo processo histórico de definições e redefinições da geografia política e econômica sul-americana. Está-se então em face de uma somatória de interesses novos, nascidos após o período de consolidação das Independências com relação às metrópoles ibéricas dos anos 1820. Inúmeras questões de fronteira, problemas de navegação nos dois grandes rios da região (Paraná e Paraguai), abertura ao comércio exterior, migrações, caudilhismo e coronelismo, regimes escravagistas (aberto no Brasil; semi-escravagista nos outros países), confrontos étnicos e culturais, tudo se misturava nesse meado de século, naquela região. Do ponto de vista (por assim dizer) do Paraguai, o choque agravava-se pela crença generalizada de que as nações vizinhas seriam responsáveis pela estagnação do país, condenado a viver dentro de fronteiras mal delimitadas, sem saída para o mar (um problema, aliás, atual, também para a Bolívia). Não é de se estranhar nessa perspectiva que as lutas na região do Prata tenham sido contínuas durante o século XIX. Vale lembrar que, já em 1825, o Brasil entrara em guerra com a Argentina pela questão da Banda Oriental (região aproximadamente correspondente ao atual Uruguai). (MOTA, 1995, p. 249)

Ou ainda, como salientou o historiador britânico Leslie Bethell:

Mas, qualquer que tenha sido o pensamento inspirador das ações, qualquer que tenha sido a sua motivação, a decisão de López de declarar guerra primeiro ao Brasil e depois à Argentina, e de invadir os territórios dos dois países, constituiu um erro gravíssimo de cálculo, erro que traria consequências trágicas para o povo paraguaio. Na pior das hipóteses, López lançou-se em um jogo arriscado – e perdeu. Ele superestimou o poder econômico e militar do Paraguai. Ele subestimou o potencial (sem considerar o efetivamente existente) do poder militar brasileiro – e a disposição para a luta do Brasil. Enganou-se ao imaginar que a Argentina ficaria neutra numa guerra entre Paraguai e Brasil. (BETHELL, 1995, p. 15)

À guisa de conclusão, Francisco Doratioto recoloca os termos do problema a partir das questões que já enunciamos aqui: a centralidade da formação dos Estados nacionais na região do Prata como fator de instabilidade, conflito e produções identitárias.

As relações entre o Império do Brasil e o Paraguai não podem, portanto, ser entendidas exclusivamente sob sua dimensão bilateral. Suas características estavam profundamente vinculadas ao processo de construção dos Estados Nacionais no Rio da Prata. (...) A política platina do Império buscou consolidar, como espaço nacional brasileiro, o território ocupado pelo expansionismo colonial português nessa área, tratando ainda de impedir que o espaço do antigo Vice-Reino do Rio da Prata se constituísse em único Estado. Para tanto, o Império do Brasil buscou ser hegemônico no Prata, disputando com Buenos Aires tal

condição, quer de forma impositiva, para obter a consolidação do espaço nacional brasileiro, quer de forma preventiva, com a finalidade de garantir a independência do Paraguai e Uruguai. (DORATIOTO, 2012, p. 26)

Na sequência deste texto, veremos como este processo de disputa identitária, territorial e hegemônica vivida entre Brasil, Argentina e Paraguai no pós-guerra, acabou produzindo reflexos e dinâmicas próprias no interior da fronteira platina na região do Alto Paraná, nas barrancas dos rios Iguaçu e Paraná, onde se configurou também a tríplice fronteira, tema do nosso estudo.

2.2. À guisa de conclusão: a problemática das fronteiras nas barrancas do rio Paraná

Embora tenha ocorrido longe da linha de fronteira que estamos estudando aqui, e por questões que não correspondiam diretamente aos limites traçados na atual tríplice fronteira (como já analisou Micael Alvino da Silva, no capítulo 1), a Guerra do Paraguai entre 1864 a 1870 irá colocar na pauta das autoridades brasileiras o problema da vulnerabilidade de suas fronteiras no interior do Prata, especialmente aquelas próximas a Argentina. Provavelmente, o principal fator complicador para a geopolítica brasileira residia no fato de que o acesso a esta região estava totalmente nas mãos dos argentinos. Apesar disso, ocupar as linhas de fronteira na confluência dos rios Paraná e Iguaçu parecia um problema menor para o Império do Brasil, e durante a segunda metade do século XIX, pouca coisa foi feita para alterar este panorama.

Como vimos até o momento, a questão das fronteiras sempre foi um fator de instabilidade na região do Prata ao longo de todo o século XIX. O conflito com o Paraguai (Guerra da Tríplice Aliança) equacionou em boa parte a maioria das questões que ainda restavam pendentes, mas também teve o efeito de fortalecer as pretensões expansionistas da Argentina, que já ao final da década de 1870, lançava-se à *Conquista del Desierto* por um lado (expansão interna), e a dilatação e/ou consolidação de suas fronteiras mais setentrionais, especialmente na divisa com o Brasil. Assim, após assinar os tratados de limites com o Paraguai (1876), a Argentina passou a fazer uma nova interpretação acerca do Tratado de Santo Idelfonso, relativo ao território das Missões. Através dessa nova interpretação, os argentinos reivindicavam uma parte significativa do atual território do Estado de Santa Catarina e Paraná, num litígio que ficaria conhecida como “Questão de

Palmas” ou “Questão das Missões”.¹⁷⁶

Em 1895, os EUA arbitraram essa demanda, dando ganho de causa ao Brasil.¹⁷⁷ Porém, ao irromper a Guerra do Contestado – conflito bélico entre Paraná e Santa Catarina, ocorrido entre 1912 a 1916, por disputas entre as divisas territoriais entre os dois estados - a Argentina tentou novamente, sem resultados, aproveitar a situação de conflito para reverter a decisão de 1895. (POYER, 2015:, p.1-2) (Ver: Mapa 6).

De qualquer modo, o fato é que mesmo tendo resolvidas as questões de limites territoriais com os argentinos, ainda no início do século XX se faziam presentes desconfianças sobre a posse efetiva brasileira, e temores sobre o apetite argentino nas regiões ricas em erva mate e madeira, nas fronteiras mais avançadas do interior do Prata. O grande problema, sob o ponto de vista de autoridades, políticos, intelectuais e viajantes brasileiros, estava justamente no fato das dificuldades enfrentadas pelo Estado brasileiro em se fazer presente nesta região da tríplice fronteira.

Para o historiador Ruy Wachowicz, a problemática situação das fronteiras com relação a Argentina obrigava os governos federal, e do próprio Paraná, a buscar se fazer presente de alguma maneira nesta região contestada. O problema residia não apenas nas dificuldades em acessar o território, como pelo próprio custo econômico dessa operação:

Esforços humanos inauditos e somas ponderáveis do erário paranaense e imperial foram gastos em troca de bem pouca coisa: fundação da Colônia Militar do Jataí. Por outro lado, a partir de 1881 a República Argentina apresentou oficialmente uma nova interpretação do Tratado de Santo Ildefonso. Para os argentinos, a fronteira Brasil e Argentina entre os rios Iguaçu e Uruguai corria pelos rios que os brasileiros chamavam de Chapecó e Chopim. O primeiro, afluente do Uruguai, e o segundo do Iguaçu. (WACHOWICZ, 1987, p. 14)

¹⁷⁶ De acordo com a historiadora Liliane Freitag, em seu estudo de doutorado, “O Tratado de 1777 estabelecia que a fronteira internacional corresse pelos rios denominados Peperi-Guaçu e Santo Antônio. Entretanto, as comissões demarcadoras criadas por Portugal e Espanha não definiram com exatidão, quais os rios que recebiam tais denominações, muito embora, contassem de mapeamentos já estabelecidos. A indefinição ou imprecisão com que ambos Tratados definiram os rios Iguaçu e Uruguai como referenciais entre fronteiras, tornou mais uma vez este espaço meridional objeto de disputa entre as metrópoles coloniais e posteriormente entre o Brasil e a Argentina independentes. Os governos brasileiro e argentino, por sua vez, só se voltam para essa problemática após o término de Guerra do Paraguai (1864-1869). No ano de 1881, o Governo argentino definia a sua interpretação do Tratado de 1777. Ano em que, a fim de conservar o referido território já ocupado por brasileiros, a Argentina eleva a região (entre os rios Paraná, Uruguai e Iguaçu) à categoria de *Gobernación de Misiones*.” (FREITAG, 2007, p.38-39)

¹⁷⁷ De acordo com FAGNANI e MACHADO, “Com os mapas originais do Tratado de Madri e de Santo Ildefonso em mãos, o Barão do Rio Branco apresentou os argumentos finais para o Brasil ao árbitro estrangeiro, Presidente dos Estados Unidos da América – Grover Stephen Cleveland -, que fora escolhido pelos litigantes para resolver a questão. Em 06 de fevereiro de 1895, o Presidente Cleveland apresentou a sentença do arbitramento e deu GANHOS DE CAUSA AO BRASIL.” (FAGNANI, MACHADO, 2014, p.14)

MAPA 6. Territórios disputados entre Paraná e Santa Catarina através da Guerra do Contestado



FONTE: Site do Senado Federal

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/01/ha-100-anos-o-fim-da-sangrenta-guerra-do-contestado>

Acessado em 10/12/2017.

Entre os “esforços humanos inauditos” que corroeram “somas ponderáveis do erário paranaense e imperial”, pode-se destacar a tentativa de abertura e posterior manutenção, a partir de 1848, de uma estrada que, saindo de Guarapuava, deveria alcançar o rio Paraná. Essa expedição militar foi chefiada pelo major Henrique de Beaurepaire Rohan, e apesar do esforço hercúleo para realizar tal empreitada, a estrada acabaria abandonada nas décadas seguintes. Num livro comemorativo ao centenário de Foz do Iguaçu (1914), os autores José Paulo Fagnani e Heriberto Machado narraram o seguinte:

Em fins de 1846, o Marechal de Campo Manoel da Fonseca Lima e Silva, Presidente da Província de São Paulo,¹⁷⁸ em razão da decadência e dos conflitos existentes entre índios e posseiros do aldeamento de Guarapuava, solicitou ao Ministro dos Negócios do Império, Joaquim Marcellino de Brito, medidas para a abertura de novos caminhos rumo à fronteira Oeste da 5ª Comarca (Paraná).

Henrique de Beaurepaire Rohan, Major imperial do Corpo de Engenheiros foi incumbido da missão. A estrada, partindo de Guarapuava, deveria atingir a margem esquerda do rio Paraná. Também deveria verificar se o rio Iguassú era navegável até a foz com o rio Paraná.

Em maio e 1848 iniciaram a picada. 52 (cinquenta e duas) léguas foram construídas para se chegar ao rio Paraná. Por falta de manutenção e pelos frequentes ataques dos índios aos brancos, a picada foi sendo abandonada, e o mato tomou conta novamente, em quase toda a sua extensão. (FAGNANI, MACHADO, 2014, p. 20)

Este intento buscado precocemente pelo Estado brasileiro no sentido de romper o isolamento da região oeste do Paraná, ainda em fins da década de 1840, também foi analisado por Myskiw (2009). Em sua avaliação:

Ao contrário do que a historiografia regional tem enfatizado, a abertura de uma picada pelo Capitão José Joaquim Firmino em 1888 não era a primeira tentativa de ocupação e colonização dos limites territoriais do Brasil com as Repúblicas do Paraguai e Argentina. As primeiras ações nesse sentido remetem ao final da quarta década do século XIX, quando uma equipe de militares inicialmente chefiada pelo major Henrique de Beaurepaire Rohan abriu uma picada ligando Guarapuava ao rio Paraná. Era uma estratégia utilizada pelos militares visando incentivar os fazendeiros guarapuavanos a ocuparem novas áreas de terras e, ao mesmo tempo, inibir a ação belicosa dos índios guaranis na orla dos campos de Guarapuava. Tal iniciativa culminou no avanço da fronteira a aproximadamente 20 léguas rumo a Oeste de Guarapuava em duas décadas, ora via ação dos fazendeiros, ora via ação de degredados. A picada aberta em 1848/1849 foi abandonada para além dos campos do Chagú (hoje Nova Laranjeiras). (MYSKIW, 2009, p. 24-25)

A preocupação geopolítica do governo brasileiro não era sem razão. Do outro lado da fronteira, e justamente nos arredores da região contestada, os argentinos não apenas reivindicavam nos tribunais a posse de terras a oeste de Paraná e Santa Catarina, como ainda promoviam uma ocupação e exploração *não-oficial* desses territórios, extraindo, sem autorização do governo brasileiro, recursos como madeira e erva-mate. O problema aqui é que a Argentina parecia ter a intenção de fazer uso de um expediente diplomático

¹⁷⁸ Até 1853, o Paraná pertencia à Província de São Paulo, ano em que foi emancipado.

bastante utilizado durante a expansão colonial portuguesa, e depois de 1822, também pelo Império do Brasil. Tratava-se doutrina do *uti possidetis*, ou “Direito de Posse”,¹⁷⁹ cuja penetração lusitana para além das fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas (1494) acabou se transformando em argumentos para demandas territoriais frente à Espanha em 1777. Esta atitude seria repetida pelo próprio Império brasileiro, quando da questão sobre o litígio com o Paraguai, o que levaria os dois países à guerra, em 1864.

Num contexto de isolamento populacional, político e militar das fronteiras platinas brasileiras, a penetração indiscriminada e desregulamentada de argentinos se apresentava como um risco, ainda mais tendo em vista que a Argentina parecia fazer uso da mesma estratégia que o Brasil já utilizara em relação ao Paraguai antes da guerra de 1864. Na ocasião, a chancelaria imperial brasileira postergou ao máximo a demarcação dos limites entre os dois países, enquanto colonos brasileiros penetravam e ocupavam o território em litígio.¹⁸⁰ O temor era que a não-demarcação das linhas de fronteira, aliada a uma ocupação silenciosa de argentinos (de que, como veremos, o Rio de Janeiro já vinha tomando conhecimento), pudesse servir de subsídio, mais tarde, para novos reclames

¹⁷⁹ Originado do direito privado romano, o lema *uti possidetis, ita possideatis* (“quem possui de fato, deve possuir de direito”) esteve na base do Tratado de Madri (1750), quando a Espanha reconheceu o direito de posse dos portugueses sobre territórios originalmente pertencentes a Espanha através do Tratado de Tordesilhas (1494). Na prática, essa doutrina reconhece a posse efetiva daquele Estado que, mesmo não possuindo “de direito” o controle sobre um determinado território, já possui o controle militar e realiza o povoamento da região em litígio. Entre outros motivos, a guerra entre o Império do Brasil e o Paraguai teve início porque o Brasil protelou ao máximo a assinatura definitiva de tratados fronteiriços com o Paraguai, no atual estado de Mato Grosso do Sul. Na época, pecuaristas e colonos brasileiros promoviam a penetração nos territórios que o Paraguai reivindicava, baseado nas linhas definidas pelos Tratados de Madri (1750) e de Santo Idelfonso (1777). (DORATIOTO, 1991, p. 36-37).

¹⁸⁰ E as suspeitas brasileiras não eram de todo infundadas. A historiadora Vera Lúcia Fregonese Barros, em sua Dissertação de Mestrado (1980) descreve a morosidade e dubiedade com que a Argentina vinha tratando a questão dos limite nessa região desde a década de 1850. De acordo com essa autora: “Em 1857, reuniram-se representantes diplomáticos, dos dois países, por iniciativa do Brasil, na cidade do Paraná – capital de Entre Rios e na época considerada a capital provisória da Confederação da Argentina. Os representantes brasileiros – sustentavam que a linha divisória deveria ser aquela assinalada pelos tratados, isto é, formada pelos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio. Na ocasião, os representantes argentinos concordaram com a posição brasileira, e elaborou-se um documento conjunto, que obteve aprovação unânime. No dia 26 de setembro de 1859, esse documento foi levado à consideração do poder legislativo argentino, recebendo aprovação. Porém o poder executivo, a quem caberia a resolução final, resolveu adiar a comunicação oficial ao governo brasileiro por um determinado prazo. Como o prazo marcado para essa comunicação expirou, sem que a República Argentina apresentasse a sua resolução, o assunto foi relegado a segundo plano e permaneceu arquivado por algum tempo (...) Em 1880, o Ministério da Guerra do Brasil, procurou tomar as providências necessárias para tornar efetiva o criação das colônias militares do Chapecó e do Chopim, cujo decreto de criação datava de 1859. E para esse fim, enviou dois destacamentos militares para instalar-se na região. O ministro argentino no Rio de Janeiro, Dr. Luis Dominguez, tomando conhecimento desse fato, e acreditando que as colônias seriam estabelecidas na região oeste daqueles rios, fez verbalmente algumas observações ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, Conselheiro Pereira de Souza. *A este incidente, ocorrido no mês de março, revelou que a posição defendida pela Argentina, sofrera modificações. Este país manifestava dúvidas não somente a respeito da exata posição dos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antonio. Pela primeira vez, considerava litigioso o território a leste destes rios.*” (BARROS, 1980, p. 61-62, grifos meus)

territoriais. Então o Império decidiu agir.

Mesmo empregando poucos recursos financeiros e, especialmente, humanos, o Império buscou dar prioridade à presença militar no território requerido pelos argentinos, dando origem, a partir de 1882, às Colônias Militares de Chopim¹⁸¹ e Chapecó.¹⁸² Ao contrário do que se esperava, a mesma celeridade não foi demonstrada quanto a ocupação do extremo-oeste paranaense, já que, para os burocratas do Rio de Janeiro, aparentemente, as imposições do meio natural dessa região eram, por si só, uma barreira contra as pretensões expansionistas argentinas.¹⁸³ O problema do Contestado com a Argentina tornava prioritário a solução militar em Chopim e Chapecó, e neste sentido, a questão do extremo-oeste paranaense teria de esperar. (WACHOWICZ, 1987, p. 15).

Assim, o isolamento da tríplice fronteira, objeto do nosso estudo, em relação ao restante do Brasil seria um problema a ser resolvido a médio prazo. Isto porque, diferentemente daquilo que ocorria na região contestada pela Argentina, na região da foz do rio Iguaçu já haviam sido assinados alguns acordos de navegação (firmados ainda antes da guerra com o Paraguai), que, se por um lado deixaram o acesso a este território nas

¹⁸¹ Situada na região paranaense conhecida como Campos de Palmas, a Colônia Militar de Chopim atualmente constitui o município de Chopinzinho. Fundada em 27 de dezembro de 1882, tinha dois objetivos principais: defender a população local (colonos) do ataque de grupos indígenas; e guarnecer as fronteiras internacionais – leia-se: proteger-se da Argentina, que era quem reivindicava essas terras. Apesar desses objetivos se fazerem presentes no decreto de fundação das colônias de Chapecó e Chopim (Decreto 2.502, de 16 de novembro de 1859), na prática, tratava-se mais de um ato formal de ocupação “oficial” do território por parte do Estado brasileiro, do que uma medida que tivesse qualquer efeito prático ou efetivo de fato: “Em relação à defesa da fronteira com a Argentina, este estabelecimento não apresentava condições de enfrentar um ataque desses vizinhos. A colônia manteve, praticamente em todo o período, um quadro militar reduzido, possuindo diminuta carga de munição e, poucas armas de guerra, insuficientes para rechaçar um ataque inimigo. E dificilmente poderia proteger a população localizada proximamente, como na vila de Mangueirinha, ou na cidade de Palmas, de um eventual ataque argentino ou mesmo de indígenas da região. As distâncias e as dificuldades de comunicação entre a colônia e estes lugares dificultavam a prestação do auxílio necessário, conforme depreende-se da leitura de vários relatórios deixados pelos diretores.” (BARROS, 1980, p. 73-74).

¹⁸² Fundada em 14 e março de 1882 nas proximidades do rio Chapecó, à época, território pertencente ao Estado do Paraná. Apesar do nome, na atualidade, a Colônia Militar situa-se no município catarinense de Xanxerê, o que faz com que ela seja conhecida também como Colônia Militar de Xanxerê. Com área inicial de 48 léguas, foram instaladas inicialmente 40 famílias, a maioria, de moradores (famílias caboclas) da própria região. Informações obtidas em: http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=1000&muda_idioma=PT, acessado em 03/12/2017. Vera Lúcia Fregonese Barros também lembra que a atual cidade de Chapecó, em Santa Catarina, não guarda qualquer relação com a antiga colônia. (BARROS, 1980, p.77).

¹⁸³ Entre os acidentes geográficos que tornavam bastante limitada a navegação acima da Foz do rio Iguaçu, estava de um lado, os fabulosos saltos das Cataratas do rio Iguaçu, situados no leito do rio Iguaçu, a apenas 20 quilômetros do ponto onde ele deságua no rio Paraná. E no leito do rio Paraná, existiam ainda os também impressionantes saltos de Sete Quedas, situados aproximadamente 200 kms acima da foz do rio Iguaçu. Apesar da distância, a força da correnteza gerada pelos saltos, e o leito pedregoso do rio paraná abaixo de Sete Quedas limitava o trecho navegável do rio Paraná nesse trecho, limitado a no máximo 100 quilômetros além da foz do rio Iguaçu para grandes e mdias embarcações. Em 1982, em razão da formação do lago de Itaipu, Sete Quedas acabou alagada.

mãos exclusivas dos argentinos, por outro - e para efeito de posterior litígio - os argentinos já reconheciam a posse brasileira sobre as margens esquerdas dos rios Iguaçu e Paraná.

Em que pese a ausência do Estado brasileiro nesta região de tríplice fronteira, e da predominância de argentinos e paraguaios em razão dos fatores acima elencados, estruturaram-se, entre os burocratas, militares, viajantes e intelectuais de Curitiba e do Rio de Janeiro, discursos que insistiam na ideia de que, naquelas barrancas, ocorria um processo predatório encetado pela perigosa presença estrangeira de paraguaios e argentinos (tratados nestes discursos como “invasores”), ao passo que – insistia-se também nesta ideia – a região viveria um “vazio demográfico”. Essa última ideia, bastante presente nos escritos historiográficos produzidos sobre o oeste paranaense deste período, desconsiderava assim a sociedade platina que ali já se estruturava, e ignorava ainda a própria existência de sociedades indígenas nesta região. Fabiane Marreto Secariolo, em seu estudo sobre relatos de viajantes que estiveram na região Oeste do Paraná ao longo da segunda metade do século XIX, aponta o reforço desses argumentos nesse tipo de narrativa. As expedições que ela analisou eram variadas, e ocorriam por motivos igualmente diversos – objetivos militares, exploração econômica, realizadas por agentes empresariais a serviço do Estado, por botânicos e naturalistas, etc. Nestes relatos, porém, predominava a ideia de “abandono” e vulnerabilidade das fronteiras por parte do Estado brasileiro. De acordo com essa autora,

Durante o período em que o Paraná foi província, as atenções do império de certa forma voltaram-se para este território, embora a instalação das colônias militares já fosse algo muito presente desde o início do século. Com o objetivo de defender as fronteiras e delimitar o território da província, as colônias militares tinham como dever fiscalizar, policiar e iniciar o povoamento, até porque a produção de erva mate na Argentina e no Paraguai estava se expandindo, e elas eram uma forma de impor as fronteiras do Paraná, ainda do Império brasileiro. Devido a isto surgiram estudos e narrativas sobre esse local, a começar por relatórios de atividades dos militares, sendo que vários foram publicados no boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná.¹⁸⁴ (SECARIOLO, 2010, p. 30)

¹⁸⁴ Antônio Myskiw (2009) lembra que “É necessário pontuar que atrás da alcunha de viajantes, no decorrer do século XIX, estavam homens e mulheres de diferentes formações: zoólogos, botânicos, geólogos, artistas, educadores, jornalistas, engenheiros, médicos, militares, diplomatas, comerciantes e missionários. As viagens, se observado com cuidado tais ofícios, nada têm de ingênuas e destituídas de vontades individuais e coletivas, pois os viajantes geralmente estavam atrelados a instituições de pesquisa científicas (zoólogos, botânicos e geólogos) e de desenvolvimento (edificações de ferrovias e estradas, no caso de engenheiros e geólogos) públicos e/ou particulares.” (MYSKIW, 2009, p. 38).

Ainda, de acordo com esta autora, nestes relatos, aparece enfaticamente a preocupação com a questão das fronteiras em sua relação com os vizinhos. Neste caso, Paraguai e Argentina:

[os viajantes] Apresentam a Província do Paraná como um território sertanejo que precisa encontrar o progresso e se tornar civilizado. Aparece muito claro nos relatórios a idealização de prosperidade, e a ideia de que nesse período o Paraná ainda não havia tido um grau de desenvolvimento como as demais províncias.

Porém para os governantes da época era importante destacar em seus relatórios a necessidade que o Paraná tinha de ampliar seu território, definir-se e defender suas fronteiras, tanto em relação às demais províncias como em relação aos outros países. Nesse sentido os relatos de viagem não são relatos apenas do espaço, mas também relatos das possibilidades e das necessidades de investimentos, como exemplo o problema da comunicação e segurança. (SECARIOLO, 2010, p. 41)

Por outro lado, para o Estado Brasileiro, manter a posse efetiva da região neste contexto implicava a tarefa (inviável economicamente) de manter um serviço perene de cabotagem (navegação) pelo rio Iguaçu em seu trecho navegável (bem acima das Cataratas do Iguaçu) e, dali, uma picada até a foz do rio Iguaçu. Mesmo para as elites empresariais paranaenses que já tinham começado a lucrar com a exploração da ervamate no Estado, a conhecida abundância dos ervais do oeste paranaense, na região da foz do rio Iguaçu, não justificava a realização de investimentos que pudessem interligar o extremo oeste à capital, Curitiba. Isso apesar de que, desde 1882, o rio Iguaçu já estivesse sendo utilizado para navegação e escoamento da produção ervateira do Estado do Paraná

tendo sido estabelecidos alguns portos ao longo de seu curso.¹⁸⁵,

Do lado argentino e paraguaio, a partir de meados do século XIX até os anos 1930, estrutura-se na região o sistema de *obrages*, sobre o binômio *erva-mate x madeira*, irão transformar a região em um grande território administrado por empresas argentinas e inglesas, utilizando sobretudo mão de obra indígena e paraguaia, como já apontamos. Este sistema predominou nas barrancas do Paraná e Iguaçu durante o período que vai de 1850 a 1930, estendendo-se ainda sobre a região do Estado de Mato Grosso do Sul (à época, apenas Mato Grosso) e província de Misiones, na Argentina.

O início do ciclo das *obrages* aumentou o interesse dos argentinos na exploração econômica da região. Tendo em vista as suspeitas do governo imperial brasileiro sobre os interesses expansionistas argentinos, a tensão só aumentou, após estes últimos fundarem a cidade de Posadas (1872), no vértice do rio Paraná, 90 léguas abaixo da foz do rio Iguaçu, no coração do Prata. Posadas tornava-se, então, a cidade argentina mais avançada dentro deste território, e logo se tornou sede de escritórios de várias empresas madeireiras e outros ramos ligados a exploração extrativista que ocorria em terras brasileiras e paraguaias, rio acima.

A partir de 1889, o governo brasileiro também passa a se fazer presente no território da foz do rio Iguaçu, e em 1892 estabelece uma colônia de povoamento (Colônia Militar do Iguassú), que, não obstante, permanecerá isolada do restante do Estado do Paraná. Uma década depois, em 1902, os argentinos instalam oficialmente um porto na

¹⁸⁵ Arnoldo Bach (pesquisador, memorialista e colecionador paranaense), em entrevista a um documentário produzido em 2011 pela Rede Paranaense de Comunicação (RPC, afiliada à Rede Globo), lembra que a exploração fluvial do rio Iguaçu começou em 1882 a partir do ciclo da erva-mate no Estado. Na época, devido a ausência de estradas, picadas ou ferrovias que interligassem o interior do Estado do Paraná aos centros beneficiadores (Curitiba) e exportadores (Paranaguá), o rio tornava-se a opção mais rápida e prática para acessar aos ervaais situados ao sul e sudoeste do Estado. Em seu curso, o rio Iguaçu nasce nas proximidades da cidade de Curitiba, próximo ao litoral do Estado, mas corre em direção ao interior do continente, até sua foz, no rio Paraná, perfazendo pouco mais de 1300 km de extensão. Cidades paranaenses como Porto Amazonas, União da Vitória e São Mateus foram originadas a partir dessa rota de navegação. Contudo, mesmo à época, o trecho considerado navegável por grandes e médias embarcações (por onde se transportava erva-mate) era de apenas cerca de 360 km, a partir de Porto Amazonas (distante cerca de 70 km de Curitiba), até União da Vitória. O documentário citado pode ser visualizado no youtube, sob o título: “A história da navegação no Rio Iguaçu Completo”. Publicado em 28 de fevereiro de 2011, acessado em 24/06/2017. <https://www.youtube.com/watch?v=5sQ2wGy8iZ0>. Ver também: BARROS, 1980: pp.154-155. Na atualidade, a existência de cinco usinas hidrelétricas (a partir da cidade de União da Vitória, no sul do Estado, até Capitão Leônidas Marques, já no Oeste) ao longo do curso do rio Iguaçu tornaram inviável a navegação neste rio em escala comercial por embarcações de porte grande e médio. Associado a existência dessas hidrelétricas, a navegação se tornou inviável também devido a outros fatores como o assoreamento do leito do rio, consequência da poluição e da destruição de matas ciliares (que causaram a erosão das margens, arrastando terra e areia para o rio); e a enorme quantidade de lixo existente no trecho mais próximo à região de Curitiba, em razão da grande quantidade de dejetos lançados nele a partir da região metropolitana de Curitiba. Hoje, restam apenas alguns barqueiros amadores que levam turistas ou pessoas para passeios de barco, além de pescadores.

margem esquerda do rio Iguaçu, o qual batizaram como *Puerto Aguirre*. Esse porto, posteriormente, daria origem à cidade argentina de Puerto Iguazu, e para ali convergiam inúmeras atividades comerciais e empresariais que movimentavam recursos econômicos e trabalhadores para a região. Na prática, apesar da existência da Colônia Militar do Iguassú em território brasileiro, as barrancas dos rios Paraná e Iguaçu nesta região continuavam sendo “argentinas” de fato. De acordo com Antônio Marcos Myskiw:

Posadas era uma cidade portuária e, para ela se destinavam parte da erva-mate e madeira extraída das terras paraguaias, brasileiras e argentinas. Ali eram beneficiados e exportados para o Chile, Uruguai e Europa. A sede da empresa de Domingos Barthe era em Posadas (...) Para chegar à Colônia Militar de Foz do Iguaçu era necessário desembarcar no Porto Aguirre, construído na margem esquerda do rio Iguaçu, e dali atravessar para a margem direita do mesmo rio. (MYSKIW, 2009, p. 62-63)

Este mesmo autor também analisou o contexto histórico, social, econômico e militar através do qual os governos federal e estadual (Paraná) buscaram instalar colônias militares ao longo dessa longa faixa de fronteira entre Argentina e Paraguai. Para ele, a fundação de colônias militares nas regiões de fronteira internacional foram inicialmente apresentadas como uma solução para o problema do litígio, que poderia solucionar o problema do controle de recursos naturais da região e, a médio prazo, também o problema do povoamento. Analisa Myskiw:

Estabelecer uma Colônia Militar nos campos do Chagú¹⁸⁶ faria a linha de fronteira se deslocar para além do rio das Cobras rumo a Oeste. Entre os afazeres dos militares seria proteger os colonos da ação belicosa dos índios kaingangs que persistiam em fins da década de 1870. Mas, os anseios do Marechal de Campo com relação aos campos do Chagú foram postergados devido à urgência em fundar duas Colônias Militares entre os rios Iguaçu e Uruguai visando conter a exploração e a presença argentina naquela área, que era, desde fins da década de 1850, objeto de litígio entre o Brasil e a Argentina. A criação da Província de Misiones (em 1881), com capital em Posadas, tornou ainda mais urgente a fundação das Colônias Militares no Campo-Erê, visto que o território litigioso figurava em mapas da nova província argentina.

¹⁸⁶ Chagú: referência a uma imensa região considerada “despovoada”, situada entre a cidade de Guarapuava (cidade paranaense mais avançada naquela ocasião) em direção a foz do rio Iguaçu, no Oeste. Na atualidade, constitui o município paranaense de Laranjeiras do Sul.

O “Campo Erê” ao qual o autor alude se refere à região onde foi criada a Colônia Militar de Chapecó, em 1882. Sem a concorrência dos mesmos fatores geopolíticos que levaram ao estabelecimento das colônias militares de Chopim e Chapecó, mas igualmente preocupados com as linhas de fronteiras mais avançadas no interior do Prata, cogitou-se a possibilidade de fundação de uma colônia nestes mesmos moldes na foz do rio Iguaçu.¹⁸⁷ Porém, em virtude do conturbado contexto político vivido no Rio de Janeiro ao final do Império – marcado sobretudo pelo conflito entre os militares e o gabinete imperial, que levaria ao golpe que instaurou a República em 1889 - a questão militar acabou ficando relegada a um segundo plano, adiando assim a criação de novas colônias militares, e a ideia de criar uma Colônia Militar na foz do rio Iguaçu será retomada apenas no ocaso do Império.

Em maio de 1888, o Ministério da Guerra criou a *Comissão Estratégica do Paraná*,¹⁸⁸ sob a coordenação do Capitão Bellarmino de Mendonça Lobo (MIKYW, 2009, p. 116). Essa comissão ficaria responsável pela abertura e manutenção de estradas de rodagem ligando as principais cidades do Paraná aos seus sertões mais extremos. De acordo com uma publicação local de Foz do Iguaçu (*Revista Painel*, editada na cidade desde 1973), em edição comemorativa por ocasião do aniversário da cidade de Foz do Iguaçu (73 anos) no ano de 1987, era descrito o seguinte:

Aquela comissão recebeu os encargos de continuar a estrada de rodagem de Porto União a Palmas, ligar aquela cidade a Guarapuava, abrir uma estrada de Guarapuava até o rio do Cobre, seguir por este até sua confluência com o rio Piquiri e de lá até o rio Paraná, atravessar este rio para ligar o Paraná ao Mato Grosso e construir estradas estratégicas naquele Estado. Além disso, a comissão estratégica foi incumbida de fundar na foz do rio Iguaçu uma Colônia Militar. De todas essas incumbências, a Comissão não pôde realizar um terço sequer, e a fundação da Colônia foi uma de suas mais importantes realizações. (PAINEL, 1987, p. 11)

Além disso, de acordo com essa mesma matéria, “A Comissão Estratégica do Paraná (...) estabeleceu sede em Guarapuava, ponto que mais se aproximava do centro do perímetro em que

¹⁸⁷ “O retorno à idéia de se implantar Colônias Militares para promover o avanço da fronteira a Oeste dos campos do Chagú surgiu com o acirramento da disputa jurídica entre o Brasil e a Argentina pelo território das Missões. Henrique de Beaurepaire Rohan cogitou a implantação de uma Colônia Militar nos campos do Chagú nos relatórios que fez sobre as Colônias Militares existentes e em funcionamento no Brasil. No entanto, os militares decidiram pela instalação das Colônias Militares de Chopim e Chapecó, tendo por função proteger o território brasileiro contra possíveis invasões por parte dos argentinos e a formação de povoações assentadas no trabalho agrícola e pastoril junto as Colônias Militares. Em poucos anos, os núcleos urbanos e rurais haviam prosperado, motivando os militares a edificar outra Colônia Militar em fins da década de 1880, na foz do rio Iguaçu.” (MYSKIW, 2009; p. 112).

¹⁸⁸ O nome correto é: *Comissão de Estradas Estratégicas do Paraná*.

a mesma comissão teria de operar.” (Idem, *ibidem*).¹⁸⁹ Na ocasião, a cidade de Guarapuava era considerada o ponto mais avançado em direção ao sertão do Estado do Paraná, sendo a região de Foz do Iguaçu tratada como “aspérrimo sertão, o maior e mais bruto do nosso Estado”, conforme descrição do tenente José Cândido da Silva Muricy, que empreendeu viagem à região em novembro de 1892. (MURICY, 1905: Apud: MYSKIW, 2009, p. 45).

Os trabalhos da Comissão Estratégica se iniciaram já ao final de 1888, resultando na abertura de uma “picada” (estrada carroçável) de cerca de 3 metros de largura, partindo de Guarapuava, até alcançar a foz do rio Iguaçu. A distância do percurso ficou entre 60 e 70 léguas, em meio a densa mata tropical.¹⁹⁰ No trajeto, inúmeros percalços foram vivenciados, como quando a equipe permaneceu quase dois meses isolados na mata, sem poder avançar, em razão das fortes chuvas que caíram entre os meses de abril e maio de 1889, o que tornava pequenos rios e cursos d’água existentes no caminho quase que intransponíveis. (BRITO, 2005, p. 46). Além disso, onças e animais ferozes atacavam os animais e as provisões que eram levados pela Comissão, além do aparecimento de indígenas pelo caminho, fato que assustou os operários que acompanhavam os militares. Sobre um destes episódios, o sargento José Maria de Brito, que acompanhava a expedição chefiada pelo tenente José Joaquim Firmino, narrou:

Das primeiras sete léguas de picada por diante aparecem vestígios de índios selvagens, fato que ocasionou ter sido o explorador abandonado por alguns operários da turma e o descontentamento no ânimo dos que ficaram, sendo necessário ao tenente Firmino usar e sagacidade e desenvolver muita habilidade para levantar o ânimo de seus homens, que viam índios em todos os sítios! Além disto, o terreno acidentadíssimo: o ataque de tigres que rondavam e investiam contra o pessoal da turma e os animais pertencentes à mesma a ponto de devorar alguns destes. A travessia de rios caudalosos (em número de 16) não impediu o tenente Firmino de marchar. (BRITO, 2005, p. 46)

¹⁸⁹ Na verdade, à exceção da avaliação que essa publicação realiza sobre o fracasso dos objetivos iniciais dessa Comissão, todas as outras informações que ela reproduz, consta de um conhecido livro de memórias, produzido pelo sargento José Maria de Brito em 1939. Este militar esteve na Comissão Estratégica que chegou à Foz do Iguaçu em 1889 para fundar a Colônia Militar do Iguaçu, e depois, assentou residência na cidade, onde acabou falecendo na década de 1940. O livro foi escrito por ocasião do aniversário de 50 anos do início da construção da estrada até Foz do Iguaçu, e que é tratado pelo autor como a “Descoberta de Foz do Iguaçu”.

¹⁹⁰ Atualmente, de acordo com o aplicativo *google maps*, a distância calculada entre estas duas localidades é de 401 kms, através da rodovia BR-277. José Cândido da Silva Muricy, um dos viajantes que esteve no território nessa época, observa que, do Chagú (ou Xagú) até a Colônia Militar, o percurso inicial estimado de 40 léguas. Na verdade, ao final, a distância era muito maior, chegando a 70, 80 léguas. Isso porque os cálculos naquela época eram feitos em linha reta, sem levar em conta os declives do terreno, os desvios feitos na picada para ultrapassar árvores caídas, rios cheios e as áreas pantanosas formadas com as chuvas constantes, etc. Vide: MURICY, José Cândido da Silva. *A foz do Iguassú. Ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava à Colonia da Foz do Iguassú em novembro de 1892*. (Curitiba, Tipografia Impressora Paranaense, 1896.) In: MONUMENTA – Relatos de viagem a Guaíra e Foz do Iguaçu (1870-1920). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998, apud MYSKIW, 2009, p. 45.

O mesmo relato informa ainda que a expedição atravessou, no total, 210 cursos d'água, sendo destes 16 os mais volumosos. (BRITO, 2005, p.52). O militar ainda informou que “Devido às continuadas chuvas no período de exploração, os rios encheram-se pavorosamente, não permitindo atravessá-los em muitas ocasiões, sobrevindo, em consequência deste fato, bastante fome.” (BRITO, 2005, p.50).

A comissão finalmente atingiu a foz do rio Iguaçu em 15 de julho de 1889, ou seja, 7 meses e 20 dias após partirem de Guarapuava. A distância total da picada aberta ficou em cerca de 40 léguas, somadas às 20 léguas já existentes entre Guarapuava e os campos do Chagú. A picada serviria para o transporte de materiais, cargas, animais, pessoas e recursos que subsidiassem a construção da Colônia Militar do Iguaçu, e que deveria promover o povoamento dessa região por elementos “nacionais”, ou, ao menos, sob auspício das autoridades federais brasileiras.¹⁹¹ Além disso, ao menos no plano ideal, a picada deveria resolver o problema de comunicação do extremo oeste do Paraná com relação ao restante do território paranaense, a partir de Guarapuava. Naqueles idos, dizia-se, Guarapuava era onde se encerrava a chamada fronteira *cabocla* e *sertaneja* mais avançada do Paraná. (SECARIOLO, 2010, p. 32)

É importante esclarecer que, apesar de ser a mais conhecida e celebrada expedição militar a alcançar a foz do rio Iguaçu, o grupo comandado pelo tenente José Joaquim Firmino em 1889 não foi a primeira tentativa por parte do governo brasileiro em chegar ao extremo Oeste do Paraná, seja pela via terrestre, seja por meio fluvial.¹⁹² No entanto, foi esta a única expedição a conseguir, de fato, assegurar, ainda que precariamente, a posse efetiva do território das margens brasileiras em favor do Estado brasileiro, razão pela qual ela foi considerada o marco fundador para a cidade de Foz do Iguaçu.

Como vimos, apesar do problema do litígio inexistir nessa fronteira em particular, preocupava as autoridades governamentais brasileiras o avanço das frentes extrativistas madeireiras e de erva-mate vindas do Paraguai e, especialmente, do território argentino. Entre meados do século XIX até os anos 1930, a região Oeste do Paraná será alvo destes

¹⁹¹ Embora oficialmente estabelecidos pelo plano de colonização traçado pelo governo brasileiro, a maioria dos colonos que se assentariam na Colônia Militar após sua fundação em 1892, seriam agricultores de origem paraguaia e argentina; depois, também imigrantes poloneses, alemães e italianos. Dito de outra maneira, o empreendimento colonizatório era “nacional”: os elementos humanos que seriam empregados nesse empreendimento não.

¹⁹² Fabiane Secariolo, em estudo já citado anteriormente, analisa a viagem feita pelos irmãos Nestor e Telêmaco Borba em 1876. Apesar de já haverem participado de expedições pelos sertões paranaenses em ocasiões anteriores, em 1876, os irmãos Borba decidiram chegar ao salto de Sete Quedas utilizando basicamente as vias fluviais que se interligavam no interior do Estado do Paraná, incluindo os rios Ivaí, Tibagi, Paranapanema e Paraná. Vide: SECARIOLO, 2010, p.31 – 36.

grandes empreendimentos agrícolas, que, repousados sobre o binômio *erva-mate x madeira*, irão transformar a região em um grande território explorado pelo sistema de *obrages*, conforme tratamos no capítulo 1 deste trabalho.

Capítulo 3. *LAS TRES FRONTERAS*

“Lejos, el azul del Paraguay
suspira y canta;
sombras del Brasil,
verde anaconda natural...”

(“Canción a Iguazú”,
Ramón Ayala)

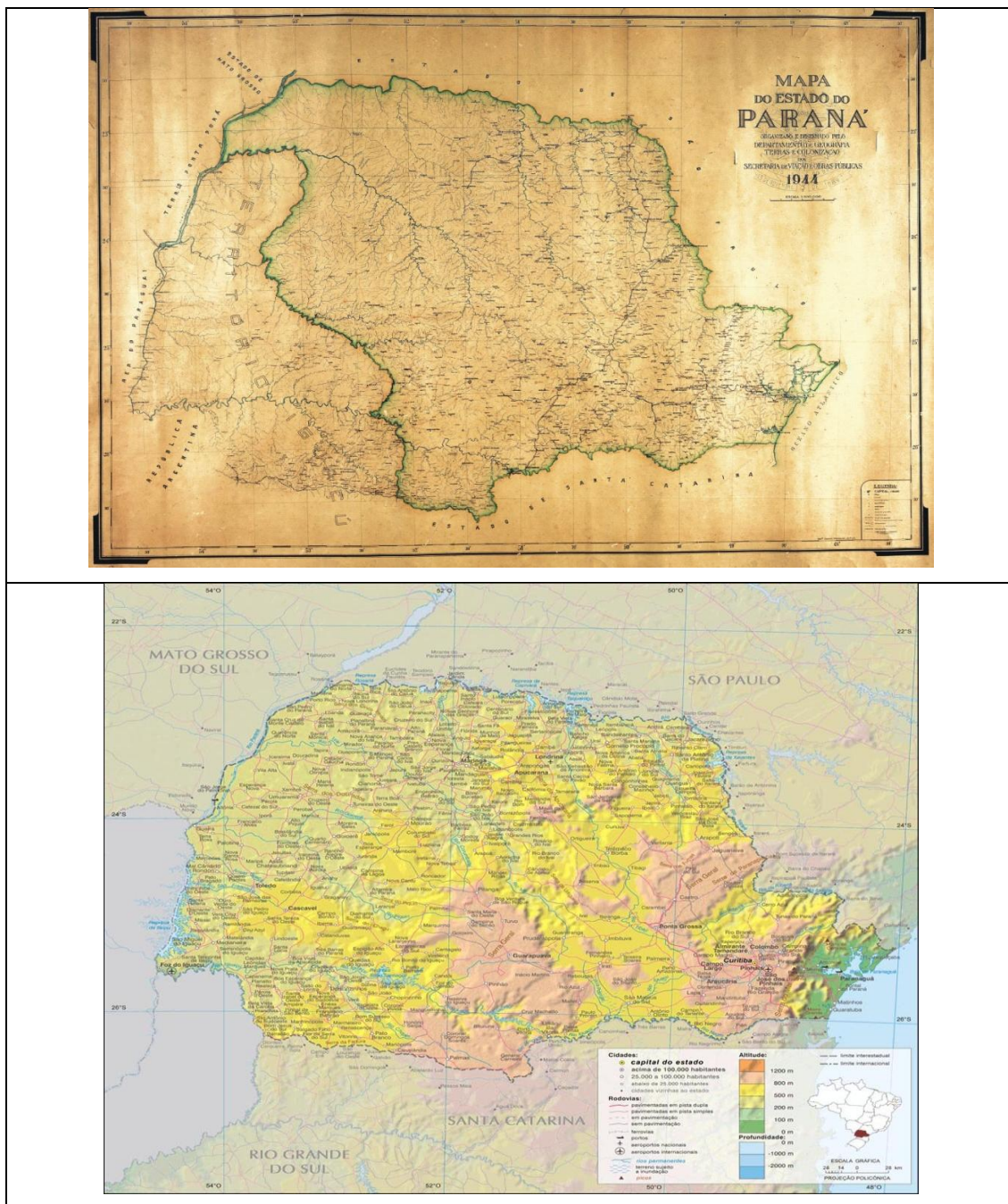
3.1. *A passagem da Coluna Prestes*

Os estudos sobre o extremo oeste paranaense coincidem em avaliar que a passagem dos militares revoltosos da Coluna Prestes pelo região da foz do rio Iguaçu, entre o final de 1924 a meados de 1925, produziu um enorme impacto nas estruturas sociais e políticas locais. O efeito mais visível, a médio e longo prazo, será a desagregação daquela sociedade baseada na extração de erva mate e madeira, estruturada nos moldes das *obrages*, e que, por essa razão, permanecia mais voltada ao contexto *platino* do que para o território nacional brasileiro. Micael Alvino da Silva, em seu livro *Breve História de Foz do Iguaçu* (2014), avalia que a passagem da Coluna Prestes representou um marco importante na história “brasileira” da fronteira. Sua ocorrência iniciou a decadência das *obrages* bem como da hegemonia política de Jorge Schmmelpfeng, representante maior da oligarquia da “erva-mate e madeira” que se estabeleceu nas margens brasileiras dos rios Paraná e Iguaçu. A experiência dos militares revoltosos levou, após 1930 – quando Getúlio Vargas ascendeu ao mando político nacional - ao início de uma série de ações de “nacionalização” dessa fronteira, sob a ótica do Estado brasileiro.

Em primeiro lugar, chamou a atenção dos militares que aqui estiveram neste período – tanto daqueles que haviam participado dos levantes do movimento Tenentista de 1922, e que se “exilaram” no oeste do Paraná entre setembro de 1924 a abril de 1925; como daqueles integrantes das tropas federais que vieram combater os revoltosos, sob o comando do Marechal Cândido Mariano Rondon – a situação em que se encontrava a cidade de Foz do Iguaçu, descrita por eles como de total “abandono” por parte do Estado brasileiro. Como efeito *estendido* desta experiência, após a ascensão de Vargas ao poder com apoio de muitos destes militares, iniciaram-

se, a partir de 1931, uma série de ações de “nacionalização” dessa fronteira, e que culminariam, em 1943, com a criação, via decreto presidencial, do *Estado do Iguassu*. A nova unidade federativa englobava, além do oeste paranaense, também o oeste catarinense e parte do Mato Grosso do Sul (ver MAPA 7).

Mapa 7 Mapa político do Estado do Paraná de 1944 já indicando o desmembramento do *Território Federal do Iguassu* (criado por Getúlio Vargas em 1943); abaixo, Mapa político do Estado do Paraná nos dias atuais.



FONTE: “Coletânea de Mapas Históricos do Paraná”.¹⁹³

¹⁹³ Acessado em 01/04/2017. Link: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/livro_mapas/mapa1944.pdf

Apesar da vida curta do *Estado do Iguaçu* (extinto em 1946), sua criação consolidou o firme propósito de *nacionalização* levadas à cabo no território pelo governo federal, inaugurando o ciclo das colonizações planejadas que, ao final da década de 1940, começariam a mudar definitivamente a feição geográfica, social e populacional do oeste do Paraná.

Ainda sobre a passagem da Coluna Prestes e seus impactos no cotidiano da tríplice fronteira, Micael Alvino da Silva analisou alguns depoimentos de moradores da época (e que haviam sido recolhidos e publicados na imprensa iguaçuense no início dos anos 1990).¹⁹⁴ De acordo com este autor, esses depoimentos avaliam a experiência da passagem dos militares revoltosos na região em fins de 1924 de forma positiva (SILVA, 2014, p. 45-46). Com algumas exceções, tais depoimentos apontam que a presença da Coluna Prestes¹⁹⁵ em Foz do Iguaçu se deu de forma relativamente tranquila, tendo os militares perseguido apenas membros das elites locais, especialmente os empresários *obrageros* e seus capatazes, além de chefes do poder público – como o prefeito Jorge Schimmelpfeng. Conhecidos por suas práticas “coronelísticas” de abuso e violência contra os moradores locais, estes representavam a ordem contra a qual os tenentes lutavam e desejavam destruir – a República Velha e as práticas coronelísticas a ela atreladas.

Se para os trabalhadores comuns a passagem dos revolucionários pôde ser considerada tranquila,¹⁹⁶ o mesmo não ocorreu com a família do *coronel* Jorge Schimmelpfeng, então prefeito da cidade e influente articulador a controlar quase toda a atividade econômica, política e militar do oeste paranaense, incluindo sua participação como administrador e acionista em *obrages* que atuavam no território brasileiro, conforme demonstrado no detalhado estudo de Antônio Marcos Myskiw.¹⁹⁷ Ainda, depoimentos de moradores e relatórios da época – incluindo o famoso livro

¹⁹⁴ Estes depoimentos, posteriormente, passariam a compor o livro de memórias *Foz do Iguaçu: Retratos*, publicado pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, em 1997 (ALENCAR & CAMPANA, 1997).

¹⁹⁵ Na verdade, embora a historiografia regional se refira a eles como “Coluna Prestes”, tratava-se das colunas Paulista e Gaúcha integrantes do Movimento Tenentista iniciado em 1922 em vários lugares do Brasil. A *Coluna Prestes* de fato só passará a existir com este nome após a partida dos militares revoltosos dessa região da Tríplice Fronteira.

¹⁹⁶ É evidente que nem todos os autores que escreveram sobre Foz do Iguaçu concordam com essa avaliação. Chico Alencar e Silvio Campana, autores do famoso livro *Foz do Iguaçu – Retratos* (1997), a mais conhecida e referenciada publicação e história oficial da cidade, discordam que a passagem da Coluna Prestes tenha sido tranquila e benéfica ao município. Pelo contrário, comprometidos com as memórias oficiais de parte das elites locais (cujos depoimentos subsidiam o livro), estes autores produziram a seguinte análise: “Para complicar ainda mais, em 1924, a cidade foi invadida pelos revolucionários da Coluna Prestes. Por quase um ano uma parte considerável da população de Foz do Iguaçu viveu refugiada na Argentina e no Paraguai, num drama que dispensa detalhes aqui, porque está fartamente narrados nas entrevistas que compõem essa publicação.” (ALENCAR, CAMPANA, 1997, p. 13). Entre os depoimentos que subsidiam a publicação, consta o da própria Otília Schimmelpfeng, filha do então prefeito da cidade, Jorge Schimmelpfeng, e que era procurado pelos tenentes revoltosos que ocuparam a cidade.

¹⁹⁷ Entre outros, Schimmelpfeng utilizava seus cargos públicos para adquirir e conceder licenças e monopólios de exploração de áreas ricas em recursos naturais, participando de seus lucros. De acordo com Antônio Myskiw, “A chefia da Agência Fiscal do Paraná facultou a Jorge Schimmelpfeng status social e algum sucesso financeiro. Sebastião Paraná não mencionou, no entanto, que parte dos bens e fortuna adquirida por Jorge deveu-se à intermediação na compra de uma vasta área de terras devolutas junto ao governo do Estado do Paraná em nome de um grupo de capitalistas ingleses. Para explorar as riquezas naturais existentes nos 274.750 hectares de terras situadas no extremo-oeste do Paraná, os ingleses fundaram em Buenos Aires a *Compañia de Maderas del Alto Paraná S/A.*, que passou a funcionar em 1907.

escrito pelo tenente João Cabanas (1895-1974), que participou do movimento tenentista e publicou seus manuscritos em 1928 no Rio de Janeiro sob o título *A Colunna da Morte* - narram a ocorrência de justiçamentos, execuções e castigos aplicados pelos militares da “Coluna” contra capatazes e capangas acusados de usar de violência e abusos contra os trabalhadores e colonos locais.¹⁹⁸ Além disso, durante o período em que permaneceram estacionados no território, os militares confiscaram bens pertencentes a grandes *obrageros* da região (WACHOWICZ, 1987, p. 96), como recursos e veículos do argentino Júlio Tomás Allica, e da empresa *Matte Laranjeira* – esta última, proprietária de uma estrada de ferro particular com cerca de 60 quilômetros de extensão, que comunicava os saltos de Sete Quedas (atual município de Guaíra) a Porto Mendes Gonçalves (atual município de Marechal Cândido Rondon).

As avaliações majoritariamente positivas por parte dos moradores da cidade sobre a presença dos revolucionários no oeste do Paraná em 1924/25, sem dúvida, marcam um importante ponto de inflexão se comparado a uma outra experiência anterior, que havia ocorrido 30 anos antes, e que havia sido considerada um desastre para os esforços de colonização e povoamento que o governo federal tentava realizar no oeste do Paraná. Em 1894, revoltosos comandados por Juca Tigre¹⁹⁹ chegaram à foz do rio Iguaçu (então, *Colônia Militar do Iguassú*) fugindo em direção ao Paraguai, após fracassarem na chamada “Revolução Federalista” (1892-94). Este movimento havia sido iniciado no Rio Grande do Sul como resultado das disputas internas entre oligarquias locais (maragatos, ximangos e castilhistas), mas também chegou a ameaçar a estabilidade da recém proclamada República (PESAVENTO, 1994: 25).²⁰⁰ Após serem

Fazenda Britânia (ou Britânica) foi o nome dado às terras pertencentes aos ingleses, administrada por Jorge Schimmelpfeng por algum tempo.” (MYSKIW, 2009:, p.204).

¹⁹⁸ Utilizando-se dos relatos feitos pelo tenente João Cabanas (“A Coluna da Morte”, Rio de Janeiro, 1927), um dos militares revoltosos que estiveram na região em 1924/25, o historiador Ruy Wachowicz recupera essa dimensão dos castigos e justiçamentos aplicados a capatazes e capangas a serviço dos obrageros da região. Um deles, o temido capataz Santa Cruz, que trabalhava a serviço do *obragero* argentino Julio Thomas Allica, foi surrado pelos tenentes diante de seus peões, após tentar conspirar contra a Coluna e ameaçar, em idioma *guarani*, os *mensus* que se associassem ao grupo revolucionário. Também, após tomarem conhecimento de uma chacina contra 6 peões, por parte de capangas desta mesma *obrage*, os tenentes fizeram prender e executar os assassinos responsáveis pelo crime. Vide: WACHOWICZ, 1987, p. 58-60.

¹⁹⁹ José Serafim de Castilhos, o Juca Tigre, era irmão do governador do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos.

²⁰⁰ No contexto local, a origem deste movimento teve como foco a derrubada do governo de Júlio de Castilhos, aliado do governo federal. No âmbito mais geral, esbarrou nas pretensões centralistas que caracterizaram o conturbado governo do Marechal Floriano Peixoto (1891-1894), o que acabou gerando uma série de descontentamentos e rebeliões entre oligarquias locais, desejosas de mais autonomia. A Revolução Federalista iniciada no Rio Grande do Sul acabou se colocando quase que involuntariamente dentro do contexto das chamadas lutas antiflorianistas, especialmente após os gaúchos receberem a adesão dos líderes de outra revolta que ocorria na Marinha, a chamada *Revolta da Armada* (1895). Além disso, o presidente Floriano Peixoto acabou atendendo os apelos do governador do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, enviando o Exército em seu socorro. Tal decisão tirou do movimento sul-rio-grandense seu caráter inicial de luta regional, e “nacionalizou” a causa, passando os revoltosos a desejar chegar à capital federal e derrubar Peixoto. A rebelião se alastrou pelos estados de Santa Catarina e Paraná, chegando inclusive a Curitiba. O movimento ainda reavivou algumas correntes separatistas que evocavam movimentos como a *Revolução Farroupilha*, que entre 1835 a 1845, sob a liderança de Bento Gonçalves e

derrotados em Lapa (localidade a 60 quilômetros de Curitiba), Juca Tigre, um dos líderes do movimento, rumou com seus comandados até as matas do até então quase intransponível oeste paranaense, de onde desejava alcançar a foz do rio Iguaçu e, a partir dali, exilar-se na Argentina ou Paraguai. O exílio nos países vizinhos (Argentina, Paraguai e Uruguai) era uma tática bastante comum entre líderes caudilhos do sul do país, estando profundamente associado e arraigado no folclore político oligárquico sul-riograndense (DRUMMOND, 1985; 25). Essa foi provavelmente a razão pela qual os comandados de Luís Carlos Prestes, em fins de 1924, também chegaram à região, realizando sua marcha sempre próxima às linhas de fronteira com a Argentina, através do norte gaúcho e oeste catarinense, até alcançarem a foz do rio Iguaçu. Lembremos também que após a chegada ao oeste do Paraná, Prestes convenceu os tenentes paulistas ali estacionados a atravessarem o rio Paraná e internar-se no Paraguai, onde poderiam pedir exílio (uma das opções possíveis) ou reorganizar sua luta, despistando a repressão governamental.²⁰¹

Conforme o estudo de Myskiw (2009), a passagem dos revoltosos de Juca Tigre em 1894 é sempre lembrada como um momento de retrocesso e declínio da recém fundada Colônia Militar do Iguassú, que ainda lutava para prosperar. Relatos de saques, depredações e desordem abundam sobre esse episódio, e tal evento quase teria decretado a morte das tentativas de nacionalização da

Giuseppe Garibaldi, chegaram a separar a Província de São Pedro (Rio Grande do Sul) do Império Brasileiro. A *Revolução Federalista* acabou derrotada militarmente, mas o Estado do Rio Grande do Sul saiu bastante fortalecido politicamente, passando a operar como um contrapeso oligárquico do pacto federativo firmado entre as elites cafeeiras e pecuaristas de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, consolidadas no poder após a ascensão do governo de Prudente de Moraes (1894-1898). Apesar de permanecer fora do principal centro decisório político (eixo Minas-São Paulo), o Rio Grande do Sul passaria a ter sua autonomia política e econômica respeitada. A historiadora Sandra Pesavento avaliou essa postura autônoma dos republicanos sul-rio-grandenses: “A posição dos republicanos gaúchos merece uma nota à parte: se postulavam uma República autoritária, a sua defesa do centralismo e unitarismo de mando se referia apenas ao âmbito local. Na articulação entre os estados e a União, a posição dos gaúchos era de defesa de um federalismo extremado, em propostas orçamentárias que previam uma maior arrecadação para os estados e impediam uma tributação cumulativa (União e estados). Portanto, o republicanismo dos ativos e radicais castilhistas do Rio Grande combinava a defesa de uma postura autoritária de governo em nível federal e estadual, com um federalismo amplo que regulamentasse as relações entre as unidades regionais e a região. No contexto interno do estado, advogava-se o centralismo de mando, tal como ele se exerceu no Rio Grande ao longo dos 40 anos de República Velha.” (PESAVENTO: 1994, p. 21-22). Não é demais sublinhar que um dos principais operadores políticos da República Velha era justamente o influente senador gaúcho Pinheiro Machado (1851-1915). Também não foi por acaso que uma das principais forças de superação da hegemonia política paulista da República Velha em 1930 acabaria vindo justamente do seio das oligarquias sul-rio-grandenses, na figura de Getúlio Vargas (1882-1954).

²⁰¹ Uma parte do grupo decidiu exilar-se no Paraguai. Outra parte (liderada por Prestes) preferiu reingressar no território brasileiro através do norte paraguaio, na divisa com Mato Grosso do Sul. Partindo dali, iniciaram sua antológica marcha pelo interior do Brasil entre 1925 a 1927, que daria o nome ao Movimento (Coluna Prestes). Apesar de jamais terem sido batidos militarmente, a Coluna Prestes, no entanto, tampouco conseguiu alcançar seu objetivo inicial, que era chegar ao Rio de Janeiro, sitiar a capital federal, conseguir novas adesões militares e, finalmente, depor o presidente Arthur Bernardes (1924-28). (DRUMMOND, 1985: 57). De maneira diversa, e sem opções mais viáveis, acabaram optando pela “guerra de guerrilhas” (ou “Guerra de Movimento”, como preferia dizer Luís Carlos Prestes), desestabilizando política e militarmente o governo federal, e colocando em polvorosa as oligarquias do interior do país por onde a Coluna passava.

fronteira por parte do governo brasileiro, via colonização e povoamento.²⁰² Diferentemente, a chegada dos tenentes em 1924, ao contrário, é considerada pela própria historiografia regional um dos marcos fundamentais ao processo de efetiva *nacionalização* da região da foz do rio Iguaçu, e sempre tratada de forma positiva. Além de desestruturarem o quase centenário sistema de *obrages* ali instalado, muitos dos militares que estiveram no oeste do Paraná em 1924 e tomaram contato com a realidade ali existente, teriam reelaborado estas experiências a partir de sua ótica militarista, anti-oligárquica e profundamente nacionalista. Entre os elementos ali presentes, chamou a atenção do grupo revolucionário (e também daqueles que vieram para combatê-los, sob o comando do Marechal Cândido Rondon) o predomínio das *obrages* a predação das riquezas naturais da selva brasileira; os recorrentes relatos de violência física e psicológica contra trabalhadores e *mensur*, sob a chancela das autoridades políticas e militares brasileiras, bem como os desmandos políticos e os acordos de *lesa pátria* levados a cabo pelas oligarquias locais, incluindo os militares. Da mesma forma, a vulnerabilidade da defesa das fronteiras nos confins do interior do Brasil, e a falta de “referências nacionais” (idioma, moeda corrente, etc), entre outros fatores.

Muitos dos tenentes que estiveram no oeste paranaense em 1924/25 iriam compor a aliança política que levou Getúlio Vargas ao poder, a partir de 1930. Os tenentes, além disso, foram de fundamental importância nos primeiros anos do governo varguista (1930-45); e foi baseado em muitas de suas impressões que inúmeras ações de *nacionalização* desta fronteira passaram a ser realizadas, gerando assim um processo histórico, social, político e geográfico que poderíamos denominar de “invenção da fronteira” nacional brasileira.²⁰³ Entre essas ações, poderíamos destacar, além da chamada *Marcha para o Oeste*, também a Lei dos 2/3 (editada em

²⁰² “A fracassada revolução federalista e a fuga dos homens de Juca Tigre, que passaram pelo território em 1894, quando 400 soldados sob comando de José Serafim de Castilho (vulgo Juca Tigre) adentraram nos campos das Laranjeiras e do Chagú visando fugir das forças legalistas de Floriano Peixoto. Esse fato levou a fuga de vários colonos para o outro lado da fronteira, com o consequente abandono das lavouras e de seus pertences. Isso representou um golpe econômico e demográfico na Colônia que recém estava se formando, e levou inclusive aos militares ali sediados a abandonarem o posto e se refugiarem na Argentina por alguns dias, gerando ainda mais sensação de desordem e abandono por parte dos colonos.” (MYSKIW, 2009: 151)

²⁰³ Aqui, tomaremos de empréstimo o conceito desenvolvido através do estudo de Durval Muniz de Albuquerque Jr., em seu livro *A Invenção do Nordeste e outras artes*. (5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011). No caso, decidimos utilizar o termo “invenção” para analisar o processo de expansão das fronteiras nacionais de Brasil, Argentina e Paraguai nessa região de fronteira, e que, a longo prazo, dará origem ao que hoje se denomina *tríplice fronteira*.

1931)²⁰⁴, a criação do Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP) em 1943²⁰⁵ e a criação, via decreto, do *Território Federal do Iguaçu* (também em 1943), que abordamos acima. Somadas a essas ações iniciais, que levaram à “invenção da fronteira brasileira” (conceito que discutiremos adiante), posteriormente, virão outras, como a construção da ponte internacional da Amizade (entre 1961-65) e a extensão do trecho da rodovia BR-277, que irá integrar definitivamente a cidade de Foz do Iguaçu à capital paranaense, Curitiba (1969), e, conseqüentemente, ao restante do país. Ainda, o conflituoso Tratado do Iguaçu (1966), que posteriormente daria origem ao início da construção da Itaipu Binacional (entre Brasil e Paraguai), mas cujo contexto inicial, nos anos 1960, quase levou ambos países a deflagrarem um novo conflito armado.²⁰⁶

A invenção da “fronteira brasileira” nessas paragens pode ser considerado um processo brusco, relativamente violento e forçoso, porque contrastou com as diferentes temporalidades das sociedades ali envolvidas. A “Marcha Para o Oeste”, por exemplo, assim como as demais ações nacionalizantes levadas à cabo pelo Estado brasileiro no período, foram sempre imposições “de cima para baixo”, e que, de maneira brusca, desafiavam e acabariam por desagregar processos sociais e históricos que por ali se desenvolviam. Valdir Gregory, em seu estudo sobre a colonização do Oeste do Paraná a partir dos anos 1940, analisou a forma como as ações de nacionalização do governo Vargas - especialmente o discurso da “Marcha Para o Oeste” - irão

²⁰⁴ (Verbete): “Exige a legislação do trabalho brasileiro que em cada estabelecimento com três ou mais empregados seja mantida uma proporção de 2/3 de brasileiros para 1/3 de estrangeiros. Este preceito foi expresso em lei especial que passou a ser denominada e conhecida como Lei dos 2/3. Hoje, incorporada à Consolidação das Leis do Trabalho, em vigor desde 1943, a matéria recebe a nomenclatura geral de “nacionalização do trabalho”. IN: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-dos-2-3>, consultado em 12/02/2017. O impacto dessa lei sobre as empresas que exploravam erva-mate e madeira no Oeste do Paraná (as *obrages*) foi imediato, dado que estas empresas empregavam basicamente mão de obra argentina e paraguaia. Na avaliação de alguns autores, a Lei dos 2/3 constituiu um golpe de misericórdia nas *obrages*, que já se encontravam em crise desde a passagem dos revoltosos da Coluna Prestes pela fronteira, em 1924/25. Valdir Gregory sublinha que “Getúlio Vargas, logo após assumir o governo, pela Revolução de 1930, com amplo apoio dos militares, muitos deles tendo participado nos combates à Coluna Prestes e, conhecendo a situação das fronteiras brasileiras no Oeste do Paraná, assinou o Decreto 19.842, de 12 de dezembro de 1930, que adotava medidas drásticas do ponto de vista nacionalista. Este decreto exigia que as empresas tivessem, em seus quadros de empregados, no mínimo, dois terços de trabalhadores brasileiros (Sperança, 1992, p. 194), dificultando o ingresso e a permanência de estrangeiros, no caso paraguaios e argentinos, nas terras brasileiras e impondo novas dificuldades às empresas estrangeiras.” (GREGORY, 2002: 90).

²⁰⁵ Criado como autarquia do governo federal, foi instituído através do Decreto-Lei nº 5.252, de fevereiro de 1943. Era o órgão responsável pela navegação nos rios Paraná e Paraguai. Foi extinto em 1967.

²⁰⁶ Basicamente, a intenção do governo brasileiro era promover sozinho o aproveitamento dos recursos hídricos da bacia do rio Paraná na fronteira com o Paraguai, construindo ali uma usina hidrelétrica, sem haver negociado ou informado o governo paraguaio. As pretensões brasileiras reabriram a discussão sobre a exata linha de fronteira entre ambos países, conforme tratados assinados ao fim da guerra com o Paraguai (1872), uma vez que o Paraguai alegava possuir direitos sobre a metade dos saltos de Sete Quedas, enquanto o Brasil entendia estarem eles totalmente dentro de seus domínios territoriais. A questão só foi resolvida com a assinatura do Tratado do Iguaçu (1966), que posteriormente levou ao Tratado de Itaipu (1973), através do qual ficou decidida a construção de uma usina hidrelétrica de caráter binacional. A construção dessa usina ocasionou o alagamento e, conseqüentemente, a extinção dos saltos de Sete Quedas, encerrando assim a disputa por sua posse entre Brasil e Paraguai.

impactar e ditar o ritmo das ações empreendidas na região oeste do Paraná a partir de então. De acordo com este autor:

No Período Vargas, as ações oficiais do governo, baseadas no nacionalismo e assentadas sobre um Estado fortalecido e centralizador, objetivavam buscar a integração. No que tange à ocupação do território, foi promovida uma ação administrativa agressiva através do programa “Marcha para o Oeste”. Em regiões de fronteiras nacionais, como era o caso do Sudoeste e do Oeste Paranaense, onde a população e a economia possuíam laços estreitos com argentinos e paraguaios, a atuação do poder público buscava evidenciar e explicitar os sentimentos nacionalistas. Até impô-los, quando necessário. Essas ações tiveram fortes repercussões no Estado do Paraná que teve, a partir da segunda década do século XX, um período de intensa colonização, com a ocupação dos atuais polos regionais do Norte Pioneiro (Londrina e Maringá), do Sudoeste (Francisco Beltrão e Pato Branco) e do Oeste (Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu). É a chamada colonização moderna.” (GREGORY, 2002, p. 66-67)²⁰⁷

Conforme discutimos nos capítulos anteriores, até a década de 1930, Foz do Iguaçu permanecia completamente isolada do restante do Estado do Paraná, apesar de já haver sido tentadas algumas ações de nacionalização e integração à sociedade paranaense, tais como a fundação da Colônia Militar do Iguassú (1892-1912) e a construção da estrada (picada) entre Foz do Iguaçu e Guarapuava (1889) – esta última, quase sempre em péssimo estado de conservação. (Figura 7). Assim, ao irromper a década de 1930, pouco havia sido feito para modificar a situação descrita anteriormente. De acordo com Wachowicz:

Em 1933, nada mais havia sido feito: um documento enviado ao Ministro da Guerra, pedia auxílio do Exército para a construção de uma boa rodovia para Foz do Iguaçu, cuja estrada permanecia abandonada. Havia em Foz do Iguaçu, uma tamanha falta de infra-estrutura, que o turista e/ou viajante que chegasse via fluvial, ao porto, provavelmente ficaria estacionado na areia da praia, que caracterizava este porto, impotente com sua bagagem. O trecho que separava o porto da cidade é de apenas um quilômetro. Mas por falta de conservação nos dias de chuva, este trecho tornava-se intransitável. Existia um único automóvel na praça, que fazia este serviço. A ida da cidade ao porto gerava o mesmo problema. Uma vez lá, repetia-se a mesma história para o retorno. (WACHOWICZ, 1987: 34)

²⁰⁷ Este autor aponta ainda que, “Sob a ótica do nacionalismo, característico da política ideológica do Estado Novo, a Marcha para o Oeste propunha que as fronteiras econômicas coincidissem com as fronteiras políticas. Para Vargas, o verdadeiro sentimento da brasilidade implicava em contemplar a ocupação do território através da colonização. (...) A nação caminharia, buscando concretizar uma obra integradora e de paixão. (GREGORY, 2002, p.69-70). Com efeito, “A marcha compreende um movimento orientado, cadenciado, disciplinado. Ela exige fé, solidariedade, entusiasmo, tenacidade. Mas, acima de tudo, disciplina.” (Lenharo, 1986, apud GREGORY, 2002, p. 70)

O automóvel, referido pelo autor, provavelmente seria o Ford Bigode, de propriedade de Harry Schinke (1903-1976), ex-militar, fotógrafo, farmacêutico e químico de origem alemã que havia se instalado na fronteira a convite de Jorge Schimmelpfeng, no início da década de 1920.²⁰⁸

Apesar disso, a partir de 1915, já que se registram algumas tentativas de exploração turística da região, ficando quase sempre restritas a iniciativas individuais. O problema é que o trajeto até as cataratas (situada a cerca de 25 quilômetros do centro da cidade) demorava em torno de 8 horas para ser realizado, o que tornava a exploração turística deste ramo uma atividade bastante custosa e cansativa. A inauguração do primeiro hotel na cidade deveu-se a outro “alemão” chegado à cidade a convite de Schimmelpfeng. Tratava-se de Frederico Engels. Batizado de *Hotel Brasil*, “Era um pequeno estabelecimento, mas atendia o diminuto ao movimento.” (WACHOWICZ, 1987, p. 33). O hotel foi inaugurado em 1915, funcionando num sobrado situado na Avenida Brasil, centro da cidade. Posteriormente, Engels inauguraria o Hotel dos Saltos, localizado em frente as Cataratas do Iguaçu, e que deu origem ao Hotel das Cataratas, um dos mais tradicionais e luxuosos de Foz do Iguaçu na atualidade.

O ritmo relativamente lento como as coisas ocorriam do lado brasileiro da fronteira, especialmente se comparado com aquilo que já faziam os argentinos no sentido de promover empresarialmente e em escala internacional, a exploração turística das Cataratas do Iguaçu, fez com que em 1937, o jornal curitibano *Gazeta do Povo* publicasse um artigo no qual definia Foz do Iguaçu como uma “maravilha em traje de mendigo”. (apud WACHOWICZ, 1987, p. 35). Nesse artigo, denunciava-se o contraste entre os meios criados para o acesso de turistas às Cataratas do lado argentino – incluindo a existência de serviços regulares de transporte, estradas em condições de trânsito, e inclusive hotéis de alto padrão -, e as dificuldades observadas no lado brasileiro, inclusive com relação ao isolamento da cidade devido a inexistência de uma estrada de rodagem em boas condições para se chegar à fronteira. Carlos Engels, cuja família administrava o único hotel de Foz do Iguaçu, lembrou em depoimento que, em contraste com Foz, os argentinos possuíam um hotel de “alto padrão e conforto, ambiente aprazível e uma completa cadeia de serviços para a manutenção de sua atividade turística, fatos que vinham a obscurecer mais ainda as nossas pretensões” (Carlos Engel, depoimento, apud WACHOWICZ, 1987, p.34).

²⁰⁸ Uma reportagem feita por uma prestigiada revista de Foz do Iguaçu, sobre a vida e o legado de Harry Schinke, realiza este registro: “Harry conheceu um argentino de Puerto Iguazú cujo filho estava doente. O alemão conseguiu curá-lo. Não cobrou nem pediu nada em troca. A família argentina, como forma de agradecimento, acabou dando de presente um carro, Ford Bigode – o primeiro automóvel da cidade. Até então o meio de locomoção era somente a charrete. Os turistas e a população demoravam em torno de oito horas para ir e para voltar de charrete das Cataratas do Iguaçu. Harry, como bom empreendedor, começou a transportar para as Cataratas as autoridades e turistas que chegavam ao primeiro campo de avião do município – hoje Clube Gresfi.” In: <http://100fronteiras.com/materia/harry-schinke-o-homem-que-foz-nao-deveria-esquecer>, matéria de 12/01/2016. 7. O campo de aviação referido na reportagem foi inaugurado no ano de 1935.

Figura 7. Automóvel (Ford Bigode) de Harry Schinke atolado na estrada que dava acesso à cidade de Foz do Iguaçu.

A foto, sem data, foi produzida pelo próprio Harry Schinke. Nela, além do automóvel de Schnike, aparece também o primeiro prefeito de Foz do Iguaçu, Jorge Schimmelpfeng – de quem o fotógrafo era amigo pessoal.

FONTE: Revista 100 Fronteiras.²⁰⁹



Nessa época, por assim dizer, Puerto Aguirre (atual Puerto Iguazu) era um povoado onde já existiam atividades portuárias e turísticas bem mais desenvolvidas se comparadas a Foz do Iguaçu, tornando-se, neste contexto, o grande epicentro turístico e comercial da tríplice fronteira. Ali, desde 1902, a empresa argentina *Nuñes y Gibaja* (que se dedicava à extração de madeira e erva mate na região, utilizando-se do sistema de *obrage*), construiu e inaugurou o primeiro hotel da região, e iniciou a exploração turística e a propaganda sobre os saltos das Cataratas (Saltos de Santa Maria) na Argentina e, inclusive na Europa. (WACHOWICZ, 1987, p.32). No início da

²⁰⁹ <http://100fronteiras.com/materia/harry-schinke-o-homem-que-foz-nao-deveria-esquecer> Acessado em 21/06/2017.

década de 1920 já se falava em “temporada de turismo às cataratas do Iguaçu” (WACHOWICZ, 1987, p.33).

Apesar de registrar esparsas atividades portuárias não oficiais, o pequeno povoado de Puerto Aguirre só havia começado a se desenvolver nos anos finais do século XIX, dentro do ciclo das *obrages*, e também já demarcando seu terreno na exploração turística. De acordo com a “Reseña Histórica” fornecida através do site oficial da Prefeitura Municipal de Puerto Iguazu, foi apenas em 1897 que os primeiros assentamentos de colonos foram registrados, período no qual se inicia também o interesse pelos saltos das Cataratas do Iguaçu. Sem mencionar o fator *obraje* como elemento a fomentar a ocupação e povoamento da margem argentina do rio Iguaçu, o texto dá ênfase ao interesse (inclusive governamental) em iniciar a visitação às Cataratas, permitido tanto pelo desmembramento recente da província de Misiones em relação a Corrientes – e, portanto, do objetivo em construir uma identidade territorial própria –, como também pela generosa e decisiva oferta financeira para a construção de uma estrada que permitisse o acesso às Cataratas por território argentino, realizada por Victoria Aguirre, cidadã argentina quem, posteriormente, receberia a homenagem emprestando o nome ao povoado. De acordo com essa descrição:

En 1882 el gobernador de Misiones Rudecindo Roca toma entre sus primeras medidas dividir el territorio provincial en cinco departamentos, nombrando al más boreal de ellos Iguazú, el río y sus estruendosos saltos eran una referencia inevitable para estos lares. Este departamento tuvo poca vida, ya que en 1898 la provincia fue nuevamente subdividida alcanzando 14 departamentos, llamando Frontera al que abarcaba Iguazú (además de los actuales San Pedro, General Manuel Belgrano y Eldorado). Ya había instalado un pequeño poblado en el lugar, por lo que en 1897 es designado como Juez de Paz Alberto Mugica. Ese mismo año Hummel emprendió junto a Gibaja y Núñez el primer viaje a las Cataratas, aunque la enmarañada selva impidió que lo realizase por el lado argentino, por lo que tuvo que rodearlo por el Brasil. No obstante, Hummel logró con este viaje que las autoridades hiciesen foco sobre esta zona. En 1901 el gobernador Lanusse viaja a Buenos Aires para interesar a la empresa naviera Mihanovich en realizar un viaje turístico por el río Paraná que arribase a Iguazú. El primer paseo en barco no cumplió su objetivo, ya que por la falta de camino entre la aldea y los saltos los pioneros turistas no pudieron conocer las mentadas cascadas. (MUNICIPALIDAD DE PUERTO IGUAZU, sitio eletrônico)²¹⁰

Segue o relato, no tocante à oferta financeira feita por Victoria Aguirre e o posterior desenvolvimento econômico e institucional do povoado argentino:

²¹⁰ “Reseña Histórica”, *Municipalidad de Puerto Iguazu* (site), consulta em 01/11/2017. Ver: <http://iguazu.gob.ar/resena-historica/>

Entre estos turistas iba Victoria Aguirre, quien se convirtió en una suerte de protectora del pueblo, al decidir donar una importante suma para la apertura del camino el 12 de agosto de 1901; esta suma fue aunada a una donación de Gibaja y Núñez. El acto fue considerado tan importante que se tomó como fecha simbólica de fundación. En 1902 el Gobierno Nacional se reserva las tierras que luego formarían uno de los 2 primeros Parques nacionales argentinos: el Parque nacional Iguazú. En 1907 se rematan las tierras del Iguazú, quedando el norte en manos de Domingo Arrayagaray y el sur en manos de Errecaborde. Gibaja y Núñez vuelven a entrar en escena al instalar el primer hotel en ese mismo año. Esto ocurrió aún antes de la aparición de la primera escuela, Comisaría y puesto de Subprefectura, lo cual acaeció en 1913. Como consta en la creación del Registro Civil en 1916, el pueblo era denominado en ese entonces Puerto Aguirre.²¹¹ En 1928 llega la primera Estafeta de Correos. (Idem)

Note-se que, de acordo com este relato oficial, o primeiro hotel de Puerto Aguirre teria surgido apenas em 1907 – e não em 1902, conforme informou Ruy Wachowicz, em trecho destacado anteriormente. De qualquer modo, o fato é que Puerto Iguazu (Puerto Aguirre) saiu na frente de Foz do Iguaçu no tocante a exploração comercial dos saltos das Cataratas do Iguaçu, e suas barrancas eram ainda um importante entreposto de atividades *obrageras*. Os relatos de Otília Schimmelpfeng sobre a chegada de vapores argentinos à região, demonstram isso claramente isto. De qualquer modo, para a memória local, a doação de Vitória Aguirre para a construção de uma estrada que desse acesso aos saltos das Cataratas do Iguazu a partir do território argentino marca o ponto inicial do surgimento da cidade, sendo adotada inclusive como referência pelo próprio município.²¹²

²¹¹ Apesar da mudança do nome da cidade para *Eva Perón* (município criado por decreto em 1951), e, depois de 1955, Puerto Iguazu (seu nome definitivo até os dias atuais), é importante registrar que na atualidade, a principal avenida de Puerto Iguazu leva o nome de Victoria Aguirre.

²¹² Em 1943, Puerto Aguirre voltou a ser denominada Iguazú. Em 1951, o presidente argentino Juan Domingos Perón decretou a alteração do nome do município para Eva Perón, através do Decreto Presidencial Nº 7.941 (24 de abril de 1951). Após a queda de Perón através de um golpe militar em 1955, o novo governo retomou o nome original, Puerto Iguazú. Apesar dessas mudanças de nome, é importante registrar que a principal avenida de Puerto Iguazu se chama Vitória Aguirre, homenageando assim aquela que é considerada pela memória local a grande incentivadora para o desenvolvimento urbano e econômico de Puerto Iguazu. Além disso, desde 1991, ficou estabelecido, através de decreto (Decreto nº 57/91) elaborado e sancionado por uma comissão legislativa municipal (Conselho deliberante de Puerto Iguazu), que a data de fundação do município a ser adotada oficialmente seria 10 de setembro de 1901, ocasião que marca a chegada da primeira excursão às Cataratas do Iguaçu. (CURY, 2010: 144)

3.2. Memórias do contrabando²¹³

Ainda no início do ciclo de exploração turística a partir de Puerto Iguazu, portanto, animados com a construção da estrada que levaria às Cataratas do lado argentino, os proprietários da obra *Nuñez y Gibaja* decidiram construir o primeiro hotel na localidade. (SILVA, 2014, p. 36-37). Essa empresa já atuava no ramo de exploração de erva mate e madeira, razão pela qual possuía e administrava pequenos portos ao longo dos rios Paraná e Iguaçu, além de possuírem navios próprios com os quais traziam peões e víveres para suas propriedades. Com o tempo, também passaram a realizar viagens regulares para trazer passageiros, turistas e autoridades, além de itens para serem comercializados nas três fronteiras.²¹⁴

Na margem brasileira, as autoridades estaduais e federais ainda buscavam soluções que pudessem integrar a região oeste ao restante do Estado do Paraná, e que tornassem viáveis sua colonização e sua exploração econômica. Narra Wachowicz que:

O cônsul brasileiro de Posadas, em seus relatórios para o Itamarati, via neste turismo uma fonte de renda e um fator propulsor da colonização. Para o referido diplomata, o fluxo de imigrantes suíços e alemães que já se notava para a região, foi motivado pela propaganda que os turistas faziam. Essa imigração era formada por indivíduos de regular instrução que traziam capital e um plano de ação de antemão traçado, dando a impressão de que tinham conhecimento do meio onde iriam atuar. Afirma ainda o cônsul, que o governo brasileiro deveria adotar medidas, a fim de possibilitar o surgimento de uma via brasileira de acesso aos Saltos do Iguaçu, através do Estado do Paraná. Para a concretização desse plano, o ideal seria a construção de uma ferrovia para Foz do Iguaçu, mas reconhece que isto, na atualidade, era impossível. Sugere então a construção de uma *verdadeira* estrada de rodagem, o que estimularia os empresários a construírem um hotel compatível junto aos saltos. Os grandes obstáculos ao turismo brasileiro para a região, eram o isolamento de Foz do Iguaçu, e as grandes distâncias a serem percorridas. (WACHOWICZ, 1987: 33)

Aparecida Darc de Souza critica essa maneira como a historiografia tratou o desenvolvimento urbano e econômico da tríplice fronteira, atrelando este processo ao desenvolvimento do turismo. Para essa autora, o turismo até existia por esses tempos idos,

²¹³ Subtítulo adaptado da comunicação apresentada por Aparecida Darc de Souza durante o XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH (São Paulo, julho 2011). O título da comunicação era: “Memórias e histórias do contrabando em Foz do Iguaçu” (SOUZA, 2011).

²¹⁴ Ruy Wachowicz constata que, em 1919, três empresas – todas argentinas – realizavam o transporte regular fluvial de mercadorias e passageiros de Posadas até a região da foz do rio Iguaçu. Eram elas: *Companhia Mercantil y de Transporte Domingos Barthe*, com os navios *Tembey* e *Bell*, que partiam de Posadas todos os dias 10, 20 e 30 de cada mês; a empresa *Nuñez Gibaja y Co*, com os vapores *Salto* e *España*, que partiam todos os dias 04, 14 e 24 de cada mês; e a companhia *Juan B. Molla*, com o navio *Iberá*, que saía todos os dias 08, 18 e 28 de cada mês. (WACHOWICZ, 1987; 19)

mas era bastante esporádico e endêmico, não se constituindo jamais como fator econômico e social de tamanha relevância para a região. No final da década de 1940, por exemplo, de acordo com um levantamento realizado pela autora, existiam em Foz do Iguaçu cinco fábricas de aguardente (duas delas localizadas na sede do município) e dois moinhos, uma padaria, uma fábrica de torrefação de café e uma fábrica de vinhos. Com efeito, conclui “A sinopse estatística sobre Foz do Iguaçu, realizada pelo IBGE-PR, no final da década de 1940, indicou que as atividades relacionadas à exploração agrícola e industrial eram as principais fontes de arrecadação do município.” (SOUZA, 2009a, p. 100-101)

Referindo-se especificamente ao caso de Foz do Iguaçu, a autora entende que o tipo de narrativa que transformou o turismo como atividade hegemônica ao longo da história dessa cidade, foi, na verdade, uma construção feita pelas elites locais (iguauenses). Estas precisavam reafirmar sua hegemonia e seu papel dominante na história do município, ameaçados, no início da construção de Itaipu, pela transferência de uma nova elite estatal e tecnocrática:

Visitas turísticas à Foz do Iguaçu não eram propriamente uma novidade, na década de 1970. Ao contrário, já existia e baseava-se, fundamentalmente, na visita às Cataratas do Rio Iguaçu. O que havia de novo era a elaboração de uma proposição que identificava, nessa atividade, o núcleo para onde deveriam convergir todos os investimentos públicos municipais e, principalmente, federais. Desde então, o turismo passou a ser definido como a principal atividade econômica local. Desse modo, a construção de uma memória de Foz do Iguaçu como cidade turística foi uma estratégia importante de legitimação dos interesses dos defensores dessa proposição: o domínio sobre o passado, ou melhor, sobre seu significado no presente. (SOUZA, 2009a, p.10-11)

Assim, o turismo não teria tido este papel tão relevante atribuído pelas elites locais – geralmente vinculadas ao empresariado que surgiu na cidade. Além disso, segundo Souza, o discurso que torna o turismo fator central do desenvolvimento urbano de Foz do Iguaçu acabaria não apenas por reafirmar um suposto papel protagonista na história da cidade para determinados segmentos de sua elite empresarial local, como também (e principalmente) acabaria por apagar outras práticas, memórias e identidades sociais forjadas a partir de vivências que não necessariamente se relacionavam ao turismo. Entre elas, o contrabando de madeiras, café e outras mercadorias, atividades agropastoris e domésticas, comércio, atividades madeireiras, construção civil, etc. Para esta autora, o tipo de memória vinculada ao arquétipo do *pioneiro* (membros da elite empresarial e política que teriam ditado o ritmo do desenvolvimento urbano dessa cidade)

...produziu uma memória da cidade que silenciou a voz de outros sujeitos, como os trabalhadores e as populações ativas, existentes na região. Em suas narrativas, não houve lugar para a história dos homens que desmataram os campos, que carregaram e alinharam as pedras na construção das estradas, dos carpinteiros e pedreiros que construíram as pontes e os hotéis, das lavadeiras e cozinheiras e outros tantos trabalhadores, cuja labuta também foi importante para a formação da cidade de Foz do Iguaçu. Ao mesmo tempo, esse silêncio sobre todas essas pessoas contribuiu para construir uma história homogênea e ausente de conflitos e contradições sociais. (Souza, 2009a, p.108)

Corroborando as observações feitas por esta autora, percebemos a elaboração de discursos oficiais que ainda hoje insistem em invisibilizar práticas sociais e relações de trabalho e sobrevivência vividos nessa fronteira até o início da década de 1970. Em seu site oficial, a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu divide a história da cidade em quatro grandes ciclos econômicos, que teriam ditado o ritmo desigual de crescimento urbano e populacional, e conformando a cidade tal como a conhecemos hoje:

- 1) *Extração da Madeira e Cultivo da Erva Mate* (1870-1970), quando a cidade teria apresentado uma evolução demográfica na ordem de 33.966 habitantes.
- 2) *Construção da Usina de Itaipu* (1970 / 1980), que teria sido responsável por um acréscimo populacional de mais de 100.000 pessoas no espaço de apenas uma década.
- 3) *Exportação e Turismo de Compras* (1980 / 1995), relacionado ao início do comércio de importados com o Paraguai (Ciudad del Este), quando a cidade teria recebido mais 74.861 novos moradores.
- 4) *Comércio, Turismo de Compras e Eventos* (a partir de 1995 aos dias atuais), quando, em apenas 15 anos (1995-2010), teria sido observado um incremento populacional de mais 108.007 pessoas.²¹⁵

Observe que os dados fornecidos acima “minimizam” a evolução histórica vivida pela cidade no período anterior à década de 1970 (quando tem início a construção da Usina de Itaipu). É verdade que, mesmo nessa narrativa oficial, o turismo sequer é citado como fator de desenvolvimento urbano de Foz do Iguaçu até aquele período, aparecendo como protagonista apenas a partir de 1980 (3º ciclo). Porém, essa narrativa produzida pela Prefeitura reduz toda a dinâmica social da fronteira única e exclusivamente ao comércio de madeiras e erva-mate, que eram, a rigor, atividades típicas das *obrages*. Nos depoimentos levantados junto a trabalhadores que viveram na cidade naquele período, Souza identifica uma gama muito variada de outras formas de trabalho e sobrevivência compartilhadas entre os moradores, surgindo assim outros “ciclos” não reconhecidos pela memória oficial. Dentre eles, tínhamos: o contrabando de gêneros

²¹⁵ Vide: *Dados Socioeconômicos de Foz do Iguaçu – 2011*. Documento oficial da PMFI. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=62501>, p.9. Consultado em 01/12/2017.

alimentícios trazidos da Argentina para serem comercializados na forma de varejo em Foz do Iguaçu, e que a autora identifica como prática comum entre os moradores da cidade desde pelo menos a década de 1940. (SOUZA, 2009a, p.158);²¹⁶ também o contrabando de café e farinha, que tiveram seu auge entre os anos 1950 e 60, e que eram feitos em larga escala, sendo os trabalhadores apenas mão-de-obra nesse elo.²¹⁷ Ainda, registra-se o trabalho em olarias e beneficiamento de madeiras em serrarias próximas as barrancas do rio Paraná, e que predominou até meados da década de 1970 (Idem, p.179).

Corroborando a importância dessas práticas (contrabando) para a sobrevivência dos trabalhadores da cidade neste contexto de isolamento geográfico que a cidade de Foz do Iguaçu vivia em relação a outros centros urbanos paranaenses, José Fagnani e Heriberto Machado, no já citado livro comemorativo sobre o centenário de Foz do Iguaçu (2014), também enfatizaram a importância dessas práticas, tomando como marco temporal o período que vai pelo menos até a década de 1950, quando, segundo os autores, o surgimento de estradas de rodagem começou a alterar o panorama. De acordo com essa publicação:

O abastecimento de gêneros alimentícios na cidade de Foz do Iguaçu, desde os remotos tempos da Colônia Militar do Iguassú, no início do século XX, vinha sendo feito pelo comércio argentino. A maioria da população era de argentinos que trabalhavam na extração e exportação de erva-mate e aproveitavam os “vapores” para trazer a mercadoria necessária para abastecer a Colônia, depois, Vila Iguassú e, pouco tempo depois, Município de Foz do Iguaçu. Essa situação perdurou até os anos 1950, quando a estrada de rodagem – com melhores condições – possibilitou a chegada de víveres a partir de Curitiba, Ponta Grossa ou Guarapuava, com mais brevidade. (FAGNANI, MACHADO, 2014, p. 105)

²¹⁶ Essa atividade teve seu auge nos anos 1960 até meados dos anos 1970, sendo reprimida pelos argentinos nessa década (SOUZA, 2009a, p. 169), mas sendo retomada nas décadas seguintes. Ainda hoje, é praticada em menor escala (com fins de comércio varejista, como ocorria), dado que a construção da ponte entre Brasil e Argentina (1985) diminuiu sensivelmente as dificuldades que significava buscar mercadorias do lado argentino. Na época, antes da ponte, era preciso tomar uma balsa que saía da margem do rio Iguaçu, na região do Porto Meira, e atravessar o rio. Do lado de lá, subia-se um morro íngreme até o local onde funcionavam as casas comerciais. Após comprada a mercadoria, era necessário carregá-la morro abaixo; novamente balsa, morro acima (lado brasileiro) e finalmente ônibus. Dentre as mercadorias comumente trazidas, registravam-se produtos geralmente bastante pesados, tais como alho, cebola, maçã e pêssegos, alimentos e doces enlatados, chocolate, azeitona, azeite e frutas cristalizadas.

²¹⁷ (Aparecida Darc de Souza): “Talvez, o traço mais claro que separa esse tipo de ‘contrabando’ dos demais, na lembrança dos trabalhadores, reside no fato de que era organizado em grande escala. Os trabalhadores eram ‘empregados’ nesse serviço. Não negociavam a compra e a venda da mercadoria. Constituíam, apenas, uma força de trabalho, contratada para efetuar o transporte do café. A esse respeito, o senhor Erasmo conta que muitas pessoas que trabalhavam nas roças, durante o dia, ‘empregavam-se’ no transporte de mercadorias, durante a noite. Embora a atividade fosse considerada ilegal, havia justificativa para a participação dos trabalhadores nela. Estavam ‘trabalhando’.” (Idem, p.175)

O memorialista iguaçuense Perci Lima menciona a existência de uma estrada de rodagem em condições de tráfego já a partir da década de 1930.²¹⁸ Como o trecho asfaltado da BR-277 é, hoje, a única rodovia oficial a ligar Foz do Iguaçu ao restante do Estado do Paraná, supõe-se que um e outro autor estejam se referindo à estrada aberta pela expedição militar de 1889. Antes da BR-277 chegar às portas da cidade em 1969, a velha e precária estrada aberta em 1889 continuou sendo o único acesso à cidade através do estado do Paraná jamais recebendo qualquer melhoria, como asfaltamento ou cascalhamento, e acabou sendo abandonada, destinando-se na atualidade apenas ao uso turístico e paisagístico, e trânsito de moradores das comunidade rurais em seu entorno. A tal estrada de rodagem “melhorada” na década de 1950, conforme apontada na citação destacada acima, provavelmente já se valia da abertura de novos ramais rodoviários que surgiram à medida que foram se desenvolvendo novos núcleos urbanos nas regiões de colonizações planejadas ocorridas na periferia rural de Foz do Iguaçu²¹⁹ naquele período, e que ajudaram a resolver o problema de comunicação rodoviária do extremo-oeste paranaense em relação a outras regiões do Estado.

Os autores destacados acima definem ainda mais dois *ciclos* na história de Foz do Iguaçu relacionados à prática do contrabando como atividade de subsistência econômica para parte da população da cidade. Isto, muito antes do desenvolvimento, em larga escala, do comércio de brinquedos e eletrônicos em Ciudad del Este, que nos anos 1980 passariam a monopolizar as atenções das autoridades locais. De acordo com estes autores:

Nos anos 60, houve um incremento de compras no mercado argentino. A farinha de trigo era um produto que tinha uma grande necessidade em Foz do Iguaçu – o preço argentino também era convidativo. Teve início – em maior escala – o contrabando. Muita gente se aventurou para atravessar o Rio Iguaçu com sacas de farinha de trigo. As autoridades tiveram muito trabalho. Os “contrabandistas” brasileiros, quando eram presos pelos argentinos, sofriam muito. Foi uma década conturbada na fronteira. Os iguaçuenses arrumaram uma “outra atividade”: contrabandear café para o Paraguai, desde Guaíra até Foz do Iguaçu. O café – sem pagar

²¹⁸ “Na década de 1930, com a melhoria da estrada, melhorou também o correio. Os serviços de remessa e entrega de correspondência passam a ser feito por ônibus, quando da implantação da primeira linha de ônibus que ligava Foz a Curitiba”. (LIMA, 2001, p. 43)

²¹⁹ Tomamos de empréstimo o termo “periferia rural” para se referir as áreas mais afastadas da sede municipal de Foz do Iguaçu, e que seriam alvo de colonizações planejadas e posterior desmembramento ao longo dos anos 1950. O conceito aparece no *Plano de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu: Diagnóstico*, de Carlos Águedo Paiva. Este estudo, informa o autor, foi encomendado pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, através do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu (CODEFOZ). Publicado em abril de 2014. Disponível em: <http://www.hlucas.com.br/blog/wp-content/uploads/2014/04/PDE-FOZ-COMPLETO-2014.04.24.pdf> . O termo em questão aparece na página 13 do referido documento.

impostos – era levado para o Paraguai e depois “revendido” para o Brasil com menor carga tributária. Outro grande problema surgiu. Mais um ilícito na fronteira para as autoridades coibir. (. (FAGNANI, MACHADO, 2014, p. 105)

).

Além das práticas descritas acima, poderíamos citar outras atividades comuns ao cotidiano da cidade entre os anos 1950-70, tais como pesca e aquelas relacionadas à lida rural, criação e comércio de produtos como ovos, galinhas, suínos e leite, hortaliças e roçados, etc. Tratavam-se de atividades ainda bastante presentes na Foz do Iguaçu dos anos 1980, período em que antigas áreas rurais situadas fora do perímetro urbano (áreas de pastagens e lavouras) apenas começavam a ser incorporadas pela construção civil para dar origem a sua atual periferia urbana. (GONZALEZ, 2005)²²⁰ Neste período, teve um peso importante a construção da usina de Itaipu e a realização de outros empreendimentos internacionais na fronteira, e que passaram a operar como fatores de atração de novos fluxos migratórios e imigratórios diferentes daqueles que haviam sido observados historicamente na fronteira (paraguaios, argentinos, alemães, ucranianos, poloneses; e depois de 1940, também árabes, especialmente libaneses). Ao final da década de 1970, a cidade também passaria receber o incremento de uma imensa comunidade de trabalhadores oriundos das mais diversas regiões geográficas do país: nordestinos, nortistas, paulistas, mineiros, gaúchos, catarinenses e até paranaenses de outras regiões do Estado, a maioria deles peões e trabalhadores da construção civil. Somados a estes, estavam também coreanos, chineses e novos contingentes de imigrantes árabes, indianos, palestinos, etc. Foz do Iguaçu e a própria tríplice fronteira passavam a ganhar uma nova configuração sócio-cultural, deixando para trás suas raízes essencialmente *platinas*, para se transformar nessa cidade multicultural dos dias atuais. Voltaremos ao tema adiante.

²²⁰ “A cidade viveu um acelerado processo de urbanização, que transformou antigas áreas rurais em novos bairros, para acomodar a crescente população, atraída pela obra ou expulsa pela formação do lago. Segundo levantamento feito pelo IPARDES (1984a), entre os anos de 1974 e 1982, o poder público municipal de Foz do Iguaçu aprovou a abertura de, aproximadamente, 79 loteamentos urbanos. Antigas áreas rurais, como Rincão São Francisco, Jardim São Paulo, Porto Meira e Três Lagoas, foram, rapidamente, ocupadas por habitações populares. (...) Concomitantemente, cresceram, também, o número de áreas ocupadas por habitações precárias, fenômeno resultante, em grande medida, do aumento do custo de vida, da especulação imobiliária e do acelerado crescimento demográfico. Em 1977, o governo municipal de Foz do Iguaçu já implementava projetos de desfavelamento (FOZ DO IGUAÇU, 1980, p.38), na cidade.” (Idem, p.180)

3.3.. Os paraguaios da *tríplice fronteira*

Ainda na década de 1940, quando a região começou a ser ocupada demograficamente por migrantes “nacionais”²²¹ trazidos pelas empresas colonizadoras, observávamos uma maciça presença de paraguaios vivendo no lado brasileiro da fronteira, ainda que os primeiros esforços de nacionalização já estivessem começando a surtir efeito. Eram muitas as atividades econômicas que utilizavam mão de obra paraguaia, mesmo com o declínio das *obrages* – algo que vinha ocorrendo desde a passagem da Coluna Prestes, nos anos 1920. O processo de nacionalização forçada da fronteira levou o governo de Getúlio Vargas (1930-45) a permitir e incentivar empreendimentos colonizatórios sobre essa região.²²² Iniciadas as colonizações *sulistas* a partir de 1946, os trabalhadores paraguaios se mostrarão indispensáveis para a abertura de estradas, formação de pastagens, derrubada de madeira e limpeza dos lotes para formação das novas vilas. Empresas que realizaram a colonização da região (como a gaúcha MARIPÁ) selecionavam os colonos por critérios geográficos e étnicos, limitando e direcionando sua propaganda apenas para comunidades rurais ítalo-germânicas dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Apesar disso, fizeram largamente o uso de trabalhadores paraguaios nessa etapa inicial, algo de fundamental importância sem o que os próprios empreendimentos colonizatórios corriam o risco de não prosperarem. De acordo com Wachowicz:

Indiscutivelmente, grande obstáculo para os colonos na abertura da mata e no pesado trabalho que encontraram em Toledo, não era o árduo trabalho braçal numa região sub-tropical, e sim os mosquitos. A

²²¹ A razão das *aspas* que utilizamos sobre o termo (nacionais) decorre do fato de que a maioria dos migrantes trazidos por empresas colonizadoras gaúchas para a região oeste do Paraná nesta ocasião, eram majoritariamente descendentes de colonos europeus que haviam imigrado ao Brasil entre o final do século XIX e a década de 1930; e que, paradoxalmente, apenas alguns anos antes de chegarem ali, haviam sido alvo de políticas segregacionistas e restritivas por parte do governo de Getúlio Vargas, após este se associar aliados e ingressar na 2ª Guerra Mundial contra o “Eixo” (Alemanha/Itália/Japão). Na ocasião, a polícia política varguista passou a perseguir e acusar inúmeros membros das regiões de colonização ítalo-germânicas do Sul do Brasil, de serem colaboradores, agentes ou pelo menos simpatizantes da causa nazi-fascista. Nesta ocasião, as comunidades ítalo-germânicas foram colocadas sob suspeição, acusados constantemente de serem “inimigos do Brasil”. Menos de uma década depois, estes mesmos descendentes de ítalo-germânicos eram designados para ajudar a “nacionalizar” a fronteira brasileira do oeste do Paraná.

²²² Empresas como a Colonizadora Maripá ficaram responsáveis por planejar e executar a colonização da região oeste do Paraná, destacando-se: *Pinho e Terras Ltda*, com as seções *Piquiri*, *Céu Azul*, *Porto Mendes* e *Lopeí*, que abrangia grandes áreas dos atuais municípios entre Cascavel e Foz do Iguaçu; *Industrial Agrícola Bento Gonçalves Ltda*, que colonizou o pólo micro-regional de Medianeira; a Colonizadora Gaúcha Ltda., que colonizou a região de São Miguel do Iguaçu; e a Colonizadora Matelândia Ltda. Oeste, que colonizou a região de Matelândia. A MARIPÁ, a mais importante entre elas, atuou na região que hoje abarca os atuais municípios de Marechal Cândido Rondon, Toledo, Quatro Pontes, Pato Bragado, Entre Rios e Mercedes. À época, toda essa região pertencia a Foz do Iguaçu.

quantidade de pernilongos e borrachudos era tamanha, que os mesmos tornavam-se insuportáveis para os colonos procedentes de áreas temperadas do Rio Grande do Sul. O fundador de Toledo, Alfredo Paschal Ruaro, afirma que dos 200 pioneiros ali chegados para iniciar os trabalhos da Maripá, praticamente todos foram embora. Sobraram apenas sete. O padre Patuí, primeiro vigário da localidade, diverge nestas observações apenas no número. Para ele, dos 70 pioneiros, todos fugiram. Ficou apenas um. O essencial permanece: praticamente todos fugiram. A situação tornou-se desesperadora. Estava ameaçada toda a empreitada. Para que isso não ocorresse, só havia uma solução: apelar para a mão-de-obra paraguaia. Dos *mensus* paraguaios ainda muitos permaneciam na região, principalmente nas margens do rio Paraná. Se preciso fosse, recrutar-se-iam os mesmos, no próprio Paraguai. Afirma Ruaro que, com sete colonos que restaram, começaram a recrutar paraguaios. [Ruaro] “(...) que são muitos práticos e enfrentam bem essa dureza do sertão. Existiam ainda alguns sobre a Fazenda Britânia”. (WACHOWICZ, 1987, p. 169).

Valdir Gregory corrobora o relato acima, que versa sobre a utilização de trabalhadores paraguaios na execução de obras de infraestrutura pela empresa MARIPA logo nos primeiros anos da colonização dessa região. De acordo com este autor,

Em junho de 1946, Luiz Alberto Dalcanalle teria ajustado com João Ferreira, empreiteiro de derrubadas de mato e de comércio de madeiras, de Santa Helena, a derrubada de uma extensão de mata para a localização da futura cidade de Toledo. Contudo, esse acerto não foi levado a cabo, tendo que, depois, Zulmiro Ruaro arregimentar grupos de paraguaios, quando em disponibilidade, para executar serviços. Os mesmos foram contratados, também, para a abertura de estradas, seguindo antigas picadas.” (GREGORY, 2002, p. 128).

Luiz Alberto Dalcanalle, citado no texto, era um dos sócios-acionistas da empresa colonizadora Maripá.²²³ Neste mesmo estudo, Gregory apresenta o tamanho da “empreitada” realizada pela colonizadora sul-riograndense no oeste do Paraná:

²²³ A empresa MARIPÁ havia adquirido as terras da *Fazenda Britânia*. Essa fazenda pertencia a obrage *Compañia de Maderas del Alto Paraná S/A.*, que operava desde 1907 no território brasileiro. Em 1941, favorecidos pelas políticas nacionalistas e agrárias de Getúlio Vargas, empresários do Rio Grande do Sul interessados no comércio de madeiras, adquiriram a massa falida da antiga obrage argentina. Mais tarde, em 1946, a entrada de novos acionistas (com destaque para Willy Barth, empresário sul-riograndense de origem germânica) levou a empresa a se interessar também pela divisão dos lotes rurais da Fazenda Britânia e seu comércio junto a agricultores de origem alemã e italiana de seus Estado de origem. A empresa colonizadora, assim constituída, e com sede em Porto Alegre, passou a operar com o nome Companhia Colonizadora Madeireira Rio Paraná Ltda – daí a origem da sigla MARIPÁ: De acordo com Gregory, “A MARIPÁ adquiriu, em 1941, da Companhia Madeireira del Alto Paraná, uma área de 274.846 hectares de terra (2.748 Km²), denominada Fazenda Britânia, que estava coberta por intensa vegetação de mata latifoliada e de algumas manchas de pinheiros que começaram a ser exploradas, a partir do final dos anos 40, atendendo o comércio da madeira, no início, e, depois, cedendo lugar para as lavouras dos colonos sulinos.” (GREGORY, 2002: 105).

O Relatório da Diretoria da MARIPÁ de 31 de dezembro de 1946, assinado pelos diretores Júlio G. A. Bastian, Egon Bercht e Alfredo Ruaro, destaca a abertura de 130 quilômetros de estradas, a construção de 4 pontes, 12 pontilhões, 20 bueiros. Em 1956, ou seja, dez anos depois, a Companhia tinha construído mais de 2500 km de estradas de terra.” (GREGORY, 2002, p. 131)

Ainda que a empresa Maripá tivesse uma boa infraestrutura para executar os serviços pesados (incluindo caminhões, tratores esteira e até mesmo duas motoniveladoras ou *patrolas*), parece impossível pensar que o sucesso deste empreendimento colonizatório pudesse ter ocorrido sem o emprego dos *peões* paraguaios. Os dados colhidos por Valdir Gregory a partir apenas dos documentos e relatórios existentes nos arquivos da empresa Maripá (que o autor estudou de maneira mais detida) podem ser generalizados para os outros empreendimentos colonizatórios que estavam sendo levados à cabo no oeste do Paraná, dadas as condições serem semelhantes.²²⁴

Mesmo com o declínio das *obrages* e o fim do ciclo da erva-mate, ocorrido ainda no decorrer dos anos 1930,²²⁵ a atividade madeireira continuou a todo vapor na região oeste do Paraná, sendo a ponta-de-lança a sustentar e viabilizar economicamente os empreendimentos colonizatórios em sua etapa inicial.²²⁶ A empresa Maripá, assim como outras empresas colonizadoras (além de algumas *obrages* que seguiam atuando na região) passaram a atuar no ramo madeireiro, empregando sobretudo trabalhadores paraguaios. Nessa época, várias empresas madeireiras surgiram nas margens brasileira e paraguaia do rio Paraná. Josefa Saracho, entrevistada por este autor em 2010, chegou à região da tríplice fronteira na década de 1950, vinda de Itaquirí, no leste paraguaio (departamento

²²⁴ Entre essas empresas, é possível destacar: *Pinho e Terras Ltda*, com as secções *Piquiri*, *Céu Azul*, *Porto Mendes* e *Lopei* (e que praticamente abrangia grandes áreas entre os atuais municípios de Cascavel a Foz do Iguaçu); *Industrial Agrícola Bento Gonçalves Ltda.* que colonizou o pólo micro-regional de Medianeira; *Colonizadora Gaúcha Ltda.*, que colonizou a região de São Miguel do Iguaçu; e a *Colonizadora Matelândia Ltda*, além da própria *Colonizadora Maripá*.

²²⁵ Wachowicz aponta que desde os primeiros anos do século XX, o governo argentino de Misiones vinha estimulando o desenvolvimento e plantio de ervatais na própria província, inclusive com o emprego de técnicas científicas avançadas e a assessoria de agrônomos norte-americanos para este fim. A ideia era encurtar a distância entre a produção e o embarque, assim como escapar das taxas impostas pelo governo brasileiro à exportação deste produto. Com efeito, “Como resultado dessa política, em 1922, já existiam em Misiones 5.000 hectares cobertos com plantações de erva mate. Já em 1925, esta superfície havia quadruplicado. A erva mate estava plantada em mais de 20.000 hectares e em 1926 atingia 25.000 hectares, com aproximadamente 18 milhões de plantas. (...) Com a adoção dessa política por parte da Argentina, as exportações de erva mate do extremo oeste paranaense para este país, começaram a ter, senão um declínio rápido, ao menos uma diminuição lenta e contínua.” (WACHOWICZ, 1987, p. 157-158). O autor aponta ainda que o declínio paulatino das exportações de erva mate ao longo dos anos 1920 e 30, levaram ao declínio das *obrages* que existiam no extremo-oeste do Paraná, sendo provavelmente este um dos fatores responsáveis por sua extinção até o início da década seguinte. (Idem, p.159).

²²⁶ “A renda da Companhia provinha basicamente da venda de madeiras, de terras e da inversão de capitais em atividades econômicas locais.” (GREGORY, 2002, p.131)

de Alto Paraná, cidade situada há cerca de 100 quilômetros de Foz do Iguaçu). Na ocasião, veio acompanhando sua irmã, que já era casada, cujo marido viera trabalhar em uma das muitas empresas madeireiras que existiam nas margens do rio Paraná, na cidade de Foz do Iguaçu. No caso, sua família veio trabalhar na madeireira Carlos Sbaraini Ltda: ²²⁷

A minha irmã tava aqui mesmo. Ela foi com... Argentina. Ela ela mora no Santo Antônio [San Antônio, na fronteira entre Argentina e Brasil, através do Parque Nacional do Iguaçu]. Na Argentina e Brasil, né? Depois ela veio aqui. O marido dela veio trabalhar ali no Sbaraini. Aí ela dije: “Mas vamo mandá buscá!” Porque eu anda só com a minha família, com minhas crianças. Porque eu não tenho marido! [seus filhos] Tudo tem pai, siempre... paraguaio no ajuda ninguém! (risos). Eu tenho criança. Tudo tem pai. Me ajuda así... pra estudar, eles compra material da escola, ropa nova, pra mandar fazer aqui, né? Mas a gente não é assim, como se dice... a preguiça no termina nunca! Mas eu trabalha... isso que eu digo. Veio una mulher aqui. Ela queria chipa. Eu disse pra ela: “como que vou fazer mais chipa? Até meu dedo tá me doendo!” Quanto tempo eu andava na fazenda. Eu no tirava leite. Eu trabalha, menina. Eu trabalha! (...) Eu trabalhava na roça. No Paraguai. E aqui, a mesma coisa! Quando nos viemos aqui, o patrão Sbaraini teve aqui. E ele deixou pro personal que trabalha com ele, deixou que ele plantasse. E eu plantava milho, plantava mandioca, eu tenho aqui pato... cantidad de pato, cantidad de galinha, porco. Depois nos último tempo eu tenho até vaca! Hê... uma vaca leiteira! (SARACHO, 2010, entrevista).

Conforme narrou, a depoente, embora já tivesse filhos (a mais nova, com 3 anos de idade), ao vir para Foz do Iguaçu, não possuía marido. Na cidade, fixou residência no bairro Porto Meira, zona sul desta cidade, onde vive até os dias atuais. Nessa época, este bairro – situado na região mais extrema da confluência dos rios Paraná e Iguaçu – possuía várias madeireiras em operação. Também, desde seus primórdios, havia um número significativo de paraguaios vivendo nessa região da cidade, e até hoje é muito comum encontrarmos entre seus moradores “sobrenomes paraguaios”, tais como Saracho (família numerosa no bairro), Paniágua, Pacheco, etc.

Aparecida Darc de Souza identificou este “ciclo da madeira” ocorrido na região das barrancas de Foz do Iguaçu, situando-o entre os anos 1930 (com a decadência do comércio de erva-mate), até os anos 1970, quando a madeira praticamente se esgotou na margem brasileira. De acordo com essa autora:

²²⁷ Residente no bairro de Porto Meira, em Foz do Iguaçu. Entrevista concedida ao autor da pesquisa em 05/04/2010. Na atualidade, a depoente possui 92 anos de idade.

A exploração e exportação de madeira para Argentina foi uma atividade econômica que caracterizou a história de Foz do Iguaçu, desde sua fundação até o final da década de 1960. A decadência do sistema obragero, ocorrida entre as décadas de 1930 e 1940, não implicou o fim da exploração da madeira, na região. A frente de colonização agrícola, incentivada pelo governo brasileiro, trouxe, para a região, diversas indústrias de exploração e exportação da madeira como: Carlos Sbaraini S/A, Industria e Comércio Amambahy e Industrial Madeireira Paraná Ltda. Os dados do IBGE indicaram que, ao final da década de 1950, 70% dos estabelecimentos industriais eram ligados à indústria extrativista vegetal. Estas madeireiras dirigiam toda a sua produção ao mercado argentino. Os fatores que explicam o declínio desta indústria, em Foz do Iguaçu, segundo a análise feita por Silva (2000, p.98), deve-se ao avanço da ocupação agrícola, que começava a constranger a exploração extrativista, e ao esgotamento das reservas naturais. A madeira se tornava cara porque exigia que se avançasse, ainda mais, para o leste, distante das indústrias localizadas nas margens dos rios Iguaçu e Paraná. (SOUZA, 2009a: p.172, rodapé)

Neste estudo, Souza também identificou vários trabalhadores das mais diversas origens geográficas e profissões, com destaque para o numeroso grupo de paraguaios, muitos dos quais trabalhando nas madeireiras existentes na cidade e região naqueles idos.²²⁸ Em muitos depoimentos, não é possível identificar com clareza quantos depoentes possuíam origem paraguaia ou argentina. Embora seja informado pela autora que eles tenham nascido em Foz do Iguaçu, alguns nomes de batismo que aparecem citados na tese são bastante característicos daqueles usados pela comunidade paraguaia e argentina e seus descendentes na cidade. De qualquer modo, destacam-se naquele estudo algumas trajetórias de trabalhadores e trabalhadoras paraguaios que, desde muito cedo, desbravaram a cidade e ajudaram a constituir a feição urbana e social da tríplice fronteira, e que ajudam a lançar luzes sobre os vários fluxos imigratórios e as diversas motivações que trouxeram esses trabalhadores à região da tríplice fronteira a partir dos anos 1950.²²⁹

Essa imensa comunidade paraguaia que irá se formar na cidade, além de empregar-se nas atividades madeireiras, também passarão a desempenhar outras atividades diversas, tais como roçado, criação de animais e pequenos serviços domésticos, conforme aparece no próprio depoimento de Josefa Saracho; e também atividades de

²²⁸ No total, a autora produziu e utilizou 26 entrevistas com trabalhadores dos mais diversos ramos, muitos dos quais nascidos na cidade desde o final da década de 1920, e outros que haviam chegado a Foz do Iguaçu a partir dos anos 1950.

²²⁹ Entre os depoentes abordados pela autora, de origem assumidamente paraguaia, destacam-se: *Eufrásio*, à época com 77 anos, natural de Coronel Oviedo, e que veio a Foz do Iguaçu ainda em 1956 para trabalhar em madeireiras da cidade; *Irma*, à época com 68 anos, natural de Hernandárias (PY), e que precisou sair do país após a ascensão de Stroessner, e junto com seu marido, também empregou-se em madeireiras da cidade; e *Marcelino*, à época com 67 anos, natural de Isapucu, Paraguai, e que veio para a cidade em 1960 atraído pela possibilidade de trabalhar na construção da ponte da Amizade. (SOUZA, 2009a, p. 20-21)

comércio e contrabando de mercadorias, entre as cidade de Puerto Iguazu (Argentina) e Foz do Iguaçu. Souza constatou que:

Essas narrativas de vida indicaram que o envolvimento dos trabalhadores no comércio de mercadorias, na fronteira, não era um fenômeno recente, na história da cidade. Ao contrário, os relatos apresentados sugeriram que este comércio constituiu uma forma bastante comum e cotidiana de estratégia de sobrevivência de muitos trabalhadores, desde a década de 1940. (SOUZA, 2009a, p. 158)

Histórias de vida como aquelas recolhidas por Souza, e também como narrada por dona Josefa Saracho, descortinam um interessante panorama social de uma sociedade rural ainda em processo de formação, e também, um fluxo migratório contínuo de trabalhadores paraguaios que se deslocavam entre as várias cidades da região da tríplice fronteira.

Experiências como a de Dona Josefa, pioneira na formação do bairro Porto Meira, são bastante comuns no processo de formação urbana da cidade de Foz do Iguaçu, embora praticamente inexistam dados ou estatísticas sistematizadas sobre a imigração paraguaia para esta região. As informações com as quais trabalhamos são sempre dados esparsos, soltos, eventualmente abordados a partir de publicações em jornais ou outros veículos de mídia (blogs, livros, documentários e monografias) – tais com o já mencionado livro *Foz do Iguaçu: Retratos* (1997). A partir destes veículos, é possível compor um pequeno e precário quadro deste intenso vai-e-vem de paraguaios pela fronteira oeste do Paraná, pelos motivos mais diversos, e a partir dos mais diferenciados ciclos econômicos e de desenvolvimento urbano que marcaram a história recente da formação da tríplice fronteira Brasil/Paraguai/Argentina.

Apesar disso, é preciso reconhecer que os nomes que aparecem destacados geralmente são apenas daqueles que tiveram alguma participação em movimentos de grande envergadura política na cidade, ou que tomaram parte em algum episódio que os tornou célebre na memória local, como foram os casos do compositor e poeta Teodoro Salvador Mongelos, falecido na cidade em 196, e do ativista político Aníbal Abatte Soley, ambos exilados pela ditadura de Alfredo Stroessner, e dos quais falaremos um pouco mais adiante. Atrás desses, anonimamente, uma imensa multidão de *trabalhadores* paraguaios dos quais jamais se ouviu falar, e que infelizmente tampouco ficaram gravados em qualquer registro e documentos históricos preservados nos arquivos oficiais e escritos

sobre a cidade.²³⁰ Aqui, o papel dos relatos orais e depoimentos de trabalhadores torna-se essencial, o que torna a responsabilidade do trabalho do historiador ainda intensa, em seu afã em realizar a leitura destes registros nas “entrelinhas” - ou, como preferiu Walter Benjamin, “escovar a história a contrapelo”. (BENJAMIN, 1987: 224)

3.4. *Marcha al Leste: a integração como hegemonia*

Sob o ponto de vista da ocupação por agentes estatais, o lado direito (lado paraguaio) das margens do rio Paraná permaneceu, até a década de 1960 em situação tão ou mais precária do que aquilo que se observava na margem brasileira. Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, além das *obrages* que atuavam sistematicamente na região, e de grupos indígenas dispersos, o leste paraguaio se encontrava praticamente despovoado sob o ponto de vista das políticas oficiais de ocupação e colonização, e isolado em relação à capital, Asunción, distante cerca de 320 quilômetros.²³¹ Iniciativas de povoamento e colonização eram episódicas, esparsas e praticamente sem nenhum efeito prático. Em 1894, quando a Colônia Militar recém era instaurada na margem brasileira e Puerto Aguirre sequer havia sido fundada, o célebre naturalista, cientista e antropólogo Moisés Santiago Bertoni²³² recebeu autorização do governo paraguaio para se estabelecer na margem paraguaia do rio Paraná, a cerca de 8 quilômetros abaixo da foz do rio Iguaçu. Ali, fundou uma colônia inicialmente batizada como Guillermo Tell – posteriormente, rebatizada como Puerto Bertoni.²³³ Ao contrário da realidade vivida pela maioria dos habitantes dessa região, Bertoni não se manteve

²³⁰ Aparecida Darc de Souza (2009) pesquisou em arquivos da cidade, e constatou uma tendência – já discutida anteriormente neste trabalho, e que está presente na conformação de memórias oficiais sobre o Oeste do Paraná – destes registros em preservar e consagrar a memória daqueles sujeitos considerados “pioneiros” da história de Foz do Iguaçu, geralmente membros de famílias tradicionais e/ou grupos empresariais da cidade, e que desconsidera a presença de outros trabalhadores, incluindo os paraguaios e argentinos. Para essa autora, o processo de construção dessa memória se iniciou de forma sistemática a partir dos anos 1970, em razão do início da construção da usina de Itaipu, por razões que já apontamos anteriormente.

²³¹ Atualmente, a distância oficial entre Ciudad del Este e a capital Asunción, através da ruta VII, é de 325 quilômetros.

²³² O nome correto (de batismo) de Bertoni era: Mosè Giacomo Bertoni. Nascido em 1857 em Lottigna, na Suíça (de fala italiana), mudou-se para a América do Sul em 1884, instalando-se primeiramente na Argentina. Posteriormente, mudou-se para o Paraguai. Morreu em 1929, vítima de malária.

²³³ Citado por: http://www.porta guarani.com/996_moises_santiago_bertoni.html ., consultado em 22/03/2017. Alguns estudiosos e biógrafos de Bertoni apontam as tendências anarquistas e/ou mesmo comunistas trazidas por ele em sua bagagem. De acordo com uma reportagem publicada em um blog jornalístico de Foz do Iguaçu em 2007, “Bertoni não era um colono comum – como a grande maioria. Na bagagem mental, ele carregava um sonho de criar uma colônia exemplo para o mundo: talvez anárquica, talvez comunista, socialista. No fim ele trouxe uma utopia”.. Disponível em: <http://blogdefoz.blogspot.com.br/2007/03/museu-bertoni.html> . Consultado em 22/03/2017

isolado, participando de inúmeras expedições científicas, viajando a grandes cidades e capitais para palestras e congressos, e mantendo correspondência com a comunidade científica do mundo todo.

Ele logo se tornou um dos mais prestigiados moradores da tríplice fronteira, tendo realizado inúmeros estudos sobre a fauna, a flora e hábitos da população indígena local.²³⁴ Também, tomou parte em algumas expedições de reconhecimento, catalogação e descrição da costa fluvial paraguaia do Alto Paraná, além de ajudar a construir mapas cartográficos sobre a região de Misiones (Argentina) e Uruguai.²³⁵ Na tríplice fronteira, chegou a editar em 1918 um jornal bilíngue (*Alto Paraná*), que circulou por apenas alguns meses.²³⁶ Bertoni faleceu em 1929 na cidade de Foz do Iguaçu, aos 72 anos, acometido de malária, enquanto visitava o fotógrafo e farmacêutico Harry Schinke, de quem era amigo pessoal. Na atualidade, existe um museu no local onde funcionou a residência de Bertoni, na cidade de Presidente Franco.²³⁷

Além de Bertoni, desde os últimos anos do século XIX, o governo paraguaio havia realizado grandes concessões de terras no leste do país para colonização e exploração de recursos naturais (erva-mate e madeira) para *obrageros*. Destacaram-se nessa época as empresas Compañia Industrial Paraguaya e a Companhia Matte Larangeira – esta última, possuindo sede em Mato Grosso, em território brasileiro, transferindo-se posteriormente para a também localidade cidade de Guaíra, na fronteira com o Paraguai.²³⁸ Também, a empresa da família Domingos Barthe, que também possuía grandes concessões de terras

²³⁴ Entre outros achados,, Bertoni descobriu as propriedades alimentares da *Stevia*, adoçante natural derivado da planta Ka'a He'e, que já era utilizada pelas populações indígenas do Paraguai para adoçar remédios e outros alimentos. Em homenagem a Bertoni e ao químico paraguaio Dr. Ovidio Rebaudi, com o qual desenvolveu a descoberta, a Sociedade de Botânica denominou a planta de *Stevia rebaudiana* Bertoni.

²³⁵ Informações obtidas em: <http://100fronteiras.com/materia/moises-bertoni-e-a-historia-em-foz-do-iguacu>, consultado em 25/03/2017.

²³⁶ Este veículo é considerado o primeiro periódico (jornal) a circular na história da tríplice fronteira. Citado por: NEUMANN, 1993: 39; e FAGNANI & MACHADO, 2014, p.118.

²³⁷ <http://100fronteiras.com/materia/puerto-bertoni-um-lugar-magico-na-triplice-fronteira>, consultado em 26/03/2017. Também: <https://www.itaipu.gov.br/turismo/monumento-bertoni>, consultado em 26/03/2017.

²³⁸ A dinâmica de exploração dessas duas empresas serviu de base às famosas crônicas escritas por Rafael Barret, sob o título *Lo que son los yerbales*, publicadas ao longo do mês de junho de 1908. Estes textos saíram na seguinte ordem: “La esclavitud y el Estado” (15 de junho); “El arreo” (17 de junho); “El yugo en la selva” (20 de junho); “Degeneración” (23 de junho); “Tormento y asesinato” (25 de junho); e, finalmente, “El botín” (27 de junho). Rafael Barret (1876-1910) era espanhol, mas imigrou para a América do Sul como jornalista, fixando-se primeiro em Buenos Aires, e depois em Asunción (a partir de 1904). Ali, se casou e teve um único filho, nascido em 1907. Em 1908, precisou exilar nas regiões de *obrages* após envolver-se em uma polêmica com militares que haviam promovido um golpe de Estado no Paraguai. Foi a partir deste exílio que Barret tomara contato direto com a realidade do trabalho nas *obrages*, passando a produzir as referidas crônicas mencionadas acima. Os textos (crônicas) podem ser acessados em: http://www.portalguarani.com/332_rafael_barrett/11299_lo_que_son_los_yerbales_ensayo_de_rafael_barrett.html

nas matas brasileiras. A presença desta última no contexto *obragero* regional era tão grande que “seus navios navegavam sob bandeira argentina e também paraguaia”. (WACHOWICZ, 1987, p. 20).

Além da destacada presença de Moisés Bertoni, bem como da existência dos grandes empreendimentos obrageros na região leste do Paraguai, pode-se dizer que até meados dos anos 1950, pouquíssima ou nenhuma ação relevante de ocupação e colonização havia sido tomada por parte do governo paraguaio, no sentido de “integrar” essa região ao restante do país guarani. Foi apenas em 1955, já no início da ditadura de Alfredo Stroessner (1954-89) que se iniciou oficialmente a ocupação e integração do território. Neste ano, Stroessner ordena a construção de uma estrada (“picada”) de 200 quilômetros, partindo da cidade de Coronel Oviedo (departamento de Caaguazú, centro do país, situada a 135 km da capital, Asunción) até alcançar as margens do rio Paraná, na fronteira com Brasil e Argentina. Tal empreendimento só foi concluído em fevereiro de 1957, dando origem à localidade de *Puerto Flor de Liz*,²³⁹ - depois, rebatizada como cidade de Puerto Presidente Stroessner, atual Ciudad del Este.

A expedição designada para abrir a estrada era formada por engenheiros e militares, além de peões e picadeiros, entre outros trabalhadores. Tal evento ganhou status de “saga heroica”, e passou à história do Paraguai sob a alcunha de “Marcha al Leste” – uma clara referência à “Marcha para o Oeste” que havia sido promovida a partir da década de 1930 pelo governo de Getúlio Vargas no Brasil. Até aquele momento, dizia-se em Asunción, o Paraguai “acabava” em Coronel Oviedo. (Ver: MAPA 8).

O estabelecimento dessa estrada, pelo conjunto de equipamento tecnológico empregado em sua abertura, estava muito longe de ser apenas uma “picada” - apesar de ser este o nome escolhido para tal empreitada. Sua construção iria expandir as fronteiras agrícolas e demográficas do Paraguai em direção ao Brasil.²⁴⁰ Ao que tudo indica, Alfredo

²³⁹ Este insólito registro sobre o primeiro nome da localidade paraguaia antes mesmo dela se chamar Puerto Presidente Stroessner, é praticamente desconhecido entre a população da tríplice fronteira. Tal informação aparece em OLIVEIRA, Nara. *Foz do Iguaçu Intercultural: cotidiano e narrativas da alteridade*. Foz do Iguaçu: ed. Epígrafe, 2012, p.25.

²⁴⁰ O sul do país, no curso do rio Paraguai e em direção à fronteira com a Argentina, já era relativamente povoado. Ao norte, restava o grande Chaco paraguaio, conquistado apenas 20 anos antes após a guerra com a Bolívia, e que, por esta razão, preocupava o governo de Asunción, que desejava sua ocupação imediata. Porém, a longa distância deste território, somado ao clima árido e pouco propício a atividades agropastoris, e os poucos recursos disponíveis pelo governo de Asunción, determinaram uma ocupação tímida e bastante pontual do Chaco até épocas recentes. Neste caso, o governo paraguaio concedeu extensões de terras a grupos de imigrantes alemães – os *menonitas* – que fundaram colônias isoladas no Chaco, permanecendo ali até os dias atuais. Restava ainda a ocupação das longas e férteis terras do leste paraguaio, onde, desde os anos 1940, as frentes de expansão agrícola vindas do Brasil já haviam começado a promover uma ocupação sistemática (colonização do Oeste do Paraná).

Stroessner desejava aproveitar os ventos do desenvolvimentismo vindos do Brasil. Por aqui, esse movimento se traduziu pelo início de grandes obras de infraestrutura, incluindo a abertura e pavimentação de estradas e rodovias, construção de pontes – incluindo o projeto da Ponte Internacional da Amizade (construída a partir de 1961), a construção de Brasília e o incentivo à grande indústria, como a automobilística, entre outras (LOPEZ, 1994, p. 104). Com efeito, não apenas a abertura dessa estrada, no lado paraguaio, foi incentivada pelo governo brasileiro, como também os equipamentos e estudos empregados foram quase que integralmente financiados pelo governo brasileiro, sem os quais, provavelmente tal empreendimento jamais teria saído do papel.²⁴¹

O Estado brasileiro, portanto, vinha incentivando o Paraguai a expandir suas fronteiras em direção ao leste do país, na parte oriental, território até então quase totalmente despovoado, e completamente isolada do restante do país. Assim, além de “oferecer” um canal de escoamento de sua produção agrícola a partir do porto de Paranaguá (Paraná), através da ponte que estava sendo construída (Ponte da Amizade) e da BR-277, o governo brasileiro também incentivou e patrocinou a construção dessa estrada, a fim de integrar a região de Alto Paraná a capital, Asunción. Desde o governo de Getúlio Vargas (1950-54), passando por Juscelino Kubitschek (1955-60), o Estado brasileiro já vinha numa trajetória de aproximação em relação ao Paraguai, afastados desde as últimas décadas do século XIX. Ao Brasil interessava a construção de uma hegemonia regional, e as inúmeras ações diplomáticas e de provimento de infraestrutura em favor do Paraguai podem ser entendidas neste sentido. A aproximação diplomática se

²⁴¹ Uma reportagem comemorativa publicada pelo jornal paraguaio ABC Color (de circulação nacional), em edição de 24 de fevereiro de 2008, corrobora essa informação. Referindo-se as ordens repassadas pelo ministro de Obras Públicas e Comunicação do gabinete de Stroessner, general Mario Coscia Tavarozzi, ao então capitão Porfirio Pereira Ruiz Díaz, designado comandante da expedição picadeira: “Coscia le informó a Pereira Ruiz Díaz que los fondos provendrían de la Comisión Mixta Paraguay-Brasil (es decir, del Brasil) y que ya se habían adquirido para la obra topadoras, motoniveladoras, palas cargadoras, camiones tumba y traillas.” (Diário ABC Color, edição de 24/02/2008, Asunción, Paraguai. Acessado em 01/03/2017). Essa mesma reportagem informa que as notícias quanto ao início da construção da ponte da Amizade, entre Brasil e Paraguai, deixou a Comissão ainda mais pressionada para que os trabalhos fossem concluídos o mais rápido possível: “(...) en la primavera meridional de 1956 la avanzada del flamante terraplén de tierra llegó hasta lo que hoy es Campo 9. Habían progresado 78 kilómetros y aun faltaban 114 para llegar a la frontera. (...) En Campo 9, el Primer Batallón recibió la orden de meter topadoras a toda marcha y abrir a como diera lugar una picada para llegar lo antes posible al Paraná. Pereira no lo sabía, pero el repentino apresuramiento era el resultado de dos viajes de reconocimiento que había realizado Ynsfrán, por aire y por tierra, que lo habían dejado convencido de la necesidad de fundar una ciudad en el extremo de la ruta internacional, en la cabecera de un futuro puente que uniría el Paraguay con el Brasil.”. Na avaliação deste jornal, a “Marcha al Leste” mudou para sempre a fisionomia do Paraguai. Vide: *La marcha al este cambió para siempre la fisonomía del Paraguay*. Diário ABC Color, edição de 24/02/2008, Asunción, Paraguai. Acessado em 01/03/2017. <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/la-marcha-al-este-cambio-para-siempre-la-fisionomia-del-paraguay-1114363.html>

iniciou ainda na década de 1940, conforme análise do historiador e embaixador Alberto da Costa e Silva:

O Brasil só voltaria a assumir uma política de iniciativas com relação ao Paraguai, ou seja, só voltaria a ser um parceiro verdadeiramente importante para o Paraguai, em 1941, quando presidente Getúlio Vargas visitou – e foi o primeiro chefe de Estado a fazê-lo – a cidade de Asunción. (...) Getúlio Vargas concedeu aos paraguaios um porto franco em Santos, estendeu-o Correio Aéreo Nacional a Asunción, a fim de garantir a vinculação aérea do Paraguai com o Brasil. Assinou um acordo para que desse início aos estudos de ligações rodoviárias e ferroviárias com o Brasil. Iniciou também – o que é muito importante – a cooperação sistemática tanto no plano universitário quanto no de treinamento militar.

É de 1942 – e, portanto, do ano seguinte à visita de Vargas a Asunción – a criação de uma Missão Militar Brasileira de Instrução n Paraguai, missão que só veio a se extinguir em 1994. Ela prestava assistência em todos os níveis às escolas e instituições militares paraguaias. É de 1943 a missão de Lourenço Filho, que teve como objetivo colaborar na organização da estrutura universitária local. (COSTA E SILVA, 1995, p. 168-169)

A construção de uma ponte ligando os dois países, além da extensão da ligação rodoviária e marítima que o Brasil, passará a oferecer ao Paraguai, desde o segundo mandato do governo Vargas (1950-54) e, especialmente, após o início do governo de Juscelino Kubitschek, fazia parte deste esforço de reaproximação. Ainda da análise de Costa e Silva:

Kubitschek assumiu em janeiro de 1956. No mesmo ano, encontrou-se com Stroessner para realizar um dos atos mais importantes e que, no entanto, parece pequenino, simples, um nada: a decisão de se construir uma ponte sobre o Rio Paraná, a fim de vincular Assunção e Paranaguá, que se tornara porto franco para o Paraguai, ou seja, um depósito franco para as mercadorias de importação e exportação daquele país. Essas mercadorias eram transportadas por balsas pelo Rio Paraná, até que se concretizou uma pequena ponte, a Ponte da Amizade, com a qual se estabeleceu um enlace sobre o rio entre os dois sistemas viários. (COSTA E SILVA, 1995, p.169-170)

Em suma, a “integração” dessa área de fronteira na foz do rio Iguaçu à geopolítica brasileira fez parte de um longo processo capitaneado pelo Estado brasileiro, com o intuito claro de assegurar e proteger suas posses territoriais no interior do Prata, e expandir as fronteiras agrícolas para além dos sertões do Paraná e Mato Grosso. O pensamento geopolítico que dava ênfase a questão das fronteiras como um problema prioritário da

Nação esteve bastante em voga nos anos 1930, e fizeram parte do escopo do programa “Marcha Para o Oeste”, surgido após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930.²⁴²

Após o início das colonizações realizadas pelo Estado brasileiro no extremo-oeste paranaense a partir do final dos anos 1940 e ao longo da década de 1950, ao Brasil, passou também a interessar a construção de sua hegemonia regional a partir da tríplice fronteira, sobretudo em sua relação com o Paraguai. Assim, se o esforço do Estado brasileiro até 1930 e 40 em se fazer presente na região, tinha como intuito a expansão das fronteiras agrícolas, bem como coibir as ações dos *obrageros* paraguaios e argentinos, a partir dos anos 1950 o discurso já começava a mudar: ocupar a fronteira não significava mais “expulsar” o invasor argentino e paraguaio, mas instrumentalizar este território para promover a “integração” entre os povos. Ao invés de guerras e conflitos armados, o Estado “promoveria” o desenvolvimento social e econômico. Foi essa maneira encontrada pelo Estado brasileiro para construir uma papel hegemônico no contexto regional platino a partir de meados do século XX.

Neste sentido, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, a partir de 1973,²⁴³ constituiu provavelmente o passo mais ousado a ser dado, tanto pelos profundos impactos que a obra iria causar na geografia, clima, demografia e estrutura agrícola regional, como também por conta das transformações radicais nas relações bilaterais do Brasil com relação ao Paraguai, e com a própria Argentina. Isso porque, desde o início, os argentinos se opuseram a construção da Usina de Itaipu, por razões de natureza geopolítica. De acordo com Virgínia Perez Ferres, já no início dos anos 1960, vendo a escalada industrial brasileira, os argentinos começaram a se preocupar em tentar

²⁴² De acordo com Antônio Marcos Myskiw, o programa “Marcha Para o Oeste” foi lançado em 1937, e teve como seu grande idealizador Cassiano Ricardo. Amparado nas teses da sociologia norte-americana (notadamente aquelas elaboradas por Frederick Jackson Turner no final do século XIX), a “Marcha Para o Oeste” usava metaforicamente a figura do Bandeirante paulista, cuja índole seria democrática e portador de características como sentimento na solidariedade de grupo e na mestiçagem com índios, entre outros atributos. (MYSKIW, 2009: 35). Em seu estudo sobre a colonização da região Oeste do Paraná, Valdir Gregory sublinhou que: “No Período Vargas, as ações oficiais do governo, baseadas no nacionalismo e assentadas sobre um Estado fortalecido e centralizador, objetivavam buscar a integração. No que tange à ocupação do território, foi promovida uma ação administrativa agressiva através do programa “Marcha para o Oeste”. Em regiões de fronteiras nacionais, como era o caso do Sudoeste e do Oeste Paranaense, onde a população e a economia possuíam laços estreitos com argentinos e paraguaios, a atuação do poder público buscava evidenciar e explicitar os sentimentos nacionalistas. Até impô-los, quando necessário.” (GREGORY, 2002: 66-67) Além disso, evidencia este mesmo autor, “No que tange à ocupação do território, foi promovida uma ação administrativa agressiva através do programa “Marcha para o Oeste”. Em regiões de fronteiras nacionais, como era o caso do Sudoeste e do Oeste Paranaense, onde a população e a economia possuíam laços estreitos com argentinos e paraguaios, a atuação do poder público buscava evidenciar e explicar os sentimentos nacionalistas. (Idem, p.65).

²⁴³ Data da assinatura do “Tratado de Itaipu”, entre Brasil e Paraguai. As obras efetivamente só começariam no ano seguinte, em 1974.

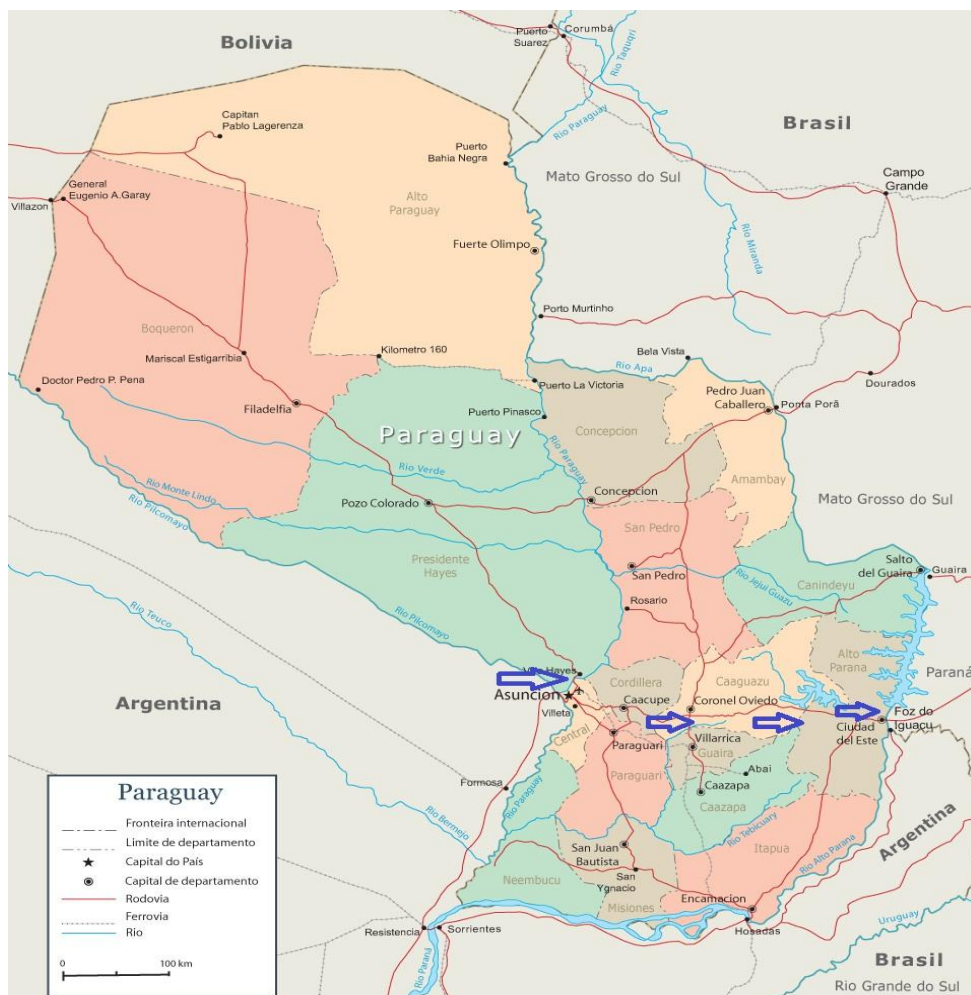
equilibrar a balança de poder na região, e utilizando sua diplomacia, forçaram a criação e um tratado na segunda metade dos anos 1960 (“Tratado da Bacia do Prata”), que acabou subscrito pelo Brasil em 1969. Por este tratado, qualquer obra de aproveitamento dos recursos hídricos na Bacia do Prata deveria ter a anuência de todos os signatários. Inicialmente, o argumento central passava pela ideia de que isto poderia promover o desenvolvimento e cooperação conjunta e não-desigual entre os países do Prata. Porém, na prática, passou a servir como instrumento para a Argentina tentar impedir a construção de Itaipu, cujas intenções já eram bastante claras desde que Brasil e Paraguai celebraram um tratado (Ata do Iguaçu) em 1966. De acordo com essa autora:

A ideia central do Tratado da Bacia do Prata acabou sendo alterada pelo governo Onganía, que passou a utilizá-lo como um instrumento para impedir a construção de obras por parte do Brasil, tanto na área de infraestrutura física como no campo do potencial hidrelétrico. Dessa forma, mostra-se clara a postura defensiva que a Argentina começou a adotar na região em meados da década de 60 em relação à sua política externa. O governo argentino passou a tentar obstaculizar o desenvolvimento brasileiro como forma de não perder, definitivamente, o pouco poder que ainda detinha no cenário platino. Aliás, esta era a principal explicação para a postura que a Argentina vinha assumindo ante o Brasil: até meados do século XX, aquele país havia gozado de grande prestígio político no cenário regional e internacional e de considerável poder econômico, pelo que não podia aceitar uma posição secundária na América Latina. Neste sentido, a perspectiva da construção de Itaipu, uma das maiores hidrelétricas do mundo, entre o Brasil e o Paraguai – portanto, sem a sua participação – alarmou drasticamente o governo argentino.” (FERRES, 2004, p. 663)

O fato é que, de um jeito forçado ou não, a partir da década de 1960, intensificou-se a presença estatal brasileira nessa tríplice fronteira. Para que a hegemonia brasileira fosse construída com base neste discurso de “integração” e “cooperação”, era ainda necessário superar algumas rugas geopolíticas e ressentimentos históricos que o Paraguai mantinha em relação ao Brasil, em razão da memória social cultivada no país sobre os horrores da Guerra do Paraguai (1864-1870), e que foram constantemente alimentadas pelos governos paraguaios durante toda a primeira metade do século XX, vigente (e inclusive reforçada) após a ascensão da ditadura de Alfredo Stroessner, em 1954.²⁴⁴

²⁴⁴ Frequentemente trabalhada e reivindicada pela esquerda brasileira nas décadas de 1970 e 80 (Ver: CHIAVENATTO, 1979), a memória sobre os trágicos acontecimentos da Guerra do Paraguai foi também objeto de apropriação por parte da ditadura de Alfredo Stroessner. Associando-se ao mito do ditador Francisco Solano López – o general autoritário, mas nacionalista ao extremo, e decidido a modernizar o Paraguai para transformá-lo em uma potência econômica americana – , Stroessner recuperou, em seu favor,

MAPA 08. Trajeto Asunción /Coronel Oviedo /Ciudad del Este através da Ruta VII. As setas em azul indicam pontos principais no sentido oeste-leste, partindo de Asunción (esquerda, no lado ocidental do mapa) a Ciudad del Este (direita, no lado oriental do mapa)



Adaptado de: <http://www.guiageo-americas.com/mapas/paraguai.htm>

parte do longo debate travado entre os intelectuais do país desde o final do conflito, e que se dividiam sobre a culpabilidade ou não de Solano López quanto os trágicos acontecimentos na guerra contra a Tripla Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai). Basicamente, os liberais paraguaios - que dirigiram o país nas três décadas seguintes ao final do conflito - rejeitavam López por seu perfil protecionista e seu estilo caudilheco, e o culpavam pela entrada do país na guerra. No início do século XX, surge na imprensa paraguaia um grupo de intelectuais de perfil ultra-nacionalista, que se tornariam célebres sob o nome de “Generación del 900”. (ou “Novecentista”), e que passariam a reabilitar o mito de Solano López, argumentando em favor da vitimização do Paraguai, por ter sido destruído numa guerra de extermínio. Na definição do crítico literário paraguaio Miguel Ángel Fernández, “Más que a la literatura, los novecentistas se dedicaron a la historia, el derecho, la sociología y la política. Para ellos, lo prioritario era recuperar la autoestima nacional y levantar a la patria de su postración y muchos de ellos entendieron que para ello había que hacer política. (...) En literatura, los novecentistas abundaron en poemas y prosas de exaltación del pasado heroico, lo mismo que en historia, preocupada por la reivindicación de un paradisiaco tiempo perdido o la afirmación de derechos nacionales conculcados.” (ÁNGEL FERNÁNDEZ, 2012: 01). Com base nestes ideais, criou-se um tipo de ideologia de direita que ficará conhecida como “Lopismo”, a qual Alfredo Stroessner tomará para si, e a tornará praticamente obrigatória ao longo de sua ditadura (1954-89).

Por outro lado, a mudança da postura do Brasil em relação ao Paraguai, com a perspectiva de aproximação a partir da década de 1950 – situação que também foi utilizada pela ditadura paraguaia para se consolidar e se perpetuar no poder - começou a alterar o conteúdo dos discursos oficiais do Estado paraguaio em relação ao Brasil. De “inimigos usurpadores” e “assassinos”, para “irmãos latino-americanos”. Nessa nova formulação, a tríplice fronteira passou a assumir um papel essencial e estratégico. Na avaliação do professor e historiador paraguaio Evaristo Emigdio Colmán Duarte:

... o desenvolvimento da ingerência norte-americana e da política do Estado brasileiro no Paraguai (...) foram fundamentais para a consolidação e longevidade da ditadura de Stroessner. Podemos até afirmar que funcionaram como uma das mais importantes bases sociais da ditadura. A história da intervenção militar, econômica e cultural do Estado brasileiro no Paraguai (...) mostra que a ditadura de Stroessner incorporou na sua autojustificação cotidiana e os utilizou de modo muito mais intenso, elementos como o anticomunismo, a paz²⁴⁵ e desenvolvimento econômico. Ao apresentar ao “irmão povo brasileiro” como seu sócio nessas realizações, atenuou o gume das formulações nacionalistas, esvaziando-as, principalmente, do seu conteúdo antibrasileiro. (DUARTE, 2007, p. 85)

Se essa aproximação com o Paraguai servia ao Estado brasileiro para construir e/ou reforçar sua hegemonia no Prata, por outro lado, também serviu à ditadura de Stroessner para reforçar suas bases econômicas e promover alguma infra-estrutura no país. Nessa época, o Paraguai era um dos lugares mais pobres e subdesenvolvidos da América Latina. Em resumo, em lugar de ressentimentos, paz e união, Brasil e Paraguai passariam a alimentar projetos conjuntos de desenvolvimento econômico e infra estruturais. Ainda, permitiriam a expansão das fronteiras agrícolas de ambos países em direção as férteis terras do leste paraguaio.²⁴⁶ E, como veremos adiante, também daria ao Paraguai uma tão desejada saída ao mar, através do território brasileiro. De acordo com o geógrafo Mauro José Cury:

Deve-se recordar ainda que, em 1954, Vargas autorizou a construção da estrada ligando Coronel Oviedo ao rio Paraná, e, em 1956, no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, foi assinado o convênio que permitia o financiamento da obra. Nesse mesmo período, acordaram que o Brasil levantaria estudos e pesquisas sobre o aproveitamento

²⁴⁵ Alfredo Stroessner gostava de se representar como o “General da Paz”.

²⁴⁶ Essa questão acabará dando origem ao “problema” dos brasiguaios. Voltaremos ao tema adiante.

hidrelétrico entre os dois países. As relações do Brasil com o Paraguai, principalmente a partir dos anos de 1950, se intensificavam e, com a inauguração da Ponte Internacional da Amizade, em 27 de março de 1965, e da BR-277, em 1969, é que houve a efetivação do corredor de exportações Paraguai-Paranaguá, e parte da hegemonia subcontinental foi cedida ao Brasil. (CURY, 2010, p. 128)

A estrada entre Coronel Oviedo, primeiro resultado prático dessa parceria Brasil-Paraguai, foi finalmente iniciada em 1955.²⁴⁷ Apresentada como uma saga heroica no vizinho país, a “Marcha al Leste” de 1955-57 representou também uma etapa de maior concentração fundiária no leste paraguaio. Foi quando começaram a surgir alguns dos grandes latifúndios que hoje caracterizam a estrutura agrária dessa região. Em um relatório produzido pelas Nações Unidas em 2002, Jorge Rodriguez Vignoli analisou, entre outros, a problemática da má distribuição de terras e os deslocamentos populacionais daí derivados. Para este autor, os impactos da formação das novas fronteiras agrícolas no leste paraguaio guardam uma relação estreita com a formação dos grandes latifúndios monocultores da atualidade, e que se encontram majoritariamente nas mãos de fazendeiros brasileiros instalados no vizinho país desde a década de 1960:

La colonización de territorios brasileños fronterizos con Paraguay se inició en los años treinta, con la llamada *marcha hacia el oeste*, que buscaba asentar y demarcar áreas nacionales. Las iniciativas no fueron eficaces, a causa de los procesos legales de especulación territorial que involucraron a empresas inmobiliarias y gobiernos federativos. El poblamiento siempre presentó un escenario de violencia y exclusión social: de ahí, la tentativa de los brasileños, a partir de los años sesenta, de cruzar las fronteras en busca de posesión y trabajo en tierras paraguayas. La colonización de las regiones fronterizas de Paraguay se inició con la venta de grandes latifundios a compañías extranjeras agroindustriales y a colonos tanto brasileños como japoneses y americanos. Paraguay tuvo, así, su *marcha hacia el Este*. La política paraguaya de colonización y modernización de la frontera agrícola, que tiene lugar en medio de un régimen dictatorial, fué forjada por razones militares y de poblamiento. Los brasileños que fueron a tierras paraguayas encontraron grandes beneficios generados por el gobierno paraguayo (tierra barata, reducción en el precio de los productos, beneficios bancarios, créditos) y los que tenían más capital obtuvieron grandes utilidades: es el caso de los *farmers*, productores y arrendatarios brasileños que ampliaron sus propiedades especulando con el valor de la tierra entre los dos países. (VIGNOLI, 2002: 24)

²⁴⁷ Na atualidade, a “picada” aberta pela expedição constitui a Ruta Nacional número VII, sendo esta a mais importante rodovia do país, pela natureza econômica e política, ligando a capital do país (Asunción) ao grande centro comercial e financeiro do Paraguai, Ciudad del Este; e por conectar o país ao mar, através do Porto de Paranaguá (Brasil), por onde escoia a soja, principal produto de exportação do país.

Ainda que a expansão do estado paraguaio sobre essa parte do país tenha gerado o preocupante processo de acumulação fundiária apontado por este autor, a “Marcha al Leste” terá como consequência também a consolidação das “fronteiras nacionais” e das próprias fronteiras agrícolas do Paraguai em direção ao leste, dando origem a essa que, atualmente, é considerada a região economicamente mais importante e pujante do país.²⁴⁸ A “invenção” dessa nova fronteira, no caso paraguaio, abriu novas possibilidades de frentes migratórias (para o leste paraguaio) e imigratórias (para o oeste paranaense), acelerando uma tendência de deslocamento de paraguaios em direção à tríplice fronteira. Também irá favorecer a expansão da fronteira agrícola brasileira para além da faixa de fronteira. Tal fenômeno irá deslocar agricultores que haviam vindo ao oeste do Paraná através das frentes de colonização sulistas (que discutimos linhas atrás), e que dará origem a um tipo de sociedade brasileira-paraguaia bastante peculiar, que ficará conhecida como *brasiguaios* (aprofundaremos a discussão sobre a comunidade *brasiguai* no capítulo seguinte).

Como se depreende, servindo de local estratégico para dar vazão a estes projetos macro-estruturais entre Brasil e Paraguai, a tríplice fronteira acabaria sendo radicalmente (e irreversivelmente) modificada dos dois lados (brasileiro e paraguaio), moldada e completamente ressignificada a partir de então. De fronteira “despovoada” (sob a perspectiva do Estado brasileiro e dos agentes de colonização) e sertão inóspito e bravo (de acordo com a historiografia *sulista*), a região da chamada *tríplice fronteira* acabaria por se transformar, a partir da década de 1960, numa das mais importantes conurbações do MERCOSUL, com altíssimos índices de desenvolvimento urbano, econômico e demográficos a servirem para a efetivação deste sistema econômico sub-regional, e das relações diplomáticas que o possibilitaram. A historiadora argentina Eva Morales Raya, da Universidade de Barcelona, lembra que já na virada do século XX para o XXI, a tríplice fronteira havia se transformado num território de cerca de 2.500 km², onde conviviam cerca de 700 mil habitantes (RAYA, 2012, p. 15). Trata-se de um território dinâmico,

²⁴⁸ Entre outros fatores, destaca-se a importância de Ciudad del Este como um dos principais centros comerciais do mundo; o volume bancário e de operações financeiras que ocorre diariamente na cidade, superando inclusive os da capital, Asunción; a existência da infraestrutura monocultura e de grandes latifúndios *sojeros* (plantadores de soja), principal produto de exportação da balança comercial do país, muitos dos quais de propriedade de brasileiros radicados no país (os *brasiguaios*); e a existência da Usina de Itaipu Binacional, que gera lucros e dividendos enormes para a economia estatal, dado que o país consome apenas uma ínfima parte da energia que é produzida pela usina, comercializando com o Brasil a produção excedente.

onde ocorrem intensas trocas culturais e experiências identitárias múltiplas, muitas vezes, à revelia das próprias linhas que dividem as nações ali representadas. Para ela:

Los constantes intercambios en la zona de la Triple Frontera, el constante trajinar de personas entre los territorios de uno y otro Estado, las íntimas relaciones tejidas por los diversos sectores sociales asentados en la región, desmienten la representación de una línea fronteriza, rígida y simplista, poniéndonos en disposición de comprobar históricamente su evolución, así como la viabilidad de algunas líneas de pensamiento sobre el peso de las fronteras en América Latina, teórica y metodológicamente hablando. (RAYA, 2012: 17)

Para entendermos um pouco o que significaram as transformações operadas na estrutura urbana e social dessa região, elaboramos um quadro com base em dados censitários disponíveis sobre os três países e as respectivas cidades formadoras da tríplice fronteira.²⁴⁹ No caso, consideramos, para efeito de comparação, o número de habitantes de cada cidade, em comparação com a unidade federativa (estado/ província/ departamento) a qual pertencem, e o número de habitantes total do país (Argentina, Brasil e Paraguai):

Tabela 1. Dados populacionais das cidades da tríplice fronteira

CIDADE/PAÍS	População Local (Nº total de habitantes)	População total da Unidade Federativa (Provincia, Estado, Departamento)	População do País
Puerto Iguazu (Argentina)	42.849 ²⁵⁰	Misiones - 1.101.593 ²⁵¹	40.091.359 ²⁵²

²⁴⁹ Embora a fronteira entre Brasil e Paraguai neste ponto seja, via de regra, associada automaticamente à Ciudad del Este, em razão da existência da ponte Internacional da Amizade (que liga Foz do Iguaçu a Ciudad del Este), outras duas cidades conformam o lado paraguaio da tríplice fronteira, sendo elas: Hernandárias, onde se situa a sede paraguaia da Usina Hidrelétrica de Itaipu; e Presidente Franco, onde se localiza o obelisco avistado por turistas que visitam o Marco das Três Fronteiras. Aliás, esta localidade – Presidente Franco – constitui o ponto mais extremo da fronteira entre Brasil e Paraguai, sendo, de fato, a cidade paraguaia a formar as 3 fronteiras, geograficamente falando.

²⁵⁰ Disponível em: <http://www.gobiernolocal.gob.ar/?q=node/1990>, acessado em 28/11/2017.

²⁵¹ Dados do Instituto Provincial de Estadísticas y Censos de Misiones – IPEC, referentes ao Censo Nacional realizado no ano de 2010 (Censo del Bicentenario), março/2012. Acesso em 28/11/2017: <https://www.ipecmisiones.org/censo-2010>, extraído do anexo: https://docs.wixstatic.com/ugd/ae8294_417222a38f9749ce8f11f4cf588630a7.pdf, p.10.

²⁵² Ano-base: 2010, citado por *Diário La Nación* (Buenos Aires, Argentina, edição eletrônica, 17/12/2010). Acessado em: 28/11/2017. Vide: <http://www.lanacion.com.ar/1334392-segun-el-censo-2010-somos-40091359-habitantes-en-el-pais>

Foz do Iguaçu (Brasil)	263.915 ²⁵³	Paraná - 11.242.720 ²⁵⁴	206.081.432 ²⁵⁵
Ciudad del Este (Paraguai)	396.091 ²⁵⁶	Alto Paraná - 785.747 ²⁵⁷	6.775.786 ²⁵⁸
Hernandárias (Paraguai)	79.735 ²⁵⁹	Idem	Idem
Presidente Franco (Paraguai)	68.242 ²⁶⁰	Idem	Idem

Fontes: indicadas nas notas de rodapé

Os dados acima ajudam a entender as transformações vividas na história recente desta tríplice fronteira. Primeiro, destacamos a importância econômica e politicamente estratégica que essa região passou a assumir a partir dos anos 1960 tanto para o Brasil, como para o Paraguai, embora um pouco menos para a Argentina (no sentido estratégico e econômico). Desde que foi fundada como Colônia Militar (1892), depois elevada a categoria de Distrito de Guaruapuava (1912) e finalmente município (1914), Foz do Iguaçu se resumia a uma cidade longínqua e quase isolada no sertão do Paraná. Nessa condição, apresentava um crescimento populacional e urbano bastante lento e penoso, dificultado tanto pelo isolamento geográfico que a região vivenciava, como pelos próprios abusos e desmandos cometidos por lideranças políticas e militares instaladas na fronteira. Não existia praticamente nenhuma estrada em boas condições de rodagem até os anos 1950, e melhor maneira (por vezes, a única) de se chegar ao território era através da navegação fluvial, através do território argentino, via-Buenos Aires e Posadas. (WACHOWICZ,

²⁵³ Dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do Governo Federal. Ano de publicação: 2016. Vide: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_dou.shtm, consultado em 30/11/2017. Dados extraídos do anexo: ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_dou_2016_20160913.pdf, p.75.

²⁵⁴ Idem, p.1.

²⁵⁵ Idem, ibidem.

²⁵⁶ Informações obtidas através do site oficial do governo do Departamento de Alto Paraná, tendo como ano-base 2011. (Vide: <http://www.altoparana.gov.py/v0/index.php/ciudad-del-este?start=1>, consultado em 30/11/2017). Em outro lugar, neste mesmo portal, a população informada sobre Ciudad del Este é estimada em 312.652. Portanto, 83.439 pessoas a menos (Vide: <http://www.altoparana.gov.py/v0/index.php/ciudad-del-este?limitstart=0>, acessado em 30/11/2017). De acordo com este mesmo portal, somada a população total de Ciudad del Este e de sua região metropolitana, considerando apenas o lado paraguaio, alcançaríamos uma cifra de cerca de 500 mil pessoas; e se considerarmos sua conurbação com a cidade de Foz do Iguaçu, chegaríamos a 800 mil pessoas.

²⁵⁷ Disponível em: <http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/anuario2012/anuario%202012.pdf>, p.44. Ano-base: 2012. consultado em 30/11/2017.

²⁵⁸ Dados obtidos em *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos – DGEEC* (Órgão oficial do Governo da República do Paraguai) – Vide: <http://www.dgeec.gov.py/>, acessado em 30/11/2017.

²⁵⁹ Informações obtidas através do site oficial do governo do Departamento de Alto Paraná. O site cita como fonte o DGEEC, porém sem indicar a qual ano o censo se refere. Consultado em 30/11/2017. Vide: <http://www.altoparana.gov.py/v0/index.php/hernandarias?start=1>

²⁶⁰ Idem.

1987, p. 19). Em 1905, uma década e meia após ser fundada a Colônia Militar do Iguaçu, a população total não passava de 1.000 pessoas oficialmente estabelecidas, sendo a maioria delas de origem paraguaia e argentina (Idem, p.24). Quase cinco décadas depois, em 1950, a população local era de 16.420 habitantes, aumentando para 28.080 em 1960, e chegando a 33.970 em 1970. Neste período, entre 1950 a 1970, o município irá sofrer significativos desmembramentos territoriais em virtude da formação de novos municípios no oeste do Paraná.²⁶¹

3.5. Deslocamentos musicais na tríplice fronteira

Muito antes da “picada” aberta no Paraguai em 1955-57, o deslocamento de trabalhadores paraguaios em direção às barrancas do rio Paraná não era nenhuma novidade, como demonstra a própria presença maciça de trabalhadores *paraguaios* nas margens brasileiras nas décadas de 1930 e 40, conforme atestam os registros históricos mencionados anteriormente. A novidade é que a abertura dessa “picada” a partir de Coronel Oviedo – ou seja, no coração do Paraguai –, permitiu a outros trabalhadores pobres daquele país driblarem a extrema dependência de acessar a região através única e exclusivamente da via fluvial, ou seja, sob o monopólio de *obrageros* argentinos. Naquele tempo, vir à região em busca de trabalho era quase sempre sinônimo de tornar-se dependente (e, de algum modo, prisioneiro) das *obrages*. Agora, os deslocamentos eram um pouco mais livres ou, pelo menos, não tão comprometedores como foram para as gerações de *mensus* do passado, conforme conheceu e narrou Rafael Barret no início do século XX.²⁶²

²⁶¹ De acordo com Carlos Águedo Paiva, “Por ocasião do censo de 1950, existia no Extremo-Oeste paranaense apenas o município de Foz do Iguaçu – do qual faziam parte os núcleos urbanos de Cascavel, Catanduvas, Guaíra, Santa Helena, Toledo, Medianeira e Matelândia. Já em 1960 à exceção de Catanduvas e Santa Helena, estes, somados a Guaranjáçu haviam assumido a condição de município. Entretanto, existiam as vilas de Céu Azul, Corbélia, Marechal Cândido Rondon, Matelândia, Medianeira, Palotina, São Miguel do Iguaçu e Terra Roxa que, no decorrer da década iriam, juntamente com Catanduvas e Santa Helena adquirir autonomia municipal. Os centros urbanos de Formosa do Oeste, Capitão Leônidas Marques, Assis Chateaubriand e Nova Aurora surgiram depois de 1960 e passaram à categoria de sedes municípios, respectivamente em 1961, 1964, 1966 e 1967.” (Pieruccini *et Al.*, Apud PAIVA, 2014, p.13)

²⁶² Rafael Barret (1876-1910), como já indicamos no capítulo 1, conheceu a região *obragera* do Alto Paraná durante seu exílio político vivido no ano de 1909. Na ocasião, o escritor espanhol radicado no Paraguai passou por regiões obrageras como Corrientes e o Estado de Mato Grosso (Brasil), instalando-se numa localidade conhecida como *Laguna Porã*, atualmente cidade de Yabebyry, departamento de Misiones, Paraguai, às margens do rio Paraná. Ali, tomou contato com a realidade dos *mensus* das *obrages*, o que o inspirou a escrever textos de denúncia na imprensa capitalina (Asunción) após seu retorno, e que saíram sob o título “Lo que he visto” – posteriormente, reunidas e publicadas na obra *Lo que son los yerbales* (1910). Trata-se do primeiro (e, provavelmente, um dos únicos) relatos *in loco* sobre o sistema de exploração que vigorou nas *obrages* do Alto Paraná, incluindo as margens brasileiras.

Um desses paraguaios a chegar na tríplice fronteira após a década de 1960 foi o músico (harpista) Casemiro Pinto.²⁶³ Radicado em Foz do Iguaçu desde 1962, a trajetória deste músico possibilita construir todo um conjunto novo de referências para se compreender importantes transformações operadas no tecido urbano e social da fronteira, e na própria relação dos *paraguaios* com o Brasil, a partir das mudanças operadas pelo Estado brasileiro na tríplice fronteira e nas perspectivas que se abriram a partir disto – inclusive em relação ao Estado paraguaio.

A trajetória desse músico é particularmente importante porque, diferentemente dos demais músicos que entrevistamos nessa pesquisa, ele começa a se relacionar com a cidade ainda no início dos anos 1960, quando Foz do Iguaçu ainda não havia passado pelo brusco processo de crescimento urbano que caracterizou o período pós-Itaipu (incluindo aqui motivações geralmente apontadas como fatores de atração de imigrantes, como a indústria turística). As narrativas de Casemiro Pinto, tal qual as da agricultora Josefa Saracho (que mencionamos páginas atrás) dão conta de desvendar e compor cenas de uma cidade ainda rural, típica do interior do Brasil, onde sua população não passava dos 30 mil habitantes, e onde apenas a principal avenida da cidade havia sido asfaltada. (CATTA, 2003, p. 40). Casemiro chegou à fronteira quando nenhum dos dois ciclos econômicos mais importantes da história recente da cidade havia se iniciado (turismo de compras e construção de Itaipu). De qualquer modo, longe disso, suas memórias descrevem uma fronteira relativamente dinâmica, onde já se percebem processos migratórios de paraguaios e argentinos.

Aqui eu venho primeras... primera viagem que eu fiz aqui, 1962. Não tinha nada. Só... a ponte tava marcando aquele tempo, si... a ponte tava marcada. (...) Vem aqui, passa aqui, na fronteira... avenida Brasil só. Ni asfaltou ainda nada. Aí eu passa p'a Argentina. Eu foi conhecer até... Eldorado, conheci Esperanza... todo así, na Argentina. Después voltá a Paraguai outra vez. E aí foi atuar um pouquinho. Baile, y despues volta com instrumento já (PINTO, 2009, entrevista).

Além disso, neste trecho de sua fala, percebemos que já se iniciava, sob alguns aspectos, a exploração da atividade turística vinculado ao mercado de entretenimento (música típica), algo que representava a abertura de possibilidades de ganho profissional como músico já naqueles idos:

²⁶³ Casemiro Pinto, entrevista concedida ao autor em abril de 2009, na cidade de Foz do Iguaçu.

Primeira coisa que eu já venho com meu pai, com a minha família. Que o meu pai tocava. E aí, eu admirava, e aí começava tocando, tipo, brincadeira assim. Você sabe como é a infância... sempre dessa forma. E depois me desafiaram levaram, fizeram um conjunto numa cidade, que chama Primeiro de Março. Então foi um conjunto de pueblo. Los Primereño. Então me desafiou, e eu fui no rádio, primeiro passo. (...) Después, vino pro Brasil. Depois foi no quartel, no servir no exercito no Paraguai. São dois anos. Aí deixei total a música. Depois quando retornar outra vez, aí, eu continua. Quando eu continua eu já venho aqui no Brasil. Aí me solicitaram aí, Companhia Baile Tropical. Aí assim, entrei no meio... Tem um desafio aí, festival... tiramos também do primeiro passo, así daquele tempo. Isso foi em 1967. Esse festival era na Ciudad del Este. Presidente Strossner. Era uma festival assim, internacional, né? E aí eu depois eu vem pra cá. Eu vem trabalhar na Companhia Baile Tropical. Passei a trio, né? Son “Trio Tropical”. Después, fazer a viagem, fazer apresentação, todo... foi no Brasil, e aí eu vou levando. Después, fazemos grabación também (PINTO, 2009, entrevista)..

Mesmo descrevendo Foz do Iguaçu como uma cidade típica do interior brasileiro naqueles tempos idos, Casemiro identifica elementos que serão associados pela historiografia apenas às décadas seguintes, como a atividade turística e hoteleira. Este músico reforça a ideia de “fronteira” como um espaço regional trinacional – e não como limite entre países, no sentido rígido da palavra. O fato é que neste período, inúmeros artistas e trabalhadores dos mais diferentes setores começam a vivenciar a tríplice fronteira como *possibilidade*, deslocando-se em direção a ela, seja na busca de oportunidade de empregos, terra, ou mesmo como um “entre-porto” de onde re-migrariam para outras regiões da Argentina e do próprio Brasil.²⁶⁴

²⁶⁴ São conhecidos casos como o do compositor, músico e arranjador paraguaio Oscar Nelson Safuán (1943-2007). Nascido em San Estanislao, Paraguai, imigrou para a tríplice fronteira (Foz do Iguaçu) no início dos anos 1960, em virtude das oportunidades de trabalho que se abriam para músicos e artistas na região. Porém, ao contrário de Casemiro Pinto (entrevistado por essa pesquisa), Safuán ficaria pouco tempo na região, tornando a reemigrar para grandes centros urbanos brasileiros, como Curitiba, e depois São Paulo, onde iniciaria uma prestigiosa carreira artística e musical, tornando-se conhecido já no final dos anos 1960. No início da década de 1990, retornou ao Paraguai, radicando-se em Asunción, onde passaria a desempenhar funções como diretor artístico da Industrias Fonográficas S.A. (IFSA), dirigindo produções discográficas, elaborando espetáculos e compondo obras musicais. Neste período, recopilou informações biográficas a respeito de grandes artistas paraguaios do século XX, o que deu origem à cartilha *13 creadores nacionales - Campaña Nacional del Ñemomarándú* (Mimeo). Dirección de Cultura / municipalidad de Asunción, s/d., cujo prólogo refletia a preocupação deste músico em “resgatar” e tornar públicas e disponível para o grande público informações sobre grandes autores e obras artísticas do país, com o objetivo claro de se valer da cultura “para crear esa conciencia nacional, priorizando la educación y desplegando serias y constantes campañas de divulgación de los valores culturales del país (...)” *Prólogo*, SAFUAN, *13 Creadores...*, op. cit., p.03). Ver a autobiografia publicada em Asunción pouco antes de sua morte, em 2007, sob o título: SAFUÁN, Oscar Nelson. *En tres tiempos: (memorias)*. Asunción, PY: editorial El Lector, 2006 (186 pp.).

Desde que as ações de integração e provimento de infraestrutura urbana passaram a ser operadas pelos governos de Brasil e Paraguai sobre a região, a tríplice fronteira passou a ser encarada e franqueada como local de passagem, de fixação, de chegada e de partida para inúmeros trabalhadores dos mais diferentes lugares, seja aqueles que vinham em busca de emprego ou das possibilidades econômicas que se abriam, sejam aqueles que vinham fugindo de perseguições política, entre outras motivações. Em particular, para os paraguaios e para o governo brasileiro, a tríplice fronteira passava por uma importante metamorfose em seu sentido simbólico: ela agora era vislumbrada como possibilidade de amizade e integração transnacional, deixando para trás gradativamente aqueles discursos e imagens negativas construídas ao longo do século XIX e meados do século XX, já que, desde pelo menos o final do conflito da Tríplice Aliança, os paraguaios viam o Brasil como um país imperialista que o saqueara e lhe tirara a chance histórica do país guarani em se tornar uma potência americana. Por outro lado, as autoridades brasileiras (e muitos viajantes que por ali passaram) acalentaram uma série de discursos negativos quanto à presença de trabalhadores paraguaios, vistos como predadores e saqueadores das riquezas naturais da região, tratados ainda (à semelhança do que se dizia em relação aos argentinos) como “invasores” do território, como vimos nos capítulos anteriores.

Havia, portanto, uma mudança importante operada em termos discursivos sobre a relação entre brasileiros e paraguaios, transformando antigos “inimigos” e “rivals” em (agora) “amigos” e “parceiros” (“amizade” que o empreendimento de Itaipu Binacional viria consolidar). Se bem, como veremos a seguir, que essa mudança no tom das relações bilaterais entre Brasil e Paraguai irá responder a uma demanda por construção da hegemonia do Estado brasileiro no Prata no período, por um lado, e pela reafirmação e fortalecimento dos objetivos estratégicos, econômicos e geopolíticos da ditadura stronista de outro. O fato é que essa mudança nos ares das relações diplomáticas terá efeitos diretos sobre a tríplice fronteira, que a partir de então será completamente remodelada e ressignificada, refletindo-se nas relações cotidianas ali vividas.

Neste período narrado por Casemiro Pinto e Josefa Saracho, atravessar a fronteira em direção ao Brasil, Paraguai ou Argentina compreendia parte natural de um mesmo roteiro migratório, por ser um mesmo território – apesar das desconfianças e discursos pouco indulgentes feitos a partir de gabinetes de governo distantes dali. O violonista argentino Carlos Acuña²⁶⁵ também descreveu este “ir-e-vir” desburocratizado que ele

²⁶⁵ Carlos Acuña, natural de Eldorado, Misiones, Argentina. Entrevista concedida ao autor em julho/2010.

viveu em sua infância e juventude através da fronteira. Tendo vivido seus primeiros anos em Eldorado, cidade da província de Misiones (Argentina) defronte ao rio Paraná (na divisa internacional com o Paraguai), o amor pela música e o desejo de participar de festas e aprimorar seu repertório de estilos musicais, bem como ampliar amizades, o levava a cruzar constantemente a divisa internacional entre Argentina e Paraguai através do temeroso rio Paraná. Em seu depoimento, descreveu um episódio no qual seu pai lhe aplicou um castigo após descobrir suas incursões em terras paraguaias através do rio Paraná, o qual era cruzado em pequenos improvisados botes, na calada da noite, e com o violão em mãos. Sobre isto, narrou:

(...) yo tenía un vecino que tocaba el acordeón, la gaita. Tenía 2, 3 años a más que yo. Y no era alejado de mi papá. Entonces venía este: “Le voy a invitar a Carlitos un cumpleaños. A un aniversario”. Entonces papá me dava permiso, pero esos cumpleaños íbamos tocar ahí en frente, al Paraguay. Yo quiero contarles que mi barrio, en el quilómetro 2 de Eldorado está cerca del río [Paraná]. Entonces pasávamos en bote p'a tocar en los bailes. Ahí papá se enteró del lugar. Que de castigo me sacó el violón. Três meses sin tocar. (ACUÑA, 2010, entrevista)

Acuña segue tecendo suas considerações a este respeito, demonstrando que a fronteira representava, em sua adolescência, não um *limite*, mas sim, *possibilidades*. De acordo com ele,

Claro, en nuestra niñez no nos dábamos cuenta el verdadero peligro de lo que significava esto, porque en aquél entonces, neste lugar malo que no sabíamos lo que era la luz eléctrica. La gente concurría a esos bailes que eran como faroles en manos. Y se tocaba ahí. Y el grupo musical que tocaban era: un acordeón, una guitarra, una harpa... y ya está! Pero suficiente para bailar la gente, no? Entonces... queda en la memoria estas postales, no? Porque realmente fué un tiempo cuando uno se llenava de estas ricas experiencias de estar con la gente, y de tocar la guitarra, no? . (ACUÑA, 2010, entrevista)

O falecido poeta, compositor, cantor e radialista argentino Caraícho Toledo, em depoimento concedido a este pesquisador²⁶⁶, também falava sobre a fronteira a partir destas vivências, descrevendo-a como um local aberto propício a encontros e amizades, misturas estilísticas e companheirismos. Reforçando a imagem da fronteira fluída descrita anteriormente por Carlos Acuña e Casemiro Pinto, e adotando um certo tom saudosista

²⁶⁶ Entrevista concedida ao autor em março de 2010.

(sobre uma época em que, diz ele, as pessoas se visitavam mais), Toledo retoma passagens de suas experiências vividas nesta zona de fronteira. Referindo-se (na verdade, comparando) a *tríplice fronteira* Foz do Iguaçu/Puerto Iguaçu/Ciudad del Este, com outra “tríplice fronteira” existente na região (nesse caso, formada pelas cidades de Bernardo de Yrigoyen, na Argentina; Barracão, no Estado do Paraná; e Dionísio Cerqueira, no Estado de Santa Catarina), de perfil bem menos dinâmico e urbanizado do que aquilo que se observa na região de Foz do Iguaçu.²⁶⁷ Assim, narrou:

De donde vengo, y lo que yo veo en este tiempo es que se há perdido mucho esas costumbres nuestras, esas costumbres, esas tradiciones nuestra. En la zona... estamos en la triple frontera. En la zona, Brasil. Yo tengo amigos músicos aquí en Brasil, aquí en la orilla, frente a [Bernardo de] Yrigóyen, Dionísio Cerqueira... más abajo allá, Santa Maria, allá por San Javier. Amigos que nos relacionamos por medio e la música. Uno está en la frontera, y cruza en una fiesta, en un festival, cruza el río Uruguay, y naqué caso, y está en Brasil. Y acá en la zona, Andresito y Puerto Yguazú, cruzamos el río Yguazú, y estamos en Brasil y... veo en las três fronteras que se há perdido mucho esta costumbre de nuestros antepasados (TOLEDO, 2010, entrevista)

Caraícho Toledo era nascido em Corrientes.²⁶⁸ Viveu em Puerto Iguaçu entre 1993 a 2000, e depois, se instalou na cidade de Comandante Andresito, vizinha a Puerto Iguazu, e que também faz divisa com o Brasil – embora não exista nenhuma ponte ligando os dois países neste trecho, e o trânsito de barcos no rio Iguaçu é restrito, dado se tratar, de lado a lado, da região de reserva do Parque Internacional do Iguaçu.

Como já mencionamos anteriormente, além de músico, Caraícho Toledo era também um estudioso e entusiasta do ritmo *chamamé*. Em suas pesquisas, identificou

²⁶⁷ Embora o conceito de *tríplice fronteira* aqui esteja bem distante do significado empregado para tratar do caso de Foz do Iguaçu/Puerto Iguazu/Ciudad del Este, é importante frisar que este conceito (tríplice fronteira) também é utilizado para se referir a essa região limítrofe entre dois estados brasileiros (Paraná e Santa Catarina), e entre estes e a Argentina (província de Misiones). Porém, para efeito de comparação, as diferenças são muitas, pois embora Dionísio Cerqueira (Santa Catarina) também possua um “Marco das Três Fronteiras”, trata-se de uma fronteira seca. Além disso, a densidade populacional é bem menor do que a observada na fronteira Brasil/Paraguai/Argentina, e que neste caso, apresenta os seguintes dados demográficos: Dionísio Cerqueira (SC): 15.450 habitantes (dados de 2017); Barracão (PR): 9.737 habitantes (2010); e Bernardo de Yrigoyen (Misiones, Argentina): 6.492 habitantes (2010), perfazendo um total de cerca de 35 mil habitantes nas três cidades (contra cerca de 700 mil na região da tríplice fronteira).

²⁶⁸ Bráulio Ramón “Caraícho” Toledo era natural de Caá Catí, cidade na província de Corrientes. Desde a década de 1990, fixou residência em Misiones, onde além de suas atividades artísticas, trabalhava como bancário (Banco Macro). Faleceu em um hospital de Posadas, vítima de câncer, aos 63 anos de idade. Na ocasião, residia em Comandante Andresito, onde era bastante prestigiado e conhecido. Inclusive, o legislativo local chegou a propor, em 2011, que uma de suas composições (“Himno Marcha Andres Guacurari”) se transformasse em hino oficial da cidade (De acordo com: <http://www.lt4digital.com/noticia.php?i=129601>, acessado em 23/07/2017).

que a difusão deste ritmo correntino se deu através das rádios regionais (de Corrientes) já a partir dos anos 1930. Em sua entrevista, ao abordar a difusão do estilo *chamamé* através da região do *litoral* argentino, Toledo mencionou um intenso trânsito de músicos paraguaios e argentinos através das fronteiras entre Brasil, Paraguai e Argentina, e que tornava a região um espaço privilegiado para que trocas culturais, estilísticas e sonoras ocorressem no interior desta fronteira platina. Em seu depoimento:

Claro! Y, bueno, después comienzan los conjuntos a esse... donde se gravaban? En Buenos Aires. Y venían de Paraguay, venían los conjuntos para grabar. Pasaban por Corrientes cuando iban, y de Corrientes, a Buenos Aires. Eso en los años veinte. A partir de los años treinta ya comienzan a difundirse este *chamamé*, no? A escucharse en las rádios. Por eso te decía hoy, que allá por los [anos] 50, vos prendia la rádio, y que lo que buscaba? Escuchaban *chamamé*. Y te prendia, pues, ya llegava la potência de la rádio de la provincia de Corrientes. En este instante, ya llegaba a todo el interior (TOLEDO, 2010, entrevista).

O movimento de ir e vir de músicos e demais trabalhadores através das linhas de fronteira narrados por Caraícho Toledo é bastante semelhante ao que foi descrito por Carlos Acuña e pelo harpista paraguaio Casemiro Pinto. Fez também parte da experiência vivida pela lavradora paraguaia Josefa Saracho. Ao narrarem estes deslocamentos, estes sujeitos tratam as zonas de fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina como territórios complementares – e não *inimigos* -, passíveis de serem transpostos sem maiores percalços burocráticos (exceto as condições impostas pelo próprio meio), e muito além dos ressentimentos nacionais, inimizades diplomáticas e desconfianças entre governos que ainda vigoravam desde pelo menos o final da guerra do Paraguai. A integração fronteiriça, para estes sujeitos, nunca foi um objetivo “estratégico”, “político” ou “hegemônico”, mas uma prática cultural cotidiana, vivida como experiência e como identidade em constante elaboração. Descrevendo a formação de seu primeiro conjunto musical após sua chegada na tríplice fronteira, Casemiro Pinto evidencia essa “integração”, a partir da própria composição heterogênea dos conjuntos musicais que por aqui se formavam, bem como do trânsito entre músicos dos diferentes países a partir do eixo Foz do Iguaçu – Paraguai– Corrientes, conforme já destacado na fala de Caraícho Toledo. Como narra Casemiro Pinto:

Eu foi no Paraguai formar um conjunto que chamada “Brisa del Paraná”. É, conjunto. Tava em seis. Depois sale pra otro lado, um foi pra Buenos Aires, pra outro lado, e eu volto aqui pro Brasil. (...) Una de

Assunción, de Lambaré. Y outro, tambien de lá . Una dupla. Y o otro, o “bajita”, também era de lá. De onde eu nasci. Esse era o Olegário Servian.... bajista. Requintita²⁶⁹ también. Esse era de San José. San José do Arroyo. (...) aqui na Ciudad de Este. Eu siempre actuava no radio, na cidade, Difusora Caaguazu. (...) E después, eu sai do conjunto, e outro também sai, o acordeonista, esse... Teófilo Villalba. E foi pra Buenos Aires, aí, separamos. Aí acabou o conjunto (risos). Como siempre acontece toda (risos). Se acabo o conjunto. Aqui, fizeram esse Trio Tropical. (PINTO, 2009, entrevista)

O constante trânsito de músicos e artistas, além de outros trabalhadores, repetimos, já era uma realidade vivida na região da tríplice fronteira desde pelo menos os anos 1960. No caso dos músicos, isso evidenciava não apenas a abertura de novas oportunidades de trabalho ligadas ao turismo e ao lazer, como também o aumento dos fluxos migratórios facilitados sobretudo após a realização de obras de infraestrutura que permitiam o acesso à região de forma mais facilitada, tais como a construção da estrada Coronel Oviedo –Puerto Stroessner (1955-57), a construção da ponte da Amizade interligando Brasil e Paraguai (1961-65), a extensão da rodovia BR-277 (Curitiba-Foz do Iguaçu) até a fronteira (1969), entre outros fatores que, à sua maneira, permitiram o surgimento de diversos povoados e zonas de colonização ao longo da fronteira leste do Paraguai e oeste do Paraná.

Se a história narrada pelo harpista Casemiro Pinto associa seu deslocamento às necessidades (e possibilidades) de sobrevivência financeira através da música, inserindo-o no mercado de lazer turístico que começava a se abrir na tríplice fronteira, outros fatores também colocarão a região como destino preferencial de muitos imigrantes paraguaios. Entre eles, o exílio político, intensificado após a violenta e ostensiva perseguição empreendida pela ditadura de Alfredo Stroessner contra artistas, lideranças políticas e militantes de oposição a seu regime.

Foz do Iguaçu foi o destino final do poeta paraguaio Salvador Teodoro Mongelós, perseguido pela ditadura de Alfredo Stroessner, e que viveu seus últimos anos entre a imensa comunidade paraguaia instalada no lado brasileiro da tríplice fronteira. Mongelós fez parte de uma vanguarda artística nacionalista que surgiu no Paraguai na década de 1940, após a guerra do Chaco.²⁷⁰ Tratava-se de um compositor bastante ligado à cultura

²⁶⁹ O “requinto” é um instrumento musical semelhante ao violão, mas de afinação mais aguda. Bastante popular no Paraguai e Argentina e pouco conhecido no Brasil, o requinto é muito utilizado na música popular de matriz rural (o *folklore*).

²⁷⁰ Conflito travado entre Paraguai e Bolívia pela posse do Chaco Boreal, entre 1932 a 1935. O conflito terminou com a vitória militar paraguaia.

popular, com poemas e temas musicais de teor combativo e contestatário, razão pelas quais foi apelidado de “poeta de los humildes”.²⁷¹ Eleito deputado (1949-55), precisou fugir da perseguição da ditadura stronista, primeiro indo para São Paulo, e depois, instalando-se em Foz do Iguaçu, onde viria a falecer, no ano de 1966, quando contava com apenas 51 anos de idade.²⁷² Seus restos mortais permaneceram sepultados em Foz do Iguaçu, sendo trasladados ao Paraguai apenas em 1994, após a queda da ditadura stronista (1989).

Outros casos de paraguaios fugidos da ditadura stronista se tornaram igualmente emblemáticos constam do livro, já citado, *Foz do Iguaçu: Retratos*. Com o claro objetivo de ser o livro de História Oficial da cidade, essa publicação se dividia em duas partes: na primeira foram organizados e reunidos fatos considerados importantes para a história do município; e numa segunda, estão excertos de entrevistas feitas com antigos moradores da cidade, que o livro passou a tratar como “pioneiros”. Estes depoimentos haviam sido publicados em dois jornais existentes na cidade (jornal *Gazeta do Iguaçu*; e o extinto jornal *Nosso Tempo*). Essa publicação ainda hoje é bastante utilizada em pesquisas sobre a história de Foz do Iguaçu município. Num dos depoimentos trazidos neste livro, aparece a história do exilado político paraguaio Aníbal Abbate Soley, onde ele narra que chegou à fronteira no final da década de 1950 fugindo da perseguição da ditadura de Alfredo Stroessner. O que chama a atenção aqui é que Soley era membro do próprio Partido Colorado – o mesmo que apoiou a ascensão política de Stroessner em 1954, e que deu início à ditadura. Anibal Soley fez parte de um dos grupos dentro do partido que discordaram das medidas ditatoriais implantadas por Stroessner logo após ascender à presidência da República. O grupo pedia a abertura política (levantamento do Estado de sítio, eleições convocação de eleições, etc), e o fim da censura e das perseguições a opositores, entre outras reivindicações. Essas dissidências, formadas sobretudo por

²⁷¹ Vide verbete: <http://www.staff.uni-mainz.de/lustig/guarani/mongelos.htm> , acessado em 30/05/2017

²⁷² O local exato da morte deste poeta gera contradições. O verbete dedicado ao poeta no site *Wikipédia* informa que Mongelós teria morrido em Buenos Aires, no dia 20 de maio de 1966 (vide: *Wikipedia*; https://es.wikipedia.org/wiki/Teodoro_Salvador_Mongel%C3%B3s). Já o site paraguaio *Portal Guarani*, especializado em cultura, autores e artistas paraguaios, afirma que Mongelós teria morrido na cidade de São Paulo, concordando apenas quanto à data de seu óbito . (vide: http://www.portalguarani.com/923_teodoro_salvador_mongelos/8811_teodoro_s_mongelos_poesias_re_copilacion_rudi_torga.html). Em desacordo com ambas fontes citadas acima, outra publicação especializada em autores paraguaios, *Breve Diccionario de la Literatura Paraguaya*, de Teresa Méndez-Faith (1994), em sua versão online, confirma a cidade de Foz do Iguaçu como local de falecimento do músico (Vide: <http://www.anselm.edu/homepage/tmfaith/dicciom.html>). O que é ponto pacífico em qualquer biografia sobre Mongelos, é o fato de que, desde sua morte, ele esteve enterrado em Foz do Iguaçu. Após 1994, os restos de Mongelos foram finalmente trasladados à sua cidade natal, Ypacaraí, onde se encontram na atualidade. Links acessados em 01/06/2017.

lideranças estudantis, produziram um manifesto contra o governo de Stroessner, o que deu início a um processo de perseguição política, exílios, prisões, assassinatos e tortura. Desta dissidência, nasceria, entre outros, o Movimento Popular Colorado (MOCOPO) -, que lideraria uma guerrilha contra a ditadura, tendo muitos de seus líderes assassinados pela repressão. Soley chegou a integrar o MOPOCO.

A importância do depoimento de Aníbal Soley aqui está no panorama que ele traça, e que indica uma fuga massiva de mais de uma centena de perseguidos políticos do país apenas neste episódio. De acordo com Soley,

Numa reunião da Cúpula do Partido Colorado, chamada Junta de Governo, um grupo de 17 membros assinaram um documento defendendo a necessidade de uma abertura política. A partir daí começou a perseguição. Nós, os dissidentes, passamos a viver nos escondendo, até o ponto em que não foi mais possível viver no Paraguai. (...) No começo todos apoiavam o presidente, na esperança de que conseguisse a união do Partido Colorado e governasse democraticamente. Nada disso aconteceu. Começaram as rupturas e com elas as perseguições, violências, torturas, mortes e exílios. Fui à embaixada da Argentina em Asunción e consegui asilo. Fiquei alguns meses na Argentina e vim pra Foz do Iguaçu, em novembro de 1959. *Nessa leva, mais de uma centena de paraguaios fugiram do país.*” (CAMPANA, ALENCAR: 1997, p.35, grifos meus).²⁷³

O depoimento do harpista Casemiro deixa claro que os motivos que o trouxeram à fronteira não se relacionavam às perseguições políticas do regime paraguaio. Mesmo assim, comenta o fato de artistas prestigiados (como Teodoro Mongelós) terem vivido parte de seu exílio em Foz do Iguaçu:

²⁷³ Outros paraguaios exilados na região de Foz do Iguaçu também se destacariam por sua trajetória de luta contra regimes ditatoriais. Em 2005, o jornalista e ex-dirigente do MR8, Aluizio Ferreira Palmar, publicou um livro baseado em sua detalhada investigação jornalística realizada desde seu retorno ao país, nos anos 1980, após a *Anistia* (1979). Publicado sob o título *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* (2ª Ed. Curitiba: Travessa dos Editores, 2006), Palmar trata, entre outros, da perseguição, tortura e assassinato empreendida contra militantes e exilados políticos que viviam na região da tríplice fronteira, numa ação conjunta entre as ditaduras militares de Brasil, Paraguai e Argentina. Amparado em documentos obtidos junto a arquivos da repressão nos três países, o autor identificou a atuação conjuntas das forças de repressão por parte das ditaduras brasileira, argentina e paraguaia, e que mais tarde receberia o nome de “Operação Condor”. Aluizio Palmar havia chegado clandestinamente em Foz do Iguaçu no final dos anos 1960, com o objetivo de estudar o meio e organizar um grupo guerrilheiro para lutar contra a ditadura militar brasileira nessa fronteira. Ao chegar à cidade, fez contato com vários paraguaios que viviam na fronteira em situação de exílio, ou mesmo clandestinamente, e que haviam fugido do Paraguai após a ascensão do regime ditatorial de Alfredo Stroessner. Entre eles, o autor destaca Rodolfo Mongelós Leguizamón (que albergou Palmar quando de sua chegada à cidade, em 1968); e Rodolfo Ramírez Villalba, com quem Palmar treinava técnicas de guerrilha no interior do Parque Nacional do Iguaçu. (Vide: PALMAR, 2006; pp.275 e 278).

É... para mim, no era tanto, pero pra otros puede ser, porque não era o meu época. Mas a história dele é muito importante. Mas ele é muito mais velho. Eles fizeram bastante música. Como se justamente eles fizeram música com esse pássaro que eu estou criando... pilincho.²⁷⁴ [A música/poema de Mongelós] Chama “Piririta”.²⁷⁵ Ele quando foi... segun la história, ele, um outro músico contou... não sei se é verdade, se es certo (...) Ele disse que eles fizeram, lá em São Paulo. Dice en guarani, que quando ele viu a piririta falando, eles queria, porque ele estava saudade do Paraguai. Entonce eles fizeram (recita um poema em língua guarani, não transcrito aqui, e que faz referência à ave, piririta). Ele disse: aonde você veio falar, e eu pensava que não podia escutar mais a tua cantada... Ele escreveu. E fizeram uma música desse pássaros. Esse era do Teodoro Mongelos. Piririta. Então esse música tem tenho, tá agora tocando. Porque o tempo de Stroessner bastante música foi escondido. Porque ele não ... ditadura, entonces quando canta aí já começa levar preso... (PINTO, 2009, entrevista)

Casemiro Pinto, mesmo lembrando que “não era este o seu caso” – afinal, este músico havia chegado à fronteira como *artista*, e não como refugiado político – acaba por evocar uma composição de Mongelós, “Piririta”, para falar da dor da partida de muitos paraguaios de sua terra natal. Na ocasião da entrevista, chegou a recitar o poema, escrito originalmente em língua guarani, traduzindo-o para o espanhol, demonstrando uma certa emoção. Assim, apesar de não ter feito parte do grupo “exilado” que chegou à tríplice fronteira a partir da perseguição stronista, Casemiro parece compartilhar e compreender a dor do exílio para os quais este foi uma triste realidade, tornando-se, em alguma medida, cúmplice dos paraguaios impedidos de voltar à sua terra natal.

3.6. *À guisa de conclusão: a cidade invisível*

Conforme já discutimos anteriormente, a construção de versões sobre a história do oeste do Paraná assenta-se sobre categorias excludentes de pertencimento, que dão a determinados personagens – como os chamados *pioneiros*, um tipo específico de colono sulista, brasileiro e descendente de europeus – a condição de “desbravador” da fronteira. Neste tipo de discurso, dificilmente se abre a possibilidade de reconhecer a existência

²⁷⁴ Conhecida no Brasil como “anu branco”, “rabo-de-palha”, “alma-de-gato” e “anu-do-campo”, e “Piririta”, “Pilincho” ou “Güirá Güirá” no Paraguai e Argentina. Trata-se de uma ave bastante comum no Brasil, e conhecida por possuir canto intenso e bastante melódico. Para informações sobre esta ave, consultar: <https://historianatural.wordpress.com/2009/03/02/el-pirincho-guira-guira/>

²⁷⁵ “Jha Pilincho”, tema (letra) de autoria de Teodoro Salvador Mongelós. Vide: http://www.porta guarani.com/923_teodoro_salvador_mongelos/12197_jha_pilincho_cancion_de_teodoro_s_mongelos.html, acessado em 01/06/2017.

outros grupos sociais (como os paraguaios) como parte do processo que deu origem à fronteira, contribuindo para a construção de sua identidade social. Como vimos, bem antes da fundação da cidade (1914), a presença de grupos como paraguaios e argentinos já era registrada nestas barrancas, e ao que tudo indica, seguiu se intensificando ao longo dos anos, mesmo após a década de 1940, quando as ações de nacionalização da fronteira iniciadas pelo varguismo já caminhavam a todo vapor. Por exemplo, ao referir-se a um dos bairros mais antigos da cidade - significativamente chamado de “Vila Paraguaia” - Casemiro lembra que “Tinha muito [paraguaio]. Tinha muito, si. Tinha mais... ali embaixo tem a Vila Paraguaia. Quase tudo paraguaio lá” (PINTO, 2009).²⁷⁶ Essa presença maciça de paraguaios não escapa à retrospectiva histórica realizada por Micael Alvino da Silva sobre a cidade de Foz do Iguaçu. Este autor sublinha que a comunidade paraguaia era tão numerosa em Foz do Iguaçu, que em 1942, no auge da perseguição do regime varguista a cidadãos de origem ítalo-germânicas (em razão da entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial), membros dessa comunidade chegaram a pleitear a mudança do padre da cidade, Manuel Koenner, de origem alemã, acusando-o de conspiração. (SILVA, 2014: 79)

Chama a atenção a maneira como o próprio Casemiro Pinto vincula sua opção em migrar para a tríplice fronteira nos anos 1960, relacionando sua decisão ao mercado que começava a se abrir para artistas já naqueles idos. Este relato coloca questões que problematizam a tese defendida por Souza (2009a), quando esta argumenta que o *turismo* não deve ser visto como motivo de atração de imigrantes e trabalhadores para a fronteira neste período, dado que este argumento, como já salientamos, (o turismo enquanto fator de desenvolvimento econômico da cidade) teria sido apenas um discurso construído pelas elites locais a partir de meados dos anos 1970 para fazer frente ao avanço de uma elite tecnocrata que surgia na cidade a partir da construção da usina de Itaipu.²⁷⁷

²⁷⁶ De acordo com Souza, a chamada *Vila Paraguaia* – bairro que se situa nas proximidades do Jardim América, próximo à barranca do rio Paraná, e próximo a antigas madeireiras que operaram na cidade até finais da década de 1970 – era, na verdade, uma espécie de vila operária que surgiu provavelmente na época da construção da ponte da Amizade (1960-65). Inclusive a própria autora entrevistou trabalhadores de origem paraguaia, que chegaram em Foz do Iguaçu na época das obras da ponte, e que foram residir neste local. (Ver: SOUZA, 2009a, p. 20-21). Ver também as considerações de Micael Alvino da Silva a este respeito (SILVA, 2014, p. 78)

²⁷⁷ “No início dos anos de 1980, havia, em Foz do Iguaçu, uma significativa tensão entre alguns grupos locais e os grupos responsáveis pela construção e a instalação da usina de Itaipu. Por parte dos grupos que historicamente prevaleciam, na cidade, havia uma preocupação em defender sua posição de comando local, diante dos tecnocratas investidos de grande poder pelo governo federal. Tratava-se, naquele momento, de criar, para a cidade, uma identidade para se contrapor ao impacto da instalação da usina hidrelétrica. As elites locais iniciaram uma campanha em defesa de Foz do Iguaçu como cidade turística, que começou na década de 1980 e se estendeu pela década de 1990.” (SOUZA, 2009a: 80-81)

Se é verdade que não podemos generalizar as motivações que levaram Casemiro Pinto a se instalar na cidade como sendo também as motivações de outros trabalhadores e artistas que por aqui aportaram desde então, também é preciso relativizar a imagem de que o *turismo*, enquanto ciclo econômico a atrair trabalhadores antes de 1974 (ano de início da construção de Itaipu) teria sido apenas uma construção discursiva de parte da elite empresarial local, mas que jamais teria de fato pautado as relações sociais e econômicas na cidade, como argumenta Souza:

Desde o início do processo em que se discutiu e se definiu a construção da hidrelétrica, em Foz do Iguaçu, formou-se, na cidade, um ambiente de euforia, diante das possibilidades de desenvolvimento proporcionadas pela obra e, ao mesmo tempo, havia certo receio da perda de “autonomia” da cidade, diante da intervenção do poder federal. Nesta época, houve um significativo fortalecimento de um movimento de associação da cidade com a atividade turística. O turismo não era propriamente uma novidade. Ao contrário, já existia e baseava-se, fundamentalmente, na visita às Cataratas do Rio Iguaçu. O que havia de novo era a elaboração de uma proposição que identificava, nessa atividade, o núcleo para onde deveriam convergir todos os investimentos públicos municipais e, principalmente, federais. Desde então, o turismo passou a ser definido como a principal atividade econômica de Foz do Iguaçu. (SOUZA, 2009a, p. 81)

Ou seja, essa autora até entende que o turismo foi uma atividade econômica praticada na cidade de Foz do Iguaçu antes dos anos 1970, mas relativiza seu “peso” enquanto fator a promover o desenvolvimento urbano da cidade, conforme argumentarão as elites locais. Concordamos em parte com essa crítica feita pela autora, dado que os referenciais que ela utiliza consideram as “relações de trabalho” como fator definidor da história econômica do município, e não necessariamente os “ciclos econômicos”. Assim, o turismo, tomado não enquanto lazer, mas enquanto relação de trabalho, será apenas mais uma entre as muitas possibilidades de sobrevivência nessa fronteira, que incluíam ainda o contrabando (café, farinha, mercadorias provindas de Puerto Iguazu), trabalho em madeiras e construção civil, roçados, pesca, agricultura e, é claro, também a indústria do lazer.

Aqui, retomamos a discussão empreendida por Raymond Williams, crítico literário inglês que problematizou os discursos feitos por poetas e escritores ingleses sobre o suposto bucolismo das paisagens rurais do interior da Inglaterra após o início da revolução industrial. Para poder fazer um contraponto as metrópoles fétidas, precárias e miseráveis que surgiam com a industrialização, tornou-se comum entre cronistas ingleses criar

imagens sobre a vida rural enfatizando paisagens doces, bucólicas e esvaziadas de contradição, como se o campo fosse um lugar de refúgio e de paz, em contraponto as cidades industriais. Para Willians, o processo de exploração rural “dissolve-se na paisagem”. (WILLIANS, 1989, p. 69).

De maneira análoga, os relatos de trabalhadores de Foz do Iguaçu, recolhidos por Souza (2009a), irão indicar o labor em atividades diversas em cartões postais e símbolos da cidade, incluindo hotéis e locais explorados pelo turismo. Sob essa perspectiva, mesmo que o turismo já aparecesse como elemento a compor os horizontes de trabalho abertos na tríplice fronteira, para o trabalhador comum seria indiferente se o pão de cada dia viesse de um cartão postal ou do café contrabandeado. Aqui, reforçar a ideia de “vocação turística” conforme discurso elaborado pelas elite empresariais locais, dizia pouco ou nada para os trabalhadores em si, conforme demonstrou Souza. Ou, dito de outra maneira, para os trabalhadores (como o músico Casemiro Pinto) inserir-se nas atividades relacionadas ao turismo dificilmente significava lazer ou lucro, e sim, apenas uma entre as muitas formas de sobrevivência financeira que a fronteira permitia.

De qualquer modo, seja como lazer ou trabalho, a fronteira foi sendo modificada e moldada a partir da chegada destes trabalhadores, aliado à execução de grandes projetos governamentais e privados (empresariais) a partir da década de 1960, com especial destaque para as ações capitaneadas pelo Estado brasileiro (em maior escala) e paraguaio. Como efeito, a fronteira passará por novas e decisivas “invenções”, transformada radicalmente em seu formato urbano, usos e apropriações, conjugando sentidos distintos que a transformaram, ao mesmo tempo, em espaço de trabalho e aprendizagem, integração e estranhamento, exaltação   “hermandad” e, inclusive, reforço de estruturas culturais de preconceito e discriminação, da possibilidade do ganho e prosperidade financeira ao medo quanto a insegurança e os altos índices de criminalidade que passarão a ser registrados a partir de então, conforme anotou a antropóloga Nara Regina Olmedo de Oliveira, autora de um estudo sobre essas relações de alteridade vividas no cotidiano dessa tríplice fronteira:

As pontes erguidas sobre os rios Paraná e Iguaçu representam, ao mesmo tempo, conexão e limite, demarcando a notável ambiguidade formal, estrutural e legal das chamadas fronteiras fluviais que converteram em mitos as noções de fronteiras naturais e de indivisibilidade dos rios. (OLIVEIRA, 2012, p. 37)

Para essa estudiosa, a fronteira exprime, ao mesmo tempo, relações de amizade (muitas no âmbito formal) que, em momentos de crise, evocam raízes históricas comuns – como na *comunidade imaginada* proposta por Benedict Anderson (2008), ou das “memórias coletivas” a serviço das histórias nacionais, como apontado por Michel Pollack (1989). Nesse caso,

No caso da tríplice fronteira, a tradicional noções de amizade e de fraternidade, corporificada nas pontes entre os territórios vizinhos, parece representar a supremacia de uma história comum vivida neste território por guaranis e jesuítas, cujo vestígio concreto dessa ancestralidade relacional são as totêmicas ruínas missioneiras existentes nas três nações. Trata-se, portanto, de uma anterioridade histórica evocada como lembrança sagrada principalmente nos episódios de crise política, ocasiões em que a memória comum converte-se num poderoso atenuante dos conflitos entre países vizinhos . (OLIVEIRA, 2012, p. 39).

Essa autora dá uma ênfase que nos parece excessiva sob alguns aspectos – considerando o conhecimento médio da população de Foz do Iguaçu a respeito deste tema – ao suposto papel “integrador” da memória acerca do passado jesuítico da região. Não existem nas cidades que conformam as três fronteiras, vestígios arqueológicos acessíveis das antigas *reduções jesuíticas*, embora a cidade seja um corredor rodoviário para quem pretenda visitá-las.²⁷⁸ O tema das ruínas jesuíticas tem sido pautado com alguma força sobretudo nos meios acadêmicos (historiadores e outros pesquisadores ligados as universidades da cidade, como UNILA, UNIAMÉRICA e UNIOESTE), além dos próprios agentes ligados aos setores do turismo, que tem colocado este tema na ordem do dia. Por outro lado, entre a população em geral, muitos nem sequer conhecem essa parte do passado da tríplice fronteira relacionado a este importante marco histórico do período colonial, permanecendo em seu lugar a força de outros marcos de memória sobre a região, com especial destaque para as elaborações acerca da guerra do Paraguai, que, como vimos

²⁷⁸ Oficialmente, não existem *ruínas jesuíticas* – restos de edificações – na região das três fronteiras. Contudo, existem registros de que algumas reduções (como eram chamadas os aldeamentos de indígenas por padres jesuítas espanhóis) podem ter sido fundadas nessa região das três fronteiras, dentre as quais uma às margens do rio Monday (atual município de Presidente Franco, no Paraguai); e outra 20 quilômetros acima das Cataratas do Iguaçu, às margens do rio Iguaçu, atualmente Parque Nacional do Iguaçu, em território argentino. Sobre essa segunda, o médico e naturalista argentino (de Puerto Iguazu), Luis Honorio Rolón (1945-1992) escreveu um livro, publicado em 1988, sob o título *Santa María del Iguazú -1623*. Neste livro, o autor se baseia em uma *carta annua* (espécie de relatórios anuais daquilo que acontecia em cada redução), que menciona a existência deste povoado. De qualquer modo, não há sítios arqueológicos relacionados as reduções jesuíticas nas três fronteiras, apesar de haver interesse manifesto por parte de alguns segmentos empresariais em explorar turisticamente as ruínas jesuíticas situadas em território argentino e paraguaio, tais como as ruínas de San Ignacio, situadas em território argentino, a 250 quilômetros de Foz do Iguaçu.

aqui, sequer teve como palco essa fronteira em específico. Mesmo assim, a constatação da centralidade eu este marco assume entre as memórias locais é algo que já foi notado por historiadores como Micael Alvino da Silva (conforme destacamos no capítulo 1 deste trabalho) e Jayme Benvenuto, da UNILA (citado na Introdução. Ver: BENVENUTO, 2016, p.22). Benvenuto destaca que os tensionamentos fronteiriços ainda permitem evocar um passado aparentemente distante (uma guerra encerrada há cerca de 150 anos atrás), mas também, encontra fundamentos em conflitos vividos no tempo presente. De acordo com este autor, os paraguaios se sentiram novamente injustiçados pela “Tríplice Aliança”²⁷⁹ (Brasil, Argentina e Uruguai) quando estes, através do MERCOSUL (do qual o próprio Paraguai é parte integrante e membro fundador), decidiram pela suspensão temporária deste país após a deposição (*impeachment*) do então presidente da República do Paraguai, Fernando Lugo, em junho de 2012. Neste sentido:

A propósito de ese sentimiento de reducción en razón de los otros, el cuestionamiento sobre las sanciones aplicadas al Paraguay, cuando de la suspensión del Mercosur, en 2012, debido al supuesto incumplimiento de la cláusula democrática, resucitó el temor de que Brasil, Argentina y Uruguay estarían a repetir la historia contra Paraguay. Desde entonces, el resentimiento paraguayo ha estado más presente en las conversiones ordinarias con ellos, incluyendo durante la investigación. (BENVENUTO, 2016, p.23)

Vimos ainda que Souza (2009a) identificou a construção de discursos acerca da memórias do *turismo* como fator a dissolver algumas diferenças sociais e até nacionais na fronteira. A autora critica essa abordagem, por entender que ela acaba por diluir relações sociais e hierarquias de classe, unificando uma memória única em torno de discursos que exaltam os atrativos naturais (Cataratas, Parque Nacional do Iguaçu, rios Paraná e Iguaçu, etc) e tecnológicos (pontes internacionais da Amizade e Fraternidade, Itaipu), abstraindo os conflitos de classe e até mesmo aqueles embates em torno da construção de outras memórias, que não a de suas elites. Por outro lado, apesar da pertinente crítica que essa autora elabora, não podemos deixar de considerar a força dessa memória nas elaborações existentes como fator a construir uma “identidade” para a tríplice fronteira, a ponto do próprio cantor e compositor Ramón Ayala, autor de temas

²⁷⁹ A guerra do Paraguai (“Guerra de La Triple Alianza”, como é chamada pelos paraguaios) colocou, em lados opostos, o Paraguai de um lado, e de outro, uma aliança formada por Brasil, Argentina e Uruguai – chamada de “Tríplice Aliança”. Após 5 anos de intensos e violentos conflitos, a guerra terminou com a derrota paraguaia e a morte de seu presidente, o ditador Francisco Solano Lopez, em 1º de março de 1870.

sociais relacionados à questão do trabalho e da exploração das obras, ao escrever seu famoso “Canto a Iguazu” – música símbolo de Puerto Iguazu – em 1961,²⁸⁰ ter iniciado e terminado seus versos aclamando a natureza exuberante presente nos países que formam as três fronteiras, com especial ênfase nas Cataratas:

CANCIÓN A IGUAZU (Ramón Ayala)

Sordo retumbar de cataratas monte adentro
vértigo de luz sobre el abismo vegetal.
Es un corazón de sangre blanca y tierra roja
ronco sapukái que al estallar vuelve hacia mí.

(Estrilho)

*Y en el güembé un picaflor preso en tu embrujo de humedad
y en el latir del corazón tu canto de cristal.
Mírame bien, viejo Iguazú, sé que no sos una postal
tu despeñada soledad me grita: -¡Litoral!*

Lejos, el azul de Paraguay suspira y canta,
sombras del Brasil verde anaconda natural
Es un corazón de sangre blanca y tierra roja
ronco sapukái que al estallar viene hacia mí

Estes são também parte dos versos que colocamos como epígrafe deste capítulo. Neles, o observador posta-se diante das Cataratas, e observa, de longe, o Paraguai (“Lejos, el azul de Paraguay, suspira y canta”) – descrito, neste caso, como um país poético, musical que “suspira y canta”; e o Brasil, a quem o autor reserva imagens de um país possuidor de uma natureza misteriosa e bravia, com suas “anacondas”²⁸¹ e outros mitos, tais como o próprio m’Boy, deus serpente da lenda das Cataratas, e que foi alvo de apropriação por parte de artistas e educadores, entre os quais, o grupo *Quintal de Clorofila*, do músico Negendre Arbo.²⁸²

²⁸⁰ A referência à data da composição deste tema aparece em uma matéria publicada em maio de 2013 pelo jornal *El Territorio*, de Posadas (Argentina), sob o título: “La Canción al Iguazu” cumple 52 años”. Ver: <http://www.eltterritorio.com.ar/nota4.aspx?c=8946838889376892>, acessado em 21/11/2017.

²⁸¹ O termo “anaconda” é utilizado por parte da literatura estrangeira para identificar a espécie de réptil (cobra) sucuri (família *Boidae*, pertencente ao gênero *Eunectes*), que pode alcançar até 9 metros de comprimento. Apesar não possuir veneno, está envolvida em histórias e mitos que lhe dão a fama de ser uma cobra exótica e muito perigosa. Na Argentina, onde o animal é encontrado, recebe o nome de *curiyú*.

²⁸² A lenda das Cataratas, de origem indígena, narra a história de amor entre os índios caingangues Naipi (filha de um cacique) e Tarobá (um bravo guerreiro). Naipi havia sido prometida em casamento a M’Boy, o deus serpente que habitava o leito do rio Iguaçu. Naipi e Tarobá acabaram se apaixonando, mas ao tentar fugir de canoa através do rio Iguaçu, M’Boy teria despertado e saído em perseguição ao casal. De seu desespero em alcançar os índios fugitivos, M’Boy provocou violentos movimentos no leito do rio, o que daria origem às Cataratas do Iguaçu. Essa lenda é bastante conhecida e difundida entre os meios locais, e pode ser lida em sua íntegra no seguinte endereço: <https://h2foz.com.br/pt/post/atrativos/lenda-das-cataratas>, acessado em 12/12/2017. No início da década de 1990, ao chegar em Foz do Iguaçu á frente de

Ainda, interrogada sob diferentes aspectos, poderíamos pensar a possibilidade de construção de memórias coletivas para essa fronteira a partir de elementos como as próprias *obrages*, conforme fizeram autores como Ruy Wachowicz (1982) e outros que seguiram sua linha narrativa, conforme analisado no capítulo 1, e que aparecerão também como objeto de diálogos feitos por músicos com o próprio Ramon Ayala, e Negendre Arbo. Ou ainda, como propôs Caraícho Toledo, poderíamos pensar numa região indígena ou *guarani*, como farão alguns autores ligados à chamada *etno-história*, e cujo escopo aparecerá também na estética do músico Raul Garnica; ou numa fronteira paraguaia, conforme narrada pelo músico Casemiro Pinto e pela lavradora Josefa Saracho; ou uma fronteira do *contrabando*, como aparecem nos depoimentos dos trabalhadores entrevistados por Elen Patrícia Davi (2008)²⁸³ e Aparecida Darc de Souza (2009a); ou numa fronteira *sulista*, como desejou o vereador Hermes Vetorello, e uma parte da historiografia regional; ou ainda, na fronteira da perversidade, do caos e do inferno urbano para seus trabalhadores, como propuseram Juvêncio Mazzarollo (2005) e Luiz Eduardo Catta (2003). Enfim, como fronteira recém “integrada” ao Estado-nação brasileiro, e recém “inventada” no imaginário social transnacional, é natural que os sentidos sobre ela se percam, sejam disputados, se desencontrem.

Afinal, trata-se também de uma luta por representações. E nessas lutas, concorrem não apenas o Estado e seus aparatos institucionais, mas também a produção acadêmica, literária, as narrativas populares, a música, enfim, todo um conjunto de narrativas e memórias que ajudarão a conformar alguns sentidos, ainda que produzidos sob o apagamento de outros. Conforme as considerações de Durval Muniz Albuquerque, quando este se referia ao papel da “fala autorizada” - saber institucionalizado - a criar “verdades” (neste caso, associado às artes e, inclusive, a produção acadêmica):

As diversas formas de linguagem (...) como a literatura, o cinema, a música, a pintura, o teatro, a produção acadêmica, o são como ações, práticas inseparáveis de uma instituição. Estas linguagens não apenas representam o real, mas instituem reais. Os discursos não se enunciam, a partir de um espaço objetivamente determinado do exterior, são eles próprios que inscrevem seus espaços, que os produzem e os pressupõem para se legitimarem. O discurso regionalista não é emitido, a partir de uma região objetivamente exterior a si, é na própria locução que esta

seu conjunto musical *Quintal de Clorofila*, os irmãos sul-riograndenses Negendre e Dimitri Arbo passaram a dialogar com essa lenda, elaborando um pequeno espetáculo musical que era apresentado aos turistas que iam até a churrascaria Rafain. Voltaremos a falar a este respeito nos capítulos 4 e 5.

²⁸³ Autora da Dissertação (Mestrado em História): “Trabalhadores Na ‘fronteira’: Experiências dos sacoleiros e laranjas em Foz Do Iguaçu – Ciudad Del Este (1990/2006)”.

região é encenada, produzida e pressuposta. (...) Todo discurso precisa medir e demarcar um espaço de onde se enuncia. Antes de inventar o regionalismo, as regiões são produtos deste discurso. (ALBUQUERQUE JR, 2011, p.34)

Neste caso, *visibilidade* e *dizibilidade* se relacionam a aquilo que “se permite” ver, e aquilo que “se permite” dizer a respeito do “outro”, “autorizando” o “outro” a existir, e também conferindo um conjunto de conceitos e significados, que serão traduzidos na própria construção (imaginária, discursiva, política) da ideia de *região*:

Quando falamos na emergência de uma nova visibilidade e dizibilidade, falamos da emergência de novos conceitos, novos temas, novos objetos, figuras, imagens que permitem ver e falar de forma diferenciada da forma como se via e dizia o subliminar, anteriormente. Que permitem organizá-lo de uma nova forma, que colocam novos problemas, que, por sua vez, iluminam este sublunar com novos focos de luz, que iluminam outras dimensões da trama histórica, da rede de relações que compõem a trama do espaço. Tanto na visibilidade quanto na dizibilidade articulam-se o pensar o espaço e o produzir o espaço, as práticas discursivas e as não-discursivas que recortam e produzem as espacialidades e o diagrama de forças que as cartografam. *Definir uma região é pensa-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza.* (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 34-35, grifos no original)

Com efeito, a *região* como um constructo teórico e um problema histórico, não constitui apenas um espaço geográfico a ser apropriado e incorporado ao conjunto do território da Nação; e nem mesmo um território *vazio*, a ser ocupado e integrado pelo Estado (e suas instituições). A *região* é, antes de tudo, um espaço em disputa, uma trincheira de luta onde diferentes agentes tentarão controlar seus sentidos e impor seus significados. A *região*, portanto, visto dessa maneira, não constitui apenas um problema de geografia: é também (e ao mesmo tempo) um problema político, identitário, histórico e cultural. Nas palavras deste autor,

A noção de *região*, antes de remeter à geografia, remete a uma noção fiscal, administrativa, militar (vem de *regere*, comandar). Longe de nos aproximar de uma visão natural do espaço ou mesmo de um recorte do espaço econômico ou de produção, a *região* se liga diretamente às relações de poder e sua espacialização; ela remete a uma visão estratégica do espaço, ao seu esquadrinhamento, ao seu recorte e à sua análise, que produz saber. Ela é uma noção que nos envia a um espaço sob domínio, comandado. Ela remete, em última instância, a *régio* (rei). Ela nos põe diante de uma política de saber, de um recorte espacial das

relações de poder. (...) Historicamente, as regiões podem ser pensadas como a emergência de diferenças internas à nação, no tocante ao exercício de poder, como recortes espaciais que surgem dos enfrentamentos que se dão entre os diferentes grupos sociais, no interior da nação. (...) *A região é produto de uma batalha, é uma segmentação surgida no espaço dos litigantes. As regiões são aproveitamentos estratégicos diferenciados do espaço.* Na luta pela posse do espaço ele se fraciona, se divide em quinhões diferentes para os diver, sos vencedores e vencidos; assim, a região é o botim de uma guerra. (ALBUQUERQUE JR, 2011p.36, grifos no original)

Na sequência deste trabalho, buscaremos enfocar as várias propostas trazidas por músicos que migraram para essa fronteira a partir das transformações operadas em sua história recente (anos 1960 em diante). Entendemos, acompanhando Durval Muniz de Albuquerque, que se trata de uma fronteira ainda em processo de construção discursiva e imaginária, e cujos sentidos ainda estão sendo elaborados em meio a disputas travadas por seus mis diferentes agentes: Estado (na perspectiva do discurso da integração), agentes da lei (na perspectiva do discurso da repressão e vigilância em relação ao *outro*), políticos, meios de imprensa, contrabandistas, trabalhadores, músicos e artistas, poetas, pintores, entre outros. No caso, passaremos a enfocar a maneira como os músicos que chegaram à fronteira dialogaram com os processos que remodelaram seu formato social, cultural, estrutural e econômico, a partir da década de 1960. Assim, observaremos a construção de diversos outros campos narrativos que, ao seu modo, também construirão estruturas de memória, a partir da inserção específica de cada um destes músicos, e das próprias perspectivas de diálogo e das reapropriações que cada um destes artistas farão, tanto no sentido de construir identidades artísticas próprias para si, como no sentido de construir memórias coletivas para a cidade, onde caibam as suas identidades reivindicadas para si.

Capítulo 4. “A GENTE TINHA QUE CANTAR OUTRO TIPO DE MÚSICA”

A cultura como estratégia de
sobrevivência é tanto
transnacional como tradutória.

(Homi Bhabha)

4.1. Remodelando a tríplice fronteira

Como vimos no capítulo anterior, o ritmo relativamente lento de crescimento e desenvolvimento urbano observado até o início dos anos 1970 na cidade em Foz do Iguaçu seria radicalmente alterado após a década de 1970. O principal fator ao qual essa mudança brusca foi atribuída refere-se ao início da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, cujas obras foram iniciadas oficialmente em 1974. Este megaempreendimento infra estrutural e energético inseriu-se num contexto de transformações importantes na política e economia brasileira do período militar. E como já foi analisado anteriormente, também consolidou a mudança de foco do Estado brasileiro em relação às possibilidades de construção de uma hegemonia regional a partir dessa região de fronteira. Sobre este último aspecto, observa-se que desde os anos 1940, o governo federal já vinha tratando essa região como área estratégica para a construção de uma hegemonia regional no Cone Sul, notadamente em sua relação com o Paraguai.

Culminando com essas ações, entre 1961 e 1965, o governo brasileiro construiu a ponte Internacional da Amizade²⁸⁴ sobre o leito do rio Paraná, ligando o Brasil ao Paraguai através da cidade de Foz do Iguaçu. (Ver Figura 10) Também, em 1969, concluiu o trecho asfaltado da BR-277, ligando Foz do Iguaçu à cidade de Curitiba (capital do Estado do Paraná), distante cerca de 760 quilômetros através dessa rodovia. Essas ações acabaram por resolver o problema histórico de isolamento geográfico no qual a região

²⁸⁴ Essa ponte possui 552,4 metros de extensão, com um vão livre de 302 metros. (NEUMANN, 1993:53)

oeste do território paranaense sempre se encontrou submetida em relação ao restante do território brasileiro, durante todo o século XIX e até a primeira metade do século XX.

Figura 8. Ponte Internacional da Amizade, ligando Brasil (Foz do Iguaçu) e Ciudad del Este (Paraguai).



Do lado esquerdo, a margem brasileira; e do lado direito, a margem paraguaia. Ao centro, também se visualiza a Ilha Acaray, posse da União (Brasil)

FONTE: <http://www.panoramio.com/photo/80631091>

Ainda no decorrer da década de 1960 e início da década de 1970, foram assinados inúmeros protocolos e acordos entre Brasil e Paraguai, como a *Ata do Iguaçu* (1966), que daria origem à Usina Hidrelétrica de Itaipu e desencadearia novos processos sociais. Entre eles, migração em massa de trabalhadores brasileiros e paraguaios para a região de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este (Puerto Presidente Stroessner), respectivamente; e, ainda, como “efeito colateral”, a própria imigração em massa de agricultores brasileiros para as férteis terras do leste paraguaio, na região da tríplice fronteira, e que formaria uma imensa e influente comunidade de proprietários rurais brasileiros (e seus descendentes nascidos no Paraguai) chamados, pela literatura acadêmica regional, de *brasiguaios*.

O geógrafo Mauro José Ferreira Cury, em sua tese de doutorado, buscou analisar alguns destes processos de entrelaçamento entre políticas públicas de desenvolvimento

econômico e urbanização patrocinadas pelos Estados nacionais presentes na tríplice fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai), e a forma como foram vividos pela população local, num processo que ele define como territorialidades transfronteiriças. De acordo com seu estudo, as ações empreendidas pelo governo brasileiro a partir da década de 1960 nessa região, se inscreveram na construção de uma hegemonia, tendo como cenário a tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina. De acordo com este autor:

A abertura e modernização das rodovias e construção de pontes vieram facilitar a ligação com Foz do Iguaçu a outras cidades do Estado do Paraná, com a Argentina e o Paraguai. O que faz a região como um eixo de desenvolvimento é a própria BR-277. Ao ser pavimentada e estabelecidas as melhorias de infraestrutura, acompanhou o desenvolvimento, convergindo os interesses econômicos regionais, como o escoamento da produção do Paraguai ao Porto de Paranaguá, modernizado para escoar essa produção. Tal estratégia do governo brasileiro foi uma das aplicadas ao país vizinho para retirar a hegemonia de Buenos Aires sobre o Paraguai, juntamente com a construção da Ponte Internacional da Amizade e o estabelecimento do Tratado de Itaipu. As relações diplomáticas e comerciais do Brasil com o Paraguai foram de aproximação, revisando um conturbado processo que esses países viveram após a Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai, que aconteceu no período de 1864 a 1870. O Paraguai ansiava por uma saída para o oceano Atlântico desde o século XVI até os anos de 1960, quando foi construída a Ponte Internacional da Amizade, e dada ao Paraguai a possibilidade de chegar ao oceano Atlântico. (CURY, 2010, p. 124)

Para Cury, a estratégia brasileira passava por criar e aparelhar um centro urbano dinâmico às margens do rio Paraná, e que teria como consequência o desenvolvimento urbano da cidade de Foz do Iguaçu (CURY, 2010: 128). Paradoxalmente, a estrutura oferecida e patrocinada pelo Estado brasileiro ao Paraguai, aparentemente visando a construção da hegemonia brasileira no sub-sistema regional do Cone Sul, acabou incentivando o país guarani a realizar também alguns projetos econômicos independentes e paralelos, muitos dos quais confrontando os próprios objetivos geopolíticos e econômicos pretendidos pelo Estado brasileiro.

Assim, uma vez concluída a “picada” entre Coronel Oviedo até o rio Paraná em 1957, e iniciada a instalação dos primeiros núcleos urbanos na região que atualmente constitui Ciudad del Este (fundada inicialmente sob o nome de “Puerto Flor de Liz”), já em 1960 o governo paraguaio autorizou a criação de uma zona comercial (zona franca) nesta localidade, atitude vista com desconfiança por parte do governo brasileiro. As

autoridades brasileiras temiam que essa zona franca, criada no lado paraguaio da ponte, logo pudesse se transformar num entre-porto por onde poderia ingressar contrabando em direção ao mercado brasileiro. Assim, de acordo Cury:

Outro problema a demonstrar a autonomia paraguaia diante dos interesses brasileiros teve origem na criação da zona franca em uma área de Puerto Presidente Stroessner (hoje Ciudad del Este), contígua à cidade brasileira de Foz do Iguaçu e à ponte internacional que as vinculava. A criação dessa zona foi estabelecida por um convênio firmado em 26 de fevereiro de 1960, com o Governo de Stroessner e a empresa estrangeira *Foreign Markets Trading Corporation*, que se tornou administradora do empreendimento. (...) um ano depois de criada, a missão brasileira denunciou inconvenientes para os dois lados das atividades desenvolvidas pela empresa. Segundo relato encaminhado por Gomes Pereira ao chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, a zona franca paraguaia nasceu em 1960 como um “centro de contrabando em larga escala para o Brasil”, desenvolvendo-se nesse um comércio ilegal “com o conhecimento das autoridades fronteiriças paraguaias” e contando, de outra parte, “com a cumplicidade de indivíduos residentes no território nacional”. Embora devesse dedicar-se a fomentar a industrialização da zona por força de dispositivos de convênio, a *Foreign Markets* restringiu-se ao comércio e ao contrabando de uísques, cigarros americanos, rádios, produtos de nylon e outros que lhes asseguravam lucros fáceis. (CURY, 2010, p.127-128)

Este autor explica que o ditador Alfredo Stroessner, após sua ascensão ao poder político em 1954, buscou realizar acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Por estes, o Paraguai se comprometia a buscar um modelo de desenvolvimento que contrastasse com o modelo adotado por países como Brasil e Argentina, considerado protecionista (nestes países, naquela época, vigorava a doutrina de “substituição de importações”²⁸⁵). Para buscar um rápido desenvolvimento econômico sem precisar passar

²⁸⁵ De inspiração *cepalina*, o modelo econômico de “substituição de importações” foi iniciada no Brasil ainda durante o primeiro governo Vargas (1930-45), tendo seu auge no governo de Juscelino Kubitschek (1955-60). Basicamente, defendia-se um modelo de industrialização protecionista, que teria como suporte a existência das chamadas “indústrias de base” – petroquímica, siderurgia, eletricidade, minérios, etc., estruturadas e mantidas pelo próprio Estado a fim de fornecerem matéria prima e suporte técnico para o desenvolvimento da “indústria nacional” (ainda que se tratassem de empresas multinacionais, desde que instaladas em território nacional). Estudioso do tema, o historiador Paulo José Koling afirma que este modelo, embora tenha se iniciado no período entre-guerras (1918-1939), passou a vigorar no período do pós-guerra, nas principais economias da chamada *periferia* do capital, em especial na América Latina: “O novo modelo de desenvolvimento substitutivo de importações privilegia a atividade urbano-industrial e destina sua produção para o mercado interno. A política econômica estatal desenvolvimentista (paradigma da modernidade) viabiliza o fomento industrial, seja orientando e financiando a iniciativa privada, ou tornando-se agente econômico e regular (legislador) dos fatores produtivos. Ao Estado caberia a função diretiva e propulsora na ‘transição’ do ‘capitalismo agrário’ (atrasado) ao capitalismo industrial’ (moderno)”. (KOLING, 1999, p. 101)

por uma longa e dispendiosa industrialização, Stroessner decidiu eliminar impostos e promover incentivos para que empresas se instalassem na planta urbana que estava surgindo na região da tríplice fronteira. O Paraguai estava decidido a adotar o sistema de importação e reexportação, no modelo de “zona franca”. Para isso o país já fazia contas com o corredor viário e oceânico que o Brasil estava a lhe oferecer, através da Ponte da Amizade e da BR-277. O antropólogo Fernando Rabossi, em sua tese de doutoramento no qual analisa o cotidiano dos *mesiteros* (camelôs) de Ciudad del Este, destacou esse aspecto:

A partir do plano de estabilização acordado com o Fundo Monetário Internacional em 1956, o governo paraguaio eliminou as tarifas externas de exportação, diminuiu os impostos às importações e nunca implementou uma política de desenvolvimento industrial baseada em um modelo de substituição de importações. Brasil e Argentina, pelo contrário, implementaram este último modelo estabelecendo altos impostos ou diretamente proibindo a importação daqueles produtos cujas indústrias se pretendiam incentivar. (RABOSSA, 2004, p.16-17)

O resultado foi imediato. O surgimento dessa zona de comércio e o rápido desenvolvimento urbano que ela proporcionou na região da tríplice fronteira acabou provocando o rápido crescimento urbano e o inchaço populacional de Ciudad del Este e sua região metropolitana. Logo surgiram (ou se desenvolveriam) os núcleos urbanos de Presidente Franco, Hernandárias e Minga Guazú.²⁸⁶ A região leste do Paraguai se transformou no principal polo de atração de fluxos migratórios do país, quer sejam fluxos nacionais (paraguaios), quer sejam internacionais. Neste último grupo, além de chineses, árabes e coreanos, destacam-se também agricultores brasileiros, os chamados *brasiguaios*, que passariam a imigrar em massa para o vizinho país graças a acordos assinados entre as ditaduras brasileira e paraguaia, e após algumas modificações operadas na Constituição do Paraguai a partir de 1967 (que passou a permitir a aquisição de terras por imigrantes estrangeiros nas zonas de fronteira, bem como aumentou o tamanho das propriedades passíveis de serem adquiridas).²⁸⁷

²⁸⁶ Cidade que compõe a região metropolitana de CDE, não-fronteiriça com o Brasil. Possui 60.719 habitantes. Foi fundada como colônia em 1958, para dar suporte a cidade de Presidente Stroessner.

²⁸⁷ Autor de um interessante estudo a respeito do tema, o historiador Leandro Baller analisou algumas destas mudanças operadas no âmbito legal (Constituição Nacional) pela ditadura stronista, e que acabaria sendo determinante para a aquisição de longas extensões de propriedades rurais por agricultores brasileiros nessa região de fronteira. Entre elas, destaque para as alterações no Estatuto Agrário, em 1963 (que revogou o Estatuto Agrário de 1940), e a mudança na Constituição paraguaia realizada em 1967. De acordo com Baller: “É importante assinalarmos que houve muitas alterações no Estatuto de 1963 em relação ao de 1940. Em 1940, o Estatuto não previa terras para estrangeiros e dava orientação institucional sobre as questões de latifúndio e minifúndio. Em 1963 o Estatuto Agrário de Stroessner deu esperança para as pessoas em

O surgimento da zona comercial em Ciudad del Este provocou mudanças bruscas na macro-estrutura urbana e econômica da própria tríplice fronteira, afetando diretamente Ciudad del Este e Foz do Iguaçu, provocando alterações radicais na feição social, cultural e urbana dessas duas cidades. Em 1995, apenas três décadas e meia após o início de sua estruturação enquanto mercado de importados, Ciudad del Este já havia se transformado no terceiro maior mercado do mundo em volume comercial diário;²⁸⁸ e, nessa condição, se transformou na região mais dinâmica, populacional e economicamente, do Paraguai – e por que não dizer, do próprio Mercosul.

No lado brasileiro da tríplice fronteira, em Foz do Iguaçu, também ocorriam mudanças radicais. No início da década de 1970 a cidade passou a sediar o canteiro de obras da usina hidrelétrica de Itaipu Binacional. Estima-se que, no seu auge, Itaipu tenha empregado cerca de 40 mil operários trabalhando diuturnamente para dar conta dessa obra.²⁸⁹ Somados a estes operários, existiam outros tantos milhares de trabalhadores que

relação a uma demanda de terras aos camponeses, com a forte presença do Estado neste setor, mas o que se assistiu foi a abertura das fronteiras nacionais, a criação do Instituto de Bem Estar Rural (IBR), e especialmente a mudança de conceito, em que se abandona o conceito de Reforma Agrária e se cria o conceito de bem estar rural. A partir do “Estatuto de Stroessner”, em 1963, a questão fundiária no Paraguai promove grandes proprietários, entre eles, os estrangeiros. O Estatuto de 1963 suprime os artigos que legislavam sobre tais questões e criam outros. Como resultado, houve maior desigualdade social em relação à distribuição de terras e à abertura das fronteiras para a entrada de estrangeiros que visavam aquisição de propriedade a partir do ano de 1967, de acordo com a nova Constituição. Ano em que o governo paraguaio aboliu definitivamente a Lei que proibia a compra de terras por estrangeiros na faixa próxima às linhas de fronteiras nacionais do País, até então considerada de segurança.” (BALLER, 2014, p. 100)

²⁸⁸ Este dado é sempre enfatizado por praticamente todos os pesquisadores que trabalham com a questão do comércio de importados de Ciudad del Este. No entanto, Fernando Rabossi aponta as dificuldades em se estabelecer cifras confiáveis a este respeito, podendo o número variar de acordo com quem narra: “Em 1995, de acordo com declarações de funcionários paraguaios, o montante das negociações realizadas em Ciudad del Este alcançava cerca de US\$ 15 bilhões por ano, o que a transformava na terceira cidade em movimento comercial do mundo, depois de Miami e Hong Kong. A cifra calculada pela Receita Federal brasileira era de US\$ 5 bilhões, sendo sensivelmente menor mesmo que não por isso menos importante (U.S. Latin Trade, Joe Goldman, novembro 1995). A outra cifra que aparece recorrentemente em todos os artigos e trabalhos sobre aquela região é de 12 bilhões sendo citada como fonte a revista *Forbes* de 1994. Não encontrei o artigo e nunca vi citado o número ou os dados precisos. As estimativas de Reinaldo Penner, economista do Banco Central de Paraguai, baseados em dados produzidos por enquetes do próprio banco e pelo cruzamento de dados declarados pelo Paraguai e pelos países que importam ali, esse movimento foi entre US\$ 4,375 e 4,038 bilhões em 1995 e entre US\$ 2,408 e 2,033 em 1998 (PENNER, 1998, p.17-24). Said al Din Barakat sugere um movimento entre US\$ 8 e US\$ 9 bilhões para 1995, com base em informação de empresários locais, número de lojas e gasto de compradores, (BARAKAT, 1999, p.37-45)”. (RABOSSI: 2004, p 7-8)

²⁸⁹ Não há consenso sobre o número exato de trabalhadores empregados para a construção de Itaipu. Geralmente, admite-se a cifra de 40 mil trabalhadores, baseados em informes produzidos pela própria empresa, no auge da construção. Sabe-se que o consórcio de empreiteiras formado para construir a obra (UNICON) contratava e dispensava operários conforme se iniciava ou era concluída alguma etapa da obra. Odirlei Manarin, em seu estudo de Mestrado (História) sobre os barrageiros (peões) de Itaipu, lembrou, por exemplo, que durante todo o tempo em que durou a obra, desde 1974 até finais dos anos 1980, vários trabalhadores eram dispensados para depois serem novamente recontratados, muitas vezes para realizar turnos e funções diferentes da anterior. Demissão e recontração de operários era uma constante no cotidiano da obra: “Este Consórcio [UNICON] empregou ao mesmo tempo o maior número de funcionários, em torno de trinta mil trabalhadores no início da década de 1980. Isso também sugere que

diariamente chegavam à Foz do Iguaçu com a esperança de serem contratados pela usina, mas que acabavam preteridos pelos agenciadores e pelas empreiteiras. Sem dinheiro para voltar ao lugar de origem (ou mesmo na esperança de serem contratados futuramente, quando se iniciasse uma nova etapa da obra), muitos acabavam permanecendo na cidade, na maioria das vezes indo engrossar favelas e áreas de ocupação irregulares que já começavam a surgir na cidade naquela década.²⁹⁰

Com efeito, Foz do Iguaçu viveu um *boom* populacional a partir de 1974. A população, que era de 33.970 habitantes no início da década de 1970, havia subido para 136.321 habitantes em 1980. Em 1990, em que pesem os deslocamentos populacionais e desmembramentos territoriais sofridos ao longo da década de 1980 - a formação do lago de Itaipu em 1982 desapropriou milhares de agricultores de cidades da região, incluindo Foz do Iguaçu; e em 1982, ocorreu a emancipação política de Santa Terezinha de Itaipu, à época com 11.3137 habitantes - Foz do Iguaçu saltou para 190.194 habitantes em 1990. É importante registrar que na segunda metade da década de 1980 Itaipu já começava a finalizar seus trabalhos massivos, ocorrendo a dispensa da maior parte dos trabalhadores empregados, praticamente não ocorrendo novas contratações em número significativo a partir de então.

Luiz Eduardo Pena Catta, procurando avaliar os impactos deste crescimento urbano repentino sobre a estrutura social, econômica e urbana de Foz do Iguaçu, concluiu que a ordenação urbana preexistente na fronteira não estava preparada para absorver este grande fluxo populacional. O autor associa este crescimento quase que única e exclusivamente à Itaipu. Neste sentido, apresenta os seguintes dados:

Em 1974, ano de início das construções de Itaipu, quando começam a chegar as primeiras levadas de trabalhadores para a Obra, a cidade não possuía uma infraestrutura capaz de absorver aquele “exército” de

não podemos tratar a demissão dos trabalhadores como um fenômeno novo, já que em 1982, ocorreu a demissão de mais de dez mil trabalhadores e foi constante durante todos os trabalhos.” (MANARIN, 2008: 109). Citando um informe da própria empresa Itaipu Binacional, Mauro Ferreira Cury sugere que: “Sim, era um verdadeiro ‘formigueiro humano’. Os alojamentos e os conjuntos habitacionais para as famílias dos barrageiros em Foz do Iguaçu, Hernandárias e Porto Stroessner chegaram a somar, em 1981, uma população de 39,9 mil pessoas, total superior ao número de habitantes de Foz do Iguaçu quando do início do empreendimento, em 1974.” (CURY, 2010, p. 157)

²⁹⁰ Maria de Fátima B. Ribeiro, autora de um estudo sobre zonas de meretrício formadas nas periferias da cidade de Foz do Iguaçu a partir de Itaipu, observou que: “Muitos dos bairros pobres e favelas foram formadas pelos desempregados que chegavam a Foz do Iguaçu em busca de um trabalho na obra, ou nas empreiteiras, e nem sempre conseguiam. Chegavam por intermédio dos “gatos”, que eram uma espécie de agenciadores das grandes cidades. (...) Mais tarde, estas favelas foram engrossadas pelos desempregados de Itaipu, o que viria a agravar as tensões entre os antigos moradores e os migrantes que todos os dias chegavam de várias regiões do país.” (RIBEIRO, 2002, p. 57-58)

trabalhadores: moradias insuficientes para abrigar todo aquele contingente, e mesmo possuindo um enorme apelo turístico, era deficitária quanto à hospedagem; o sistema de abastecimento de água possuía apenas 1.234 ligações, beneficiando em tomo de 11 mil moradores; existiam apenas 485 habitações ligadas à rede coletora de esgotos; a rede telefônica tinha "uma capacidade de 600 terminais, todos em operação", cuja situação "é de insuficiência, muito grande por sinal". (CATTA, 2003, p. 39)

A explosão demográfica e urbana vivida levou ainda a uma completa redefinição no perfil social da cidade. Ainda que Foz do Iguaçu esteja situada numa das mais importantes regiões agrícolas do Estado do Paraná –um dos principais estados agrícolas do Brasil -, basicamente, este setor (agricultura) representa uma parcela ínfima tanto para os indicadores sociais, quanto econômicos da cidade na atualidade. Se compararmos com as décadas anteriores ao crescimento urbano narrado anteriormente, teremos uma noção mais clara do que isto representou. A geógrafa Cláudia Heloiza Conte, por exemplo, identifica a importante curva histórica que deslocou, em termos de protagonismo, o setor econômico primário (agricultura, pecuária, extração) em favor do setor secundário (indústria) e terciário (comércio de bens e serviços). De acordo com esta autora, no início dos anos 1960, quando a população de Foz do Iguaçu ainda era estimada em modestos 28.080 habitantes, apenas 13,63% destes viviam na área considerada urbana (CONTE, 2014, p. 25).

Evidentemente, há que se considerar dois fatores importantes na análise deste dado apresentado pela autora: na década de 1960, a área urbana correspondia a uma porção bem diminuta do território da cidade, se comparada aos dias atuais.²⁹¹ Também, é preciso lembrar que ocorreram muitos desmembramentos territoriais, a que já nos referimos, em virtude da formação de novos municípios na “periferia rural” da cidade. Isto representou uma diminuição significativa na área considerada *rural*. De qualquer

²⁹¹ De acordo com dados da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, baseando-se em levantamentos referentes ao ano de 2011, a área total do município é de 617,71 km², divididos em basicamente 4 zonas. 191,46 km² correspondem a área urbana (30,99%), enquanto 138,17 km² (22,36%) correspondem a área rural. Somadas, correspondem a 53,35% da área total. Os outros 46,65% constituem áreas vedadas a qualquer atividade agrícola ou urbana. Importa destacar que 1/4 da área total do município encontra-se alagada por Itaipu (149,10 km², ou 24,13%) enquanto outros 138,60 km² (22,43% do total) correspondem a áreas de reserva florestal e ambiental, sendo a maior parte integrante o Parque Nacional do Iguaçu (PNI). Os cálculos foram baseados a partir do anexo: <http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=62501>, p.09. Acessado em 21/10/2017. Por fim, observa Mauro Ferreira Cury, “Foz do Iguaçu hoje está dividida em dez microrregiões e subdividida em 280 bairros, com um crescimento limitado pela reserva do PNI-BR [Parque Nacional do Iguaçu], da área da UHIB [Itaipu], dos limites internacionais com Paraguai e a Argentina, dos espaços de propriedade da União, do Estado do Paraná, e do Município que provocam vazios demográficos limitando o crescimento urbano”. (CURY, 2010, p.158)

modo, o fato é que dos anos 1960 pra cá, essa proporção *rural x urbano* se inverteu radicalmente, sendo a agricultura e pecuária hoje praticamente atividades de subsistência, com pouco – ou nenhum – impacto sobre a balança comercial e economia do município.²⁹² Estudos recentes demonstram que nos últimos anos, o setor primário²⁹³ (agricultura, extração e pecuária) tem representado menos de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) de Foz do Iguaçu. Na mesma proporção, dados oficiais da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu indicam que apenas 1,1% de sua população (menos de 3 mil pessoas) vivem hoje na área considerada rural do município.²⁹⁴ Baseando-se em dados fornecidos pelo IPARDES, referentes aos anos de 2003, 2005 e 2007, BARROS, EBERHARDT e LIMA (2011) demonstraram como cada um dos 3 setores da economia contribuem para a geração de divisas para a economia do município:

Tabela 2. Geração de divisas por setor econômico

MUNICÍPIO		PIB Total (R\$)	% Primário	% Secundário	% Terciário
Foz do Iguaçu	2003	2.704.941,59	0,60	65,29	34,12
	2005	2.918.662,82	0,28	66,64	33,09
	2007	3.306.554,12	0,33	69,85	29,81

Fonte: IPARDES/IBGE – Adaptado de BARROS, EBERHARDT e LIMA, 2011, p.116

Embora em Foz do Iguaçu praticamente não existam indústrias, o fato do setor secundário figurar como o principal responsável pelo ingresso de divisas no município se explica porque o setor energético (geração de energia elétrica) também é considerado parte do segundo setor.²⁹⁵ Desde que entrou em operação, em março de 1985, Itaipu

²⁹² No mesmo relatório citado anteriormente, produzido pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu em 2011, aparecem as seguintes considerações: “Na agropecuária do Município, predomina a pequena propriedade. Os principais cultivos são: soja, milho, trigo, mandioca, fruticultura, produção leiteira e pequenos animais e aves. A agricultura familiar é responsável por cerca de 40% de toda produção agrícola no Município.” <http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=62499>, p.02.

²⁹³ Refere-se a atividades tais como: agricultura, mineração, pesca, pecuária, extrativismo vegetal e caça.

²⁹⁴ O número exato de pessoas que vivem na área rural do município é de 2.884. Dados referentes ao ano de 2009, fornecidos pelo site da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Informações disponíveis no anexo: <http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=62499>, p.02, consultado em 01/12/2017.

²⁹⁵ O setor secundário refere-se a transformação de matéria prima (extraídas e/ou produzidas pelo setor primário) em produtos de consumo ou em ferramentas e máquinas industriais (produtos a serem utilizados

realiza o pagamento regular de *royalties* ao município, o que representa um ingresso significativo de divisas aos cofres públicos.²⁹⁶ No cotidiano da população da cidade, porém, a *empresa* Itaipu tem um impacto bastante limitado na geração de empregos, ficando o restante economia local totalmente dependente do setor de serviços e comércio (setor terciário).²⁹⁷ É aqui que entram o setor hoteleiro, as atividades turísticas e o comércio de importados de Ciudad del Este. O setor hoteleiro, por exemplo, foi responsável por 65% do movimento financeiro da economia local em 2000, de acordo com levantamento feito pela ACIFI (Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu). E, de acordo com a Secretaria Municipal de Turismo, em 2005, existiam um total de 134 hotéis em funcionamento na cidade. (PRATES, 2006, p. 77). E mais: nas últimas décadas, Foz do Iguaçu tem figurado entre as três cidades mais visitadas do Brasil, de acordo com levantamento feito pelo próprio Ministério do Turismo.²⁹⁸

Os números acima dão uma pequena mostra da importância que o chamado terceiro setor vem ganhando na economia da cidade nas últimas décadas. Além do turismo, atividade que a rigor já vinha sendo praticada desde as primeiras décadas do século XX, o súbito aumento demográfico vivido intensamente desde a década de 1970 pressionou a formação de um setor de comércio e serviços internos, gerando um tipo de economia popular bastante dinâmica a partir disto, incluindo bares e restaurantes.

Entre 1980 a 1985, a cidade já começava a ganhar suas formas atuais, conjugando o *boom* demográfico e financeiro (propiciado por Itaipu e Ciudad del Este, respectivamente), ao turismo. De acordo com Conte:

Em cinco anos os estabelecimentos [comerciais] saltaram de 898 para 1.237, enquanto o número de pessoas ocupadas cresceu de 5.864 para 6.865. De modo geral ocorreu crescimento do número de

por outros estabelecimentos do setor secundário). Além da indústria, o Segundo setor inclui também eletricidade, água e gás.

²⁹⁶ Os chamados *royalties* são pagamentos mensais que a empresa Itaipu Binacional realiza aos chamados município lindeiros (banhados pelo Lago de Itaipu) como compensação financeira pelas perdas na capacidade produtiva das cidades afetadas pelo lago. De acordo com o site oficial da Itaipu, os *royalties* são pagos desde que a empresa começou a comercializar energia, em março de 1985. O critério de repasse (sempre em dólares) obedece a proporção da área que foi alagada. Foz do Iguaçu foi o segundo município que mais perdeu área alagada por Itaipu (201,84 km²), atrás apenas de Santa Helena (263,76 km²). Ainda de acordo com esta fonte, até 30 de novembro de 2017, a empresa já havia feito um repasse total de US\$ 362,6 milhões desde 1985. Ver: <https://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties>, acesso em 10/12/2017.

²⁹⁷ O setor terciário (Terceiro Setor) corresponde ao comércio de bens e prestação de serviços.

²⁹⁸ Segundo um ranking elaborado em 2012 por este órgão federal, Foz do Iguaçu era o 3º destino turístico mais visitado do Brasil, ficando atrás apenas de Rio de Janeiro (1ª) e Florianópolis (2ª). Os dados foram disponibilizados pela Secretaria Municipal de Turismo, no site da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, referentes a janeiro de 2017. Acesso em 01/11/2017. Vide: <http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=102566>, p.04.

estabelecimentos ligados ao comércio varejista, com exceção para os estabelecimentos de alimentos e mercadorias em geral, que passaram de 49 em 1980 para 39 em 1985. Destaque deve ser dado ao comércio atacadista, que no espaço de cinco anos contou com a abertura de 339 novos estabelecimentos. (CONTE, 2014, p. 27)

Mais adiante, observa essa mesma autora que:

No que diz respeito ao setor de prestação de serviços, o crescimento se deu em todos os segmentos. O segmento de alojamento foi o que menos cresceu, contudo, verifica-se o aumento de 48,63% de pessoas ocupadas. Esta constatação está relacionada com a ampliação e melhoria dos serviços dos estabelecimentos já existentes, assim como o aumento de turistas, fato que demanda maior número de mão-de-obra. Em cinco anos os estabelecimentos ligados à alimentação cresceram 40,63%, os estabelecimentos de manutenção, reparação e instalação cresceram 47,03% e os estabelecimentos variados cresceram na ordem de 72,96%. (CONTE, 2014, p. 27-28)

Analisando essa trajetória histórica de Foz do Iguaçu sob a perspectiva da História Econômica, Aparecida Darc de Souza apresentou alguns números relativos ao surgimento de outros segmentos do setor terciário que se estruturou na tríplice fronteira, na esteira dos ciclos de comércio e turismo vividos na cidade após os anos 1980: o de hotéis, e o de agência de turismo e casa de câmbios. De acordo com estes dados,

[sobre hotéis] Entre 1959-1968, foram liberados três alvarás. Este número evoluiu para 11, no período de 1969-1978. Portanto, houve um crescimento de 267%. No período seguinte, 1979-1989, a taxa de crescimento foi de 873%, e o número de liberações de alvarás subiu de 11 para 107. Esse percentual de crescimento do setor de hotelaria, vivido na década de 1980, foi significativamente maior, não só em relação à série anterior como, também, à série posterior. Nos dez anos seguintes (1989-1998), a taxa de crescimento dos alvarás desceu para 94%. Somando as liberações de alvarás dos períodos 1969-1978, 1979-1988, 1989-1990 aos 18 hotéis existentes, em 1968, constatou-se, mais uma vez, a importância da década de 1980 para o desenvolvimento da economia turística, no município, pois, nela, foi registrado o maior crescimento real de meios de hospedagem. (...)

Além dos meios de hospedagem, o significativo crescimento dos alvarás de abertura de agências de turismo, em Foz do Iguaçu, pode ser considerado, também, um indicador do crescimento dos empreendimentos turísticos, na cidade, na década de 1980. Partindo dos números apresentados pela SMTU (v. Tabela 2), observou-se, entre os anos de 1979 e 1988, um aumento de 825% dos alvarás de abertura de agências de turismo, em relação ao período de 1969-1978. Em termos reais, as oito agências existentes, no ano de 1968, duplicaram, ao final de 1978, e cresceram cerca de 400%, ao longo da década de 1980, quando já somavam 90 agências, no total. (SOUZA, 2009a, p. 148)

Contudo, como observou essa autora, esse aumento da atividade turística e comercial gerou também uma grande concentração de rendas, e não necessariamente representou um aumento na qualidade de vida dos trabalhadores, nem mesmo um aumento nos índices de empregos formais e assalariamento. Ao contrário: analisando números do IPARDES e outros órgãos relacionados, a autora concluiu que houve um forte declínio na renda salarial média da população economicamente ativa (PEA) da cidade, traduzindo numa maior deterioração das condições de vida da população em geral. Isso se explica, segundo ela, porque o “grosso” do faturamento do turismo e de parte do setor hoteleiro, praticamente não fica na cidade, sendo remetido para suas matrizes em grandes capitais, como São Paulo e Curitiba (SOUZA, 2009a , p.146). Assim,

Admitindo o potencial do turismo de impulsionar o crescimento e o progresso econômico de uma cidade, por meio da geração de empregos diretos e indiretos, não deixa de incomodar o fato de que parte significativa desses empregos gera uma renda familiar muito baixa para mais de 50% de sua população. De um modo geral, o fato de que, ao longo das décadas de 1980 e 1990, o turismo assumiu um peso fundamental, na história da cidade, não significa reconhecer que as condições de vida dos trabalhadores eram consideradas e percebidas como boas. (SOUZA, 2009a ,p.150-151)

Argumentando nessa mesma linha, Cury identifica uma perversa dialética de uma fronteira campeã em geração de volumes financeiros e divisas, e ao mesmo tempo, campeã em índices de criminalidade e insegurança. Duas faces de uma mesma moeda, num tipo de economia onde o setor empresarial se sustenta na reprodução da precarização das relações de trabalho da população em geral:

O desenvolvimento das áreas de zonas francas permitiu o livre acesso de produtos importados, com destaque para Ciudad del Este, que no ano de 1996 foi classificada pela revista de negócios Forbes como o terceiro centro internacional de importância comercial, depois de Miami e Hong Kong. Esse comércio vertiginoso mantido por brasileiros faz de Foz do Iguaçu uma das principais cidades dos anos de 1990 a movimentarem elevadas cifras de cruzeiros, cruzados, cruzados novos e reais. A procura por casas de câmbio movimentava milhares de dólares por dia. Ainda hoje, as moedas circulantes na fronteira fazem o dinamismo cambial entre reais (Brasil), pesos (Argentina), guaranis (Paraguai), além do dólar (EUA) e o euro (União Europeia), em função do estabelecimento das zonas francas, comércio livre e a atividade turística. Essa realidade provocou uma série de mazelas no plano social, econômico, jurídico e político, como o incentivo ao contrabando, estabelecendo um território como passagem do tráfico internacional de drogas e armas e o crime setorizado nas barrancas do rio Paraná e,

especialmente, em Foz do Iguaçu, em bairros como Porto Meira e Cidade Nova. (CURY, 2010, p. 68)

Por fim, fazendo uma análise panorâmica deste processo de crescimento urbano repentino da fronteira, Catta irá associá-lo à explosão dos índices de criminalidade, aumento da pobreza e dos problemas urbanos na cidade de Foz do Iguaçu e na própria fronteira, como favelamento, altos índices de criminalidade (assaltos, arrombamentos, homicídios), roubo de automóveis e narcotráfico. (CATTA, 2003, p. 37-38). Com efeito,

Foz do Iguaçu passou a abrigar um crescente número de marginalizados, excluídos dos meios formais de trabalho, dos quais muitos tornaram-se criminosos, pessoas que migraram de outras cidades por problemas legais e que, pelas facilidades de tráfego entre as fronteiras, encontraram aí maiores facilidades para atuar, e todo um grupo de pessoas desajustadas em seu meio social original, ou que vieram a se desajustar face às condições apresentadas naquela fronteira. Esse segmento social, acrescido e mesclado com aqueles personagens que afluíram à cidade em função de Itaipu, estarão no bojo dos problemas sociais que vieram a se configurar naquele espaço, e dos quais fazemos emergir três como sinônimo e sintoma da desestruturação do cotidiano de Foz do Iguaçu, durante a *era* Itaipu: a pobreza, caracterizada pelo incremento de atividades informais de trabalho, de sub-emprego e desemprego, e pelo número acentuado de meninos-de-rua, pedintes e mendigos pelas ruas; a criminalidade e a violência; e o problema da moradia que acarretou um contínuo favelamento da cidade, e no descaso do Poder Público, das elites e principalmente de Itaipu, cuja responsabilidade pela atração e abandono de grande parte da população às condições precárias de sobrevivência, levou-a constantemente a se omitir de soluções que atenuassem aqueles problemas. (CATTA, 2003, p.50)

Para este autor, ainda, o problema da criminalidade em índices alarmantes – incluindo o alto índice de homicídios – teria surgido a partir da *era* Itaipu:

E de se crer, em função dos depoimentos de antigos moradores, que a criminalidade encontrava, até início dos anos 70, sua maior ressonância no contrabando de madeiras efetuado através do rio Paraná. Prisões, mortes e violência estavam vinculadas à repressão levada a cabo pelas polícias e pelo Exército contra aqueles contrabandistas e contra perseguidos políticos dos três países da fronteira. Entretanto, nada que se comparasse ao que estava por vir com os novos tempos de Itaipu. Também nos tempos preliminares à chegada da Usina não havia entre os moradores a mais efêmera idéia de se comportar naquele espaço meninos-de-rua, mendigos ou pedintes, passando fome pelas ruas. Realidade esta que estava ocorrendo em quase todas as partes do Brasil do “milagre”, e que aos poucos foi se materializando em Foz do Iguaçu. (CATTA, 2003, p.50-51)

Como se percebe nas leituras citadas acima, convencionou-se, na historiografia local, associar automaticamente o desenvolvimento econômico e urbano recente da tríplice fronteira ao aumento dos índices de criminalidade e dos problemas sociais e urbanos em geral. Ainda que agindo sob a perspectiva de construir uma história crítica, essa perspectiva acabará reduzindo o universo das experiências sociais vividas nestes processos apenas a tragédias pessoais e frustrações, miséria, violência, favelização, assaltos, assassinatos e desemprego, entre outros, deixando de observar outras experiências igualmente presentes, e que estarão relacionadas a processos de deslocamentos e reconstruções identitárias que as transformações ocorridas nessa tríplice fronteira irão permitir.

4.2. O mercado da música na tríplice fronteira

A longa retrospectiva histórica sobre o desenvolvimento econômico e urbano da tríplice fronteira a partir da década de 1960 que fizemos até o momento nos permite caracterizar algumas condições encontradas pelos trabalhadores, artistas e empresários que virão à região por razões diversas: oportunidades de trabalho, pesquisa e aprimoramento musical e artístico, necessidade de sobrevivência, parentesco, expectativas quanto aos nichos de mercado que vão e abrindo a partir do comércio e do turismo, etc. Aqui, passaremos a nos ocupar do mercado que vai se abrindo para os artistas se inserirem no cotidiano dessa fronteira.

Essa migração/imigração de músicos e artistas ocorre em períodos variados, como o próprio depoimento de Casemiro Pinto, trabalhado no capítulo anterior, demonstra. Mas a partir dos anos 1980, essa migração começa a ser notada de forma muito mais evidente, relacionando-se tanto a fatores locais, como a fatores externos. No primeiro caso, conforme iremos desenvolver adiante, podemos mencionar aspectos como o mercado de turismo que se abre nessa fronteira, possibilitando aos artistas viverem profissionalmente de sua música; ainda, a possibilidade de aquisição de equipamentos e instrumentos musicais a baixo custo em Ciudad del Este; as inúmeras possibilidades estéticas e experimentalistas representadas pelo encontro de pessoas do mundo inteiro numa única fronteira; a proximidade com seus países de origem – no caso de músicos exilados de Paraguai e Argentina – além de relações de parentesco com familiares que já viviam na

região, bem como a existência de um setor social que começava a se estruturar de forma favorável (hospitais, ensino público, saneamento e moradia) para estes imigrantes criarem seus filhos, entre outros fatores “locais”. Em relação aos “fatores externos”, poderíamos mencionar desde aspectos nacionais/transnacionais, como as contumazes crises econômicas e sociais (que obrigaram muitos artistas a se deslocarem), e também ao fato de que em vários países latino-americanos (como Argentina e Paraguai) os regimes ditatoriais iam chegando ao fim, permitindo uma maior mobilidade de músicos e artistas no interior de suas fronteiras. O próprio descompasso entre a emergência de processos ditatoriais e as aberturas políticas – como, por exemplo, o fato de que a *Anistia* política no Brasil (1979) ocorria ao mesmo tempo em que a Argentina vivia o auge da repressão ditatorial – transformava o Brasil (e, neste caso, a fronteira brasileira) em um refúgio para músicos “de protesto”.²⁹⁹ Ainda, a condição de fronteira como fator a permitir o refúgio de músicos exilados de Argentina e Paraguai, entre outros fatores.

Trata-se, como vimos, de inúmeras variáveis que precisam ser analisadas caso a caso. Observaremos, por exemplo, que passado o *boom* demográfico e as transformações bruscas vividas ao final da década de 1970, a década de 1980 marcará uma nova e importante fase de acomodação dessas dinâmicas culturais e da formação de uma comunidade latino-americana nessa tríplice fronteira, transformando-a em um local privilegiado para analisarmos alguns processos de hibridações e trocas culturais, produzidas em meio a reafirmações identitárias (ou processos de estereotipia) e discursos de pertencimento.

Tomando por base os dados que apresentamos no início deste capítulo, podemos perceber que as novas dinâmicas econômicas e sociais surgidas na tríplice fronteira a partir da década de 1960/70 tiveram na migração/imigração um de seus principais pilares. Contudo, se é verdade que o incremento populacional ocorrido após este período remodelou socialmente a fronteira, ele não apagou a existência de grupos sociais e práticas culturais que viviam por aqui anteriormente; ao contrário, as novas condições que emergiram para o mercado cultural operaram no sentido de abrir novos espaços para a difusão e expressão cultural transacional, e, sob alguns aspectos, acabou mesmo por reafirmá-los.

De fato, se desde os seus primeiros registros históricos, a região (especialmente a

²⁹⁹ O termo e se refere a um tipo de música elaborada em países latino-americanos entre os anos 1960 e 70, e que tinha como temática principal as críticas sociais e políticas. Geralmente produzida por músicos ditos “populares”, estes acabaram banidos ou presos por regimes ditatoriais em seus países de origem, muitos dos quais tornando-se exilados.

cidade de Foz do Iguaçu) notabilizava-se por possuir uma imensa comunidade de paraguaios e argentinos, e os processos migratórios ocorridos a partir dos anos 1960 em diante acabaram por consolidar este perfil multicultural e plurinacional da tríplice fronteira - agora, tratado de forma positiva inclusive pelos poderes público e empresarial locais. É nessa época que começam a surgir novas imagens acerca de uma fronteira *multicultural*, subsidiando noções como a de um certo ineditismo para narrar um território agora descrito como único e peculiar. Com efeito, a presença maciça de estrangeiros nessa região - que em outras épocas sempre havia sido tratada pelo Estado brasileiro como um preocupante problema geopolítico e ameaça à soberania -, passou a ser vista como um fator positivo a dinamizar e potencializar o perfil econômico e cultural das cidades fronteiriças.

Em Foz do Iguaçu a existência de uma imensa comunidade de paraguaios e argentinos sempre havia sido tratada como um problema de “segurança nacional”, com os *platinos* insistentemente associados a referências negativas como a barbárie, a violência e a impunidade, com as *obrages* como seu maior símbolo.³⁰⁰ Agora, nessa fronteira “reinventada” pela ação do Estado brasileiro, paraguaios e argentinos tornaram-se referências obrigatórias que ajudam a “vender” a imagem de uma fronteira multicultural e multiétnica, integrada e irmanada. Sai de cena o discurso nacionalista ufanista e xenófobo que predominou até a década de 1940, e entra em cena o discurso de integração e de construção de laços de amizade que marcariam as ações bilaterais entre os governos de Brasil e Paraguai (a partir dos anos 1950) e Brasil e Argentina (a partir dos anos 1980).³⁰¹

³⁰⁰ Em 1903, após viajar ao território da Colônia Militar, o capitão Domingos Nascimento escreveu, em um livro muito saudado pelas elites curitibanas: “Quem quizer dar-se ao trabalho de compulsar este livro, verá nos precedentes capítulos o grau de desenvolvimento e sofreguidão com que esses dois povos tratam de aproveitar a nossa desídia, de tudo tirando vantagem deante do abandono em que se acham nossas terras da fronteira, nas mãos dos capitalistas estrangeiros [...] Elles ali cantam em verdadeira alvorada de victoria decisiva, pelo seu commercio e pelas suas industrias, enquanto que nos, brasileiros, senhores apenas do solo, estamos ali escravizados aos seus capitaes, dependentes de seus caprichos. Nada temos ali de valor que nos aproveite: madeiras, commercio, navegação, fabricas, tudo lhes pertence. Pois não será tudo isso um desastre para as nossas armas no campo do progresso? [...]” (NASCIMENTO, Apud MYSKIW, 2009, p. 57-58)

³⁰¹ Por motivos cuja discussão fugiria aos objetivos deste trabalho, Argentina e Brasil acabaram mantendo relações diplomáticas estremecidas após a decisão do segundo em construir, junto com o Paraguai, a usina hidrelétrica de Itaipu. O assunto foi apenas parcialmente tratado no capítulo 3. Essa relação tempestuosa entre Brasil e Argentina acabou criando situações de tensão nessa região de fronteira. Aparecida Darc de Souza (2009a) recolheu vários depoimentos de trabalhadores que viviam do contrabando de mercadorias e víveres de Puerto Iguazu, e que relatam o aumento da pressão por parte das autoridades argentinas no decorrer da década de 1970, incluindo troca de tiros e prisões de brasileiros por parte de milícias argentinas. De acordo com estes depoimentos, tal repressão se deu após a decisão brasileira de construir, em conjunto com o Paraguai, a usina de Itaipu (SOUZA, 2009a: p.167-171). O historiador e antropólogo argentino Jorge N. Pyke, autor de um estudo sobre a implantação de projetos de colonização na região nordeste d província de Misiones (Andresito – Bernardo de Irigoyen), afirma que havia uma preocupação constante, por parte

Do ponto de vista prático, essa mudança de enfoque permitiu que surgissem novas apropriações, com a tríplice fronteira corporificando agora a imagem de uma verdadeira “Meca” a receber e abrigar artistas latino americanos (em particular) e pessoas do mundo todo (em geral). Assim, já no final dos anos 1980, o jornalista e crítico musical curitibano Aramis Millarchi produziu um perspicaz e divertido relato sobre a rotina cultural que ele pessoalmente havia observado em sua passagem pela tríplice fronteira. Este autor dava uma especial ênfase na existência de uma imensa comunidade musical latino americana que estava se formando, desenvolvendo-se na esteira do mercado de turismo e da gastronomia. Em suas palavras, num texto publicado no ano de 1988:

(...). Por exemplo, três paraguaios que após oito anos de vivência no México - Feliciano de Assuncion, Reylando Garcia e Ramon Lara, retornaram com chapelões coloridos e o nome de “El Mariachis Paz Trio”, estão entre os que mais agradam o público e vendem suas fitas, com aquelas canções repletas de gritos e solos de pistão, como “Malaguena”³⁰² e “Guadalajara”.³⁰³ Os irmãos Chaskis - com idade variando entre 24 e 40 anos - Adolfo, Apolinário, Francisco, Adrian, mais o Dyone Pacheco, 28 anos, e o paulista Floriano Salinas, 30 anos, tiveram que adotar novo nome artístico quando chegaram ao Brasil. Conta Francisco: “Na Bolívia, tínhamos o nome de Raízes da América e chegamos a gravar discos. Quando chegamos em São Paulo, encontramos outro grupo que também se dedicava à música latino-americana que tinha registrado o mesmo nome. Como éramos estrangeiros e estávamos chegando, preferimos adotar nova razão artística”. Assim, o Raízes da América boliviano se transformou em Inka Chaskis, que com seus instrumentos típicos, ponchos e muito entusiasmo, desfila um repertório no qual entre as composições próprias e os maiores sucesso latinos, não falta, é claro, “El Condor Passa”³⁰⁴ e “Carnavalito”³⁰⁵. De três discos que trouxeram, montaram uma fita que também está entre as mais vendidas no roteiro das churrascarias

do governo militar argentino que assumiu o poder em 1976, em ocupar áreas próximas à fronteira com o Brasil, tanto pelo temor de que essa região pudesse servir de base para movimentos guerrilheiros (a região fica próxima ao Parque Nacional do Iguaçu); mas especialmente, pela proximidade com o Brasil. Naquela ocasião, a situação tensa operada em âmbito diplomático entre estes dois países levava a mentalidade militarista vigente na Argentina a tratar o Brasil como um país “invasor”, potencialmente perigoso, e daí decorria uma necessidade urgente de ocupar e militarizar essa área (PYKE, 2004, p. 87-89). Neste estudo, baseado em depoimentos orais de pessoas que participaram da colonização da área, Pyke relatou que o próprio coordenador do Plano de Colonização, Tenente Coronel Homero Jáuregui, percorria a área armado com uma pistola em mãos, acompanhado de uma patrulha, para expulsar possíveis “intrusos” (leia-se: brasileiros). O autor destaca um depoimento oral onde aparecia o seguinte relato: “[Jáuregui] andaba con el revolver en la mano y les sacaba a los tiros a los brasileiros de las casas que habían hecho, les prendia fuego a las casas, él personalmente, con dos o três milicos... era de una mentalidad bien militarista.” (PYKE, 2006, p. 91)

³⁰² “Malagueña” ou “Malagueña Salerosa” (como também é conhecida) é um tema popular do *folklore* mexicano, composto em 1947 por Elpidio Ramírez y Pedro Galindo Galarza.

³⁰³ “Guadalajara” ou “Jalisco” é o nome popular da ranchera “Ay, Jalisco, no te rajes!”, de autoria dos mexicanos Manuel Esperón e Ernesto Cortázar, composta em 1941

³⁰⁴ Tema do *folklore* peruano, composto por Daniel Alomia Robles (1871-1942) no ano de 1913.

³⁰⁵ Nome popular do tema musical “El Humauaqueño”, do argentino Edmundo Saldívar, composto no ano de 1941, e tornado bastante popular no *folklore* do Altiplano Andino.

Em nossa pesquisa entrevistamos alguns músicos que conheceram bem os meandros da casa de espetáculos mencionado por Millarch, a churrascaria Rafain (do grupo empresarial Irmãos Rafagnin³⁰⁷). Tratava-se, como observou o próprio Millarch, de um tipo de empreendimento que passou a abundar na fronteira naqueles anos, operando como fator de atração para músicos e artistas, que viam neste local a possibilidade de se estabilizarem profissionalmente.

O músico e compositor sul-riograndense Negendre Arbo³⁰⁸ foi um destes artistas que chegaram à tríplice fronteira e acabaram indo trabalhar nessa casa de espetáculos. Aportando na cidade de Foz do Iguaçu em 1990, veio na companhia de seu irmão, Dimitri Arbo, integrando-se ao corpo de artistas profissionais mantidos pela casa, razão pela qual também foram morar nos alojamentos (casinhas) destinadas a estes artistas.

Os irmãos Arbo haviam percorrido um longo caminho pelo Brasil, até decidirem se mudar para a fronteira. Eram naturais da cidade de Palmeira das Missões, no norte do estado do Rio Grande do Sul, mas quando chegaram a Foz do Iguaçu já tinham uma longa e prestigiosa carreira musical à frente do conjunto *Quintal de Clorofila*.³⁰⁹ Os músicos colecionavam, entre outras parcerias, trabalhos com Oswaldo Montenegro – com o qual chegaram a gravar o disco *Aldeia dos Ventos*, em 1987³¹⁰ – Alceu Valença e Zé Caradípia, entre outros. Participando ativamente do movimento de renovação do rock e da psicodelia no Brasil entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980,³¹¹ gravaram seu próprio

³⁰⁶ MILLARCHI, Aramis. “Foz, o bom mercado para o som da América Latina”. *Jornal Estado do Paraná*, Curitiba, ed. 14/01/1988, p. 05. Disponível para consulta em: <http://www.millarch.org/artigo/foz-o-bom-mercado-para-o-som-da-america-latina>, acessado em 15/04/2017.

³⁰⁷ Família tradicional de Foz do Iguaçu, o grupo *Rafagnin* (Rafain, na forma mais comumente utilizada) possui hotéis, restaurantes e até mesmo empresa de ônibus (transporte público), entre outros empreendimentos, e participam ativamente na vida política da cidade, como Nanci Rafagnin Andreola, vereadora na cidade pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista).

³⁰⁸ Negendre Arbo, depoimento concedido ao autor em maio de 2008 em Foz do Iguaçu/PR.

³⁰⁹ Analisamos parte da trajetória musical do grupo *Quintal de Clorofila* e de Negendre Arbo em artigo publicado no II Congresso Internacional do Rock (DUARTE, GONZALEZ, 2015). Sobre o grupo Quintal de Clorofila, ver também o verbete publicado no site *Brazilian Nuggets*, especializado em bandas de rock alternativas e psicodelia brasileira. Acessado em 21/10/2017. Consultar: <http://brnuggets.blogspot.com.br/search?q=Quintal+de+Clorofila>

³¹⁰ Produção independente (Oswaldo Montenegro Produções Artísticas LTDA), Rio de Janeiro, 1987.

³¹¹ O jornalista e crítico musical Marcelo Perrone, em artigo publicado no jornal Zero Hora, de Porto Alegre, em julho de 2013, referia-se a vinculação deste conjunto à cena psicodélica vivida no período. Ver: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2013/07/marcelo-perrone-os-doces-barbaros-do-quintal-4187999.html#>, acessado em 01/11/2017.

disco autoral em 1983, algo inédito para bandas alternativas naquela época.³¹² Antes de se fixar na fronteira, os músicos mantinham um estilo de vida bastante comuns a artistas de bandas alternativas daquela época, sem parada fixa, e vivendo de cidade em cidade, conforme narrou:

Foi toda uma fase que a gente saiu de Santa Maria, participamos dos festivais, começamos a ir a Porto Alegre que era a capital. E aí foi que nós aprendemos a ir sempre na capital primeiro fazer um trabalho, visando a divulgação na TV e no jornal e tal, e que essa divulgação vai fatalmente pro interior. (...) Primeiro a gente teve uma fase, anos que a gente passou no litoral, em Florianópolis. Não direto. A gente chegava em outubro e saía em maio... era um pouco mais louco (risos). De lá de Floripa, a gente saiu ah... era uma viagem maluca. Era daquelas viagens loucas assim: era um [carro] dorjão que a gente tinha, e tinha um amigo que dirigia. O nome dele era *cachorro louco*. Dentro desse dorjão e mais um reboque atrás, então, vinha eu o Dimitri, o nosso motorista e a menina que tava com a gente. (...) Então a gente saiu de Floripa, a gente foi pra Itajaí. Daí fizemos shows em Camboriú, tava no final da temporada. Vivemos em Itajaí, moramos numa casa que tinha sido um hospício, uma casa mal assombrada, ficava em cima de uma colina... Outra fase doida. Foi lá que nós conhecemos o argentino, aquele que veio pra cá conosco³¹³... O que fazia as pernas de pau (...) Aí de lá a gente pegou e... Quando nós tínhamos um show pra fazer na praia, a gente convidou o argentino pra ele fazer a performance dele. E a gente gostou. E na hora de ir embora a gente falou: vem com a gente. Ele pegou a mochila e entrou. (risos) Foi na hora da partida que ele resolveu. Daí de lá a gente veio pra Curitiba. Em Curitiba, báh... passamos uma fase pesadinha em Curitiba. Porque não tinha nada marcado, só tinha contrato pra dali quinze dias lá, uma coisa assim, foi meio pesado pra nós. Foi a parte mais pesada da viagem.(ARBO, 2008, entrevista)

Ao chegar a Foz do Iguaçu em 1990, assinaram contrato com a churrascaria Rafain e foram morar no alojamento mantido pela empresa para abrigar seu quadro fixo de artistas – a maioria dos quais, migrantes e imigrantes, sem amigos ou familiares vivendo na cidade, indo e vindo através do eixo Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Asunción, Posadas e Buenos Aires. A falta de referenciais na região (amigos, parentes) e a situação de “abandono” vivida por muitos destes músicos, foi um dos aspectos mais marcantes destacados por Negendre Arbo. Para este, muitos músicos viviam uma condição de quase

³¹² O disco foi gravado por um selo independente (Bobby Som), sob o nome *O Mistério dos Quintais*. Em 2014, uma versão “pirata” deste disco – até então considerado raríssimo entre colecionadores do gênero - foi relançado pela empresa francesa Granadilla Music, sob protestos dos irmãos Arbo, que chegaram a abrir um processo judicial requerendo danos morais pelo ato. Apesar do reclames, o disco continuou a ser comercializado sem o pagamento dos direitos autorais e sem anuência dos músicos, dado se tratar de uma empresa que atua fora da jurisdição do alcance da lei brasileira sobre direitos autorais.

³¹³ O depoente se refere a Cláudio Stazinki.

“indigência” naqueles locais, conforme relatou em entrevista:

Tinha gente que morreu ali. A gente presenciou cenas terríveis. Os caras não cabiam na casa, tiveram que pegar uma outra casa ali. A gente passava e escutava o cara no banheiro lá, na casa dele. Morreu ali. Aí eu aprendi uma coisa: não dá pra gente se acomodar, né? Esquentar cadeira, não. O cara que esquentava cadeira, acaba! (...) Tinha dançarinos de tango... eles eram muito tristes. Alegres como pessoas, mas eram tristes, sem família, sabe? Você via o cotidiano, sabe? Era bem pesado assim. (ARBO, 2008, entrevista)

Na avaliação deste músico, tanto a itinerância quanto a fixação de músicos nestes locais, podem ter operado como fatores a inibir processos de renovação e criação artística, favorecendo a repetição dos mesmos recitais e temas (repertórios) semanas após semanas, meses após meses, especialmente para os músicos que se estabeleciam e passavam, no dizer de Arbo, a “usar uniforme”. E no caso dos músicos em trânsito pela fronteira, a pouca perspectiva de produzir parcerias musicais duradouras operava como fator a dificultar rupturas estéticas capazes de produzir resultados a longo prazo. Como avaliou Negendre Arbo:

Era aquilo que te falei, tudo distante, tudo distante, todos isolados em suas casinhas, todos isolados em seus grupos. Foi aí que eu tive uma vontade de juntar esse pessoal pra tocar junto, né? Era muito difícil você pegar Os *Mariachis* [músicos folclóricos mexicanos], por exemplo, ou um dois Mariachis, e trazer pra fazer uma participação na tua música. Não tinha jeito. *Eles são até hoje muito estanque. Então um grupo de música paraguaia é um grupo de música paraguaia. Você não vai ver um guitarrista argentino lá. Um grupo de tango é um grupo de tango.* Agora com os hotéis, as vezes eles estão abrindo um pouquinho mais para certas músicas, como o tango. De repente tem um pianista brasileiro, vai lá toca e tal. Mas é uma coisa muito... muito rara de encontro assim. Geralmente... você pode considerar assim: conjuntos que usam uniformes, são estanques, tá? (risos) Eles não permitem a entrada de mais ninguém. Os que não usam uniforme são um pouquinho mais abertos, entendeu? Eles estão de terninho, vão tocar nos hotéis... (ARBO, 2008, entrevista, grifos meus)

Como se percebe, este músico problematizou um tipo de arte massificada e repetitiva, “estanque”, e que se consolidou como um dos “atrativos” dessas casas de shows da tríplice fronteira, em razão de sua estreita vinculação com o mercado de turismo local. Sob o ponto de vista de Arbo, músicos e empresários locais estariam menos interessados na *arte* em si, e mais no *produto musical* propriamente dito. Longe de raciocinar em termos de “autenticidade”, para Arbo a mera repetição de temas musicais

latino-americanos *ad nauseam* – conforme termo utilizado pelo próprio Aramis Millarch em sua crônica – acaba esvaziando a música e a arte de sua vitalidade. Ao fazer essa crítica, Arbo situa o próprio grupo nesse processo:

Os shows eram tudo (sic) separados. Entrava os paraguaios, entrava a Bolívia, entrava o samba, entrava o tango; as boleadeiras³¹⁴, que era a música gaúcha; entrava a dança do Paraguai, entendeu? E daí entrávamos nós com a lenda das Cataratas. E depois vinha os mulatos, sabe? Mas era tudo separadinho: saía, desmontava o palco, montava de novo... e, *socialmente estanques*. Ou seja, se encontravam a noite, nos bares e tal, *mas nada de arte, nada de arte*. (ARBO, 2008, entrevista, grifos meus)

Buscando, todavia, agir na contracorrente do que ocorria nessa casa, o grupo *Quintal de Clorofila*, em que pese sua longa e conhecida trajetória no universo do rock e da psicodelia em âmbito nacional, passa desde cedo a dialogar com questões e possibilidades experimentalistas e temáticas que percebiam na tríplice fronteira. Entre elas, a *lenda das cataratas*, à qual o autor se refere no trecho do depoimento destacado acima. Nessa época, o grupo era composto, além dos irmãos Negendre e Dimitri Arbo, também pelo bailarino argentino Cláudio Stazinki - que havia se incorporado ao conjunto antes de chegarem à Foz do Iguaçu³¹⁵ -, além de outros músicos locais que participavam eventualmente como convidados. Construindo um caminho diferenciado, o *Quintal de Clorofila* compôs, organizou e arranjou um recital de cerca de 15 minutos (o tempo médio concedido às companhias artísticas que se apresentavam no local) onde tocavam entre 4 a 5 músicas – todas de a própria autoria – mesclando temas inspirados em musica ancestral (indígena) a lendas locais (como a lenda indígena sobre o surgimento das Cataratas do Iguaçu³¹⁶). Remetendo-se a essa época, Negendre Arbo trouxe elementos

³¹⁴ Instrumento de caça utilizado pelos antigos povos guaranis. Consiste em duas cordas de couro atadas entre si, com uma pedra costurada em cada ponta. O instrumento era utilizado para laçar as pernas dos animais, podendo ainda ser utilizado como arma letal de guerra, caso, a pedra chegasse a atingir a frente do animal ou do oponente. Na atualidade, o instrumento é utilizado como parte do espetáculo nativista gauchesco, onde, ao som de tambores, o “boleador” mostra sua habilidade com o instrumento diante do público.

³¹⁵ Stazinki juntou-se ao grupo quando o *Quintal de Clorofila* passou em turnê pelo litoral de Santa Catarina, e decidiu seguir viagem com os músicos sul-riograndenses pelo Brasil.

³¹⁶ De acordo com essa lenda, bastante divulgada na tríplice fronteira, as Cataratas do Iguaçu teriam surgido após a tentativa de fuga dos índios índia Naipi e Tarobá. Os índios cangangues habitavam as margens do rio Iguaçu, e eram regidos por M’Boicy (ou M’Boy), um deus-serpente, filho de Tupã, que habitava o leito do rio. Naipi era uma bela jovem filha de um cacique, que fora prometida em casamento a M’Boicy. Durante as festividades, Naipi conheceu Tarobá (um índio guerreiro de uma tribo vizinha), e se apaixonaram. O casal tentou fugir numa canoa pelo rio Iguaçu a fim de livrar Naipi de seu compromisso, mas ao perceber o intento, M’Boicy teria percebido e saiu ao encalce dos dois fugitivos. Em sua perseguição, M’Boicy produziu um violento e raivoso movimento com o seu corpo sobre o leito do rio Iguaçu, e que teria gerado as enormes fendas que deram origem as Cataratas do Iguaçu.

importantes para entendermos o ambiente e as condições oferecidas aos músicos que decidiam (e podiam) se profissionalizar nestes locais. “Trabalhar” por apenas 15 minutos duas vezes por dia, e ganhar em dólar. Algo que, segundo o músico, não existia em lugar nenhum no Brasil. De acordo com seu depoimento:

O que aconteceu ali foi que a gente aprendeu assim: essa coisa do mundo que nós não conhecíamos, que era o mundo do turismo grande assim, que toda cidade mesmo, mesmo Porto Alegre, Curitiba, não tem isso. Aqui eram 2000 mil pessoas, duas vezes num sábado. Lotava duas vezes. E o show, a gente recebia uma grana legal, né? Na época, nós recebíamos em dólar e ainda tinha casa, comida e ainda podia encomendar equipamentos do Paraguai. Depois descontava, e o cara chegava na hora. Eram altas facilidades assim. Nós trabalhávamos quinze minutos por dia, né? Era... era TERRÍVEL (risos) Como tinha vários shows, tinha vários países, várias coisas. Nós apresentávamos a Lenda das Cataratas que é uma lenda local, com personagem. E depois entrou o m’Boy, a cobra. Daí foi quando a gente ensaiou, a gente colocou a cobra, aquela gigante que dançava, que era deus nessa lenda. Então, eram três músicas pra cada grupo, que só podia fazer. Eram oito, dez grupos, imagina? Não dava! No máximo quando sobrava tempo, você fazia meia hora (risos) Era uma coisa bem... duas rodadas de quinze com três horas de diferença assim de... de distância (risos) Era uma coisa bem... muito diferente pra gente e, principalmente, pela primeira vez: nós, em toda nossa vida, trabalhando, né? (risos) Para alguém, né? Não apenas tocando como a gente sempre fez, né? A nossa carteira de trabalho, não tem nada dentro (risos) nada! (ARBO, 2008, entrevista)

Data dessa época ainda a composição “Cataratas”, de Dimitri Arbo, que mais tarde figuraria no disco, produzido pelo grupo, *Tempo Oral* - que permaneceria inédito em razão da dissolução do grupo por volta de 1997.³¹⁷ Além destes elementos, o show apresentado pelo *Quintal de Clorofila* neste local incluía ainda uma performance produzida pelo bailarino argentino Cláudio Stazinki, que, equilibrando-se sobre um conjunto de enormes pernas-de-pau, realizava uma dança que aludia a uma águia.³¹⁸ Também o grupo criou um enorme boneco que aludia a M’Boyci, o deus-serpente da lenda das cataratas, que desfilava pelo salão entre os comensais enquanto o grupo, do palco, executava uma dança “indígena”. Assim, o grupo misturava elementos musicais trazidos na bagagem – musica renascentista, rock, blues e ritmos ciganos – aliado-os a danças e ritmos indígenas incorporandos após a chegada na tríplice fronteira, sempre trabalhando com temas autorais.

³¹⁷ Falaremos a respeito deste disco e da dissolução do grupo *Quintal de Clorofila* no capítulo 5.

³¹⁸ Claudio Stazinki acabou se separando do Quintal de Clorofila por discordar da divisão do cachê que o grupo recebia da casa de shows. (Com base em ARBO, 2008)

Mas o grupo *Quintal de Clorofila* constituía uma exceção à regra. No demais, locais como a churrascaria Rafain eram espaços onde os músicos tendiam a se tornar simples “repetidores” de temas musicais consagrado da música (especialmente *folklore*) latino-americana e brasileira, sempre a partir de estereótipos. Era pouco comum os artistas criarem algo novo, como fez o *Quintal de Clorofila*. Ao contrário disso, a proposta desenvolvida através dos pequenos recitais de 15 minutos acabava por obstaculizar a maioria das possibilidades dialógica entre estes artistas. Tal condição acabou por construir fronteiras identitárias quase intransponíveis, e que se refletia no próprio cotidiano dos alojamentos e nos bastidores dos espetáculos, onde “um grupo de música paraguaia é um grupo de música paraguaia”, e onde “um grupo de tango é um grupo de tango.”, impossibilitando trocas e mesclas (ARBO, 2008, entrevista).

Outro músico que atuou na tríplice fronteira, Raul Garnica (que, como veremos adiante, durante muito tempo sobreviveu criando e/ou reproduzindo estereótipos identitários), também criticou o tipo de engessamento cultural propiciado e promovido por espaços como a churrascaria Rafain. Menos preocupado com a experimentação estilística e estética, Garnica refletia a respeito da solidão e do isolamento que muitos desses músicos acabavam vivenciando, acomodando-se sempre a mesma rotina de “artistas-estanques”, ou artistas “de um conceito único”. Em sua entrevista a nós concedida,³¹⁹ Garnica problematizou o processo que transformou estereótipos culturais em mercadorias vendáveis ao turista. Deste modo:

Eu nunca trabalhei [na Churrascaria] no Rafain. Nunca trabalhei, não gosto do sistema deles. *O músico não, fica nesse tipo de casa porque se faz dois tipos de música, três, e fica a vida inteira naquilo.* Porque o músico criativo fica no tempo, fica atrasado de tudo. Fica preso no lugar que não te diz nada. Os músicos que vêm pra esses lugares, vem e fica bem porque não tem outra opção. (...) (GARNICA, 2006, entrevista, grifos meus)

Referindo-se a músicos amigos seu, que trabalham naquele espaço por anos, tornando-se estagnados artisticamente, observou:

Desde que cheguei na Foz do Iguaçu, há catorze anos, que continua lá, e continua do mesmo jeito, e vai acabar do mesmo jeito. Já vi músicos ser enterrado como indigentes porque nunca tem nada, nunca sai daqui, parece que vive um, tira o dia, e tem um... medo de perder aquele... dia-a-dia, ele acha que não vai mais ter nada. Não, o músico não é isso. O músico tem uma profissão, como tantas outras, tem espaço em qualquer

³¹⁹ Entrevista concedida ao autor em 2006, em Foz do Iguaçu

Na posição de Garnica, não basta haver espaço para que o músico se apresente ou se profissionalize. A fixação e estabelecimento profissional de artistas e músicos, em que pesem suas vantagens (como o de prover estabilidade profissional a favorecer o surgimento de uma comunidade artística latino-americana na cidade) opera, por outro lado, como fator a bloquear e estagnar possibilidades de experimentação estética e estilística. Como vimos, embora o grupo musical *Quintal de Clorofila* frequentemente realizasse experimentações artísticas e estilísticas neste espaço, locais como a churrascaria Rafain dificilmente eram locais propícios a esse exercício de forma livre e autônoma. Como é sabido, e se tratando de arte, a “surpresa”, o “improviso” e a “experimentação” nem sempre encontram uma aceitação imediata por parte do público. Uma nova interpretação de um tema clássico da música popular brasileira ou latino-americana, ou a busca por novas sonoridades, poderia gerar um efeito incômodo ou tornar o show “enfadonho” para o turista. Além disso, não havia muito o que fazer dentro de um curto espaço de 15 ou 20 minutos. E, não menos importante, cabe ressaltar que o público que frequenta este tipo de local, o faz com o objetivo principal de se alimentar. Assim, ouvir uma “boa música” poderia se colocar como um diferencial, um interessante detalhe; mas jamais, o objetivo principal.

Este fenômeno ocorrerá, via de regra, na maioria dos locais que tinham um *modus operandi* semelhante ao da churrascaria Rafain. Na outra margem do rio Iguaçu, do lado argentino, situam-se cassinos, hotéis, restaurantes e locais frequentados pelos turistas que também oferecem música ao vivo para seus clientes. Alguns, de forma permanente; outros, em algumas épocas do ano. Um dos mais tradicionais restaurantes dessa cidade é o “Quincho del Tio Querido”. Este local, há anos, oferece aos clientes a *parrillada*³²⁰ argentina, acompanhada de “música típica”. Entre os músicos que atuam neste local, está o violonista Júlio Rolón, entrevistado nessa pesquisa.³²¹ Em seu depoimento, Rolón avaliou que a música, apesar de garantir a sobrevivência financeira de muitos artistas da tríplice fronteira, não constitui exatamente a prioridade para o setor empresarial do ramo gastronômico e turístico local, ficando o artista dependente do “gosto” musical do público - e do empresariado.

³²⁰ Tipo de churrasco campeiro (tradicional) argentino,

³²¹ Julio Rolón, 53 anos. Entrevista concedida ao autor em abril de 2017.

Acá se toca, digamos, por sábana! Sería eso todos los días mismo repertório. Por que? *Porque todos los días la gente cambia!* No se está tocando para el pueblo. Uno no toca para el vecino! A mi no me vá veer mi vecino, allá donde estoy tocando; el que corta el pasto... porque trabaja en la Prefectura, en el municipio. No me vá a ver allá. No vá escucharme allá. Yo toco para el turista! Entonces todos los días tengo que tocar lo mismo! Lo mismo, lo mismo, lo mismo... mismo repertório, la misma cosa! Los bailarines lo mismo! Es un espectáculo para el turismo! (ROLÓN, 2017, entrevista, grifos meus)

Apesar da abundância de material humano (artistas), na tríplice fronteira, existem pouquíssimos espaços de cultura que não estes, vinculados à indústria da gastronomia e do turismo. Também a inexistência de políticas públicas de promoção da cultura é uma queixa constante entre os artistas, que acabam ficando quase que totalmente dependentes do turismo para poderem atuar profissionalmente. Em muitos depoimentos, como neste, de Júlio Rolón, aparece o fator da repetição e massificação de determinados temas musicais, já que estes artistas dependem do turismo para poderem sobreviver economicamente. No depoimento acima, destaque também para a parte em que Rolón fala sobre a grande rotatividade do público que frequenta estes locais, e ainda um certa elitização da música, já que, como observou este músico, “a mi no me vá veer mi vecino, allá donde estoy tocando; el que corta el pasto [grama]”, indicando claramente que mesmo a música de origem popular, se tornou um *produto* exclusivo para o consumo turístico – como ocorreu também com o artesanato indígena e os pratos típicos de origem popular. Assim, transformada em mero objeto de fruição, a música tornou-se um “atrativo a mais” para servir ao turista; um mero detalhe na engrenagem do entretenimento e do exotismo local, como o artesanato e o “bife de chorizo” tão apreciado pelos turistas:

Y el turista lo que se vá llevar? A comer un bife de chorizo? A comer una carne, que eso es lo que vienen... Pasan el tiempo agradable escuchando una musica que uno toca. No nos viene ver a los musicos, a la figura “fulano de tal”. Simplesmente se vienen a comer y se encuentran con unos tipos cualquiera que están tocando ahí. Y se encuentran con unos tipos que no saben quienes son, y que estan tocando ahí. O los que bailan, quienen son, no los interesa! El asunto que llevan filmado es el tango argentino. Y le sacan foto al bife de chorizo. (risos) En un lugar de esse, no se puede hablar en cultura! (ROLÓN, 2017, entrevista)

No mesmo sentido apontado por Júlio Rolón, o músico, cantor, produtor e ativista cultural argentino Sérgio Riquelme, em depoimento concedido ao autor dessa pesquisa,³²²

³²² Sérgio Riquelme, entrevista gravada em março de 2017 em Puerto Iguazu/Argentina.

criticou essa estandarização sofrida pela música no contexto local, a partir de sua apropriação e massificação na rotina do mercado turístico e gastronômico da fronteira. Explicando os motivos pelos quais sempre resistiu a tocar em restaurantes e locais onde geralmente os músicos se fazem presentes para sobreviver, Riquelme, que também iniciou sua carreira como músico na cidade, avaliou:

Es lo que yo siempre odié, el tema de cantar en restaurantes. Por que? Porque justamente la gente vá a comer. No vá a ver un show! Entonces, por eso yo evito a los restaurantes. Y para no tener que tocar otra musica, entiendes? Por si voy con *folklore*,³²³ como te dijo el Polaco,³²⁴ cantá 2 o 3 temas, todo bien. Después yá no le empieza a gustar, y se van! Entonces, yo, se tuviera que cantar, voy a cantar folklore. Y después del quinto tema, los muchachos, que passa? Que hacen? Empiezan a tocar *La Bamba*³²⁵... o se van a tocar *Brasileirinho*,³²⁶ o se van a tocar *Moliendo Café*,³²⁷ o musica peruana, o musica boliviana, o musica de otros lugares para agradar al publico. Y yo nó. Yo por eso evito esto! (RIQUELME, 2017, entrevista)

Em suma, a mesma rotina turística que passou a permitir a abertura de espaços para a profissionalização de músicos e artistas populares, também criou os seus próprios limites, condicionando essa inserção quase que exclusivamente aos marcos do entretenimento turístico. O violonista argentino Lorenzo Bottscher, em depoimento a este pesquisador³²⁸, analisou essa dimensão, comparando o pouco apelo comercial (leia-se: turístico) que ritmos locais (como o *chamamé*) possuem frente ao perfil do turista que visita a tríplice fronteira. O *chamamé* é um ritmo típico da região do *litoral* argentino, e é difícil encontrar entre os músicos que vivem e atuam em Puerto Iguazu, algum que não tenha tido qualquer vinculação com este gênero musical em algum momento de sua carreira artística, seja no início (quando foram iniciados na música), seja posteriormente (quando se profissionalizaram), ou ainda - no caso oriundos de regiões da Argentina onde inexistia o *chamamé*, tais como Buenos Aires, Catamarca e Santiago del Estero – aqueles que adotaram o *chamamé* após sua chegada na fronteira. Apesar disso, Bottscher avaliou que, sob o ponto de vista do turismo, ritmos como *chamamé* e o próprio *tango* argentino, se não mesclados a outros estilos que agradem aos turistas, correm o risco de se tornarem

³²³ O autor se refere especificamente ao *folklore* argentino.

³²⁴ Apelido carinhoso pelo qual os artistas locais conhecem o músico Lorenzo Bottscher, também entrevistado nessa pesquisa.

³²⁵ Tema musical (rock latino) adaptada do *folklore* mexicano por Ritchie Valens e gravada por este mesmo cantor em 1958, tornada desde então mundialmente conhecida.

³²⁶ Tema musical (choro) composto em 1947 por Waldir Azevedo (1923-1980).

³²⁷ Tema musical venezuelano (*folklore*) composto por Hugo Blanco, em 1958.

³²⁸ Depoimento concedido ao autor em 2010, em Puerto Iguazú.

verdadeiros fracassos musicais. De acordo com Bottscher:

Acá, por ejemplo, en Iguazu, el chamamé no anda! No sirve el chamamé! Comercialmente. Acá hay 60 mil habitantes, y solamente 10 personas escuchan chamamé, como hay dos personas no más que escuchan el tango! O sea, por eso digo: depende de la region. La musica que uno tiene que hacer, está *obligado*³²⁹ hacer! Acá hay conjuntos que son chamameceros, pero no pueden trabajar con el chamamé. Tienen que ir a vivir a Corrientes, para poder trabajar con la musica, dedicarse a la musica. (BOTTSCHER, 2010, entrevista).

Este mesmo depoente enfatiza a necessidade do músico em se reinventar constantemente para poder sobreviver comercialmente, possuindo um repertorio variado de temas musicais para além daqueles apreciados na própria Argentina, mas com pouco apelo entre os turistas. Neste caso, Bottscher incluiu o próprio *tango*, que apesar de ser um símbolo identitário argentino no âmbito macro, praticamente não possui qualquer inserção entre os gêneros musicais locais. Descrevendo uma frustrada experiência realizada por artistas argentinos que tentaram implantar o tango em Puerto Iguazu, narrou:

Hace un mês, vinieron unos amigos mios de Buenos Aires hacer el tango acá. Chicos profesionales de una escuela de tango. Vinieron acá, estuvieron dos meses acá en Iguazu, vivieron un poquito acá en mi casa, después alquilaron, y en dos meses trabajaron una vez con el tango. Y son chicos profesionales que vienen de una escuela de tango: un guitarrista espectacular, la mujer, la señora cantaba el tango... Pero no anduvo! No. Se fueron outra vez tristes, sin trabajo... porque el tango no entró en ningun lado! (BOTTSCHER, 2010, entrevista)

Com base em sua própria experiência como artista vinculado ao segmento do lazer, Bottscher avaliou a dificuldade da inserção de ritmos como o *tango* em seu repertório corrente. Neste caso, a repetição (de temas de um único estilo) não opera como garantia de qualidade: ao contrário, tornaria enfadonho o trabalho artístico. Para Bottscher:

El tango se escucha dos tangos, y listo! Nosotros, nuestro show, como vieron anoche, *canta un tango*. Todo bien... “ahhhhh” (aplaude), contento! Y el segundo, “biéeeen!” Si vos canta el tercer tango, yá empiezan a levantar. Ya se levanta Emilio, y se vá embora Emilio... y yá se vá! Cuando se canta cinco tangos, no queda nadie en el restaurant. Por eso hay que hacerlo uno, dos... y listo! (BOTTSCHER, 2010, entrevista)

³²⁹ O trecho destacado corresponde a ênfase dada pelo depoente a essa palavra.

Chama a atenção a forma como o depoente avalia a relação entre o músico, o empresariado e o público. Em suma, para quem pretende viver da música na tríplice fronteira, precisa ser capaz de “negociar” sua inserção neste mercado, muitas vezes se privando de propor novas sonoridades ou realizar experimentalismos. Mesmo para Bottscher – que, como veremos adiante, iniciou seu ofício de músico profissional na tríplice fronteira tocando tango em Foz do Iguaçu - inserir-se neste mercado de trabalho demandou uma completa reinvenção do ponto de vista de suas credenciais artísticas, tornando necessário ampliar e diversificar seu repertório original, inicialmente pautado na música regional (*folklore*) de Misiones e ritmos cultivados pelos imigrantes alemães de sua região de origem, mas que possuem um apelo turístico bastante limitado. Neste caso, mais do que assumir “estereótipos”, pode-se dizer que este músico realiza “traduções”, movimentando-se em meio a complexas redes culturais, a partir das quais produz (e inventa) suas próprias – e novas – tradições musicais e identitárias. Aqui, torna-se pertinente retomar as reflexões de Hommi Bhabha, para quem a cultura constitui sempre um constante diálogo com suas próprias experiências, onde os sujeitos – neste caso, o artista – está sempre dialogando com sua realidade, aliando-a e potencializando-a a partir de suas próprias possibilidades. Assim, discursos e práticas que se pautam no pressuposto da existência de identidades culturais *puras*, isentas de qualquer influência ou mudança, correm o risco de negar a própria dinamicidade da experiência vivida. Especialmente, se considerarmos a própria condição e fronteira, onde o tempo todo, se negociam essas trocas culturais, e tradições são constantemente reinventadas. Para Bhabha:

Torna-se crucial distinguir entre a semelhança e a similitude dos símbolos através de experiências culturais diversas – a literatura, a arte, o ritual musical, a vida, a morte – e da especificidade social de cada uma dessas produções de sentido em sua circulação como signos dentro de locais contextuais e sistemas sociais de valor específicos. A dimensão transnacional da transformação cultural – migração, diáspora, deslocamento, relocação – torna o processo de tradução cultural uma forma complexa de significação. O discurso natural(izado), unificador, da “nação”, dos “povos” ou da tradição “popular” autêntica, esses mitos incrustados da particularidade da cultura não pode ter referências imediatas. A grande, embora desestabilizadora, vantagem dessa posição é que ela nos torna progressivamente conscientes da construção da cultura e da invenção da tradição. (BHABHA, 1998, p. 241)

Logo, sobreviver da música na fronteira significava não apenas possuir um ofício e/ou habilidades musicais, mas também tornar-se capaz de dialogar com as novas possibilidades e realidades existentes nesse espaço, compreendendo ainda a dimensão transnacional e tradutória da própria cultura. Fazendo uma referência ao show que havia realizado na noite anterior, o qual havíamos testemunhado, e que teve como palco um centro comercial e gastronômico de Puerto Iguazu, Bottscher narrou o seguinte:³³⁰

Claro, hay que mezclarlo. Hay que sorprender al público. Anoche por ahí faltou. Nosotros no hicimos ningun joropo³³¹ porque en esta temporada hay solo argentinos. Entre los argentinos hay mezclados. Muchos brasileiros habia anoche. Mucho de Brasil, que los que bailaban... y algunos europeos. Pero ahora ustedes van a ver en la temporada de julio, las vacaciones del invierno viene solo el argentino. Acá no hay europeo. Solo argentino! Entonces hay que hacerle *folklore argentino*. Acá no se hace más folklore ni *latinoamericano*, ni europeo. Solo argentino en el mês de julio. Y, bueno, cuanto a Brasil, siempre vá a seguir viniendo (BOTTSCHER, 2010, entrevista)

Percebe-se que esse músico deixa claro a rotatividade do público como fator a pautar a escolha dos diferentes repertórios a serem usados em diferentes ocasiões. Isso será definido de acordo com a “temporada” de turistas que chegam em diferentes épocas do ano à fronteira. É interessante pensar também como o músico diferencia “folklore latino-americano” de “folklore argentino” ao se referir ao tipo de repertório que executa. No caso, o *folklore latino-americano* estaria relacionado a um tipo de música muito apreciada e buscada por turistas europeus, e vai desde temas musicais peruanos, mexicanos, cubanos e paraguaios, etc. Trata-se de um tipo de repertório bastante estereotipado e difundido na Europa graças a trabalho de inúmeros músicos latino-americanos que lá fizeram carreira,³³² ou músicos europeus que gravaram alguns destes temas.³³³

³³⁰ O local se chama *Plaza Pueblo*, e fica no centro comercial de Puerto Iguazu.

³³¹ Ritmo popular rural venezuelano.

³³² Entre eles, podemos citar o cantor paraguaio Luiz Alberto del Paraná (1926-1974), que construiu uma consagrada carreira internacional, sendo um dos primeiros artistas do mundo a receber o prêmio “K-7 de Ouro” (1969), e durante os 20 anos de sua trajetória artística, junto com o *Trio Los Paraguayos*, recebeu 6 discos de ouro, gravando várias dezenas de long plays (discos de longa duração), e vendendo aproximadamente 25 milhões de discos pelo mundo, além de ser agraciado com o “Globo de Ouro” na Alemanha, em 1971. Percorreu em turnês cerca de 76 países. Sua prodigiosa trajetória artística acabou interrompida bruscamente com sua morte repentina em 1974 em Londres, por causas naturais. Em seu repertório, além de músicas paraguaias, também apresentava outros temas do repertório (folklore) latino americano.

³³³ Tal é o caso do tema musical “El Condor Pasa”, composto pelo peruano Daniel Alomía Robles (1871-1942) no ano de 1913, e tornado mundialmente célebre pela dupla inglesa Simon & Garfunkel, na década de 1960.

Essas variações também abarcam ainda o repertório de músicos argentinos e paraguaios da fronteira que se aventuram a tocar “música brasileira”. Variando entre um tema de música sertaneja (Chitãozinho e Chororó, Zezé di Carmargo e Luciano, etc) e outro de Roberto Carlos (cantor bastante popular na Argentina), toca-se “Brasileirinho”³³⁴ e “Tico Tico no Fubá”³³⁵ - e que, não raro, são apresentados erroneamente como “sambas” (embora se trate de choros). No restaurante *Quincho del Tío Querido*, o violonista argentino Júlio Rolón, que há sete anos faz parte do quadro fixo de músicos do local, descreve a forma como organiza seu repertório quando chega a temporada de turistas brasileiros na cidade. Abaixo, transcrevo parte da entrevista realizada com este músico em abril de 2017. Os trechos destacados correspondem às perguntas que fizemos ao músico:

(JÚLIO ROLÓN): Nosotros a ellos [os brasileiros] lo dedicamos una selección que lo yo tengo subida. Una selección especial para ellos, que se toca.. un homenaje a Waldir Azevedo.³³⁶ Entonces ahí le hago con mi compañero³³⁷ una seleccion de *choro*, *chorinho*. Primero “Tico Tico”, después “Delicado”³³⁸, y terminamos con “Brasileirinho”. Todo está en youtube, lo tengo subido a todo! Está en mi mismo muro también. Hay pedazos, que filma la gente. Porque filman todas las noches y suben! Todos, todos de Brasil. Tocamos “Saudade”,³³⁹ que le gustan mucho. Mucho a lo que le gusta al Brasil es bolero.

(EMILIO): *Y el folklore o regional, le pasa algo tambien, o no?*

No, porque ellos no entienden eso! Brasil no conoce “Zamba de mi Esperanza”!³⁴⁰ Nosotros tenemos que tocar para la gente que está consumiendo en ese local.

Algunos tangos, talvez...

Tango si! Los conocidos! “A Media Luz”,³⁴¹ “Por una cabeza”³⁴², que el le dicen “Perfume de mulher”.

Por una película que salió con este nombre.

³³⁴ Tema musical de Waldir Azevedo (1923-1980)

³³⁵ Tema musical de Zequinha de Abreu (1880-1935)

³³⁶ Waldir Azevedo (1923-1980), músico e compositor brasileiro, especialista em cavaquinho. Autor do mundialmente famoso tema “Brasileirinho”.

³³⁷ O companheiro musical de Julio Rolon é o violonista Walter Bernini.

³³⁸ Tema musical de Waldir Azevedo, composto em 1950.

³³⁹ O autor provavelmente se refere à música “Bolero da Saudade”, de Barrerito, composta em 1992. Existe ainda um tema musical bastante difundido no Brasil, chamado “Saudade”, mas que se trata de uma guarânia, e que foi composta na década de 1960 por Mário Palmério, e se tornou célebre no Brasil ao ser gravada por cantores paraguaios que fizeram carreira musical no Brasil, como Perla.

³⁴⁰ Tema de amor, gravado em ritmo de *zamba* (ritmo regional rural argentino). Composta com Luis H. Profili, e teria sido composta na década de 1950, ainda que só tenha sido registrada sob o pseudônimo de Luis H. Morales, em 1964. Essa música é emblemática no folclórico argentino. Mundialmente conhecida, ocupa um papel fundamental entre os grandes clássicos, e é geralmente gravada por músicos argentinos e latino-americanos em suas contumazes “seleções” de folklore.

³⁴¹ Música de Carlos Lenzi e Edgardo Nonato, composta em 1925

³⁴² Música de Carlos Gardel e Alfredo Le Pera, composta em 1935.

Claro, Al Pacino, si! Perfume de Mujer.³⁴³ Y De ahí lo conocen como “Una Cabeza”.

(...)

Y ahí sale algo del folklore mexicano también...

Solo al pedir.

Los boleros, que es lo que hacen?

Y, bueno, bolero si! “La Barca”,³⁴⁴ “Juramento”³⁴⁵, “Perfidia”³⁴⁶... ahí vamos vários.

(ROLÓN, 2017)

No trecho que transcrevemos, percebe-se que a condição de fronteira favorece o consumo de determinados tipos de “música latino-americana” (incluindo músicas da própria Argentina) e “música brasileira”, das quais se fazem recortes bem específicos. É comum ainda, especialmente entre os músicos argentinos e paraguaios que atuam nesse segmento, a produção e gravação de “seleções” pretensamente latino-americanas voltadas ao público brasileiro, mas que se resumem quase que exclusivamente a temas do *folklore mexicano*, especialmente boleros. Isto se deve ao fato de que muitos desses temas se tornaram bastante populares no Brasil a partir dos anos 1950, após serem gravados por artistas brasileiros. No trecho apresentado acima, além dos bolero, também aparece a referência a alguns tangos mundialmente famosos, com destaque para “Por Una Cabeza”, de Carlos Gardel, e que se tornou popular no Brasil em virtude do filme “Perfume de Mulher”. Este filme tornou-se bastante popular no Brasil. Numa das cenas mais conhecidas, o personagem principal interpretado por Al Pacino – o coronel reformado Frank Slade, que é cego – toma uma mulher e dança com perfeição um tango. No fundo, a orquestra toca na forma instrumental os acordes de “Por Una Cabeza”. Daí a maioria dos brasileiros associarem este tema musical (“Por Una Cabeza”) ao nome do filme, e ainda o fato de muitos desconhecerem que essa música possui uma letra.

Os elementos com que tratamos até este momento nos permitem pensar algumas das dimensões assumidas neste mercado que surgiu para a música latino-americana nessa região de tríplice fronteira. Fatores como a condição de itinerância inerente ao perfil de muitos dos músicos que por ali passaram, e ainda as necessidades do turismo em enquadrar determinados estilos e gêneros como fator a limitar a própria criação artística,

³⁴³ Filme de Martin Brest, com Al Pacino no papel principal (EUA, 1992, 2h 36m).

³⁴⁴ Tema musical mundialmente famoso, composto em 1957 pelo mexicano Roberto Cantoral García (1935-2010).

³⁴⁵ Nome pelo qual é popularmente conhecido o bolero “Nuestro Juramento”, composto em 1956 pelo compositor costarriquenho Benito de Jesus, e tornado mundialmente conhecido pelo cantor equatoriano Julio Jaramillo (1935-1978).

³⁴⁶ Bolero composto em 1939 pelo mexicano Alberto Domínguez (1907 - 1975).

acabam gerando ambientes pouco propícios às trocas culturais e eventuais parcerias entre os próprios músicos (embora atuando como fator de hibridação em relação aos repertórios, como trataremos adiante). Limitado esteticamente do ponto de vista artístico, porém, bastante vantajoso ao sistema empresarial, a estereotipia se transformou em uma estratégia de sobrevivência para muitos músicos que chegavam a esses locais. Se para Negendre Arbo a repetição dos recitais musicais *ad nauseam* em espaços como a churrascaria Rafain se tornaria símbolo de estagnação musical e artística, para as empresas que promoviam estes espetáculos ela era a própria garantia de qualidade; para esses empresários, o turista, ao escolher estes locais, deveria encontrar exatamente aquilo que os folders, as revistas, os outdoors e outras peças propagandísticas estavam anunciando: “escola de samba brasileira”, “folklore paraguaio”, “tango argentino”, “mariachis mexicanos”, etc. (Ver figura 9). Tudo devidamente programado, ajustado aos “15 minutos” e, principalmente, ofertado de modo que o próprio turista pudesse participar, interagir, cantar e se reconhecer como parte daquele espetáculo de música latino-americana.

Por outro lado, pode parecer reducionista tratar este tipo de espetáculo apenas sob o rótulo de *massificação cultural*. Tratamos de uma fronteira aonde existem pelo menos vinte etnias distintas, e cerca de oitenta nacionalidades diferentes convivendo cotidianamente. (DOMINGUES, 2015, p. 30-31). Assim, o que à primeira vista poderia ser interpretado como mero produto mercadológico para o *consumo de massa*, pode ser olhado também sob a ótica da própria reafirmação identitária. Este último caminho parece mais adequado para entendermos as propostas de grupos como o boliviano Puma Punku (“Portal do Tigre”, em idioma quíchua), que durante a década de 1980 estabeleceu-se na fronteira, e como muitos outros conjuntos musicais latino-americanos, também se apresentava na churrascaria Rafain. Sempre com roupas que se diziam “típicas” – os tais “músicos de uniforme” aos quais se referia Negendre Arbo. O fato é que este grupo, uma vez estando na tríplice fronteira, produziu um disco (vinil) no qual, apesar de todos os estereótipos que assumiam, claramente orgulhavam-se de suas origens bolivianas. Assim, mesclavam ao seu repertório temas musicais consagrados geralmente associados ao repertório andino – tais como “El Humauaqueño”, “El Condor Pasa” e “Tinkus de Bolívia” (nome boliviano para a música “Señora Chichera”³⁴⁷) – ao lado de temas próprios, onde exaltavam seu país e o modo boliviano de ser.

³⁴⁷ Tema popular andino (boliviano), recolhido pelo grupo chileno *Inti Illimani*, gravado no álbum *Canto de pueblos andinos II* (1976).

Figura 9. Shows artísticos realizados na churrascaria Rafain nos dias atuais



Na capa desse disco, apareciam dizeres positivos, tais como “Bolívia Canta para los Hermanos del Mundo”. Tendo as Cataratas do Iguaçu como fundo, também davam ênfase nos instrumentos andinos típicos geralmente associados à musica do Altiplano (charango, sikus e zampoñas, bombo leguero, quena e instrumentos de percussão), o que deixava transparecer a busca pela construção de uma espécie de “identidade musical boliviana”. Na contracapa, ainda estava escrito a seguinte mensagem, assinada por Raul Yugar, diretor artístico do grupo:

Con la sinceridad que emana de las notas musicales de nuestros instrumentos andinos, así de sinceras son nuestras esperanzas hacia una

Humanidad más justa, en donde la Paz y la Libertad reinen para siempre en nuestros corazones. (Figura 10)

Figura 10. Capa do disco (vinil) do conjunto boliviano *Puma Punku*.



FONTE: acervo do autor.

Este disco era um dos muitos materiais produzidos e comercializados pelos músicos que atuavam profissionalmente na churrascaria Rafaín e em outros locais semelhantes na cidade.³⁴⁸ De acordo com a ficha técnica constante no disco, o grupo era constituído pelos bolivianos: Raul Yugar (primeira voz e violão); Ricardo Calisaya Sinani (segunda voz, charango e violão); e Hugo Botitano (terceira voz, instrumentos de sopro,

³⁴⁸ O disco foi cedido a este autor por Negendre Arbo, que conheceu o conjunto *Puma Punku* do tempo em que estes trabalharam na churrascaria Rafaín. Após deixar de atuar na casa de shows, Negendre montou um estúdio em sua casa, onde realizava gravações, arranjos e jingles para artistas e empresas da cidade. Na ocasião, o grupo *Puma Punku* deixou o disco para ser remasterizado e transformado em formato de CD, que comercialmente se tornava mais viável naqueles tempos idos.

quena, zampoña, tarka e bombo leguero). No disco, constavam 11 temas musicais, dos quais 3 eram de autoria dos próprios integrantes do grupo.³⁴⁹

Também estereotipadas podiam ser consideradas as performances de muitos artistas paraguaios em locais de show da cidade que, trajando a “tradicional faja” (faixa) típica com as cores do país, executavam temas do *folklore paraguaio* com uso recorrente da harpa paraguaia, símbolo da identidade musical do país. Porém, mesmo um músico habituado ao traquejo da rotina musical surgida a partir do turismo na tríplice fronteira, desde os seus primórdios nos anos 1960, o harpista Casemiro Pinto, levantou questões a esse respeito. Oir um lado, ele tinha consciência de que a ele, como músico, eram feitas poucas exigências na escolha do repertório: embora também compusesse para harpa, sendo exímio executante, destacava que sempre era obrigado a tocar apenas quatro guarânias, as mais populares e conhecidas.

Todavia, sua fala problematiza a noção automática de que os músicos “de uniforme” devem ser tratados sob signo da estereotipia. Ao contrário: Casemiro Pinto preferia enxergar, na música *paraguaia*, um fator de reivindicação de uma identidade nacional. Neste caso, atribuindo à harpa – símbolo maior da música paraguaia – e ao harpista uma espécie de “embaixadores” da identidade cultural de seu país:

Muito paraguaio artista a una vez que sale [do Paraguai ao exterior], y uno pregunta: “Usted és paraguay?”... (Pausa) [responde] “Eu sou argentino!”, dicen! (pausa)... Y es paraguay! Paraguayo, si! Negó el país!? Yo no sé por que! Yo no sé si no quiere ser pobre, o alguna cosa... Eu não! Eu directo, eu já fala donde que eu nasci, e onde que eu vivo. Porque me interessa minha vida. Eu nasci paraguaio, e venho no Brasil. Eu conto aonde eu vou e aonde eu volta! (risos). No escondo. Eu sou paraguaio! Eu nasci no Paraguai. Entonces eu, como nasce no Paraguai, como eu tenho uma instrumento típica que tava nascendo no Paraguai, estava na minha mão, como que eu vou falar? *Entonces eu tenho que tocar a música paraguaia! Tenho que divulgar mais a música paraguaia! No pode negar.* (PINTO, 2009, entrevista, grifos meus)

Tanto no caso de Casemiro Pinto, quanto no caso dos bolivianos do conjunto *Puma Punku*, percebe-se que os produtos culturais, mesmo aqueles produzidos dentro de relações de mercado, e de forma estereotipada, podem também ser encaradas como um passaporte identitário, através dos quais o músico pode transitar através das diferentes

³⁴⁹ De acordo com a ficha técnica que consta no verso: (LADO A): “El Condor Pasa” (Daniel Alomia Robles); Las Palmeras (Gilberto Rojas); “Leño Verde” (Ernesto Cavour); “Tinkus de Bolívia” (popular); “Amigo” (popular). (LADO B): “El Humauaqueño” (Edmundo Saldivas); “Despertar” (Raul Yugar); “Casar Jetay” (Hugo Botitano); “Piel Morena” (Julio Cesar Paredes); “Huancaneñita” (Hugo Botitano); Morenada del Carnaval Boliviano (popular)

fronteiras musicais que o cercam, sintetizado assim variadas identidades transnacionais. Nesse caso, como definiu Hommi Bhabha:

A cultura se torna uma prática desconfortável, perturbadora, de sobrevivência e complementaridade – entre a arte e a política, o passado e o presente, o público e o privado – na mesma medida em que seu ser resplandecente é um momento de prazer, esclarecimento ou libetação. É dessas posições narrativas que a prerrogativa pós-colonial procura afirmar e ampliar uma nova dimensão de colaboração, tanto no interior das margens do espaço-nação, como através das fronteiras entre nações e povos. (BHABHA, 1998, p. 245)

Deste modo, ainda que moldando a maioria de seus espaços culturais pela onipresença do turismo, oferecendo possibilidades limitadas ao experimentalismo, a tríplice fronteira também irá permitir, de algum modo, a elaboração de sínteses identitárias; trata-se de algo que, no *latu sensu*, sempre esteve presente na história dessa fronteira, mesmo quando ela ainda era essencialmente platina. E nos dias atuais, já não são mais as *obrages*, e sim a própria música quem irá operar como fator de desconstrução das fronteiras nacionais.

4.3. Tornar-se músico na tríplice fronteira

Como já assinalamos, muitos “estereótipos” que alguns artistas acabarão por assumir ao chegar à tríplice fronteira estarão relacionados à sua própria necessidade de sobrevivência artística. Com efeito, muitos músicos acabarão moldando seus discursos para atender àquilo que o público (ou o empresariado) esperava ver em sua arte, e também dentro daquilo que poderiam negociar a partir de seus próprios repertórios identitários e temáticos.

Um caso emblemático é o do músico Raul Garnica, que fez fama na tríplice fronteira com seu apelido de “El Santiagueño”.³⁵⁰ Tratava-se de uma maneira deste artista em buscar se “diferenciar” dos demais músicos que já atuavam por ali, e que também vinham buscando construir identidades artísticas próprias, seja evocando seus locais de origem (nascimento), seja assumindo outros elementos identitários existentes na região, ou que o associassem a determinados estilos musicais. Neste sentido, podemos citar nomes como os de Ricardo Brizuela, empresário, radialista e promotor cultural radicado

³⁵⁰ Raul Garnica (1960-2015) nasceu na localidade de Añatuya, província de Santiago del Estero, no norte argentino.

em Puerto Iguazu, que ficou conhecido na tríplice fronteira como “El Cata”, numa referência carinhosa à sua província de origem, Catamarca, no norte argentino.³⁵¹ Também *El Gaucho* Oscar Sosa, músico originário da província de Buenos Aires que se radicou em Foz do Iguaçu, e que, ao se intitular dessa forma, deixava claro sua intenção em associar-se exclusivamente a gêneros do folklóre argentino (isentando-se, por exemplo, de atuar artisticamente em outros gêneros musicais, como o folklóre paraguaio e/ou mexicano, como faziam outros artistas na fronteira).³⁵² Entre os músicos que entrevistamos, além do próprio Raul Garnica, poderíamos citar ainda *el polaco* Lorenzo Bottscher. Este músico é natural de Oberá, departamento da província de Misiones conhecida pela forte presença de descendentes de alemães, como é o caso do próprio Lorenzo.³⁵³ Daí o apelido carinhoso. E ainda, *Caraícho* Toledo, cujo nome artístico consistia numa junção do sobrenome de Braulio Ramon Toledo, com o complemento

³⁵¹ Ricardo Brizuela é um conhecido empresário e promotor cultural de Puerto Iguazu. No final da década de 1990, chegou a dirigir um programa radial chamado *Folklore Celeste y Blanco*, especializado em gêneros do folklóre argentino. No início da década seguinte, esteve à frente de projetos como “La Casa del Chê”, museu formado na residência onde Ernesto Che Guevara passou parte de sua infância, na localidade de Caragatay (130 quilômetros de Puerto Iguazu), entre outros projetos. Nossa pesquisa chegou a pré-agendar uma entrevista com Brizuela, mas por motivos alheios à nossa vontade, tal entrevista acabou não se realizando.

³⁵² Embora residindo em Foz do Iguaçu, Oscar Sosa dirigiu, entre 1996 a 1999, um programa radiofônico especializado em *folklóre argentino*, através da rádio FM Libre, com 2 horas de duração. O programa se chamava *La Tranquera de Mi Tierra* (“A Porteira da Minha Terra”), e tinha como cortina musical um tema cantado pelo próprio Oscar Sosa. Na verdade, tratava-se de uma adaptação que ele havia feito dos versos iniciais do poema *El Gaucho Martín Fierro* (José Hernandez, 1872), onde dizia: “Cantando he de morir/ cantando me han de enterrar / y cantando he de llegar al pié del eterno padre / Desde el vientre de mi madre / vine en este mundo a cantar / apenas soy un paiano / pero me gusta cantar / *Mi nombre? Mi nombre es Oscar Sosa, paisano / P’a lo que guste mandar!*” (As frases em negrito correspondem a adaptação feita pelo músico). Os versos eram recitados antes de sua interpretação da milonga “Pilchas Gauchas”, composta pelo músico argentino Orlando Vera Cruz. Juntos, estes dois textos musicais demarcavam a linha a qual Sosa buscava seguir: um tipo de “purismo” aliado a militância pela tradição nativista. Este músico estava no rol de artistas que seriam entrevistados nessa pesquisa, mas a entrevista acabou não ocorrendo a pedido do artista, em razão de um AVC sofrido por ele, o que tornou difícil sua comunicação verbal.

³⁵³ Dados apresentados pelo historiador e memorialista Alfredo Poenitz, de Misiones, em artigo publicado no jornal *El Territorio* (de Posadas), indicam alguns números sobre a imigração alemã na província de Misiones: “El fenómeno inmigratorio europeo en Misiones, comparado al ocurrido en el resto del país, se produjo más tardíamente y estuvo caracterizado por dos tipos de asentamientos: uno oficial y el otro privado. El primero se inicia en 1897, mediante el arribo de población europea propiciado por el gobierno local, toma fuerza en 1914 y se extiende hasta 1921 aproximadamente. En ese lapso, polacos y ucranianos provenientes de Galitzia, región de Europa Central bajo dominio del Imperio Austro-Húngaro y que hoy comprendería la zona sur de Polonia y oeste de Ucrania se asentaron en el sudeste misionero. De esta zona europea provinieron los inmigrantes ucranianos y polacos radicados principalmente en Apóstoles y Azara, mientras que grupos escandinavos se asentaron en tierras fiscales del sur y centro del territorio. (...) A partir de 1940 había finalizado la colonización bajo estas dos formas, pero debe tenerse en cuenta que este proceso no fue homogéneo; en él también se produjeron movimientos espontáneos de pobladores y la llegada de alemanes provenientes del sur de Brasil. Resumiendo, la red migratoria estuvo caracterizada por alemanes que formaron las ciudades y colonias del norte, los escandinavos (finlandeses, suecos y noruegos) y suizos en las sierras centrales y polacos y ucranianos en el sur de Misiones.” POENITZ, Alfredo, jornal *El Territorio*, versão digital. Artigo publicado em 21 de junho de 2015. Ver: <http://www.elterritorio.com.ar/nota4.aspx?c=6829226348642372>, acessado em 04/02/2017.

Caraicho – palavra do idioma guarani, que significa o *chefe* da peonada.³⁵⁴ Neste caso, identificar-se com um nome *guarani* equivalia identificar-se como *correntino*.

Voltado a Raul Garnica, desde que chegou à fronteira no início da década de 1990, passou a se apresentar artisticamente como “el Santiagueño”, uma referência clara à sua condição como imigrante proveniente do norte argentino. A província de Santiago del Estero local é considerado, por muitos, um grande celeiro de artistas populares daquele país, como o próprio Raul buscou enfatizar em seu depoimento, no qual enfatizou seu contato precoce com a musicalidade propiciada por seu local de origem:

(...) a música já vem de raiz, de família. Todo pessoal, quase todo mundo toca un violón, un [bombo] legüero, una gaita... então, a música já vem no sangue. E a minha região é de folklore, onde se escuta las *bagualas*, as *chacareras*, *zamba*, *gatos*, *escondidos*, son todos ritmos folclóricos”. (GARNICA, 2006, entrevista)

Reivindicando inicialmente sua origem regional (Santiagueño), Garnica acabaria aliando sua larga bagagem trazida a partir dos processos de deslocamentos e releituras culturais que ele empreendeu desde que saiu da Argentina, no início da década de 1980. Garnica logo passaria a realizar *traduções* sobre sua própria identidade artística, assumindo, ao longo destes anos, “identidades” que ora podiam evocar elementos de origem (indígena, santiagueño e argentino), ora reivindicando novas experiências que ele viveu a partir de sua passagem por grandes centros urbanos, como São Paulo. Narrando os anos iniciais na tríplice fronteira, lembrou:

(...) ninguém me conhecia como músico. Não tinha amigo nenhum. Começamos a fazer prato gastronômico,³⁵⁵ e quando eu percebi, tava trabalhando como músico na Argentina, que era um restaurante lá, onde cantava folklore argentino. Depois, trabalhava aqui no teatro Plaza Foz cantando tango, e na mesma noite, ia no Paraguai cantar música mexicana (risos). Cantava nos três países, né? (GARNICA, 2006, entrevista)

Ou seja, o mesmo músico que do lado argentino era um “cantor de folklore”

³⁵⁴ De acordo com a definição do próprio músico: “El patrón! *Caraicho* es el que se destaca entre los peones. El más vivo. El que tiene la voz de los peones. Tiene ascendência sobre la peonada! Pero no llego a ser *Carai* porque no tiene plata! El *cho* en el [idioma] guarani es el diminutivo. Al hijo de Don Juan, le dicen *Juancho*. Es como decirle *Juancito*. Al hijo de Don Luis, le dicen *Luischo*.” (TOLEDO, 2010, entrevista).

³⁵⁵ Em outro trecho deste depoimento, o músico irá relatar que, após vir ao Brasil no início dos anos 1980, e após declinar o mercado da música para artistas latino-americanos em grandes centros como São Paulo (onde residiu), passou a comercializar e oferecer a clientes pratos típicos argentinos, além da própria música.

(referente a gêneros da música popular rural do país platino, tais como zambas, chacareiras e milongas), tornava-se um “cantor de tango” (um estereótipo fortemente construído entre os brasileiros sobre artistas de origem argentina, independente de terem nascido em Buenos Aires³⁵⁶ ou não); e, já no outro lado da ponte, do lado paraguaio, metamorfoseava-se novamente, para se tornar cantor *mexicano*, onde provavelmente, mais do que a própria música, Garnica fazia valer também sua condição étnica (indígena) para poder se aproximar do biotipo comumente associado aos artistas populares mexicanos, igualmente de origem indígena (embora não quíchuas, como era Raul).

Ao longo de sua trajetória artística desde que imigrou ao Brasil no início dos anos 1980, Garnica operou habilmente, a seu favor, complexas estruturas identitárias, através das quais pôde transitar e negociar sua participação e inserção no mercado da música latino-americana, acionando toda uma bagagem musical, e todo um conhecimento adquirido desde sua juventude nessa condição de “artista-imigrante”. Assim, mais do que “estereótipos”, as releituras que Raul Garnica fará em seu labor artístico podem ser encaradas também como “traduções” que realizava, desde sua transformação em “músico de protesto” nos palcos de São Paulo, passando por *artista latino-americano* (após a redemocratização) ao chegar à tríplice fronteira; e, finalmente, em índio *guarani* nos últimos anos de sua vida, e cujos significados estaremos analisando no capítulo 5.

A história de Raul Garnica se confunde a de muitos outros músicos e artistas latino-americanos “de protesto” que também imigraram para o Brasil entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980, fugindo da perseguição empreendida pelos regimes ditatoriais em seus respectivos países. Mas a história de Raul reserva algumas particularidades e paradoxos. Em 1978, Garnica estava prestando serviço militar obrigatório, e a Argentina havia acabado de sofrer um golpe de Estado (1976). Como se sabe, em apenas poucos anos (1976-83) a ditadura argentina produziu milhares de mortos e desaparecidos.³⁵⁷ Durante o período em que realizou o serviço militar obrigatório, Raul Garnica já tocava violão e cantava, e nessa condição, era figura sempre presente em festas e celebrações feitas inclusive entre os próprios militares. Ironicamente, Garnica jamais

³⁵⁶ Epicentro do tango argentino, onde este estilo musical é bastante apreciado, ainda que em outros lugares (como nas províncias do interior do país) seja bem menos apreciado e difundido.

³⁵⁷ Não existem números oficiais quanto a isto, mas entidades de Direitos Humanos, associações de mortos e desaparecidos e outros organismos internacionais calculam por volta de 30 mil pessoas mortas ou desaparecidas durante a última ditadura militar argentina. Neste número, consideram-se também filhos de pessoas desaparecidas, que foram mortas junto com seus pais, ou simplesmente dadas para adoção sem que sua família saiba de seu paradeiro até os dias atuais.

milidou em qualquer organização política de esquerda, mas foi sua predileção ao *folklore*³⁵⁸ que o levaria a ser fichado pela repressão, o que quase lhe custou a vida.³⁵⁹

Esse ambiente de paranoia e patrulha ideológica levou inúmeros artistas – militantes ou não – ao exílio após 1976. Isso porque, por essa época, o *folklore*, enquanto estilo musical popular preferido por muitas vanguardas artísticas politicamente engajadas, passou a ser tratado *latu sensu* como música política, de caráter contestador e denunciante. Isso levou muitos músicos populares a sofrerem perseguições e censura, ainda que nem todos fossem efetivamente músicos “de protesto”. O violonista argentino Carlos Acuña, entrevistado em 2010,³⁶⁰ foi um destes que, a exemplo de Garnica, também quase acabou sendo vitimado pela paranoica repressão argentina, simplesmente por tocar temas de *folklore*. O relato de Acuña mostra um pouco deste clima de histeria que tomou conta da Argentina após 1976. Carlos, que junto com seu irmão, viajavam pela Argentina tocando e divulgando o *folklore* após se consagrarem em Cosquín (1975), quase acabara sendo presos após uma apresentação ao vivo que realizavam numa rádio da Argentina. Em seu relato, narrou:

³⁵⁸ Parte importante da chamada “música de protesto”, o *folklore* compreende ritmos musicais de origem rural, de matriz popular. Contudo, apesar de sua origem rural, muitas vezes, tratavam-se de músicas produzidas por vanguardas urbanas letradas, e que no contexto dos enfrentamentos políticos contra regimes ditatoriais vigentes entre os anos 1960 e 70, acabavam tomando formato de *música política*; daí, associadas ao termo “música de protesto”.

³⁵⁹ O músico concedeu uma entrevista ao autor dessa pesquisa em 6 de julho de 2006, quando ainda residia na cidade de Foz do Iguaçu/PR. Nessa entrevista, aparecem algumas informações vagas sobre os reais motivos de sua saída da Argentina, ocorrida em meio a última ditadura militar argentina (1976-83). Na ocasião, o músico não quis detalhar muito o assunto, restringindo-se apenas a comentar o clima de perseguição sistemática aos músicos em particular, e a juventude como um todo, por serem acusados de “vagabundagem”. Porém, poucos meses antes da morte, ocorrida em janeiro de 2015, visitamos novamente Garnica em seu restaurante “Las Cañitas”, em Puerto Iguazu. Na ocasião, o músico nos contou que estava movendo uma ação contra o Estado argentino por reparações morais. Tal ação se devia ao envolvimento do país no conflito com o Chile pela disputa em torno do canal do Beagle (1978), que quase levou os dois países – então, governados por ditaduras militares – ao conflito armado. Como na época Raul prestava serviço militar obrigatório, ele acreditava que teria morrido em combate, caso o conflito tivesse se concretizado. Porém, ao falar sobre este período relativo ao serviço militar, o músico detalhou melhor também os motivos de sua saída do país, afirmando que sua condição de músico provavelmente o levou a ser fichado por agentes da repressão infiltrados. Como havia uma perseguição sistemática e impiedosa aos artistas populares, engajados ou não, e um clima de histeria e medo havia se instaurado no país, Raul desconfiou que provavelmente figurava numa lista de pessoas que iriam “desaparecer”. Isso ocorreu por acaso, quando se dirigiu a um Cartório para resolver o problema de alguns documentos pessoais que haviam sido extraviados. Para sua surpresa, os arquivos estavam vazios. Não havia qualquer registro de seu nascimento ou de sua existência nos arquivos de Buenos Aires e La Plata, o que levantou a suspeita do músico. Orientado por amigos e conhecidos, decidiu deixar a Argentina, vindo se instalar no Brasil. Essas importantes revelações nos levaram à decisão de realizar uma nova entrevista, que ficou apenas combinada, sem uma data definida. Porém, jamais foi realizada em razão do trágico assassinato do músico no início de 2015, em Puerto Iguazu.

³⁶⁰ Carlos Acuña, entrevista concedida ao autor em julho/2010, na cidade de Eldorado – Misiones, Argentina, onde reside o músico.

Después vino esa dictadura maldita en nuestro país que creó esta situación tan... tan única, no? E solo pensavame en me poner loco, porque... era un momento muy difícil, porque... Siempre las dictaduras se caracterizaran por atacar así, a los artistas. A los que representan la voz del pueblo. A la gente que dice cosas, y por el poder de convocatória que tienen ante numerosos públicos. Que quizás outra gente con uniforme no la tenga, no? Entonces las palabras que resonan más, tienen más ecos en el pueblo. Y era un momento tremendo, porque comenzaran las famosas listas negras, que llamaban las listas pretas; donde estábamos prohibidos de escuchar a un Yupanqui³⁶¹, por ejemplo, no? Hay temas que consideran la “Luna Tucumana”. Eso yo le cantaba de chico. Que esa lo aprenden todas las crianças en la escuela. Sin embargo no se podría cantar “porque era de Yupanqui”. Así que, que que vá tener de subversivo esto, no? Cantarla poeticamente al paisaje, a la luna y al hombre que vá con su caballo cruzando la serranía. Entonce después la censura en las rádio, elijen temas que no se pueden tocar. Un día casi caímos presos porque... Bueno, primero nosotros no estabamos en un programa en vivo. Sin embargo, nosotros estuvimos en un programa que habia música en vivo, como en un aniversário... Y cuando empezamos [hablar] que vamos a tocar “El Condor Pasa”, una cortina musical, “Pá”, se vuelve, y nos aparece una persona así que saca de ahí y no empuja hacia ahí atrás. Bueno, no salvamos porque viene corriendo otra orden y dice que “No”, que hubo un error. Que lo que estaba prohibido era “El Condor Vuelve”³⁶² (risos). Era otro tema que si, un tema que tenía una cuestión social muy fuerte. Pero que nada a ver. Si ese “El Condor Pasa” es un himno de la musica latinoamericana, um himno libertário. Y bueno, eso era una lástima, no podemos tocar en las rádios... era todo una cuestión... Acuerdo una vez Daniel Altamirano, que era un cantante famoso también. Muchas cosas que él decían no podían salir. Entonces, era una situación difícil que hizo con que yo regrese con mi hermano a Eldorado. Volver acá, con la seguridad que estoy acá, con mis amigos, mis vecinos, mi pueblo, mi lugar (ACUÑA, 2010, entrevista).

Esse clima de histeria instaurado após 1976 demonstra a preocupação do músico com sua integridade física, razão pela qual decidiu “volver a Eldorado”, sua cidade natal na província de Misiones, onde Carlos e Cesar Acuña eram conhecidos, admirados e prestigiados.

Era extremamente comum músicos serem “confundidos” com militantes de organizações de esquerda, e desaparecerem na Argentina daqueles idos. Tornou-se célebre o caso do pianista Francisco Tenório Jr., que acompanhava a turnê que Vinicius

³⁶¹ Atahualpa Yupanqui.

³⁶² O tema citado pelo depoente, “El Condor Vuelve”, é de autoria de Armando Tejada Gomez, gravado por Mercedes Sosa, e que tinha uma letra de chamado a mobilização popular. O tema interpretado pelo grupo Los Acuña é de origem peruana, datada dos anos 1930, e originalmente não possui letra em sua versão original, embora vários grupos (inclusive os da chamada “canção de protesto” tenham inserido letras em suas interpretações. O grupo Los Acuña interpreta o tema apenas na sua versão instrumental, conforme aparece no vídeo abaixo, gravado em Misiones e disponibilizado no canal youtube em 2011: <https://www.youtube.com/watch?v=vt-UgMXqW1U>

de Moraes e Toquinho realizavam pelo país em 1976. Embora estivesse na Argentina apenas para participar dessa turnê, Tenório Jr. acabou preso e levado como suspeito unicamente pelo seu estilo *hippie*, após descer de seu quarto de hotel, no centro da capital argentina, para comprar cigarros ou remédios. O músico acabou sequestrado, torturado e finalmente assassinado em Buenos Aires pelas forças de repressão argentinas, e os detalhes deste caso só puderam ser conhecidos dez anos depois, quando o ex-torturador argentino Claudio Vallejos, que integrava o Serviço de Informação Naval, revelou o nome de alguns brasileiros que haviam caído nas mãos da repressão argentina. Entre eles, estava Francisco Tenório Jr. (FIUZA, 2006, p.261-264).

Nessa condição, os irmãos Acuña, mesmo sendo celebridades regionais por haverem se sagrado campeões do Festival de Cosquín em 1975,³⁶³ decidiram partir para a Europa (Suíça), onde César acabou estabelecendo domicílio, permanecendo até os dias atuais. Carlos Acuña voltaria à América do Sul, passando a residir em Foz do Iguaçu no início da década de 1990; e por fim, regressando a Eldorado, por volta de 2000, onde reside na atualidade.³⁶⁴

Em sentido análogo, para Raul Garnica, como músico adepto do gênero popular rural *folklore*, perambular pela Argentina poderia tornar-se uma tarefa arriscada. O país vivia sob repressão militar com o regime ditatorial instaurado em 1976, e que limitava espaços de expressão cultural e até mesmo começava a perseguir a juventude. Na época em que concedeu o depoimento à pesquisa, apresentou a seguinte justificativa para explicar sua saída do país:

De repente, veio aquele golpe que você não podia sair mais em certo horário, não podia fazer festa na tua casa, não podia colocar música forte, não podia juntar teus amigos, né? Não podia ficar numa esquina. Aquela coisa de adolescente, que a esquina é sempre pra se encontrar com os vizinhos, os amigos e... Não podia mais. Os bailes acabaram, na época, no pleno crescimento do ser humano, que gosta de todo tipo de coisa. Não podia. Então a gente que foi acostumado com tudo isso. Quando, nos anos oitenta, foi começar a reviver, começar a reviver, há certas coisas que tem que ser: tuas declarações, canta o que você gosta,

³⁶³ Festival nacional de música popular (*folklore*) que acontece todos os anos, desde 1961, geralmente no final do mês de janeiro, na província de Córdoba/ARG, na localidade de Cosquín.

³⁶⁴ Desde seu retorno a Eldorado, Carlos Acuña é tratado como a grande celebridade artística local. Foi nomeado “Embaixador Cultural” da cidade pela Prefeitura Municipal, e professor de música, onde ensina violão e promove projetos e eventos culturais e festivais de *folklore* na cidade. Em agosto de 2015, o legislativo municipal de Eldorado também aprovou, por unanimidade, batizar o recém construído Anfiteatro da cidade (situado às margens do rio Paraná) com o nome de *Carlos Acuña*, em homenagem ao músico, que conta na atualidade com 70 anos de idade. Sobre esta última homenagem, ver: <http://misionesonline.net/2015/08/28/el-anfiteatro-de-la-costanera-de-eldorado-llevara-el-nombre-de-carlos-acuna/>, acessado em 09/10/2017

veste o que você gosta... Na época, um músico assim, depois dos [anos] cinquenta, de cabelo comprido, em pleno dezoito anos, dezessete anos. Não podia, né? Eu tava jogando bola de tarde, tive que limpar as ruas durante uma semana, porque tava jogando bola de tarde, durante a semana, o dia inteiro. Não podia, você não podia, porque você tá jogando bola? Porque não tá estudando? Porque que não tá trabalhando? (GARNICA, 2006, entrevista)

Nascido em 1960, quando estourou o golpe de Estado no país, Raul contava com cerca de 16 anos de idade. No período em que prestou o serviço militar obrigatório (18 anos), passou a residir na província de Buenos Aires, onde tinha familiares. Após concluir o período militar, e permanecendo a situação política tensa na Argentina, decidiu imigrar ao Brasil, vindo se instalar em São Paulo, onde conseguiu um contrato de trabalho numa casa de shows. Foi apenas nessa época, após sua chegada à São Paulo, que Raul começou a trabalhar profissionalmente como músico:

(...) a minha vinda pra São Paulo foi que uma pessoa me escutou cantar e ela tinha uma *peña* em São Paulo. *Peña* es... justamente, onde se encontra, o pessoal que gosta de *folklore* latino-americano³⁶⁵ (...) se chamava “La Pulperia”,³⁶⁶ e fui contratado por el. Fiquei trabalhando lá uns dois meses e pouco, depois teve outras propostas e continuei trabalhando e trouxe minha família, levei minha família. (GARNICA, 2006, entrevista)

É interessante notar aqui Garnica não parte ao exílio como “músico”, mas *se torna* músico em razão do *exílio*. Primeiro, Garnica viria a se instalar em São Paulo, cidade para onde convergia uma comunidade imensa de músicos latino-americanos exilados no Brasil (ou outros que estavam simplesmente em busca de oportunidades de trabalho). Ali, passou a dialogar com artistas latino-americanos que faziam música “engajada”, *tornando-se* ele próprio um “músico de protesto”. (Ver Figura 11)

Sua trajetória nos faz retomar a pertinente reflexão produzida por Nestor Canclíni (2011) quando, voltando-se ao caso latino-americano, este autor identifica algumas estratégias utilizadas por migrantes provenientes de áreas rurais (neste caso, um *artista-imigrante*) a partir dos novos contextos urbanos. Assim, uma vez instalados na cidade, estes grupos acabam construindo linguagens e formas próprias de apropriação de bens culturais, para adaptá-los ao gosto e construir processos que permitam seu consumo por

³⁶⁵ As *peñas* eram conhecidas por serem espaços de reunião de músicos populares (*folklore*) em países como Argentina e Chile, e ganharam fundamental importância como símbolo de resistência aos regime ditatoriais surgidos na América Latina entre os anos 1960 e 1970.

³⁶⁶ Nome geralmente utilizado para definir pequenos estabelecimentos comerciais (vendas, botecos) à beira de estradas, em regiões rurais da Argentina e Uruguai.

parte do público urbano. Neste sentido, criar um mercado consumidor próprio para estes bens não deve ser tratada apenas como uma estratégia exclusiva do capital, podendo ser entendida também como parte das estratégias de resistência e sobrevivência destes trabalhadores. Para Canclíni:

Não se trata apenas das estratégias das instituições e dos setores hegemônicos. É possível vê-las também na “reestruturação” econômica e simbólica com que os migrantes do campo adaptam seus saberes para viver na cidade e seu artesanato para atrair o interesse dos consumidores urbanos; quando os operários reformulam sua cultura de trabalho frente às novas tecnologias de produção sem abandonar crenças antigas, e quando os movimentos populares inserem suas reivindicações no rádio e na televisão. (CANCLÍNI, 2011, p. 18)

Relatos como os do jornalista Aramis Millarch, citados acima, e o de Raul Garnica mostram que a música latino-americana *de protesto* tinha um mercado bastante promissor no início dos anos 1980³⁶⁷, com destaque para conjuntos como *Tarancón*³⁶⁸ e *Raíces de América*. Como muitos artistas latino americanos que chegavam ao Brasil naqueles idos, Garnica passou a integrar um conjunto chamado *CantAmérica*. Sobre este conjunto, narrou:

[o Conjunto] Canta América foi o primeiro grupo que tive aqui no Brasil, de folklore latino americano, onde fazia parte, eu, um argentino, mais um argentino e mais dois bolivianos. Era um conjunto que realmente nos deixaram marca, junto com Tarancon, na época, Raices da América. El que fue um criador, um amigazo nosso, despues fue sócio de uma empresa de material artístico, que hoje desaparecio fisicamente também, um empresário que me levo a trabalhar com Jessé, Agnaldo Rayol e outros tantos artistas. (...) (GARNICA, idem)

A chamada música “de protesto” tinha um grande apelo entre universitários, intelectuais, artistas marginais e todo um circuito alternativo. Este público via nas letras e canções “trazidas” na bagagem desta horda de exilados uma mensagem de esperança e libertação, já nos anos finais da ditadura militar brasileira. O repertório era quase sempre o mesmo: Nuevo Cancionero Argentino (Argentina), Nueva Canción Chilena (Chile), Nueva Trova cubana (Cuba), etc. Ou seja, canções produzidas entre os anos 1960 e 70 a partir de um movimento de renovação do *folklore* através da crítica social e política, e

³⁶⁷ A divulgação dessas correntes musicais no nosso meio deve-se à atuação, no rádio, do cantor e compositor Abilio Manoel. Ver, a esse respeito, Garcia (2015).

³⁶⁸ Ver, a esse respeito, Garcia (2006)

que ocorreu quase que simultaneamente nos países hispano-americanos. No Brasil, temas antológicos mundialmente conhecidos nas vozes de Victor Jara, Atahualpa Yupanqui, Mercedes Sosa e Violeta Parra, passaram a ser “re-lidos” a partir da nova situação desses músicos frente às ditaduras de seus países.

Figura 11 – Grupo *CantAmérica*, integrado por Raul Garnica (primeiro, à esquerda) em São Paulo, nos anos 1980



Fonte: Acervo do autor.

O detalhe é que muitos músicos - como o próprio Raul Garnica - “se tornariam” artistas “de protesto” apenas a partir do exílio.³⁶⁹ Antes, muitos sequer viviam

³⁶⁹ DUARTE e FIÚZA observaram este fenômeno bastante comum entre exilados políticos que posteriormente passariam a se tornar “músicos de protesto”. Observam os autores que “(...) muitos músicos se forjaram como tais na experiência do exílio – partiram como estudantes ou militantes que sabiam tocar ou cantar e a profissionalização se apresentou como uma estratégia de sobrevivência” (DUARTE, FIUZA, 2015, p. 11)

profissionalmente da música. Neste caso, mais do que instrumento de expressão da luta política, a música passava a ser o seu próprio *ganha-pão* de muitos artistas que precisaram fugir da repressão ditatorial e se integrar ao novo país que o acolhia. Daí a necessidade de muitos em se reinventarem artisticamente, o tempo todo. Além disso, num sentido menos ideologizado, a música trazida por estes artistas, mais do que a mensagem política *em si mesma*, também tinha um mercado em expansão em razão do próprio “exotismo” das melodias e sonoridades, e isto foi rapidamente percebido por muitos empresários, e pelos próprios artistas. Instrumentos “exóticos” tais como zampoñas³⁷⁰, charangos³⁷¹, bombo leguero,³⁷² quenás³⁷³ e outros instrumentos musicais *típicos* dos pampas e dos Andes, aliado a um bom “portunhol” – o que dava à música “de protesto” um aspecto de originalidade - era, sem dúvidas, um bom cartão de visitas. (Figura 12)

Contemporâneo a Raul Garnica, o também músico argentino Javier Estigarribia da mesma forma integrou essa legião de artistas latino-americanos que chegaram ao Brasil a partir dos anos 1980. Em entrevista concedida ao autor,³⁷⁴ Estigarribia narra sua chegada ao Brasil no início da década de 1980, e descreve o cenário encontrado naqueles dias. Porém, diferentemente de Raul Garnica, Javier Estigarribia possuía militância política em organizações de esquerda na Argentina antes de partir ao exílio. Assim, para ele, que também não vivia profissionalmente da música antes do exílio, a música, mais do que ganha-pão, era um poderoso instrumento de expressão e ação política. Assim, em seu depoimento, Estigarribia descreve o interesse empresarial na exploração deste novo filão representado pela música “de protesto” que estava se abrindo no mercado brasileiro, e do qual ele resistiu em participar:

Eu conheço o Raul de longa data! Eu conheço da época que ele morava, e eu também, em São Paulo. Eu fui convidado a entrar no *CantAmérica* várias vezes. Só que eu já estava no *Vientosur*.³⁷⁵ Depois eles montaram – o empresário do *CantAmérica*... você conhece uma música que gravou o Raíces de América, que decia: “Tenho um filho nessa terra...”
³⁷⁶ Bom, o autor dessa música, llamado Berger [Enrique Berger,

³⁷⁰ Espécie de flauta de pan, feita de bambu.

³⁷¹ Instrumento de cordas de tonalidade bastante aguda, formado por um conjunto de 10 cordas.

³⁷² Espécie de tambor feito com base de madeira, e a pele de couro de vaca ou alpaca, tocado com uma ou duas pequenas baquetas de madeira.

³⁷³ Flauta primitiva de madeira ou bambu.

³⁷⁴ Entrevista concedida ao autor em fevereiro de 2015, na residência do músico, na cidade de Curitiba.

³⁷⁵ Grupo de música latino-americana formado em São Paulo na década de 1980, fundado por Carlos Lobo. Tempos depois, Lobo e outros integrantes mudaram-se para Curitiba, onde o grupo esteve em atividade até o ano de 2009.

³⁷⁶ A música a qual se refere o depoente é uma espécie de hino aos exilados que acabaram se “mesclando” ao povo brasileiro e se fixando nessa grande babel latino-americana daqueles anos. Gravada pelo conjunto

argentino], era o empresário de Raíces de América. E esse cara montou um grupo chamado *Continente*, que era o CantAmérica, e mais alguma pessoas do Raíces de América, e saiu convidando gente. Eu fui um dos convidados. No aceitei! Para fazer aquele grupo *Continente*. (ESTIGARRIBIA, 2015, entrevista)

Como é possível observar nesta fala, nem todos os conjuntos de música latino-americana surgidos no Brasil à época eram engajados – no sentido de representarem a luta e a militância política. Ao contrário, o mercado de música aberto à chamada “música de protesto” pareceu meramente circunstancial num contexto bastante específico, mas que animou o meio empresarial, que logo se apercebeu de suas possibilidades de lucro. Em seus estudos sobre a música política brasileira e chilena, Mariana Santos Teófilo observou essa tendência:

Em meados da década de 1970 é possível verificar uma tendência comercial para a música latino-americana, principalmente vinculada aos artistas da Nova Canção, tendo um espaço no mercado brasileiro com o lançamento de várias antologias de música folclórica por pelos menos três gravadoras (RCA, Copacabana e Continental), programa de rádio, “América do Sol”, na rádio Bandeirantes e depois rádio USP, e a presença de algumas canções latino-americanas no repertório de intérpretes consagrados como Elis Regina (Falso Brilhante, 1976), Milton Nascimento (Geraes, 1976; Clube da esquina 2, 1978); Roberto Carlos (Roberto Carlos, 1975), Ivan Lins (A Noite, 1979) entre outros. Embora os grupos não estejam vinculadas abertamente com os partidos e movimentos de esquerda, seu repertório composto por artistas da Nova Canção e músicas folclóricas, sugere um engajamento dessas bandas com uma referência clara à uma unidade Latino-americana, o discurso engajado de identidade está implícito, revelando-se na sua prática musical (TEÓFILO, 2016, p. 08-09).

Em se tratando de um universo onde incontáveis artistas, deserdados de seus locais de origem e em busca de sua própria sobrevivência financeira (como era o caso de Raul Garnica), sem suporte financeiro ou sem parentes no país, o exílio abria novas oportunidades, seja para músicos “de protesto” de fato (como Javier Estigarribia), seja para músicos que *apenas faziam* “música de protesto” (caso de Raul Garnica).

Raíces de América, traz em sua letra uma crítica a ideia de nacionalismo como algo estanque, e também reforça o argumento segundo o qual a própria América Latina, como sociedade, foi constituída a partir de imigrações e de misturas multinacionais e interétnicas. “(...) Foram chegando os conquistadores, os africanos e os aventureiros. / O índio altivo se mesclou ao escravo: nascia um novo tipo americano. / O interesse fabricou carimbos / O ódio à toa levantou paredes / A baioneta desenhou fronteiras / A estupidez nos separou em bandeiras. / Tenho um filho nessa terra, / foi um amor sem passaportes. / Se o gestar foi brasileiro / não me chames de estrangeiro. / Cada pedra, cada rua tem um toque de imigrantes. / Levantaram com seus sonhos / um país que não tem donos.”

Figura 12. Metamorfoses artísticas de Raul Garnica I



Raul Garnica como “cantor de protesto” no início dos anos 1980, quando imigra da Argentina para São Paulo (último, à direita)

FONTE: Acervo pessoal do autor

Raul Garnica apontou uma interessante hipótese para explicar a diminuição do interesse do grande público brasileiro em relação à “música de protesto”. Vivendo na pele este processo, ele identificou que, ao longo dos anos 1980, começou a diminuir o interesse pela música política à medida que a redemocratização avançava no Brasil. Deste modo, o músico precisou diversificar sua própria identidade artística para continuar tendo mercado neste meio. Assim, tal qual os músicos descritos na crônica de Aramis Millarch anteriormente, Garnica passaria de sua condição inicial de “músico de protesto” para outras como “mariachi”³⁷⁷, “cantor de tango”, “cantor de bolero”, entre outros estilos latino-americanos; tudo de acordo com o gosto e exigência do público no momento, e adaptado as suas próprias possibilidades e capacidades técnicas e musicais. Assim:

... na época, eu cantava *folklore*. Depois fiz um trio de boleros, que era uma musica muito bem aceita aqui no Brasil (...) e depois, começamos a viajar, com um grupo de tango folclórico, que se chamava “Mi Buenos Aires Querido”. Viajamos muito, muito, em todo Brasil, quase, quase todo Brasil, e foi asi... depois com o tempo, foi em oitenta e oito, mais ou menos. (GARNICA, 2006, entrevista)

Atingindo em cheio os artistas mais engajados que postulavam a música como arma de mobilização e luta política³⁷⁸, atitudes costumeiramente adotadas nos shows (como os inflamados discursos políticos) passaram a ter seus espaços cada vez mais diminuídos, até se esgotarem. Com o tempo, vários artistas passaram a ser até mesmo censurados por insistirem em relacionar a música com o ativismo político, como lembrou Garnica: “No começo da abertura democrática, esse tipo de música, inclusive, na época não podia se escutar porque o [artista de] *folklore* era aquele que pegava o microfone, reclamava das coisas. Então, nós chegamos a ser corrido de tanto lugar.” Artistas como Raul Garnica geralmente apenas participavam de companhias e grupos formados por empresários e/ou contratados por casas de espetáculos. Nesta condição, muitos eram desconhecidos do grande público, sendo apenas “coadjuvantes” de outros artistas e grupos mais renomados. Conforme narrou,

Na realidade, não era músico asi que... estavam em destaque, eram músicos ocultos, né? Músicos ocultos, que no podia berrar muito. Fué que me deu aquel lado de cantar bolero, cantar músicas mexicanas, cantar otro tipo de músicas porque quando decíamos que éramos

³⁷⁷ Musico popular mexicano, geralmente associado a serenatas e ritmos rurais (*folklore*).

³⁷⁸ A esse respeito, ver discussão feita por Napolitano (2001).

folkloristas já éramos mal vistos, perseguidos. Então *a gente tinha que cantar outro tipo de música*.³⁷⁹ (GARNICA, 2006), entrevista)³⁸⁰

Ser um músico desconhecido, por um lado, gerava enormes desvantagens à autonomia política, pois estes artistas não faziam parte do seleto grupo que podia “berrar” no microfone, sem sofrer retaliações por esta atitude. Por outro lado, como mostra o trecho da entrevista acima destacado, a vantagem de ser desconhecido – “músico oculto”, como ele se definiu – residia no fato de que, sobre este músico, pesava uma responsabilidade bem menor, que não o “engessava” como ao artista vinculado exclusivamente à chamada “música de protesto” - que à essa época já começava a sofrer um declínio no mercado fonográfico. Encarando a música apenas como um meio de sobrevivência, a mudança no perfil do público e do próprio interesse empresarial por este filão significou, para Raul Garnica, necessidade de se “reinventar” artisticamente enquanto músico “latino-americano”, buscando uma maior diversificação estilística e estética em seu repertório musical, o que terá profundos impactos em sua vida pessoal e em suas elaborações identitárias após sua chegada à tríplice fronteira, em 1992 (Ver Figuras 11 e 12)

³⁷⁹ A frase grifada corresponde ao título que adotamos para o presente capítulo.

³⁸⁰ Sob um ângulo bem diferente, Javier Estigarribia avaliou outras razões pelas quais a música latino-americana “de protesto” também começou a declinar. Para ele, ocorreu um desgaste das fórmulas musicais trazidas, em consequência da pouca variedade de repertório trazida pela maioria destes músicos, associado ainda a repetição como consequência da massificação de determinados temas musicais da chamada “música de protesto”. Por fim, a falta de preocupação quanto a renovação estética por parte dos conjuntos que, via de regra, executavam sempre a mesma coisa, da mesma maneira, na mesma entonação e com os mesmos arranjos. Por fim, este músico identificou um certo descomprometimento técnico dos próprios grupos que estavam na vanguarda deste processo. Referindo-se, por exemplo, a um dos mais emblemáticos conjuntos da época, o *Raíces de América*, analisou: “Eu acho na verdade que eles ficaram um pouco... eu ouvi uma vez uma expressão interessante que decia: 'O cara te indica o caminho, e você fica olhando pro dedo do cara!' Eu acho que o Raíces de América fez isso!”. Comentando ainda a trajetória artística de outro conjunto bastante conhecido, o *Tarancón*, Estigarribia avaliou que, esteticamente, houve uma acomodação num tipo de fórmula que se desgastou; assim, o “exotismo” da sonoridade musical que no início se apresentava como “novidade”, logo se tornou “mais do mesmo”, o que provavelmente diminuiu o interesse do público em relação a este tipo de música, e também gerar atritos entre os próprios companheiros de palco. Descrevendo uma situação típica, narrou a seguinte passagem: “Bom, eu toquei com o Tarancón aqui [Curitiba]. Toquei no Teatro Guaíra. Cara, era um pouco manero, só que eles ficaram... acontece que com os instrumentos e tudo, eles ficaram muito exóticos! E em vez deles tentarem desenvolver uma coisa em cima disso, eles se conformaram, digamos assim, com o chamariz que o timbre de um instrumento exótico te dá. Então, estávamos combinando com o cara que toca os sopros do Tarancón, que por sinal é seu xará: se chama Emilio também. Mas o cara é espanhol. E é o que toca os sopros. Bom, numa passagem [ensaio] estava... no lembro que harmonia estávamos. Estávamos em Dó... no sé. E eu falei pra ele: “Que nota [musical] você vai fazer no fim da frase, para que yo escolha otra pra gente obter uma sonoridade?” Aí o cara me dice assim: “Olha, o som da zampoña é tão mágico que qualquer nota que eu tocar vai soar bem!” O Carlos Lobo [Vientosur] me pegou no braço e me levou pra fora! Porque sabia que eu ia dizer uma coisa idiota! Cara, no puede ser cualquier nota! “Como assim? Estou estudando há 30 anos essa merda pra fazer cualquier nota? Cualquier nota? No!” Fizemos o show, e ficou bom. Mas, cara...(ESTIGARRIBIA, 2015, entrevista).”

A experiência narrada acima demonstra que, seja por desgaste das fórmulas musicais originalmente trazidas na bagagem destes músicos latino-americanos para o Brasil, ou em razão do próprio avanço da democracia no continente - que teria tornado a música “de protesto” algo enfadonho e desinteressante - o fato é que ocorreram mudanças significativas no perfil do público e do mercado da música latino-americana no início dos anos 1990, o que levou muitos artistas a se “reinventarem” artística e identitariamente. Este processo não foi diferente na tríplice fronteira, já transformada num dos grandes centros de atração de músicos e artistas latino-americanos do continente, fossem esses “de protesto”, ou simplesmente músicos *latino-americanos* interessados em ganhar alguns dólares tocando em churrascarias, hotéis, bares e restaurantes da tríplice fronteira, que, como já foi abordado anteriormente, cada vez mais ampliava a participação da música e do entretenimento cultural em suas atividades empresariais.

Figura 13. Metamorfoses artísticas de Raul Garnica II



Raul garnica como canor romântico de boleros mexicanos, (quando migra de São Paulo para a tríplice fronteira, em 1992). Capa do disco “15 boleros inolvidables – *Romanticamente*” (produção caseira) que o artista comercializava ao final de seus shows, logo que chegou à tríplice fronteira. FONTE: Acervo pessoal do autor

É evidente que nem todos os artistas que chegariam à tríplice fronteira entre Brasil/Paraguai/Argentina entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990 percorreram trajetórias parecidas ao que foi narrado por Raul Garnica. Grupos como o *Quintal de Clorofila* já atuavam de forma profissional há mais de uma década no cenário do *folk-psicolélico*, enquanto músicos como Carlos Acuña já haviam percorrido o mundo divulgando a música regional do *Litoral* argentino desde pelo menos 1975. O fato importante a ser destacado aqui é que muitos artistas só se tornariam músicos profissionais após chegarem à tríplice fronteira, em razão do próprio mercado que se abria para o trabalho destes músicos, como vimos anteriormente. E mesmo aqueles que já possuíam larga trajetória profissional (tais como Garnica e Negendre Arbo), viram na fronteira a possibilidade de reelaborar suas próprias identidades artísticas, como veremos no capítulo seguinte.

No caso dos músicos que se profissionalizaram apenas após chegarem à tríplice fronteira, destacamos o violonista argentino Lorenzo Bottscher. Em seu depoimento, esse músico enfatizou que a condição de fronteira turística permanentemente visitada operou como fator determinante para sua migração e profissionalização, já que o turismo iria garantir trabalho nas mais diferentes épocas do ano. Bottscher é natural da cidade de Oberá, província de Misiones, região de forte colonização alemã (ele próprio, descendente de alemães).³⁸¹ Ali, tomou contato com gêneros musicais típicos daquela região, conforme narrou:

Yo vivia, por ejemplo, en la zona de Oberá, bueno, era todo la musica más europea. Entonces, la *kolomeika* [gênero musical], toda essa musica así, corrido, valseado, pero que viene de Europa. Despues me fuí a [cidade de] San Pedro, a vivir en San Pedro, Misiones, y alli estamos en frontera con Brasil.³⁸² O sea, todo era sertanejo... no sertanejo, sino valseado con vaneirão³⁸³... todo eso tipo de musica. La zona de San Pedro, Oberá... copa todo frontera con Brasil. Con musica de banda. Todo saxofone, trompeta... esa es la musica! (BOTTSCHER, 2010, entrevista)

Conforme descreveu, além das influências dos ritmos regionais presentes em Oberá, sua formação musical passou também pelo contato com ritmos regionais da

³⁸¹ A este respeito, ver o artigo de POENITZ (2015) publicado no jornal *El Territorio*, de Posadas (Misiones). Ver: <http://www.eltterritorio.com.ar/nota4.aspx?c=6829226348642372>, acessado em 04/02/2017.

³⁸² A cidade de San Pedro, na provincia de Misiones, faz divisa com os Estados brasileiros do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

³⁸³ Gênero musical gauchesco (brasileiro)

província de Misiones, e da própria influência com a música do sul do Brasil. Porém, apesar de se tratar de uma região fronteiriça, em San Pedro praticamente inexistia atividade turística em larga escala, como aquilo que se observa na tríplice fronteira Brasil/Argentina/Paraguai da qual estamos tratando nessa pesquisa.³⁸⁴ Em San Pedro, Bottscher trabalhou numa empresa de correios, e depois, numa loja de materiais elétricos. Paralelamente dedicava-se à música, mas por hobby. Neste local, chegou a participar de uma obra musical coletiva, intitulada “San Pedro canta al País”. Apesar de toda essa vinculação anterior com a música, a perspectiva de trabalho profissional como músico só apareceria após sua chegada à Puerto Iguazu, por volta de 1995. Descrevendo

Y bueno: yo vivia en San Pedro, en un pueblito del interior, donde el musico no trabaja. Solamente colabora. Colabora con la escuela, con la Iglesia, con la parróquia, com... Con todo el mundo colabora. No trabaja: el musico es un hobby que hace parte del todo trabajo que tenga. Se juntan los musicos, ensayan, pero así nomás por un hobby (BOTTSCHER, 2010, entrevista).

Apesar de possuir um importante atrativo turístico natural – o *salto Moconá* - San Pedro se assemelha muito mais a um tipo de sociedade rural ainda existente no interior argentino, sem nenhuma semelhança com centros turísticos dinâmicos, como Foz do Iguazu ou Puerto Iguazu. Descrevendo essa característica musical do interior da província de Misiones, onde “el músico no trabaja” (profissionalmente falando), Bottscher revelou a importância da própria música como fator identitário e como forma de construção e redes de sociabilidades para comunidades rurais, como eram o caso de Oberá e San Pedro. Retomando passagens de sua infância e adolescência, vivida entre o final dos anos 1960 e início da década de 1970, narrou:

(...) en los pueblos del interior, más en mi época donde no habia television, todavia la radio se escuchaba muy poco, la misma juventud, la gente, la escuela, trataba de imponer que haya musicos, que se cante folklore. Eso era muy importante! Hoy dia yá se cambió todo porque hay computadoras, television, hay todo. Entonces la musica solamente se escucha! No hay inspiracion para aprender. Pero antes, sí! Antes, todos los chicos cantaban en la escuela el himno nacional. Hoy nadie sabe cantar, porque no le interesa. Pero en esa época, musicalmente

³⁸⁴ San Pedro constitui basicamente uma região rural de Misiones, onde se encontram parques e áreas de proteção ambiental da província de Misiones. Dentre eles, destaca-se os famosos *Salto Moconá* (ou Saltos Yucumã, como são chamados no lado brasileiro), acidente geográfico no leito do rio Uruguai, na divisa internacional entre a Argentina e os estados brasileiros do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em razão da existência do *Salto Moconá* e de áreas de preservação ambiental que possui, desenvolve-se nessa região a exploração de atividades tais como o ciclo turismo e o turismo ambiental, rapel, trekking, entre outras.

era así! O sea, en toda las escuelas siempre habían muchos que tocaban la guitarra, que cantaban, y hoy yo me voy a una escuela donde hay 300, 500 alumnos, y nadie sabe tocar la guitarra! O sea que antes era distinto! La musica era una parte de la vida de cada familia... siempre en la familia había un músico! (BOTTSCHER, 2010, entrevista)

Caraícho Toledo também enfatizava essa característica presente nas sociedades rurais do interior argentino, especialmente nessa região do *litoral*, onde, de acordo com sua narrativa, o músico fazia parte da comunidade, tocando em missas, bailes, recitais escolares e festas pátrias, aniversários. Porém, não existia qualquer compensação financeira para isto. Ou seja: a música era parte da identidade social local, mas jamais uma profissão. De acordo com Toledo:

Y después las fiestas familiares, que se hacia en las casas. Porque hacian a cada cumpleaños... “Que voy a festejar el cumpleaños de mi hija, cumplir, y a festejar. Y, bueno, le vamos a traer el conjunto Caraícho Toledo allá. Que venga Caraícho Toledo”. Antes, no? Para decir al conjunto, no? Y decía: “Bueno, y vamos a traer a fulano, a dúo de los hermanos fulanos”. “Y cuanto te vas a cobrar?” “Y bueno...” “Finalmente, ellos vienen para comer, y tomar unos traguitos y pasar un momento!” Y era así antes. No se hacía por la plata antes, no? Se hacía porque a uno le gustaba. Y para el músico era un orgullo que la familia de doña Maria o Romero allá les inviten a la fiesta. Le invitem para animar el cumpleaños de su hija. Para el músico era un orgullo, no! Y se hacían las fiestas familiares en el medio del pátio, o allá por la enramada, o en un galpón... Todavía hay, ojo que todavía hay esto ahí. Cruzando la zona de Andresito, en San Antônio, vos te vás y a las fiestas familiares, se hace en un galpón. Bajo su galpón, que se utiliza para trabajo. Ahí se hace la fiesta, y allá está el conjunto, y meta baile! (TOLEDO, 2010, entrevista)

Nos depoimentos acima, percebemos estarmos diante de uma região aonde ainda predominam relações típicas de sociedades rurais do interior da América Latina, e que, em que pese a proximidade com centros economicamente dinâmicos (tais como a tríplice fronteira Brasil/Paraguai/Argentina), operam a partir de outras temporalidades. Aqui, valem as observações feitas por Nestor Canclíni ao remeter-se as diferentes temporalidades que caracterizam as sociedades latino-americanas, para quem a América Latina consiste “uma articulação mais complexa de tradições e modernidades (diversas, desiguais), um continente heterogêneo formado por países onde, em cada um, coexistem múltiplas lógicas de desenvolvimento” (CANCLÍNI, 2011: 28). Neste caso, como espaço de construção de redes de sociabilidades e relações de pertencimento, que também passam pelos acordes musicais.

Nete locais, os músicos também operam como construtores de narrativas que ajudam a compor identidades e memórias sociais. Este papel essencial será parcialmente afetado quando essa arte passará a ser moldada a partir das condições objetivas colocadas pela demanda do mercado turístico da tríplice fronteira. É o momento no qual músicos passarão a se reinventar, tornando-se músicos profissionais, passando também a dialogar com as questões presentes nessa tríplice fronteira, produzindo, ao seu modo, suas próprias “traduções” e “tradições”.

4.4. Entre estereótipos e “traduções”

Retomando o relato produzido pelo jornalista Aramis Millarch em 1988, perceberemos que, ao final da década de 1980, a tríplice fronteira já se configurava como um mercado promissor a absorver parte dos músicos que vinham ao Brasil por razões diversas: oportunidades de trabalho exílio político, busca por experimentalismos estéticos, convites de amigos e familiares, etc. Como qualquer mercado que opera dentro da lógica da concorrência, evidentemente não podemos idealizar essa condição a ponto de pensar que todos os artistas que ali chegavam necessariamente conseguiam atingir seus objetivos. Porém, é evidente que as transformações operadas neste redesenhar que a fronteira sofreu a partir de meados do século XX acabou conferindo-lhe características que, sob alguns aspectos, se apresentam de forma bastante exclusivas. O violonista argentino Lorenzo Bottscher, por exemplo, estabeleceu algumas comparações interessantes acerca das possibilidades de trabalho e fixação profissional de artistas na tríplice fronteira, comparando essa região a outros destinos turísticos na Argentina que igualmente opera como atração de músicos em busca de trabalho. A este respeito, traçou o seguinte panorama:

En todas la ciudades turísticas yá se hizo un mercado, se hizo un comercio musical. Y todos los restaurantes y hoteles impusieran la música, porque es lo que atrae el turismo también. El turista, cuando sale a la noche, a conocer, a recorrer, quiere ir a lugares donde hay eventos, donde hay música! Puede haber cuatro o cinco restaurantes mucho más lindos, mas lujosos; pero donde está la música el turista vá. Entonces se implementó acá. Antes, cuando yo vine eran dos hoteles con música. Nada más! Hoy día, todos tienen sus músicos! Todos los restaurantes tienen música! Porque es lo que busca la gente, que el turista busca. Ya que sale a pasear, a desparrilarse, hacer un relax, escuchar musica le viene bien tambien. Entonces por eso es importante las ciudades turísticas. Son pocas las ciudades turísticas en Argentina. Serian cuatro o cinco ciudades. En todo lado los músicos viven ahí. Y son nômades. Por ejemplo, Bariloche van a temporada del

invierno. Despues migran los musicos, se van en el verano a una provincia que se llama Rio Negro, está Bariloche, en la zona de la Cordillera (Andes), y está la gruta en la zona del mar. Entonces los musicos de Rio Negro migran constantemente. Todo el año, trabajan cuatro meses en la época del verano, en la playa; y después cuatro meses, en la época del invierno, en la nieve, Bariloche. Y es por eso que terminan así mismo, sin casa, sin nada organizado, porque no pueden hacerse su vida! Estan migrando constantemente. O están viajando. Se van para allá... Entonces, mi caso es: vine a Iguazu, tengo mi trabajo, y acá vivo de la música mejor que en cualquier parte del mundo. (BOTTSCHER, 2010, entrevista)

A fala acima deixa evidente o quanto a música começou a se fundir e a ser adaptada as necessidades do mercado turístico local, tornando-se parte quase que obrigatória dessa atividade na fronteira. Destaques como “todos los restaurantes y hoteles impusieran la música, porque es lo que atrae el turismo también” e outras observações como “El turista, cuando sale a la noche, a conocer, a recorrer, quiere ir a lugares donde hay eventos, donde hay música!”; e ainda quanto ao fato de que “Puede haber cuatro o cinco restaurantes mucho más lindos, mas lujosos; pero donde está la música el turista vá” apontam nessa direção.

Além disso, a narrativa desse músico indica uma mudança significativa no perfil daquilo que ele denomina como sendo o “comércio musical” que foi sendo estruturado na fronteira: se na década de 1980 apenas grandes grupos empresariais (como o Hotel das Cataratas, do lado argentino; e a churrascaria Rafaín, do lado brasileiro) se davam ao luxo de manter quadros fixos de músicos trabalhando, hoje, essa atividade – a música – tornou-se parte da rotina de muitos restaurantes, bares, cassinos e hotéis. A própria comparação de duas épocas que Bottscher realiza, ao indicar que “cuando yo vine eran dos hoteles con música. (...) Hoy dia, todos tienen sus musicos!” indicam essa alteração. E por fim – e não menos importante –, destaca-se ainda a possibilidade de fixação de músicos em uma região onde o fluxo perene de turistas se torna um importante fator de sobrevivência econômica, algo que, aparentemente, constitui uma característica quase que exclusiva dessa fronteira.³⁸⁵

³⁸⁵ Para fazer sua comparação, Bottscher cita Bariloche, cidade no sul da Argentina, destino turístico conhecido

o pelo grande movimento na estação de inverno, em razão das possibilidades de lazer e gastronomia relacionados à neve. No caso do Brasil, poderíamos citar ainda as “temporadas” de verão quando as praias do litoral de Santa Catarina – tais como Penha, Piçarras, Itapema, Balneário Camboriú e Florianópolis – são “invadidas” por turistas dos países do Prata (especialmente argentinos e paraguaios) e do sul do Brasil; e outras cidades como São Joaquim, na serra catarinense; e Gramado, Canela e Bento Gonçalves, na serra gaúcha, que se tornam destinos bastante procurados nas épocas de inverno.

Essa mudança descrita pelo depoente mostra uma transformação importante no próprio perfil da sociedade local. Como vimos, antes de chegar à tríplice fronteira, Bottscher já havia inclusive participado de trabalhos musicais coletivos, sem maiores pretensões profissionais ou de ganho financeiro. Quando gravou o álbum coletivo “San Pedro Canta Al País”, os músicos participantes chegaram até mesmo a “vender empanadas” (pastéis) para poder custear a obra, dado que:

(...) eramos todos músicos así que colaboramos, que no se trabajaba de la música, pero igual conseguimos hacer una grabación. Hicimos una asociación de músicos y juntamos mucha plata. Trabajamos todos los músicos, haciendo empanadas, todo. Juntamos una plata para hacer una grabación para tener un recuerdo de todos los músicos de San Pedro. (BOTTSCHER, 2010, entrevista)

Foi nessa época que esse músico ouviu falar que em Puerto Iguazu, “el músico trabaja de la música!”. Pelo fato de já ter conhecido a tríplice fronteira em razão de sua profissão, decidiu se mudar para esse local. De acordo com o que narrou:

Bueno, por razones de trabajo, yo vine a Iguazu. Pedi mi traslado porque siempre me contaron: “En Iguazu, el músico trabaja de la música!”. Y yo no creía! Estaba tan acostumbrado a que, para mí, apesar de que no soy tan viejo, decía: no, no puede ser! Porque... yo vine a los 35 años para acá. Cuando cumplí 35 años, vine a Iguazu. Pero en 35 años nunca me dieron 10 pesos por un show. Nunca trabajé como músico! Entonces me decían: “Vaya a Iguazu! Vos vá a trabajar con la música. Vas a ganar mucho dinero!”, y yo decía: “No puede ser!” Me convencieron, y me vino a vivir en Iguazu! Pedi traslado de mi trabajo y vine acá. Y cuando vino, más o menos ya enseguida, la se enteró la movida todos los músicos: “Vino un músico del interior, de allá de San Pedro, que toca la guitarra”. Y ya todos quieren saber “Como es el músico?” Y, bueno, a la semana que yo vine ya empecé a trabajar como músico! (BOTTSCHER, 2010, entrevista)

Outro caso que merece destaque é o do violonista argentino Julio Rolón. Natural da província do Chaco, antes de se estabelecer em Puerto Iguazu no início dos anos 2000, Rolón – que é conhecido nos meios locais pelo virtuosismo com o qual produz seus arranjos - percorreu uma longa trajetória artística que incluiu passagens por Santa Fé, Buenos Aires e Posadas. De acordo com este depoente, seu interesse em migrar para a tríplice fronteira se deu a partir das possibilidades de poder trabalhar profissionalmente com a música. Neste sentido:

Yo vine a Iguazu porque... por un cartón, que nos conocimos allá, en Posadas. Y teníamos un amigo acá, y venimos a trabajar en un restaurant, justamente para las temporadas, que se llena de gente. Y en ese tiempo funcionaba en la terminal, parrilla Charo se llamaba. (ROLÓN, 2017, entrevista).

Diferentemente de Lorenzo Bottscher, o caso de Julio Rolon é emblemático dado que este músico já trabalhava profissionalmente com música antes de decidir se fixar em Puerto Iguazu. Porém, estabilidade profissional – ainda que como músico – não se traduzia em garantia de sobrevivência financeira. Narrando o período em que viveu na cidade de Posadas, quando era músico da Orquestra Municipal (onde ingressou em 1986, retirando-se em 1998), e sua decisão posterior de voltar a Puerto Iguazu (onde já havia vivido por pouco tempo), relatou:

Y volví de Iguazu, y volvi yá a Posadas, porque de ahí entré en la Municipalidad, trabajando como músico.(...) me retiré en el 98. (...) ahí volvi a Santa Fé. Porque mi mamá tenía cáncer. Y yo no estaba bien acá con mi familia, vivía solo. Entonces lo que voy hacer acá? El sueldo era muy magro. Poco se ganaba en la Municipalidad. No daba para nada. Entonces digo: “Que voy hacer acá? Solo? Me voy estar con mi madre!”, porque yá le habia agarrado el cáncer. Habia operado hacia un año. Y, bueno, espero ahí, falleció ella, me despedí y ahí volvi a Buenos Aires a hacer tango con un músico bandoneonista que todavía está allá, que tiene orquesta. Y de ahí volvi a Chaco, recorri todo el Chaco. Y después volvi a mi ciudad. Estuve en Posadas y antes de ahí me vine acá. Y estoy hace 15 años acá en Iguazu. Bastante andariego! (risos) (ROLÓN, 2017, entrevista).

Vimos anteriormente que o aumento de estabelecimentos comerciais voltados ao turismo, que passaram a utilizar a música como arte de sua rotina, expandiu esse mercado para artistas da tríplice fronteira. Casos como o da churrascaria Rafain, por exemplo, que construiu-se uma estrutura enorme capaz de acomodar simultaneamente 2.000 pessoas nos horários de almoço e jantar.

Assim, música e entretenimento turístico iam se fundindo como parte da “identidade latino-americana” forjada (e inventada) na tríplice fronteira, num tipo de simbiose captado ainda pelo perspicaz relato de Aramis Millarch, de 1988:

Elmo [Waltrick] é o diretor artístico das churrascarias do Grupo Rafain, em Foz do Iguaçu, que com duas casas imensas (uma delas com dois mil lugares), e mais o Rafain Center, o maior centro gastronômico do Estado, além de um hotel quatro estrelas, tem peso na vida turística daquela região. Um aspecto importante em Foz do Iguaçu é o cada vez maior mercado para artistas populares nos restaurantes e hotéis locais.

Só a churrascaria das Cataratas, do grupo Rafain, emprega nada menos que 45 artistas profissionais, que, carteira assinada, sobrevivem exclusivamente dos shows que ali fazem. São grupos de cantores e músicos bolivianos, argentinos, mexicanos, paraguaios e brasileiros - as vezes se intercambiando entre si - que apresentam-se durante os almoços e jantares agradando o público. Para aumentar o cachê, alguns dos conjuntos vendem diretamente, fitas cassetes com suas músicas, gravadas no estúdio que Elmo Waltrick montou no fundo de sua residência. (MILLARCH, 1988)

Em que pese o desenvolvimento do mercado turístico na tríplice fronteira, deve-se salientar que nem todos os músicos eram iniciantes no ofício, pois em alguns casos, tratavam-se de músicos bastante especializados e requisitados, como o bandoneonista³⁸⁶ argentino Miguel Morganti – especialista nos gêneros de tango argentino, e que trabalhava no quadro fixo de funcionários em um hotel de luxo de Foz do Iguaçu³⁸⁷; e o violonista Carlos Acuña, que em companhia de seu irmão, César, já havia feito uma pródiga carreira internacional à frente do conjunto musical *Los Acuña*.

Mas independente de se tratar de um “primeiro emprego” na música, ou de uma continuidade de carreiras musicais anteriores, o fato é que o ambiente cultural da tríplice fronteira será propício para alguma trocas culturais importantes, e uma chance real para muitos músicos incorporarem novos estilos musicais ao seu repertório. É o que ocorreu, por exemplo, com o músico Lorenzo Bottscher, que tocou durante cinco anos com Carlos Acuña, e a quem atribui sua iniciação profissional efetiva em vários estilos musicais. Também trabalhou com o bandoneonista Miguel Morganti, que foi quem o iniciou no gênero *tango* argentino. Sobre este contato inicial com vários músicos logo de sua chegada na fronteira, por volta de 1995, relatou:

Trabajé con uno, con otro... y siempre, todos los días empecé a trabajar! Ahí me lo conoció Morganti. (...) Uno que toca bandoneón. Solamente tango hace! Bueno, él me enseñó a tocar el tango. (...) Y no había un único guitarrero que sabía tocar el tango. Solamente Carlito Acuña sabía tocar el tango. Entonces, yo todavía no tenía relacion con Acuña, con Carlitos. Y el muchacho este [Miguel Morganti] buscaba un

³⁸⁶ Referente à prática do instrumento *bandoneón* – também chamado no Brasil de *gaita ponto*.

³⁸⁷ Miguel Morganti foi um músico argentino especializado no instrumento *bandoneón*. Lorenzo Bottscher, entrevistado nessa pesquisa, menciona o músico, com quem trabalhou durante alguns anos, em Foz do Iguaçu: “En Brasil, si que hay jubilados. Está Miguel Morganti. El que toca bandoneón. Se jubiló del hotel Mabu como musico, y eso que es un argentino. Pero 30 años vivió en el Brasil, se radicó, y hoy en día está jubilado, con buen sueldo, y es un musico.” O Hotel Mabu é um dos mais luxuosos do Brasil. Após se aposentar, Morganti mudou-se para a cidade de São Paulo, onde continuou integrando grupos musicais onde mescla o *tango* argentino a ritmos brasileiros. Vide, por exemplo, matérias que saíram na imprensa brasileira fazendo menção a trabalhos recentes desse músico, como por exemplo, o “Trio América Tango”: <http://www.cooperativademusica.com.br/blog/?p=5167>, acessado em 21/04/2017.

guitarrero que lo acompaña al tango. Y yo tenía una noción de tango: “se hace así...”. Pero uno sabe “Caminito”,³⁸⁸ “Volver”³⁸⁹... Hay unos tangos que uno más o menos vá, porque está dentro del tradicional del tango, que uno conoce. Hasta los brasileiros conocen del tango! Bueno, y eso lo interesó. Me dijo: “Querés aprender tango? Hay mucho trabajo en el hotel Cataratas³⁹⁰”, que está acá a la entrada [de Puerto Iguazu]. “Vamos a trabajar 3 días a la semana!” Bueno, yo me iba a la casa de él, que queda a 30 quilometros, cerca de Itaipu.³⁹¹ Y bueno, yo me iba hasta la casa todos los días, me hacia 60 quilometros todos los días. Y empezamos a trabajar en el hotel Cataratas. Yo trabajé un año con él. Tres veces por semana. *Muy bien pago!* Eso fué en el año 95... 96, 97. *Dos años más o menos trabajamos con él. Coloqué, trabajé con él, dos años más con Carlitos, yo hice todo lo que tengo! En cuatro años de musica yo me hice la casa.* Porque mi trabajo que yo tengo es para vivir! Comer, los estudios y... los hijos, la escuela... Yo con la musica, hice todo lo que tengo! Con la musica! Bueno, con [Miguel] Morganti aprendi a tocar el tango. Después, Morganti se fué. Se había ido a San Pablo, porque a él también le hacia, le gustaba esos trabajos. El vivió mucho tiempo en San Pablo. Vivió en Curitiba, en Porto Alegre. (BOTTSCHER, 2010, entrevista, grifos meus)

Bottscher passou então a integrar posteriormente o conjunto musical *Los Acuña*. Como veremos em sua narrativa, Carlos Acuña era um ídolo musical a quem Lorenzo admirava já desde muitos anos. Por essa época, a partir dos ensinamentos de Carlitos Acuña, Bottscher começou a se especializar em outros estilos musicais, tais como boleros mexicanos e temas do *folklore* latino-americano em geral. Carlos Acuña, que na ocasião morava na cidade de Foz do Iguaçu, acabou apresentando Lorenzo ao músico Dimitri Arbo, irmão de Negendre Arbo, que por essa época – com a dissolução temporária dos trabalhos do grupo Quintal de Clorofila por volta de 1997, conforme veremos no capítulo seguinte – começou a desenvolver trabalhos solos, ou em parcerias, apresentando-se em hotéis e casas de show da tríplice fronteira. De acordo com Bottscher:

Bueno, cuando se fué Morganti, vino Carlitos Acuña un día. Nos encontramos en la avenida. Yo venia caminando, y él venia arriba del

³⁸⁸ Tema musical (tango) composto em 1926 por Juan de Dios Filiberto e Coria Peñaloza.

³⁸⁹ Composição de Alfredo Le Pera, datada de 1934.

³⁹⁰ O depoente se refere ao Hotel Cataratas, do lado argentino, situado perto da aduana argentina, na estrada que leva à estrada das Cataratas, bem como à Ruta 12 – que dá acesso ao restante do país platino. Existe um hotel homônimo do lado brasileiro, mas que pertence a um grupo empresarial distinto. O “hotel das Cataratas” brasileiro se situa defronte ao salto das Cataratas (lado brasileiro), portanto, no interior do Parque Nacional do Iguaçu, sendo o único da rede hoteleira da cidade de Foz do Iguaçu com permissão para tal, por ter direito adquirido para isto, dado que sua existência no local é anterior o decreto da UNESCO que transformou o PNI em Patrimônio natural da Humanidade (1983)

³⁹¹ O local descrito pelo autor se situa a cerca de 25 kms da ponte Internacional Tancredo Neves (Fraternidade), que faz a divisa entre Brasil (Foz do Iguaçu) e Argentina (Puerto Iguazu); e o centro de Puerto Iguazu (onde vive Bottscher) está há cerca de 5 quilômetros da cabeceira da ponte Tancredo Neves.

micro. Se iba a Eldorado³⁹², su ciudad natal. Y paró en el semáforo el micro, y el: “Oh, Lorenzo...” Porque había una amistad así, lejana. Yá éramos conocidos. Yo siempre admiraba Los Acuña desde chiquito. O sea, que yo tenía 15 años cuando trabajé en el Correo, y ellos se iban de Eldorado al Correo tocar la guitarra, y yo les admiraba porque eran muy buenos! Era el año 70, o 75... Bueno, yo siempre los admiraba, y yo lo conocía a ellos. Y el más o menos me conocía. Yá tocaba la guitarra. Se habia enterado que yo yá estaba viviendo en Iguazu. Y me dice por la ventanilla del micro: “Lorenzo... Andáte a casa, mañana, y llevamos... vamos a tocar la guitarra!” Eso fué un lance. Y después cuando me fuí a la casa, me enteré. Me dijo: “No, me quedé sin guitarrero. Y yo quiero algo serio. Quiero formar un grupo bueno, porque siempre está inestable! Musicos con algunos problemas... Musicos tienen muchos problemas!” Entonces me invitó. A mi me convidó. Yo, al otro día, rajé mi auto. Para mi, Carlitos Acuña era uno de los más grandes que tenia aqui en la región! Tocar con Carlito Acuña para mi era... yá estaba en la glória! Y me fuí a la casa de el, y me empezó a pasar. Dice: “Lorenzo, pero vos, más o menos”...Tocaba de ayuda para tocar com Morganti... *tocaba como los muchachos por acá*. Y le gustó a Carlitos. Dice: “No, pero vos, que vos me acompaña!”. Y essa misma noche dijo: “Yá te quede aqui. Andá a tu casa traer ropa. Vamos hacer un toquecito ahí...” Me llevó al hotel Bourbon³⁹³, el mejor hotel que hay en Brasil, a tocar con Dimitri³⁹⁴! Dimitri tocaba sax y tocaba la flauta dulce.³⁹⁵ Dos flautas al mismo tiempo!³⁹⁶ Yo fuí a conocer. Carlito hablava... y esa noche yá fuí a trabajar! Me dijo: “hoy, tenemos el hotel Bourbon con Dimitri...”. O sea... me sorprendió, y ahí yá empecé a trabajar! Y bueno, al otro día yá invitó al cantor que vino de Eldorado, y yá se formó un grupo. Con Dimitri era solamente una changa, un trabajador (BOTTSCHER, 2010, entrevista).

No trechos destacados acima, existem menções a várias situações possíveis dentro do quadro que traçamos ao longo deste capítulo, dentre elas: a possibilidade de músicos em “fazerem-se” profissionalmente a partir do mercado que se abria na fronteira para essa atividade; os deslocamentos musicais feitos intra e entre fronteiras, abarcando especialmente o eixo São Paulo / Curitiba / Porto Alegre / Buenos Aires / Posadas / Asunción, tendo como epicentro estratégico a tríplice fronteira; a presença de músicos profissionais (como Raul Garnica, Carlos Acuña, Miguel Morganti, Negendre e Dimitri Arbo) ou que buscavam se profissionalizar neste processo (como o próprio Lorenzo Bottscher); a possibilidade, para o músico, de se estabelecer, possuir bens, envelhecer e

³⁹²Eldorado, província de Misiones, distante cerca de 100 kms de Puerto Iguazu.

³⁹³Hotel Bourbon, situado na avenida das Cataratas, em Foz do Iguaçu. É considerado um dos mais luxuosos da rede hoteleira da tríplice fronteira.

³⁹⁴Dimitri Arbo, virtuoso saxofonista, arranjador e compositor sul-riograndense, que na época vivia na cidade de Foz do Iguaçu. Irmão de Negendre Arbo.

³⁹⁵Uma das especialidades do musico Dimitri Arbo era a execução simultânea de duas flautas doces: uma soprano, e outra contralto.

³⁹⁶ Uma das características mais marcantes do músico foi a técnica que desenvolveu para tocar simultaneamente duas flautas (flauta doce) ao mesmo tempo, sendo uma flauta contralto, e outra soprano.

se aposentar, constituir amigos e família, etc, mantendo a música como atividade principal; o contato e entrecruzamento de músicos dos mais diferentes estilos, matizes e influências, como Lorenzo Bottscher, Miguel Morganti, Carlos Acuña e Dimitri Arbo; a especialização e entrecruzamento entre estilos musicais variados, como o *folklore*, boleros mexicanos, tango argentino e música brasileira, etc.

Importa ainda destacar que para muitos músicos, a tríplice fronteira irá permitir também uma maior diversificação das atividades de sua subsistência financeira, já que, além dos salários (no caso dos músicos registrados) e cachês (no caso dos trabalhos eventuais; as *changas* descritas acima por Bottscher), alguns músicos também passarão a comercializar seus próprios trabalhos (discos, fita K-7 e VHS, CDs), e a receber gorjetas que - assim como o material vendido para turistas - era muitas vezes pagas “em dólar americano”. Outros ainda passarão a aliar seu ofício musical a atividades paralelas tais como a produção de discos (como veremos, no caso de Negendre Arbo) e gastronomia (no caso de Raul Garnica). Em muitos casos, os ganhos extras se tornarão parte importante a potencializar a própria reprodução e reestruturação musical, dado que, apenas ao atravessar a ponte da Amizade, era possível adquirir instrumentos e aparelhagem sonora de altíssima qualidade a preços bem acessíveis, no comércio de importados de Ciudad del. Essa foi a opção feita por Negendre Arbo, à frente do seu conjunto *Quintal de Clorofila*, para quem os ganhos extras com a música representou, além de tudo, a possibilidade de incorporação de tecnologia e informatização de parte do acompanhamento musical - algo bastante novo naqueles tempos idos. De acordo com esse músico:

Houve um momento em que entrou o computador na música. Os músicos que trabalhavam comigo estavam dando muito trabalho. Não ensaiavam, bebiam demais... aquela coisa (risos). Aí eu resolvi dispensar o pessoal e ficar só nos dois [Negendre e Dimitri]. Mas daí faltou base, faltou baixo, bateria, harmonia... e daí ficou sem sequência. Precisava de um toca-fitas pra guardar a memória. (risos) Isso foi em 1993, 1992, eu acho. Aí, depois, a sequência já não dava conta mais. Daí precisava de um outro [gravador] maior. Daí veio um computadorzinho que usava uma tela de televisão. [Apontando para um computador no estúdio] Esse aí não gravava, só fazia vídeo, ou seja, só interpretava as partes de teclado. Eu precisava um que gravasse voz. Aí a gente teve um gravadorzinho também, más não era a mesma coisa. Aí nessa época, os computadores já estavam melhorando. Então, saí desse pra um PC, como a gente conhece hoje. E daí, eu não parei mais (ARBO, 2008, entrevista)..

Neste caso, além de potencializar o trabalho musical desenvolvido pelo conjunto, a informatização ajudou a resolver o problema crônico da indisciplina e/ou falta de compromisso dos músicos que acompanhavam o *Quintal de Clorofila*, notado ainda na época em que estes atuavam na churrascaria Rafain. Com o tempo, como veremos no capítulo seguinte, Negendre acabará também se desvinculando das atividades musicais propriamente ditas (shows), e passará a estruturar um estúdio de gravação próprio em sua residência, e realizar experimentos musicais, além de trabalhos profissionais de remasterização e mixagem de discos, gravação e arranjos para músicos da região, além de *jingles* e peças propagandísticas para empresas locais.

Porém, nem todos os músicos – incluindo os mais prestigiados e melhor remunerados - conseguiram acumular patrimônio com o mercado da música da tríplice fronteira. Isso porque, como aparece na fala de Negendre acima, e também em outros depoimentos (como o de Lorenzo Bottscher, que veremos na sequência), o problema da indisciplina e o alto grau de alcoolismo esteve intimamente associado ao estilo de vida boêmia que muitos músicos acabariam por levar. No trecho acima, por exemplo, Negendre destacou seu descontentamento com os músicos que “Não ensaiavam, bebiam demais...”. Lorenzo Bottscher recorda que só começou a tocar com Carlitos Acuña – conhecido por seu estilo boêmio, mas bastante rigoroso com os compromissos profissionais que assumia – porque este havia tido inúmeros problemas com a indisciplina e desinteresse dos músicos que o acompanhavam até então: [Carlos Acuña] “Quiero formar un grupo bueno, porque siempre está inestable! Musicos con algunos problemas... Musicos tienen muchos problemas!” (BOTTSCHER, 2010, entrevista).

Também se faz presente na memória dos músicos locais o final melancólico do prestigiado músico argentino (correntino) Agapito Gimenez,³⁹⁷ que teve muita fama nos anos 1960 e 70, mas morreu pobre e abandonado pela família, em Puerto Iguazu, em 2000. Citando este caso, Bottscher destacou:

Gran músico! Tiene dos hijos. Uno, el mayor, que es un excelente musico. Diría que uno de los primeros más grandes guitarristas que hay

³⁹⁷ *Agapito Gimenez* era o pseudônimo artístico do violonista correntino Natalicio Rojas (1917-2000). O músico viveu seus últimos 20 anos em Puerto Iguazu, onde faleceu. Figura destacada no cenário artístico local, recebeu homenagens póstumas em Puerto Iguazu. Uma lei municipal aprovada em 2009 dá seu nome ao palco (escenário) do Anfiteatro Ramón Ayala. A este respeito, ver: <http://concejoiguazu.blogspot.com.br/2009/05/11-2009-designar-ramon-ayala-al.html> , consultado em 21/03/2017. Recentemente (novembro de 2017), também foi homenageado em um mural produzido em forma de *grafitti* na avenida *costanera*, em Puerto Iguazu. Falaremos mais a este respeito (o mural) no capítulo seguinte.

en el mundo, que vive en Suiza. Pero también así tiene la vida de boêmio. Está solo, y ya está que vá a terminar igual que al papá! Vive solo. Se dedica a la musica. El fué a Suiza, un lugar donde hay gringos; y la mentalidad del europeo es trabajar! Y trabajar, y trabajar. Como todo gringo! Y hacer su riqueza, y juntar... bueno, y el fué para hacer una vida de musico allá. Se casó con una suiza, y no anduvo! Otra mentalidad: el quiere la musica, y ella quiere trabajar, entonces no anduvo! Entonces vive solo. Excelente musico. Y Agapito Gimenez, que se murió acá en Iguazu... sus ultimos 20 años hizo acá en Iguazu, también: mientras el podia, tocaba la guitarra, cantava... porque el fué muy famoso en la década del 60. Hizo muchas canciones como... bueno, ahora no recuerdo de Agapito Gimenez. Allá en Corrientes. Fué famoso, haciendo letras. Se hizo famoso, pero terminó aqui en Iguazu, así. Era un Ramón Ayala de aquél entonces, no? Terminó acá solo: los hijos se fueran para un lado, uno se fué a vivir en Concordia, Brasil; el otro en Suiza; y el papá terminó solito. Los hijos vinieran solo para el entierro! (BOTTSCHER, 2010, entrevista).

Em outro trecho, usando um tom até bem humorado, Bottscher se referia a seu companheiro de música naquela ocasião (2010), Luis Fagiolini. Descrevendo sua relação com o indisciplinado companheiro de trabalho, criticou o estilo e vida boêmio e descompromissado de Fagiolini:

Pero en este momento, por ejemplo, Luis, mi amigo, por ejemplo, Luis nunca llevó la guitarra a su casa. Siempre la tengo acá. (risos) Nunca llevó la guitarra a la casa! Nunca, nunca! Una vez llevó, y la vendió! (risos) Una vez llevó la guitarra porque íbamos hacer un descanso de un mês: “Vamos a descansar!”- porque estamos muy saturados! -... Vendió la guitarra! (risos) Después cuando comenzamos, tuvimos que ir allá comprar una guitarra! Entonces, ni quiere llevar la guitarra a la casa, porque la vende! (risos) El viene, “Che...” aparece uno: “Que linda su guitarra!” “Toma, lleva!” El es comerciante! Vende (risos). Entonces nunca llevó. Entonces no le interesa la guitarra. Nosotros nunca ensayamos con Luis. Yo ensayo solito acá en mi casa. Todo el día tomo la guitarra! Pero ensayo yo. Y en la mayoría yo toco solito! La armonización y todo... y él canta! Tampoco el saca la letra! Yo tengo que copiar las canciones... tengo que enseñarle a cantar. El es un buen... Que no tiene trabajo, hã! El está todo el día tomando mate y... cerveza... de noche, yo le llevo la letra, la guitarra y la musica, le llevo el equipo del sonido... le armo y le acompaño. (risos). Eu sou o marido! (risos). Todo hago yo. Y así son todos los musicos! Y Carlito Acuña también era asi: había que buscarlo, llevarlo, traerlo... todo así! Ellos estan todo servidos. No saben desenvolverse solo, los músicos (BOTTSCHER, 2010, entrevista).

Em outro trecho, Bottscher ainda lembrou que a própria rotina profissional de muitos músicos, dado a necessidade constante de viajar e se deslocar para várias partes

do país e do mundo, acabava operando também como fator de desagregação das relações sociais e familiares, impedindo o músico de criar raízes, possuir bens e família:

Esto es el problema: el viaje. Viajar mucho para conseguir trabajo. Es como más o menos en este momento está haciendo Carlito Acuña. El tiene mucho trabajo de la musica, pero no en el lugar. El viaja, muy lejos para allá vuela. A Europa, vá a Brasil, vá al sur de Argentina. Entonces no tiene una vida organizada. Una vida normal organizada así de casa, de familia... no tiene! No se puede tener! No es porque el no quizo tener, sino porque no se puede tener. Estaba contando que le robaban todo... imaginás un musico que viaja 4 meses, 5 meses, y cuando vuelve a la casa le van a robar todo. (risos) Así es. Y por eso es que ahí termina la vida boêmia: termina solo. Porque toda su vida se pasó viajando! Pero, para hacer lo que le gusta. No para juntar dinero para comprarse algo! No hay tiempo. Un musico no puede comprarse un auto, por ejemplo, un carro, si a cada rato se viaja a Europa, vá a los Estados Unidos, para que lo vá a comprar? Una casa? Para que vá a tener una una señora y un hijo, si no vá poder atenderlo? Es por eso que termina solito, boêmio y yá...(BOTTSCHER, 2010, entrevista).

Note-se que a avaliação que Bottscher faz dos casos que conheceu de perto (Luis Facciolini, Carlos Acuña, Agapito Gimenez) se aproxima de outros relatos feitos ao longo deste capítulo, como quando Negendre Arbo se referia aos artistas que conheceu na churrascaria Rafain, que não raro, se tratavam de pessoas infelizes e solitárias: “Alegres como pessoas, mas eram tristes, sem família, sabe? Você via o cotidiano, sabe? Era bem pesado assim”. (ARBO, 2008). Portanto, a vida boêmia cobrava também o seu preço.

Além disso, se, por um lado, o turismo irá permitir o surgimento de todo um mercado de trabalho para músicos e artistas em geral, em qualquer época do ano, por outro irá exigir que muitas concessões sejam feitas, perdendo-se parte das próprias realizações pessoais e expectativas sobre evolução e aprimoramento profissional neste processo. Conscientes (ou não) de serem apenas um elo entre o empresário e o turista, muitos acabam se conformando em repetir, ano após ano, as mesmas fórmulas musicais trazidas em sua bagagem original, “guardando” suas criações pessoais e eventuais experimentalismos para reuniões familiares e rodas de música entre amigos. De acordo com o depoente concedido por Sérgio Riquelme:

Vi sufrir a grandes. Grandes guitarristas. Unos guitarristas de “Putá Madre”, como decimos nosotros, como Julio Rolón y Aldo González, con sus guitarras maravillosas, tocando y tocando, haciendo unas versionas maravillosas de canciones, y que terminan y lo aplaudan dos personas. Ellos se miraban entre ellos y se aplaudian ellos. O sea, a mí me dolía el alma. (RIQUELME, 2017, entrevista)

Os estereótipos fizeram parte indissociável da rotina cultural da tríplice fronteira. Em geral, eles estão na base da elaboração de identidades artísticas e mesmo releituras feitas a partir delas, utilizadas, via de regra a partir da necessidade de sobrevivência artística. Os casos narrados por Aramis Millarch são emblemáticos, como o trio de paraguaios que viveram no México e, após isto, “retornaram com chapelões coloridos e o nome de ‘El Mariachis Paz Trio’ (...) com aquelas canções repletas de gritos e solos de pistão, como ‘Malaguena’ e ‘Guadalajara’.” (MILLARCH, 1988); e também o caso dos irmãos bolivianos que tiveram que adotar uma nova identidade artística após chegarem no Brasil e descobrirem que o “Raíces de America” já era utilizado por outro conjunto de música latino-americana, surgindo, a partir daí, os *Inka Chaskis* (Idem).

Ao longo deste capítulo, vimos a transformação da tríplice fronteira em um território permeado por disputas identitárias que, mesmo tendo como pano de fundo as novas configurações pautadas pelo setor empresarial (especialmente, o de turismo), de alguma maneira, acabam se colocando também como parte das próprias reelaborações identitárias produzidas pelo cotidiano dos músicos envolvidos neste mercado. O espaço simbólico da tríplice fronteira se colocou, para além das necessidades de ordem econômicas, também como campo de possibilidades inimagináveis, quer seja para promover trocas e reconstruções identitárias – como aqueles sujeitos que passaram a reler e ressignificar suas próprias identidades culturais -, quer seja para refirmá-las – como aqueles músicos tornados “artistas estanques” dentro de um determinado gênero ou estilo. De qualquer modo, a fronteira se colocou como espaço possível a permitir que essas elaborações e sínteses identitárias ocorressem, ainda que muitas partissem de estereótipos e idealizações.

Tais expressões e disputas identitárias sempre estiveram presente na história dessa fronteira. Longe de terem sido apagadas com o desenvolvimento econômico da região e a sua “nacionalização” forçada, antes, acabaram potencializadas. A partir dos anos 1980, a presença constante de artistas latino americanos imigrante e migrantes transformaram a fronteira também em local de encontro, desencontros e releituras identitárias. Em muitos casos, a fronteira aqui passava a ser entendida não mais como aquele espaço que delimita, contém e estabelece o ponto de chegada. Assim, para muitos dos músicos com os quais dialogamos, a fronteira era o próprio ponto de partida, de onde surgiriam novos entrecruzamentos e novas possibilidades de estruturação de identidades culturais híbridas e transnacionais. Como avaliava o músico Raul Garnica, ao falar de sua escolha em

migrar para Foz do Iguaçu no início da década de 1990, utilizando um tom bastante otimista e idealizado:

... eu preferi foz do Iguaçu, fronteira, cataratas, turismo o ano inteiro... Uma cidade que conheci quando passei por acá. Tinha só a avenida Brasil de asfalto. E começou a crescer esta cidade, e crescer, e crescer. Uma cidade que todo mundo se sente bem. Aqui tem cidadão do mundo inteiro. Aqui o pessoal dice³⁹⁸: “Uma nacionalidade aqui não existe”. Não existe! Aqui é o mundo inteiro. Ou seja: aqui tem colônias de tantos lugares. É claro, nascem os filhos, crescem aqui, são brasileiros. Mas aqui tem cidadão do mundo inteiro e que convivem muito bem. Países que em outro lugar vivem em guerra, aqui vivem em harmonia, tomando seu chimarrão, que é de costume nesta região, compartilhando o café, compartilhando a mesa. E de repente quando vai lá nos familiares, estão vivendo guerra total. (GARNICA, 2006, entrevista).

Essas experiências descritas aqui por esses músicos denotam um constante refazer-se de sua(s) próprias identidade(s) artística(s) e nacional(is). Essa atitude nos aproxima do tipo de problematização sugerida por Stuart Hall, quando este questiona noções como as chamadas “identidades nacionais”, quando tomada como algo estanque e atemporal. Ao contrário, Hall sugere que a identidade seja pensada como um constante refazer das suas estruturas. Assim;

Em toda parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em *transição*, entre diferentes posições; que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são o produto destes complicados cruzamentos e misturas culturais (HALL, 2011, p. 88)

Ou seja, ainda que reproduzindo estereótipos culturais para poderem sobreviver na fronteira, estes músicos também lançam mão de variadas estratégias de sobrevivência, o que torna a própria *identidade* e a *esterotipia* como parte destas estratégias. Além disso, pensar nessa fronteira implica ir muito além da “cidade turística” (ou cidades turísticas) que ali se estruturou. Para o músico argentino Lorenzo Botchër, por exemplo, mais do que um mercado no qual sobreviver, a fronteira é antes uma espécie de “janela para o mundo”:

Muchas veces me dice la gente: “Usted es realmente excelente, un buen musico. Por que no sale a conocer? Por que no se vá...” Tuvimos

³⁹⁸ Diz, em espanhol.

propuestas de salir a España, Francia... grandes músicos a mí me quisieran llevar a tocar con ellos. Y yo digo: sí, en realidad vos vís terminar agarrando lo mismo! *Y todo el mundo viene a Iguazu! Así que yo espero la gente acá. Que venga la gente por acá! Todo el mundo, pero todo el mundo una vez en la vida viene a Iguazu. Y de ahí, mientras existan las Cataratas (do Iguazu), la gente vá venir. Vá seguir viniendo a Iguazu. Así que yo les espero acá, y hago mi vida acá, y me organizo acá, y listo! Por que salir? Por que salir de Iguazu?* (BOTTSCHER, 2010, entrevista, grifos meus).

Neste caso, se a fronteira física aparece como algo fixo, Bottscher irá percebê-la como uma janela através da qual pôde conhecer o mundo, já que “todo el mundo viene a Iguazu”. É interessante observar ainda outros processos de reapropriações culturais e releituras identitárias que ocorrem sem que seja necessário cruzar as próprias linhas de fronteira. É o caso narrado pela jovem cantora argentina, Fernanda Katzer. Nascida na localidade argentina de Bernardo de Yrigoyen, cidade situada no nordeste da Província de Misiones, e que faz fronteira internacional com as cidades brasileiras de Dionísio Cerqueira (Santa Catarina) e Barracão (Paraná), Katzer atualmente vive em Puerto Iguazu, onde desenvolve suas atividades artísticas como cantora do gênero descrito por ela como *folklore mexicano*. Embora sua iniciação musical em relação ao *folklore mexicano* tenha ocorrido em outra região fronteiriça – no caso, aquela conformada a partir de Bernardo de Irigoyen –, o relato de Katzer nos permite compreender a fluidez de conceitos outora tidos como estáticos, tais como *fronteira*, *identidade* e *Nação*. Em entrevista concedida em julho de 2016 ao programa televisivo de Puerto Iguazu “Herencia Gaucha”,³⁹⁹ essa cantora narrou a forma como começou a se interessar por um tipo específico de música popular mexicana. Fernanda Katzer é descendente de imigrantes alemães que vivem na província de Misiones. Como vimos no relato de Lorenzo Bottscher, trata-se de grupos que também cultivam seus próprios gêneros musicais, sendo ainda muitas vezes descritos como comunidades relativamente fechadas em relação a outros grupos populacionais existentes nesta região, culturalmente falando.⁴⁰⁰

³⁹⁹ O programa “Herencia Gaucha” (*Herança Gaúcha*, em tradução literal) é produzido e dirigido pelo músico, produtor musical, radialista e apresentador Sérgio Riquelme, de Puerto Iguazu. Nessa cidade, é transmitido em TV aberta por CVI CANAL 5 (<http://www.cvinoticias.com/v2/>). Trata-se de um programa de entrevistas que, apesar do nome, costuma entrevistar também músicos e artistas dos mais diferentes estilos e ramos do fazer musical e artístico de Puerto Iguazu, e não apenas artistas relacionados ao *folklore* (como são chamados os estilos musicais *gauchos*). Além de Puerto Iguazu, o programa é retransmitido para cidades como Wanda, Andresito e Esperanza, todos na região de Puerto Iguazu.

⁴⁰⁰ Julio Rolón, músico chaqueño entrevistado na pesquisa, descreveu o seguinte a respeito destes grupos – aos quais ele chamará de *inmigrantes* ou *gringos*: “(...) lo que yo te digo es: la musica que trajo el inmigrante - que habrá sido similar al Brasil, no es cierto? - acá trayeron los inmigrantes en 1800, por ahí... trayeran

Katzer explicava ao entrevistador, Sérgio Riquelme, a maneira como se entrecruzaram dimensões aparentemente contraditórias e variadas sobre sua(s) identidade(s) cultural(is) – ser etnicamente de origem *alemã*; argentina de nascimento; moradora de uma região de fronteira com o Brasil; e inclinada artisticamente à música *folklórica* do México – mas que acabariam desembocando em sua trajetória pessoal e artística. Reproduzindo parte do diálogo travado entre o apresentador (Sérgio Riquelme) e essa cantora, temos o seguinte:

(SERGIO RIQUELME): Como llega la música mexicana a vos? sangre alemana... venís de familia alemana... Katzer de apellido... (risos) como llega la musica mexicana a gustarte así de esta manera?

*(Fernanda Katzer) Mirá... todo comenzó con una novela! (risos) Todo empezó con la novela “La Hija del Mariachi”.⁴⁰¹ (...) Nosotros, desde chiquitos, no teníamos cable, cosa así. Lo teníamos canales de aire, que eran los brasileiros, más particularmente, viste! *Y algunos de los canales brasileiros, todas las novelas que transmiten son las mexicanas. Entonces, por ejemplo, por ahí te hablaban en portugués, pero las musicas te mandaban las rancheras mexicanas. Y ahí vos te quedava...* (KATZER, entrevista ao programa *Herencia Gaucha*, grifos meus)⁴⁰²*

O trecho destacado acima mostra o tipo de *traduções* que Fernanda Katzer precisou operar até definir o perfil artístico que cultivava na atualidade. Neste caso, a proximidade com a fronteira brasileira permitiu a Katzer o acesso a canais de TV populares no Brasil, o que, por sua parte, levou -a a tomar contato com a música mexicana através de novelas que eram retransmitidas por emissoras brasileiras.⁴⁰³ Deste modo, ao dizer que “*algunos de los canales brasileiros, todas las novelas que transmiten son las mexicanas*”, Fernanda Katzer deixa transparecer que a condição de fronteira abria-se

su cultura, su musica. Pero ellos están encerrados. Cada cual tiene su casa, acá en la Fiesta (Nacional) del Inmigrante. Vos querés comer en la casa de alemán, te vá comer en la casa alemana. Querés comer en la casa española, te vas a escuchar musica y comer en la casa española. En la casa de Brasil, lo mismo. Conozco porque varias veces estuvo en esa fiesta que hay en Oberá. La ciudad de Oberá. Entonces, acá, en Misiones ocurre algo singular, te voy a decir, en la provincia. Están los que, como yo, trabajamos como son las influencias guarani, y ellos, están los gringos, están aparte. Esto tambien hay historia, y te digo por los amigos - que acá se les dice “los polacos”. Entonces son hijos de inmigrantes: vos no te podría juntar con los negros porque había un desprecio total. Y algunos mantienen hasta el día de hoy. (...) Ellos tampoco te dan pelota. Porque te desprecian. Te dicen: “negro de mierda”. (ROLÓN, 2017, entrevista).

⁴⁰¹ Segundo informações de um site especializado, trata-se de uma produção colombiana feita no ano de 2006. Vide: <http://planetawma.com/telenovelas/la-hija-del-mariachi/> Acessado em 23/03/2017.

⁴⁰² Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=9GVyCAGnkrY>, sob o título “Nota a Fernanda Katzer en Herencia Gaucha TV”. O trecho transcrito situa-se entre os minutos 05:39 até 06:43. Acessado em 12/03/2017.

⁴⁰³ Aqui, a entrevistada parece referir-se ao SBT (Sistema Brasileiro de Televisão), dado que essa emissora, além de operar em canal aberto (como ela menciona), durante muitos anos se tornou conhecida por veicular novelas produzidas no México, tornando-as populares no Brasil.

como uma janela não apenas para o Brasil, mas para o próprio mundo. Assim, a “fronteira” deixou de ser apenas aquela linha tênue e facilmente atravessável na divisa internacional (geográfica) entre Brasil e Argentina, tornando-se um território de possibilidades e aspirações.

Capítulo 5 . CONSTRUINDO IDENTIDADES MUSICAIS PARA A TRÍPLICE FRONTEIRA

*Guitarras e cantores
desta pátria americana
Não deixe morrer as vozes
ancestrais da Pachamama!*

(“Serenata Três Povos”,
Negendre Arbo)

Nos capítulos anteriores, vimos acompanhando como a tríplice fronteira foi, ao longo dos tempos, alvo de inúmeras construções discursivas, invenções e ressignificações feitas por diferentes agentes: historiadores e memorialistas, membros do poder público e agentes estatais, viajantes, empresários e trabalhadores, etc. Trata-se de sujeitos que, baseando-se naquilo que viram, viveram e interpretaram acerca da sociedade que foi se formando nas barrancas dos rios Paraná e Iguaçu, buscaram conformar e plasmar rostos identitários para explicar o que constitui essa fronteira, onde três Estados nacionais distintos se cruzam, se encontram e se rivalizam, e no passado já travaram seríssimas disputas territoriais, chegando, inclusive, em momentos mais agudos, ao conflito bélico.

Por outro lado, vimos também que em épocas recentes essa tríplice fronteira foi ressignificada discursivamente, passando a simbolizar “integração”, “harmonia” e “irmandade” (no sentido de *irmanar-se*), imagens que contrastam com aquelas historicamente produzidas e difundidas no interior desses três Estados platinos, quando o “outro” representava sempre o perigo da expansão imperialista, da depredação dos recursos naturais e riquezas nacionais, e da própria *barbárie* – imagem que terá nas *obrages* o seu maior símbolo. Como bem sintetizou a historiadora Liliane Freitag, autora de um estudo (tese de doutorado) acerca dos discursos construídos sobre essa fronteira:

(...) a história territorial paranaense consiste em uma história de formação de suas fronteiras. Espaço de deslocamentos humanos, lugar

de conflitos e de encontros de sociedades, que por sua vez, não se reduz à fronteira geográfica. A história da constituição da região Paraná é também a história de uma fronteira entre civilização e barbárie. Espaço da historicidade dos Homens é, portanto, recinto de ocupação de diferentes agentes: formação espacial, produto histórico de práticas e representações construídas sobre o espaço. (...). Nesse sentido, também lugar construído como parte de processos de classificação e representação onde se engendram lutas simbólicas em torno de identidades. (FREITAG, 2007, p. 77)

Em outras palavras, produzir a fronteira enquanto um “imaginário” constituiu uma operação que também se fez a partir de apagamentos e silenciamentos, escolhas e seleções. Aqui, é pertinente retomar a reflexão de Durval Muniz Albuquerque Jr., quando este autor chamava a atenção para a natureza histórica e política dos processos que conferem sentidos a um dado local geográfico e suas coletividades humanas. Para ele, narrar e descrever não são atitudes isentas de poder; constitui-se, isto sim, numa “batalha” que produz imaginários e habilita personagens e práticas sociais de um lado; e desautoriza e invisibiliza sujeitos e práticas sociais de outro, soterrando usos e sentidos anteriormente inscritos nessa “paisagem”, produzindo novos sentidos, rostos, sujeitos e práticas para dela. De acordo com Albuquerque Jr:

...desnaturalizar a região, de problematizar a sua invenção, de buscar a sua historicidade, no campo das práticas e discursos. Tentar fazer com que este espaço cristalizado estremeça, rache, mostrando a mobilidade de seu solo, as forças tectônicas que habitam seu interior, que não permitem que vejamos como efeito da sedimentação lenta e permanente de camadas naturais ou culturais, buscando apreender os terremotos no campo das práticas e dos discursos, que recortam novas espacialidades, cartografam novas topologias, que deixam vir à tona, pelas rachaduras que provocam, novos elementos, novos magmas, que se cristalizam e dão origem a novos territórios. Longe de ver a região como um terreno firme, em que se pode apoiar o fervilhar, o movimento da história, mostra-la também como solo movente, pântano que se mexe com a história e a faz mexer, que traga e é tragado pela historicidade. (ALBUQUERQUE JR, 2008, p. 36-37)

Nos capítulos anteriores, acompanhamos algumas das reinvenções e ressignificações que essa tríplice fronteira sofreu, sendo palco para a elaboração de novos discursos acerca da integração comercial e cultural, do encontro entre nações e povos, bem como da união entre três Estados-nação outrora rivais no contexto platino. Nestes discursos, colocaram-se diferentes temporalidades, que abarcam processos identitários distintos, elaborados em diferentes contextos, para responder a questões próprias que num

dado momento se fizeram presentes no interior da fronteira nacional de cada um dos três países ali envolvidos. Nestes termos, torna-se impossível pensar uma “identidade” para a tríplice fronteira, pois isto implicaria em harmonizar e homogeneizar diferentes etapas percorridas em cada um dos lados das barrancas dos rios Paraná e Iguazu. O que passaremos a fazer na sequência será apontar como alguns autores – neste caso, artistas e músicos – buscaram, elaborar propostas identitárias a partir de suas próprias vivências nessa tríplice fronteira. Avaliaremos a maneira como a inserção destes músicos nos debates identitários locais acabará produzindo novos discursos e outras formas de narrar a fronteira, com impactos importantes na própria produção musical e propostas artísticas por eles realizadas.

5.1. Puerto Iguazu, uma cidade musical

No final do mês de novembro de 2017, com a participação ativa do produtor, músico e apresentador argentino Sergio Riquelme, foi inaugurado uma galeria de arte em *grafitti* na avenida que margeia o rio Iguazu do lado argentino, chamada localmente *costanera* (avenida rio Iguazu).⁴⁰⁴ Nesta galeria e arte, patrocinada pelo poder público local (Municipalidad de Puerto Iguazu), foram imortalizados desenhos com rostos de artistas que nasceram, viveram ou passaram parte de sua vida na cidade de Puerto Iguazu. Nestes murais, figuram homenagens a músicos já falecidos, tais como Raul Garnica,⁴⁰⁵ Caraícho Toledo,⁴⁰⁶ Agapito Giménez⁴⁰⁷ e Tomasito Gonzalez⁴⁰⁸, entre outros (Ver Figura 14).

⁴⁰⁴ As *costaneiras* – avenidas que costeiam os rios, geralmente correndo paralelo a eles – são bastante comuns nas cidades do *litoral* argentino, geralmente operando como espaços de lazer e reunião, onde as pessoas fazem caminhadas, se sentam para ouvir música, tomar mate e bater papo.

⁴⁰⁵ Raul Garnica (1960-2015) nasceu em Santiago del Estero, mas fixou residência nesta cidade, onde faleceu em janeiro de 2015, vítima de um tiro disparado por um vizinho com o qual mantinha uma antiga rixa em razão da existência de seu restaurante e do barulho que ele produzia. Ver: <http://misionesonline.net/2015/01/25/cansado-de-los-ruidos-molestos-un-vecino-asesino-al-dueno-del-restaurante-las-canitas-de-puerto-iguazu/>

⁴⁰⁶ Falecido em junho de 2015 aos 63 anos, na cidade de Posadas, vítima de um câncer. Toledo residia na localidade vizinha de Comandante Andresito (Argentina), mas havia se tornado presença importante entre os músicos de *folklore* de Puerto Iguazu, e da própria província de Misiones.

⁴⁰⁷ Músico correntino de bastante prestígio nos anos 1960 e 70, e que viveu seus últimos anos em Puerto Iguazu, onde faleceu, em 2000.

⁴⁰⁸ Harpista conhecido na região, que também faleceu em Puerto Iguazu na década passada.

FIGURA 14 – Mural grafitado na Avenida Iguazu (Costanera), de Puerto Iguazu. Esse mural homenageia os músicos que viveram ou vivem nessa cidade argentina. Abaixo, em destaque as figuras de Raul Garnica (à esquerda) e Caraícho Toledo (à direita)



FONTE: (acima): <http://radiogenesisiguazu.com> / (abaixo) Facebook

A inauguração contou com a presença de familiares dos artistas falecidos, meios de imprensa, artistas e moradores da cidade, além de autoridades locais. Um meio de imprensa de Puerto Iguazu que cobria o evento referiu-se aos murais como sendo “la imagen de aquellos artistas que forjaron y siguen haciendo historia a traves de su musica a lo largo y ancho del pais”.⁴⁰⁹ No mesmo tom, o prefeito (*intendente*) da cidade, Claudio Filippa, justificou a homenagem aos artistas “por lo que han aportado y dejar presente en la memoria a aquellos que ya no estan y que forjaron nuestra historia”.⁴¹⁰

Ao longo das duas últimas décadas, melhorias da situação econômica da cidade de Puerto Iguazu permitiu o retorno e/ou fixação de artistas que haviam partido para outras cidades da Argentina e mesmo no Brasil, até mesmo na tríplice fronteira, caso de Foz do Iguaçu. Hoje, essa cidade, que viveu uma prolongada crise econômica que levou à falência de boa parte do comércio local longo da década de 1990, se recuperou, e na atualidade tem se tornado cada vez mais um polo de atração para músicos e empresários ligados ao ramo do turismo, com amplos reflexo sobre vida artística e cultural local.

Esse “renascimento” econômico e comercial de Puerto Iguazu em épocas recentes redefiniu o papel dessa cidade no contexto fronteiriço. A profunda recessão econômica vivida na Argentina ao longo da década de 1990 teve efeitos desastrosos sobre o comércio local. Tal situação deveu-se às políticas neoliberais levadas a cabo durante o governo de Carlos Saúl Menen (1989-1999). Como medida de contenção da inflação galopante que marcou a década de 1980 no país, e que terminou com a morte do *Austral* – moeda vigente no período – o governo Menen implantou, em 1990, o *peso argentino*, que ficaria indexado ao dólar americano (1 peso = 1 dólar), sem variação cambial (como ocorreu com o *real* brasileiro, por exemplo). Se internamente a estabilização cambial teve o efeito de controlar a inflação galopante da década anterior, por outro lado, cidades fronteiriças como Puerto Iguazu acabaram sendo profundamente impactadas por esse regime de paridade cambial. A moeda dolarizada tornou os produtos e serviços (hotéis, restaurantes, transportes, artesanatos, artigos em couro e lã, perfumes, bebidas, doces, souvenirs, etc) comercializados do lado argentino bastante caros para a maioria dos turistas que desejavam visitar Puerto Iguazu, se comparados aos preços de produtos e serviços semelhantes bem mais acessíveis em cidades como Foz do Iguaçu e Ciudad del Este.

⁴⁰⁹ VALDEZ, Horacio , “Merecido homenaje a los musicos que forjaron la historia de Iguazu”. Radio Gênesis, Puerto Iguazu/AR, 23/11/2017. Vide: <http://radiogenesisiguazu.com/merecido-homenaje-a-los-musicos-que-forjaron-la-historia-de-iguazu/> , consultado em 10/12/2017.

⁴¹⁰ Idem.

Essas medidas se somaram a outras de cunho protecionistas e restritivas tomadas pelo governo argentino ao longo dessa década, em âmbito fiscal e aduaneiro, o que levou muitos comerciantes dessa cidade e fecharem suas portas e migrarem para outras cidades da Argentina (Buenos Aires, Rosário, Córdoba) do Paraguai e do Brasil (São Paulo, Curitiba, Porto Alegre). Na tríplice fronteira, era comum argentinos ainda manterem algumas atividades comerciais e empresariais em Puerto Iguazu residindo em Foz do Iguaçu, em razão do alto custo de vida do lado argentino.⁴¹¹

Após 2002, no auge da crise política,⁴¹² o peso argentino foi desindexado, e a moeda nacional sofreu uma abrupta desvalorização da ordem de 75% apenas nas semanas seguintes à medida, quando os saques bancários – que estavam restringidos desde que fora decretado o *corralito* - foram novamente liberados.⁴¹³ Nessa ocasião, o *peso argentino* chegou a cair a apenas 1/4 de seu valor anterior, em relação ao dólar. Ao longo da década, a moeda seguiria se desvalorizando, e até hoje inúmeros estabelecimentos comerciais de Ciudad del Este (que, a rigor, aceitam moedas como o dólar, euro, real e guarani⁴¹⁴) não aceitam pesos argentinos em suas transações comerciais, por associá-lo à instabilidade financeira.⁴¹⁵

A depreciação repentina do câmbio foi desastrosa para a economia nacional argentina como um todo, corroendo salários e o poder de compra da população, dissolvendo boa parte das reservas financeiras aplicadas no sistema bancário e provocando a volta de um violento processo inflacionário. Porém, especificamente no que

⁴¹¹ Entre os músicos entrevistados ou citados na pesquisa que viviam em Foz do Iguaçu, mas realizavam atividades profissionais em Puerto Iguazu, podemos destacar: Raul Garnica, Carlos Acuña, Miguel Morganti e Oscar Sosa. Este último inclusive dirigiu um programa radiofônico vespertino diário de *folklore* na rádio FM Libre, entre 1997 a 1999. Raul Garnica manteve durante muitos anos um restaurante *típico* na avenida principal de Puerto Iguazu (Av. Victoria Aguirre), e seguiu residindo em Foz do Iguaçu até mais ou menos por volta de 2012, só então mudando-se para o lado argentino.

⁴¹² O auge da crise se deu durante o governo de Fernando de la Rúa, que havia tomado posse em dezembro de 1999 para um mandato de 4 anos, mas acabou renunciando ao cargo em 21 de dezembro de 2001.

⁴¹³ Sem dinheiro em caixa para pagar despesas – como o funcionalismo -, e sob o risco de decretar moratória, o governo argentino começou a fazer emissões paralelas, em bônus que se chamavam *lecops* (sigla para “Letras de cancelación de obligaciones provinciales”, espécie de “vale” que o governo emitia, com perspectiva de pagamento para 2006). Essa situação levou muitos argentinos a correrem aos bancos para sacar suas reservas financeiras e, aproveitando o regime de paridade cambial, trocar por dólares. Em face disto, o governo primeiro limitou a compra de dólares, que continuou ocorrendo no mercado negro, dada a histeria generalizada; posteriormente, sob o risco de ver colapsar o sistema bancário argentino, limitou os saques bancários a valores irrisórios, gerando um aprisionamento de todo o dinheiro aplicado ou guardado em contas correntes, poupanças e outros fundos de investimento no país. Essa medida ficou conhecida como “corralito” (*curralzinho*, em tradução literal situação), e levou ao agravamento da crise política, causando desabastecimento, mais desemprego e o aumento dos protestos populares, que acabaram culminando com a renúncia de Fernando de la Rúa.

⁴¹⁴ Moeda nacional corrente no Paraguai.

⁴¹⁵ Na atualidade (dezembro/2017), 1 dólar americano equivale a cerca de 19 pesos argentinos (1 peso = 0,05 dólar).

tange a Puerto Iguazu, essa desvalorização do *peso* teve como efeito o barateamento do setor de serviços e comércio, que provocou uma revigorada bastante significativa no comércio local. Centenas de estabelecimentos comerciais que estavam fechados há anos foram reabertos e remodelados, e antigas construções, também paradas há mais de uma década, concluídas e inauguradas. Bares, restaurantes e outros locais públicos de diversão, outrora vazios, fechados ou mesmo inexistentes, tornaram-se, na atualidade, locais de afluência de grande público, e Puerto Iguazu é, hoje, o destino preferencial de diversão e lazer de jovens na noite da tríplice fronteira. (Ver Figura 15)

Transformada num pólo regional de atração para trabalhadores e empresários – muitos dos quais outrora residentes na margem brasileira da fronteira, - esse renascimento econômico permitiu o retorno de muitos deles à tríplice fronteira, gerando um significativo acréscimo demográfico, na ordem de 26,77% apenas entre 2001 a 2010.⁴¹⁶

O município desempenha uma função econômica bastante significativa para a Província de Misiones. O turismo é a principal atividade econômica da cidade, e a existência dos mundialmente famosos saltos das Cataratas do Iguaçu coloca a região em evidência. A cidade possui ainda o mais dinâmico e importante aeroporto da província de Misiones (Aeropuerto Cataratas). Apesar disto, no geral, Puerto Iguazu pouco difere de qualquer outra pequena cidade do interior argentino, sendo a mais modesta populacionalmente entre todas as cinco cidades que compõem a chamada tríplice fronteira.⁴¹⁷

Sendo a menos populosa cidade no contexto da tríplice fronteira, Puerto Iguazu é considerada sobretudo uma cidade “pacata” e tranquila, segura e charmosa, com uma agitada vida cultural noturna, onde brasileiros e paraguaios de classe média, além de turistas de todas as partes do mundo, buscam lazer e diversão. Assim, a cidade se especializou em espaços gastronômicos e de lazer, muitos dos quais operando durante a noite. Dentre eles, bares, restaurantes, cassinos, cafés, praças e outros locais que oferecem artesanato, *souvenirs*, comida típica e música ao vivo.

⁴¹⁶ De acordo com o Censo estatístico do ano de 2010, a cidade de Puerto Iguazu possuía uma população total de 42.849 habitantes. (Vide: <http://www.gobiernolocal.gob.ar/?q=node/1990> , consultado em 12/03/2017). O número indica um incremento de 9.050 novos moradores à cidade em relação ao Censo de 2001, quando a cidade registrava 33.799 habitantes.

⁴¹⁷ No capítulo 3, discutimos o critério que adotamos para definir quais são as cidades fronteiriças. No caso, consideramos as seguintes localidades: Puerto Iguazu (Argentina), Foz do Iguaçu (Brasil) e Hernandárias, Ciudad del Este e Presidente Franco (Paraguai).

Figura 15 – Puerto Iguazu à noite.

Avenida Victoria Aguirre (em cima, à esquerda); foto do interior do bar Cuba Libre, um dos mais agitados da cidade (em cima, à direita); A *feirinha*, com destaque para a conhecida “Barraca da Mirian” (abaixo, à direita)



FONTE: sites da internet dedicados a divulgação turística da fronteira

É importante destacar ainda que essa cidade realiza um rigoroso controle aduaneiro de entrada e saída de passageiros e cargas, feito pela *gendarmería*.⁴¹⁸ Nada entra ou sai do país pela ponte Tancredo Neves, ou pelo porto, sem que seja feito controle, registro e – em muitos casos – também revista de cargas e veículos.⁴¹⁹ Essas

⁴¹⁸ Nome dado às forças armadas e policiais que vigiam as regiões de fronteira da Argentina.

⁴¹⁹ Após a conclusão da Ponte Internacional Tancredo Neves em 1985, o governo brasileiro desativou a ligação fluvial que mantinha com a Argentina através do rio Iguazu, unindo os portos de Puerto Iguazu (Argentina) e Porto Meira (Foz do Iguazu, Brasil). Uma vez desativado, o porto brasileiro foi entregue a uma empresa privada de extração de areia. A Argentina, contudo, manteve seu porto em operação, primeiro por razões comerciais e turísticas - algumas empresas argentinas seguiram realizando passeios de barco pelos rios Paraná e Iguazu; e várias empresas seguiram operando viagens fluviais de transporte de passageiros e mercadorias na rota Posadas-Puerto Iguazu. Na década de 1990, os argentinos começaram a operar também uma ligação fluvial entre Paraguai (Presidente Franco) e Argentina (Puerto Iguazu), utilizando seu antigo porto. Paraguai e Argentina não possuem ligação viária (ponte) nesta região, sendo este porto o único a fazer ligação entre os dois países nas três fronteiras. O lado paraguaio possui aduana, mas a fiscalização é por amostragem, sem qualquer rigor na entrada de mercadorias e passageiros, sendo comum o contrabando “formiguinha” de mercadorias argentinas para o Paraguai através deste porto. Já no

características tornam a cidade um espaço considerado bastante “seguro”, se comparada às demais cidades que compõem a tríplice fronteira.⁴²⁰ Assim, bucólica por um lado, mas bastante agitada culturalmente por outro, e bastante segura (do ponto de vista da criminalidade), a cidade de Puerto Iguazu consegue unir características de cidade interiorana argentina, com a agitação de um centro turístico dinâmico.⁴²¹ Assim, desde seu renascimento econômico a partir do início da década de 2000, a cidade passou a ver florescer espaços de cultura que – à semelhança daquilo que ocorreu no restante da fronteira. Inicialmente vinculados às demandas do turismo, mas que passaram a se associar também a algumas questões e debates identitários que começavam a ganhar corpo no lado argentino da fronteira.

Dentre os espaços que surgiram a partir dessa época, podemos citar o restaurante *Las Cañitas Peña Folklórica*, estruturado por Raul Garnica e sua família no início da

porto argentino, os procedimentos de controle são os mesmos adotados para quem chega através da Ponte Tancredo Neves, sendo necessário a apresentação de documento com foto válido, obrigatório o registro de entrada e/ou saída do país, além de inúmeras restrições aduaneiras (como a proibição da entrada de vários itens alimentícios e produtos eletrônicos) e burocráticas (como a proibição da entrada de menores de idade desacompanhados dos dois pais, ou de responsável legalmente constituído, ou mediante autorização judicial específica, etc), além das costumeiras e, muitas vezes, constrangedoras revistas no interior de automóveis e bagagem acompanhada, entre outras formas de controle.

⁴²⁰ Até mesmo os noticiários sensacionalistas voltados ao setor policial, destacam essas características. Enquanto Foz do Iguaçu chegou a registrar uma média superior a 300 homicídios em épocas recentes, assim como Ciudad del Este – considerada uma das cidades mais violentas do Paraguai -, Puerto Iguazu dificilmente se destaca nas páginas policiais de jornais, sites e blogs dedicados a este segmento na tríplice fronteira. Recentemente, um incomum crime de homicídio por arma de fogo ocorreu na cidade, foi noticiado pelo sensacionalista site *Tribuna Popular*, de Foz do Iguaçu, da seguinte maneira: “No final da noite e início da madrugada de ontem, sexta-feira 22 de dezembro de 2017, policiais *lotados na cidade pacata de Puerto Iguazu*, na Argentina, foram informados de que um comerciante teria salvado uma pessoas com vários disparos de arma de fogo, quando esta fugia de algozes que estavam em um veículo de cor branca, no Bairro Las Lenas.” (Tribuna Popular, edição digital, 23/12/2017, grifos meus). A matéria indica ainda que o homicídio foi realizado por pessoas que chegaram à casa da vítima em um carro com placas paraguaias. (Ver: <http://www.jtribunapopular.com.br/artigo/homem-e-morto-a-tiros-em-puerto-iguazu-na-argentina#.WmSosa6nHIU>, acessado em 03/01/2018). O homem foi atendido por médicos mas veio a falecer. Embora essa fonte não especifique a informação, um site de notícias argentino informa que se tratava de um cidadão brasileiro que residia em Puerto Iguazu. Ver: <http://misionesonline.net/2017/12/22/acribillaron-brasileno-vivia-barrio-las-lenas-iguazu/>, acessado em 03/01/2018.

⁴²¹ Apesar de existir uma legislação trabalhista rigorosa na Argentina, várias lojas e comércios de artesanato possuem acordos coletivos para operar até pelo menos as 22 horas; e algumas, em altas temporadas, chegam a atender o público até por volta das 00:00hs (meia noite). Tratam-se de lojas de produtos em couro, souvenirs e alimentos (sobretudo doces, queijos e vinhos) e outros comércios do gênero. Além destes, existe na cidade a chamada *feirinha*, que constitui um típico mercado latino-americano, e que se assemelha àquilo que no Brasil chama-se “feira”. Neste local, vários stands oferecem comida típica (massas, carnes assada, empanada) e porções diversas (“tira-gosto”), vinho e cerveja nacional (argentina), além de alfajores, azeitonas, frios e os mais diversos tipos de queijos para viagem. Ao contrário do restante do comércio local, várias barracas da *feirinha* comumente atendem para além de meia-noite, o que geralmente se torna um atrativo a mais para aqueles que buscam diversão noturna nessa cidade. Considerada uma cidade “segura”, os turistas e visitantes geralmente não demonstram receio em andar pelas ruas dessa cidade durante a madrugada, mesmo em lugares ermos - ao contrário daquilo que ocorre em relação a Foz do Iguaçu e Ciudad del Este.

década de 2000 na avenida principal de Puerto Iguazu. Garnica, que já havia trabalhado com gastronomia associada à música desde os primeiros tempos de sua chegada no Brasil, decidiu empreender essa atividade quando ainda mantinha atividades artísticas paralelas em bares e restaurantes das três fronteiras. Além disso, como já mencionado, no início da operação deste empreendimento, o músico morava na cidade de Foz do Iguaçu, junto com sua esposa (Ana Maria) e dois filhos (Santiago; e Ivana). Sobre o *Las Cañitas*, como o nome sugere, a proposta de seu idealizador (Raul Garnica) era fazer algo parecido às antigas *peñas* que existiram nos países do Cone Sul entre as décadas de 1960 a 1980⁴²². Na verdade, o local construído pelo músico operava de forma mais ou menos híbrida: por um lado, dependia do movimento de turistas na cidade para poder seguir funcionando, e a própria propaganda da casa alardeava como principal atrativo do local a “cena-show” (“jantar dançante”, em tradução aproximada), onde os visitantes poderiam saborear os pratos típicos (especialmente a *parrilla*⁴²³ argentina), ouvir música regional (folklore argentino) e dançar.⁴²⁴ (Ver Figura 16)

Por outro lado, Raul Garnica também se orgulhava de manter o *Las Cañitas* como um local aberto à expressão artística, independentemente do turismo. No caso, abria suas portas para artistas dos gêneros regionais (*litoral*) e do *folklore* argentino, reforçando sempre o discurso de se tratar de um local onde a música não era feita de acordo com o humor do turismo, e sim como local de preservação da música *folklorica*. Por exemplo, em outro vídeo, produzido por um canal local de TV local, Raul Garnica aparece divulgando um show que ocorreria naqueles dias, que certamente lotaria o lugar. Tratava-se de um espetáculo com o conhecido cantor e compositor correntino, Padre Julián Zini, de quem Garnica era amigo. Neste vídeo, Raul alertava para que as pessoas da cidade interessadas em assistir ao espetáculo de chamamé, fizessem suas reservas com antecedência: “Seguramente, vamos tener la casa llena. Así que, a la gente local, le pedimos por favor, que nos hagan la reserva con tiempo. *Porque la preferencia es siempre para nuestro público local que siempre está con nosotros en lo bueno, y en los malos!*”⁴²⁵

⁴²² Geralmente locais de manifestação política e culto à música popular (folklore), sem finalidade empresarial, as *peñas* logo se tornariam símbolos de resistência cultural aos regimes autoritários e ditatoriais nos países onde existiram.

⁴²³ Churrasco tradicional argentino, que se diferencia do churrasco brasileiro pelo tipo de acompanhamento (apenas pão e salada de tomate), o tipo de corte das carnes, o ponto e a presença de alguns miúdos assados (como o *chinchulín*, um tipo de linguiça feita a partir da tripa do boi, muito apreciada no país).

⁴²⁴ Num pequeno vídeo, produzido por um canal local (TVO, à cabo) e postado no youtube, Raul Garnica aparece divulgando o local e convidando as pessoas: “Y los esperamos, como siempre, con asados, guitarreada y vino!” Vide: <https://www.youtube.com/watch?v=aZ30PCm70Kc> , acessado em 23/11/2017.

⁴²⁵ Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=aoT8xIGYXbs> , acessado em 25/11/2017. O trecho que transcrevemos se situa entre 0m:39s a 0m:53s.

(grifos meus). A frase que sublinhamos deixa claro que, além dos turistas contumazes, o *Las Cañitas* também contava com um público local cativo, que o frequentava “en lo bueno, y en los malos” – expressão usada para indicar épocas boas e épocas ruins, de alto e baixo movimento turístico local.

O *Las Cañitas* de Raul Garnica é sempre lembrado pelos artistas locais como um local onde a arte era realizada de forma relativamente livre em relação ao que ocorre na fronteira. Também, o aspecto rústico do local era sempre destacado, sendo este justamente um dos grandes atrativos do local. O violonista Julio Rolón, em tom humorado, descreveu o local da seguinte maneira:

Si, tocamos muchas veces ahí. Cuando tenia en el otro lugar, si!⁴²⁶ Parecia una tapera ese lugar! Y a la gente le gustaba, y se hallaba ahí! (risos) Realmente dava lástima el rancho viejo! Y a la gente le gusta, como hablamos, la cosa rústica. Como acá está el “Recanto del Gaucho”. Esto es lo que gusta a la gente.(...) Acá se llenaban de humo. Se estaba ahí, mala cocina, la parrilla. (risos) Todo el olor a humo te salía. (risos) (ROLÓN, 2017, entrevista)

A *Las Cañitas Peña folklóricas*, de Raul Garnica, logo se tornou um espaço de reunião de músicos adeptos dos mais diferentes estilos dentro do grande leque do *folklore* argentino. A ênfase, evidentemente, recaía sobre o *chamamé*, por ser ele moeda corrente entre os músicos da fronteira – incluindo os músicos brasileiros que frequentavam o local, por motivos que trataremos na sequência. Sendo o próprio Raul Garnica natural de Santiago del Estero - província ao norte da Argentina onde se tocam ritmos como vidalas, zamba e, principalmente, chacareras – esta hibridação de estilos regionais ocorria como uma característica marcante e única dessa casa.

⁴²⁶Até o trágico falecimento de seu proprietário Raul Garnica, em janeiro de 2015, o restaurante Las Cañitas operava na avenida Victoria Aguirre, a principal avenida de Puerto Iguazu. Antes, porém, funcionou durante alguns anos num terreno exatamente em frente a sua localização definitiva, também sobre dita avenida.

Figura 16. Restaurante *Las Cañitas Peña Folklórica*.
Fachada do restaurante a partir da avenida Victória Aguirre (acima). Raul Garnica se apresentando para clientes (abaixo, à esquerda). O grupo musical sul-rio-grandense Jorge Guedes & Familia também tocando no local (abaixo, à direita)



FONTE: imagens retiradas de vídeos caseiros da internet (youtube).

Nos últimos tempos em que estive em atividade, Raul Garnica manteve como atração da casa de forma quase permanente, o habilidoso charanguista Luiz Velázquez, conhecido como “El Mago del Charango”, que ao longo de sua carreira, havia tocado,

entre outros, com o próprio Ariel Ramirez.⁴²⁷ Ao que consta, Velazquez havia chegado a Puerto Iguazu para trabalhar com música, e pôde se fixar graças ao trabalho oferecido por Garnica. Após a morte deste, em janeiro de 2015 – o músico foi assassinado por um vizinho com quem há anos se desentendia em razão do barulho provocado pela música em seu estabelecimento - , o *Las Cañitas* encerrou suas atividades e foi desmontado, deixando de existir.⁴²⁸ Após essa época, Velazquez seguiu trabalhando em locais de música na cidade, apresentando-se em bares, hotéis e restaurantes da fronteira, e em outros locais turísticos.⁴²⁹

Raul Garnica era também bastante conhecido entre os músicos que se reuniam através do Centro de Tradições Gaúchas de Foz do Iguaçu, o CTG Charrúa, que costumavam frequentar o *Las Cañitas* (falaremos da relação entre Garnica e os músicos do CTG Charrúa mais adiante). Por fim, músicos dos mais diferentes estilos que tocavam na noite de Puerto Iguazu, também passaram por este peculiar espaço de cultura, tais como Lorenzo & Luis⁴³⁰, Julio Rolon (também já mencionado) e outros, além do próprio Raul Garnica que, acompanhado de seus filhos e sua esposa, costumava realizar performances artísticas no local. Além disso, o espaço era também local de shows de artistas especialmente convidados, como emncionamos, quando veio o correntino Padre Julian Zini, ícone vivo do *chamamé* do *litoral*.

O *Las Cañitas*, como vimos, tornou-se um local de reunião de musico dos mais diferentes estilos existentes dentro do chamado *folklore*. Porém, antes dessa casa surgir no contexto pós-2001/2002, outras iniciativas haviam sido tentadas neste mesmo sentido, a maioria fracassando. Destaque para a *Peña Atahualpa*, sempre recordada entre os músicos locais, e que funcionou na segunda metade da década de 1990, considerado um local onde muitos músicos da atualidade deram seus primeiros passos. Referindo-se a este local, o músico e produtor Sérgio Riquelme assim narrou:

⁴²⁷ Ariel Ramirez (1921-2010) foi um músico, diretor artístico e compositor argentino, autor de uma monumental obra que se utilizava de gêneros do *folklore* argentino, mezclados à música erudita. Entre os quais, destaca-se “Misa Criolla”, obra musical mundialmente conhecida.

⁴²⁸ Pouco antes de falecer, o musico havia se separado de sua esposa Ana, que acabou indo viver no Rio Grande do Sul. Também o filho do casal, Santiago Garnica, também já havia ido embora para aquele estado brasileiro, após casar-se com Anahy Guedes, integrante do prestigiado conjunto sul rio-grandense “Familia Guedes”, o qual passou a integrar como musico (percussão e bateria). Não conseguimos levantar informações a respeito da outra filha do casal, Ivana, mas ao que tudo indica, quando ocorreu o trágico episódio do assassinato de Raul Garnica no início de 2015, este já estava vivendo sozinho em Puerto Iguazu.

⁴²⁹ No vídeo a seguir, Luis Velázquez toca, no charango, um *tango argentino*, num local turístico de Puerto Iguazu chamado *La Aripuca*. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=HDMQgGsqqOg> , consultado em 03/12/2017.

⁴³⁰ Lorenzo Bottscher e Luis Facciolinni, entrevistados nessa pesquisa.

La Peña Atahualpa fué... fué justamente una peña, onde los músicos nos juntamos. Una suerte de lo que era, de que tenía Raul, que era la Peña Las Cañitas. Solo que La Peña Atahualpa fué en el año 97, 98 que surgió la Peña Atahualpa, de José Luis Coutinho y Caio Robert. Dos grandes músicos pioneros acá en la ciudad que armaron esa peña y fué el comienzo de muchos. Yo me incluyo: el comienzo musical mio fué en esa peña. Y gracias a esos dos grandes artistas, y grandes personas. Y lastimosamente duro dos, três años, y después vino el problema económico en Argentina, y se cerró! Pero fué una hermosa peña que dió mucha vida al folklore (RIQUELME, 2017, entrevista).

Na segunda metade da década de 1990, algumas rádios da cidade transmitiam programas vespertinos de música *folklórica*. Destaque para os programas “La Tranquera de Mi Tierra” (“A porteira da minha Terra”, em tradução literal), dirigido pelo “gaucho” Oscar Sosa, e que ia ao ar todas as tardes através das ondas da rádio FM Libre, de Puerto Iguazu. Nesse programa Sosa – que também era cantor de *folklore* – apresentava, discutia e falava a respeito de alguns temas do folklore argentino, com ênfase no regional (do litoral). Também recebia convidados locais, e divulgava alguns de seus trabalhos musicais gravados. Em 1999, patrocinado por este programa, a cidade recebeu o show do famoso grupo correntino de chamamé *Los de Imaguaré*, e que a movimentou bastante naquela ocasião.

Por essa época, o pesquisador, ativista cultural e empresário Ricardo Brizuela, “El Cata” como se tornou conhecido (o apelido era uma referência ao seu local de origem, a província de Catamarca, no norte argentino) também produzia e apresentava um programa de *folklore argentino*, sob o título “Folklore Celeste y Blanco”. Diferentemente do programa apresentado por *El Gaucho* Oscar Sosa, o programa de Ricardo Brizuela possuía um caráter mais abrangente, abarcando não apenas temas regionais do folklore, como também folklore de várias outras regiões do país – sobre o qual Brizuela demonstrava um profundo conhecimento – e também do próprio folklore de outros países, como Uruguai, Bolívia, Paraguai e Chile. Na ocasião, Brizuela comentava e historicizava aspectos desses gêneros, divulgando assim não apenas a música em si, mas também as biografias e outros aspectos de interesse envolvidos na obra musical.

Como já foi visto no capítulo anterior, gêneros relacionados ao *folklore* regional (incluindo aqui ritmos como o *chamamé*), apesar de terem um público cativo na cidade, possuía um apelo midiático e mercadológico bastante limitado com relação ao turismo. Esta era uma das grandes dificuldades apontadas por músicos como Lorenzo Bottscher,

que embora fosse adepto e executante desses gêneros regionais, lembrava que a necessidade de sobreviver artística e profissionalmente nessa fronteira implicava em flexibilizar seu repertório, dialogando ainda com as influências musicais vindas dos demais países fronteiriços.

Daí a necessidade sentida por alguns setores da oficialidade local em reforçar discursos acerca da busca pela “identidade musical” da cidade de Puerto Iguazú (em particular), e que se articula a intentos semelhantes observados em outras cidades da província Misiones, tais como Eldorado⁴³¹ e Comandante Andresito,⁴³² por exemplo; e na própria província de Misiones, conforme abordaremos no tópico seguinte. O relato que realizamos logo no início a respeito da inauguração do mural com rostos de músicos locais grafitados numa das mais importantes avenidas de Puerto Iguazu, faz parte deste intento de plasmar uma “memória musical” para destacar Puerto Iguazu como uma cidade “diferenciada” no contexto fronteiriço. Este tipo de iniciativa, aliás, é bastante comum no que tange à província de Misiones, conforme passaremos a analisar na sequência.

5.2. *Identidades musicais de Misiones*

Primeiro, observemos dois relatos que destacamos abaixo. O primeiro excerto constitui parte transcrita de uma entrevista concedida pelo músico e compositor Ramon Ayala. O músico é natural de Misiones, e tornou-se mundialmente conhecido por suas criações artísticas originais, dentre as quais, o ritmo *gualambao*.⁴³³ A entrevista que utilizaremos a seguir foi concedida pelo músico em 2013 ao programa radial e televisivo *Encuentro en el Estúdio*,⁴³⁴ produzido por Lalo Mir, através do *Canal Encuentro*, de Buenos Aires. Neste programa, Ayala enfatiza sua condição enquanto filho da tríplice fronteira Brasil/Paraguai/Argentina, de onde teria tirado as bases estéticas e até filosóficas

⁴³¹ Fazendo uso de seu maior ícone musical vivo, o violonista Carlos Acuña, inúmeras iniciativas locais dessa cidade tem buscado consolidar essa memória que associa a cidade como um dos centros irradiados da música no contexto provincial de Misiones. Entre elas, a nomeação desse músico como “Embaixador Cultural” de Eldorado; também a Escola Municipal de Música, assim como o Anfiteatro da cidade receberam seu nome. .

⁴³² Recentemente, em 2011, o legislativo municipal escolheu um tema musical composto por Caraícho Toledo, “Himno Comandante Andresito”, como música oficial dessa cidade. Caraícho Toledo, que era natural de Corrientes, fez carreira artística em Misiones, onde se tornou bastante conhecido e prestigiado.

⁴³³ De acordo com o site <http://elgualambao.blogspot.com.br/>, Ramón Ayala teria definido o *gualambao* como “una necesidad de sintetizar los ritmos regionales [da região da tríplice fronteira] en una sola especie (...), un ritmo guaraní generado en esa región oriental de Misiones, frontera con Brasil y Paraguay, al que di la misión de vestir la selva, el Iguazu y los duendes de la tierra con un traje excepcional, de amplio espectro.” Acessado em 06/11/2017.

⁴³⁴ Programa *Encuentro en el Estúdio* (atualmente, *Encuentro en la Cúpula*), apresentado por Lalo Mir. Programa, e transmitido pelo *Canal Encuentro*.

para criar o ritmo do *gualambao*. De acordo com ele:

Yo estoy tan feliz de haber nacido en Misiones, no? Porque me he nutrido con las resonancias que venian del Brasil, gente que camina distinto; que tienen una dosis de negro incluso en su construcción física; y gente que viene del Paraguay, que hablan en guaraní. Entonces yo he sentido esa frontera! Y un poco del *gualambao*, este ritmo, viene un poco de eso, de la conjunción de esa provincia que se mete como una cuña entre las potências de Brasil y del Paraguay, y tapado aquí adelante por Corrientes. Entonces, tenemos unas sonoridades y unas ondulaciones rítmicas que son maravillosas. Y que te dan adentro una coloratura también. Una, digamos, capacidad de una nación distinta también. Porque no vás a encontrar nunca una región que tenga três sonidos distintos; três idiomas sonando juntos. (AYALA, 2013, entrevista radiofônica)⁴³⁵

No depoimento concedido a este pesquisador, Lorenzo Bottscher comentava um problema vivido nessa extensa faixa de fronteira entre Argentina e Brasil: a. existência de potentes estações de rádios brasileiras que alcançam cidades do lado argentino, rivalizando e até inviabilizando algumas emisoras locais, processo que o músico denominava “invasão”. De acordo com seu depoimento,

Te puedo decir, en Misiones que se vive todo en la costa del Paraguay, es todo harpa y polca paraguaya y guarânia. Y el folklore siempre se cuida, pero siempre la invasion extranjera se metió a Misiones. Misiones tiene este hecho de que está entre dos países, y está, de los dos lados, tiene la influencia muy fuerte con la musica! En parte por las potências de las rádios que tienen los extranjeros. Los brasileiros tienen mucha potencia! *Uno pone la radio argentina y casi no se escucha! Se tapa todo, se escucha más Brasil*. Entonces la musica se aprende de acuerdo a la región. (BOTTSCHER, 2010, entrevista, grifos meus)

Como se percebe, ambos os depoimentos se referem à música regional da província de Misiones. Porém, enquanto o primeiro depoimento (de Ramón Ayala) avaliava que a proximidade da fronteira com Paraguai e Brasil opera como um elemento potencializador da cultura e arte locais (no contexto provincial) – e que teria, inclusive, permitido a própria criação do *gualambao* –, Bottscher, ao contrário, assinalava que a proximidade com o Brasil gerava um pressão cultural desigual em favor da musica brasileira (no caso, gauchesca), inviabilizando exatamente a música *regional* de Misiones. Este músico, que como vimos no capítulo anterior, chegou a participar de projetos musicais coletivos – como a gravação do trabalho “San Pedro canta Al País”, antes de se

⁴³⁵ Vide: <https://www.youtube.com/watch?v=wwiz0HwtQR4>, acessado em 03/10/2017. O trecho que transcrevemos corresponde sensu a entre os 30m:06s até 31m:18s.

fixar e trabalhar profissionalmente em Puerto Iguazu, - referiu-se ao tempo vivido na cidade de San Pedro, “(...) me fuí a San Pedro, a vivir en San Pedro, Misiones, y allí estamos en frontera con Brasil. O sea, todo era sertanejo... no sertanejo, sino valseado con vaneirão... todo eso tipo de música.” (BOTTSCHER, 2010, entrevista).

Valeria ainda a pena observar o trecho do depoimento concedido a essa pesquisa, por Sergio Riquelme, aliás, músico, radialista e apresentador musical nascido em Puerto Iguazu. Comentando o período em que viveu fora dessa cidade por motivos pessoais, e que culminou com o início de seu trabalho com rádio na pequena cidade de Puerto Rico, também na província de Misiones:⁴³⁶

Empezé haciendo radio, porque, en una época me separé, allá por el 2011. Me separé de la mamá de mi hijo, y no estaba bien. Y decidí irme. Decidí irme de Iguazu. Me fuí a una ciudad... *Puerto Rico, una ciudad de gringos. De gringos, donde nos invadía la música de gringos: la música alemana, la música polaca. La música cervecera.* Y donde había una falta de folklore impresionante! Entonces, tomé coraje y me fuí a la mejor radio de Puerto Rico, y le mentí al dueño de esa radio, diciendole que yo era locutor, y que tenía muchísimos temas folkloricos. Que es verdad, hã! Eso si es verdad! (risos). Tenía muchos gigas de folklore. Y, bueno, mi idea era hacer un programa de folklore. (RIQUELME, 2017, entrevista, grifos meus)

Detalhe para os termos que Riquelme utiliza para tratar da música tocada naquela cidade: “música alemana”, “música polaca”, “música cervecera” (música cervejeira) – esta última, pelo fato de se tratarem de marchinhas e ritmos *alemães*, geralmente associados a festas tidas como “típicas”, regadas a cerveja. Para além destes qualificativos, observe-se a maneira como este músico descreve a relação entre aquilo que ele define como “música de gringos” e o *folklore*, tratado como música regional de Misiones – já que o depoente se refere à primeira como invasão, “donde nos invadía la música de gringos”.

Com base nos excertos destacados acima, caberia então colocar a seguinte pergunta: qual seria a verdadeira música de Misiones? Aquela, produzida *genuinamente* na província, como o ritmo inédito do *gualambao* criado por Ramon Ayala? Ou aquela que, mesmo não tendo sido criada na província (como o *chamamé*) faria parte do contexto regional da música do *litoral*, depurado de ritmos “estrangeiros”, como também as músicas *gauchescas*? Ou apenas os ritmos regionais do *litoral* (especialmente o

⁴³⁶ Localidade situada às margens do rio Paraná, na fronteira com o Paraguai, com cerca de 14.500 habitantes.

chamamé), depurado dos próprios ritmos “gringos” cultivados por grupos de imigrantes que se estabeleceram na província de Misiones?

No início da década passada, iniciou-se um interessante processo de discussão em torno da construção de uma identidade musical para a província de Misiones, e que culminou com um concurso onde iria se escolher a música símbolo desta jovem província. Misiones se aproximava de seu 50º aniversário de emancipação política e administrativa.⁴³⁷ Neste sentido, havia um esforço por parte de diferentes agentes sociais - elites, autoridades políticas, narradores, historiadores, folcloristas, artistas - que buscavam produzir uma identidade - oficial ou não - para inscrever essa província de forma específica no contexto identitário do *litoral* argentino. O compositor, intérprete e radialista correntino Caraícho Toledo, radicado, aliás, nessa província desde a década de 1990, acompanhou este processo, lembrando que a afirmação identitária das províncias do *litoral* argentino tiveram na música popular regional um importante elemento de disputa. Assim, de acordo com ele, processos semelhantes de construção identitária já haviam ocorrido em outras províncias do *litoral*, com especial ênfase ao ocorrido em Corrientes, que conseguiu se tornar mundialmente famosa como “berço do *chamamé*”.⁴³⁸ De acordo com Caraícho Toledo:

⁴³⁷ Antes considerada território nacional (sob administração federal), a Província de Misiones foi criada pelo decreto 14. 294, de 10 de dezembro de 1953.

⁴³⁸ A maioria dos autores coincidem em apontar a centralidade da província de Corrientes como sendo o *berço musical* de onde teria surgido o ritmo do *chamamé*. Entre os quais PIÑEYRO (1997). Contudo, em um estudo a respeito das origens do *chamamé*, o musicólogo e pesquisador argentino, Rubens Pérez Bugallo, em seu livro “El *chamamé*: raíces populares y des-orden popular” (2008) rejeita essas teses originárias desse gênero, geralmente tratado como uma derivação da *polka* europeia “acordeonizada”; ou como derivado da música indígena guarani (a partir da junção de seus cantos e ritmos ancestrais, adaptada a instrumentos e estruturas melódicas trazidas pelos padres jesuítas); ou mesmo, como subproduto da música erudita (acadêmica) e sacra de origem europeia trazida pelos padres da Companhia de Jesus para o interior das Missões jesuíticas durante o período colonial e “relida” pelos indígenas das Missões. Ao contrário, Bugallo defende que o *chamamé* “responde a una clara filiación hispano-peruana. Trata-se “nada más – y nada menos – que del desprendimiento oriental de la música española acriollada en el Peru y que desde allí se disperso, por distintas vías, hacia diferentes zonas de nuestro actual territorio, adquiriendo en cada caso los matices regionales que hoy resultan característicos. (...) el *chamamé* nos es el ‘pariente pobre’ de nuestra música criolla – como tantas veces se lo ha considerado, definiéndolo también como una despreciable mezcla de ‘indios’ abúlicos con ‘gringos levantiscos’; que no es música guarani acriollada y que tampoco es el relicto popularizado de un sublime academicismo misional” (BUGALLO, 2008: pp.18-19). Para este mesmo autor – que, a despeito disso, reconhece o papel central da província de Corrientes como sendo o grande centro difusor deste ritmo em âmbito nacional – o *chamamé* só começou a se difundir pela Argentina a partir do final dos anos 1970, quando a ditadura militar argentina (1976-83) passou a reprimir artistas populares e correntes do *folklore* ligadas à chamada “música de protesto” – dentre as quais, aliás, não estava o *chamamé*. Assim, para a ditadura, o contexto que antecedeu o golpe foi marcado pela difusão da chamada *música folklórica* (música popular, de matriz rural) como trilha sonora das lutas políticas encampadas pela militância de esquerda no país. Contudo, tais apropriações ocorreram a partir de ritmos como a *zamba*, a *milonga* e a *chacareira*, permanecendo o *chamamé* fora deste tipo de apropriação. Sendo ele também um ritmo popular de origem rural, o *chamamé* passou a ser visto como um estilo musical que poderia cobrir a demanda por música popular rural, deixada em aberto após o surgimento das chamadas “listas negras” - artistas populares que foram proibidos de se apresentar, e cujas músicas foram igualmente

Y lo que no tiene ritmo próprio, de acá de esta región, digamos... del *litoral*, es el Chaco, Formosa y Misiones. Misiones ahora está formando, porque es una provincia nueva. No tiene más de cincuenta años de su administración. Allá por el cincuenta creo que se hizo provincia. Incluso, no tiene una historia. Están buscando, rastreando la historia, y van buscando. Justo que yo escribí una [música] al Comandante Andrés Gacurari⁴³⁹... “Andresito Gacurari, El comandante”.⁴⁴⁰ Están buscando su historia, la provincia. Están buscando su ritmo. Y entre los ritmos de Misiones, está la galopa que es de [Daniel] Stéfani⁴⁴¹; gualambao, que quiere poner Ramón Ayala,⁴⁴² el xotis misionero... Para mí, xotis es una influencia de Brasil.⁴⁴³ No sé: hay... xotis es xotis! Que vá a decir: “xotis misionero”, “xotis brasileño”? (risos) Xotis es xotis (TOLEDO, 2010, entrevista).

Assim, na busca dessa “identidade” para Misiones, uma província ainda em processo de formação, a música popular de matriz rural (regional) desempenharia um papel fundamental. O jornal *El Territorio*, de Posadas, em matéria publicada em março de 2013 (ano em que a província de Misiones completava seu 60º aniversário), trazia alguns elementos para avaliarmos as dimensões que este debate assumia. Entrevistando grandes nomes da pesquisa musical na província – como o maestro Ricardo Ojeda -, este jornal buscava compreender, afinal, qual seria a “verdadeira música” de Misiones.

censuradas nas rádios, TVs e festivais. Neste sentido, o chamamé foi utilizado por se apresentar como um tipo de música popular mais “inofensiva” do que suas correspondentes em outras vertentes, já que “(...) al menos sus cultores aparentaban ser más inofensivos.” Com efeito: “Fué entonces que el *chamamé* tuvo vía libre para lanzarse a conquistar el territorio nacional. Como muestra de la proliferación de audiciones radiales dedicadas exclusivamente a este género a principios de la década de ochenta “ (BUGALLO, 2008, p.153). Todavía, Caraicho Toledo aponta a existência de uma difusão do chamamé pelo *litoral* já a partir da década de 1930. Recordando passagens de sua infância ao final da década de 1950, narrou: “Mi mamá me acunava con un chamamé. En el campo, no había otra cosa que escuchar que el chamamé. O sea, no había arrorró de las niñas... no llegava esas músicas. Prendía a las rádios, escuchava... si es que tenía rádio, y no los músicos... y que tocaban los músicos? Tocaban chamamé. Tocaban música nuestra.” (TOLEDO, 2010, entrevista).

⁴³⁹ Andrés Gacurari (ou Guaçurari) ou simplesmente “Andresito” (1778-1821) foi um líder indígena guarani que comandou uma das divisões do exército popular de José Gervásio de Artigas nas lutas pela independência do início do século XIX. Considerado um herói pela memória local, dá nome a um dos mais extensos municípios da província de Misiones, localizado na parte norte, sendo boa parte dele dentro do Parque Nacional do Iguaçu. O município também faz fronteira com o território brasileiro, através do rio Iguaçu.

⁴⁴⁰ O depoente se refere a uma composição musical de sua autoria, que acabou batizada com o nome “Himno Marcha Comandante Don Andrés Guacurari”. Em 2011, o legislativo municipal da cidade de Andresito aprovou uma lei que transformou essa composição de Caraicho Toledo, em hino oficial do município. Vide notícia publicada em um site local: <http://www.lt4digital.com/noticia.php?i=129601> , acessado em 12/04/2017.

⁴⁴¹ Daniel Stéfani (1948-2011) é autor, entre outros, da galopa “Mi Abuela Paraguaya”.

⁴⁴² Aliás, Ramon Gumercindo Cidade (1927), conhecido artisticamente como Ramon Ayala.

⁴⁴³ Na grafia e pronúncia brasileira, *xote*, ritmo popular no nordeste e no sul do Brasil. A influência brasileira por ele observada provavelmente se refere à forma mais difundida no sul do Brasil, dentro dos quadros das danças de salão praticadas pelos CTGs, conhecida genericamente como *gauchescas*.

Ricardo Ojeda, por exemplo, defendia que o chamamé não poderia ser considerado um ritmo típico da província, dado que Misiones também tinha sua própria música:

...Y en el caso del rastreo de la identidad musical, aquel conflicto se presenta en forma de polémica. Según el maestro Ricardo Ojeda, uno de los máximos exponentes de los sonidos de la tierra colorada, *“hace muchos años que existe una polémica sobre que nuestra provincia no tiene música, que acá sólo se consume chamamé, y no están tan errados. Pero Misiones sí tiene su música”*. (jornal *El Territorio*, 17/03/2013, grifos meus)

Ricardo Plácido Ojeda (San Javier, Misiones, 1930), fundador da Orquestra Musical da Província de Corrientes, tornou-se prestigiado por seus trabalhos de pesquisa e recopilação musical sobre essa província. Contudo, o jornal questionava em parte sua avaliação, por entendê-la categórica demais, por deixar poucos espaços para processos de hibridismo culturais ocorridos nessa província. O jornal, ao contrário, buscava reforçar *uma imagem sempre presente – e que se trata até mesmo de um constructo oficial –* plasmada acerca de Misiones, descrita como um “crisol de povos/etnias”. Retomando a matéria, observamos o comentário do jornal, que vinham logo na sequência das afirmações de Ricardo Ojeda:

¿Será así?

El tema es que la provincia es un crisol (a secas, el término 'raza' ha caído en desuso), y justamente esa característica, la de convertir paulatinamente lo heterogéneo en homogéneo, condicionó todo el desarrollo cultural que experimentó la región desde sus orígenes hasta la actualidad. *“La provincia fue conformada por muchos grupos migratorios diferentes, y cada uno trajo su bagaje cultural. Dentro de esas expresiones vino la música”*, dice Zulma Pittau, directora de la Escuela de Música local, y continúa: *“Todo se ha ido fusionando entre sí, en relación a las fronteras que ocupan. Nosotros tenemos 900 kilómetros de frontera y somos una provincia muy nueva. Pero esa multiplicidad no suma ni resta en la búsqueda de la identidad; creo que nuestra identidad es justamente esa diversidad”*. (jornal *El Territorio*, 17/03/2013, grifos meus)

Como se nota, os editores do jornal preferiam seguir a proposta que pensava Misiones através do aspecto da *hibridação*, deixando de lado alguns discursos essencialistas, como aquele desenhado a partir de fala de Ricardo Ojeda.

Dentre os elementos presentes nos trechos discutidos acima, poderíamos destacar a intenção manifesta de construção uma identidade coletiva para Misiones como uma

tarefa que envolveria o próprio poder público, além de setores da sociedade local, como músicos, acadêmicos e memorialistas. Também, a música entendida aqui como elemento capaz de construir essa identidade coletiva pretendida. E ainda, o apelo em torno da necessidade e urgência dessa construção, face ao “problema” da proximidade da fronteira de Misiones com relação a outros dois países platinos: Brasil e Paraguai. Vimos anteriormente que para alguns músicos de Misiones, a forte presença brasileira é tratada como um risco à consolidação da própria identidade musical provincial, remetendo aos antigos debates que ocorreram também nessa região, e que tratamos em parte no capítulo 2. Na ocasião, e a partir de outros contextos, durante todo o século XIX, as fronteiras platinas eram sempre tratadas como fator de instabilidade e risco à soberania dos países em processo de construção.

Por outro lado, se pensada fora dos discursos oficiais e identitários nativistas, e tomada a partir das próprias trajetórias de músicos (pelo menos esses que entrevistamos nesta pesquisa), a proximidade da fronteira com países como Brasil e Paraguai pode ser tratadas também como abertura de novas possibilidades. Mesmo a busca por uma “identidade” para a província de Misiones passou por processos de “invenção de tradições”, tal como tratado por Hobsbaum e Ranger (2002), envolvendo não apenas artistas, intelectuais e memorialistas, como também a própria oficialidade. Poderíamos destacar (sem pretender aprofundar aqui) um tipo de imagem que frequentemente se associou à província de Misiones, cuja tradução literal é “Missões” - uma clara referência as antigas reduções jesuíticas (Missões jesuíticas) que existiram nessa região durante o período colonial.⁴⁴⁴ Misiones integrou a Província Jesuítica de *Paraquaria* (termo latinizado utilizado pelos religiosos da Companhia de Jesus, e que na atualidade, também

⁴⁴⁴ As missões jesuíticas fizeram parte da dinâmica do período colonial que se seguiu à conquista espanhola. Em face do massacre e extermínio étnico da população indígena nativa existente no continente, entre o final do século XVI e até meados do século XVII, padres jesuítas da Companhia de Jesus reuniram grupos dispersos de indígenas que haviam sobrevivido a estes massacres, e construíram prósperas comunidades com estes índios “reduzidos” – daí a origem do termo “redução”. No seu auge, a região platina chegou a contar com cerca de 30 comunidades neste formato. Nessas comunidades, os ideais e valores cristãos eram propagados, e os índios eram alfabetizados e iniciados em ofícios europeus (ferreiros, músicos, carpinteiros, etc). De acordo com o historiador Erneldo Schallenger: “Esta dinâmica do colonialismo interno, que de um lado explorava o índio pelo serviço pessoal e de outro o saqueava do seu meio para negociá-lo como mercadoria, teve como resultado a desintegração dos Guaraní como povo e sua consequente dispersão, o despovoamento e a instalação de conflitos que reverteram no extermínio da parte mais frágil. Tudo isto ocorreu em nome da expansão do sistema capitalista, que nas suas próprias contradições criou mecanismos de expansão interna, à margem das estruturas coloniais implantadas pelo estados ibéricos. (...) Neste contexto, o ideal evangélico de socorrer os pobres e indefesos fez com que a Companhia de Jesus definisse uma nova estratégia para sua ação missionária. Tratava-se de reduzir os índios, para introduzi-los na vida civil e cristã, além de defendê-los dos abusos dos encomenderos e, sobretudo, dos ataques dos paulistas”. SCHALLENGER, 1993: 26-27).

daria origem ao nome adotado pela República do Paraguai após sua independência (STERLING, 2011, p. 51).⁴⁴⁵ Hoje, existem algumas ruínas dessas antigas reduções que se tornaram pontos turísticos bastante visitados na província de Misiones.⁴⁴⁶ Estes elementos – as *reduções* e a presença *guarani* – operam na atualidade como um poderoso fator identitário, explorado até mesmo nas relações bilaterais (em âmbito estatal) e bastante corrente entre os formuladores de imagens e memórias que tentam estabelecer as pretensas raízes históricas e culturais da província de Misiones.

Esse processo encontra semelhanças também no Brasil e no Paraguai. No caso paraguaio, por exemplo, o historiador German Sterling (2011) identificou a existência de projetos que transpassaram as mais diferentes correntes políticas e ideológicas existentes naquele país, e que tratava de construir uma imagem acerca de um território *guarani* para explicar a origem do Estado nacional paraguaio. Deste esforço, participaram acadêmicos, intelectuais e agentes estatais paraguaios, músicos e artistas, entre outros. Tal processo, segundo o autor, teve ampla repercussão quando da construção da Usina de Itaipu Binacional entre Paraguai e Brasil. Os paraguaios responderam à chegada maciça da presença estatal brasileira na tríplice fronteira para retomar, no campo simbólico, antigos reclames e reivindicações acerca de seus direitos territoriais – perdidos para Argentina e Brasil no campo bélico e diplomático, ao longo do século XIX. Neste caso, falar em território *guarani* estará na base da própria “paraguaidade”, como a quem deveria caber, por direito, o controle e posse deste território.⁴⁴⁷ A questão, neste caso, já não implicaria mais na revisão de acordos territoriais – algo já resolvido de forma definitiva no campo militar e diplomático –, mas justamente a noção de que o Brasil (assim como a Argentina) teriam essa dívida moral com o Paraguai. De acordo com Sterling:

Alguns dos poucos intelectuais, “sobreviventes” no regime militar paraguaio, ante a emergência dessa nova consciência integracionista ou “sub-imperialista” [por parte do Brasil], se colocam no dever da

⁴⁴⁵ No sul do Paraguai, existe um Departamento (neste caso, equivalente a província) que também leva o nome de Misiones. De maneira semelhante, este departamento se integrava as antigas reduções jesuíticas do período colonial.

⁴⁴⁶ Além das de Misiones, existem ruínas também do sul Paraguai e no norte do estado brasileiro do Rio Grande do Sul.

⁴⁴⁷ O crítico literário paraguaio Damian Cabrera, por outro lado, percebe uma certa armadilha dialética nesta reivindicação identitária feita até mesmo em âmbito oficial no país guarani: “Los procedimientos que buscaron la incorporación de lo indígena a la cultura nacional paraguaya —reducido estrictamente a la cultura Guaraní, a pesar de casi una veintena de grupos étnicos distribuidos por el territorio paraguayo —frugaron igualmente la invisibilización del indígena que, a pesar de sobreviviente y real, es visto casi estrictamente en clave ancestral. Así, el nacionalismo paraguayo ha celebrado —hasta hoy— supuestos valores Guaraníes que estarían presentes en la sociedad paraguaya, fundada, según el mito, en el mestizaje hispano-guaraní.”. (CABRERA, s/d, 06).

“patriótica acción de afianzar vigorosamente los perfiles nítidos y auténticos de la identidad cultural paraguaya”. Era preciso mostrar e demostrar que a margem direita [do rio Paraná] possuía uma ancestralidade. Uma memória “original” com perfis nítidos e “autênticos” que afirmavam e confirmavam a presença da “paraguaidade” no território sob a perspectiva histórica. O trabalho destes intelectuais, todavia, era pertinente ao regime [ditadura militar de Alfredo Stroessner] e por isso permitido e até bem-vindo para “defender” o espaço fronteiriço, não mais militarmente ou economicamente, duas frentes praticamente perdidas para o Brasil, mas, culturalmente. Para tanto, foi proposto por esse grupo de pesquisadores, um museu no lado paraguaio que preservasse os resultados e os materiais das suas pesquisas nas diversas áreas, especialmente nas humanas, como arqueologia, antropologia, sociologia e história. Nesse âmbito a Questão Guaraní e a Questão Paraguaia, entendidas como simbióticas, passaram a ser um argumento identitário de ancestralidade sobre território, que do outro lado do rio, de algum modo, não eram tão acentuadas. (STERLING, 2011, p. 35).

Operando sob este mesmo argumento, mas de forma um pouco mais “idealizada” e menos historicizada, a antropóloga iguassuense Nara Oliveira também propõe que entre as construções identitárias possíveis sobre a tríplice fronteira (no caso, Foz do Iguaçu) se considere a força da ancestralidade guarani. Para essa autora,

Ainda que hoje sejam poucas as tribos indígenas mantendo relativo isolamento, a miscigenação se encarrega de lembrar aos observadores mais aetntos que a origem do povo guarani está presente no biótipo, sincretismo linguístico, religioso e cultural dos seus descendentes urbanistas. Também, fragmentos da cultura guarani estão perpetuados na infinidade de ruas, praças, bairros, monumentos e estabelecimentos comerciais nomeados na língua guarani, sendo a Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional uma das mais emblemáticas demonstrações desta realidade.” (OLIVEIRA, 2012, p. 24).

Voltando ao que ocorria na província de Misiones, veremos a estruturação de narrativas que irão tratar essa província como parte de um *território guarani*, discurso que se fará presente na própria memória social produzida e/ou difundida por músicos ligados aos estilos populares regionais. Um dos autores mais celebrados neste sentido é Alcibíades Alarcón (1940-1985), autor dos versos da música *Misionero y Guaraní*, que reproduzimos abaixo:

MISIONERO Y GUARANI (Alcibiades Alarcón)

Yo vengo a entregarte el canto que te prometió mi entraña
y busco en la milenaria verde selva guaraní.
Y quiero decirte entero que yo soy bien misionero

como el yerbal y el guerrero Don Andrés Guacurari.
Quiero nombrarlo a Quiroga pues él escribió una historia
llevando pasión y gloria viviendo en Teyú Cuaré
Y he de gritar altanero que aquí ha vivido el pombero
leyenda que es un misterio como el yasy yateré.

Vengo a decirte en mi canción lo que una vez te prometí
y he de gritar con toda voz soy de la raza guaraní.
Sé que una vez me ausentaré y esto lo voy a repetir:
quiero en mi tumba una escritura en guaraní.⁴⁴⁸

Na letra acima, aparecem dimensões importantes que também serão utilizados por outros elaboradores de discursos identitários sobre a província de Misiones. Neste caso, além da ênfase na *identidade guarani*, também aparecem evidenciados aspectos como a frondosa selva missioneira, as lendas e mistérios locais (de origem alegadamente indígena, como o *Yasi Yateré*⁴⁴⁹), os cantos e orações em idioma guarani – o que mostra a existência de “falantes” deste idioma na região, e outros símbolos históricos e memoriais de Misiones, como o “yerbal” (ervais) – responsáveis por um importante ciclo histórico da província, quando toda a Argentina bebia erva-mate de Misiones - e o líder guerreiro Andrés Guaçurari, de origem guarani, que lutou pela independência do Prata no início do século XIX, e depois liderou uma das divisões do exército popular de Jose Gervásio de Artigas. Também aparece naquela canção a referência à própria existência de uma literatura já produzida sobre Misiones, tendo como símbolo máximo os escritos de Horácio Quiroga⁴⁵⁰.

Outros músicos também irão se referir a essa região como *guaranítica*. Caraícho Toledo, por exemplo, em sua entrevista concedida a esta pesquisa, num dado momento, afirmou que “(...) conosco mucho de nuestras cosas, especialmente desta región guarani. Esta es una región de guaraníes, no?” (TOLEDO, 2010, entrevista). No mesmo sentido, o violonista Júlio Rolón mencionou a existência de iniciativas de cunho oficial, que, entre

⁴⁴⁸ Existem inúmeras gravações sobre este tema musical, a maioria dos quais em ritmo de *chamamé*. Dentre elas, a conhecida versão feita pelo grupo de chamameceros correntinos *Los de Imaguaré*. Porém, também existe uma emblemática versão dessa música, gravada pelo violonista Julio Rolón em ritmo de *galopa misionera*. Essa versão está disponível no youtube: https://www.youtube.com/watch?v=pmGZQ_7BnWM, acessado em 12/12/2017

⁴⁴⁹ Personagem mítico de uma lenda de origem guarani. Também conhecido como *avañe'ê*, dizia-se que este personagem (descrito com um anão, ou um menino) costumava capturar e violar moças perdidas na selva, bem como confundir eventuais invasores, fazendo-os perderem-se na mata.

⁴⁵⁰ Horácio Quiroga (1878-1937) foi um dramaturgo e escritor de origem uruguaia, mas que viveu boa parte de sua vida em Misiones, onde produziu contos e histórias ambientadas na selva missioneira. Hoje, é considerado um dos predecessores da construção identitária da província, associada à natureza, as lendas e à memória indígena.

outras coisas, buscavam inclusive uma “bandeira” própria para Misiones, baseada em seu passado guarani:

Yo conozco las orillas del Brasil, que es acá de nuestra parte, Cascavel... porque hacíamos viajes de delegaciones culturales. Que uno de ellos era secretario de todos estos temas de Mercosur, mercosureño. Entonces el tema sobre esta región guaranítica es de Eduardo (Alfredo) Galeano es el coordinador de todos estos asuntos, de los escritores del Mercosur. El está en permanente movimiento con toda esa gente, inclusive descubrir una bandera misionera. (ROLÓN, 2017, entrevista).

Porém, como bem observou a antropóloga argentina Ana Padawer, o problema deste tipo de elaboração identitária essencialista, é que elas, na maioria das vezes, tomarão o sujeito *indígena* como alguém congelado no tempo e no espaço, *exótico*, distante e atemporal (PADAWER, 2014, p. 199). Neste caso, identificar Misiones com seu passado *indígena* é algo que dirá muito pouco do ponto de vista social e histórico, dado que se tratará de um indígena museificado, que deve ser “preservado” tal e qual apenas para a fruição a curiosidade dialética da sociedade moderna, e que seguirá sendo invisibilizado e segregado no dia a dia.⁴⁵¹

Ainda, estabelecer marcos identitários para a província de Misiones não passava apenas por selecionar, remodelar e formular discursos a partir de elementos internos presentes neste meio (a selva frondosa, o passado guarani, as lendas, a música regional, etc), mas também qualificar a própria questão das fronteiras, e o papel desempenhado por Misiones na própria história nacional argentina. O historiador argentino Héctor Eduardo Jaquet aponta como a construção de noções e representações sobre essa *fronteira* a partir do território de Misiones, feitas por historiadores argentinos, foi sendo modificada ao longo dos anos. Este autor encontrou sentidos contraditórios e ambíguos quando se tratava de qualificar não apenas os “de dentro” (os grupos sociais argentinos presentes neste território), mas também os “de fora” (dos países limítrofes - Brasil e Paraguai); e ainda, a relação a ser estabelecida por Misiones no tocante à capital, Buenos Aires, como o grande centro difusor das Histórias nacionais, em contrastes com essas “histórias regionais”. Deste modo,

⁴⁵¹ “Pese a estos avances normativos, y a que la herencia guaranítica está ampliamente presente en la tradición cultural de la provincia (...), la población mbyà continúa sufriendo los efectos de la expansión colonizadora estatal y privada iniciada a principios de siglo XX, y protagonizando reclamos territoriales que adquieren distinto grado de visibilidad pública.” (PADAWER, 2014, p. 198).

Según los contextos políticos en los que la historia es interpelada y según los esfuerzos de los historiadores para ocupar un sitio dentro del campo académico nacional, se producen procesos de *inclusión* y *exclusión* con la intención de especificar, por un lado, una historia “nacional” de Misiones y, por otro, a los historiadores locales como “argentinos” en el marco de componentes de naturaleza diversa que circulan en la frontera. Esto obliga a los historiadores a estar en permanente negociación y/o conflicto para especificarse a sí mismos, mediante un proceso de *fronterización* de la propia frontera que implicaría la construcción permanente de *otredades*.

En la negociación, los historiadores articulan los componentes nacionales, locales y regionales, y en el conflicto, definen fronteras “duras” (transformando a los vecinos en “enemigos” y “usurpadores”) o un tanto mas “flexibles” (sosteniendo un discurso favorecedor de la “hermandad” entre los pueblos vecinos). Ambas resoluciones no son ajenas a los procesos aún no agotados de articulación entre la provincia de Misiones y la nación Argentina. (JAQUET, 1998, p. 02)

Com efeito, o fator identitário – pertencer a Misiones - obedeceria a construção da noção de um território nacional previamente estabelecido. O regional, neste caso, passa a se tornar o seu principal “ponto de referência”:

Así, las fronteras como puntos de referencia para las personas, aunque puedan concebirse de diversas maneras en contextos particulares, son básicamente construcciones culturales y no productos de la naturaleza. Por lo tanto, forman parte de los imaginarios colectivos y constituyen categorías de construcción identitaria que se especifican y cobran sentido en el plano de las negociaciones socioculturales. Las fronteras se marcan porque ‘las distintas comunidades interaccionan de diversas maneras con otras entidades de las que son, o desean ser, distintas. La conciencia de una comunidad incluye la percepción de cuáles son sus ‘fronteras’. Estos límites pueden o no estar marcados sobre el terreno o en los mapas’, pero siempre lo están ‘en las mentes’. La frontera nos separa a ‘nosotros’ de ‘ellos’ y al definir al ‘otro’ definimos simultáneamente el ‘nosotros’ (JAQUET, 1998, p. 3).

Portanto, o que se observa é que, ao propor um concurso que pudesse definir um “rosto musical” à província de Misiones, tal intento também acabaria permeado por esses embates acima mencionados. Esta é a razão pela qual a tarefa passava por, ao mesmo tempo, escrever *musicalmente* a história e a presença de Misiones no contexto do *litoral* argentino (e no próprio contexto nacional), ao mesmo tempo que se buscava apresentar algo que fosse “típico” e exclusivo deste pedaço isolado do nordeste argentino, cercado por dois países com os quais historicamente se travaram conflitos territoriais, e apartado - “tapado”, no dizer de Ramón Ayala - do restante da Argentina, por Corrientes. A escolha

da canção-hino de Misiones se tornou importante porque precisava dialogar com todos estes elementos: a questão guarani, o “problema” da fronteira, a reafirmação do papel de Misiones dentro da identidade musical do *litoral* argentino, entre outros aspectos.

Apesar de ser recente enquanto território nacional, Misiones já possuía um significativo conjunto de produções musicais que a qualificavam enquanto um território produtor de memórias e propostas identitárias próprias. Vimos anteriormente que no campo da literatura, desde cedo, autores como Horácio Quiroga já haviam sintetizado elementos que subsidiaram identidades coletivas para essa província. Também o próprio Ramón Ayala já vinha produzindo uma série de obras pictóricas e literárias que imortalizaram, em páginas e aquarelas, imagens e representações sobre Misiones, sua selva, seus mitos e suas lendas, seus personagens reais (*mensus*, pescadores, *jangaderos*, etc) e míticos.⁴⁵²

O dito concurso acabou selecionando duas canções para a final, sendo elas: o chamamé-canção “Posadeña Linda”, do misionero Ramón Ayala; e a galopa misionera composta sob o título “Misionerita”, do compositor correntino Lucas Braulio Areco (1915-1994). Em decisão polêmica, os jurados escolheram esta última como vencedora, que desde então acabou transformada em música oficial da província de Misiones.⁴⁵³ A escolha até hoje divide opiniões, já que alguns consideram que Ramón Ayala foi injustiçado, não apenas por conta da obra musical do compositor em si – praticamente toda ela voltada à descrição das paisagens, costumes, personagens e elementos presentes na história e nas memórias populares da província de Misiones –, mas pelo fato dele próprio ser um “filho da terra”, numa província que ainda ressentia a ausência de seus próprios autores. Sobre o fato dos jurados terem preferido a galopa “Misionerita”, em detrimento ao chamamé “Posadeña Linda”, Caraícho Toledo assim comentou:

⁴⁵² Ver verbete dedicado ao autor, através do site *Portal Guarani*. Neste verbete, aparecem listadas as obras já publicadas por Ramón Ayala, e as exposições de suas obras de arte já realizadas pelo mundo. Vide: http://www.portalguarani.com/27_ramon_ayala_cidade.html, consultado em 10/10/2017.

⁴⁵³ Vide decreto que oficializou a escolha da música “Misionerita” como música oficial da província de Misiones: <http://www.diputadosmisiones.gov.ar/expedientes/docs/2004/proyectos/PR4566.pdf>. Decreto N° 813, assinado pelo governador Carlos Rovira, em 23 de julho de 2000. Consultado em 20/10/2014. A este respeito, o jornal *El Territorio*, de Posadas descreveu: “‘Misionerita’ fue compuesta entre 1943 y 1958 por Lucas Braulio Areco. Alcanzó notoriedad con Ariel Ramírez. Con Areco, el famoso autor de ‘La Misa Criolla’ vino para estrenar la canción el 15 de abril de 1958, durante un concierto que el pianista santafesino ofreció en el Club del Progreso, de Posadas. El 23 de junio de 2000, Misionerita fue elegida en un concurso para ser la Canción Oficial de Misiones, por el Decreto N° 813. Desde entonces, es una canción que debe escucharse en cada uno de los actos oficiales, dependientes del gobierno, pero también en los escolares, seguido del Himno Nacional Argentino.” *El Territorio* versão digital. Ver: <http://www.territorioidigital.com/notaimpresa.aspx?c=4761208726765191>, consultada em 21/10/2014.

Y elegieran “Misionerita”. “Misionerita” que le canta al río, al sol, al agua... Y mira: “Misionerita” es un correntino que... Yo hubiera de estar orgulloso de este! Para que vos vea como pienso nomás. Yo tenía que estar orgulloso de que está “Misionerita” acá como himno, porque fué compuesta por un correntino. Pero yo voy a lo que vea a la realidad. Yo creo que tiene que tener algo que identifique a la tierra. Identifique a su gente. (...) Y eso de “Posadeña Linda” y “Misionero y Guaraní”, creo y estoy convencido de que no eligieran porque precisamente Misiones quiere su ritmo próprio. Y como es todo misionero, y ellos son chamamé, no rescataran. Esa es la elección. (TOLEDO, 2010, entrevista)

Na ótica de Caraícho Toledo, portanto, escolher um chamamé para simbolizar Misiones seria o mesmo que dar os créditos do “nascimento cultural” da jovem província, a Corrientes, berço do chamamé. Apesar dessa escolha ter adotado claramente critérios “puristas”, Caraícho chama atenção para o fato de foi a partir de Corrientes que partiram as principais frentes migratórias que povoaram e ajudaram a conformar física, étnica e culturalmente as províncias vizinhas, como Chaco, Formosa, Entre Rios e também Misiones. O músico argentino Luis Fagiolini, entrevistado nessa mesma ocasião, lembrava esse processo de conformação de identidades musicais que ocorreu em algumas províncias do *litoral* argentino:

Por ejemplo, *Posadeña Linda* es una *canción*.⁴⁵⁴ Chamamé-Canción. Son las dos cosas. Porque empieza lento, y después mucho rápido. Igual que, por ejemplo, el Chaco. El Chaco no tiene su identidad propia de música. Pero, a sobretodo lo de Corrientes, lo entiendes? Porque, por ejemplo: *La Oma*.⁴⁵⁵ “La Oma” es un chamamé. (FAGIOLINI, 2010, entrevista)

Comentando essa predominância musical do *chamamé* sobre os demais ritmos existentes nas províncias do *litoral* argentino, Caraícho Toledo fez a seguinte observação:

... no está mal, hã...? No está mal. No está mal porque Corrientes fué colonizada... ahí están los correntinos. Ellos llevan, y allá hay todas familias de ascendência correntina! Vos preguntá a un chaqueño, y te puedo asegurar que si no son... no me refiero a los gringos⁴⁵⁶, que vinieran de otra zona. Los gringos, los polacos, los colonizadores... Pero a los provincianos, si vos le preguntá, seguro que tienen vínculo con

⁴⁵⁴ Neste caso, *canción* refere-se ao ritmo musical, de estilo melódico.

⁴⁵⁵ De autoria de Daniel Altamirano, trata-se de uma canção considerada símbolo do Chaco no repertório folclórico regional, por referir-se à vida cotidiana de uma idosa de origem alemã (Oma = Avó, do idioma alemão), tendo como pano de fundo a paisagem rural chaquenha. O Chaco argentino é uma das regiões de forte imigração alemã, além de ser uma importante reserva de *quebracho colorado*, aspectos que também aparecem descritos na referida canção.

⁴⁵⁶ Gíria regional utilizada para se referir a grupos de origem europeia que colonizaram províncias do *litoral* argentino. Entre eles, destacam-se: ucranianos, alemães, suíços, escandinavos (finlandeses, suecos e noruegueses), poloneses e ucranianos.

algun correntino. “Si, mi abuelo fué correntino”, “Mi tio vino de Corrientes!” siempre hay un vínculo! Y por eso la música... y pasó lo mismo en la zona de Misiones. Por eso este chamamé le gusta mucho a esta zona de Misiones.(TOLEDO, 2010, entrevista)

Em suas observações, Caraícho Toledo, que também era pesquisador (auto-didata) e colunista de jornais e revistas de circulação regional, estabelece um importante vínculo entre o processo de expansão do ritmo *chamamé*, e processos migratórios de trabalhadores que partiam de Corrientes para integrar as frentes de trabalho braçal nas demais províncias do litoral argentino, como Chaco e Misiones. No caso, referir-se também ao fato de que muitos artistas locais das províncias do *litoral* acreditam que o *chamamé* nasceu em sua província, analisou:

El [músico] misionero creé que el chamamé es misionero, de Misiones. Pero no es así. Eso nace en Corrientes! Los grandes músicos chamameceros nacieran en Corrientes. Pero, bueno. En el Chaco, fué así también. Creen que es del Chaco. No es así tampoco. Lo que pasa es que en Corrientes nacen los chamameceros allá por el [ano] veinte, cuando Misiones todavía no era una provincia. Era un territorio nacional. Y de allá vienen para Misiones, para la zafra. Para las tareas. La cosecha de la yerba mate. Van para el Chaco, para Formosa, para... como bracero,⁴⁵⁷ para cosechar el algodón. Van para Santa Fé, para los quebrachales, para el obrage... con los obrageros. Y ahí llevan sus instrumentos. Ahí llevan su guitarra, su acordeón... Y ahí llevan y cantan. Por eso se difunde! [O chamamé] Sale de Corrientes así, y se difunde. (TOLEDO, 2010, entrevista)

Tomando parte neste debate acerca de ritmos musicais alegados genuinamente *misioneros*, o violonista Júlio Rolon, em seu depoimento à pesquisa, comentou a respeito da *galopa misionera*, da qual se tornou um grande especialista. O ritmo *galopa* – com uma cadência bastante semelhante à polka paraguaia – é reivindicado pelos folcloristas paraguaios como ritmo nacional, a lado da *polka* paraguaia e da guarânia. Inclusive, uma das músicas mais conhecidas do *folklore* paraguaio se chama *Galopera*. Trata-se de um tema musical composto em forma de *galopa* pelo paraguaio Maurício Cardozo Ocampo (1907-1982). A letra descreve uma festa patronal típica (San Blás) no subúrbio de Asunción, onde moças se perfilam e dançam com um vaso de barro sobre a cabeça. Da junção entre a coreografia e o ritmo (a *galopa*), surge a figura da “galopera” – aquela que dança a galopa. Neste sentido, quando escritores, folcloristas e músicos argentinos passaram a reivindicar a *galopa* como um dos ritmos genuinamente missioneiros, tinha-

⁴⁵⁷ Trabalhador braçal, em tradução livre.

se a impressão de que tal atitude constituía uma apropriação indevida de algo criado por artistas paraguaios. Porém, divergindo dessa posição, Julio Rolón fez uma interessante análise a respeito da própria historicidade da *galopa* entre artistas da província de Misiones. Neste caso, o artista explicava as variações do *chamamé* entre as províncias do litoral – onde o ritmo correntino recebia vários nomes: *canción*, *litoraleña*, etc. Diferenciando-se do *chamamé* enquanto gênero musical, a *galopa* já estaria bastante difundida na província de Misiones, podendo ser, neste caso, adotada como um ritmo típico dessa província. De acordo com Rolón:

Porque quienes eran quién estaba empujando con el asunto de la *galopa* era solo acá la gente del Alto Paraná, que es donde comienza la historia de distintos agentes de acá. Y que ahí entra el Brasil también, y los paraguayos, y la gente de acá, de los misioneros: hijos de uno, hijo del otro, hijo de no sé quién, padre de no sé quién... En el Alto Paraná tiene el capanga, el mensú, la época de la cosecha acá, igual que en el Chaco! Lo mismo que mi provincia! Se tocaban la misma *galopa*! Viste que lo dicen *galopa* lo que allá le decían *canción*. Porque no estaba enterado, como Cholo Aguirre⁴⁵⁸ no estaba enterado, que ya había un ritmo que tocaba con las métricas de él. Porque todas las *litoraleñas* de él, como la “Transnochada Espineles”⁴⁵⁹ son *galopa*! Pero *galopa*, digamos, argentina! No es nada que ver con com *galopa paraguaya*! *Galopa paraguaya* no sé qual única, fuera de “Galopera”, no tenés otra cosa! Ninguna. Ni Hermínio Gimenez, ni Felix Pérez Cardoso, ni José Asunción Flores, que estuvieran en esa línea! Ellos, todos *polka*, *polka*, *polka*... La única *galopa* que hay es “Galopera”. Y nada más! O sea que siempre para acompañar música de la región guaranítica, de influencia de acá, ellos no tienen nada! Los grandes poetas, son la gente de acá de este lado los que le dieran otra forma, otro mensaje. Fijáte lo que dice la letra de “Galopera”: Galopera le está cantando la *guaina* [moça] que baila una danza hechicera. Del lado de acá, por ejemplo, tiene, por ejemplo, una letra “El Mensu”⁴⁶⁰, o el Cachapecero⁴⁶¹, que habla de la historia del hombre. El historia del hombre, que tiene sangre. (ROLÓN, 2017, entrevista)

No depoimento acima, chamam a atenção duas questões que esse autor propõe, e que são fundamentais à análise que ele empreende: primeiro, ao caracterizar a região do *litoral*, especialmente Misiones, como uma *região guaranítica*, termo que aparece também na fala de Caraícho Toledo, citada antes. Além disso, Rolón associa a vitalidade da *galopa misionera* ao fato dela também ser carregada de historicidade, tanto no sentido

⁴⁵⁸ 1928, cantor e compositor argentino, nascido em Santa Fé, e criador do ritmo chamado *litoraleña*.

⁴⁵⁹ Tema musical composto por Cholo Aguirre na década de 1950.

⁴⁶⁰ “El Mensu”, do compositor misionero Ramón Ayala.

⁴⁶¹ “El cachapecero”, também de Ramón Ayala, que seria o carreiro, condutor do carro de bois. O Tema pode ser ouvido no link: <https://www.youtube.com/watch?v=QBt24VsXeHU>

rítmico (relacionado ao seu desenvolvimento enquanto gênero musical próprio de Misiones), e por ser portadora também de um processo identitário, ao falar sobre personagens vivos da história da região, tais como o *mensu* e o *cachapecero*, ambas de Ramón Ayala. Outra galopa deste mesmo autor ainda irá falar sobre a figura do *jangadeiro* – personagem que conduzia as toras de madeira das obras, rio abaixo. Outras galopas, aliás, cantam a natureza e as belezas da província de Misiones, tais como “En La Ribera”⁴⁶² e a própria “Misionerita”, vencedora do certame, e cuja letra faz uma exaltação ao rio, à natureza, à selva e à paixão.⁴⁶³

Se para os construtores da memória musical de Misiones, ritmos como o *chamamé* poderiam ser considerados um tipo de música inadequado à identidade musical local (por ter origem em Corrientes), para outros operadores musicais, construir essa identidade passava também por depurar a própria música *folklórica* regional de ritmos não regionais, como aqueles cultivados em regiões de forte imigração europeia, conforme destacado no depoimento do músico e apresentador Sérgio Riquelme, citado anteriormente. Assim, escolher uma canção-símbolo para Misiones, bem como criar/catalogar /divulgar ritmos tidos como genuinamente *missioneiros* transpassava todo este processo de construção identitária que buscava estabelecer a especificidade desta província dentro do mapa musical argentino, incluindo o do próprio *litoral*. Tratava-se não apenas de lidar com a “invasão estrangeira” descrita por Lorenzo Bottscher (para se referir a influências da música paraguaia e, principalmente, gauchesca brasileira), mas também, em promover um processo de depuração interna, em relação à própria gama de ritmos existentes no *litoral*. Entre eles, o próprio *chamamé*.

⁴⁶² Tema musical de autoria de Abel Taibo e Raul Moyano

⁴⁶³ (Da letra de Bráulio Areco): “Bajo un hermoso y dulce cielo guaraní / reluce eterna la aurora feliz / en la esmeralda de tu selva como el mar / hay cien caminos de mágico rubí. / Bajan las aguas del gran río elemental / sobre tu flanco, maduro al sol / sangra vibrante el corazón de la espesura / es un misterio impenetrable / en la noche azul./ (Estrillo) / Misionerita, / un corazón que canta / endecha tierna de rendido amor / en el homenaje a tu heroica tierra / traigo el acento de mi corazón / tiembla en el pecho de tu voz el canto, / con voz de guitarra, la dulce ilusión / es hechizo que regalas hacia los vientos / que te arrullan con ternura, / en su esplendor.” Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=dXrPZYL9ZQc>, interpretada por Teodoro Cuenca (voz) Martín Riveros (acordeon), irmãos Swiderkis (contra-baixo e bateria) e Julio Rolón (violão). Informações *fonecidas* por Julio Rolón.

5.3. Ramón Ayala e a memória musical do mensu

Observamos acima que a escolha de “Misionerita” como música símbolo dessa província, em disputa com “Posadeña Linda”, colocou frente a frente composições feitas sob bases rítmicas distintas, mas de grande apelo entre os trabalhadores da região. Nestas elaborações, de fato, a *galopa misionera* passou a simbolizar a “verdadeira música” da província de Misiones, ao passo que outras propostas – como o *gualambao* proposto por Ramón Ayala – jamais chegou a se popularizar. No concurso que mencionamos anteriormente, além das músicas “Misionerita” e “Posadeña Linda”, outras 31 canções foram analisadas, muitas das quais de autoria do próprio Ramon Ayala. Entre eles, as *galopas misionera* “El Mensu”, composta em 1956 e gravada por muitos cantores de renome na Argentina; e “Canción del Iguazu” (1961), além do *gualambao* “Alma de Lapacho”⁴⁶⁴.

Apesar de ter perdido a primazia de representar oficialmente sua província natal, Ramón Ayala, hoje com seus 90 anos,⁴⁶⁵ é sem dúvida o mais premiado e reconhecido compositor *misionero* de todos os tempos. Além dos vários prêmios que recebeu em concursos culturais, meios de imprensa, gravadoras e outros espaços tradicionalmente voltados à promoção de músicos e artistas, recentemente, Ayala também foi agraciado com o título de “Doctor Honoris Causa”, concedido pela Universidade Nacional de Misiones (UNAM), “con una mención especial al mérito socio-cultural del artista y compositor misionero, en reconocimiento a su lucha por la preservación, promoción y difusión de la cultura regional.”⁴⁶⁶ A outorga ocorreu em 5 de agosto de 2013, e foi acompanhada por acadêmicos, artistas e autoridades políticas da Província de Misiones.

É interessante assinalar que a obra musical de Ramon Ayala não se resumiu às suas composições musicais, apesar de sua profundidade, amplitude estética e originalidade. Isso porque, além de músico e compositor, também é artista plástico e

⁴⁶⁴ Ipê.

⁴⁶⁵ Criador do ritmo “gualambao”, o Ayala defende ser este o genuíno ritmo da província de Misiones, por ser inspirado nos sons da fauna, flora, rios, segredos, lendas e histórias da selva missioneira. A data exata de nascimento de Ayala é motivo de controvérsias: enquanto a maioria dos blogs, sites, blogs e reportagens especializadas em musica regional informa que o autor teria nascido em 1937 (estando, portanto, com exatos 80 anos na atualidade), outras fontes igualmente confiáveis atribuem o ano de 1927. No ano passado (2017), por exemplo, o jornal *El Territorio*, de Posadas (Misiones) publicou no mês de março uma matéria na qual referia-se a um evento cultural (concerto musical) realizado na cidade de Posadas, em comemoração aos 90 anos de Ramón Ayala. Nossa pesquisa adota essa última referência em relação a idade do artista. Ver: <http://www.elterritorio.com.ar/nota4.aspx?c=2173362979385096>, acesso em 20/12/2017.

⁴⁶⁶ Citando: (jornal) *El Territorio*, versão digital. Posadas, Misiones, Argentina. Consultado em 21/10/2017. Ver: <http://www.elterritorio.com.ar/nota4.aspx?c=3917614127886977>

escritor, tendo produzido contos e narrativas ambientadas na selva misionera, e pintado telas que retratam o cotidiano de pescadores e trabalhadores pobres. No afã em produzir um rosto para Misiones, criou o *gualambao* – gênero musical que espera um dia tornar o ritmo próprio da província de Misiones. Assim, o reconhecimento feito pela UNAM fez certa justiça para este autor que dedicou sua vida e obra artística e intelectual para plasmar e construir, estética e conceitualmente, sentidos para as narrativas acerca dessa província. Ayala reabilitou trabalhadores humildes como sujeitos da História, ao mesmo tempo que criou uma estética que articulava a leitura social da paisagem e da memória, com natureza, atrativos naturais, fronteira, imaginários e memória. Em suma, caminhos possíveis para se pensar uma – ou várias – identidades para Misiones.

Ramón Ayala gosta de se colocar como filho dileto da tríplice fronteira. Essa origem lhe daria a condição de “contrabandista” de estéticas musicais; e ao mesmo tempo, um símbolo da integração cultural possível entre os países do Mercosul. Em entrevista concedida em 2013 ao programa radial/televisivo *Encuentro en Estúdio*,⁴⁶⁷ de Buenos Aires, Ramón Ayala produziu o seguinte auto-retrato para falar de suas raízes:

Estoy terminando un libro (...) que se llama “Las historias de la abuela, o: La Guerra Grande”. Toda la historia de la guerra de la Triple Alianza pasada en un gigantesco poema. Tiene más de mil décimas. (...) Mi madre, una señora, una abuela, una madre comienza a contar una historia: y desemboca de pronto en la guerra más atroz y más grande de latinoamérica! Y ella era hija de un señor, de un chico que tenía 14 años, que se escapó de la metralla y de las batallas del ejército del Mariscal Lopez. Y con un compañerito que se llamaba Cambácho – heridos de bala, los dos – entonces se escapan y encuentran una canoa ahí, una chalana como le llaman ellos, atada en una maraña, y se montan arriba de la chalana y pasan al río Paraná, hacia Corrientes. Y ahí la mujer se apiedan de ellos, y los cuida, los curan; y cuando crecen poquitito, se van a Misiones, para que [o ejército paraguayo] no lo van a agarrar otra vez, por la guerra. Y de ahí crecieron, y nació mi madre, porque este señor se casó con una paraguaya, y nació mis madres, mi tío, todos vienen. (...) Ahí después nací yo! Que yo soy uno fruto de la triple frontera! O de Mercosur, te das cuenta vos? Porque mi madre, hija de paraguayos; mi padre, hijo de brasileños; y yo, argentino! Estamos ahí: o en el contrabando, o en el Mercosur! (AYALA, 2013, entrevista radiofónica)⁴⁶⁸

⁴⁶⁷ Programa *Encuentro en el Estúdio* (atualmente, *Encuentro en la Cúpula*), apresentado por Lalo Mir. Programa, e transmitido pelo *Canal Encuentro*.

⁴⁶⁸ Informações transcritas de vídeo disponibilizado através do canal *youtube*. Acesso em 17/03/2017. Disponível para visualização em: <https://www.youtube.com/watch?v=wwiz0HwtQR4> . O trecho transcrito nessa parte situa-se entre 25:55 até 28:20.

Um elemento que transpassa a obra de Ayala, a partir do caminho que este autor percorreu política e socialmente falando, refere-se ao fato dele ter adotado, artisticamente, para si próprio, a figura do “*Mensu*”, apelido de forte conteúdo social e que evoca toda uma série de conceitos históricos e significados. (Ver: Figura 17).. Ao assumir essa identificação social, Ramon Ayala deixava claro que seu trabalho artístico não visava produzir apenas um conceito estético sobre Misiones, mas também, dar a sua música um lugar social bem definido, no sentido de amparar memórias e experiências dos trabalhadores.

Em outras palavras, a “identidade coletiva” que Ayala propõe irá se apoiar nas experiências concretas de trabalhadores: pescadores, peões, trabalhadores de madeiras, ambulantes, da “*villera en el sufrir*”;⁴⁶⁹ e dos *mensus* do passado e do presente – imagens estas geralmente ausentes nas elaborações identitárias oficiais, que ele fará questão de recuperar.

Assim, enquanto “*Misionerita*” constitui uma espécie de canção-exaltação da Província de Misiones, descrevendo a paisagem exuberante e os atrativos naturais do lugar, ela fazia referência a uma paisagem desprovida de sujeitos históricos, sem conflitos sociais - mais adequada, portanto, às imagens oficiais pretendidas por suas elites. Ramón Ayala, ao contrário, assume identitariamente um dos personagens centrais da *obra*, o *mensu*, o que dá a Misiones uma face descrita com palavras bem menos elogiosas e otimistas:

⁴⁶⁹ Trecho da letra da música “*Posadas del Ayer*”, de Ramón Ayala. O termo *villera* faz referência à mulher que vive na *villa* ou *villa miséria*, termo que corresponde à favela no Brasil.

Além do retrato de Ayala, da lista de temas e outras informações de natureza técnica, também acompanha um texto de apresentação assinado pelo poeta e letrista argentino Armando Tejada Gomez (1929-1992), um dos mais expressivos representantes da canção política (“música de protesto”) e um dos fundadores do movimento “Nuevo Cancioneiro”, em 1962.



FONTE: Portal Guarani (site)

EL MENSU (Ramón Ayala)

Selva... noche...luna... pena en el yerbal
el silencio vibra en la soledad
y el latir del monte quiebra la quietud
con el canto triste del pobre mensu.

Yerba..verde yerba... en tu inmensidad
quisiera perderme para descansar
y en tus hojas frescas encontrar la miel
que mitigue el surco del latigo cruel.

*Neike!*⁴⁷⁰... el grito del capanga va resonando,
neike...neike... fantasmas de la noche que no acabo.
Noche mala que camina hacia el alba de la esperanza
dia bueno que forjarán los hombres de corazon.

(Recitado)

*Verde gris, verde brillante, rojo toro sangre adelante
Camino y selva.
En la picada profunda pasos, calor, húmedad.
Lleno de harapos el hombre, y en los helechos del monte pleno de sabia
y bondad
Las hachas están calladas, crece el silencio con el.
Yá el obrage quedó lejos y el corazón vá despierto
Rumbo al amanhecer
Verde gris, verde brillante, rojo toro sangre adelante
Camino y selva.*

(Cantado)

Rio...viejo...rio... que bajando va,
quiero ir contigo en busca de hermandad,
paz para mi tierra cada dia mas
roja con la sangre del pobre mensu.

Neike... el grito del capanga va resonando,
neike...neike... fantasmas de la noche que no acabo.
Noche mala que camina hacia el alba de la esperanza
dia bueno que forjarán los hombres de corazon.

Nessa letra, observa-se que Ramón Ayala propõe um caminho distinto para compreender a identidade social de Misiones, e que se baseia numa leitura da própria estrutura social e realidade da *obrage*. Essa triste experiência histórica teria como palco justamente a região de Misiones. A intenção da poética social de Ramón Ayala é um dado concreto, facilmente observável quando analisamos algumas de suas canções, igualmente voltadas ao social, e igualmente tematizando sujeitos, aspectos sociais e geográficos da região da tríplice fronteira.

Ao que tudo indica, o engajamento de Ramón Ayala na luta social e política é bastante antigo. Em entrevista a uma revista de Buenos Aires, *La Pulseada*, datada de setembro de 2011, ele se refere, entre outros fatos, à sua ida a Cuba logo após a revolução de 1959, a convite de seu compatriota, Ernesto Che Guevara. A ele, Guevara teria dito que escutava a música *El Mensu* para se inspirar durante a luta política que empreendia na serra cubana. De acordo com Ayala:

⁴⁷⁰ (trad. do guarani: “Vamos”, “Apure-se”)

¡En ese viaje lo conocí al Che! Fue a comienzos de los '60, invitado por el carácter social de mi obra para participar del Festival de la Canción de Protesta. “El mensú”, como “El arriero”⁴⁷¹ eran dos gritos sociales, dos obras cuestionadoras que funcionaban como columnas de ese tipo de música. Después vino “El cosechero”, que también tiene su dosis social. Ya tendía a una canción esperanzada por el futuro del hombre cuando la noche mala de los poderosos pasara... que tarda en pasar. Me traje un recuerdo luminoso de Cuba. En principio, porque había una alegría total en la gente. Notaba que había una posesión de su estado, de su país y de su modo de vivir. Como un descubrimiento. Era como una fiesta. (AYALA, 2011, entrevista, LA PULSEADA, versão digital,)⁴⁷²

Dialogando diretamente com as perspectivas de Ramón Ayala por um lado, e com a historiografia acerca do Oeste do Paraná de outro – especialmente, com o livro de Ruy Wachowicz, “Obrageros, mensus e Colonos – História do Oeste do Paraná”, o pesquisador, músico e compositor sul-rio-grandense Negendre Arbo, radicado na cidade de Foz do Iguaçu (Brasil) desde o início da década de 1990, buscará operar como interlocutor do compositor, trazendo à tona algumas questões. Esse músico brasileiro, que desde sua chegada à tríplice-fronteira passou a realizar um profundo trabalho de pesquisa musical e memorialística, passou a perceber esse espaço também como um local de sociabilidades, de quebras conceituais, de trocas culturais e produção de identidades sociais híbridas e transnacionais. Por volta de 2004, compôs a música “Serenó”, gravada em ritmo de *chamamé*. Nela, Negendre respondia ao “El Mensu” de Ramón Ayala – de quem também se tornou amigo pessoal e grande admirador. O *sereno* descrito a canção de Arbo era o capataz da *obrage*, aquele a quem cabia espionar, trair, causar intrigas e desunir, e eventualmente também castigar e assassinar o *mensu*, perpetuando assim sua condição de trabalhador subjugado da *obrage*. Ao jogar luzes sobre a figura sombria do *sereno*, Negendre rejeita visões antagônicas e binárias da História, que via de regra tratou o capataz da *obrage* como um personagem “maldito”, estigmatizado pela historiografia e

⁴⁷¹ El Arriero, tema monumental de profundo cunho social, composto em 1944 por Atahualpa Yupanqui (1908-1992).

⁴⁷² Em um entrevista recente, concedida ao Programa “Encuentro en el Estúdio” (atualmente, “Encuentro en la Cúpula”), dirigido por Lalo Mir e transmitido pelo Canal Encuentro, de Buenos Aires/Argentina, Ramón Ayala refirmou essa informação, lembrando que havia sido convidado por Che Guevara para cantar em Cuba após a revolução cubana: “(...) Pero el que cantaba “El Mensu” era el Che Guevara! Yo estuve con Che Guevara ahí! (...) A mi me invitaron porque como yo he hecho algunas canciones que tienen un sentido social, y una dosis de esperanza e una humanidad (...) me invitaron por el ICAP, Instituto de Amistad con los Pueblos [Instituto Cubano de Amistad con los Pueblos]. (...) [El Mensu] Yá habia grabado Mercedes [Sosa], el Mensu. Por eso es que lo conocian.” Ver: Programa *Encuentro en el Estúdio*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wwiz0HwtQR4> ., acessado em 03/12/2017. O trecho do qual transcrevemos partes se encontra entre os minutos 17:47 até 20:05.

pela memória social local, conforme transparece na própria música de Ramón Ayala – onde o *capanga* (sereno) grita e agride o *mensu* com seu “látigo [látigo] cruel”.

Neste tema, musicado em forma de chamamé, ao contrário, Negendre, descreve o *sereno* como uma figura solitária e triste, isolada, sem amigos e família. Conforme o músico explicou a este autor, o *sereno* era a corporificação da violência da *obrage*, sendo ele próprio a sua primeira (e talvez, a maior) vítima. Assim, a *obrage* não destruía apenas a vida do *mensu*, mas de todos os que estavam envolvidos nela. Inclusive o *sereno*. Ao final, Negendre alerta para histórias contadas a partir de simples oposições maniqueístas e binárias, entre “bem x mal”. Para ele, “vilões e heróis não existem nas obrages do tempo”. De sua letra (escrita em espanhol pelo autor):

SERENO (Negendre Arbo)

La luna miraba triste arriba del arbol viejo
la noche pintaba de negro las sombras del campamento
Y el [rio] Paraná murmurando
Su sinfonia al relento

Hecho de humo y tiniebla, la figura del sereno
Luciendo su cigarrillo, al paso viene llegando
Cumpre la dura tarea de vigilar los paisanos

(Refrão)

Sereno, tu seño endurecido, castigado por el viento
Disfraza tu história triste, su dolor, su sufrimiento
Villanos y heroes no existen
villanos y heroes no existen
en el obrage el tempo

Le cubría un poncho viejo de mil dolores tejidos
Sombrero de alas largas
Y el recuerdo de todo; y el recuerdo de todo,
De todo lo que há perdido.

Noches de frío y silêncio,
los fantasmas del olvido
Las sombras del campamento
los muertos que han caído
los muertos que han caído
gritan sus penas al viento

Este tema foi originalmente escrito em espanhol, e gravado de forma experimental (não comercial) pelo próprio autor; e depois, também por Raul Garnica, figurando em seu disco “Alma Guarany”, do qual falaremos mais adiante. Na ocasião, a música foi produzida, gravada e arranjada através do estúdio *Workstation* (W.S. Produções), que

Negendre Arbo havia montado em sua residência desde que deixou de trabalhar profissionalmente como músico na tríplice fronteira, por volta de 1996/97. Após estruturar seu próprio estúdio, o músico pôde passar a se dedicar aos trabalhos de produção de suas próprias músicas, a maioria em caráter experimental; também passou a se voltar ao trabalho de composição e pesquisa musical sobre a tríplice fronteira, elementos que estaremos discutindo mais adiante. Ao gravar a música *Sereno*, Negendre Arbo chamou Raul Garnica para executar alguns instrumentos na gravação, como forma de “argentinizar” o tema.⁴⁷³ Daí surgiu o interesse de Raul em também incluir essa música em seu disco de folclore, *Alma Guarany*.⁴⁷⁴

É importante ressaltar que a música *Sereno* problematizava alguns conceitos maniqueístas construídos acerca das *obrages*, e que foram plasmados em livros como o estudo de Ruy Wachowicz (1982) e nas próprias músicas de Ramon Ayala. Negendre também retomava aspectos importantes do debate identitário acerca da tríplice fronteira, questionando as próprias bases memorialísticas e historiográficas sob as quais alguns discursos foram se assentando, conforme tratamos no capítulo 1. No caso, o autor, ao explicar algumas das razões que permearam a composição dessa música, retomou o raciocínio de que era necessário, à cidade de Foz do Iguaçu, olhar novamente para a história que vinha através do rio. De acordo com seu depoimento:

Essa terra aqui teve várias fases, né? Você sabe! A fase da obrages, a fase... antes foi a erva, né? A fase da extração de erva-mate, depois as obrages, depois o turismo, né? não... depois a Itaipu e depois o turismo, né? Deve ter tido uma outra fase no meio disso aí, parece que teve uma outra coisa, mas essas são as principais assim, e cada uma delas afetou profundamente tudo aqui. Nessa fase das obrages, existe muita música que trata disso. Ramón Ayala tem uma (...) que fala do mensu. Eles eram captados em Posadas, tinha um porto lá. E naquela época tudo vinha pelo rio. A gente fala numa música lá... a cidade [de Foz do Iguaçu] está de costas pro rio, porque ela se voltou para o asfalto. Ela se virou pra Cascavel. Foz do Iguaçu é uma cidade voltada mesmo pra Cascavel. Antes ela olhava o rio. Eu acho que antes era mais interessante. As coisas vinham de navio, geralmente (...)vinha de Posadas. Toda parte de mercadorias, de alimentos e coisa e tal. E as pessoas, né? (ARBO, 2008, entrevista)

Diferentes motivos levaram ambos autores a formularem assumirem determinados elementos e campos de memória em suas produções. Negendre Arbo

⁴⁷³ Informação oral não gravada, concedida ao autor desta pesquisa.

⁴⁷⁴ *Alma Guarany*, de Raul Garnica, foi produzido pelo Estúdio W.S., de Foz do Iguaçu, em 2004.

buscava desconstruir uma história pautada em heróis, dialogando com a perspectiva formulada pelos mesmos artífices da “memória sulista” na tríplice fronteira, quase sempre pautada em heróis, pioneiros e desbravadores:

Então, esse sereno, era o cara que cuidava... segundo um historiador, eu não me lembro o nome dele [Ruy Wachowicz] (...) ele contava que esse sereno, a função principal dele não era vigiar o lance físico, ficar parado. Quando os caras tavam trabalhando, esse cara tipo, ficava lá batendo papo com as famílias, entendeu? Ele fazia intrigas assim pra... Ele era meio intelectual. Ele era meio malvadão assim, com a cabeça, né? Pra, tipo, pra armar, e tipo, não deixar os caras sumirem [fugirem], né? Então, ele era um personagem esteticamente muito curioso né? Tipo na madrugada, o cara com um capotão e tal, cuidando (...) sempre sozinho. O sereno era um herói ao contrário. E essa música fala disso, era disso. Porque era um recado que eu queria dizer, né? (risos) Pros gaúchos, que herói não existe! Eles ficam pendurando suas bolas na estátua de Bento Gonçalves, e o cara era só um ladrão de milho de fronteira. Invadia a Argentina pra roubar com os caras lá. (risos) (...) (ARBO, 2008, entrevista)

Agindo de forma distinta, Ramon Ayala buscava associar-se à memória do explorado *mensu*, o trabalhador da *obrage* - assumindo inclusive para si próprio o apelido artístico de *mensu*, como ressaltamos acima. Porém o *mensu* de Ramon Ayala possui uma dimensão atemporal e a-histórica, deixando de ser uma mera categoria de análise histórica sobre a tríplice fronteira, para se transformar na própria identidade social dos pobres e dos trabalhadores da província de Misiones através dos tempos. Uma vez formulada com este sentido, o conceito *mensu* passaria a ser usado para descrever qualquer relação de trabalho que incluísse exploração e trabalho compulsório, e acumulação de bens pelos *obrageros* modernos. Não surpreende, portanto, que mesmo um músico prestigiado da tríplice fronteira, como Julio Rolon, tenha utilizado este termo – *mensu* - para descrever sua condição de músico “trabalhador” da fronteira: “Y una historia, de la historia de esa provincia! Y tiene una actualidad (...) Es actual. Y acá el obragero gana cuanto quiere y paga el patrón! (...) El patrón sigue siendo patrón! (risos) Es la realidad. Acá yo le puedo afirmarte: yo no trabajo un día, y no cobro! (ROLÓN, 2017, entrevista)

Este depoimento mostra que, a partir de Ramon Ayala, a figura do *mensu* pôde se transformar em um sujeito atemporal que estará na base da produção de identidades e imagens acerca da província de Misiones. Deste modo, mesmo não tendo sua música reconhecida como “hino de Misiones”, fica claro o peso e a importância deste autor para a identidade social dessa fronteira que fora formulada a partir da música regional. Uma

identidade social que, sob alguns aspectos, irá se sobrepor até mesmo às próprias imagens construídas acerca da memória *guaranítica* igualmente formulada para essa região. Não se trata, evidentemente, da única, e nem mesmo da mais consistente proposta identitária formulada sobre a tríplice fronteira; mas sua popularização através quase que essencialmente da música popular regional (folklore) mostra o peso que essa forma de linguagem – a música – desempenha como elemento a formular, debater, construir, problematizar e perpetuar determinados campos de memórias e sujeitos históricos.

5.4. Produzindo a identidade musical na tríplice fronteira

Ao longo deste trabalho, analisamos o surgimento de alguns espaços de cultura e arte na tríplice fronteira entre Brasil/Paraguai/Argentina, e que a partir da década de 1980, viriam especialmente vinculados ao setor turístico. Discutimos a centralidade de locais gastronômicos como a churrascaria *Rafain*, de Foz do Iguaçu, como elemento impulsionador de um tipo específico de rotina comercial e artística, que teria como consequência o surgimento de formas identitárias completamente *estereotipadas*, dado a necessidade destes locais em atender a propaganda turística. Também analisamos o papel desempenhado pelo restaurante *Las Cañitas Peña Folklorica*, de Puerto Iguazu, que, surgindo após o “renascimento” econômico e comercial de Puerto Iguazu do início da década anterior, também era alimentado pela dinâmica do turismo na tríplice fronteira, embora seu proprietário, igualmente músico, se empenhasse em permitir alguma autonomia para a livre expressão musical e artística de músicos, desde que ligados a gêneros do *folklore* argentino e latino-americano.

É evidente que fora deste circuito estritamente vinculado e esquadrihado pelo turismo e pela gastronomia (aspecto que mereceu a maior parte da nossa atenção ao longo deste trabalho), outros espaços também foram se estruturando na tríplice fronteira de maneira mais ou menos autônoma em relação a essas atividades (turismo e gastronomia), mas analisar caso a caso aqui tornaria-se impossível, dado a gama de alternativas surgidas, e os diferentes contextos nos quais se estruturaram. De qualquer modo, algumas iniciativas chamam a atenção. Entre estas alternativas, poderíamos citar o coletivo *Guatá*, entidade surgida na cidade de Foz do Iguaçu no início da década de 2000, e que tem buscado agregar em torno de si um conjunto bastante significativo de autores, artistas, escritores, ativistas culturais e outros sujeitos vetores de processos culturais nos três lados da tríplice fronteira. Desta, participam não apenas artistas e intelectuais já consagrados,

mas também estudantes, poetas experimentalistas, fotógrafos amadores, grafiteiros, contistas, etc, que tem em comum apenas a perspectiva de realizar um tipo de arte livre, fora do circuito estritamente comercial construído nessa fronteira.

Com efeito, o próprio nome da entidade deixa claro a ideia de seus fundadores em constituir o *Guatá* como espaço de expressão para grupos heterogêneos que vivem nas três bandas da fronteira. Deste modo, de acordo com o site da entidade, *guatá* significa “caminhar” em idioma guarani. Daí o slogan adotado: “Cultura em Movimento”. Nestes termos:

A Associação Guatá – Cultura em Movimento foi efetivada juridicamente em 28 de setembro de 2004 e é fruto de um movimento de organização independente de ativistas da cultura em Foz do Iguaçu, o “Cuca Legal”. O Movimento Cuca Legal, surgiu em 2000 e tornou-se durante quatro anos o canal de expressão política de dezenas de iguaçuenses interessados na arte e na informação como ferramentas de inclusão e construção da cidadania. Baseados nestes princípios, surgiram programas como o “Tirando de Letra” (2003). Vencendo as barreiras da falta de espaços físicos apropriados para a arte e a memória, o movimento desde sempre ocupou locais alternativos com a arte e a reflexão. Assim, as artes visuais, o teatro, a música, o cinema, os livros e seus autores foram ao coração da rotina da população. (GUATÁ, 2015, texto do site www.guata.com.br)

Esse coletivo tem conseguido sobreviver às mais diferentes fases surgidas na cidade nos últimos tempos, e tem reunido um conjunto expressivo de autores, poetas, músicos e artistas que, dialogando com questões próprias da tríplice fronteira – sua natureza, o folclore, a identidade guarani, aspectos do tri-linguismo (português, espanhol e guarani), entre outros elementos – tem buscado conformar e definir rostos identitários para essa fronteira, baseado ainda em princípios como a integração entre Paraguai, Argentina e Brasil através da arte e da cultura, o conhecimento cultural, inclusive em relação ao “outro”, e a própria experimentação artística como um fato possível e necessário para garantir a integração, entre outros elementos. Este grupo passou a publicar ainda uma revista impressa com uma tiragem próxima de 2.500 exemplares, que se chamava “Escrita, Palavra, Olhos”

Também seria possível citar outras propostas surgidas a partir de setores não necessariamente ligados ao fazer da música regional latino-americana (folclore), como aquela que serviu como fio condutor da análise que empreendemos ao longo deste estudo. Neste caso, merece destaque o surgimento de um importante e combativo movimento de artistas da periferia de Foz do Iguaçu, inicialmente reunidos a partir das linguagens e

formas artísticas do *rap* na tríplice fronteira, e que em meados da década passada dariam origem ao C.D.R. (Cartel do Rap). Este movimento, aparentemente sem qualquer relação com o tipo de trabalho que ora desenvolvemos, por volta de 2006, começou a se organizar para construir espaços independentes e heterogêneos de expressão cultural, conseguindo durante algum tempo manter abertos espaços de cultura (bares, um teatro, praças públicas, um estúdio comunitário e um espaço numa rádio FM do lado paraguaio da fronteira; e depois, em 2012, também uma biblioteca comunitária, construída num dos bairros mais carentes da cidade de Foz do Iguaçu, o conjunto Cidade Nova). O movimento também produziu camisetas e outros materiais próprios, a baixo custo; e ainda, um interessante *fanzine* que saiu sob o nome *Zine Cartel do Rap*. (Figura 19)

Dentre os principais articuladores deste movimento, estava o rapper e DJ Mano Zeu, identidade artística do iguaçuense Eliseu Pirocelli. O movimento teve seu auge na segunda metade da década passada, declinando no início da década atual (2010), até praticamente desaparecer. O coletivo *Cartel do Rap* foi alvo de um interessante estudo monográfico produzido pelo historiador Danilo Georges Ribeiro, e apresentado primeiro como trabalho de Conclusão de Curso de História à UNIOESTE, em 2008;⁴⁷⁵ e depois, dando origem ao documentário “As Muitas Faces de Uma Cidade”, produzido em 2010 por ele e por Eliseu Pirocelli, e que contou com a edição de som e imagem de Negendre Arbo, que também emprestou um tema musical à trilha sonora do filme.⁴⁷⁶

⁴⁷⁵ RIBEIRO, Danilo G. *As muitas faces de Foz do Iguaçu a partir do movimento Hip hop*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2008.

⁴⁷⁶ “As muitas faces de Uma cidade”. 33 min. Documentário. Produção: RIBEIRO, Danilo George; PIROCELLI, Eliseu. Foz do Iguaçu, 2010, 33 min. Disponível para visualização no youtube. Vide: (Parte 01) <https://www.youtube.com/watch?v=Lh4JCH5ye3k> ; (Parte 02) <https://www.youtube.com/watch?v=g1dSndYkwoE> ; (Parte 03) <https://www.youtube.com/watch?v=NOvhsjCLMPo> ; (Parte 04 – Final) <https://www.youtube.com/watch?v=mhGZrUKuD0c> , consultado em 15/10/2017. Citado também por SILVA, 2014: 105. Além de um vasto conhecimento sobre a arte produzida nas periferias de Foz do Iguaçu e da própria tríplice fronteira, o documentário tomou por base um amplo acervo composto por arquivos pessoais e outros registros (vídeos, cartazes de shows e eventos culturais, letras de músicas e gravações, depoimentos de rappers e outros ativistas culturais, etc) colecionados pelos autores durante seu trabalho junto a estes artistas e coletivos culturais existentes nessa fronteira (como o próprio *Cartel do Rap*). *As Muitas Faces de Uma Cidade* buscou mostrar uma fronteira muito mais dinâmica e rica culturalmente do que aquela que se depreende tanto da propaganda turística, e principalmente da mídia sensacionalista, cujo foco geralmente prioriza a repressão policial e a segregação vivida pelas periferias. Os autores buscaram identificar nessa cidade a existência de outros espaços de arte e de circulação de bens culturais, que vão do *grafitti* ao rap, passando pela capoeira, punk, break (dança), skate e artesanato. O documentário aponta ainda a inexistência de espaços públicos de expressão cultural (praças, teatros, etc), bem como o próprio desinteresse do poder público e empresarial num tipo de arte livre. Assim, os autores buscaram mapear e catalogar formas alternativas de produção e divulgação de arte que foram se estruturando na fronteira, especialmente nas periferias, destacando-se a produção de *fanzines* e outras mídias alternativas; gravações e discos coletivos de baixo custo; a estruturação de espaços de lazer visando a realização de shows e exposições de arte; a formação de estúdios caseiros (comunitários) e a própria ocupação de espaços na programação radiofônica “pirata” possibilitada pelo sistema de radiodifusão no lado paraguaio, bem menos rigoroso e restritivo do que o que se observa do lado brasileiro. O documentário conta, entre outros, também

O movimento encampado pelo *Cartel do Rap* coincidiu com o surgimento da UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana em Foz do Iguaçu.⁴⁷⁷ Na ocasião, devido às características inicialmente presentes no projeto que instituiu essa peculiar universidade, uma imensa comunidade de estudantes latino-americanos e de outras partes do mundo passou a chegar para estudar e morar na tríplice fronteira. O projeto original da UNILA previa que parte de seus estudantes (50%) seria composta por brasileiros, e a outra parte (50%), por estudantes estrangeiros, com ênfase naqueles oriundos dos países do Mercosul. A composição do corpo docente também refletia essa proporcionalidade. Com o passar dos anos, além dos estudantes brasileiros, argentinos, paraguaios e uruguaios das primeiras turmas, começaram a chegar também chilenos, peruanos, mexicanos, colombianos, bolivianos, venezuelanos, haitianos e estudantes de outros lugares da América Latina. Espaços como a moradia estudantil (onde a maior parte destes estudantes ficava alojada), bares, praças e outros locais públicos, além da própria universidade, passaram a se tornar importantes pontos de encontro e de trocas culturais. Os estudantes passaram a mesclar ritmos e influências da música nacional (especialmente aquela de raiz afro-brasileira) a outros como a *salsa*, o *folklore latino-americano*, a *nueva trova cubana*, o *candombe uruguaio* e outros populares presentes nos países de origem. Atraído tanto pela militância política, como pelos interesses estéticos e experimentalistas, o rapper Eliseu Pirocelli (Mano Zeu) passou a participar ativamente deste processo, organizando e tocando em recitais, festas latinas, festivais de cinema, palcos improvisados, feiras culturais e outros eventos onde estes estudantes se faziam presente. Mano Zeu “ensinava” a cultura hip-hop brasileira para os estudantes estrangeiros, e em troca, incorporava ao seu repertório estilos rítmicos próprios dos países hispano-americanos. (Ver: Figura 17).

A presença destes estudantes também deixou marcar – literalmente – pela fronteira. Por essa época, iniciou-se na cidade de Foz do Iguaçu um movimento que seria batizado por “Acción Poética 3 Fronteras”, que consistia basicamente em trocar muros pichados, por poemas, muitos dos quais, em idioma espanhol, com ampla participação dos estudantes da UNILA. (Ver Figura 18)

FIGURA 18 – Agenda de shows de Mano Zeu. O artista costuma mesclar estilos musicais latino-americanos, a estilos alternativos de música brasileira, incluindo rap.

com a participação do jornalista Aluizio Ferreira Palmar, ex-editor e fundador do extinto jornal *Nosso Tempo*, que circulou na fronteira nos anos 1980, e autor do livro *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* (Curitiba: Travessa dos Editores, 2005).

⁴⁷⁷ A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) foi criada a partir da Lei 12.189, sancionada pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva.



AGENDA DJ MANO ZEU - NOVEMBRO - 2016

-  **09/11 - Sudacas (Rock Sudacas)**
-  **10/11 - La-Bionda el Templo del Rock - Argentina (Haé Kuera Ñande Kuera, Vape Afropercusion)**
-  **14/11 - Sudacas (Brasilar Especial)**
-  **14 e 15/11 - Recanto Paraiso Foz (Acampa Rock)**
-  **18/11 - Ballinas (Rumbaião Salsa Forrozeira)**
-  **19/11 - Sudacas (Afrosom Consciencia Negra)**
-  **19/11 - Casa del Angel (Fiesta Casi Nos Vamos)**
-  **26/11 - Moscow Music Bar - Francisco Beltrão (Reggae Day - Samuel Jahimi - 20 Mil Roles)**

www.facebook.com/djmanozeu



FONTE: Facebook (página pessoal do artista)

Figura 19. “Acción Poética 3 Fronteras”.

No detalhe, Mano Zeu aponta para a placa de sua residência, a qual batizou como “comuna”, e onde costuma abrigar estudantes, artistas de rua, ambulantes, andarilhos, amigos em passagem pela fronteira, etc. Na parede, pode-se ler: “Enquanto capitalizam a realidade, socializo meus sonhos”



FONTE: Facebook (página pessoal do artista).

A fronteira será palco ainda de outros encontros e elaborações identitárias. Uma das mais incipientes tentativas das quais tomamos conhecimento, e que vem buscando aproveitar a condição da fronteira como local de passagem, encontros e misturas musicais, é o *Estación del Arte*, em Ciudad del Este. Este local, inaugurado no ano de 2016, frequentemente promove shows, recitais e mostras de artistas das três fronteiras. O espaço busca se constituir como uma referência para a cultura local, buscando manter-se relativamente independente em relação ao turismo, operando como uma espécie de “peña”. Este local tem promovido os mais diferentes concertos musicais: choro brasileiro, tango argentino, música paraguaia, MPB, etc., sempre com shows em dias específicos.

Em novembro de 2017, levou o jovem bandoneonista iguaçuense, Tiago Rossato (falaremos respeito deste músico na sequência) para realizar um show neste local, junto com sua banda. Diferentemente de locais como o *Las Cañitas*, trata-se de um ambiente

bastante austero, onde se comercializa para o consumo apenas pizzas, refrigerante e vinho - a maioria dos quais, argentinos – tudo oferecidos a preços módicos, o que deixa bem claro que o objetivo da casa não é lucrar com a gastronomia. Um dado não menos importante é que o local se situa numa das avenidas mais movimentadas da agitada noite de Ciudad del Este, o que provavelmente torna tentador a exploração econômica em âmbito turístico, dado existirem pressões econômicas (aluguéis, impostos, taxas de serviço) nesse sentido. Outro aspecto é a disposição da construção: trata-se de uma construção térrea, com um salão rústico ao fundo, ao qual se pode chegar através de um corredor de acesso. Neste, ficam expostas obras de arte (telas) de artistas da fronteira, além de objetos rústicos e fotografias antigas. No pequeno salão ficam dispostas algumas mesas e cadeiras de madeira. À frente se localiza o palco onde acontecem as performances musicais. Ao trazer para um mesmo ambiente a música, fotografia e obras de arte, percebe-se o interesse da casa em fazer dialogar diferentes linguagens artísticas na construção de uma identidade cultural para a tríplice fronteira. (Ver: Figuras 20 e 21)

Para finalizar, caberia ainda mencionar o papel importante a ser desempenhado pelo Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Charrúa no contexto cultural, artístico e identitário da tríplice fronteira. Essa instituição foi fundada em 1985 por empresários e políticos influentes na cidade. O nome escolhido – *charrua* – é uma referência a uma nação indígena que habitou a região dos pampas, especialmente o Uruguai. Considerados na literatura e memória regional do Rio Grande do Sul como povos resistentes, bravios e guerreiros, tornaram-se símbolos da rebeldia pampeana, sendo ainda parte das elaborações oficiais levadas a cabo no Uruguai.

Os CTGs arrogam-se representantes e guardiões da identidade sul-rio-grandense, embora nem todos os seus frequentadores sejam “gaúchos” – no sentido de terem nascido naquele estado, ou mesmo descender de alguém que lá tenha nascido. Na verdade, pode-se dizer que o *gauchismo* também se faz por “adesão”. Além disso, essa instituição opera a partir de conceitos como “cultura”, “identidade” e “tradição” bastante questionáveis do ponto de vista histórico. Nos termos de Hobbawm e Ranger (2002), podemos dizer que constituem tradições *inventadas*, produzidas, no caso, pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) desde, pelo menos, meados do século XX.⁴⁷⁸

⁴⁷⁸ Na verdade, o Movimento Tradicionalista Gaúcho surgiu ainda no final do século XIX, mas foi sendo ressignificado e institucionalizado apenas ao longo do século XX. De acordo com o próprio site oficial do Movimento Tradicionalista Gaúcho do Rio Grande do Sul: “A história do Movimento Tradicionalista Gaúcho pode ser contada a partir de vários momentos. Alguns reconhecem como ponto de partida a fundação do Grêmio Gaúcho, por Cezimbra Jacques, em 1889. Outros, a ronda gaúcha, no Colégio Julio

Figura 20. Acesso ao local *Estación del Arte* (Ciudad del Este, Paraguai)



FONTE: Facebook (perfil do *Estación del Arte*)

Figura 21. Apresentação de Thiago Rossato e seu conjunto musical neste local, em novembro de 2017



FONTE: jornal Vanguardia (Ciudad del Este, Paraguai)

de Castilhos, de 1947. Ainda há quem defenda como marco inicial a fundação do 35 CTG, em abril de 1948 ou a realização do 1º Congresso Tradicionalista Gaúcho, em 1954, ou, ainda, a constituição do Conselho Coordenador, em 1959. Tenho comigo que, seja qual for o ponto de partida, o importante é que, em 1966, durante o 12º Congresso Tradicionalista Gaúcho realizado em Tramandaí, foi decidido organizar a associação de entidades tradicionalistas constituídas, dando-lhe o nome de Movimento Tradicionalista Gaúcho, o MTG. Assim é que, desde 28 de outubro de 1966, a Instituição se tornou conhecida como MTG.”. ver: <http://www.mtg.org.br/historico/218> , acessado em 03/01/2018.

Os CTGs surgiram como derivações do MTG, expandindo-se posteriormente por todo o Brasil. Estes tomaram a tarefa de moldar e consolidar padrões culturais com base em referenciais da sociedade oligárquica sul-rio-grandense. Na prática, trata-se de estereótipos que, em algumas situações, poderiam ser considerados inclusive xenófobos.

Crítico mordaz do Movimento Tradicionalista Gaúcho, o historiador sul-rio-grandense Tau Golin se posicionou contra este tipo de ritualização. Para este autor, o problema reside na produção de elaborações identitárias com base em idealizações que tomam como ponto de partida estereótipos e homogeneizações sociais anacrônicas, e que em muitos casos, acabam por gerar a própria negação e invisibilidade de outros grupos sociais também presente no pampa gaúcho (como os negros e os indígenas, por exemplo), mas geralmente ausentes na estética cetegista. Assim, o tradicionalismo gauchesco seria uma forma de negação do próprio caráter multicultural, multirracial e multiétnico da sociedade brasileira, incluindo a própria sociedade sul-riograndense. Para ele:

O Brasil sulino, multicultural e multirracial, ainda não depurou seus entulhos retrógrados, não absorveu as outras visibilidades culturais, ou sequer estabeleceu conversações legitimadas e equalizantes entre elas. Da especulação da emotividade à expressão da indústria cultural na forma pilchada, o tradicionalismo impera sobre todos como o espectro da identidade regional. Esta é a projeção vencedora dos indivíduos que a inventaram e que a sustentam. Em sua origem, se fossem personagens com outro universo mental, a identidade, como criação dos homens, seria diferente e poderia ter, inclusive a mesma, ou superior força telúrica. (GOLIN, 2004, p. 25).

Argumentando em sentido completamente diferente, Léa Masina entende que o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) - que dará origem à estética dos Centros de Tradição Gaúcha (CTGs) – de fato, em suas origens e até bem pouco tempos atrás, realmente esteve associado às imagens produzidas pelas oligarquias estancieiras do sul do país. Porém, na atualidade, este movimento já teria sido reapropriado por outros segmentos da sociedade (no caso, sul-rio-grandense, mas as observações dessa autora também valem para os “gaúchos” da tríplice fronteira), sendo hoje muito mais um agente de expressão multicultural do Sul do Brasil, do que aquele elemento normatizador, silenciador e invisibilizador de diferenças, conforme apontado anteriormente por Tau Golin. Neste sentido, Léa Masina aponta que:

Hoje, a maior parte dos cidadãos convive bem com a ideia de que as tradições regionais são cultuadas no CTGs e que estes não representam apenas um setor reacionário da cultura sul-rio-grandense,

como era o pensamento dominante nos anos de 1970. O crescimento numérico dos CTGs, que já se espalham por outros estados e, até mesmo, já existem no exterior, é sintoma de uma consciência regional que tende mais a definir e afirmar semelhanças e diferenças, do que propriamente a cultivar valores do passado longínquo, de todo incompatíveis com a situação política do Estado e do país. Numa paródia, o conteúdo reacionário da “gauchescas” transformou-se na manifestação de um conteúdo regional e, portanto, diferencial e agregador. (MASINA, 2002, p. 96-97)

Sem pretender assumir uma ou outra definição, para os objetivos a qual nos propomos aqui, é inegável o importante papel desempenhado pelo CTG na tríplice fronteira, enquanto “facilitador” ou “agregador” de músicos e artistas de diferentes lugares e países, sendo espaço que torna possível a produção de trabalhos conjuntos, favorecendo, neste caso, as trocas culturais e processos de hibridação. Evidentemente, nossa pesquisa não empreendeu nenhum estudo específico acerca dos centenas de outros Centros de Tradições Gaúchas existentes no Brasil (e até fora dele, como no Paraguai), mas especificamente o que ocorre em Foz do Iguaçu – dadas as características multiculturais presentes nessa tríplice fronteira -, é que o CTG assume um papel muito importante.

Entre a comunidade que se identifica com os marcos das auto-propaladas *tradições gaúchas* na tríplice fronteira – se tomarmos por critério aquelas pessoas que frequentam e/ou participam das festividades promovidas pelo CTG *Charrúa*, de Foz do Iguaçu – teríamos, entre os “gaúchos” de Foz do Iguaçu muitos paranaenses nascidos em Foz do Iguaçu e região, além de paraguaios, argentinos e vários outros tipos “gaúchos” por empréstimo ou por adesão. Além disso, essa instituição frequentemente promove grandes shows e espetáculos na cidade, justamente por possuir uma das maiores estruturas preparadas para este tipo de evento. Promove ainda almoços e “costelões” (churrascos), eventos como rodeios e festivais de música e dança; e por fim, a própria FARTAL – Feira de Artes e Alimentos de Foz do Iguaçu, festa que ocorre desde 1977, e que marca a celebração do aniversário do município (10 de junho). Assim, mesmo pessoas que não tenham qualquer ligação ou memória afetiva com o CTG poderão, em algum momento, frequentá-lo - nesse caso, propenso a se tornar também um futuro adepto das *tradições inventadas* que se ritualizam neste espaço.

O CTG Charrúa, tal como os outros CTGs espalhados pelo Brasil, operam como espaço de celebração e rememoração, reunião e lazer, além da veneração sempre preste aos símbolos do *nativismo* gaúcho – este operando sempre de forma completamente estereotipada, pois baseada em conceitos anacrônicos sobre aquilo que se reivindica como

a “verdadeira *tradição* gaúcha”. Aqui, incluem-se elementos como o vestuário, gírias e formas pessoais de tratamento, danças, ritmos, iniciação musical, etc. (Ver Figura 22).

Figura 22 . CTG Charrua, Foz do Iguaçu.

Homens e mulheres usando “traje típico” durante um baile no CTG Charrúa (acima); Cavaleiros (jinetes) se preparam para as festividades da “Semana Farroupilha”, em setembro (abaixo).



FONTE: Facebook CTG Charrua

Porém, para muito além dessa estereotipia acusada acima, o CTG Charrúa de Foz do Iguaçu possibilita interessantes experiências e encontros entre músicos dos países das três fronteiras. Dai merecer nossa atenção. Em um vídeo amador disponibilizado na internet através do *youtube*, pode-se observar uma roda de música, da qual participam quatro músicos representando três “vertentes” presentes no cotidiano do CTG Charrúa. Tratam-se dos músicos Cristóvão Guedes (violão) e Estevão Guedes (acordeão), ambos integrantes do prestigiado conjunto sul rio-grandense *Jorge Guedes & Família*; além deles, o argentino Raul Garnica (cantando); e o sul-matogrossense “naturalizado” iguaçuense Tiago Rossato (gaita ponto).⁴⁷⁹ (Ver Figura 23). Ou seja: dois *gaúchos* “de verdade”; um argentino e um sul-matogrossense, se reunindo para tocar um tema do *folklore argentino* – no caso, *El Cosechero*, do compositor argentino Ramón Ayala, de Misiones. Com direito a *sapucay*⁴⁸⁰ e tudo.

Figura 23. Tiago Rossato (esquerda), Cristóvão Guedes, Estevão Guedes e Raul Garnica (direita), cantam e tocam em momento de descontração no galpão “Fogo de Chão”, do CTG Charrua, Foz do Iguaçu.



FONTE: (imagem) Youtube (internet)

⁴⁷⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n8EVvE0XhYc> , acessado em 22/05/2017. O *sapucay* pode ser ouvido entre 01m:39s a 01m:45s.

⁴⁸⁰ *Grito*, em tradução literal do idioma guarani. Típico do chamamé, tem uma origem supostamente no espírito guerreiro dos povos indígenas, podendo ser de alegria, de lamento, de tristeza ou de desafio.

A gravação permite sugerir que este encontro foi casual, e que não se tratava de um “ensaio profissional”, mas apenas de amigos que se reuniram para “tomar uma cerveja e tocar uma música” (embora por essa época, Tiago Rossato integrasse o conjunto *Jorge Guedes & Família*, ocasião em que namorava Anahy Guedes, cantora do grupo e filha do fundador). De qualquer modo, chama a atenção o tipo de encontro quase que casual deste músicos de diferentes origens geográficas, algo possibilitado a partir do CTG Charrúa, de Foz do Iguaçu.

Aliás, o próprio Tiago Rossato é fruto dessas hibridações e releituras identitárias possíveis na tríplice fronteira. Naturalmente, essas coisas não acontecem por mero acaso, já que Rossato, 33 anos, é filho de migrantes gaúchos. Natural de Sidrolândia, Mato Grosso do Sul, mudou-se para Foz do Iguaçu quando tinha apenas 6 meses de idade, razão pela qual se considera mais iguaçuense do que sul mato-grossense.⁴⁸¹ Em entrevista a uma rede de TV paranaense,⁴⁸² narrou que costumava frequentar o CTG Charrúa desde sua infância; e que, graças a este contato com a “cultura gaúcha” (novamente entre aspas), acabou se interessando pela *gaita ponto*,⁴⁸³ instrumento no qual mais tarde se especializaria.⁴⁸⁴ Rossato hoje é um dos mais promissores artistas brasileiros neste instrumento, tendo sido premiado nos principais festivais do gênero, e viajado à Europa em pelo menos duas oportunidades recentes. Frequentemente é convidado para participar de festivais na Argentina ao lado de grandes músicos do *chamamé* (estilo no qual se especializou), tocando ainda no Sul do Brasil, Paraguai e em cidades da região da tríplice fronteira. Em suas apresentações, Rossato se veste “à moda gaúcha” – pilcha, bombacha, poncho e lenço – como se fosse um “verdadeiro gaúcho”, guardião das tradições do pampa. Um *gaúcho* por adesão.

Neste caso, apesar de operar no universo de uma tradição que muitos (como o violonista sul-rio-grandense Negendre Arbo) considerariam “estranque”, o CTG *Charrúa*

⁴⁸¹ Tiago ROSSATO, entrevista concedida ao autor em novembro de 2017, através de facebook.

⁴⁸² Programa Caminhos do Oeste, produzido pela RPCTV (afiliada da Rede Globo). Publicada no canal youtube em 13/02/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-AR5h8hw9E8>, acessado em 01/12/2017.

⁴⁸³ Conhecida como *gaita ponto* no Brasil, este instrumento recebe o nome de *bandoneón* na Argentina, onde é bastante comum, especialmente entre músicos dos gêneros *chamamé* e *tango*. A *gaita ponto* constitui uma espécie de sanfona, porém de menor porte, e com tonalidade mais aguda e melódica.

⁴⁸⁴ Nessa entrevista, Rossato narra a forma pitoresca como se deu seu interesse pela *gaita ponto*. Quando tinha 8 anos de idade, foi levado por seu pai para assistir um rodeio no CTG Charrúa. O troféu era uma escultura em forma de *gaita ponto*. Rossato, sendo criança, e sem entender a situação, quis o troféu, o que era impossível naquela circunstância. Seu pai acabou comprando uma réplica em madeira deste troféu, e mais tarde, presenteou Rossato com um pequeno instrumento (*gaita ponto*). Só a partir de então é que Rossato passou a estudar e desenvolver seus dotes artísticos.

de Foz do Iguaçu também realiza um importante papel de aglutinador de um movimento artístico que, de outra maneira, provavelmente permaneceria com seus membros dispersos pela tríplice fronteira. Isso porque, mesmo se tratando de um espaço estereotipado, ele acabou se transformando em um local privilegiado para onde convergem músicos argentinos, paraguaios e brasileiros – notadamente sul-rio-grandenses e descendentes, ou adeptos da “cultura gaúcha”. Ali, podem se encontrar, realizar parcerias, desenvolver projetos, tomar uma cerveja, comer um churrasco e dialogar musicalmente, desenvolver estilos novos e “reinventar” canções tradicionais.

Além disso, desde sua fundação, essa entidade tem participado ativamente de inúmeras iniciativas relacionadas a promoção da música na cidade. Em 1991, por exemplo, essa entidade passou a promover o *Acorde Cataratas*, festival de música e cultura organizado conjuntamente com a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, descrito como um “Evento cultural de sentido Latino Americano” (NEUMANN, 1993, p.13). Em épocas recentes, essa entidade passou a promover o festival “Encontro das Águas”, cujo objetivo era reunir músicos cetegistas dos três países da fronteira. Este evento surgiu com a ideia de ter sede rotativa, ocorrendo cada edição em um dos três países formadores da tríplice fronteira. Um dos idealizadores e entusiastas deste evento era o próprio Raul Garnica, que em seu depoimento, explicava:

Nós temos um festival aqui que se chama “O encontro das águas”, que fizemos dois no Brasil, um na Argentina e, esse último fizemos no Paraguai. Se faz dois anos no Brasil, um na Argentina, um no Paraguai. É uma homenagem ao rio Paraná, o rio Iguaçu, que cada vez tá sofrendo mais. No rio Iguaçu, não muito longe, temos cinco usinas [hidrelétricas]⁴⁸⁵ que esse ano não temos água nas Cataratas, porque, prejudica el! (GARNICA, 2006, entrevista)

Observamos que, ao falar do Festival, este músico revela uma tendência que tem e tornado cada vez mais presente no discurso de artistas e outros sujeitos envolvidos no fazer cultural local da tríplice fronteira. Trata-se de elaborar uma identidade artística coletiva capaz de associar essa arte aos aspectos naturais da região, com especial ênfase nos seus rios (Paraná e Iguaçu); e especialmente, as Cataratas do Iguaçu. Se, como bem

⁴⁸⁵ De acordo com o jornal paranaense *Gazeta do Iguaçu*, o rio Iguaçu possui, em sua extensão, um total de 5 usinas hidrelétricas, que geram 6.644 megawatts, o que corresponde a 6,54% da produção total de energia do país. As usinas são: Foz do Areia, Segredo e Salto Caxias, pertencentes à COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica; e Salto Santiago e Salto Osório, operadas pela Tractebel Energia. Ver: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/metade-do-iguacu-e-das-usinas-barrmqueb45mdzpwaii3eyjwu>, acessado em 21/12/2017

observou Negendre Arbo, Foz do Iguaçu é uma cidade “de costas para o rio”, ao menos do ponto de vista das apropriações feitas pelos artistas locais, o rio, e principalmente as Cataratas se tornam elementos centrais a essas elaborações, tornando-se um símbolo sempre presente. (Ver Figura 24).

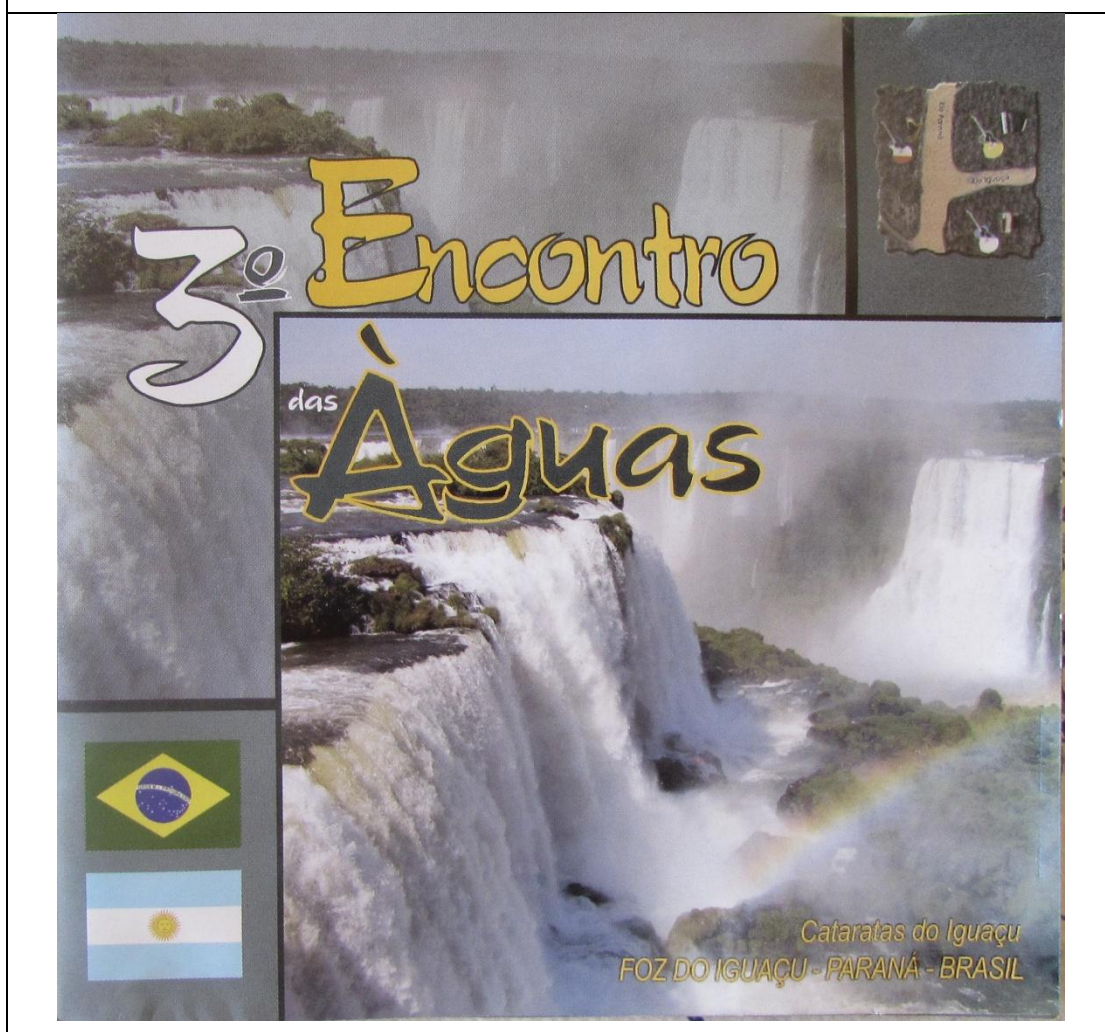
Figura 24 - Capas e contracapas de discos de artistas locais, tendo como pano de fundo as Cataratas do Iguaçu



FONTE: Acervo pessoal do autor

Além disso, do depoimento de Raul Garnica, percebemos ainda a perspectiva própria elaborada a partir do cetegismo, que consiste em qualificar-se a partir de dois outros símbolos importantes das três fronteiras: a questão da música como fator de união; e a dissolução das fronteiras geográficas. Assim, unidos pela arte, a música se torna porta-voz de uma identidade transnacional capaz de unificar três países em torno da necessidade da defesa e valorização de seus recursos naturais – especialmente os rios - e da memória coletiva produzida a partir deles. (Ver Figura 25)

Figura 25 Capa do disco do 3º Encontro das Águas (Festival).



FONTE: acervo do autor

Raul Garnica era um assíduo participante do espaço cetegista. Além do rol de amizades que colecionou neste meio, seu próprio filho, Santiago Garnica, acabou casando-se com a cantora sul riograndense Anahy Guedes, filha de Jorge Guedes, e nessa condição, integrando-se a um dos mais tradicionais conjuntos de música gauchesca da

atualidade (*Jorge Guedes e Família*.⁴⁸⁶). Hoje, Santiago Garnica vive no Rio Grande do Sul e é percussionista de dito conjunto musical gauchesco.

Ainda dentro destes marcos culturais abertos pela “cultura gauchesca” na região, importa registrar que no lado paraguaio funciona uma das emissoras de rádio de maior audiência na região das Três Fronteiras (Mundial FM, de Ciudad del Este),⁴⁸⁷ cuja programação é toda realizada em língua portuguesa, e que se dedica basicamente à difusão das música gauchesca e nativista sul riograndense.⁴⁸⁸ No site dessa rádio, são disponibilizados dois telefones para contato comercial, sendo um com código de Foz do Iguaçu e o outro com código de Ciudad del Este.

Como vimos, no lado argentino da fronteira, até o falecimento de Raul Garnica (janeiro de 2015), seu restaurante *Las Cañitas* era um dos espaços da tríplice fronteira mais abertos e livres para a reunião de músicos do estilo *folklore* e também *gauchesco*. Foi neste local que Raul Garnica passou por sua última metamorfose, e que levaria até sua morte, em 2015. Como vimos, neste local, ocorriam shows e recitais diversos, muitos dos quais sem qualquer planejamento prévio, bastando o músico manifestar o desejo de tocar/cantar. Assim, o local favorecia trocas entre artistas dos mais diferentes estilos, incluindo os brasileiros (a maioria, adeptos do *nativismo*⁴⁸⁹) e argentinos vinculados ao *folklore argentino*; além, é claro, do próprio Raul Garnica, que realizava shows regularmente junto com sua família e amigos.⁴⁹⁰

Com o passar dos tempos, à medida que foi se fixando e criando uma clientela cativa, Raul Garnica iniciou uma nova elaboração identitária, completamente em sintonia com as questões que ele vivia e com as quais dialogava nessa região de fronteira com o

⁴⁸⁶ Figura cativa em programas de entrevistas com artistas regionais do Rio Grande do Sul, o conjunto *Jorge Guedes & Família* colecionam participações em programas de âmbito nacional, tais como o global Jô Soares (onde estiveram, em 2009), e *Senhor Brasil*, de Rolando Boldrin, onde participaram em 2014. Além destes, o grupo gauchesco é um dos poucos conjuntos brasileiros a terem espaço livre em festivais tradicionais de chamamé na Argentina, onde são constantemente convidados.

⁴⁸⁷ Vide: <http://www.mundialvirtual.net/>, consultado em 25/11/2017.

⁴⁸⁸ Não cabe essa discussão aqui, mas em nossa pesquisa, optei por utilizar ambos os termos – *gauchesca* e *nativismo* – por entender se trataram de concepções diferentes, embora na maioria das vezes complementares. *Gauchesco* é tudo aquilo que se refere à música, vestuário, danças, gastronomia e outros aspectos ditos *tradicionais* do povo sul riograndense em situação de deslocamento (migrações e imigrações). Inclui também os ritmos mais alegres e dançantes, como a rancheira, o shote e a vanera (ou vanerão). Já o *nativismo* está mais associado à práticas coletivas mas feitas de maneira individual, quase sacerdotal, como a música introspectiva, a declamação e a execução de músicas mais cadenciadas e melódicas. Aqui, destacam-se ritmos como a milonga e a *zamba* argentina, os *recitados* e a *trova* gaúcha, que constitui um tipo de desafio semelhante ao repente nordestino.

⁴⁸⁹ Refere-se aos estilos musicais rurais populares: milongas, chamamés, rancheiras, xotis, vaneira, etc.

⁴⁹⁰ Santiago Garnica, filho de Raul Garnica, era percussionista, e eventualmente acompanhava o pai em algumas performances artísticas. Ivana, sua filha, junto com a esposa de Raul Garnica, realizavam danças folclóricas.

cone sul. O artista, que até então havia se tornado conhecido nos meios culturais e artísticos da cidade como “El Santagueño”, adotaria uma nova identidade musical e étnica, baseada numa fictícia origem *guarani*. Por essa época, já havia se especializado em tocar *chamamé*, ritmo regional muito difundido e apreciado nessa região do *litoral*, mas praticamente *exótico* em sua província natal, Santiago del Estero. Na época da entrevista (2006), Raul havia deixado seu cabelo crescer, mantendo-o regularmente envolto com uma faixa de pano branca ou de palha. Assim, se aproximava da estética geralmente associada a imagem típica de um guerreiro guarani, conforme representações disponíveis na memória social da região, forjada na literatura e em monumentos que tem como personagem principal as representações feitas sob o chefe indígena guarani, Andrés Guaçurari.⁴⁹¹.

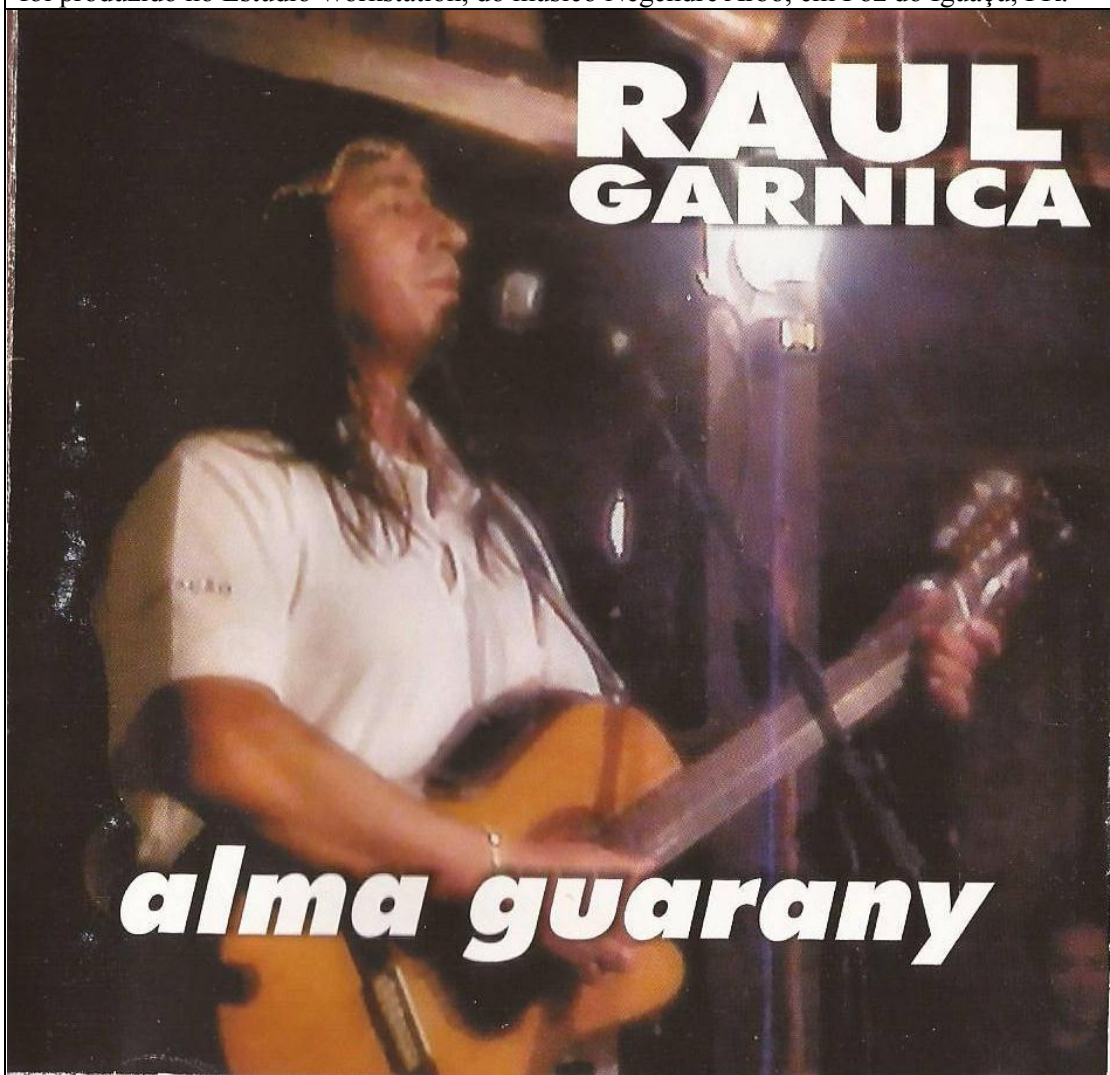
Corroborando este intento, em 2005, Garnica produziu e passou a distribuir entre amigos e frequentadores do *Las Cañitas* um disco independente, gravado no estúdio de Negendre Arbo, e que tinha o significativo nome “Alma Guarany”. Tratava-se de uma referência dupla, tanto em relação à canção homônima (que abria o disco, e muito conhecida no Paraguai e Argentina), como também como evidência indelével de que Raul Garnica parecia assumir de vez uma “identidade guarani” (Ver Figura 26).

A escolha de “Alma Guarany” como canção-título daquele que foi provavelmente o único trabalho autoral de Raul Garnica nos diz muito sobre essa releitura que ele fez sobre sua própria identidade artística, construída a partir de suas vivências na tríplice fronteira. Quer seja enquanto um mero conceito artístico e estético, quer seja como parte da vivência e das estruturas de identificação que ele pretendia construir e/ou assumir, o fato é que, como vimos anteriormente, em se tratando de Misiones, reivindicar-se como *guarani* significa associar-se a um tipo de memória social bastante difundida entre os artistas de folkore da tríplice fronteira, e que também aparece como central em espaços

⁴⁹¹ Andrés Guaçurari (1778-1821) foi um guerreiro indígena e general que lutou nas guerras de independência do rio da Prata. Chefiou uma divisão do exército de José Gervásio de Artigas, herói da independência do Uruguai e diversas províncias do interior Argentino (Misiones, Entre Rios e Corrientes). Capturado pelo exército luso-brasileiro, acabou morto na prisão no Rio de Janeiro, embora não existam muitos documentos que sustentem essa versão. Transformado em herói póstumo, hoje, dá nome a um dos principais municípios da província argentina de Misiones, Andresito, que alberga parte importante do Parque Nacional del Iguazu. Recentemente, o governo de Cristina Kirschner reconheceu a figura ímpar de Andresito como herói regional da independência argentina, erigindo um monumento em sua homenagem na avenida 9 de Julio, uma das mais importantes da capital portenha. Sobre isto, vide matéria publicada no jornal “El Clarín”, de 23/06/2014: http://www.clarin.com/ciudades/epopeya-comandante-Andresito_0_1162083839.html, acessado em 18/08/2015).

como o CTG – do qual Raul era um assíduo frequentador.⁴⁹²

Figura 26. Capa do disco “Alma Guarany”, gravada pelo artista Raul Garnica em 2004. O disco foi produzido no Estúdio Workstation, do músico Negendre Arbo, em Foz do Iguaçu, PR.



FONTE: acervo pessoal do autor

Em vídeos disponibilizados na internet, gravados em momento de lazer e

⁴⁹² A música “Alma Guarani” foi composta em 1955 por Damásio Esquivel em parceria com o poeta argentino Osvaldo Sosa Cordero. Na letra, aparecem importantes referências à selva e a outros elementos do meio ambiente da região, além da exaltação ao idioma nativo e outros aspectos de natureza étnica: “Raza del guayaki la selva no te ha olvidado / Tu alma guarani perdura en el suelo amado / Y desde el verdor del monte natal / La brisa sutil del tiempo estival / Nos vuelve a traer tu voz secular. / Es la misma que ayer echaba a volar al viento / Cuitas de un querer con hondo y nativo acento / Es la voz racial que no morirá / Mientras que el crisol de algun m'baracá / Su pena o su amor convierta en cantar. / Alma guarani, quietud de los naranjales / Alma guarani...lamento de los yerbaes. / Vibra tu tradición en la luz y en la flor. / Lo mismo que el manantial sin ningún rumor aflorando vas / Y en riego de amor bendiciendo estas alma guarani / la heredad natal.” Vide: <http://www.fundacionmemoriadelchamame.com/damasio-esquivel>, acessado em 19/08/2016.

descontração, Garnica aparece trajado dessa maneira, o que faz transparecer que, aparentemente, o músico havia assumido a “identidade *guarani*” como parte de sua vivência cotidiana.⁴⁹³ Em outro vídeo, já discutido, linhas atrás, o músico também aparece trajado como um guerreiro guarani, enquanto cantava “El Cosechero” em uma roda de cerveja com alguns amigos. O vídeo, foi postado em 2010 no canal youtube, o que mostra que a característica de trajar-se da forma descrita acima, ao modo de um “guerreiro guarani”, foi algo assumido por Garnica como parte de seu cotidiano, e não apenas em situações cenográficas - como quando o artista se vestia para subir aos palcos.

Apesar de se apropriar de uma “identidade guarani”, estranha à sua de origem, Garnica o fazia reivindicando sua própria origem étnica nativa, como descendente de indígenas em geral, e não de um tipo indígena específico. Assim como Raul *tornou-se* músico após o exílio, igualmente, podemos dizer que ele *tornou-se* um índio guarani após sua chegada na tríplice fronteira. Além disso, não menos importante era a sua vinculação ao *nativismo* gaúcho, para quem a memória “guaranítica” também é parte fundamental.

Para finalizar, poderíamos destacar o trabalho realizado pelo músico Negendre Arbo, a partir de seus experimentalismos e de sua profunda pesquisa musical acerca da fronteira. Desde que saiu da churrascaria *Rafain*, o grupo que ele dirigia, o *Quintal de Clorofila*, passou a militar pela organização política da classe artística e pela abertura de espaços de cultura na cidade de Foz do Iguaçu. Negendre Arbo foi nomeado pela Fundação Cultural do município, para presidir o “Clube da Cultura”, instituição constituída espontaneamente por artistas da cidade, que se reuniam em uma edificação antiga e abandonada na região sul da cidade, próximo ao Marco das Três Fronteiras. O “clube” estava oficialmente chancelado pela Prefeitura Municipal, via-Fundação, mas segundo Negendre, os artistas jamais receberam qualquer apoio efetivo:

O clube da cultura era o seguinte: eu estava trabalhando na fundação [Cultural] e surgiu lá. Eu não tive parte no surgimento. E daí, pelo fato de estar lá trabalhando, acabei aceitando. Eu estava lá, fechava com tudo o que eu estava fazendo, tipo viajar pra Curitiba, pegar, convidar a Secretária do Estado pra vir aqui participar de um evento ou conseguir intercambio, trazer shows pra cá, etc. (...) A gente fez alguns eventos, mas aí chegou uma hora que não tinha mais ninguém pra ajudar. Tipo,

⁴⁹³ Num deles, Garnica interpreta uma conhecida guarânia paraguaia, “Índia”. Composta no final da década de 1920 por Manuel Ortiz Guerreiro, a música descreve uma índia guarani em estado semi-selvagem, típica da região do Guairá (interior do Paraguai). (Na versão que ficou conhecida no Brasil, gravada originalmente pela dupla Cascatinha & Inhana nos anos 1950, a letra original seria alterada, e a referência à etnia *guarani* da personagem da música, seria substituída pela etnia *tupí*). Nessa gravação, Garnica toca violão, e é acompanhado pelo acordeon do músico sul-riograndense Ailton Missioneiro: <https://www.youtube.com/watch?v=ARAdkTS7fzQ>, acessado em 19/08/2016.

na hora dos coquetéis e da televisão, estava todo mundo; mas daí, na hora de arrumar um carro pra trazer os quadros, pra ajudar montar a exposição, não ajudava. Ai eu tinha que me virar. Gastei um monte de grana, gastei na reforma da casa. A gente conseguiu uma casa lá, como uso capião... uso capião não; comodato (ARBO, 2008, entrevista).

Ainda nessa época, envolvido com a Fundação Cultural, e apesar de ter tocado alguns projetos que alcançaram relativo sucesso, Negendre acabou se decepcionando com os poderes políticos locais, e logo abandonou a ideia de que seria possível fazer militar pela cultura amparado no poder público e através de organizações políticas. Em suas próprias palavras:

Foi ai que eu aprendi que “carta de intenção” só serve pra limpar a bunda. (risos) É verdade. Minha última reunião como militante foi bem engraçada. Eu disse pra eles: “olha, você é pintor, pinte, saia daqui, vai pra casa e pinte! Se não é pintor, vai se foder cara, não te mete com política”, sabe? Não tem nada a ver: músico, artista, deixa de fazer sua arte pra ir militar... faça arte, faça arte boa que você exerce também. Faça arte boa que ela já resolve o problema... da divulgação da cultura etc. Quer dizer, não é se juntando em grupos culturais que a coisa vai se resolver (ARBO, 2008, entrevista)

Apesar das constantes decepções no campo político, os experimentalismos estéticos abertos pela fronteira, os projetos realizados e executados via Fundação Cultural e a possibilidade de incorporar elementos tecnológicos à produção do grupo acabaram redefinindo o perfil e a proposta do Grupo Quintal de Clorofila. Por volta de 1996, em sua última formação, o grupo ainda contaria com o ingresso de um jovem talento da cidade, o guitarrista Frank Cimino (atualmente produtor musical).⁴⁹⁴ Com apenas 17 anos, Cimino, estudioso de guitarra, trouxe acordes mais pesados e distorcidos ao grupo, misturados e modelados à proposta ambientalista/erudita/psicodélica/renascentista que o Quintal de Clorofila já desenvolvia desde sua chegada à cidade.

Dialogando com questões presentes na tríplice fronteira, Negendre Arbo afirmou ter optado por se instalar ali dadas as possibilidades musicais presentes nesse espaço. No caso, vindo de uma linha bastante alternativa da música, os irmãos Dimitri e Negendre Arbo pretendiam manter-se distante dessa vertente nativista/gauchesca presente em seu estado de origem, por considerá-la limitada, estanque e artisticamente pobre.

⁴⁹⁴ Vide vídeo no youtube, gravado pelo próprio Frank Cimino, onde ele executa uma música do guitarrista sueco Malmsteen (“Far Beyond the Sun”). Apesar de existirem outros materiais melhor produzidos e editados, essa gravação data da época em que Cimino integrava o conjunto Quintal de Clorofila. IN: <https://www.youtube.com/watch?v=sunzuKkAUOQ> Acessado em 12/05/2015.

É evidente que o *nativismo* fez parte do ambiente onde os irmãos iniciaram seus estudos musicais. Nascidos no interior do Rio Grande do Sul (Palmeira das Missões, no norte do Estado), e tendo realizado seus estudos musicais na cidade de Santa Maria (região central do Estado), Negendre referiu-se ao início conflituoso que teve em sua trajetória musical no Estado do Rio Grande do Sul. Ao fundarem o Grupo *Quintal de Clorofila*, suas preferências musicais já transitavam numa linha bastante eclética, que ia dos Beatles à psicodelia norte-americana, passando pela música cigana, erudita e renascentista, e ainda pelo blues e pela música latino-americana. Assim, para poder se afirmar, foi necessário ao grupo primeiro romper com os padrões estéticos dominantes no Estado. Sobre isto, narrou:

(...) o nativismo foi uma desgraça pra nós que fazíamos uma música livre, né? que tomava os espaços... não havia espaço pra nós, foi ali que a gente começou a viajar. (...) Tem aquela coisa da patronagem, não é? Toda a cultura gaúcha ela é baseada na dominação do patrão e os empregados... Então, é aquela figura do patrão, do patrão (...) eles procuram manter tão estanque a música, dentro do seu estilo que, é aquilo que eu chamo de estagnação cultural, uma cultura que ta ali enalhada e acabou. (ARBO, 2008, entrevista)

Por outro lado, sua aproximação com a tríplice fronteira se deu a partir de seus interesses em direção ao *folklore* argentino; depois, também pelas possibilidades de pensar e trabalhar formas de música ancestral a partir dos povos nativos (indígenas). Negendre Arbo também avaliou a fase em que tocaram no *Rafain* como artisticamente limitada, seja pelas dificuldades em dialogar com outros artistas “estanques” presentes naquele meio, seja pela repetição exaustiva e nauseante do mesmo repertório, dia após dia, semana após semana. Mesmo assim, a passagem pelo Rafain deixou legados importantes para a trajetória do Quintal de Clorofila, que permitiu ao grupo inserir a tecnologia (computação) na música, criando novas possibilidades. Negendre passou a adotar, de forma pioneira, um tipo de recurso chamado *orquestra-midi*, onde equipamentos eletrônicos (gravadores controlados por computador) tocavam uma base pré-gravada das músicas, deixando espaço para os instrumentos que fariam o solo (os sopros, no caso de Dimitri; e as cordas, no caso de Negendre), dispensando assim a necessidade de outros músicos:

Nessa nova fase, o grupo também começou a redefinir sua proposta estética e estilística, dialogando com elementos presentes no cotidiano da fronteira, incorporando de forma mais evidente, lendas indígenas locais (como “A lenda das Cataratas”, de origem

guarani), e discursos sobre meio-ambiente e eco-sustentabilidade. Foz do Iguaçu é uma cidade estratégica do ponto de vista ambiental, já que sedia, em conjunto com a Argentina e com outras cidades do sudoeste do Estado, o Parque Nacional do Iguaçu. A água, como fator de identificação (e estranhamento) da sociedade local, passou a ser um tema central do grupo. Nessa linha, além de participarem de campanhas ambientalistas e comporem peças propagandísticas para a Prefeitura Municipal,⁴⁹⁵ o grupo produziu pelo algumas canções tematizando a questão da água. Dentre elas, “Pro Rio” onde questiona-se o fato de Foz do Iguaçu ser uma cidade voltada de costas para seu principal patrimônio ambiental e histórico, conforme discutimos no capítulo 1; e também “Caminho das Águas”, onde, numa linguagem bastante simples e direta, usando acordes melódicos da música renascentista, chamam a atenção para a necessidade da preservação de rios e mananciais.⁴⁹⁶

Com este novo repertório, o grupo Quintal de Clorofila chegou a realizar algumas apresentações na cidade e região, onde divulgava músicas do disco “Tempo-Oral”- que permaneceria inédito em razão da dissolução do grupo em 1997, como já dissemos. Neste disco apareciam gravações do período posterior à chegada dos irmãos Arbo à fronteira, incluindo temas como “Cataratas”, composta como parte do espetáculo que o grupo apresentava na churrascaria Rafain. Também apareciam canções que fizeram parte de projetos ambientalistas realizados em escolas do município (como “Caminho das Águas”), e outros trabalhos de estúdio feitos em *base midi*. Entre elas, as músicas “Baile de Máscaras” - onde é possível perceber claramente a proposta original do grupo, pinçando música renascentista e erudita, em contraste com a guitarra distorcida de Frank Cimino;⁴⁹⁷ e “GreenSong”⁴⁹⁸, ambas assinadas por Negendre Arbo. Também “Gota de Orvalho” e “Romã”, assinadas por Dimitri Arbo; e uma faixa composta e arranjada pelo

⁴⁹⁵ Algumas músicas dessa época fizeram parte de um trabalho de educação ambiental que o grupo realizou em escolas da cidade, com patrocínio da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Posteriormente, o grupo organizou e executou o “Projeto Pólen”, no qual todos dos domingos ofereciam apresentações musicais de seu próprio repertório, e com a presença de músicos convidados. As apresentações aconteciam num palco improvisado montado em frente ao Bosque Guarani (uma espécie de horto e zoológico), existente no centro da cidade de Foz do Iguaçu. O projeto ocorreu no ano de 1996.

⁴⁹⁶ A letra de “Caminho das Águas” dizia: “O longo caminho das águas começa nas nuvens / a chuva que molha a terra e mata a sede das plantas / e o rio que percorre montanhas e vales passa pela cidade / Recebe ali a sujeira dos homens, e morre ferido / Morre ferido / Vamos limpar estes rios/ da sujeira dos homens / vamos cuidar muito bem destes rios / beber água limpa”

⁴⁹⁷ Disponível para audição em: <http://palcomp3.com/negendre/baile-de-mascaras/> Acessado em 13/05/2015.

⁴⁹⁸ Disponível para audição em: <http://palcomp3.com/negendre/greensong/> Acessado em 13/05/2015.

próprio Frank Cimino, intitulada “Terraço de Orem”⁴⁹⁹. No total, o trabalho era constituído de 11 faixas, das quais apenas algumas foram disponibilizadas para download, após a dissolução definitiva do grupo.

Com o fim do conjunto, Negendre, que já havia montado um estúdio de gravação e se profissionalizado neste aspecto, intensificou suas atividades de composição e pesquisa musical, passando a reunir em torno de si músicos argentinos e paraguaios, estudando e compondo peças e suítes com base em ritmos tradicionais do Paraguai (como guarânia e polca paraguaia ancestrais) e argentinos (especialmente zambas, chacareras e chamamé). Da sua amizade com a “comunidade argentina”, e de suas leituras sobre a História regional, surgiram os *chamamés* “Serenó” e “Serenata de Três Povos” (esta última, gravada também pelo cantor argentino Dante Ramón Ledesma, de quem Negendre era amigo pessoal). Também passou a compor e trabalhar com músicos argentinos que viviam na região, como Raul Garnica e Carlos Acuña, além do bandoneonista brasileiro Thiago Rossato (com este último, chegou a gravar um disco experimental de *chamamé*, intitulado “Piazzolando”, inédito). Participou como jurado em festivais de violão clássico no Paraguai, a convite de um amigo da época de *Rafain*⁵⁰⁰ além de outros festivais na cidade e região, como músico convidado.

Através do violonista argentino Carlos Acuña, conheceu o compositor argentino Ramón Ayala, e personalidade artística regional com reconhecimento na Argentina e Europa. Essa inclinação à música argentina e a influência *temática* aparentemente despertada após seu contato com Ramón Ayala aparece, por exemplo, na composição da música *Serenó*. Sobre essa proximidade, avaliou o músico:

Houve um tempo que eu estava bem próximos deles, quando eu tava mais voltado pra pesquisa do *folklore*, basicamente o *folklore* da Argentina, que eu acho mais interessante que o do Sul, que eu acho muito medíocre musicalmente. O *folklore* argentino tem vidalas, tem bagualas, sabe? Tem chacareira, tem a zamba, tem possibilidades instrumentais (...) O *folklore* gaúcho tem origem na música dos imigrantes europeus, né? E tem pouca influência indígena... do lado nativo deles, né? Até porque, lá eles dizimaram todos os que tinham. Lá no Paraguai, não. E na Argentina também. Sobraram muitas comunidades indígenas que se misturaram (ARBO, 2008, entrevista)

⁴⁹⁹ De caráter mais romântico, esse trabalho foi escrito e arranjado por Frank Cimino, mas a primeira voz foi cantada por Dimitri Arbo. Na música, além de guitarra e outros instrumentos, Cimino também toca piano em parte da música. “Terraço de Orem” era uma referência ao edifício onde o guitarrista morava à época (Orem), no centro da cidade de Foz do Iguaçu.

⁵⁰⁰ Trata-se do o maestro paraguaio Jacinto Matiauda, que durante muitos anos foi diretor artístico do grupo *Mangoré*, conjunto instrumental de cordas, mantido pela Itaipu paraguaia.

O chamamé “Serenata Três Povos”⁵⁰¹ é uma composição igualmente ambientada nessa tríplice fronteira, pensada enquanto espaço privilegiado para o encontro entre os povos dos três países - Brasil, Argentina e Paraguai. Foi dos versos finais dessa letra que tiramos a epígrafe que abre o presente capítulo. Ali, podia-se ler:

SERENATA TRÊS POVOS (Negendre Arbo)

Quando o potro do dia acalma o seu galope
Candeiros e vagalumes confundem-se pela noite
despertam guitarras na solidão da pampa
e um paisano canta, um gaudério canta, um campesino canta

Refrão

*Guitarra de três bandeiras, de três povos e uma pátria
Seis cordas que se eternizam numa mesma serenata (Bis)*

(Recitado)

Quando a saudade abre um palo num abraço dolorido,
e a querência vem vindo na cuia de um chimarrão
Nos acordes de um violão estamos de volta ao pago,
em cada verso, um lamento, saudade em cada canção

(cantado)

Guitarras e cantores desta pátria americana
Não deixe morrer as vozes ancestrais da Pachamama
A força dos ideais nas mãos e um arado na garganta
Despertam guitarras na solidão da pampa
E um paisano canta, um gaudério canta, um campesino canta.

É interessante observar que essa música alude à experiência da fronteira enquanto espaço privilegiado para o encontro entre povos dos três países (no caso, Brasil, Argentina e Paraguai), que, tendo a música como *identidade* em comum, colocaria em segundo plano outros aspectos tais como a nacionalidade e língua, dissolvendo ainda fronteiras nacionais estáticas a favor de uma “integração” musical. Ao evocar, por exemplo, a *pachamama* - divindade cultuada pelos povos incas, típica do altiplano Andino – fica claro que a reivindicação identitária a qual ele recorre não está no “Sul”, geograficamente falando, mas no próprio terreno simbólico da América Latina.

Assim, tratava-se de “irmanar-se” enquanto latino-americano através da música. A força de determinados estereótipos culturais sobre populações rurais do Prata também merecem destaque: ao referir-se aos *brasileiros*, chama-os de *gaudério*, termo bastante

⁵⁰¹ Dante Ramón Ledesma, *Folklore*, USADISCO, Porto Alegre, 2000.

utilizado no Rio Grande do Sul para definir o peão simples, da lida do campo. Ao tratar dos argentinos, utiliza outro qualificativo rural, o *paisano* – tratamento usado de forma carinhosa para se referir a pessoas provenientes do meio rural. E ao trazer o *paraguaio*, opta por chamá-lo também a partir de uma identidade rural fortemente alicerçada a respeito deste povo, que é o *campesino*. Ao trazer dimensões de uma sociedade rural para interpretar as relações que se historicamente se teceram nos meandros dessa fronteira, Negendre não o aproxima necessariamente do discurso do nativismo gaúcho – a quem ele tão ferrenhamente criticou. Ao contrário: neste caso, o objetivo parece ser o de assumir-se não enquanto *gaúcho*, mas também enquanto *migrante*. Um migrante que consegue, através da música da tríplice fronteira, resolver sua identidade fragmentária; afinal, como bem definiu Morales Raya, “La frontera es una construcción mental, imaginaria, sin la cual no podríamos entendernos a nosotros mismos, ya que somos ‘nosotros’ respecto a ‘otros’.” (Morales Raya, 2011, p. 19). Essa identidade musical e social forjada a partir do meio rural, talvez seja fruto de uma idealização que o autor faz, porque mais próxima possível da “pureza” humana. De qualquer modo, constitui uma temporalidade completamente distinta: uma fronteira onde as relações ainda não foram transformadas pelo ritmo frenético da cidade, e onde as pessoas ainda se sentam ao final da tarde para tocar suas músicas típicas, e tomar um chimarrão⁵⁰². Em suma, uma fronteira tipicamente platina: musical e ervateira.

⁵⁰² Bebida (chá) não alcoólica de origem indígena (guarani), muito comum nos países do Mercosul (sul do Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai). Na maioria das vezes, tomada em grupo. O preparo é simples, e consiste e despejar aos poucos água quente (aproximadamente 80 Grau Celsius) sobre a erva mate verde moída, acomodada ao lado (parede) da cuia, e puxá-la com a boca através de uma bomba. Cada vez que a cuia é esvaziada, é novamente servida, passando para a próxima pessoa da roda, sucessivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo histórico que analisamos ao longo deste trabalho referiu-se à construção do território da chamada *tríplice fronteira* enquanto espaço físico e geográfico imaginado, ressignificado, narrado e apropriado. Neste caso, produzido através da perspectivas, visões de mundo e trajetórias de músicos e artistas que para ela convergiram desde a década de 1960 aos dias atuais.

Vimos que essa região foi palco de intensas e violentas disputas travadas desde o período colonial (entre Portugal e Espanha), intensificada após as independências do início do século XIX e do processo de construção do Estado-nação entre os países platinos (Argentina, Brasil e Paraguai) que se seguiu a elas. O longo e conflituoso processo de definição das fronteiras nacionais, na teoria, pouco afetou o território situado na convergência entre os rios Paraná e Iguaçu; mas na prática, durante todo o século XIX, havia uma preocupação manifesta por parte das autoridades brasileiras no sentido de acelerar e intensificar a apropriação desse território fronteiriço, em virtude de disputas fronteiriças que ocorriam em outras regiões do Prata (como as fronteiras com o Paraguai, decididas com o Brasil apenas após 1872; ou as disputas fronteiriças com a Argentina, que invadiram o alvorecer do século XX). Mesmo depois da instalação da Colônia Militar do Iguassu (1892) as tentativas de “nacionalização” dessa fronteira brasileira mostravam-se inócuas, e havia o temor sempre manifesto por parte de militares, autoridades e políticos de Curitiba, e outros viajantes, que denunciavam o predomínio de atividades de exploração econômica em mãos de empresas estrangeiras (notadamente as *obrages* argentinas), e a existência de toda uma sociedade *platina* nessas barrancas, onde se falava o castelhano ao invés do idioma português, e onde até mesmo a moeda circulante era o peso argentino (MYSKIW, 2009, p.177-178).

Vimos que o processo de desconstrução dessa sociedade platina e de sua “integração” ao corpo da pátria brasileiro começaria a ganhar robustez a partir da década de 1930, com as ações de nacionalização (Marcha para o Oeste) do governo de Getúlio

Vargas; no entanto, ainda que tendo estruturado todo um aparato burocrático-militar-estatal para esse fim, essa fronteira ainda permanecerá platina em seu funcionamento cotidiano. Em todos estes ciclos, os países ali envolvidos – Brasil, Paraguai e Argentina – manteriam uma relação tensa de desconfiança mútua em relação ao “outro”.

Apenas a partir da década de 1950 essa relação iria se modificar. Foi quando o governo brasileiro, agindo em conjunto com a ditadura paraguaia, decide empreender a construção de uma hegemonia sub-regional no Prata utilizando como ponto estratégico ações de integração e aproximação diplomática com o Paraguai, bem como construindo meios para o aproveitamento econômico e político da tríplice fronteira. A “integração” com a Argentina nesses mesmos moldes viria apenas na década de 1980, consolidada com a construção da Ponte Internacional da Fraternidade (Ponte Tancredo Neves), concluída em 1985. A partir de então, os discursos mudariam entre estes três países, transformando o que antes fora tensão e desconfiança, em cooperação, união, amizade e fraternidade.

No entanto, mesmo “integrada” no papel, a fronteira continuaria a ser espaço de desconfianças mútuas entre os governos dos três países; e já no final da década de 1980, começa a ser cunhado o conceito *tríplice fronteira*, surgido inicialmente a partir de protocolos assinados entre as chancelarias dos três países limítrofes, como forma de iniciar um conjunto de ações de cooperação de cunho militar e repressivo a um espaço geográfico considerado “perigoso”, “inseguro” e que supostamente seria berço de atividades ilícitas, criminosas e, inclusive, terroristas. Assim, a noção de uma fronteira trinacional surgiu inicialmente carregado de toda uma carga negativa, indicando um espaço onde a questão central não passava necessariamente pela integração “positiva” (no sentido cultural e identitário), mas principalmente, na forma repressiva e na criação de mecanismos de controle e espionagem.

Contudo – e é aqui que julgamos ter contribuído – ainda que carregado de sentidos negativos em sua origem, conforme elaborado pelos governos dos três países nela envolvidos, em todas essas épocas a *tríplice fronteira* também será objeto de apropriação e ressignificação por parte dos trabalhadores, artistas, imigrantes, empresários e outros sujeitos locais, que enxergarão nessa condição fronteira outras possibilidades para além do mero discurso da segurança e repressão internacional. Graças a estes agentes, a *tríplice fronteira* significará a possibilidade de refazer padrões culturais, identitários e narrativos; e para os músicos, também espaço de construção de novos experimentalismos estéticos e estilísticos, ou suporte para a reelaboração identitária, ou reafirmação delas - ainda que muitas vezes, operando a partir de estereótipos.

Como se percebe, ainda que inicialmente, e em diferentes épocas históricas - a *tríplice fronteira* tenha sido tratada por agentes estatais, militares e políticos sob o signo da repressão, controle e desconfiança mútua, no cotidiano dessa sociedade essas relações muitas vezes eram desfeitas, para dar lugar a outras sínteses identitárias e processos culturais amplos e diversificados, que ora serviram para reforçar discursos sobre a integração fronteiriça, ora para reforçar discursos de pertencimento a uma nação/região/etnia.

Observou-se também que essa fronteira foi alvo de constantes reinvenções e apagamentos, e que tiveram na historiografia um papel fundamental. Estes apagamentos e reinvenções muitas vezes pautaram memórias e estruturas narrativas posteriores, como aquelas produzida através da música regional. No caso, isso apareceu quando artistas passaram a também incorporar vários temas “historiográficos” a suas propostas estéticas e discursivas. Assim, vimos uma série de artistas associando sua imagem musical a símbolos correntes elaborados pela memória oficial sobre essa fronteira (especialmente em relação as Cataratas do Iguaçu); ou quando artistas ligados ao CTG Charrúa passaram a “traduzir”, em termos musicais, a proposta historiográfica *sulista* de ressignificar o oeste paranaense a partir da “identidade *gaúcha*” (sul rio-grandense); ou ainda, as propostas do músico Negendre Arbo, que buscou retomar o caminho apagado pela historiografia e pela memória social da cidade, no qual se fez desaparecer a cidade *platina* do passado obragero, com seus personagens, símbolos e memórias.

Em todas esses momentos, vimos que a tríplice fronteira foi também alvo de disputas, que trataram de refazer constantemente seus muitos sentidos, construídos a partir de memórias, trajetórias e vivências de músicos argentinos, paraguaios e brasileiros que seguiram se deslocando no interior dessas linhas nacionais, fazendo emergir um território rico em simbolismos e significados. Ou, dito de outra maneira, produzindo um território onde a despeito de suas diferenças nacionais e de suas diferentes temporalidades, três países sul americanos - Brasil, Argentina e Paraguai – se encontram, se limitam, se entrelaçam, se hibridizam, se estranham e se complementam.

BIBLIOGRAFIA

AIEX NETO, José Elias; FREITAS, Marcelino. *Frentona: Atas e Atos*. Foz do Iguaçu/PR: N/D, 2008.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Annablume, 2010

_____. Morar na fronteira e pensar a integração. In: BENVENUTO, Jayme. (Org.). *Somos todos irmãos? Somos todos hermanos?..*Foz do Iguaçu: GEDAI, 2016, v. 1, p. 33-58.

_____. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos 'brasiguaios' entre os limites nacionais. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 15, 2009, p. 137-166.

ALCALÁ, Guido R.& ALCÁZAR, José Eduardo. *Paraguay y Brasil: Documentos sobre las relaciones binacionales - 1844-1864*. Asunción, Py: Tiempo de Historia, 2007.

ALENCAR, Francisco; CAMPANA, Silvio. *Foz do Iguaçu: Retratos*. Foz do Iguaçu: Prefeitura Municipal; Fundação Cultural; Secretaria Municipal de Comunicação Social, 1997.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARANTES NETO, Antônio A. *Paisagens Paulistanas*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo; Imprensa Oficial, 2000.

AYALA, Marcos & AYALA, Maria Ignez N. *Cultura Popular no Brasil: Perspectiva de análise*. São Paulo; Ática, 1987.

BALLER, Leandro. *Fronteira e fronteiriços: A construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios (1954 - 2014)*. Tese (Doutorado em História) Dourados/MS: UFGD, 2014.

BARROS, Augusto L. H.; EBERHARDT, Paulo H.; LIMA, Jandir F.. Os territórios econômicos no Oeste do Paraná: uma análise do seu crescimento no início do século XXI. *Ciências Sociais em Perspectiva*, Cascavel, 10-18: 1º sem. 2011, p.111-122.

BARROS, Vera Lucia Fregonese. *A Colônia Militar do Chopim - 1882 a 1909*. Dissertação (mestrado em História) Florianópolis: UFSC, 1980.

- BARROSO, Giane Ap. Guerra do Paraguai em perspectiva: tensões históricas e historiográficas. Anais eletrônicos do XXIII Simpósio Nacional da ANPUH. História: Guerra e Paz. Londrina: 2005
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. Los pobladores del 'desierto': Genocidio, etnocidio y etnogénesis en la Argentina. *Amérique Latine: Histoire & Mémoire. Les Cahiers Alhim*, ed.10, 2014. Disponível em: <https://alhim.revues.org/103#tocto1n2>
- BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História In: *Walter Benjamin — Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaaios sobre literatura e história da cultura.*). São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232
- BENVENUTO, Jayme. *Integração Regional a partir da fronteira do Brasil, Argentina e Paraguai*. Curitiba: Ed. Juruá, 2016;
- _____. (org.) *Somos todos irmãos? Reflexões sobre a percepção da Integração Regional na fronteira do Brasil, Argentina e Paraguai*. Curitiba: Gedai, 2016;
- BHABHA, Homi K. *O local da Cultura*. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2007.
- BIROCCO, Carlos María. *La élite de poder en Buenos Aires colonial: Cabildo y cabildantes entre los Habsburgos y los Borbones (1690-1726)*. Tese (Doutorado em História) La Plata, Argentina: Universidad Nacional De La Plata, 2015.
- BOGADO, Lizza. (artigo). “Un país definido en su música y poesía”. Revista *Territory Guarani* (en español). Harvard Review of Latin America Spring, volume XIV N. 3, 2015. Versão digital (sítio eletrônico)
- BOSI, Alfredo. A Escravidão entre dois Liberalismos. *Estudos Avançados*. São Paulo, Vol. 2. nº 3, Set/Dez de 1988, p. 4-39.
- BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.
- BUGALLO, Rubens Pérez. *El chamamé: raíces populares y des-orden popular*. Buenos Aires: Del Sol, 2008.
- BUSHNELL, David. A independência da América do Sul Espanhola. In BETHEL, Leslie. História da América Latina., vol III: Da independência até 1870. São Paulo: Edusp, 2004, p. 119-186.
- CABRERA, Damian. Literatura Paraguay/Guaraní – Transversalidades. *Revista de Estudos Culturais*, n. 3. Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo - EACH/USP, s/d. Disponível para visualização em: <http://www.each.usp.br/revistaec/>

- CARDOZO, Poliana F. *O Líbano Ausente e o Líbano Presente: espaço de identidades de imigrantes libaneses em Foz do Iguaçu*. Tese (Doutorado em Geografia). Curitiba: UFPR, 2012 .
- CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2011.
- CATTA, Luiz Eduardo Pena. *O Cotidiano de uma Fronteira: a perversidade da modernidade*. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2003.
- CERTEAU, Michel. *A Cultura no Plural*. São Paulo: Papirus, 1995.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008. 1ª. Ed.: 1986.
- CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- _____. *A Guerra do Chaco (leia-se: Petróleo)*. São Paulo: Brasiliense, 1979
- _____. *O negro no Brasil. Da senzala à Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- COLODEL, José Augusto. *Obrages & companhias colonizadoras: Santa Helena na história do Oeste Paranaense até 1960*. Santa Helena, PR: Prefeitura Municipal, 1988.
- CONTE, Cláudia Heloiza. “A evolução do setor terciário em Foz do Iguaçu-PR: Apontamentos sobre o papel da Usina Hidrelétrica de ITAIPU neste processo”. *OKARA: Geografia em debate*, João Pessoa, v.8, n.1, p.21-32, 2014.
- COSTA E SILVA, Alberto. Da Guerra ao Mercosul: evolução das relações diplomáticas entre Brasil-Paraguai. In: *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume & Dumará, 1995.
- CURY, Mauro José Ferreira. *Territorialidades transfronteiriças do Iguassu (TTI): interconexões, interdependências e interpenetrações nas cidades da tríplice fronteira - Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Leste (PY) e Puerto Iguazú (AR)*. Tese (Doutorado em Geografia) Curitiba: UFPR, 2010.
- DAVI, Elen Patricia de Jesus Silva. *Trabalhadores Na ‘fronteira’: Experiências dos sacoleiros e laranjas em Foz Do Iguaçu – Ciudad Del Este (1990/2006)*. Dissertação (Mestrado em História). Marechal Cândido Rondon, PR: UNIOESTE, 2008.
- DIAS, Maria Odila da Silva. A Interiorização da Metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos G. *1822: Dimensões*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972, p.160-184.

- DOMINGUES, André Ricardo. *Gastronomia Árabe: Patrimônio Cultural de Foz do Iguaçu*. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território: Sociedade e Natureza). Ponta Grossa, PR: UEPG, 2015.
- DONGHI, Tulio Halperín. *História da América Latina*. São Paulo: Editora Círculo do Livro, 1975.
- DORATIOTO, Francisco Fernando. *A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- _____. *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)*. Brasília: FUNAG, 2012.
- DRUMMOND, José Augusto. *A Coluna Prestes: rebeldes errantes*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DUARTE, Evaristo Emigdio Colmán. Paraguai, Nacionalismo e Ditaduras. *Diálogos*, Maringá, PR, v. 11, n. 1/n. 2, 2007, p. 81-86.
- DUARTE, Geni Rosa, FIUZA, Alexandre. Arte, política e deslocamento: memórias de músicos latino-americanos no exílio. *História Oral*. Rio de Janeiro, v. 18, 2015 p. 9-33.
- DUARTE, Geni Rosa, GONZALEZ, Emilio. Entre Brasil, Argentina e Paraguai: análise da trajetória musical do grupo Quintal de Clorofila e do músico Nengendre Arbo e seus experimentalismos estéticos-estilísticos na Tríplice Fronteira. Anais do II Congresso Internacional de Estudos do Rock. Cascavel: UNIOESTE, 2015.
- ELLIOTT, John Huxtable. “A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII”. In: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina*. São Paulo: EDUSP; Brasília/DF, Fundação Alexandre Gusmão, 1997, pp.283-337.
- FAGNANI, José Paulo; MACHADO, Heriberto Ivan. *Foz do Iguaçu – 100 anos*. Curitiba: Natgraf, 2014.
- FELDMAN, Ariel e SILVA, Luiz Geraldo Santos. Revisitando o passado em tempos de crise: federalismo e memória no período regencial (1831-1840). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 143-163.
- FERRES, Virginia Perez. A solução do conflito de Itaipu como início da cooperação política argentino-brasileira na década de 80. *Projeto História*, São Paulo, n. 29 tomo 2, p dez. 2004, p. 661-672.
- FIORENTIN Marta Izabel. *A experiência da imigração de agricultores brasileiros no Paraguai (1970-2010)*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba, UFPR, 2010.
- _____. *Imigrantes brasileiros radicados no Paraguai (1970-2016): relações socioculturais entre os imigrantes e seus descendentes e a sociedade paraguaia*. Tese

- (Doutorado em História). Curitiba: UFPR, 2017.
- FIORUCCI, Flavia. *La Administracion Cultural del Peronismo: Politicas, Intelectuales y Estado*. Latin american Studies Center Working Paper No. 20, Maryland/EUA, 2007 (paper).
- FIÚZA, Alexandre Felipe. *Entre um samba e um fado: a censura e a repressão aos músicos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1960 e 1970*. Tese (Doutorado em História). Assis, SP: UNESP, 2006.
- FLORES, Moacyr. Guairá: rotas de contrabando entre São Paulo e Assunção. *Anais da VI Jornada Internacional sobre as Missões Jesuíticas*. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 1998.
- FONTES, Virgínia; MENDONÇA, Sônia Regina. *História do Brasil Recente – 1964-1992*. São Paulo: Ática, 2000.
- FREITAG, Liliane da Costa. *Extremo-Oeste paranaense: História territorial, região, identidade e (re)ocupação*. Tese (Doutorado em História). Franca, SP: UNESP, 2007.
- GALEANO, Eduardo. *Las Venas Abiertas de América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina, 1975.
- GARCIA, Tania da Costa. Tarancón: invenção sonora de um Brasil latino-americano. *ARTCULTURA*, Uberlândia, MG, vol. 8 n° 13, 2006.
- _____. “Atahualpa Yupanqui e as Representações do Popular nos Tempos de Perón”. *Anais Eletrônico do VII Encontro Internacional da ANPHLAC*. Campinas, 2006.
- _____. Abílio Manoel e a ola latinoamericana no Brasil dos anos de 1970. *Música Popular em Revista*, Campinas, SP, ano 4, v. 1, jul.-dez. 2015, p. 68-84.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os Vermes*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- GOLIN, Tau. *Identities: Questões sobre as representações socioculturais no gauchismo*. Passo Fundo, RS: Clio, Mérito, 2004.
- GOMEZ, Armando Tejada. Manifiesto “Del Nuevo Cancionero”, 1963. Consultado em 21/10/2014 em: <http://www.tejadagomez.com.ar/adhesiones/manifiesto.html>
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988, pp.5-27.
- GONÇALVES, José Henrique Rollo. *História regional & ideologias: em torno de algumas Corografias políticas do norte paranaense – 1930/1980*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Curitiba: UFPR, 1995.

- _____. A “Mística do Pioneirismo”, antídoto contra o Socialismo: Bento Munhoz da Rocha Neto, a reforma agrária e o norte do Paraná nos anos 50 e 60. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, PR, Vol.2, n.11997, p.145-171.
- GONZALEZ, Emilio. As camadas da memória: a produção de marcos memorialísticos na historiografia regional do Oeste do Paraná (Marechal Cândido Rondon-1950 - 1990). *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, PR vol. 05 e 06, 2003/2004, p.185-219.
- _____. *Experiências Sociais na Constituição urbana da cidade de Foz do Iguaçu (1993-2005)*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: PUC-SP, 2005
- GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel, PR: Edunioeste, 2002.
- _____. História: Reflexões metodológicas. In: GREGORY, Valdir & LOPES, Marcos A (Org.). *O Ensino e a Pesquisa em História na Unioeste*. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 1998.
- GUZZELLI, Cesar; WASSERMAN, Cláudia. *História da América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- _____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. (Trad. Adelaine La Guardia Resende et. Alli). Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.
- HOBBSBAWM, Eric e Ranger, Terence (orgs) . *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- HOLANDA, Sérgio B. *O Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.
- JAQUET, Hector Eduardo. *Los historiadores y la producción de fronteras : el caso de la provincia de Misiones (Argentina)*. Documentos de debate N° 29. Gestión de las Transformaciones Sociales (MOST). Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura 7, París, Francia UNESCO 1998, 28p.
- KLEIN, Herbert S. *Bolívia: do período pré-incaico à independência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- KOLING, Paulo J. Prebisch: a insuficiência dinâmica e integração. *Tempos Históricos*. Marechal Cândido Rondon, PR; N° 1, v. 1, Mar/1999, p. 93-134.
- LANGARO, Jiani Fernando. *Quando o futuro é inscrito no passado: “Colonização” e “Pioneirismo” nas memórias públicas de Toledo – PR (1950-2010)*. Tese (Doutorado em História) São Paulo, PUCSP, 2012
- LAVERDI, Robson. *Tempos Diversos, Vidas Entrelaçadas: trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo-oeste do Paraná*. Curitiba: Editora Aos Quatro Ventos, 2005.

- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1996. (Tradução: Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges)
- LIMA, Perci. *Foz do Iguaçu e sua História*. Foz do Iguaçu, PR: Serzgraf, 2001.
- LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil Contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.
- MACAGNO, Lorenzo, MONTENEGRO, Silvia BÉLIVEAU, Verónica Giménez (Orgs.). *A Tríplice Fronteira: espaços nacionais e dinâmicas locais*. Curitiba: Editora da UFPR, 2011
- MÄDER, Maria Elisa Noronha. *Civilização e Barbárie: a representação da Nação nos textos de Sarmiento e do Visconde do Uruguai*. Tese (Doutorado em História). Niterói, RJ, UFF, 2006.
- MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo, Moderna, 1997.
- MARCELO, Hernán Venegas. Diálogo com Nara Oliveira (Entrevista). *Sures*. Foz do Iguaçu, n. 2, 2013, p.160-164.
- MARCHINI, M. Dario. *No Toquen! Musicos populares, gobierno y sociedad*. 1ª. Ed. Buenos Aires, Catálogos, 2008.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. 2. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Contexto, 2009.
- MASINA, Léa. A Gauchesca Brasileira: Revisão Crítica do Regionalismo. In: MARTINS, Maria Helena. (org.) *Fronteiras Culturais. Brasil-Uruguai-Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial / Prefeitura de Porto Alegre/Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise Cyro Martins, 2002, pp.93-105.
- MAZZAROLLO, Juvêncio. *A Taipa da Injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu*. São Paulo: Editora Loyola; CPT/PR, 2003.
- MELO, Wilverson Rodrigo S. *Tempos de Revoltas no Brasil oitocentista: Ressignificação da Cabanagem no Baixo Tapajós (1831-1840)*. Dissertação (Mestrado em História). Recife, UFPE, 2015
- MENESES, Gerson Galo Ledezma. Del “descubrimiento” y la conquista del Oeste del Paraná, hasta la construcción de Itaipu: la visión de tiempo de una sociedad eurocêntrica. *SURES*, Foz do Iguaçu, PR, n° 4, 2014, p.13-41.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz A. *O Expansionismo Brasileiro: A Formação dos Estados na Bacia do Prata – Argentina, Uruguai e Paraguai - Da Colonização ao Império*. Rio de Janeiro/Brasília, , Editora Revan/Editora da UNB, 1998.

- MONTEIRO, Alexandre Borella. *A Guerra Grande: História e Historiografia do Conflito no Prata (1864-1870)*. Porto Alegre: FCM, 2016.
- MORAES JR., Leozil Ribeiro. *Mastro: A Formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (1970-1990)*. Dissertação (Mestrado em História). Marechal Cândido Rondon, PR:UNIOESTE, 2011.
- MOTA, Carlos Guilherme. Guerra do Paraguai: História e Polêmica. *Estudos Avançados*. São Paulo, vol.9, n.24 , 1995, p..242-254.
- MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. Índios, jesuítas, bandeirantes e espanhóis no Guairá nos século XVI e XVII. *Revista GeoNotas*, Maringá, PR, v.3, n. 3, 1999.
- MYSKIW, Antônio Marcos. *A fronteira como destino de viagem: a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)*. Tese (Doutorado em História). Niterói, RJ. UFF, 2009.
- NAPOLITANO, Marcos. A arte engajada e seus públicos (1955-1968). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 2, nº 28, 2001.
- NEDEL, Letícia Borges. Entre a beleza do morto e os excessos dos vivos: folclore e tradicionalismo no Brasil meridional. IN: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 62, dez/2011, p.193-215.
- NEUMANN, Gloria R. et. All. *Foz do Iguaçu, de A a Z*. (publicação organizada pelo Colégio CAESP). Foz do Iguaçu, PR: Gráfica Rosângela Ltda., 1993.
- OLIVEIRA, Nara. *Foz do Iguaçu intercultural: cotidiano e narrativas da alteridade*. Foz do Iguaçu, PR.: Epígrafe, 2012
- OLIVEIRA, Suellen Mayara Péres. A Confederação Argentina e a pátria distante: apontamentos sobre a partida dos emigrados rioplatenses (1828-1842). IN: Anais eletrônicos do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH - São Paulo, julho 2011.
- PADAWER, Ana. Identidad Indígena Transnacional, Reivindicaciones Territoriales y Demandas Educativas de los Mbyà Guaraní en Misiones. In: TRINCHERO, Héctor Hugo et alli (orgs.). *Pueblos indígenas, Estados nacionales y fronteras : tensiones y paradojas de los procesos de transición contemporáneos en América Latina*. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2014, pp. 195-218.
- PADIZ, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. Curitiba: HUCITEC, 1981.
- PAES, Maria Helena Simões. *Em nome da segurança nacional: do golpe de 64 ao início da abertura*. 7ª. Ed. São Paulo: ed. Atual, 1995 (1ª. Ed).
- PALMAR, Aluizio Ferreira. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

- PARANHOS, Adalberto. Sons de Sins e de Nãos: a linguagem musical e a produção de sentidos. *Projeto História*. São Paulo, n°.20, 2000, p..221-226.
- PEREIRA, Luis Fernando Lopes. *Paranismo: Cultura e Imaginário no Paraná da I República*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: UFPR, 1996.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Brasil Contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.
- PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata – 1808-1828*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2002.
- PIÑEYRO, Enrique Antonio. *El Chamamé: música tradicional de Corrientes (gênesis, desarrollo y evolución)*. Corrientes, Argentina.:Telecom, 1997.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol . 2. n. 3, 1989.
- POMER, León. *La guerra del Paraguay: Gran Negocio!* Buenos Aires: Caldén, 1968.
- _____. *As Independências na America Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. A Guerra do Paraguai e a Formação do Estado na Argentina. In: *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume & Dumará, 1995.
- PORTELLI, A. A Filosofia e os fatos. in *Revista Tempo*, n.2. Rio de Janeiro: Ed.UFF, 1996. pp.59-72.
- POYER, Viviani. O Contestado e a Política Externa Brasileira: relações diplomáticas e violência na região do Contestado (1902 – 1916. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, SC/ ANPUH, 2015.
- PRADO JR, Caio. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. A América Latina e as transformações do sistema capitalista mundial (1880-1910). *História*. São Paulo, vol.2, 1983.
- PRATES, Paulo Rogério. A evolução histórica do Parque Hoteleiro de Foz do Iguaçu no século XX. *Ciências Sociais em Perspectiva*. Cascavel, PR, vol.5n° 9. 2006, pp..65-79.
- PYKE, Jorge N. El accionar de la Nación y el Estado durante la última ditadura militar en la Argentina: el Plan de Colonización Andresito. In: STERLING, German A. O. (Org.). *Abordagens Historiográficas na Fronteira*. Foz do Iguaçu, PR: Uniamérica, 2006, pp.75-94.

- QUEIRÓZ, Silvânia. A polêmica entre Cecilio Báez e Juan O’Leary e sua contribuição para a historiografia paraguaia. IN: *Estudios Históricos* – CDHRPyB- Año VIII - Julio 2016 - Nº 16, – ISSN: 1688 – 5317.
- RABOSSI, Fernando. *Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro, Museu Nacional /UFF, 2004.
- RAYA, Eva Morales. La Triple Frontera latinoamericana: relaciones y conflictos interestatales entre Argentina, Brasil y Paraguay (siglos XIX y XX)”. In: CABALLERO, G.; RECALDE, F. V.; RAYA, E.M. (ORG.). *La frontera argentino-paraguaya ante el espejo: porosidad y paisaje del Gran Chaco y del Oriente de la República del Paraguay*. 1ª. Edição. Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, junho de 2012, pp.15-51.
- RIBEIRO, Sarah Iurkiv G. T. Índios e Brancos no Oeste do Paraná: fronteiras ou Fricção Interétnica. *Tempos Históricos*. Marechal Cândido Rondon, PR:. Vol .2, nº.1, 2000, p.. 93 – 116.
- ROJAS, Rodrigo Nicolás Villalba. *Ñande reko: el discurso nacionalista en la poesía en guaraní escrita en Paraguay durante la guerra, pre y posguerra del Chaco (1917-1953)*. In: IX Taller: “Paraguay desde las Ciencias Sociales”. Grupo de Estudios Sociales sobre Paraguay - IEALC-FSOC, Universidad de Buenos Aires, Argentina; Universidad Católica “Nuestra Señora de la Asunción” - Paraguay - Asunción, junio de 2016.
- ROLÓN, Luis Honorio. *Santa María del Iguazú – 1626*. Puerto Iguazú, Argentina. Dirección de Imprenta y Publicaciones del Estado /Provincia de Misiones, 1988.
- ROMERO, José Luis. *Breve Historia de la Argentina*. Buenos Aires, Argentina: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1996.
- SAATKAMP, Venilda. *Desafios Lutas e Conquistas: História de Marechal Cândido Rondon*. Cascavel: Assoeste, 1985.
- SAFUÁN, Oscar Nelson. *13 Creadores Nacionales - Campaña Nacional del Ñemomandú* (Mimeo). Dirección de Cultura / municipalidad de Asunción, s/d.
- SAMUEL, Raphael. Teatros da Memória. *Projeto História*, São Paulo, nº 14, 1997, p. 41-81.
- SANTOS, Ana Paula dos. *Lago De Memórias: A submersão das Sete Quedas*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Maringá - UEM, 2006.
- SANTOS, José Daniel Telles dos. *Lúcio Yanel e o Violão Pampeano: memória(s), história(s) e identidade(s) de um fazer musical no sul do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História). Pelotas, RS: Universidade Federal de Pelotas, 2012.

- SCHALLEMBERGER, Erneldo. *Missões Jesuíticas: Fronteiras Coloniais do Prata*. Canoas / RS: Ed. La Salle, 1993.
- SCHMITT, Judite Veranissa. *Os atingidos por Itaipu: História e Memória* (Oeste do Paraná – décadas de 1970 a 1980). Dissertação (Mestrado em História). Marechal Cândido Rondon, PR, UNIOESTE 2008.
- SECARIOLO, Fabiana Marreto. *O espaço paranaense em relatos de viajantes: fronteira, território e ocupação (1870-1900)*. Dissertação (Mestrado em História). Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTE, 2010.
- SILVA, Danusa L. Guimarães. *“Um pé aqui e outro lá”: Experiências Transfronteiriças e Viveres Urbanos de “Brasiguaios” (Marechal Cândido Rondon/PR, 1990-2010)*. Dissertação (Mestrado em História)., Marechal Cândido Rondon/PR, UNIOESTE, 2010.
- SILVA, Janice Theodoro. Memória e esquecimento. *Revista de Divulgação Cultural*, Blumenau, v. 13, n. 44, p. 63-69, jul./ago. 1990.
- SILVA, Marcos A. *História: o prazer em Ensino e Pesquisa*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.
- SILVA, Micael Alvino. *Breve História de Foz do Iguaçu*. Foz do Iguaçu: Editora Epígrafe, 2014.
- SILVA, Oscar, BRAGAGNOLLO, Rubens e MACIEL, Clori Fernandes. *Toledo e Sua História*. Toledo: Prefeitura Municipal, 1988.
- SONDA, Valdemir José: *A Emigração Brasileira para o Naranjal - Alto Paraná - Paraguai 1973 a 1995: Um estudo de Caso*” Dissertação (Mestrado em História). Niterói/RJ: UFF, 2003.
- SODRÉ, Nelson W. *As Razões da Independência*. 4.^a. Ed. São Paulo: Difel, 1986.
- SOUZA, Aparecida Darc. *Formação Econômica e Social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008)*. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: USP, 2009a.
- _____. Memórias e Histórias do contrabando em Foz do Iguaçu. In: Anais eletrônicos do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.
- SOUZA, Edson Belo Clemente. *A (re)produção da região do Lago de Itaipu*. Cascavel/PR: Edunioeste, 2009b.
- STERLING, German Adolfo Ocampo. *Representações Museográficas Na Fronteira: Museo de la Tierra Guarani (Hernandárias / Paraguai) e Ecomuseu (Foz de Iguaçu)*

/ Brasil). Dissertação (Mestrado em História). Marechal Cândido Rondon, PR: UNIOESTE, 2011.

TARGANSKI, Sérgio. *Rumo ao Novo Eldorado*. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2007

TEOFILO, Mariana Santos. Música folclórica engajada: Chile e Brasil. Anais eletrônicos do II Simpósio Internacional *Pensar e Repensar a América Latina*. São Paulo: USP, 2016, pp.14.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. Revisão Técnica: Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

VEGA, Carlos. *Apuntes para la Historia del Movimiento Tradicionalista Argentino*. (Textos Recompilados). Buenos Aires, ARG; Secretaria de Cultura de la Presidencia de la Nación; Instituto Nacional de Musicología “Carlos Vega”, 1981.

VENCATTO, Rudy Nick. “Mas com isso a gente começou duas vezes no meio do mato”: *Memórias dos desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu (Oeste do Paraná, 1970-2009)*. Dissertação (Mestrado em História). Marechal Cândido Rondon, PR, UNIOESTE, 2010.

VENDRAME, Sônia Inês. *A internet na aldeia Tekoha Añetete: como o novo suporte digital interage na cultura indígena guarani na terra prometida*. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). São Paulo: PUC-SP, 2014.

VIGNOLI, Jorge Rodriguez. *Distribución Territorial de la población de América Latina y el Caribe: Tendências, interpretaciones y desafíos para las políticas públicas*. Santiago, Chile: Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE) – División de Población, dez.2002. (Publicação das Nações Unidas)

WACHOWICZ, Ruy C. *Obrageros, Mensus e Colonos. História do Oeste do Paraná*. (1ª. Ed: 1982) Curitiba: Vicentina, 1987.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FONTES

ENTREVISTAS CITADAS (concedidas ao autor)

ACUÑA, 2010. Carlos Acuña, 70, depoimento gravado. Eldorado/Misiones, Argentina, 16 de julho de 2010.

ARBO, 2008. Negendre Arbo, 57, depoimento gravado. Foz do Iguaçu, 02 de maio de 2008.

BOTTSCHER, 2010. Lorenzo Bottcher, 56, Depoimento gravado. Puerto Iguazu, Argentina, 04 de abril de 2010.

ESTIGARRÍBIA, 2015. Javier Estigarribia, idade não informada. Curitiba, PR, 15 de fevereiro de 2015.

FAGIOLINI, 2010. Luis Fagiolini, idade não informada. Depoimento gravado. Foz do Iguaçu, PR, 20 de maio de 2010.

GARNICA, 2006. Raul Garnica (1959-2015), depoimento gravado. Foz do Iguaçu, 06 de julho de 2006.

PINTO, 2009. Casemiro Pinto, 73, depoimento gravado. Foz do Iguaçu, PR, 10 de abril de 2009.

RIQUELME, 2017. Sergio Riquelme, 35, depoimento gravado. Puerto Iguazu, Argentina, 25 de março de 2017.

ROLÓN, 2017. Júlio Rolón, 53, depoimento gravado. Puerto Iguazu, Argentina, 08 de abril de 2017.

ROSSATO, 2017. Tiago Rossato, 33 anos. Depoimento não gravado concedido via redes sociais (facebook), em 12 dezembro de 2017.

SARACHO, 2010. Josefa Saracho, 92, depoimento gravado. Foz do Iguazu, 05/04/2010.

TOLEDO, 2010. Bráulio Ramón “Caraícho” Toledo (1952-2015), depoimento gravado. Foz do Iguaçu, PR, 20 de maio de 2010.

Demais entrevistas citadas

SILVA, Micael Alvino. Entrevista concedida à rádio CBN/Foz do Iguaçu. Vide: <https://www.youtube.com/watch?v=9pswc9Hh2uU> acessado em 02/08/2016.

AYALA, Ramón. Entrevista radiofônica concedida ao programa *Encuentro en el Estúdio*. Buenos Aires, Argentina, 03 de agosto de 2013. In:

<https://www.youtube.com/watch?v=wwiz0HwtQR4> , acessado em 03/10/2015.

Outros – Jornais, revistas

DALLES, Paola. Política externa de Carlos A. López (2) Jornal *ABC Color*, 24/06/2014 In: <http://www.abc.com.py/edicion-impresas/suplementos/escolar/politica-externa-de-carlos-a-lopez-2-1258712.html> , acessado em 15/08/2017.

MILLARCHI, Aramis. “Foz, o bom mercado para o som da América Latina”. Jornal *Estado do Paraná*, Curitiba, ed. 14/01/1988, p. 05. Disponível em: <http://www.millarch.org/artigo/foz-o-bom-mercado-para-o-som-da-america-latina> , acessado em 15/04/2017

POENITZ, Alfredo. El Mensú Según un informe oficial de 1914. Jornal *El Territorio*, Posadas, Misiones, Argentina. 06/12/2015. Acessado em 21/06/2016. In: <http://www.elterritorio.com.ar/nota4.aspx?c=5530367554222352>

_____, La Inmigración europea en Misiones. Jornal *El Territorio*, Posadas, Argentina, 21/06/2015. Disponível em <http://www.elterritorio.com.ar/nota4.aspx?c=6829226348642372>

RAMÓN AYALA, entrevista. Revista *La Pulseada*. Buenos Aires, 16 de setembro de 2011. Versão digital. In: <http://www.lapulseada.com.ar/site/?p=2499>

La marcha al este cambió para siempre la fisonomía del Paraguay. Diário *ABC Color*, edição de 24/02/2008, Asunción, Paraguai. Acessado em 01/03/2017. <http://www.abc.com.py/edicion-impresas/politica/la-marcha-al-este-cambio-para-siempre-la-fisionomia-del-paraguay-1114363.html>

Principais sítios eletrônicos, blogs, sites oficiais

Blog de Foz, Foz do Iguaçu, PR.: <http://blogdefoz.blogspot.com.br/>

H2Foz - <https://h2foz.com.br>

Breve Diccionario de la Literatura Paraguaya, de Teresa Méndez-Faith (1994), versão online. Vide: <http://www.anselm.edu/homepage/tmfaith/dicciom.html>

CVI (Emissora de TV), Puerto Iguazu, Argentina. <http://www.cvinoticias.com>

Dados Socioeconômicos de Foz do Iguaçu – 2011. Documento oficial da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=62501> , consultado em 01/12/2017.

DGEEC - *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos* (Órgão oficial do

Governo da República do Paraguai) – Vide: <http://www.dgeec.gov.py/>

Fundación Memória del Chamamé, Corrientes, Argentina.
<http://www.fundacionmemoriadelchamame.com/>

Governo do Departamento de Alto Paraná. Vide: <http://www.altoparana.gov.py>

Itaipu Binacional (Brasil) In: <https://www.itaipu.gov.br/turismo/monumento-bertoni>

Jornal *ABC Color*, Asunción, Paraguai. <http://www.abc.com.py>

Jornal Gazeta do Povo, Curitiba, PR. <http://www.gazetadopovo.com.br>

Portal Guarani, Paraguai: <http://www.portalguarani.com>

Portal de Noticias *Misiones Online*, Puerto Iguazu, Argentina. <http://misionesonline.net/>

Rádio Gênese, Puerto Iguazu, Argentina: <http://radiogenesisiguazu.com>

Revista 100 fronteiras, Foz do Iguaçu, Paraná. In: <http://100fronteiras.com>

Reseña Histórica, *Municipalidad de Puerto Iguazu* (site), consulta em 01/11/2017. Ver:
<http://iguazu.gob.ar/resena-historica/>

Jornal Tribuna Popular (site) /Foz do Iguaçu: www.jtribunapopular.com.br

Senado Federal Brasileiro. Vide: <http://www2.senado.leg.br>

Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná. Vide: <http://www.itcg.pr.gov.br>